



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente
Programa de Pós-graduação em Geografia
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)

MARÇAL ROGÉRIO RIZZO

ENCONTROS E DESENCONTROS DO TURISMO COM A SUSTENTABILIDADE:
Um estudo do Município de Bonito – Mato Grosso do Sul



PRESIDENTE PRUDENTE
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente
Programa de Pós-graduação em Geografia
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)

MARÇAL ROGÉRIO RIZZO

ENCONTROS E DESENCONTROS DO TURISMO COM A SUSTENTABILIDADE:
Um estudo do Município de Bonito – Mato Grosso do Sul

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de concentração em Dinâmica e Gestão Ambiental, da Faculdade de Ciências e Tecnologia FCT/UNESP, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica e Gestão Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Antônio Cezar Leal

PRESIDENTE PRUDENTE – SP
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R627e Rizzo, Marçal Rogério.

Encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade: um estudo do Município de Bonito – Mato Grosso do Sul / Marçal Rogério Rizzo – Presidente Prudente, SP, 2010.

515 p. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Cezar Leal.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

1. Turismo. 2. Gestão ambiental. 3. Geografia do turismo. I. Rizzo, Marçal Rogério. II. Título.

CDD (21) 363.700981



BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. ANTONIO CEZAR LEAL
ORIENTADOR (UNESP/FCT)

PROFA. DRA. ROSÂNGELA CUSTODIO CORTEZ THOMAZ
(UNESP/ROSANA)

PROF. DR. ARMANDO GARMS
(UNESP/FCT)

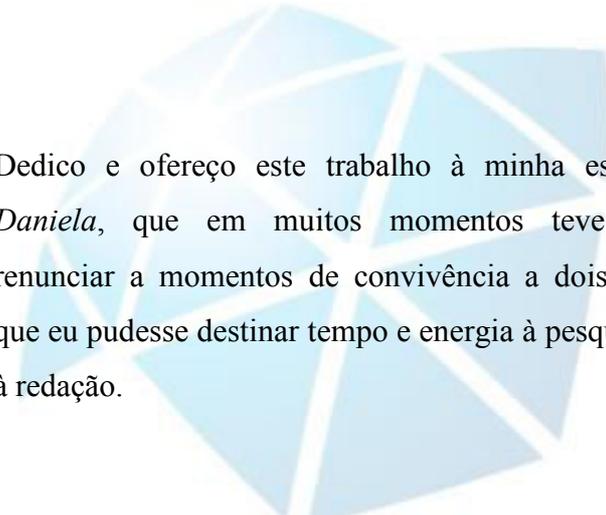
PROF. DR. MILTON AUGUSTO PASQUOTTO MARIANI
(UFMS)

PROF. DR. ARNALDO YOSO SAKAMOTO
(UFMS)

MARÇAL ROGÉRIO RIZZO

Presidente Prudente (SP), 20 de agosto de 2010.

Resultado: APROVADO



Dedico e ofereço este trabalho à minha esposa, *Daniela*, que em muitos momentos teve que renunciar a momentos de convivência a dois para que eu pudesse destinar tempo e energia à pesquisa e à redação.

AGRADECIMENTOS

Há muito tempo que eu saí de casa/ Há muito tempo que eu caí na estrada/ Há muito tempo que eu estou na vida/ Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz [...] E aprendi que se depende sempre/ De tanta, muita, diferente gente/ Toda pessoa sempre é as marcas/ Das lições diárias de outras tantas pessoas [...]

Gonzaguinha

Em muitos momentos, temos que interpretar passagens pelas quais trilhamos em nossas vidas. Ora é a infância, rodeada de um mundo lúdico e de amiguinhos de escola, depois a adolescência, que nos faz sonhar com o futuro juntamente com os colegas de bairro e da escola. Na vida adulta, surgem as responsabilidades, e os sonhos tornam-se mais reais, desde que sonhemos e queiramos torná-los realidade. Um desses sonhos era concluir o doutoramento, contudo, para que ocorresse, dependeria de muitas pessoas. Confesso que me sinto um “cara de sorte”; nada em minha vida foi fácil, mas encontrei, pelos caminhos tortuosos e cheios de obstáculos, pessoas de “boa alma” que sempre me auxiliaram.

O trabalho de pesquisa de uma tese de doutorado, embora possa caracterizar-se como solitário, nem sempre pode ser feito sozinho, particularmente nas fases da pesquisa de campo e da redação. Nesse percurso, deparei com pessoas maravilhosas, que expressaram apoio, seja intelectualmente, seja emocionalmente, espiritualmente e até financeiramente.

Afinal de contas, elaborar uma tese de doutorado não é tarefa fácil, ainda mais neste caso, em que foi desenvolvida fora da área de formação. Na realidade, este trabalho representa a concretização de um sonho individual, que, por meio de esforço pessoal e cooperação coletiva – de muitas pessoas e instituições –, pôde ser realizado. Houve momentos em que o sonho parecia tornar-se pesadelo, exigindo calma, persistência, reflexão e centenas de horas com os olhos e mente voltados para os livros, teses, dissertações, monografias, artigos ou para a tela do computador.

Exigiu, também, dedicação e momentos de pesquisa de campo – entrevistas e aplicação de questionários –, além das inúmeras noites mal dormidas e das muitas preocupações que, de certa forma, acabam tornando-se um “condimento” necessário para o amadurecimento da tese.

Para se conquistar um título de doutor, há uma interdependência e uma ligação com as pessoas que merecem ser lembradas aqui nestas páginas. Assim, vamos aos agradecimentos...

A gratidão é um dos mais nobres sentimentos. Acima de tudo, agradeço a essa força divina que nos move e nos dá a capacidade de realizar um trabalho como este. Sou grato pela vida e por ser quem sou.

Ofereço minha gratidão a todos os colaboradores, amigos, professores, alunos e familiares que tiveram alguma ligação com a elaboração desta tese, que é um projeto de vida, e antecipo um pedido de desculpas se me esquecer de alguém.

Obrigado ao meu orientador, professor Dr. Antonio César Leal, pela orientação, pela amizade, pela paciência, pela confiança, amizade e, sobretudo, pela acolhida. Agradeço por me apresentar os rumos da Geografia que eu não conhecia, já que minha graduação e mestrado se deram na área da Economia. Lembro que os desafios foram grandes, mas a vontade de seguir em frente, maior!

Meu muito obrigado a todos os professores das disciplinas cursadas no doutorado, pelos ensinamentos e motivação transmitidos nas aulas e nos momentos do café, que ali, adoçado por um bom papo, tinha um sabor especial.

Agradeço imensamente ao professor Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani (UFMS), que, além de me “emprestar” muitas informações relevantes de sua tese e outros estudos que tratam de Bonito, participou do exame de qualificação, em que pôde auxiliar-me na elaboração dos questionários da pesquisa de campo e do roteiro de entrevistas. O professor Milton é um profundo conhecedor e pesquisador do turismo de Bonito, e, pois, merece um agradecimento especial pelas dicas e pelas muitas portas que abriu pra mim naquela localidade.

Meu muito obrigado ao professor Dr. Arnaldo Yoso Sakamoto (UFMS), pelas interlocuções e contribuições valorosas e de grande relevância no exame de qualificação. Sua participação contribuiu para a maturidade do estudo.

Agradeço ao professor Dr. Armando Garms, que foi membro da banca examinadora e fez uma leitura atenta e paciente para cada parte da tese, e que é uma referência pelo pioneirismo no turismo de Mato Grosso do Sul. Professor, confesso que sua participação na banca foi uma aula! Muito obrigado!

À professora Dr^a. Rosangela Custódio Cortez Thomaz, agradeço cada comentário feito durante a defesa, já que veio para engrandecer a “sabatina” pela qual todos nós doutorandos passamos antes de nosso “grito de liberdade”.

Minha gratidão à minha esposa, Daniela Endrice Rizzo, que, nos momentos de desânimo, animava-me e incentivava-me a continuar a tese. Por muitas vezes, ela foi a primeira pessoa que lia o que eu escrevia e se necessário fosse, pedia que reescrevesse. Dani, lembra das muitas madrugadas sem sono por motivo de desespero com a tese? Sem seu apoio emocional, não teria transposto as dificuldades aqui encontrei.

Minha eterna gratidão aos meus pais, Lúcio e Zenete, por terem me concebido e pela generosidade, apoio e incentivo. Esse casal fez de tudo para ver seus filhos, nascidos e criados no córrego do Ribeirão Lagoa (Jales-SP), terem acesso ao estudo, pois não tiveram essa oportunidade. Pai e mãe, sou muito grato a vocês!

À Márcia Roberta Rizzo, minha única irmã, muito obrigado pelo apoio que tive no começo de minha carreira e de minha vida acadêmica. Ao meu cunhado, Luiz Roberto, que sempre foi solidário e preocupado com minhas causas.

Ao cunhado Fábio Endrice, pela leitura atenta e crítica que fez dos capítulos teóricos. Valeu, Fabinho!

Agradeço ao amigo Professor Edenis César de Oliveira, que, nos momentos de “pré-depressão”, me animava e me recolocava no centro dos estudos. Ah... escrevemos vários artigos em parceria. Obrigado, “parceirão”!

Sou grato ao amigo Professor Claudemilson dos Santos (FCT-UNESP), que, por muitas vezes, me ajudou na troca de ideias, conversas pacientes e reuniões informais feitas no café da UNESP e na praça de alimentação do Shopping Center Prudente.

Agradeço ao amigo de longa data Dr. Carlos do Espírito Santo, que me apresentou o doutoramento da UNESP de Presidente Prudente. Lembro também que, numa manhã de puro desânimo, por telefone ele levantou a minha autoestima e voltei a trabalhar na tese. Lembro-me das palavras, que ficaram marcadas: “não desista; o término da tese depende só de você!”.

Em destaque, outra pessoa que devo lembrar aqui e agora é a professora Dra. Vera Alves Cepêda, que foi minha orientadora de graduação e grande incentivadora pra que eu iniciasse a carreira acadêmica e chegasse até o doutoramento.

Ao amigo e professor Dr. Rodrigo Pelloso Gelamo (UNESP-Marília), pela amizade verdadeira e pela presença certa nos momentos em que precisei de que lesse o que eu escrevia e tecesse comentários sobre o “produto”. Grato pelas discussões e intervenções fundamentais para a melhoria do texto. Meu amigo Gelamo, valeu pela maestria!

Aos colegas de turma da UNESP, pelo bom relacionamento e agradável convivência.

Aos professores e professoras da UFMS (Câmpus de Bonito): Noslin de Paula Almeida; Priscila Vargas da Silva; Kátia Bazzano Rosi; Caroline Pauleto Spanhol; Guilherme Garcia Velasquez; Elton Gean de Araújo; André Koutchin de Almeida e Sandro Menezes. Ao professor Dr. Noslin, à professora Priscila e aos professores Guilherme e André, quero fazer justiça e deixar um “muito obrigado especial”, porque dedicaram parte de seu tempo auxiliando-me na pesquisa de campo e demais momentos. Agradeço a vocês pelo valioso e nem sempre retribuído apoio, sem o qual a pesquisa não teria sido possível.

Não posso deixar de registrar, de público, aqui, nestas páginas, meus sinceros agradecimentos aos alunos da UFMS de Bonito com os quais tive o privilégio de coletar dados em campo, a começar pela Gizeli Moraes, Leandro de Paula Neto, Alisson Marques Martins e Eudilso Hadoberto Alderete.

É indispensável um agradecimento especial aos alunos de administração da UFMS de Três Lagoas Elder Camargo Rotondo e Diego Assis, que contribuíram com a transcrição de parte das entrevistas. Sou grato à Patricia Helena Milani, Cesar Cardoso Ferreira (mestrando em Geografia da UFMS de Três Lagoas) e Franciele Gonçalves (mestranda da FCT/UNESP) – por todo o auxílio com relação aos mapas que compõem esta tese.

Agradecimentos ao amigo professor Dr. Antonio Luis Venezuela, popularmente conhecido por “Vene” que me auxiliou nas questões que envolviam a aplicação de estatística.

Estendo meus agradecimentos de forma muito especial para o guia Marcelo Gil da Silva, que, desde 2006, vem-me auxiliando nas pesquisas. Outra pessoa que sempre foi atenciosa e prestativa em todos os momentos e merece ser lembrada é Juliane Salvadori (Assessora do COMTUR). Há também Regiane Salvadori, que foi a primeira pessoa de Bonito que manifestou apoio para a realização deste estudo e prestou-me ajuda.

Quero registrar a valiosa contribuição de Márcia Rocha (SEBRAE-MS), que, desde 2006, de forma incansável, vem abrindo portas e viabilizando contatos para a elaboração da tese. Márcia, muito obrigado por tudo!

Não poderia deixar de agradecer ao senhor Augusto Mariano (Secretario Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito), por ter me recebido de forma tão amigável e cordial. Agradeço também pelo interesse no resultado deste estudo. Ações dessa envergadura valorizam o trabalho do pesquisador.

Agradeço ainda às várias pessoas que contribuíram com suas experiências de vida em Bonito: Cícero Ramos Peralta; Ricardo Constantino; Regina Helena Figueiredo Correa; Maria Leopoldina de Almeida Campos; Antonio Carlos Silveira Soares (popular Tô); Hélio Sena

Madureira; Andréa Braga Fontoura; Pedro Calderan; Roberto Gurgel de Oliveira Filho; Airton Garcez; Luciano Furtado Loubet; Edmundo Costa Júnior; Eduardo Folley Coelho; Liliane Lacerda; José Ronald Rosa Júnior; Eleri Rafael Muniz Paulino; Valquiria Mendes Malaquias; Noêmia Nogueira dos Santos; Sérgio Ferreira Gonzales; Herculano Fátimo Benites; Vanessa Leite; Lourival da Silva Junior (popular Juca); Valdemir Garcia Martins e Arnaldo Leite.

À professora Dra. Marlene Durigan, pelas incansáveis leituras, vários questionamentos e sugestões no texto durante a correção ortográfica e gramatical.

Agradeço também à professora Ivany Aun, que contribuiu com a correção do projeto de pesquisa e vários artigos que foram publicados.

Aos funcionários da Secretaria de Pós Graduação da FCT/UNESP, pela solicitude, presteza, dinamismo e profissionalismo em seus atendimentos.

Aos meus companheiros de trabalho e alunos de ontem, de hoje e de sempre, que a cada dia têm-me ensinado uma nova lição, sempre há algo aprendido e ensinado. Estendo meus agradecimentos a muitos colegas da Unitoledo e Thati Coc de Araçatuba, da FEF de Fernandópolis, da FUNEC de Santa Fé do Sul, da FATEB e da Metodista de Birigüi, por onde tive a oportunidade de ser docente.

Aos companheiros do DCS da CPTL/UFMS que sempre foram solidários e parceiros para que o estudo terminasse. Agradecimentos especiais para a professora Sirlei Tonello Tisott e professores Luciano Mendes e Silvio Paula Ribeiro – que juntamente comigo são os fundadores do Núcleo de Estudos em Sustentabilidade, Desenvolvimento Local e Regional (NESDER).

Agradeço os produtores de erva mate, que garantem o nosso tereré (bem gelado com limão. Só aprendi a gostar depois que vim morar em Mato Grosso do Sul. Durante a redação da tese consumi muito tereré! Muito obrigado aos inventores dos computadores, já que pouparam o ato de datilografar as mais de 500 páginas que compõem a tese. Posso até parecer um “maluco”, mas, vou quebrar o protocolo e a formalidade para registrar agradecimentos ao nosso cãozinho schnauzer – o Lucky – que nos momentos de ansiedade e aflição nos alegrava.

Por fim, o que me resta é agradecer a todos aqueles que contribuíram para a construção e coroamento desta pesquisa, especialmente a comunidade acadêmica da UNESP e da UFMS.

Muito obrigado a todos!



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente
Programa de Pós-graduação em Geografia
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)

ENCONTROS E DESENCONTROS DO TURISMO COM A SUSTENTABILIDADE: Um Estudo do Município de Bonito – Mato Grosso do Sul

RESUMO

Esta investigação foi desenvolvida com a finalidade de entender os principais pontos de encontro e de desencontro do turismo com a sustentabilidade em Bonito, um município de pequeno porte que compõe o Estado de Mato Grosso do Sul, estando situado no sudoeste do estado, na microrregião geográfica denominada Bodoquena (M. R. G. 09). Possui uma área territorial de 4.934 km², o que corresponde a 1,40% da área total do Estado de Mato Grosso do Sul. O município é hoje um forte polo de turismo, em especial de turismo desenvolvido em espaço rural, vindo a atrair um grande número de turistas e admiradores da exuberante natureza que o município possui. É conhecido mundialmente pelas grutas, cachoeiras, trilhas e suas águas límpidas, “recheadas” de muitos peixes e vida aquática. Em razão da expressividade do fenômeno turístico no município, justifica-se a escolha do lugar de pesquisa e do tema. A partir da implementação e expansão do turismo, que ocorreu no início da década de 1990, houve a necessidade de se respeitar o frágil ambiente natural, por meio de ações, práticas, leis, programas e instrumentos que visavam à recuperação e conservação ambiental da região para que o município pudesse manter-se como polo turístico. Por meio de pesquisa bibliográfica/webbiográfica acerca da temática, de entrevistas com os principais autores envolvidos com o turismo local e pesquisa de campo junto à comunidade local, buscou-se trazer à tona os principais pontos de encontro e de desencontro do turismo com a sustentabilidade (impactos positivos e negativos), conforme as dimensões ambiental/ecológica, social, econômica, espacial/geográfica e cultural. Essa preocupação na busca da sustentabilidade atende às novas demandas da sociedade atual, que se resume na conversão do planeta Terra em um espaço apto para a vida das próximas gerações.

Palavras-chave: turismo, Bonito-MS, sustentabilidade, conservação ambiental, ecoturismo.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente
Programa de Pós-graduação em Geografia
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)

POSITIVE AND NEGATIVE ASPECTS OF TOURISM TO SUSTAINABILITY:

A study in the municipality of Bonito - MS.

ABSTRACT

This investigation was developed aiming to understand the main positive and negative aspects of tourism to sustainability in Bonito, one of the small municipalities of Mato Grosso do Sul State, which is situated in the southwest region of this state, in a micro-geographic region called Bodoquena (M.R.G. 09). Its territorial area, 4,934 km², corresponds to 1,40% of the total area of Mato Grosso do Sul State. Nowadays, this municipality is an important tourism pole specially the one developed in rural areas, attracting a great number of tourists and people who admire its marvelous nature. It is worldwide famous for its grottos, falls, tracks and crystal clear waters, rich in fish and aquatic life. The importance of this touristic phenomenon justifies the choice of the research locus and of the theme. From the implementation and expansion of tourism which started in Bonito in the 1990's, it has been necessary to respect the fragile environment by means of actions, laws and programs devoted to the recovery and environmental conservation of the region in order to keep it as a tourism pole. A bibliographical/webliographical research on this theme along with interviews with the main authors of local tourism actions was developed to bring about the main negative and positive impacts of tourism to sustainability, in terms of environmental, ecological, social, economic, spatial, geographical, and cultural dimensions. This concern towards sustainability searches for answers to the new demands of the present society which is devoted to transform the Earth in a proper space for the life of future generations.

Keywords: tourism, Bonito-MS, sustainability, environmental conservation, ecotourism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 3.1	Turismo de massa e turismo alternativo	208
FIGURA 3.2	Esquema do mercado de turismo e seus impactos	226
FIGURA 3.3	Desequilíbrio na atividade turística	227
FIGURA 3.4	Mulheres de pescadores de Jericoacoara (CE) produzindo e comercializando peças em crochê	230
FIGURA 3.5	Lojinha de artesanato de Mandacaru – Vila de pescadores que pertence a Barrerinhas (MA)	230
FIGURA 3.6	Condutores de charrete em Tiradentes (MG) – uma ocupação dos moradores locais	230
FIGURA 3.7	Artesanato em papel maché e ferro - principal fonte de renda de Vitoriano Veloso (Distrito de Prados – MG.) – Rota da Estrada Real	230
FIGURA 3.8	Basílica de Aparecida (SP) – Um dos principais pontos de turismo religioso do Brasil	237
FIGURA 3.9	Igreja do Bom Jesus do Matosinho da cidade de Congonhas (MG)	237
FIGURA 3.10	Turistas apreciando um tradicional churrasco gaúcho em Canela (RS)	238
FIGURA 3.11	Gaúchos preparando a cuca para ser vendida aos turistas em Gramado (RS)	238
FIGURA 4.1	Portal de entrada em MS, em Três Lagoas, próximo à Usina de Jupiá	258
FIGURA 4.2	Informativo de distância do Portal de entrada de MS, em Três Lagoas	258
FIGURA 4.3	Portal de entrada em MS, em Aparecida do Taboado, próximo à Ponte Rodo Ferroviária	258
FIGURA 4.4	Portal de entrada em MS, em Selvíria, próximo à Usina Hidroelétrica de Ilha Solteira	258
FIGURA 4.5	Área central de Bonito na década de 1950 – Local da praça central	260
FIGURA 4.6	Localização geográfica do município de Bonito	261
FIGURA 4.7	Principais rios e córregos do município de Bonito	263
FIGURA 4.8	Principais vias de acesso ao município de Bonito	268
FIGURA 4.9	Trecho da rodovia próximo a Nioaque	269
FIGURA 4.10	Placa de orientação no trevo de acesso em Campo Grande	269
FIGURA 4.11	Placa de orientação no trevo de acesso em Campo Grande	269
FIGURA 4.12	Portal de orientação no trevo de saída de Guia Lopes da Laguna – 65 km antes de Bonito	269
FIGURA 4.13	Lagarto Teiú morto nas proximidades do município de Campo Grande (MS)	270

FIGURA 4.14	Anta adulta morta nas proximidades de uma ponte no município de Nioaque (MS)	270
FIGURA 4.15	Tamanduá morto nas margens da rodovia no município de Bonito	270
FIGURA 4.16	Tamanduá-bandeira morto no acostamento próximo a Nioaque (MS)..	270
FIGURA 4.17	Vista da recepção do Aeroporto Internacional de Bonito	273
FIGURA 4.18	Ponto de coleta do lixo reciclável da Zona Rural de Bonito	278
FIGURA 4.19	Imagem de satélite do município de Bonito	285
FIGURA 4.20	Rua da cidade de Bonito – Falta galeria de águas fluviais, pavimentação, guias de sarjeta e calçadas.....	286
FIGURA 4.21	Rua da cidade de Bonito somente com cascalho	286
FIGURA 4.22	Trecho da avenida Cel. Pilad Rebue sem revitalização	287
FIGURA 4.23	Parte da avenida Cel. Pilad Rebue já revitalizada	287
FIGURA 4.24	Telefone público na calçada da avenida Cel. Pilad Rebue	287
FIGURA 4.25	Calçada ampla na com floreiras, lixeiras e bancos na avenida Cel. Pilad Rebue	287
FIGURA 4.26	Avenida Cel. Pilad Rebue na década de 1960	288
FIGURA 4.27	Avenida Cel. Pilad Rubue em 2010	288
FIGURA 4.28	Área onde se situa a praça central de Bonito na avenida Cel. Pilad Rebue	288
FIGURA 4.29	Área onde é a praça central de Bonito na avenida Cel. Pilad Rebue em 2010	288
FIGURA 4.30	Praça Central de Bonito – monumentos das duas Piraputangas	289
FIGURA 5.1	Vista parcial da fachada do prédio do Projeto Pé da Serra	429
FIGURA 5.2	Produtos Pé da Serra	429
FIGURA 5.3	Portal de uma das entradas da Cidade de Bonito que apresenta a obrigatoriedade do acompanhamento do guia de turismo	437
FIGURA 5.4	Placa informativa do portal: “Turista Obrigatório Acompanhamento do Guia de Turismo”	437
FIGURA 5.5	Logomarca da AGTB	452
FIGURA 5.6	Placa informativa sobre a capacidade de carga fixada em um dos atrativos de Bonito	473
FIGURA 5.7	Cópia da 1ª via do voucher único de Bonito (via de controle para o atrativo turístico)	477

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Proporção de habitantes nas diferentes regiões de área urbana de Bonito	37
TABELA 4.1	Bonito: população total e por situação de domicílio – 1950–2009	262
TABELA 4.2	Bonito: população total e por situação de domicílio – (Em %)	262
TABELA 4.3	Bonito: variação da população total – 1950-2008 – (Em %)	262
TABELA 4.4	Meios de hospedagem em Bonito, segundo categorias – Ano de 2008	273
TABELA 4.5	Número de clientes da ENERSUL em Bonito – 1990-2008	276
TABELA 4.6	Consumo de energia elétrica em Bonito – 1990-2008 – Em kWh	276
TABELA 4.7	<i>Ranking</i> índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Ano 2000	280
TABELA 4.8	<i>Ranking</i> índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Ano 2005	281
TABELA 4.9	<i>Ranking</i> do IDH-M de municípios selecionados de MS – Ano 2000	283
TABELA 4.10	Variação do rebanho bovino do município de Bonito – 1986-2006 ..	291
TABELA 4.11	PIB municipal a preço de mercado em valores correntes – 2002-2006	294
TABELA 4.12	Participação do PIB municipal no PIB do Estado de MS – 2002-2006 (Em %)	295
TABELA 4.13	Participação do PIB municipal no PIB do MRG Bodoquena – 2002-2006 (Em %)	296
TABELA 4.14	Valor adicionado bruto do PIB municipal de Bonito, MRG Bodoquena e a média do MS por setor de atividade e preços correntes – 2002-2006 (Em %)	298
TABELA 5.1	Familiares trabalhando na área do turismo - Por região de Bonito (Em %)	320
TABELA 5.2	Escolaridade dos entrevistados em Bonito - Por região de Bonito (Em %)	322
TABELA 5.3	Renda familiar dos entrevistados em Bonito - Por região de Bonito (Em SM)	324
TABELA 5.4	Percepção do impacto positivo do turismo local - Por região de Bonito (Em %)	329
TABELA 5.5	Tipos de impactos positivos trazidos pelo turismo - Por região de Bonito (Em %)	331
TABELA 5.6	Tipos de impactos negativos trazidos pelo turismo - Por região de Bonito (Em %)	336

TABELA 5.7	Percepção da população com relação ao desenvolvimento do turismo e da cidade – Por região de Bonito (Em %)	343
TABELA 5.8	Percepção da população local sobre Bonito estar preparada para receber o turista – Por região de Bonito (Em %)	345
TABELA 5.9	Percepção da população com relação ao desenvolvimento do turismo e da cidade – Por região de Bonito (Em %)	347
TABELA 5.10	Percepção da população com relação à conservação ambiental – Por região (Em %)	350
TABELA 5.11	A percepção da população local com relação aos preços do turismo em Bonito – Dados por região (Em %)	352
TABELA 5.12	Visitação da população local nos atrativos turísticos de Bonito – Por região (Em %)	359
TABELA 5.13	Frequência na visitação da população local nos atrativos turísticos de Bonito – Por região (Em %)	360
TABELA 5.14	Prato típico que a população local escolheria - Por região (Em %) ...	376
TABELA 5.15	Tabela de valores dos atrativos turísticos de Bonito e a divisão entre guias, agências e proprietários dos atrativos (Ano de 2009)	446

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.1	Diferenças básicas entre crescimento e desenvolvimento econômico	123
QUADRO 2.2	As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável	137
QUADRO 2.3	Evolução da educação ambiental	151
QUADRO 2.4	Evolução das concepções ambientais	161
QUADRO 3.1	Atributos do turismo de massa e do turismo alternativo	207
QUADRO 3.2	Tipos de turismo segundo bibliografia especializada	210
QUADRO 3.3	Comparativo de tipos de turismo praticado em espaço rural	222
QUADRO 3.4	Principais benefícios e custos econômicos do turismo	231
QUADRO 3.5	Efeitos práticos e concretos do turismo sobre o meio ambiente	240
QUADRO 3.6	Principais impactos do turismo sobre o meio ambiente	241
QUADRO 3.7	Impactos em trilhas e os seus efeitos ecológicos e sociais	243

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 4.1	Comparativo do PIB <i>per capita</i> municipal da MRG Bodoquena e de Campo Grande (Capital) – 2002-2006. (Em R\$)	297
GRÁFICO 5.1	Entrevistas com familiares trabalhando ou não na área do turismo (Em %)	319
GRÁFICO 5.2	Nível de escolaridade dos pesquisados em Bonito (Em %)	321
GRÁFICO 5.3	Renda familiar dos residentes em Bonito (Em SM)	323
GRÁFICO 5.4	Demanda mensal de visitantes em Bonito – De 2006 a 2008	325
GRÁFICO 5.5	Número mensal de inclusões no SPC – De 2006 a 2008	326
GRÁFICO 5.6	Número mensal de exclusões no SPC – De 2006 a 2008	327
GRÁFICO 5.7	Percepção da população sobre impacto positivo do turismo (Em %)	328
GRÁFICO 5.8	Tipos de impactos positivos que o turismo trouxe para Bonito	330
GRÁFICO 5.9	Tipos de impactos negativos que o turismo trouxe para Bonito	335
GRÁFICO 5.10	Os turistas incomodam os moradores de Bonito? (Em %)	341
GRÁFICO 5.11	Se não tivesse desenvolvido o turismo em Bonito, o município estaria como?	342
GRÁFICO 5.12	Bonito está preparada para receber o turista? (Em %)	345
GRÁFICO 5.13	O turismo de Bonito tem apoio do poder público?	346
GRÁFICO 5.14	É favorável a comercialização dos recursos naturais? (Em %)	348
GRÁFICO 5.15	Formas de conservar o meio ambiente em Bonito (Em %)	349
GRÁFICO 5.16	Razões para manter o meio ambiente de Bonito conservado (Em %)	351
GRÁFICO 5.17	Visão da população residente sobre os preços do turismo em Bonito	352
GRÁFICO 5.18	Visitação da população local aos atrativos turísticos de Bonito (Em %)	358
GRÁFICO 5.19	Frequência da visitação nos atrativos turísticos de Bonito (Em %)	359
GRÁFICO 5.20	Preferência da população local pelas festas realizadas em Bonito (Em %)	368
GRÁFICO 5.21	Prato típico que a população local escolheria (Em %)	375
GRÁFICO 5.22	A notoriedade do Senhorzinho entre os residentes de Bonito (Em %)	377
GRÁFICO 5.23	Quem a população local procurou ou procuraria para fazer uma reclamação ou sugestão (Em %)	466

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	Roteiro básico de entrevistas	513
ANEXO B	Ficha de coleta de dados junto à comunidade	514

LISTA DE SIGLAS

AABB	Associação Atlético Banco do Brasil
ABAETUR	Associação Bonitense de Agências de Ecoturismo
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABH	Associação Bonitense de Hotelaria
ABRAMPA	Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente
ACEB	Associação Comercial e Empresarial de Bonito
ADEMASP	Associação de Defesa da Flora e da Fauna de São Paulo
ADEPOL/MS	Associação de Delegados de Polícia de Mato Grosso do Sul
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AGTB	Associação dos Guias de Turismo de Bonito
APL	Arranjo Produtivo Local
ASTA	American Society of Travel Agents
ATRATUR	Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BRAZTOA	Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
CACEL	Compromisso de Ajustamento às Exigências Legais
CDM	Clean Development Mechanism
CECPA	Comissão Estadual de Controle da Poluição Ambiental
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CF	Constituição Federal
CFC	Clorofluorcarbono ou clorofluorcarboneto
CFE	Conselho Federal de Educação
CICPAA	Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição do Ar e das Águas
CIN	Comitê Intergovernamental de Negociações
CITE	Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora
CMA	Chemical Manufactures Association
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNEA	Conferência Nacional de Educação Ambiental

CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODEMS	Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul
COMDEMA	Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPERBON	Cooperativa de Transportes de Bonito
CPRH	Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração dos Recursos Hídricos
CPRM	Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais
DDT	Dicloro Difenil Triclorostano
DEA	Diretrizes da Educação Ambiental
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
ECT	Empresa de Correios e Telégrafos
EIA	Estudos de Impactos Ambientais
EIA-RIMA	Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente
EMBRATUR	Instituto Brasileiro Turismo / Empresa Brasileira de Turismo
ENERSUL	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul
EPA	Environmental Protection Agency – Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPEC	Fundação de Apoio à Pesquisa ao Ensino e Cultura
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FBDS	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
FCR	Fundação Cândido Rondon
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
FWEEC	First World Environmental Education Congress
GEE	Gases de Efeito Estufa

HCFC	Hidroclorofluorcarbono
IASB	Instituto das Águas da Serra da Bodoquena
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IBET	Instituto Brasileiro de Estudos Tributários
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDER	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
IEB	Instituto de Ecoturismo do Brasil
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFOAM	Internacional Federation on Organic Agriculture
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change - Painel Intergovernamental em Mudanças Climáticas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IQA	Índice de Qualidade da Água
ISSO	Internacional Organization for Standarzation
ISS	Imposto Sobre Serviço
ISSQN	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
ITC	Conferência Técnica Internacional sobre Proteção da Natureza
IUCN	Union for Conservation of Nature and Natural Resources - União Internacional para Conservação da Natureza
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MIC	Ministério e Indústria e Comércio
MINC	Ministério da Cultura
MIT	Massachussetts Institute of Technology
MP	Ministério Público
MOAB	Movimentos dos Atingidos pelas Barragens
OEA	Organização dos Estados Americanos

OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMM	Organização Meteorológica Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCBAP	Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai
PEPEA	Programas de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental
PIB	Produto Interno Bruto
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PMA	Polícia Militar Ambiental
PNB	Produto Nacional Bruto
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	United Nations Environment Programme – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
REASUL	Rede de Educação Ambiental da Região Sul
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
REPAMS	Associação dos Proprietários de RPPN's de Mato Grosso do Sul
RPPN	Reservas Particulares de Proteção Natural
SANESUL	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEMADES	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMAF	Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Bonito
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SGA	Sistema de Gerenciamento Ambiental
SIBEA	SIBEA- Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis
SM	Salário Mínimo

SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SPVEA	Superintendência Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCDD	Tetracloro Dibenzeno Dioxina
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UEMT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UIOOT	União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
UNEP	United Nations Environment Programme
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC	Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática
UNIDERP	Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal
UNSCCUR	United Nations Scientific Conference on Conservation and Utilization of Resources
UNSTAT	United Nations Statistical Commission
UNWTO	United Nations World Tourism Organization
UPL	Unidade de Processamento de Lixo
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development
WSSD	World Summit for Sustainable Development
WTO	World Tourism Organization
WTTC	World Travel & Tourism Council – Conselho Mundial de Viagens e Turismo
WWF	World Wildlife Fund – Fundo para a vida Selvagem

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O INÍCIO DE UMA BELA VIAGEM...	24
CAPÍTULO 1: CRISES, IMPASSES, AVANÇOS DO AMBIENTALISMO NO BRASIL E NO MUNDO	39
1.1 As inquietações do homem diante do meio ambiente anteriores ao século XX	41
1.2 O ambientalismo no início do século XX	58
1.2.1 O ambientalismo no contexto dos anos de 1960	66
1.2.2 O ambientalismo no contexto dos anos de 1970	72
1.2.3 O ambientalismo no contexto dos anos de 1980	83
1.2.4 O ambientalismo no contexto dos anos de 1990	93
1.2.5 O ambientalismo no contexto dos anos 2000	104
CAPÍTULO 2: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DISCURSO OU POSSÍVEL SOLUÇÃO?	119
2.1 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: origem, evolução, conceito, dimensões, imprecisões e contradições	120
2.1.1 A gênese e a evolução do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade	122
2.1.2 Dimensões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade	136
2.1.3 Imprecisões e contradições do desenvolvimento sustentável	139

2.2 Educação ambiental: uma ferramenta da conscientização para o DS e a sustentabilidade	143
2.2.1 O homem educando e aprendendo	144
2.2.2 A educação ambiental: conceito e evolução	148
2.2.3 Educação ambiental: conscientização para o desenvolvimento sustentável	158
CAPÍTULO 3: A ATIVIDADE ECONÔMICA DO TURISMO – ASPECTOS CONCEITUAIS E APORTES TEÓRICOS	164
3.1 A evolução do conceito de turismo	165
3.2 O conceito de “turista”	177
3.3 Um breve histórico do turismo: da gênese à importância nos dias atuais	183
3.4 Turismo de massa <i>versus</i> turismo alternativo	204
3.5 Turismo em espaços rurais: abordagem de alguns tipos	209
3.6 Principais impactos causados pela atividade do turismo	223
CAPÍTULO 4: BONITO – DESVENDANDO O TURISMO NO REINO DAS ÁGUAS CRISTALINAS	247
4.1 Mato Grosso do Sul no contexto turístico	248
4.2 Aspectos gerais do município de Bonito	259
4.3 Caracterização do nicho urbano	284
4.4 Aspectos econômicos de Bonito	290
4.5 Panorama histórico do turismo em Bonito	299
4.6 O turismo de Bonito e os principais atrativos	310

CAPÍTULO 5: OS ENCONTROS E DESENCONTROS DO TURISMO COM A SUSTENTABILIDADE EM BONITO	313
5.1 A relação do cidadão de Bonito com o turismo local	314
5.2 Os (des)encontros com a cultura, o artesanato, a gastronomia e as festividades locais	361
5.3 Raízes e ações ditas e tidas como ambientalistas em Bonito: as polêmicas e os debates	377
5.4 A Promotoria de Justiça de Bonito	387
5.5 As principais ONGs de Bonito e sua contribuição	396
5.5.1 Brazil Bonito	398
5.5.2 Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB)	403
5.5.3 Fundação Neotrópica do Brasil	411
5.5.4 Instituto Família Legal	416
5.6 Projeto Pé da Serra	421
5.7 Obrigatoriedade do acompanhamento dos guias de turismo	431
5.8 Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	454
5.9 <i>Voucher</i> Único – Uma ferramenta de controle	470
 CONCLUSÃO: ... O FIM DE NOSSA VIAGEM!	479
 REFERÊNCIAS	489
 ANEXO	513
ANEXO A	514
ANEXO B	515

INTRODUÇÃO: O INÍCIO DE UMA BELA VIAGEM...

A natureza é o único livro que oferece um conteúdo valioso em todas as suas folhas.

Johann Goethe

Atualmente, a difusão do turismo como alternativa de desenvolvimento socioeconômico em municípios de pequeno porte com atrativos naturais produz preocupações a respeito dos impactos que essa atividade econômica pode provocar na natureza e na comunidade local. Por um lado, é visto como um vetor de desenvolvimento, já que gera empregos, renda e impostos, mas, por outro, provoca custos sociais, ambientais e culturais que, na maioria das vezes, não são contabilizados e nem mesmo notados pelos gestores.

Diante desse quadro, em período mais recente passou a ser amplamente estudado: várias pesquisas surgiram tendo como objeto os impactos causados pelo turismo. Merecem destaque as de Ruschmann (1999), Beni (2001), Krippendorf (2000), Lage; Milone (2000).

Nas reflexões desses autores, o planejamento entra como ferramenta importante para minimizar os impactos negativos do turismo, pois um processo bem estruturado de planejamento pode ser determinante para a continuidade da atividade do turismo na localidade. De qualquer modo, o processo de turistificação do espaço continua em marcha. Cabe lembrar que, em muitos dos municípios de pequeno porte onde o turismo é hoje o “carro chefe” de suas economias, essa atividade surgiu ao acaso, de forma não planejada e, assim, ocasionou impactos nas áreas urbana e rural e sobre a própria população local.

Este trabalho, intitulado *Encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade: Um estudo do município de Bonito – Mato Grosso do Sul*, segue, no entanto, por outra vertente, com o intuito de analisar as ações locais referentes ao fenômeno do turismo que buscam manter-se em consonância com a natureza e a comunidade local. Em outras palavras, é uma análise do desenvolvimento turístico no município de Bonito, segundo a ótica da sustentabilidade.

Nos dias atuais, têm-se tornado cada vez mais frequentes as preocupações que envolvem questões ambientais, como aquecimento global, alimentação saudável, desenvolvimento com menor impacto ambiental, qualidade de vida, entre outros. Em resumo, há discussões buscando formas de produção e de consumo que se enquadrem na sustentabilidade.

Indiscutivelmente, cresce em ritmo forte a necessidade de entender o meio ambiente, o que aprofunda os debates no limiar da era “pós industrial” em âmbito global, tendo como “ponto final” o embate com o “mundo sustentável”. A cada dia, veem-se os termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” estampados em jornais, revistas, programas de governo, livros e até mesmo em matérias televisivas.

O conceito de desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade é amplamente utilizado nas mais variadas áreas do conhecimento, estando relacionado com a conservação e preservação dos recursos naturais em consonância com o ser humano. Em outras palavras, implica concordar com a necessidade de satisfazer o consumo presente, mas sem esgotar os recursos para as futuras gerações. Vale lembrar, contudo, que as questões ambientais repercutem diretamente nas dimensões sociais e econômicas, e é justamente o que foi investigado em Bonito.

Nesse município, há várias ações que buscam a sustentabilidade e que muitas vezes são realizadas por ONGs e instituições públicas. Já no caso da iniciativa privada, essas ações garantem mercado, diferenciação de produtos e, sobretudo, agregam-lhes valor.

Não se pode, entretanto, negligenciar que, além de pontos de “encontro com a sustentabilidade”, ou seja, ações que visam impactar de forma positiva a sociedade e o meio ambiente, há também os impactos negativos, que têm ocasionado problemas no meio ambiente desse município e na comunidade local, ou seja, os “pontos de desencontro” com a sustentabilidade. Essas disparidades ocorrem em razão de o turismo estar sendo uma atividade econômica amplamente explorada em Bonito e, portanto, merecem ser investigadas.

Tais impactos obrigam a sociedade a rever os paradigmas que envolvem as questões de desenvolvimento, conservação e preservação dos recursos naturais, ou seja, circundam o modelo de consumo e de produção em face da escassez/esgotamento desses recursos, aqui, em especial, recursos que estejam intimamente ligados ao turismo. Ademais, quando tratamos do meio ambiente como um todo, incluímos os seres humanos. Dito isso, pode-se pensar que

esse modelo tem colocado em risco a sua própria existência, e, portanto, não têm faltado críticas ao modelo de desenvolvimento vigente.

Ao incorporar esses pensamentos sobre o homem *versus* a crise ambiental, a proposta para a realização deste trabalho nasceu da reflexão que envolve e mescla as questões da sustentabilidade e do turismo. Não obstante, sabe-se que há uma crescente produção de trabalhos relacionados à área ambiental e também ao próprio turismo. Pressionados pelas demandas da sociedade, muitos estudos foram produzidos por instituições governamentais; outros por não governamentais e ainda outros por pesquisadores do mundo científico e acadêmico.

Esta tese de doutoramento em Geografia é, portanto, mais um trabalho na área ambiental, porém investiga o fenômeno do turismo e suas relações com a sustentabilidade, em um município de pequeno porte do interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

Quanto a esta tese ter sido elaborada na área da Geografia, encontra sua justificativa no fato de ser uma das ciências, por excelência, que tem grande aderência com as áreas do turismo e da sustentabilidade. Nela se pode pensar o turismo, a natureza e as populações locais a partir da região, do lugar, do espaço, do território e da paisagem. Não bastasse isso, é válido lembrar que a Geografia, a partir da segunda metade do século passado, já via no Turismo uma fonte de estudos inesgotável.

Para reforçar essa afirmação do interesse da Geografia pela área do Turismo, apresenta-se o texto de Machado (2007, p.78):

Consta que em 1956, no XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, foi apresentado um trabalho intitulado *L'évasion urbaine*, cuja autoria era dos geógrafos franceses (G. Chabot e M.C. Pingaud) e que no ano seguinte virou um capítulo do livro *La vie urbaine*. Porém, os trabalhos envolvendo a geografia e o turismo no Brasil, são relativamente recentes, apesar do considerável crescimento dos estudos realizados por geógrafos no Brasil em torno do fenômeno do turismo. Como poderia a geografia se isentar dos estudos do turismo se este vem a ser um fenômeno de importantes repercussões espaciais; e não apenas uma atividade econômica?

Desse período em que se iniciaram os estudos da Geografia do Turismo até os dias atuais, o fenômeno cresceu de forma vertiginosa, e o interesse por investigá-lo ampliou-se na mesma intensidade. É natural que, numa conjuntura de expansão, haja também um amadurecimento dos estudos, interpretações e análises que o envolvem.

Na introdução do livro de Cruz (2003), há uma contribuição que mostra outra particularidade que associa Geografia e Turismo de forma plena. “O turismo é a única prática social que consome elementarmente espaço”. Pode-se dizer “de forma plena” em virtude de a Geografia ser a ciência mais adequada para desenvolver estudos que envolvem o espaço.

Seguindo nessa mesma linha de reflexão, Conti (2003, p. 68) já vislumbra o fenômeno do turismo como um processo que interessa a todos e isso permite que tenha uma estreita relação com a Geografia como ciência que “[...] se propõe a interpretar os arranjos espaciais da superfície terrestre e a decodificar toda a complexidade de seu dinamismo”.

Por sua vez, Mariani (2004, p.81) já traz essa discussão para um período mais recente: “Nesta última década, a geografia, preocupada com as questões afeitas ao turismo, vem crescendo consideravelmente, são essas questões de um mundo globalizado e que devem ser consideradas e enfocadas pela ciência geografia”.

A partir dessas reflexões, justifica-se tecer um pano de fundo do que já foi relatado por Machado (2007): há um interesse crescente da Geografia em estudar o fenômeno do turismo desde a segunda metade do século XX, período do pós-guerra, em que ocorreram mudanças consideráveis que favoreceram seu crescimento.

A partir daí, o “produzir” produtos para o turismo tornou-se algo muito rentável, massificando, assim, sua oferta e demanda, passando a envolver diretamente a exploração dos recursos naturais. Diante disso, testemunha-se o uso e ocupação do solo de forma irregular. No mínimo, é fundamental destacar que a atividade econômica do turismo não foi a única a explorar sem precedentes o meio ambiente. Empresas de vários segmentos deterioraram os componentes da biosfera – recursos hídricos, solos, flora, fauna, atmosfera, entre outros – até colocarem em risco a própria sobrevivência humana.

É de ressaltar, ainda, que o abuso do poder econômico sobre o meio ambiente era (e, em alguns casos, ainda é) justificado em razão da necessidade de crescimento econômico, renda, empregos, impostos e, sobretudo, lucro e acumulação de capital. Há inúmeros discursos e defesas fervorosas do crescimento com base no “custe o que custar”, sob o argumento de que a defesa, conservação e preservação do meio ambiente acabam travando o crescimento e o desenvolvimento, impedindo, assim, a geração de empregos, renda e impostos.

O turismo pode ser considerado uma alternativa de exploração econômica que tem ligação com a sustentabilidade, já que seus recursos principais são a natureza, a comunidade

local e sua cultura, os costumes e tradições, sendo necessário preservá-los. No caso do Brasil, destaca-se o ecoturismo como o possível carro “carro chefe” nos negócios turísticos, uma vez que o país tem um enorme potencial, apresentando uma infinidade de áreas e regiões propícias à sua prática nessas áreas. Ocorre, todavia, que o turismo deve obedecer a uma série de regras, planejamento e envolvimento de toda a comunidade, setor público, setor privado, ONGs e do próprio turista para que possa minimizar seus impactos e estar em consonância com os princípios da sustentabilidade.

Vindo ao encontro disso, nos últimos anos tem ocorrido uma busca por uma nova lógica civilizatória, que cria valores e modelos societários. É a tendência do “ecologicamente correto”, do “sustentável”, do eco dos “ecos”, direcionando parte da sociedade para um enquadramento técnico e ético, tanto na produção quanto no consumo, desse “bem”.

Dessa forma, a busca pela sustentabilidade, mesmo ficando apenas no discurso e no *marketing*, tornou-se uma necessidade, vindo à tona para todas as atividades, setores e segmentos da economia. Nisso o turismo não é diferente, uma vez que também se enquadra nesse contexto e novo paradigma.

Para contribuir com essa discussão, é importante ressaltar que essa ideia de “sustentável”, em grande parte dos casos, é somente uma forma a mais para agregar valor aos produtos e serviços, pois há muitos discursos nesse sentido, porém poucas ações e avanços no campo ambiental.

Acompanhando os acontecimentos de muitos setores, o que realmente ocorre no âmbito do ambientalismo pode afunilar-se para dois sentidos: a obrigatoriedade das leis ambientais, que, por sinal, vêm-se tornando cada vez mais rígidas, e a possibilidade de ampliação dos lucros a partir da oportunidade gerada pela crise ambiental. Hoje, o que se diz “sustentável” ou “ecológico” é “vendável” para grande parcela da população mundial.

Do ponto de vista formal, essa persistente e pertinente busca por se tornar sustentável só existe por estarmos vivendo uma crise ambiental, a qual, como já nos referimos, é fruto do modelo econômico dominante. Nesse contexto, Hutchinson (2000, p. 22) lembra que “[...] negar totalmente a crise ambiental, seria trair não apenas nosso melhor julgamento, mas também a capacidade essencial da percepção humana”.

Ainda que o tema seja emblemático, Lima (2005, p. 26), por sua vez, aponta que os problemas relacionados ao meio ambiente “[...] envolvem as relações entre a sociedade e o ambiente, as relações que os homens estabelecem entre si na vida social, como também as

relações dos indivíduos consigo mesmo”. O autor complementa afirmando que há uma “[...] ocorrência simultânea e interdependente da degradação humana, social e ambiental”.

A necessidade de pensar o futuro a partir de ações do presente nunca foi, portanto, tão imprescindível. É inegável que esse fato decorre do crescimento econômico ambientalmente caótico e socialmente excludente. Em razão do exposto, nosso estudo parte da ideia apresentada por vários estudiosos da área de sustentabilidade.

Guilherme (2007) faz vir à tona o que se tornou mote a partir da Conferência da RIO-92, que é a descentralização ambiental: é necessário manter o pensamento ambientalista do “pensar globalmente e agir localmente”.

Outra questão que ganha importância é a não existência de um meio ambiente individual, isolado, mas sim global, coletivo, interdependente e interligado. Em outras palavras, ações realizadas do outro lado da Terra repercutem no planeta como um todo e, diante disso, a pressão por ações sustentáveis locais aumenta. Capra (1982, p.14) reforça a ideia de interdependência: “[...] vivemos num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes”.

O exposto reforça a premissa do “pensar globalmente e agir localmente” e a de que “o ser humano tem os pés no chão (local) e a cabeça aberta para o infinito (global)”, conforme destaca Boff (1999, p.135), ao afirmar que “[...] que o homem deve cuidar do planeta (global) e ter cuidados especiais para o seu *habitat* (local)”.

Assim como muitos outros, Oliveira (2003, p. 37) dá mais força ao debate demonstrando que o futuro da humanidade depende da preservação ambiental:

A preservação do meio ambiente é um fator que atrai atenções no mundo inteiro. “Porque é aqui mesmo que vivemos”, torna-se a razão universal imediata para este fato. “Não herdamos o meio ambiente de nossos pais; nós o tomamos emprestado de nossos filhos”, seria a razão que justifica esta atenção para além do senso de autopreservação urgente, projetando sua importância para o futuro.

Há, portanto, um alinhamento de argumentos de que o meio ambiente depende de preservação e conservação. Mais recentemente, a discussão centra-se na premissa da iminente crise ambiental e das causas de tantas tragédias ambientais. Além disso, a sociedade atual passa cada vez mais a buscar a prática do turismo como atividade necessária, desejável, de descanso e de lazer. Hoje o turismo pode e deve estar enquadrado e preparado para recebê-los.

Em face do exposto, priorizamos um estudo do turismo em um município de pequeno porte com atrativos naturais, nesse caso o município de Bonito – Estado de Mato Grosso do Sul (MS) –, que tem recebido, nos últimos anos, uma atenção especial por parte do mundo acadêmico e científico com relação às modificações e às influências que a atividade econômica do turismo tem trazido para o município e seus moradores. Citam-se os seguintes autores: Mariani (2000, 2004), Vargas (1998, 2001), Barbosa; Zamboni (2000), Camargo; Joia (2004), Boggiani (2001), entre tantos outros.

O município de Bonito localiza-se no sudoeste de Estado de Mato Grosso do Sul, na sub-bacia do rio Miranda. Sua área territorial é de 4.934,318 Km², representando 1,38% do território do Estado. Segundo o Censo Demográfico de 2000, o município contava com uma população total de 16.956 habitantes (sendo 15.715 na sede do município e 1.241 no distrito de Jabuti). Apresenta uma paisagem típica das regiões calcárias, onde há centenas de grutas e cavernas, entretanto não é só a visita às grutas explica o grande fluxo de turistas nesse município, mas também a existência de vários rios de águas cristalinas, cachoeiras e a diversidade de fauna e flora.

Nossa primeira visita ao município de Bonito ocorreu no ano de 2005, quando ainda não havíamos ingressado no curso de doutoramento, entretanto, já nesse primeiro contato, pudemos constatar que o município seria um ótimo laboratório de estudos envolvendo o turismo e a sustentabilidade.

Não parece haver dúvida de que o turismo em Bonito tem se mostrado uma importante atividade econômica, sendo fonte geradora de empregos, renda e impostos. Por outro lado, com o aumento do fluxo de turistas, pode trazer a degradação ambiental, social e cultural, a não ser que haja ações locais em conjunto envolvendo setor público, setor privado, ONGs e municípios em defesa do meio ambiente, da cultura e da comunidade.

Com isso, surge uma **questão central** que será norteadora e motivadora para a elaboração desta tese: Quais são os principais pontos de encontro e de desencontro entre a atividade do turismo com a sustentabilidade no município de Bonito? Em que medida essas instituições, ações, programas ou instrumentos são sustentáveis?

Cabe lembrar, entretanto, que há um conjunto de outras questões que permeiam essa discussão, além de que nosso tema é bastante amplo e merece ser mais bem detalhado. Ademais, conforme o estudo se desenvolve, surgem novas questões que, no momento pertinente, virão a ser investigadas.

Para responder à questão central anunciada, partimos do pressuposto de que há várias ações de sustentabilidade ocorrendo no município de Bonito, e é justamente essas que destacamos na tese. Impulsionados pela questão central, tratamos dos principais pontos de desencontro em relação à sustentabilidade, os quais também merecem destaque. Enfim, como ficou explícito no título da tese, abordamos “os encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade”.

Ancorando a ideia central da tese, Guilherme (2007, p.19) observa, de forma geral, que a sustentabilidade, além de estar “descentralizada”, ou seja, focada no local, deve passar por ações que tenham ligações com:

[...] preservação, conservação, desenvolvimento, degradação e recuperação adicionando ainda outros indicadores como os relativos à cidadania, ao monitoramento, à capacidade diferenciada de mão-de-obra e a mecanismos técnicos inovadores, que são resultantes novas e diferenciadas no espectro da questão abordada.

A partir do que vem sendo exposto, considera-se lógica e de vital importância a escolha de um município de pequeno porte para a investigação, e a opção por Bonito justifica-se pela sua protuberância como uma das áreas de maior destaque e significância para o turismo de natureza, de aventura e ecoturismo do Brasil, tendo uma riqueza hidrográfica considerável. Além disso, este estudo apresenta uma abordagem múltipla (econômica, social, ambiental/ecológica, cultural e espacial/geográfica) e o município de Bonito constitui-se como um excelente campo de estudos envolvendo o turismo e a sustentabilidade.

Almeja-se investigar e analisar atos, ações, iniciativas, programas, projetos que venham a contribuir com a proposta inicial de estudo. Destaca-se, em Bonito, a existência de um instrumento de controle de capacidade de carga nos atrativos turísticos (*voucher* único), além de que o Poder Público Municipal e o Ministério Público estão envolvidos com a recuperação, conservação e preservação ambiental. As visitas e passeios só são realizados com o acompanhamento de guias treinados, o que permite um controle maior sobre o uso dos atrativos. Nesse município, há também a presença de organizações não governamentais (ONGs) atuantes, além de um projeto de economia solidária voltado para assentados. Por fim, temos a figura institucional do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que se tornou a grande arena de debates entre os atores envolvidos como o turismo. A iniciativa privada encontra-se organizada em associações, realizando ações de cooperação em prol do turismo

local. Por outro lado, há impactos que passaram a existir a partir da gênese do turismo, como o abandono das tradições locais, a mudança na gastronomia, entre outros.

Vale lembrar que, quando se cita o turismo de Bonito, já há uma expectativa de “paraíso das águas”, “reino das águas cristalinas”, muito verde e natureza preservada, sendo considerado um exemplo positivo para outros polos de ecoturismo do Brasil e visitado por turistas de várias partes do mundo.

Diante desse quadro, o estudo prioriza um **objetivo geral**, que consiste em diagnosticar e analisar os principais pontos de encontros e desencontros entre o fenômeno do turismo e a sustentabilidade, ou seja, coincide com a pretensão de aprofundar a análise das ações, das práticas e das políticas que relacionem estreitamente a sustentabilidade e a atividade econômica do turismo para o município de Bonito.

Para alcançarmos o objetivo geral, destacamos os seguintes **objetivos específicos**:

1. identificar e analisar a dimensão da preocupação com as questões da sustentabilidade no município de Bonito;
2. analisar as principais instituições, ações, iniciativas, políticas, planos, programas, práticas e interesses que estabeleçam ligação entre o turismo e a sustentabilidade, tanto do setor público quanto da iniciativa privada e Ongs;
3. apontar os encontros e desencontros já existentes e em potencial em decorrência da atividade do turismo no município de Bonito e propor algumas ações que tragam melhorias para a comunidade local e o meio ambiente.

Como **hipótese inicial**, temos a ideia constituída de que o fenômeno do turismo em Bonito, apesar de estar sendo tratado como uma mercadoria, é um caso bem sucedido de recuperação e conservação do meio ambiente, em especial das áreas que são utilizadas como atrativos turísticos. Isso ocorre por várias razões, dentre elas: maior atuação do movimento ambientalista e das próprias ONGs instaladas no município; as questões que envolvem a educação ambiental; instrumentos de controle, como o uso do *voucher* único e a obrigatoriedade dos guias de turismo nos passeios; atuação do Poder Público Municipal e do Ministério Público; a própria legislação ambiental brasileira. Assim, nossa hipótese é de que há mais pontos de encontro do que de desencontro com a sustentabilidade.

Importa destacar que o turismo em Bonito depende diretamente da conservação, uma vez que, se houver uma grave degradação, haverá perda no fluxo de turistas, ou seja, perda no

volume das receitas, empregos, renda e impostos. A principal atividade econômica antes praticada em Bonito era a pecuária, entretanto, a partir do *boom* turístico que ocorreu no município na década de 1990, houve ganhos com a inserção dessa atividade, sendo necessário manter ou ampliar os fluxos de turistas (VARGAS, 1998 e MARIANI, 2000). Mesmo com os possíveis ganhos que o turismo trouxe para as áreas econômica, social e ambiental, ainda persistem dúvidas que serão respondidas no decorrer desta tese no que diz respeito ao âmbito cultural.

Para atingir os objetivos desejados, a **metodologia** empregada compreendeu inicialmente um levantamento bibliográfico/webbliográfico, para a elaboração da fundamentação teórica, que é a base de sustentação do trabalho.

Selltiz et al. (1975) destacam que qualquer comunidade que utilize a escrita possui muitos dados e documentos sobre o comportamento de seus membros e que o pesquisador social pode utilizá-los. Nessa linha, May (2004) observa a importância da pesquisa documental e bibliográfica, que podem evidenciar a maneira pela qual os eventos são construídos, as justificativas empregadas, assim como fornecer materiais para investigações que requerem mais profundidade no assunto. Selltiz et al. (1975), discutindo sobre as fontes em pesquisa documental e bibliográfica, consideram a possibilidade de o pesquisador social utilizar registros estatísticos, documentos pessoais – como autobiografias, cartas, diários – e informações obtidas pelos meios de comunicação de massa.

May (2004), complementando as fontes expostas por Selltiz et al. (1975), expõe que hoje existe uma ampla variedade de fontes documentais e bibliográficas que inclui documentos históricos, leis, declarações e relatos de pessoas sobre determinados assuntos.

Nessa perspectiva, é necessário elucidar diferenças evidentes entre documentos-arquivo e documentos-registro. Para Hodder (2000), os registros incluem, por exemplo, certificados de casamento, contratos de construção, entre outros, enquanto os arquivos incluem, numa perspectiva mais pessoal e informacional, notícias, diários, cartas e notas de campo. Os registros são, portanto, documentos de caráter oficial, enquanto os arquivos em si são de caráter mais pessoal ou informacional. Hodder (2000) esclarece que, apesar de marginal, essa diferenciação é extremamente importante, pois os pesquisadores podem ter amplo acesso a determinados tipos de “arquivos” e, contrariamente, ter acesso restrito a determinados tipos de “registros”, pelo fato de, em muitos casos e dependendo da pesquisa, esses registros serem privados, confidenciais e não disponíveis.

Merriam (1998) ensina que uma proposta específica para a pesquisa documental e bibliográfica é apreender mais sobre determinada situação, pessoa ou evento. Para a autora, a pesquisa documental e bibliográfica pode ser utilizada, por exemplo, no estudo crítico sobre determinado evento, assim como na descrição de um programa ou evento, desde que a intenção seja esclarecer ou possibilitar uma contextualização da situação “atual”. Nesse contexto, as fontes de pesquisa documental foram publicações e notícias, entre outras, colhidas em meios eletrônicos e bibliotecas.

A pesquisa bibliográfica inicial foi realizada priorizando temas como: turismo, movimento ambientalista e desenvolvimento sustentável, o que viabilizou a elaboração do projeto de pesquisa para o ingresso no curso de doutoramento em Geografia.

Em face da necessidade de aproximação dos temas, tornou-se necessário entender e estender os conceitos gerais deste estudo. Nesse ponto, foram investigados os seguintes temas: turismo, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, movimento ambientalista, geografia do turismo e informações sobre Bonito de forma geral. Essa pesquisa bibliográfica complementar permitiu o redirecionamento do estudo e o aguçamento do “senso crítico” e investigativo para a realização das visitas feitas às áreas de estudo com a finalidade de examinar as potencialidades *in loco* e para a elaboração dos questionários da pesquisa de campo.

Buscamos primeiramente o máximo de informações em teses, dissertações, monografias e artigos que trazem o turismo de Bonito como foco da pesquisa. A revisão de princípios teóricos e a identificação de novos conceitos foram de grande valia para a construção do estudo, pois permitiram um olhar mais crítico e auxiliar na pesquisa de campo.

Este estudo também demandou a coleta de dados secundários. Em outras palavras, buscamos dados que já haviam sido coletados, analisados e disponibilizados por outros pesquisadores ou instituições, como IBGE, IPEA, Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul, Secretaria Municipal de Turismo de Bonito, Fundação Candido Rondon entre outros.

A outra etapa do estudo foi a busca por dados de fonte primária “[...] aquela que teve uma relação física direta com os fatos analisados, existindo um relato ou registro de experiência vivenciada”. (MENEGUZZO, 2008, p. 33) o que implicou a elaboração de questionários (Anexo A) e roteiro de entrevista (Anexo B) visando atingir os objetivos geral e específicos. Para isso, procurou-se apreender as orientações, sugestões e observações do exame de qualificação, que ocorreu em agosto de 2009.

Este estudo valeu-se do paradigma qualitativo e, considerada a classificação proposta por Vergara (2000), tem caráter descritivo.

Como técnica, foram empregadas entrevistas em profundidade, para atender ao objetivo de penetrar no universo dos atores envolvidos com o estudo e, assim, levantar informações aprofundadas sobre os temas. Como salientam Fontana e Frey (2000), a entrevista em profundidade é uma modalidade de entrevista em que o pesquisador possui apenas um roteiro de temas que devem ser abordados e deixa a cargo dos pesquisados a construção das informações ou dos sentidos. A intenção dessas entrevistas foi aprofundar e complementar as informações extraídas dos documentos e arquivos.

Elencamos como fundamental entrevistar vários atores sociais envolvidos com os problemas investigados, a saber: 6 autoridades (das esferas municipal e estadual); 15 guias de turismo (que consideramos como elos entre os turistas e os ofertantes de atrativos e passeios); 5 representantes das ONGs (mais atuantes do município); 5 empresários pioneiros do setor de turismo (que foram importantes para a viabilização do turismo local e nos auxiliaram na construção de detalhes históricos e na identificação das muitas mudanças ocorridas no setor); 3 consultores do SEBRAE (que apresentam uma visão diferenciada de turismo, ou seja, mais voltada para o negócio); 1 funcionário da Secretaria Municipal de Turismo de Bonito; 1 presidente de associação de assentados, 2 conselheiros tutelares, 5 funcionários de lojas de artesanato e 6 representantes de associações do *trade*.

A respeito dos questionários, foram estruturados com 30 questões, distribuídas em abertas, fechadas do tipo “sim ou não” e de múltipla escolha.

Os questionários foram aplicados com o auxílio de quatro alunos do 1º ano do curso de Turismo¹ da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Bonito – que antes de irem a campo, foram devidamente treinados para a função. A escolha das residências deu-se de forma aleatória. O período durante o qual os pesquisadores estiveram em campo estendeu-se do dia 29 de setembro a 2 de outubro de 2009, sendo entrevistados somente moradores de Bonito.

Deve-se também ressaltar que optamos por preservar a identidade dos entrevistados na tese (não nominando os sujeitos), garantindo-se, assim, não só os princípios éticos, mas também maior imparcialidade. O fato de Bonito ser um município de pequeno porte poderia

¹ Os alunos que auxiliaram na aplicação dos questionários foram: Leandro de Paula Neto, Alisson Marques Martins, Eudilso Hadoberto Alderete e Gizeli Moraes.

inibir a fala de algum dos entrevistados, de modo que apenas informações não consideradas como pontos polêmicos (dados históricos e ações das ONGs) foram atribuídas aos respectivos atores. Houve entrevistados que solicitaram a não divulgação de seus nomes quando se tratava de pontos polêmicos.

As entrevistas foram feitas após agendamento prévio, com auxílio de um roteiro semiestruturado, seguindo as sugestões do exame de qualificação. Houve momentos em que as entrevistas implicaram a realização de questionamentos extras.

Essas entrevistas foram realizadas em vários momentos do ano de 2009, mas grande parte delas ocorreu no período de 28 de setembro a 8 de outubro de 2009. Todas as entrevistas foram registradas por meio de um gravador portátil e transcritas sem qualquer alteração. A seleção dos trechos transcritos obedeceu, na tese, aos critérios da relevância e da aderência aos assuntos abordados nos subitens.

Com relação aos mapas, tivemos dificuldades para sua obtenção, mas, durante o desenvolvimento da pesquisa, essas foram progressivamente superadas. Optamos pela estratégia de utilização das imagens de satélite do Google e contamos com o auxílio de uma aluna do mestrado da UFMS – Câmpus de Três Lagoas.

Diante do exposto, pode-se perceber que não houve aproveitamento de todo o conteúdo coletado em campo, o que pode culminar na elaboração de novos artigos e estudos, além da tese.

Cabe ressaltar que houve momentos em que utilizamos também a técnica de observação direta e, em outros foram, feitas entrevistas informais com moradores locais, comerciantes e até mesmo turistas, o que nos auxiliou na elaboração do estudo. Além disso, foram usadas várias fotografias para registrar pontos ou aspectos relevantes para a pesquisa.

Para a obtenção de resultados mais próximos da realidade do município como um todo, optamos por utilizar a amostragem probabilística estratificada, ou seja, consultamos a quantidade de pessoas proporcionalmente ao número de residências daquela região da cidade. Essa opção foi selecionada a partir do estudo de Meneguzzo (2008), o pesquisador que seguiu o mapeamento urbano de Bonito, dividindo a área urbana em seis grandes regiões: Centro, Rincão Bonito, Vila Donária, Vila América, Recreio e Vila Machado.

Meneguzzo (2008) apoiou-se em dados que diziam respeito à totalização de residências por setor, referentes ao ano de 2007, e fornecidos pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Bonito (SEMAF). Diante disso, a pesquisa de campo deste

estudo foi elaborada com base nos procedimentos metodológicos de Meneguzzo. Para a elaboração de nosso estudo, aplicamos 211 questionários no perímetro urbano de Bonito, nessas seis grandes regiões, conforme detalhamento da tabela a seguir:

TABELA 1 Proporção de habitantes nas diferentes regiões da área urbana de Bonito

Regiões	Habitacões	% de habitacões	Questionários aplicados
Centro	1.179	32,77	69
Rincão Bonito	771	21,23	45
Vila Donário	825	22,72	48
Vila América	447	12,31	26
Recreio	248	6,84	14
Vila Machado	150	4,13	9
TOTAL	3.620	100	211

Fonte: adaptado de MENEGUZZO (2008).

Com base na tabela acima, tendo um universo de 3620 habitacões, a amostra de 211 questionários foi balizada com uma estimativa de confiabilidade de aproximadamente 94%. É bom mencionar que, embora os dados quantitativos sejam relevantes (e, por isso, apresentem-se ao longo do trabalho), esta pesquisa é de caráter qualitativo, uma vez que, conforme destaca Minayo (1994), a abordagem qualitativa é fundamental para conhecer o fenômeno, as açoes e a relações humanas de forma aprofundada, ou seja, um lado que não é perceptível e captável pelas equações, amostras e médias.

Apesar do rigor nos procedimentos empregados para a elaboração deste estudo, há limitacões que dificultaram seu pleno andamento, como a escassez de bibliografia mais diversificada sobre o turismo em Bonito. Há também a falta de um banco de dados regionais e local, o que resultou na carência de informações sobre dados históricos do turismo em Bonito e na Serra da Bodoquena. Destaca-se ainda a dificuldade para a obtençao de mapas oficiais do território que representem aspectos do meio físico e socioeconômico, especialmente a base cartográfica municipal em várias escalas.

Em face do exposto e de tantas possibilidades de investigacão, uma pesquisa que busque correlaçoes entre o turismo e meio ambiente já tem a **justificativa** de sua relevância, especialmente no caso deste estudo, cuja ótica é a da sustentabilidade, o que lhe confere maior relevância social.

Dentre os conceitos que se entrelaçam neste estudo, temos o ambientalismo, o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade, a educação ambiental, o turismo, o ecoturismo, discutidos nos primeiros dos cinco capítulos em que se estrutura essa tese.

O primeiro capítulo tem como título “Crise, impasses e avanços do ambientalismo no Brasil e no Mundo”, que consiste em uma revisão bibliográfica sobre a relação homem e meio ambiente e contém os vários momentos divergentes que envolvem o ambientalismo, ora crises, ora avanços, ora retrocessos e muita discussão sobre o meio ambiente como ponto central.

No segundo capítulo – “O desenvolvimento sustentável e a educação ambiental: discurso ou possível solução?” – discute-se o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade e a educação ambiental, sendo analisadas suas potencialidades, gênese, evolução e os principais pontos que merecem atenção.

Já o terceiro capítulo, que se nomeou de “O fenômeno do turismo – aspectos conceituais e aportes teóricos”, diz respeito à revisão bibliográfica, e construção do arcabouço teórico que ancora o entendimento do que é e do que representa o fenômeno do turismo para a sociedade. Esse capítulo também é uma discussão teórica sobre a evolução histórica do turismo. O último item apresenta os impactos que a atividade turística pode trazer à localidade e à comunidade.

O quarto capítulo – “Bonito: desvendando o turismo no reino das águas cristalinas” – contém uma caracterização geral e a delimitação da área de estudo e suas interfaces com o turismo. Traz os aspectos históricos, os socioeconômicos, a infraestrutura e os principais pontos turísticos, com dados sobre a atividade econômica do turismo.

Dentro da proposta da tese, o último capítulo corresponde à sistematização e à análise de dados da pesquisa de campo e das entrevistas, focalizando diretamente as políticas, as ações, as práticas, os interesses e os conflitos que envolvem o turismo e o meio ambiente em Bonito; enfim: os encontros e desencontros entre turismo e sustentabilidade no município.

CAPÍTULO 1

CRISES, IMPASSES, AVANÇOS DO AMBIENTALISMO NO BRASIL E NO MUNDO

As pessoas precisam ter consciência de que elas não são apenas cultura, elas são natureza também. [...] A natureza não é apenas como alguma coisa a serviço da espécie humana, nós somos apenas mais uma entre milhões de espécies que estão aí.

Washington Novaes

No estudo da economia, há “dizeres econômicos” que levam a uma profunda reflexão. Um desses, que é pertinente para o momento, diz o seguinte: “os recursos são escassos e as necessidades são ilimitadas”.

A partir dessa afirmação, pode-se refletir sobre o futuro do planeta, da humanidade e das possíveis soluções para o problema que “as necessidades ilimitadas” causam e que ainda pode ser agravado.

Essa demanda global em larga escala por recursos naturais só tende a ser ampliada, já que a população mundial cresce e também suas necessidades e desejos.

Em outras palavras, pode-se dizer que cresce o número de habitantes no mundo que nunca estarão satisfeitos materialmente. Isso nos remete a perguntas: E o estoque de recursos naturais também cresce? Ou vem diminuindo a cada dia? Qual será o futuro dessa desigualdade que se amplia entre recursos naturais *versus* desejos e necessidades?

Ainda se ressalta que há uma obstinação consumista, que vem sendo construída em todo o mundo nas últimas décadas. Esse novo *modus vivendi* e *modus operandi* gerou uma demanda em larga escala, destinada à produção e ao consumo. Por outro lado, gera-se muito lixo e poluição que o planeta não tem conseguido dissipar.

O resultado disso tudo resume-se nos conflitos que ocorrem entre “Homem e Meio Ambiente”. Cada vez mais a sociedade humana depara com inúmeras catástrofes ambientais, como: terremotos, aquecimento global, degelo, enchentes, secas, furacões, incêndios florestais, entre outras. Parece que a “mãe natureza” tem se revoltado contra os habitantes do planeta. Diante desse cenário apocalíptico, o que a sociedade vem fazendo para alterar esse quadro?

Foi justamente tentando compreender o movimento ambientalista que foi elaborado este capítulo. Trata-se de uma parte da base teórica que alicerça este estudo, buscando encontrar respostas, explicações, exemplos que construam uma base de entendimento referente aos encontros e aos desencontros da sustentabilidade com o turismo.

Cabe esclarecer que o capítulo não foi elaborado a bel-prazer e com a pretensão de trazer um histórico detalhado e completo do movimento ambientalista², posto que esse movimento foi construído em um contexto histórico, social, político e econômico no mundo e no Brasil (ou seja, global e local). Dessa forma, façamos das palavras de Brüseke (1994) as nossas: “Nem a publicação do Clube de Roma, nem a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente caíram do céu. Elas foram consequência de debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, de forma esparsa, começaram nos anos 60, e ganharam no final dessa década e no início dos anos 70 uma certa densidade [...]”.

Assim, este capítulo está estruturado em seções, que tratarão das crises, impasses, avanços do ambientalismo no Brasil e no mundo. Foi dividido para obedecer à evolução histórica, ou seja: principia pelas inquietações do homem em face do meio ambiente anteriores ao século XX, seguindo-se de seções que dizem respeito ao século XX e anos 2000.

² “Ambientalismo” e “movimento ambiental” devem ser entendidos na tese como termos mais amplos e sem restrições. Lembramos que não cabe entender “ambiental” e “ecológico” como sinônimos. Como nota de esclarecimento, vamos utilizar as palavras de Viola; Leis (1992, p. 97): “O ecologismo e o ambientalismo, num sentido conceitual estrito, denotam teorias e objetivos diferenciados, embora o uso vulgar dos termos tenda a ser assimilado indiferenciadamente. Por razões de conveniência comunicacional preferimos usar o termo “ambientalismo” de um modo inclusive para os campos do ‘ambientalismo’, e ‘ecologismo’ ante a falta de um terceiro termo que nos permitisse melhor dar conta do amplo espectro do movimento histórico mutissetorial que engloba os elementos de um e de outro campo quase se solução de continuidade”.

1.1 As inquietações do homem, diante do meio ambiente, anteriores ao século XX

O meio ambiente tem sido um dos vetores responsáveis pela transformação do mundo há séculos. Desde a longínqua Antiguidade, o homem encontrou na natureza os recursos necessários para sua sobrevivência, entretanto a ação antrópica vem ocorrendo na forma de exploração desordenada e ocasionando graves problemas. Diante disso e por compreendermos que a relação conflituosa Homem *versus* Meio Ambiente é muito antiga, poderíamos nesta tese analisar vários estudos que tratam do tema por um viés histórico, mas vale lembrar que esse não é o nosso objetivo central. Nossa expectativa aqui é somente entender como é essa relação e como vem ocorrendo ao longo da história da humanidade.

O homem, há milhões de anos, visando produzir o que lhe convém, vem usufruindo, explorando e transformando o meio ambiente, o que, na maioria das vezes, resulta em degradação e deterioração.

Até mesmo a Bíblia Sagrada pode trazer trechos que causam dupla interpretação sobre o homem e a exploração dos recursos naturais. Vespa (2002) traz, em seu artigo intitulado “A Bíblia e o meio ambiente”, trechos que fazem menção à relação do homem com a natureza, como Gênesis 1:28: “Deus lhes disse: frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e todo o animal que se move a terra”. Observe-se aí um detalhe de interpretação: a sequencia “enchei a terra e sujeitai-a; e dominai [...]” pode ser interpretada como ter muitos filhos, inseri-los na terra e, para criá-los, dominar os peixes, animais e pássaros, mas a autora do artigo sabiamente lembra os Dez Mandamentos, um dos quais é: “Não matarás”, que, de certa forma, mostra que deve haver um ambiente harmonioso na Terra, ou seja, harmonia entre homem, plantas e animais. Infelizmente essa harmonia não foi alcançada; pelo contrário, parece estar cada vez mais distante.

Ainda o mesmo artigo se refere a Genesis 3:22, que aponta: “E tomou o Senhor Deus o homem, e o pôs no jardim do Éden para lavrar e o guardar”; entretanto não foi isso que ocorreu no mundo, pois a humanidade não tem “guardado” o “Jardim do Éden”, temos sim, lavrado sem limites o planeta. Até a Bíblia Sagrada levanta a hipótese de que o homem poderá colher o mal que plantou e, nos dias atuais, isso já vem ocorrendo.

Dando sequencia, Vespa (2002) menciona Gálatas 6:7: “Não se iludam lembrem-se de que vocês não podem desprezar a Deus e escapar: um homem sempre colherá justamente o produto da semente que ele plantou!”. Aqui se pode salientar o que o apóstolo Paulo (Rom. 1:18-20) afirmou: a natureza se manifesta no poder de Deus, de modo que “destruir a natureza é destruir uma fonte de revelação do próprio Deus ao homem”.

Para encerrar, valem os dizeres do Apocalipse 11-18: “Será destruído aquele que destruir a terra”. (VESPA, 2002). Na realidade, esse trecho fica como um alerta para o cenário ambiental que se esboça no mundo.

Saindo dos textos bíblicos e vindo para o mundo científico e acadêmico, encontramos as palavras de Montibeller Filho (2004, p. 35), que destaca: “A atividade humana para garantir suas necessidades naturais (comer, por exemplo) ou socialmente determinadas (como locomover-se a longa distância) muda a forma da matéria e nesse sentido a sociedade cria a natureza”. Observam-se questões para reflexão: Que natureza é essa que o homem vem criando ao longo dos séculos? Vem criando ou destruindo?

Como o tema é polêmico, a princípio, parte-se do texto de Grun (1996), que apresenta a ética antropocêntrica, ou seja: o homem acreditava estar no centro do universo. Tudo o que existia e acontecia tinha o homem (todo-poderoso) como ponto central. Resta aqui acrescentar que a degradação ambiental do planeta também tinha – e ainda tem – o homem como ator principal; tal degradação é o resultado da prática produtiva e consumista.

Desde o início de sua existência, o homem é parte integrante do meio ambiente. Nos estudos que relatam que os primeiros ancestrais humanos surgiram há milhões de anos e desde lá vêm buscando na natureza os recursos para a sua sobrevivência, a degradação, de alguma forma, está presente. Ora em maior grau, ora em menor grau, mas ali está. Antes, era movida pela ausência de informação do ser humano: acreditando que os recursos naturais eram infinitos, explorava-o sem limites. Essa visão encobria o efeito negativo da exploração descontrolada, que comprometia o equilíbrio ambiental. De tempos para cá, a degradação passou a ser motivada pela ganância e busca incessante por acúmulo de riquezas materiais, que é o motor do capitalismo.

Essa “espécie inicial”, o ancestral de homem, era muito diferente do que somos atualmente; era nômade, explorava a natureza conforme suas necessidades naturais, tendo a caça e a coleta como práticas de sobrevivência. Esse homem deixou de ser nômade, fixou-se à terra e começou a praticar as primeiras formas de agricultura, mesmo que rudimentar e de

subsistência. De acordo com Veiga (2008), isso ocorreu aproximadamente entre 8350-5000 a.C., cujos principais testemunhos são os restos das vilas de Jericó e Çatal Hüyük, na região onde estão situadas hoje a Palestina e as montanhas do Irã. O homem também domesticou os animais conforme lhe convinha.

Deve-se destacar, entretanto, que, nos primórdios, o homem contemplava a natureza. Havia povos que a consideravam algo divino e cultuavam-na em muitas religiões. Mesmo sendo fonte de sobrevivência, havia uma relação de respeito e de temor pelos fenômenos naturais. Existiam povos que tinham deuses relacionados com a natureza, como o Deus do Sol, o Deus do Fogo, entre outros.

Na Grécia pré-socrática, o homem era intimamente ligado à natureza, entretanto após os pensadores Sócrates, Platão e Aristóteles, iniciou-se um processo de priorização do homem e da ideia que gerou um afastamento do homem em relação à natureza e que está presente até os dias de hoje na cultura ocidental.

As diferenças entre os povos passaram a existir, e as sociedades que mais “evoluíram” foram as que inseriram as novas máquinas e tecnologias, substituindo, assim, o respeito que existia pela natureza por degradação e exploração dos recursos naturais. (PRADO, 2000). Em outras palavras, para uma melhor compreensão, os povos que mais exploraram os recursos naturais foram os que mais se desenvolveram economicamente.

Há de se destacar, contudo, que as questões ambientais já repercutiam negativamente nos planos social e econômico desde os registros de 1700 a.C., quando ocorreu um abandono de cidades por terem sofrido com os problemas da salinização de terras e casos de erosão em colinas da Ática, em decorrência do desmatamento ocorrido há aproximadamente 2400 anos. (MATOS FILHO, 2004).

Outro ponto que merece destaque é a visão teológica, segundo a qual o homem, por estar em uma posição mais elevada no mundo em que vive e, em virtude da ordem divina, poderia possuir a terra e o controle sobre a natureza.

Gonçalves (1990), citado por Pelicioni (2005, p. 353), ressalta que o “[...] modo de ser, de produzir e de viver dessa sociedade é fruto de um modo de pensar e agir em relação à natureza e aos outros seres humanos que remonta a muitos séculos”. Hoje, isso fica muito visível, pois há uma variação entre os países, tanto na forma de ser, de produzir ou de viver quanto na forma de agir e pensar com relação à natureza. Há povos que buscam explorá-la somente em prol do crescimento econômico e outros que o fazem de forma mais sutil; há

também os que buscam preservar o que está próximo de si e explorar o que se encontra em outro território.

Voltando ao homem de períodos remotos, além de ter essa visão de que era o centro do mundo e das coisas, passou cada vez mais a apropriar-se dos recursos naturais de maneira insustentável, além de ocupar o solo de forma desordenada, o que dificultava um convívio saudável entre os próprios seres humanos. Essa afirmativa fica evidente na exposição de Rocha (2000, p.7):

A Idade Média com suas feiras e burgos definiram um processo de urbanização desordenada que propiciou o aparecimento de diversas doenças pestilenciais [...]. Em 1348 o Papa Clemente IV reuniu 1.200.000 peregrinos no intuito de clamar ao Senhor piedade, e aplacar a ira divina manifesta pela peste, o esforço foi inútil e 90% dos peregrinos vieram a óbito [...].

É necessário ressaltar que, além da saúde pública, o meio ambiente também sofria as consequências dessa ocupação desordenada, e o fator agravante é que temos ocorrências dessa magnitude até os dias atuais.

Dentre as inúmeras ações degradadoras, ainda na Idade Média houve a expansão agrícola, e o meio ambiente passou a sofrer graves mudanças impulsionadas pela extração de madeira. Vale ressaltar que houve um desmatamento das florestas europeias temperadas. (BERG, 2001). O chamado Velho Mundo teve seu meio ambiente deteriorado e as condições de qualidade de vida de seu povo agravadas.

Dentro desse contexto, que liga a ocupação do espaço de forma inadequada com o desmatamento, saiu a vegetação nativa para dar lugar ao que interessava ao homem naquele momento. Casara (2007), citando Veiga (2006), apresenta um cenário que cabe ser destacado nesta seção:

O declínio de muitas sociedades esteve ligado a processos erosivos decorrentes da devastação florestal. O caso mais evidente foi o desaparecimento da população maia clássica entre 800 e 900 d.C.. Mas também na Grécia havia começado a surgir sinais de destruição por volta de 650 d.C., como consequência do excessivo pastoreio nas terras que não serviam para a agricultura (4/5 do total). Apesar do conhecimento grego sobre técnicas da conservação de solo, como o terraceamento e a fertilização orgânica, a pressão demográfica tornou carecas as colinas da Ática. Em 590 a.C., uma reforma constitucional proposta por Sólon chegou a prever a proibição de agricultura em áreas de declive. E, algumas décadas mais tarde, o tirano Peisistratus iniciou a recuperação dos solos degradados por meio do plantio de oliveiras. A mesma coisa ocorreu em escala ampliada com o Império Romano a partir de 58 a.C. (VEIGA, 2006 apud CASARA, 2007, p.18).

Quando se analisa com atenção o texto supracitado, podem-se observar dados e fatos históricos da devastação das florestas e da degradação do solo, entretanto fica comprovado que o homem não aprendeu a lição com os próprios erros, já que continua, até os dias de hoje, sofrendo as consequências de suas ações. A história parece repetir-se, pois estamos vivendo os efeitos negativos dos desmatamentos e da degradação dos solos, mas em proporções muito maiores.

Ainda utilizando a história como um ponto de apoio, tivemos, posteriormente, o período colonial. Esse modelo de degradação das florestas foi estendido das metrópoles para as colônias. O Brasil sofreu com essa forma desordenada de devastação da floresta nativa para exploração de madeira e ocupação do solo. Basta lembrarmos o “negócio do pau-brasil”, da cana-de-açúcar, do café, dentre outros. No período atual exploramos o minério, a soja, a pecuária, o papel, a celulose.

Num valioso resgate histórico, Pelicioni (2005) restringe-se a analisar e comparar certos valores presentes nas sociedades atuais com a “espinha dorsal” do pensamento ocidental, enfatizando as obras dos filósofos da Grécia, da Roma clássica e da tradição judaico-cristã. Lembra, ainda, a presença do antropocentrismo e a visão dicotômica entre o ser humano e a natureza.

Pensadores como Bacon e Descartes (no fim do século XVI e início do XVII) reforçaram e ampliaram essa visão de mundo, já que acreditavam que as pesquisas científicas poderiam proporcionar a sabedoria da fonte inesgotável de recursos. Quem atingisse o saber e a verdade poderia ser o possuidor da natureza. (PELICIONI, 2005).

Com essa afirmação, a autora procura provar que o ser humano tinha um verdadeiro fascínio por dominar a natureza. Na história, encontramos inúmeros relatos dessa visão pela busca de superioridade e domínio da natureza.

Bacon, ainda dentro da tradição judaico-cristã, apostava no desenvolvimento da ciência para instaurar-nos em nosso papel de dominadores sobre os demais seres, restituindo-nos a soberania que tínhamos antes da criação [...] A reflexão de Descartes enquadra-se no humanismo renascentista, que outorga ao indivíduo em papel central no cosmo. Embora alheio à inspiração bíblica de Bacon, compartilhava sua ambição de chegar a uma filosofia e a um método que convertessem o ser humano em senhor da natureza. (DÍAZ, 2002, p.24).

Se exercitarmos a nossa memória a partir dos conhecimentos de história, verificamos que, até mesmo nos períodos em que o mundo foi dominado por reis e rainhas, que, segundo a

crença da época, eram “designados” para tal função por força divina, o “homem comum” acreditava na necessidade de explorar os recursos naturais para a subsistência, honrar seus compromissos diante da coroa e de Deus, pagando rigorosamente seus impostos e dízimos. Ou seja: a exploração da natureza para gerar riquezas e excedentes tornou-se uma necessidade.

A história comprova, portanto, que há vários casos antigos de degradação ambiental causados pelo ser humano, que na maioria das vezes manteve uma relação desarmônica com a natureza.

De acordo com Pelicioni (2004, p.431):

Na Antiguidade, Platão, por exemplo, já denunciava problemas de erosão dos solos e desmatamento nas colinas da Ática. Posteriormente, no primeiro século da Era Cristã, em Roma, Columela e Plínio, o Velho, indicavam em seus escritos que a inadequação da ação do homem ameaçava produzir quebras de safra e erosão do solo.

O chamado “desenvolvimento” da sociedade continuava, todavia, ocorrendo, tanto é que nos séculos XV e XVI houve um aumento considerável do uso de carvão, coincidindo com o crescimento da Era Colonial. Nesse período, já apareciam os primeiros alertas sobre a má qualidade do ar em Londres. (DANTAS, 2003). Até parece estranho afirmar que, nos séculos XV, XVI e XVII, já havia poluição do ar, pois nem mesmo existiam os automóveis, as fábricas com suas chaminés emitindo gases e fumaça, mas a poluição já era uma realidade à época.

Prova disso são os relatos do memorialista e naturalista John Evelyn que, no ano de 1661, se referia a uma “nuvem lúgubre e infernal”, em Londres, o efeito poluição do ar pela queima de carvão. Isso ilustra que esse problema ambiental já era sério. (PELICIONI, 2005).

É inegável que, na História da Humanidade, há fatos ou descobertas que marcaram a intensidade da exploração dos recursos naturais e degradaram o meio ambiente. Vale citar que, desde os primeiros passos do capitalismo, o homem explorava, transformava e comercializava os recursos naturais sem a mínima preocupação com o futuro do planeta e da vida que nele existe.

Hobsbawn (1992), por sua vez, recorda que, no começo do século XVIII, com o ideário do Iluminismo, tivemos revoluções que marcaram o início da modernidade. Da

ascensão da burguesia ao poder, propagando a liberdade, a igualdade e a fraternidade, criou-se, nos homens, a consciência de seus direitos e a necessidade de uma justiça social.

Julgamos ser relevante analisar a concepção de Castro (1996, p.23) que traz a ideia de que o chamado progresso originou-se a partir do Iluminismo e cita a “[...] autonomia do homem em face à natureza e sua confiança na capacidade de usar a mesma em seu benefício”. Vale lembrar que, conforme a história vem desenrolando-se, o homem vem mantendo-se no centro do universo e utilizando-se dos recursos naturais em benefício próprio conforme lhe convém.

Castro (1996) revela que a transformação, entendida como evolução, que ocorreu a partir do Iluminismo, centrou o homem ainda mais no universo, entretanto essa evolução permitiu ao ser humano, com o auxílio de seu “intelecto”, iniciar um processo de utilização de máquinas no sistema fabril. Consequentemente, o homem descobriu a necessidade e utilidade de determinados recursos naturais, que passaram a ser explorados mais intensamente.

Surge, assim, a Primeira Revolução Industrial, que pode ser entendida como um “conjunto de transformações tecnológicas, econômicas e sociais ocorridas na Europa [...]”. E esse conjunto teve o “[...] emprego das máquinas a vapor nos meios de transporte (locomotivas e navios) [...]”. (SANDRONI, 2002, p. 528-529). A partir do descobrimento do vapor, houve um consumo intensivo do recurso natural carvão³ e, como já foi relatado, um aumento da poluição do ar. Outros recursos naturais também são explorados com mais intensidade para alimentar as insaciáveis máquinas concebidas na Revolução Industrial.

Nesse contexto, vale refletir sobre as seguintes mudanças: antes da Revolução Industrial, o homem produzia para a sua sobrevivência e, a partir dela, passou a produzir para satisfazer o mercado, visando ao excedente, ao lucro e à acumulação de riquezas.

Assim, as transformações, que permitiram ao homem produzir mais com o uso de máquinas – a chamada maquinofatura –, intensificaram a problemática ambiental. O negócio passou a ser transformar a matéria-prima em produtos e obter altas taxas de lucros. Isso também criou uma necessidade crescente de quantidade e variedade de recursos naturais.

Outro ponto que deve ser atribuído à Revolução Industrial é que esta abriu caminho para a poluição, por meio da queima de combustíveis fósseis, como, inicialmente, o carvão e,

³ É preciso esclarecer que a questão ambiental, o uso dos recursos naturais, a poluição, o crescimento populacional, entre outros pontos, estão associados diretamente ao desenvolvimento do sistema econômico, porém a produção, o uso e as formas de energia também têm ligação direta com a economia e com a degradação ambiental.

posteriormente, o petróleo e derivados. Houve uma ampliação dos problemas ambientais, como a contaminação do solo, a poluição do ar, a poluição das águas, a destruição e fragmentação de biomas, entre outros graves problemas.

A Revolução Industrial atingiu paulatinamente o meio ambiente, já que a utilização de energia e recursos naturais aumentou consideravelmente, além de que a população rural deixou o campo para sobreviver na cidade. A degradação ambiental agravou-se, comprometendo a qualidade de vida das populações, especialmente nos centros urbanos.

Partindo para a preocupação com o crescimento populacional e, conseqüentemente, uma possível pressão ambiental, recorremos aos ensinamentos de Malthus, que, já no final do século XVIII, em 1798, escreveu o ensaio “Princípio da População”, que defendia a necessidade de rever o crescimento populacional: “O famoso debate promovido pelo pastor Malthus, no final do século XVIII. Esse antigo debate não tem perdido nada de seu vigor original e, pelo contrário, parece hoje ainda mais pertinente que quando começou”. (LEIS, 2004, p.13).

Nesse mesmo sentido, o texto de Veiga (2008) alerta para a queda da mortalidade, o aumento da expectativa de vida, o que resultará num aumento da população mundial e pressionará os recursos naturais:

[...] com a Revolução Industrial a história da humanidade passou a ser quase inteiramente determinada pelo fenômeno do crescimento econômico. A vida cotidiana foi totalmente transformada, e não há exagero em dizer que o padrão de vida das pessoas foi multiplicado por dez nas áreas em que esse tipo de crescimento primeiro se manifestou. Em paralelo – mas somente desde meados do século XIX –, a população mundial passou a aumentar a taxas absolutamente inéditas, principalmente devido à redução da mortalidade humana. A esperança de vida praticamente dobrou, passando, grosso modo, de 35 para 70 anos. Todavia, esse fenômeno, que muitos demógrafos chamam de “revolução da mortalidade”, não foi uma simples manifestação, ou decorrência, do crescimento econômico desencadeado pela industrialização. Ao contrário, a mortalidade humana aumentou muito com a rápida urbanização das primeiras etapas da Revolução Industrial. Foi somente no final do século XIX que ela começou a cair de forma substancial e consistente nos países do norte da Europa. E tal defasagem não impediu que se espalhasse pelo mundo com mais rapidez do que o crescimento econômico marcado pela industrialização. A mortalidade passou a cair inclusive em economia das mais estagnadas. (VEIGA, 2008, p.61-62).

Do surgimento da agricultura até o ano 1000 a.C., a população mundial dobrou a cada milênio, ou seja, de quatro, passou para 50 milhões. Já em seguida passou a dobrar a cada 500 anos, tendo chegado à casa dos 200 milhões no auge dos impérios Romano e Han (por volta de 200 d.C.). No período desses impérios e com a incidência de guerras, houve uma queda

nesse crescimento, contudo, logo após o ano 1000 d.C. a tendência de crescimento se restabeleceu e, por volta do ano de 750, a população mundial chegaria a aproximadamente 800 milhões de habitantes. (VEIGA, 2008).

Realmente o crescimento populacional foi considerável. De acordo com Marcondes (2005), em 1690 a população mundial era de 500 milhões de habitantes e chegou, em 1950, a seus 2,5 bilhões de habitantes. Isso, se pensado com relação à pressão sobre os recursos naturais, tendo em vista o esgotamento dos recursos naturais e a finitude do planeta, suscita a necessidade de reflexão.

Esse conjunto de fatores que passaram a se inter-relacionar com a evolução capitalista tornou-se algo lesivo, danoso aos recursos naturais, contudo a evolução histórica retrata que a Europa, o chamado velho mundo, saiu na vanguarda de vários movimentos. Foi lá que ocorreram importantes revoluções, como o Iluminismo e a Revolução Industrial, e também foi lá que surgiram novos paradigmas para serem adotados no mundo, e o ambientalismo foi um deles. McCormick (1992 apud PEÑAFIEL, 2005, p.13) esclarece:

A origem do ambientalismo é identificada na Grã-Bretanha Vitoriana, e considerada como uma primeira influência na formação do pensamento ambiental britânico, tendo duas visões: uma surgiu com o aparecimento do livro “*The Natural History of Selbourne*”, da autoria de Gilbert White em 1788. Neste livro, o autor condenou a visão arcadiana de natureza, a qual advogava simplicidade e humildade de modo a restaurar a convivência pacífica do homem com a mesma. A outra, aparece nesse mesmo século, com o botânico sueco Carl von Linné (Linnaeus), cujo trabalho em taxonomia botânica foi a “infância da ecologia”, pois aqui se promove uma visão taxonômica e racionalista, menos compromissada com qualquer ética ecológica.

A mesma autora destaca o surgimento de associações contrárias à crueldade contra animais, o que, de certa forma, é um movimento de defesa do meio ambiente, já que a fauna faz parte dele.

Já Pelicioni (2005, p.354-355) coopera resgatando o cenário do século XIX, quando um naturalista alemão chamado Alexandre von Humboldt “[...] divulgou a ocorrência de alterações no regime hídrico de um lago na Venezuela em decorrência do desmatamento que ocorrera em suas margens”. No mesmo texto, a autora cita a obra do diplomata e político norte-americano Georges Perkins Marsh, publicada em 1864 (*Homem e natureza: ou geografia física modificada pela ação humana*), que já apresentava evidências dos perigos da interferência humana no ambiente. Isso vem ao encontro do fato de o homem já estar sendo visto como um ser depredador, um degradador do meio ambiente. Já havia previsões de que o

homem iria criar uma situação de produção e consumo insustentáveis no planeta, o que não garantia nem mesmo a sua própria existência:

A publicação [...] de George Perkins Marsh, onde o autor demonstrava que a destruição arbitrária e o desperdício estavam tornando a terra inabitável para os seres humanos, e em última análise ameaçando a existência do homem, o qual há muito esqueceu que a terra lhe foi dada somente em usufruto e não para consumo, e menos ainda para desperdício despudorado. (PEÑAFIEL, 2005, p. 15).

Com o conflito “Homem *versus* Meio Ambiente”, há um maior interesse em investigar essa relação e suas consequências, o que incentivou a especialização das áreas de estudo e conhecimento, e, no ano de 1869, “Ernst Haeckel propõe o termo ecologia para os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente”. (NASCIMENTO et al, 2008, p. 82).

Nessa mesma corrente, outro estudioso que inseriu o meio ambiente em seus estudos foi Friedrich Engels, contribuindo com análises sobre as “inquietações ambientais”. No ano de 1825, relatou que havia uma enorme degradação ambiental das cidades inglesas, além das péssimas condições de trabalho da classe operária da época, que era o centro de seus estudos. (PELICIONI, 2004).

Como já mencionado, a história é cíclica. A China, apesar do vigor econômico, é cobrada pela degradação ambiental e pelas más condições de trabalho da classe operária. Recentemente, as Olimpíadas de Pequim mostraram uma China grande economicamente e amplamente poluída e degradada.

Peñafiel (2005) analisa o trabalho de Mc Cromick (1992), destacando que o autor fez uma análise minuciosa dos trabalhos de Friedrich Engels e Charles Dickens, que afirmam a necessidade de não se dissociar a relação meio ambiente – sociedade. Isso nos dias atuais parece claro e óbvio, mas, para o período, era uma evolução na forma de pensar essa relação.

Conhecer o movimento histórico de parte dos problemas ambientais traz-nos surpresas. Atualmente, enfatiza-se muito o problema do “efeito estufa” ou “aquecimento global” como se fosse um problema recente, mas ele já vem sendo estudado e considerado uma ameaça para o planeta desde o início do século XIX, quando “[...] o primeiro cientista a indicar que gases na atmosfera poderiam contribuir para o aumento na temperatura superficial

terrestre foi o físico e matemático francês Jean Baptiste Fourier, em ensaio publicado em 1827”. (Sítio eletrônico da FAPESP)⁴.

Fourier passou a “[...] considerar o efeito estufa, o fenômeno no qual os gases atmosféricos prendem a energia solar, elevando a temperatura da superfície terrestre, ao invés de permitir que o calor volte para o espaço” (Sítio eletrônico do IDER)⁵.

Contribuindo para o entendimento do problema do aquecimento global, Pearce (2002) relata que o cientista e matemático francês Jean Baptiste Fourier (1768-1830) foi o primeiro a usar a imagem da estufa para representar o modo como o calor é preso na atmosfera. No ano de 1827, já afirmava que a atmosfera agia como um vidro de uma estufa e aquecia a Terra. Diante do contexto apresentado, pode-se afirmar que o problema é antigo e grave.

Outros cientistas também detectaram e diagnosticaram o problema do efeito-estufa, como foi o caso de John Tyndall (em 1863) e do químico sueco Svante Arrhenius (em 1896), que já culpavam a queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) pela produção do dióxido de carbono (CO₂) que aquecia o planeta. Segundo os cálculos de Arrhenius,

[...] o dobro da concentração de dióxido de carbono causaria um aumento de 5°C. Este tema permaneceu esquecido durante muitas décadas, pois naquela época supunha-se que os efeitos da atividade humana eram insignificantes em relação à contribuição de efeitos naturais”. (Sítio eletrônico da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo)⁶

Enfatizando o aumento da poluição do ar já nesse período, Dantas (2003, p. 05) descreve que: “No século XIX a cidade de Londres em plena revolução industrial era famosa pelo seu ‘fog’ de poluição. O número de mortes atribuídos à péssima qualidade do ar era altíssimo, cerca de 700 pessoas no ano de 1873”.

A Europa, que era a vanguarda do capitalismo mundial, tendo o desenvolvimento da indústria como centro das atenções, não conseguia equilibrar a convivência entre o homem e o meio ambiente. Os problemas relacionados ao meio ambiente ampliavam-se e, em alguns casos, vinham com uma nova roupagem. Pensando em períodos mais recentes e reafirmando que a história nos apresenta ciclos interessantes, por paradoxal que pareça, a China que hoje

⁴ Informações obtidas no sítio eletrônico da Agência FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). http://www.agencia.fapesp.br/boletim_dentro.php?id=7076. Acesso: 10 mar 2008.

⁵ Informações obtidas no sítio eletrônico do IDER (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis). <http://www.ider.org.br/oktiva.net/1365/nota/34491/> Acesso: 10 mar 2008.

⁶ Informações obtidas no sítio eletrônico da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo. http://www.ambiente.sp.gov.br/proclima/linha_tempo/linha_tempo.asp. Acesso: 23 jul 2008.

se mostra madura para o crescimento econômico não tem habilidade para equilibrar esse crescimento aliado à preservação e conservação⁷ do meio ambiente.

Nesse período remoto da história, o Brasil e outros países eram colônias dos países do chamado Velho Mundo. Essa forma de exploração tinha como eixo central a exploração dos recursos naturais. O que tinha valor era o que a natureza apresentava, como madeiras, pedras preciosas, produtos agrícolas, impondo-se, assim, um processo acelerado de degradação como, por exemplo, o desmatamento para a retirada de madeira, a ocupação das áreas com lavouras e a mineração, que degradava os cursos d'água causando assoreamento, entre outros problemas. Com relação às comunidades nativas, ou seja, os índios, também não foram respeitadas e sim dizimadas.

Voltando um pouco na história para poder entender parte do movimento de defesa do meio ambiente brasileiro, Pelicioni (2005) chama a atenção para algumas pessoas que passaram a ser chaves no ambientalismo do Brasil. Um deles foi José Bonifácio de Andrada e Silva, que, já no início do século XIX, desaprovava a escravatura e a degradação ambiental que vinha ocorrendo no país. Há quem defenda a ideia de que a preocupação com a natureza teve início no Brasil a partir da vinda dos naturalistas europeus no século XVII.

Outra figura ilustre nesse campo foi Joaquim Nabuco, “[...] que denunciava, em 1883, o esgotamento da fertilidade dos solos no Rio de Janeiro, a decadência das antigas monoculturas no Nordeste, o aumento do flagelo da seca e a ganância da indústria extrativa na Amazônia, entre outros”. (PELICIONI, 2005, p. 355).

Além de Nabuco, o Brasil teve como abolicionista André Rebouças, que protestava contra o coronelismo, o monopólio das terras, a degradação do solo, o desmatamento entre outras barbáries que ocorriam no país.

Padua (2002) defende a ideia segundo a qual o movimento ambientalista tem registros em relatos, quando José Bonifácio e Joaquim Nabuco passaram a questionar o nomadismo

⁷ Faz-se necessário evitar um entendimento simplista dos termos “conservação” e “preservação”. “Em relação à natureza, o termo ‘conservação’ abarca uma ideia de uso sustentado que promove o aproveitamento do meio ambiente de modo racional sem prejuízo para as atividades humanas ou de outras espécies. A palavra ‘conservação’ passou a ser ouvida em detrimento do termo ‘preservação’ o que vinha sendo empregado por alguns segmentos com o intuito de transformar o conceito da natureza como um espaço do qual o homem não pertence – o espaço do bicho! – numa tentativa de evitar a extinção de espécies e ecossistemas. Essa conceituação contribuiu para distanciar o homem e o meio ambiente [...], pois geralmente se tem medo do que não se conhece. A consequência do medo e da ignorância é o repúdio, o uso não consciente e o esgotamento, efeito contrário do que a ‘preservação’ se propunha. No entanto, em que se pese o fato de que muitas espécies e ecossistemas estão se extinguindo, as sociedades deveriam racionalizar quais os elementos do meio ambiente deveriam ‘preservar’ a todo custo ante que, após seu esgotamento, não se tenha mais a oportunidade para ‘conservar’”. (BAGGIO, 2007, p. 37-38).

predatório mediante utilização de mão de obra escrava. Defendiam o fim do latifúndio, da monocultura e da escravidão, que eram os pilares do período colonial brasileiro.

À luz desse ponto de vista, em outras partes do mundo a questão ambiental também foi levantada, passando a demonstrar que, na história do ambientalismo, houve momentos marcados por fatos locais e que se tornaram objeto de manifestações, políticas públicas, e até mesmo legislação. Peñafiel (2005, p.14) mostra que “[...] houve manifestações sobre a conservação [...] na Índia, Austrália e África do Sul”. No caso da Índia, houve uma particularidade interessante, pois “[...] no final do século XVIII, teve a influência dos experientes alemães em manejo das florestas, como Dietrich Brandos de origem prussiana e seu assistente alemão Willian Schilich”. Já no caso da Austrália, as manifestações ocorreram no final do século XVIII e início do XIX, quando houve a dizimação de enormes quantidades de animais nativos, como os cangurus, marsupiais, focas, baleias, em alguns casos, pela prática da caça indiscriminada, em outros, por terem que concorrer com animais que foram inseridos, como o coelho, o cão e o gato.

Além da dizimação de espécies nativas, a inserção de espécies consideradas exóticas, ou seja, que não são do *habitat*, causa sérios impactos ao meio ambiente local e, ao longo da história da humanidade, temos assistido a várias ocorrências, tanto com relação à fauna quanto com respeito à flora.

Ao lado disso, a caça na Austrália tinha uma característica nova: era considerada um direito de todos; ou seja, qualquer cidadão poderia caçar. Já a caça na Grã-Bretanha podia ser praticada somente pelos proprietários de terras; estava ligada a *status* e ao poder econômico.

O continente africano, além das consequências sociais e econômicas da colonização e do tráfico negreiro, sofria a degradação ambiental, que assolava parte dele. Há relatos de extinção de espécies de animais.

[...] caracterizou-se a deterioração ambiental pela derrubada de florestas na procura de lenha por parte da população, abate a tiro nos pingüins para comida, as focas pelas peles e elefantes pelo marfim, originando uma lei em 1658 para tentar impor um controle. A caça indiscriminada dos animais selvagens foi o que motivou a preocupação das autoridades locais, a partir do momento que foi cada vez mais notória a diminuição das populações de elefantes, zebras, avestruzes, rinocerontes e hipopótamos, e a morte do último quaga⁸ em agosto de 1883, no zoológico de Amsterdam. (PENAFIEL, 2005, p.15).

⁸ “Mamífero perissodáctilo equídeo extinto, espécie de zebra que apresentava listras somente na cabeça e pescoço. Vivía em bandos numerosos na África do Sul e foi dizimada pelas caçadas, sendo que o último espécime morreu em cativeiro em 1883”. Verbete extraído do Dicionário Aurélio – Século XXI (Edição Eletrônica).

Por sua vez, nos Estados Unidos, houve destaques na área das manifestações ambientais. Peñafiel (2005, p. 15) apresenta dados sobre publicações que comprovam essa afirmação:

[...] como os do escocês Alexander Wilson, e a publicação em Londres entre 1827 e 1838 de *The Birds of America*, de John James Audubon mostrando pássaros em seu *habitat* natural, seguem logo os escritos de Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau, este último advertiu sobre as conseqüências da derrubada das florestas e da plantação de centeio com fins de lucro imediato [...] A publicação em 1864 de *Man and Nature*, de George Perkins Marsh, onde o autor demonstrava que a destruição arbitrária e o desperdício estavam tornando a terra inabitável para os seres humanos, e em última análise ameaçando a existência do homem, o qual há muito esqueceu que a terra lhe foi dada somente em usufruto e não para consumo, e menos ainda para desperdício despudorado. Esta publicação constituiu um dos acontecimentos seminais do ambientalismo norte americano.

Os Estados Unidos, juntamente com a Europa, estavam assentados num processo de desenvolvimento econômico com base na industrialização. As pressões ambientais existiam, no entanto, mesmo que embrionárias e, como parte disso, os Estados Unidos foram considerados o berço da criação dos parques nacionais. Por meio de um dispositivo legal de 1872, foi criado o primeiro parque nacional do mundo, chamado de Parque Nacional de *Yellowstone*, contendo uma área de 800 mil hectares, como destaca Dechandt (2007, p. 27):

Ainda, que de forma muito incipiente, no século XIX surgem iniciativas de reação à alteração brutal de paisagens naturais pelos processos industriais, principalmente nos países como industrialização acelerada, o que culmina com a aprovação em 1872 da primeira Unidade de Conservação do mundo moderno – O *Yellowstone National Park*, nos Estados Unidos.

A mesma autora lembra que esse acontecimento passou a servir como referência positiva para outros países, como “[...] Austrália, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul e México foram pioneiros em adotar o modelo americano de parques nacionais objetivando a conservação da natureza, ainda no século XIX”. (DECHANDT, 2007, p. 27).

Ainda nos Estados Unidos, a discussão ambiental continuou evoluindo, o que desencadeou o surgimento de duas correntes: a preservacionista e a conservacionista:

Na virada do século XVIII ao XIX, o ambientalismo nos EUA dividiu-se em dois campos: de um lado estavam os preservacionistas, apresentando como seu porta-voz; estes buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional. Além disso, possuíam uma visão talvez filosoficamente mais próxima do ponto de vista do preservacionismo britânico. Do outro lado estavam os conservacionistas, com Gifford Pinchot, que buscavam explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável, se fundamentavam na tradição de uma ciência florestal racional da variedade alemã. (PEÑAFIEL, 2005, p.15-16).

Tanto a corrente preservacionista quanto a conservacionista defendem a ideia do meio ambiente “melhor tratado”, o que passou a ser uma novidade.

Além da exploração desordenada dos recursos naturais, da degradação de espécies da fauna e da flora, o crescimento desordenado das cidades e suas consequências passaram a ser pauta de estudos ambientais. Os trabalhos do geógrafo anarquista francês Élisée Reclus já mostravam que a preocupação ambiental era evidente na segunda metade do século XIX. O pesquisador apresentava uma visão mais abrangente dessa preocupação, já que seus estudos tinham como foco o crescimento desordenado de várias cidades, a falta de políticas públicas voltadas para o saneamento ambiental, os abusos da exploração colonial, a dominação da elite, entre outros temas que tinham correlação com os tantos problemas da época. (PELICIONI, 2004).

Assim, ao longo da história, o movimento ambientalista veio ganhando corpo. Tivemos vários sinais de preocupações com as questões que envolviam o meio ambiente, e isso ocorria em vários países, porém de forma pulverizada, desconcentrada e desorganizada.

De acordo com Peñafiel (2005, p. 13), apenas próximo do ano de 1850, “[...] distintos ambientalistas se organizaram e institucionalizaram na forma de grupos e associações, para promover a apreciação da natureza e dar conta de casos específicos”.

As origens de um movimento mais amplo e organizado em defesa do meio ambiente na Europa e nos Estados Unidos são datadas da segunda metade do século XIX. Na década de 1860, na Grã-Bretanha, foram criados os primeiros grupos protecionistas, entretanto o movimento contra a degradação ficou marcado no final do século XIX, com o surgimento dos socialistas utópicos na Inglaterra e na França que defendiam os direitos sociais e trabalhistas. (PELICIONI, 2005).

Com a crise econômica da década de 1880, a onda otimista do desenvolvimento sem limites deu lugar a um pessimismo, colocando no centro dos debates a indústria como sendo destruidora da saúde humana, da moral, da ordem social, dos valores tidos como tradicionais,

do meio ambiente e da beleza natural. Isso evidenciava que o processo de industrialização, que fora tão idolatrado por um longo período, tornava-se alvo de críticas e fonte de degradação. (PEÑAFIEL, 2005).

Esse processo rompeu fronteiras e espalhou-se para outros países. No caso do Brasil, tivemos, no ano de 1890, algumas iniciativas que marcaram a normatização de recursos ambientais. Neves (2006, p.14) destaca que tivemos “[...] no Código Penal de 1890, uma disposição que qualificou como crime a poluição das fontes de água para consumo – então designada por ‘envenenamento’. Esta é considerada a primeira norma brasileira de cunho ambiental”. Para a época, era considerado como algo inovador.

Indo para o campo global, o ano de 1896 ficou marcado pelos avanços da teoria do químico sueco Arrhenius, que afirmava serem as emissões de dióxido de carbono originadas da combustão de carvão e que poderiam aumentar o efeito estufa e aquecer o planeta. Para o período, isso soou como uma bomba, em virtude de boa parte da matriz energética ser movida a carvão, incluindo trens e navios⁹.

No final do século XIX, destaca-se o surgimento de uma visão mais romântica de valorização da natureza: antes tida como fornecedora de recursos, a natureza passou a ser vista como algo majestoso para se ter contato:

Nos EUA, por exemplo, Henry David Thoreau apregoava a pobreza voluntária e a necessidade de preservar espaços naturais intocados para que os seres humanos pudessem contemplar e perceber a organicidade da natureza. Por meio do chamado movimento de retorno à natureza, buscou-se popularizar o sentimento de valorização da natureza selvagem e incentivar a proteção ambiental. Esse processo se estendeu inclusive à educação escolar, que começou a integrar em seu currículo momentos de contato dos alunos com o mundo natural. (PELICIONI, 2005, p. 356).

De certa forma, era da natureza que o homem extraía os recursos de que necessitava; era na natureza que poderia usufruir de momentos de lazer, como os passeios e banhos em rios, a caça e a pesca; era da natureza que se “retiravam” as belas paisagens para contemplação e era da natureza que se subtraíam as inspirações para os artistas da época.

Ainda no século XIX, mais precisamente no ano de 1861, sobressai-se uma ação para a área ambiental brasileira. Durante o reinado de Dom Pedro II, ocorreu o primeiro projeto de reflorestamento do Brasil e da América Latina: a Floresta da Tijuca. Parte da Mata Atlântica

⁹ Informações obtidas no sítio eletrônico da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. http://www.ambiente.sp.gov.br/proclima/linha_tempo/linha_tempo.asp. Acesso: 23 jul 2008.

havia sido devastada para dar lugar às culturas do café e cana. Passou a ser reflorestada com 10 mil espécies nativas com o objetivo de proteger os mananciais que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro. (MARCONDES, 2005). Gugenheim e Adário (2008) destacam que:

A iniciativa de Dom Pedro II de reflorestar no século XIX a área que hoje é a Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, é saudada como exemplo de governante que se preocupa com o meio ambiente. A área era um cafezal degradado e abandonado, mas o imperador tinha o espírito de conservação.

Em 1891, houve, também no Brasil, a promulgação da primeira constituição republicana que se absteve de leis que poderiam ter protegido o meio ambiente. O único dispositivo a insinuar vínculo com a proteção ambiental era o artigo 34, que atribuía competência legislativa à União para legislar sobre minas e terras. Com relação ao Código Penal de 1890, Marcondes (2005, p. 121) traz:

O Código Penal de 1890 estabeleceu, no artigo 141, a pena de prisão de um a três anos e multa de 5% a 20% do dano causado, para o infrator que incendiasse plantações, colheitas, lenha cortada, pastos, ou campos de fazenda de cultura, ou estabelecimentos de criação, matas, ou florestas pertencentes a terceiros ou à nação. O artigo 148 dispôs que todo aquele que, por imprudência, negligência ou imperícia, causasse incêndio seria punido com pena de prisão de um a seis meses e multa no valor de 5% a 20% do dano causado.

Analisando essas leis de cunho estritamente econômico, e que aparentemente vão contribuir com o meio ambiente, nota-se que ainda era muito incipiente a preocupação ambiental em relação à necessidade que havia na época, já que vivíamos o auge do café e, para isso, a degradação das matas, solos e nascentes ocorria em velocidade acelerada. Era necessário desmatar para plantar o café, que era cultivado sem os devidos cuidados ambientais, como curvas de nível, caixas de contenção, entre outros.

Para encerrar esta seção, convém apreciar as palavras de Pelicioni (2004, p.433): “Apesar de as denúncias sobre a degradação humana e ambiental serem feitas desde a Antiguidade, foi apenas no século XIX que essas manifestações começaram a configurar-se como um movimento”. Esse século XIX encerrou-se com a marca de 1,6 bilhão de habitantes vivendo no Planeta Terra.

1.2 O ambientalismo no início do século XX

O século XX ficou marcado por muitas mudanças, que, por sua vez, tiveram consequências positivas e negativas para o meio ambiente. De caráter negativo, destacam-se o aumento da degradação ambiental, os acidentes ambientais, o aumento dos problemas sociais, as duas guerras mundiais, os vários genocídios e holocaustos, entre tantos outros. De positivo, as descobertas científicas e tecnológicas, a descoberta da informática, a evolução das telecomunicações, o surgimento e atuação do movimento ambientalista e as melhorias dos meios de transportes.

No contexto global, diante das inúmeras e profundas mudanças, a sociedade mudou sua forma de vida, passando a buscar a industrialização e a vida urbana. Antes, as cidades eram tidas como um espaço criado para se viver, mas era o campo o espaço concorrido por todos. Houve uma inversão ainda maior no século XX: o espaço urbano passou a ser muito concorrido e tornou-se algo mais complexo do que antes.

Na construção dessa leitura, vale lembrar que, no século XX, o ambientalismo passou a ganhar força. No entendimento de Montebeller Filho (2004, p. 29), ambientalismo é:

[...] o conjunto de ações teóricas e práticas visando à preservação do meio ambiente. Em sentido amplo, o meio ambiente compõe-se dos elementos físicos, químicos, biológicos, sociais, humanos e outros que envolvem um ser ou objeto. Em sua forma restrita, o conceito de meio ambiente refere-se aos aspectos físicos e da natureza que interagem com o humano.

Essa inversão do campo para a cidade e o processo de industrialização causaram inúmeros problemas. Dantas (2003) ratifica bem essa afirmativa, revelando que, no início do século XX, a qualidade do ar em Londres continuava sendo degradada pela poluição. Em 1911, há o registro de 1150 óbitos relacionados diretamente com a má qualidade do ar. Esse número elevou-se para 4 mil no ano de 1952. O autor destaca que, mesmo com a criação de leis ambientais severas, no ano de 1962 ocorreram problemas relativos à poluição atmosférica.

Uma breve leitura pontual sobre o aquecimento global permite constatar que os estudos e previsões alarmantes continuavam surgindo desde o início de século XX. Lotka

(físico americano) já especulava, em 1920, que o uso de carvão em atividades industriais iria dobrar a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera em 500 anos.

Outro ponto que começou a mostrar sinais foi a qualidade da água, que, no final da década de 1920 e início da década de 1930, passou a destacar-se como um dos problemas de interesse mundial e tornou-se tema de debate e pesquisas nos meios acadêmicos, científicos, técnicos e políticos. Daí surgiram várias conferências e fóruns mundiais¹⁰. (PONTES, 2003).

Além dos problemas da qualidade do ar e da água, a ocupação do espaço urbano foi feita desordenadamente e muito rápida. Isso ainda tem causado sérios problemas ambientais. Cita-se, aqui, o caso do Brasil, que, nos primeiros anos do século XX, o iniciou o processo de modernização da então Capital, a cidade do Rio de Janeiro, onde, até aquele momento, existiam sérios problemas com o lixo acumulado nas ruas, foco de doenças, de ratos e mosquitos, transmissores de doenças fatais à época, como peste bubônica, febre amarela e varíola. (MARCONDES, 2005). Em 1945, a população urbana correspondia a 25% da população total. Já em 2000, a população urbana passou a representar 82% dos 169 milhões de habitantes. O êxodo rural tem sido a principal causa do inchaço das cidades: a população, por falta de oportunidades no campo, vem para as cidades e ocupa o espaço sem planejamento e controle. (ACSELRAD, 2001).

O debate ambiental, aos poucos, foi se espalhando por todo o mundo, chegando até mesmo à África, que parecia um continente esquecido. A vida selvagem do continente africano também foi foco de preocupação no final do século XIX e início do XX:

Os animais selvagens que se prestavam à caça iam diminuindo conforme o número de caçadores visitantes crescia, na região da África Oriental. Esta “moda” da caça decaiu devido ao fluxo permanente de colonos brancos. Devido a esta decaída, foi reduzida também a área dos territórios públicos de caça. Houve um extermínio por parte das autoridades coloniais britânicas, de animais selvagens encarados como pestes agrícolas ou portadores de epidemias para a criação doméstica. Preocupada com tais resultados, a iniciativa britânica organiza a Conferência Internacional para a Proteção da Fauna e da Flora em Londres, em 1933, que resultou na assinatura de uma convenção sobre a Preservação Fauna e Flora em seu Estado Natural, a qual estabeleceu o precedente de ONGs desempenhando um papel técnico consultivo em iniciativas desse tipo. (McCORMICK, 1992, apud PEÑAFIEL, 2005, p. 16).

¹⁰ É importante deixar claro que nosso objetivo não é descrever em minúcias o que foi discutido em cada uma das conferências, fóruns e COPs, mas sim incluí-las no contexto histórico do movimento ambientalista do mundo e do Brasil. Houve eventos ambientais que, sozinhos, já seriam objeto de uma tese de doutoramento, pela importância que tiveram para a humanidade. Além do mais, em cada um desses eventos geraram-se inúmeros documentos que merecem uma análise mais aprofundada. Ressalta-se, porém, que esse não é nosso objetivo de estudo.

A mesma autora traz informações sobre uma mudança de atitude que se iniciou nos Estados Unidos e sobre a conclamação de Aldo Leopold por uma ética da terra, em sua publicação, que defendia uma nova forma de pensar o uso abusivo dos recursos naturais:

[...] logo depois que Roosevelt assumiu o poder em 1933, começa uma mudança de atitude frente à administração racional dos recursos naturais. Em 1936 foi interrompida a matança de todos os predadores em parques nacionais. Esta mudança é refletida na publicação póstuma em 1949 de *Sand County Almanac*, obra de Aldo Leopold, que conclamou à criação de uma ética da terra, baseada na crença de que o homem não era um conquistador da “terra-comunidade”, mas um membro e cidadão dela. O autor advertiu sobre a inadequação da conservação do solo como uma questão unicamente econômica. Segundo ele, abusamos da terra porque a vemos como uma mercadoria que nos pertence; quando a virmos como um recurso ao qual pertencemos poderemos começar a utilizá-la com amor e respeito. (PEÑAFIEL, 2005, p. 16).

Vindo para a América do Sul, em especial para o Brasil, Neves (2006, p. 14) destaca que, até a década de 1930, havia poucas normas que disciplinavam o meio ambiente. Uma delas foi considerada inovadora, já que vinha estabelecer normas referentes às construções, higiene industrial e profissional:

[...] as disposições do Código Civil sobre o direito de vizinhança de modo a proteger o sossego, a segurança e a saúde, fazendo também menção a construções capazes de poluir ou inutilizar a água de poço ou fonte alheia, e o Regulamento de Saúde Pública instituído em 1923, que estabeleceu normas de higiene industrial e profissional.

No ano de 1931, tivemos uma ação relevante da sociedade civil, que foi a criação da Sociedade de Amigos das Árvores, fundada pelo botânico Alberto Sampaio, que agrupou intelectuais, jornalistas e políticos já a essa época preocupados com o desaparecimento das florestas brasileiras. Essa sociedade protestou contra o desmatamento que vinha ocorrendo no Rio de Janeiro e criou a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1931, na cidade do Rio de Janeiro. A conferência discutiu a proteção à flora, à fauna e aos monumentos naturais. De forma geral, defendeu a preservação das fontes de vida. Ressalta-se que os subsídios dessa conferência contribuíram diretamente para a elaboração do Código Florestal (1934) e para a proteção do patrimônio histórico e artístico (1937). Os códigos e regulamentos que o governo de Vargas instituiu sobre o uso da água, das minas, da caça, da pesca e das florestas foram fruto da atuação de Alberto Sampaio e outros conservacionistas da época. (MARCONDES, 2005).

Essas várias normas e leis vieram, todavia, com o intuito de disciplinar os bens ambientais na qualidade de bens de interesse público, como foi o caso do Código de Águas e do Código Florestal de 1934, da Lei que regula o tombamento, de 1937, e do Código de Pesca, de 1938. (NEVES, 2006).

Também no ano de 1934 houve a promulgação de uma nova Constituição Federal, entretanto ainda dando pouca ênfase às questões ambientais:

[...] o artigo 5º que estabeleceu a competência privativa da União para legislar, entre outras matérias, sobre riquezas do subsolo, mineração, águas, energia hidrelétrica, florestas, caça e pesca e a sua exploração, e o artigo 10, que previu competência concorrente da União e Estados para a proteção das belezas naturais e dos monumentos históricos. Os artigos 118 e 119 focaram a água como elemento essencial para a geração de riquezas, principalmente como fonte de energia elétrica, ao assim disporem (artigo 118): as “minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas-d’água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial”. O artigo 119 previa que o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, além das águas e da energia hidráulica, mesmo que de propriedade privada, dependia de autorização ou concessão federal na forma da lei. (MARCONDES, 2005, p.153).

A Constituição Federal de 1934 teve uma curta duração: em 1937, foi abolida, para Getúlio Vargas, presidente do Brasil à época, instalar o Estado Novo e criar a nova Constituição Federal de 1937, que, por sua vez, apresentava dispositivos autoritários:

Com relação ao meio ambiente, a Constituição de 1937 dispunha no artigo 16, inciso XIV, que a União possuía competência privativa para legislar sobre bens de domínio federal, minas, metalurgia, energia hidráulica, águas, florestas, caça e pesca e sua exploração. O artigo 34 previa a competência da União, Estados e municípios para a proteção dos monumentos históricos, artísticos e naturais, bem como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza. (MARCONDES, 2005, p.153).

Algumas iniciativas governamentais em prol do meio ambiente continuaram nesse período, permitindo, assim, a criação do primeiro parque nacional brasileiro – no ano de 1937: o Parque Nacional de Itatiaia, localizado no Rio de Janeiro. A criação desse parque nacional foi motivada por finalidades científicas e englobava perspectivas para a prática de turismo. (DECHANDT, 2007). Essas normas e leis mostraram que havia pressões em defesa do meio ambiente.

No ano de 1945, o mundo presenciou uma das invenções mais maléficas e mais degradantes, que pode colocar em risco a continuidade da vida no planeta. Em 6 de agosto de 1945, os Estados Unidos da América, em disputa durante a Segunda Guerra Mundial,

lançaram a primeira bomba atômica sobre a cidade japonesa de Hiroshima. Três dias depois, lançaram outra bomba sobre Nagasaki. A partir desse fato, as guerras não seriam mais as mesmas, pois o poder destrutivo dessas bombas que os cientistas criaram era algo assustador: destruíram-se milhares de vidas humanas, trazendo sequelas à saúde das pessoas e ao meio ambiente que se fazem sentir até hoje.

O panorama econômico mundial posterior à 2ª. Grande Guerra mudou mais uma vez a forma de pensar a exploração dos recursos naturais. A partir desse momento, o crescimento passaria a apoiar-se em um sistema de produção e de consumo intenso, baseado numa matriz tecnológica, diferente do que existia até o momento. O que valeria a partir de então seria a corrida pelo crescimento econômico, ou seja, a elevação dos números do PIB. Passou a existir um clima de que todos os recursos naturais eram inesgotáveis.

Como não havia simetria, ou seja, contrariando essa ideia de exploração dos recursos naturais, no ano de 1948 foi fundada, na Suíça, a União Internacional para a Conservação da Natureza (original em inglês *The World Conservation Union – UICN*)¹¹. Essa organização passou a reunir mais de cem entidades governamentais e oitenta organizações não governamentais de mais de setenta países. Segundo Marcondes (2005, p.163), “A entidade tem por missão influenciar, estimular e auxiliar sociedades de todo o mundo com o intuito de conservar a integridade e diversidade da natureza e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais”.

Por sua vez, essa organização serviu como modelo para a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), que viria a ser fundada no Brasil em 1958, sendo considerada um dos primeiros antecedentes do ambientalismo no Brasil e tendo o caráter preservacionista. A FBCN influenciou a criação de várias instituições ambientalistas. Vários autores destacam a importância da FBCN para o movimento em defesa da natureza brasileira, dentre eles Diegues (1996), que chega a afirmar que a FBCN faz parte da pré-história do ecologismo brasileiro, tendo uma forma de atuação ligada ao conservacionismo.

Em 1949, realizou-se, na cidade de Nova York, a Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCUR). Esse evento foi preparado pela FAO, UNESCO, OMS e OIT, sendo considerado um dos marcos mais importantes para a ascensão do movimento ambientalista internacional. Ficou caracterizado

¹¹ O nome inicial dessa organização foi *International Union for the Conservation of Nature* (IUPN); no ano de 1956, passou a ser chamada de *Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN). No ano de 1990, recebeu o nome *The World Conservation Union*. (MARCONDES, 2005).

pelo teor científico (e não político) das discussões que envolviam a problemática ambiental. No mesmo momento em que ocorreu a UNSCCUR, houve a Conferência Técnica Internacional sobre Proteção da Natureza (ITC), que debateu a conservação dos recursos renováveis. (MARCONDES, 2005).

Nessa primeira metade do século XX, há uma grande inquietação entre os cientistas sobre o clima do planeta; os estudos e as pesquisas realizados por eles não cessaram e passaram a ter grande relevância para a compreensão das alterações no clima do planeta. Citamos “[...] o inglês Guy Stewart Callendar, que, em 1938, realizou um processo meticuloso de medição da temperatura em regiões extensas, e o norte-americano Charles Keeling, que em 1957 criou um mecanismo de medição de dióxido de carbono na atmosfera”. (Sítio eletrônico da Agência FAPESP).

No caso do Brasil, a criação de leis e normas visando à proteção do meio ambiente continuou, mesmo que de forma lenta. No ano de 1946, tivemos uma nova Constituição Federal que:

Dispôs no artigo 5º., inciso XV, que a União é competente para legislar sobre riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia elétrica, florestas, caça e pesca e no artigo 175 estabelece que as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público. (MARCONDES, 2005, p. 160).

É bom citar que tivemos alguns dispositivos legais no Código Penal Brasileiro, instituído em 1940, em vigor desde 1942, que têm ligação direta com a preservação dos recursos naturais, como é o caso do artigo 271:

Corrupção ou poluição de água potável. Art. 271 – Corromper ou poluir água potável, de uso comum ou particular, tornando-se imprópria para o consumo ou nociva à saúde: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. Modalidade culposa. Parágrafo único – Se o crime é culposo: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano. (MARCONDES, 2005, p. 161).

É fato que nessa ocasião, ou seja, na década de 1940, o Brasil perdeu a oportunidade de avançar consideravelmente no campo das leis ambientais, mas vale destacar que a herança agrária ainda era forte no campo das decisões políticas e dificultava a criação de qualquer lei ou norma que viesse a ser contrária à exploração dos recursos naturais. Nesse período, o país buscava o desenvolvimento de sua indústria de base, que também estava centrada na

exploração de minerais e recursos naturais, e esse tipo de produção industrial impacta negativamente o meio ambiente.

Em linhas gerais, por todo o mundo havia uma conjugação de fatores que agravavam os problemas ambientais. Essa década de 1940 ficou marcada pelas mencionadas duas bombas nucleares, que acabaram atingindo diretamente a consciência do mundo para a questão da “autodestruição”. Com essas ocorrências, percebeu-se que o homem pode pôr a vida em risco apenas com o toque de botões. A área ambiental ganhou holofotes e isso ficará mais nítido na década de 1950. O tema “meio ambiente” passou a causar preocupação e sua discussão intensificou na segunda metade do século XX, até mesmo em razão de o Planeta Terra, em 1950, já possuir 2,5 bilhões de pessoas e a pressão sobre os recursos naturais estar sendo ampliada cada vez mais.

Mendonça (2002, p.12) destaca que, a partir dos anos de 1950, há o desenvolvimento da ideologia do consumismo, que cria os extremos na qualidade de vida: há uma massa vivendo em plena miséria e, ao mesmo tempo, o aparecimento de uma classe muito rica. “A gritante disparidade desses aspectos chega a lembrar as relações sociais da época da monarquia, agora com outro nome”. Essa década ficou marcada com a criação, no ano de 1951 da organização não governamental ambientalista *The Nature Conservancy*, que surgiu para preservar as plantas e comunidades naturais que compunham a diversidade do planeta. (MARCONDES, 2005).

Outro aspecto, nessa linha, é que o aumento da preocupação ambiental fazia sentido a partir dos graves acidentes ambientais ocorridos no mundo. No ano de 1952, foi registrada a elevação da poluição do ar na Cidade de Londres, causada por vapores tóxicos do elevado número de indústrias poluentes. Estima-se a morte de 1600 pessoas.

Os anos de 1952 e 1953 ficaram marcados por chuvas de granizo e chuva ácida em razão de testes nucleares que vinham ocorrendo pelo mundo. Do ano de 1945 até o ano de 1962 foram anunciadas 423 detonações nucleares, que ocorreram nos Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e França. (CAMARGO, 2003). Nesse período de “Guerra Fria”, os testes nucleares eram comuns e o meio ambiente pagou um preço caro por isso.

Já no ano de 1954, os Estados Unidos realizaram testes utilizando bombas de hidrogênio no Pacífico Ocidental e contaminaram 18 mil quilômetros quadrados de oceano com a ocorrência de uma nuvem radioativa de 410 quilômetros de extensão por 75 quilômetros de largura. Houve contaminação de peixes e pescadores. (CAMARGO, 2003).

Ainda em 1954 tivemos, no Japão, a contaminação causada pelo mercúrio na baía de Minamata. Essa contaminação ocorreu em razão do despejo de efluentes de uma fábrica de cloro e soda, ocasionando o surgimento de uma nova doença chamada de “Mal de Minamata”, que apresentava como sintomas danos neurológicos em homens e animais.

Assim, começaram a aparecer os danos ao meio ambiente vinculados à mudança nos sistemas de produção e consumo no pós-guerra, baseados numa nova matriz tecnológica que pregava a exploração intensa dos recursos naturais. No ano de 1958, o cientista americano Charles David Keeling detectou um aumento anual de CO² atmosférico, decorrente do aumento do uso dos combustíveis fósseis no pós-guerra. Aqui vale complementar que já havia uma considerável elevação do uso do automóvel nos países desenvolvidos.

Na perspectiva das preocupações com o consumo e o meio ambiente, Lima (2005) cita o livro do economista norte-americano John Kenneth Galbraith, “*The Affluent Society*”, de 1958, em que o autor critica duramente a crença de que todos os problemas sociais seriam solucionados com a elevação da produção econômica. Galbraith já criticava o excessivo consumo materialista da sociedade norte-americana e afirmava que o crescimento econômico não era o suficiente para torná-la melhor.

No Brasil, nessa primeira metade do século XX, o movimento ambientalista não avançou, até mesmo por falta de um ambiente político que favorecesse esse desenvolvimento.

No ano de 1956, tivemos em São Paulo o surgimento da Associação de Defesa da Flora e da Fauna “[...] para apoiar a criação de uma reserva florestal pública no Pontal do Paranapanema. Essa associação mudou o nome para Associação de Defesa da Flora e da Fauna de São Paulo (Ademasp)”. Seus pontos de atuação são, hoje, a educação ambiental, projetos de conservação ambiental, pesquisa e desenvolvimento. Atualmente está sediada na cidade São Paulo. (MARCONDES, 2005, p. 167).

Já Peñafiel (2005, p. 21) defende que “[...] os primeiros antecedentes do ambientalismo no Brasil são de caráter preservacionista e remontam ao ano de 1958, data de criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza”. Segundo a autora, houve, entretanto, ausência de ação por parte dessa fundação nos espaços públicos, o que prorrogou a emergência do movimento ambientalista para a década de 1970.

1.2.1 O ambientalismo no contexto dos anos de 1960

A partir da década de 1960, houve uma expansão das preocupações ambientais em todo o mundo. Uma delas, bem marcante, diz respeito à aflição com relação aos níveis de emissão de poluentes. Outra que merece destaque foram os vários incidentes e acidentes ambientais¹² que ocorreram e degradaram o meio ambiente ao longo da década. A preocupação com o aumento populacional e, por consequência, com o aumento do consumo de alguns produtos, também esteve presente no rol das inquietações ambientais.

Todo produto tem seu preço elevado quando se torna mais escasso. Ora, parece razoável destacar que, em determinados períodos dos anos 2000, vivemos algo parecido com relação ao petróleo e, na década de 1960, não foi diferente. Houve uma valorização de alguns recursos naturais, já que se previu o esgotamento (futuro) do petróleo, da madeira, da água e de outros produtos naturais. Isso veio a ocorrer em razão de seu uso intensivo, já que o mundo

¹² Para um melhor entendimento, é necessário apresentar os conceitos de incidente ambiental e acidente ambiental, uma vez que grande parte da bibliografia apresenta-os como sinônimos, embora haja diferença entre ambos. Incidente ambiental: “[...] é um evento imprevisto e indesejável que poderia ter resultado em algum tipo de dano à pessoa (de um ferimento leve até a morte), ao patrimônio (próprio ou de terceiros) ou ainda em impacto ao meio ambiente (aos ecossistemas, à fauna e à flora), mas não resultou”. (<http://www.cetesb.sp.gov.br/emergencia/acidentes/vazamento/preparacao/planos.asp>). Acidente ambiental: pode ser entendido como uma seqüência de eventos fortuitos e não planejados, que resulta em danos para a saúde humana e/ou ao meio ambiente, ou a outro bem a proteger a curto ou longo prazo. O sítio eletrônico da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) entende acidente ambiental como: “[...] qualquer evento anormal, indesejado e inesperado, com potencial para causar danos diretos ou indiretos à saúde humana e ao meio ambiente. Os acidentes ambientais podem ser classificados em dois tipos, de acordo com as suas origens: Acidentes Naturais - Ocorrências causadas por fenômenos da natureza, cuja a grande maioria independe das intervenções do humanas, como por exemplo terremotos, maremotos e furacões, entre outros. Acidentes Tecnológicos – Ocorrências geradas pelas atividades desenvolvidas pelo homem, normalmente relacionadas com a manipulação de substâncias químicas perigosas. Embora estes dois tipos de ocorrências sejam independentes quanto as suas origens, em determinadas situações pode haver uma certa relação entre as mesmas, como por exemplo uma forte tormenta que acarrete danos numa instalação industrial. Neste caso, além dos danos diretos causados pelo fenômeno natural, pode-se ter outras implicações decorrentes dos impactos causados nas instalações atingidas. Da mesma forma, as intervenções do homem na natureza podem contribuir para a ocorrência dos acidentes naturais, como por exemplo, o uso e ocupação do solo de forma desordenada pode vir a acelerar processos de erosão e deslizamentos de terra. No entanto, os acidentes naturais, em sua grande maioria são de difícil prevenção, razão pela qual diversos países do mundo, principalmente aqueles onde tais fenômenos são mais freqüentes, têm investido em sistemas para o atendimento a estas situações. Já no caso dos acidentes de origem tecnológica, pode-se dizer que a grande maioria dos casos é previsível, razão pela qual há que se trabalhar principalmente na prevenção destes episódios, sem esquecer obviamente da preparação para a intervenção quando da ocorrência dos mesmos. Os acidentes ambientais envolvendo substâncias químicas são eventos que podem resultar em danos ao homem, ao meio ambiente e ao patrimônio público e portanto, são objeto de preocupação da indústria, do governo e da comunidade”. (<http://www.cetesb.sp.gov.br/Emergencia/atuacao/atuacao.asp>).

vivia um aumento populacional, uma transformação com a ampliação nos padrões de consumo e conseqüentemente a necessidade de explorar e produzir mais.

Nesse cenário, todas essas mudanças criaram, em uma parte da população, uma nova forma de pensar o mundo, lembrando que vivíamos um período conturbado, motivado pela “Guerra Fria”.

Marçal (2005) destaca que o movimento ambientalista nasceu na década de 1960, juntamente com outras mudanças culturais que vinham ocorrendo, como o movimento dos *hippies*, o movimento feminista, a liberação sexual, o movimento negro, o pacifismo, a explosão do *rock-and-roll* e as manifestações anti-Guerra Fria e anti-Vietnã. E o movimento ambientalista entra nesse cenário conturbado buscando a defesa e a preservação do ambiente.

A partir desse contexto, pode ser enfatizado que as primeiras reações contrárias aos padrões de consumo, de produção e degradação ambiental surgiram a todo vapor nas sociedades industrializadas, em especial nos movimentos sociais que representavam minorias da sociedade, como vimos no parágrafo anterior.

No ano de 1961, tivemos a fundação da *World Wildlife Fund* (WWF) (Fundo para a Vida Selvagem), a primeira organização não governamental ambiental internacional que atua em várias partes do mundo (em 96 países) até os dias atuais. Essa ONG surgiu a partir de um grupo de cientistas preocupados com a destruição da natureza. Sua atuação no Brasil começou no ano de 1971 defendendo o mico-leão-dourado no Rio de Janeiro. A WWF “[...] tem como missão a preservação da biodiversidade, a promoção do uso sustentável dos recursos naturais e o combate à poluição e ao desperdício”. (MARCONDES, 2005, p.186).

Um ponto de referência para a área ambiental é o lançamento, em 1962, nos Estados Unidos, do livro da bióloga, jornalista e funcionária do governo americano Rachel Carson, intitulado *Silent Spring* (Primavera Silenciosa). O livro foi proclamado como um clássico do movimento ambientalista mundial, pois ganhou *status* junto aos defensores do planeta, ao relatar o uso excessivo do Dicloro-Difenil-Tricloroetano, conhecido popularmente como DDT¹³ e outros agrotóxicos e seus efeitos no meio ambiente, que implicavam a perda da qualidade de vida. Posteriormente, esse livro contribuiu para a criação da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) e a proibição do uso do DDT. Na ocasião, a obra

¹³ O DDT é considerado como o primeiro pesticida moderno, tendo sido amplamente usado no mundo após a Segunda Guerra Mundial no combate a mosquitos causadores de doenças. Trata-se de inseticida barato, porém eficiente a curto prazo, mas a longo prazo tem efeitos prejudiciais à saúde humana.

causou uma grande comoção na opinião pública americana com respeito aos problemas ambientais. (CAMARGO, 2003).

Carson escreveu:

Pela primeira vez na história do mundo cada um dos seres humanos está agora sujeito a entrar em contato com substâncias químicas perigosas, desde o momento em que é concebido até o instante de sua morte. Em menos de dois decênios do seu uso, os pesticidas sintéticos foram tão intensamente distribuídos pelo mundo – seja pelo mundo animado, seja pelo mundo inanimado – que eles aparecem virtualmente por toda parte. Tais pesticidas foram encontrados e retirados da maior parte dos grandes sistemas fluviais, e até mesmo dos cursos de água que fluem, sem ser vistos por nós, através da Terra, por vias subterrâneas. Os resíduos das referidas substâncias químicas permanecem no solo, [...] Elas entraram e alojaram-se no corpo dos peixes, dos pássaros, dos répteis, dos animais domésticos e dos animais selvagens; e o fizeram tão universalmente que os cientistas que efetuam experiências com animais verificaram que se torna quase impossível localizar exemplares que sejam de todo livres de semelhante contaminação. Essas substâncias foram encontradas até [...] em minhocas que perfuram o solo [...] e no próprio homem... . (CARSON, 1962 apud MARCONDES, 2005, p. 170-171).

Indo à frente com a evolução histórica, o ano de 1963 ficou marcado pelo Programa Biológico Internacional, que tinha o objetivo de analisar os impactos ambientais e avaliar os mecanismos biológicos e ecológicos referentes à poluição e destruição de *habitats*. A partir desse programa, houve um elevado número de informações coletadas, o que permitiu os fundamentos da ciência ambiental.

Mesmo diante do crescimento das preocupações ambientais na década de 1960, as consequências com relação à exploração inadequada dos recursos naturais e da poluição ocasionada pelo processo de produção e consumo marcaram o ano de 1966 pelos registros de chuvas ácidas, oriundas da poluição atmosférica. (SCHARF, 2004). No ano de 1967, foi realizada a primeira simulação computadorizada que calculou o aumento médio da temperatura da Terra em razão do aumento do nível de dióxido de carbono na atmosfera.

Também em 1967 tivemos um acidente ambiental de grande monta, que aparece registrado em vários livros da área ambiental. O petroleiro *Torrey Canyon* afundou e provocou um vazamento de 117 mil toneladas de óleo no Mar do Norte (próximo a *Cornwall*, no Reino Unido). Vale lembrar que cada litro de óleo contamina mil litros de água, de modo que o dano ambiental foi enorme. A poluição provocada com esse acidente “ajudou” a promover uma legislação que obrigou os proprietários de navios a terem mais cuidado no transporte de produtos poluentes, pois eles seriam responsabilizados por qualquer vazamento que ocorresse.

Assim, como a crise ambiental se acentuava, as preocupações ambientais aumentavam e, no ano de 1968, foi realizada, na cidade de Roma, uma reunião de cientistas dos países desenvolvidos, com o objetivo de discutir a crise ambiental que já era notada e ameaçava o futuro da humanidade. Nesse período, os cientistas já haviam detectado o crescimento populacional desordenado e a exploração excessiva dos recursos naturais, indicando a necessidade de mudanças nos padrões de consumo e no aumento do número de pessoas no mundo (a procriação). Nessa ocasião, tivemos a fundação do Clube de Roma, uma organização multinacional:

Clube de Roma foi liderado pelo industrial italiano Peccei e pelo cientista escocês Alexandre King formado por 36 cientistas e economistas. [...] estudavam o impacto global das interações dinâmicas entre a produção industrial, a população, o dano no meio ambiente, o consumo de alimentos e o uso de recursos naturais. (SEIFFERT, 2007, p. 12).

O Clube de Roma foi composto de intelectuais, cientistas e economistas, que não eram militantes e defensores do meio ambiente. Essa característica tem que ser ressaltada até mesmo para lembrarmos que a entidade foi criada priorizando seu caráter puramente investigativo e isento em relação às atuais condições dos recursos naturais existentes no planeta Terra.

Nesse ano, também tivemos a publicação de Paul Ehrlich (livro: *The Population Bomb* – A bomba populacional)¹⁴, que se tornou um *best-seller*. O livro faz uma relação significativa entre o crescimento exponencial da população e a degradação ambiental e a criação de mazelas.

Outra publicação que chamou a atenção nesse ano foi o artigo de Garrett Hardin, com o título *The Tragedy of the Commons*. (NOBRE, 2002).

Ainda em 1968, tivemos a Conferência Intergovernamental para o Uso Racional e a Conservação da Biosfera das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que discutiu vários problemas relacionados ao meio ambiente. Esse evento foi um tanto quanto

¹⁴ Segundo o sítio eletrônico do FBDS : “O que está em jogo é nada menos que o destino da civilização humana é o lema de Paul Ehrlich ao longo da maior parte de sua carreira acadêmica. O núcleo da ‘A Bomba Populacional’ foi dedicado à apresentação das ideias do economista, matemático e clérigo inglês T. Malthus (1766-1834) no sentido de que o importante não é o tamanho absoluto da população mas a sua relação com a base de recursos naturais. Assim, lançaram-se os alicerces para explorar as ligações entre o crescimento populacional e a agricultura intensiva, com suas altas taxas de uso de minerais e energia per capita, produção de contaminantes e excessos de ocupação de espaços”.

importante para o meio ambiente do planeta, pois divulgava e ampliava as discussões sobre o meio ambiental para o mundo todo.

Já o ano de 1969 ficou marcado pela criação da primeira Agência Nacional para a Proteção do Meio Ambiente (original em inglês *Environmental Protection Agency* – EPA) nos Estados Unidos. (SCHARF, 2004). Em muitos casos, os Estados Unidos saíram na frente, do ponto de vista institucional, em defesa do meio ambiente. Tivemos também a formação da ONG *Friends of the Earth*. (ZUCARATO, 2006). Nesse ano, ocorreram, por outro lado, mais de mil derramamentos (de pelo menos 100 barris) de petróleo em águas americanas. (CAMARGO, 2003).

Já para o Brasil, há, na década de 1960, uma continuidade de ocorrências que têm correlação com a criação de legislação. Em 1965, foi intitulado o Código Florestal, que cria as Florestas Nacionais, bem como o Estatuto da Terra. Em 1967, criou-se o Código de Caça e a Política Nacional de Saneamento Básico. “A primeira norma intencionalmente associada ao controle de poluição industrial determina a criação do Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental”. Essa norma também é do ano de 1967. (NEVES, 2006, p.15).

Marcondes (2005) complementa lembrando das inúmeras leis que foram criadas no campo ambiental na década de 1960. Percebe-se, dando coerência a tal constatação, que era necessária a elaboração de novas leis como: a lei que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos (1961), a lei que trata do lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas (1961); a Política Nacional de Energia Nuclear e a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (1962), a lei que define os casos de desapropriação por interesse social (1962); a lei que determina a arborização das margens das rodovias do Nordeste (1964); a lei que determina a construção de aterros-barragens para represamento de águas (1964); a lei que dispõe sobre o Estatuto da Terra (1965); a lei que dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais (1966), a lei que trata da Superintendência Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e cria a Sudam (1966), o Código de Proteção à Fauna (1967); a lei que cria o Código de Mineração (1967); a lei que institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento (1967). Também se instituiu, em 1967, o Código da Pesca.

Outro ponto marcante nessa década, no Brasil, foi a criação de órgãos estaduais de controle de poluição em estados onde os índices se encontravam mais agudos:

No antigo Estado da Guanabara foi criado, em 1962, o Instituto de Engenharia Sanitária, que, em 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, veio a formar, juntamente com outros órgãos, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) [...]. Em São Paulo foi criada, em 1960, a Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição do Ar e das Águas (Cicpaa), reunindo os municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Mauá. As atividades de controle da poluição ambiental no Estado de São Paulo passaram a ser desempenhadas pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), criada em 1968. No Estado de Pernambuco foi criada, em 1967, a Comissão Estadual de Controle da Poluição Ambiental (Cecpa), da qual participavam vários órgãos estaduais e também a Marinha, por meio da Capitania dos Portos. A Cecpa foi absorvida pela Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração dos Recursos Hídricos (Cprh), criada em 1976. Nessa época, a Marinha teve importante atuação também em outros Estados, pois a Lei n. 5.357, de 17 de novembro de 1967, que estabeleceu penalidades para embarcações e terminais que lançassem detritos ou óleo, determinou que a fiscalização caberia à Diretoria dos Portos e Costas, em cooperação com órgãos federais ou estaduais. (MARCONDES, 2005, p.175).

Vale ressaltar a importância da criação desses órgãos estaduais de controle de poluição que até nos dias de hoje são atuantes.

Em suma, a década de 1960 ficou marcada por várias ocorrências em prol do meio ambiente, mas o mundo continuava a explorar os recursos naturais de forma intensa para alimentar o sistema capitalista que estava a todo vapor. Aqui também vale situar que o mundo vivia a “Era Bipolar”, capitalismo *versus* socialismo, porém ambos os casos exploravam os recursos naturais de forma intensa.

Nessa década, que ficou marcada pelo surgimento do movimento ambientalista, o que chama a atenção é a forte discussão sobre o aumento populacional contra a capacidade do planeta Terra em atender a demanda da população mundial.

Há autores, como é o caso de Héctor Ricardo Leis (1996), que chamam a atenção para a década de 1960 como sendo o início de uma revolução ambiental norte-americana, já que parte da população estava preocupada com as questões ambientais.

1.2.2 O ambientalismo no contexto dos anos de 1970

Inúmeros textos afirmam que a década de 1970 foi fundamental para o movimento ambientalista: seu marco principal no campo ambiental foi a Conferência da Organização das Nações Unidas¹⁵ sobre o Meio Ambiente Humano, que se realizou em Estocolmo, na Suécia, em 1972, e iremos detalhá-la mais à frente. A crise do petróleo esteve presente nessa década e veio para agravar o cenário dos debates sobre um possível esgotamento dos combustíveis fósseis no mundo, contrariando a ideia de que os recursos naturais eram inesgotáveis.

Nessa década, houve vários momentos em que o tema “meio ambiente” ganhou vulto no mundo. Contamos inicialmente com a colaboração do texto de Peñafiel:

Na década dos anos 70, uma nova faixa dos grupos ambientalistas entra em cena, mais ativos em seu método e mais radicais nas suas campanhas. Esses novos grupos ambientalistas atraíram jovens membros mais enérgicos, e muito mais dispostos a seguir uma ação direta nas campanhas, os quais fizeram da organização ambientalista o centro político de atividades das suas vidas. [...] todas essas preocupações fazem parte de um todo muito mais complexo; e que sai do nível localista, e transpassa as fronteiras dos países, isto é, atinge cada vez mais um nível planetário. (PEÑAFIEL, 2005, p.17).

Ainda essa década ficou marcada pelo surgimento de várias organizações internacionais, algumas das quais nasceram justamente para discutir os problemas, as possíveis soluções ambientais e ações em defesa do meio ambiente. Houve o surgimento de partidos políticos que têm como eixo principal os problemas ambientais, os chamados “partidos verdes”.

No ano de 1970, foi lançado, por uma entidade relacionada à revista britânica *The Ecologist*, o “Manifesto para a Sobrevivência” defendendo a ideia de que o aumento indefinido da demanda não era sustentado, em decorrência de os recursos naturais não serem finitos. Nesse ano, ocorreu nos Estados Unidos a criação do primeiro Dia da Terra (*Earth Day*) e, segundo estimativas, mais de 300 mil norte-americanos participaram de uma pacífica passeata. (CAMARGO, 2003).

¹⁵ A ONU (Organização das Nações Unidas) foi criada no ano de 1945. Na sua concepção inicial, sua função era atuar junto aos seguintes temas: a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento equitativo, entretanto passou a assumir um papel fundamental nas questões relacionadas aos problemas ambientais.

Em 1971, tivemos a criação da “[...] fundação de Amigos da Terra Internacional, primeira rede de entidades ambientalistas com atuação prioritária sobre política e economia”. (SCHARF, 2004, p.152). No mesmo ano, foi criada a ONG *Greenpeace*, no Canadá, e o Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Inglaterra.

Ocorreu em Founex (cidade da Suíça) um Painel Técnico em Desenvolvimento e Meio Ambiente, que resultou no “Relatório Founex”. Este apresentou várias contribuições, dentre elas a posição de que o esgotamento ambiental vinha sendo causado pelos padrões excessivos de produção e de consumo, inicialmente nos países desenvolvidos. Essa forma de vida causava a pobreza e o subdesenvolvimento de outras nações. Os resultados do relatório foram determinantes para que os países em desenvolvimento tomassem consciência de sua importância na participação da Conferência de Estocolmo, que ocorreu em 1972. Esse encontro de Founex foi considerado um encontro preparatório para Estocolmo. (CAMARGO, 2003).

Ainda no mesmo ano, houve a Conferência de Menton (França), onde 2200 cientistas estiveram reunidos e apresentaram um documento para a ONU, que chamava a atenção para a necessidade de ações coletivas internacionais para a descoberta de soluções para os problemas de poluição, fome, superpopulação e guerra. (Sítio eletrônico da FBDS)¹⁶.

Já no ano de 1972, o Clube de Roma publicou o relatório intitulado de *The limits to grow* (Os limites do crescimento). Esse relatório (também chamado por alguns autores de “Relatório de Meadows”) foi encomendado pelo Clube de Roma e produzido por cientistas e técnicos do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT).

Segundo Seiffert (2007, p.12):

[...] foi elaborado por Dennis Meadows e outros; por meio de simulações matemáticas, foram feitas projeções do crescimento populacional, nível de poluição e esgotamento dos recursos naturais da Terra. O relatório previa que as tendências que imperavam até então conduziram a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação num prazo de 100 anos.

O relatório ancorava-se no texto do próprio Dennis Meadows (“Os limites do crescimento”), que aborda uma questão considerada “pontiaguda” para os países desenvolvidos, pois, para o autor, o modelo de industrialização dominante era altamente

¹⁶ Informações obtidas no sítio eletrônico da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS). http://www.fbds.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=28. Acesso em: 22 mar 2008.

degradante, vindo a colocar em risco até mesmo a existência humana num prazo de 100 anos. Nesse prazo, haveria falta de recursos naturais, muita poluição, fome e doenças.

Outras teses e conclusões básicas do grupo de pesquisadores coordenado por Dennis Meadows são:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos anos. O resultado mais provável será declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial. 2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual. 3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito. (MEADOWS, 1972, apud BRÜSEKE, 1996, p. 103-104).

Nobre (2002, p. 29) aponta que esse estudo apresentou uma novidade em relação ao modelo malthusiano clássico:

[...] tratava simultaneamente cinco diferentes variáveis: industrialização (crescente), população (em rápido crescimento), má-nutrição (em expansão), recursos naturais não-renováveis (em extinção) e meio ambiente (em deterioração).

Ao ingressar no mérito desse relatório, é importante chamar a atenção para o fato de que trouxe uma visão parcial do contexto vivido, se comparada à visão de Malthus, mas é importante lembrar que, nesse período, havia maiores condições para a pesquisa. O relatório emergiu servindo como um alerta para a humanidade em relação a seus hábitos e ao modo insustentável de vida. Tanto é que,

A partir do Relatório de Meadows foi possível reconhecer que o desperdício e a poluição deixaram de representar apenas um problema referente às condições de vida e de consumo das populações humanas, mas que diz respeito à própria base de reprodução da esfera produtiva. (FERREIRA, 1992, p. 19).

Outro objetivo do relatório foi denunciar que o elevado nível de consumo levaria o mundo a um colapso, além de defender a ideia da desaceleração do ritmo de crescimento da economia. Essa “desaceleração” não foi bem aceita pelos países desenvolvidos, pois isso era

sinônimo de perda de crescimento econômico e, num mundo que é regido pelo capitalismo, isso soou mal.

Aqui, não se trata de remexer no que já é passado e sim de trazer a lume aquilo que parece estar se repetindo. Nos debates atuais sobre o aquecimento global, falar de “desaleceração” da economia correlacionando-a com as taxas das emissões de GEE é violar o *modus vivendi* e o *modus operandi* das nações desenvolvidas que exacerbaram a forma de relacionar-se com o planeta.

Dando sequência ao desdobramento desse processo de defesa do meio ambiente, no ano de 1972 foi criada, pela ONU, na Suécia, a Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano, que foi a primeira ação da comunidade internacional em prol do meio ambiente. Essa conferência foi liderada por Maurice Strong e considerada o marco inicial e histórico para as políticas ambientais do mundo. Marçal (2005) considera essa conferência como um marco histórico para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental. Vale (2005, p. 46) destaca a importância dessa conferência:

Como consequência da Conferência de Estocolmo, diversos seminários e encontros internacionais (que geraram um grande número de textos, artigos e livros) foram realizados. Entre eles, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres (1973), a Convenção Internacional para Prevenção da Poluição pelos Navios (1973), a Conferência Alimentar Mundial (1974), a Convenção sobre a Proteção da Natureza no Pacífico Sul (1976), a conferência das Nações Unidas sobre a Água (1977), a Conferência das Nações Unidas sobre a Desertificação (1977), a Conferência Mundial sobre o Clima (1978), a Convenção sobre a Conservação da Fauna e da Flora Marítimas da Antártida (1980).

Nesse período da Conferência de Estocolmo, já havia um abismo econômico entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Os países desenvolvidos, assim como ocorre atualmente, eram os maiores predadores do meio ambiente, no entanto não aceitavam diminuir seus níveis de consumo e produção. Dessa forma, o modo de enxergar o problema ambiental passou a ser bem distinto da forma como os países subdesenvolvidos e os pesquisadores o faziam.

Somente como efeito de esclarecimento, há autores da área ambiental que se utilizam da terminologia “países do Norte” (para os ricos) e “países do Sul” (para os pobres), mas, a época, a compreensão do mundo era de países desenvolvidos e países subdesenvolvidos ou países do primeiro mundo e países do terceiro mundo.

Além do que já foi destacado neste texto sobre a Conferência de Estocolmo, é importante acrescentar que, durante seu transcurso, evidenciaram-se os problemas relacionados à pobreza, ou ao crescimento da população e traçaram-se metas nas áreas sociais ou ambientais para os países subdesenvolvidos. Com relação aos países desenvolvidos, o foco esteve centrado no desenvolvimento e no meio ambiente.

O principal resultado da Conferência de Estocolmo foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)¹⁷ (termo original em inglês *United Nations Environment Programme* – UNEP), sediado em Nairobi (capital e a maior cidade do Quênia). Esse programa nasceu com o objetivo de catalisar as atividades de proteção ambiental dentro do sistema da ONU. Foi criado também um fundo voluntário destinado ao meio ambiente que teria auxílio de organismos nacionais e internacionais, bem como de entidades governamentais sob a gerência do PNUMA. A partir dessa conferência, o Dia Mundial do Meio Ambiente passou a ser celebrado em 5 de junho. (CAMARGO, 2003).

Ainda em se tratando da Conferência de Estocolmo, Lima (2005) relata que, durante sua realização, a delegação brasileira liderou um movimento de oposição às medidas ambientais que poderiam limitar a industrialização, chegando à aberração de anunciar, na mídia, que o país receberia, de “braços abertos”, as plantas industriais que haviam sido rejeitadas pela legislação ambiental de outros países. Nesse período, o país vivia o período da ditadura militar, tendo como presidente o General Emílio G. Médici. Os formuladores da política econômica do Brasil acreditavam que valia a pena pagar o alto preço da poluição e da degradação ambiental em troca do desenvolvimento.

Já Nascimento (2008) refere-se ao ano de 1972 como o ano da Conferência de Estocolmo, da discussão do Desenvolvimento e Ambiente, do conceito de Ecodesenvolvimento¹⁸, da publicação do relatório “Limites do Crescimento” pelo Clube de Roma e, por fim, da recomendação 96 sobre educação e meio ambiente.

Irachande (2002), em sua tese, lembra da fundação do *Values Party* na Nova Zelândia (que foi o primeiro Partido Verde). Esse acontecimento é importante, pois começa a levar a discussão ambientalista para a arena política dos países e permite a elaboração de programas e políticas.

¹⁷ Em consulta ao sítio eletrônico do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), constata-se que: O PNUMA “[...] é a agência do Sistema ONU responsável por catalisar a ação internacional e nacional para a proteção do meio ambiente no contexto do desenvolvimento sustentável. Seu mandato é prover liderança e encorajar parcerias no cuidado ao ambiente, inspirando, informando e capacitando nações e povos a aumentar sua qualidade de vida sem comprometer a das futuras gerações”.

¹⁸ Este estudo tratará em mais detalhes do termo “Ecodesenvolvimento” no próximo capítulo.

Scharf (2004, p. 152) relata que, em 1972, foi “[...] criada a Internacional Federation on Organic Agriculture (IFOAM), que virá a reunir centenas de entidades promotoras da agricultura orgânica em todo o mundo”.

O ano de 1973 ficou marcado pela Convenção sobre o Tráfico Internacional de Espécies Ameaçadas (*Convention on International Trade in Endangered Species of Flora and Fauna - CITE*)¹⁹, que restringia o comércio de aproximadamente 5 mil espécies animais e 25 mil espécies vegetais que estavam ameaçadas de extinção.

Nesse mesmo ano, tivemos outro fato de relevância para o ambientalismo, que foi a publicação do livro *O negócio é ser pequeno* (original em inglês *Small is Beautiful*), ou seja, de autoria de E. F. Schumacher.

[...] *Small is Beautiful* [...] se tornou um dos livros mais populares do pensamento ambientalista ao sugerir que muitos problemas sociais e ambientais que o mundo enfrenta resultam da idolatria do gigantismo. Para Schumacher, a economia moderna encara o mundo como um recurso para o lucro crescente e os seres humanos como unidades de trabalho para a lucratividade e continuidade do sistema econômico. Crítico mordaz dessa posição, para ele a economia deve ser um meio de sustentar, restaurar e manter a imensa diversidade e complexidade da biosfera, além de alimentar, sustentar e atender às necessidades humanas adequadas. "O Negócio é ser Pequeno" significa produzir, consumir e organizar tão localmente quanto possível, o que inevitavelmente implica uma escala menor (Site eletrônico da FBDS).

O ano de 1973 ficou marcado pela guerra no Oriente Médio, que ocasionou a “crise do petróleo”, um “freio obrigatório” no crescimento e consumo da época. Isso obrigou o mundo a rever a dependência e o consumo desse produto, que era (e ainda é) essencial para o modo de vida de grande parcela da sociedade. O preço do barril chegou a quadruplicar num período curto de tempo.

No caso do Brasil, que importava grande parte do petróleo que consumia, buscou-se uma oportunidade de minimizar os efeitos dos altos preços do petróleo com a criação, em 1975, do Programa Nacional do Alcool (PROÁCOOL). Esse fato marcou o início de um programa de biocombustíveis que veio à tona recentemente.

No ano de 1974, o químico americano Frank Sherwood Rowland e o químico mexicano Mario Molina concluíram que a forma de vida da humanidade estava causando danos à camada de ozônio. Publicaram um artigo na revista *Nature* e, a partir deste, iniciou-se

¹⁹ Informações obtidas no site eletrônico da *Convention on International Trade in Endangered Species of Flora and Fauna* (CITE) [http:// www.cites.org/eng/disc/what.shtml](http://www.cites.org/eng/disc/what.shtml). Acesso: 10 nov 2008.

uma investigação científica para averiguar o problema. Isso, uma década antes de o buraco da camada de ozônio sobre a Antártica ser descoberto e anunciado. A pesquisa de Rowland e Molina contribuiu para a diminuição das emissões do gás clorofluorcarbono (CFC). (FRANÇA, 2008).

Também em 1974, a Fundação Bariloche publica o texto "Os limites para a pobreza", que veio como resposta para o texto "Limites para o crescimento" e defendia uma equidade de crescimento para o terceiro mundo. Tivemos a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD – sigla original em inglês) –, que foi organizada pelo PNUMA. Nela, foi divulgada a Declaração de Coyococ (México), que teve uma importante contribuição para o histórico do conceito de desenvolvimento sustentável, pois houve uma reconceituação do termo ecodesenvolvimento.

Ainda no ano de 1974, o ambientalista Lester Brown fundou o *Worldwatch Institute*, que era uma organização de pesquisa independente, e passou a trabalhar com temas relacionados ao desenvolvimento sustentável.

A pressão sobre os recursos naturais aumentou, pois a população mundial, no ano de 1975, atingiu a marca dos 4 bilhões de pessoas. Vale complementar que o nível de consumo de parte da população também se vem ampliando, e o desdobramento desse processo aumenta a pressão sobre os recursos, ora explorando, ora dissipando os resíduos.

Outra informação relevante sobre o ano de 1975 foi a criação da Convenção Internacional sobre Comércio de Espécies de Fauna e Flora Ameaçadas (CITES), que consiste em um organismo internacional que reúne 172 países, incluindo o Brasil, cujo objetivo é diminuir o tráfico de animais silvestres (Sítio eletrônico da CITES).

Nesse mesmo ano, também tivemos a aprofundamento das posições da Declaração de Cocoyok, surgindo um relatório de um projeto da Fundação Dag-Hammarskjöld que contou com a participação de políticos e pesquisadores de 48 países. O PNUMA e mais 13 organizações da ONU auxiliaram na elaboração do Relatório Dag-Hammarskjöld. Em síntese, esse relatório apontava a existência de relação entre o abuso do poder e a degradação ambiental. Tanto o Relatório Dag-Hammarskjöld²⁰ quanto a Declaração de Cocoyok trazem críticas ao desenvolvimento industrial e aos países industrializados. (CAMARGO, 2003).

²⁰ Esse relatório ficou intitulado como Relatório Dag-Hammarskjöld em homenagem póstuma a Dag Hjalmar Agne Carl Hammarskjöld (1905-1961), um diplomata sueco, Secretário-Geral da ONU durante o período de 1953 a 1961, ano em que morreu num acidente aéreo. Também no ano de 1961 foi premiado a título póstumo com o Nobel da Paz.

À medida que o debate em torno das questões ambientais iam fluindo, novas preocupações surgiam. No ano de 1977, houve a I Conferência das Nações Unidas sobre a Água, conhecida por Conferência de Mar Del Plata, por ter sido realizada em Mar Del Plata (Argentina). Esse foi o primeiro encontro específico para tratar dos problemas da água que vinham aumentando conforme o crescimento da população e do consumo, em dimensão planetária. Nessa data, já existia uma previsão de médio prazo para a água ser um grave problema para a humanidade, entretanto, durante a conferência, defenderam a tese da implantação de programas e políticas para melhorar o gerenciamento da água. Esse evento foi considerado bem sucedido, já que o documento produzido ali foi tido como o mais completo sobre água até a Agenda 21, apresentada na RIO-92²¹, que possui um capítulo referente à água. (LOPES, 2006).

Ainda em 1977, ocorreu a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, na cidade de Tbilisi (capital da Geórgia – antiga União Soviética). Nesse ano, tivemos também no mundo algumas ocorrências significativas em se tratando do meio ambiente. Por exemplo, no Kenya, foi criado o movimento “cinturão verde”, que buscava reflorestar uma área e, assim, evitar a desertificação. A ONU realizou uma conferência sobre desertificação, que, àquela época, já se mostrava preocupante. As inquietações ambientais espraivavam-se para o mundo todo, e os múltiplos problemas passavam a ser discutidos em todos os continentes e na maioria dos países.

Até mesmo a região das Filipinas, que até o momento não havia sido citada, mostrava-se preocupada com a preservação ambiental quando as populações indígenas realizaram protestos pressionando o Banco Mundial a cancelar a liberação de recursos para a construção de quatro grandes represas ao longo do *Chico River*. Aqui houve o surgimento de um movimento em âmbito global em defesa de rios e contrário à construção de novas represas.

É necessário destacar que, nos anos de 1970, houve graves acidentes e incidentes ambientais, iniciando pelo ano de 1976:

Em Seveso, cidade italiana perto de Milão, a fábrica Hoffmann Roche liberou densa nuvem de uma dioxina (Tetracloro Dibenzeno Dioxina – TCDD), um desfolhante (agente laranja), altamente venenosa. Em virtude do acidente, ocorreram abortos e nascimento de crianças sem cérebro (anencefalia) e com deformações físicas as mais diversas. Mais ou menos 5.000 italianos foram vítimas desse acidente. (SEIFERT, 2007, p. 8).

²¹ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) – original em inglês *United Nations Conference on Environment and Development* (UNCED) – ficou conhecida popularmente por ECO-92 ou RIO-92. Neste estudo, optou-se por utilizar RIO-92.

A mesma autora cita outra ocorrência desastrosa para o meio ambiente, amplamente noticiada no ano de 1978:

Um dos canais abandonados após a construção da usina de Niagara Falls (*Love Canal*) foi utilizado pela empresa *Hooker Chemical and Plastics* como depósito de resíduos no período de 1942 a 1953. Posteriormente, a área foi aterrada e vendida para a construção de um loteamento. Infelizmente, o *playground* acabou localizado exatamente sobre a antiga área do canal. As crianças, praticamente, passaram a apresentar problemas de saúde: câncer, distúrbios neurológicos e psicológicos. (SEIFERT, 2007, p. 8).

Ainda em 1979, houve outro grave acidente ambiental na Usina Nuclear de *Three Miles Island*, nos Estados Unidos. Em toda a história, vários problemas ambientais ocorreram em usinas nucleares. Esses problemas trouxeram sequelas gravíssimas para algumas comunidades, podendo estender-se por décadas. Sem dúvida, os números contam por si: os acidentes e incidentes ambientais vinham ampliando a degradação ambiental.

Na década de 1970, vários cientistas europeus e americanos dedicaram-se a estudar gases de efeito estufa (GEE) e identificaram que os clorofluorcarbonos (CFC), o metano e o óxido nitroso também faziam parte desse conjunto. No ano de 1979, a Academia Nacional de Ciências Americana vinculou o efeito-estufa à mudança climática e alertou sobre a urgência de ações para amenizar o problema. Cabe lembrar que essa corrida contra os CFC só ocorreu em razão da pesquisa de Rowland e Molina publicada em 1974.

O ano de 1979 ficou marcado com o lançamento do livro que criou a Teoria da Gaia:

James Lovelock, criador da Teoria de Gaia em seu livro "The Age of Gaia", considera o Planeta uma entidade complexa que envolve a biosfera terrestre à atmosfera, oceanos e solos sendo que sua totalidade constitui um sistema cibernético que busca um ambiente físico-químico ótimo para a vida neste Planeta. A sugestão de uma regulação climática de longo prazo para o Planeta foi confirmada no final dos anos 80 e hoje é largamente aceita pelos ambientalistas envolvidos com as mudanças climáticas globais. Gaia permanece como uma das ideias mais interessantes e influentes dos tempos modernos para o conceito de sustentabilidade ambiental do Planeta (Site eletrônico do FBDS).

Para um melhor entendimento dos fatos que têm relevância para este estudo, no âmbito do Brasil, a década de 1970 foi fértil, ressaltando-se uma particularidade significativa para o movimento ambientalista no período de 1971 a 1985, marcado, especialmente, “[...]”

pela atividade de denúncia e criação de consciência pública sobre os problemas de deterioração sócio-ambiental”. (VIOLA; LEIS, 1992, apud PEÑAFIEL, 2005, p. 22).

Nesse mesmo ano, foi fundada, em Porto Alegre (RS), a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Essa entidade foi a primeira iniciativa de caráter não governamental a abordar as questões ambientais no país, e até mesmo na América Latina. Seu caráter principal era o conservacionismo (MARÇAL, 2005). Essa associação surgiu influenciada diretamente pelos movimentos ambientalistas norte-americano e europeu. Em 1972, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) criou o primeiro curso brasileiro de pós-graduação em Ecologia, que foi uma grande inovação para a época.

No ano de 1973, foi criada, no Brasil, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), com o objetivo principal de atenuar a imagem negativa que o país criara durante a Conferência de Estocolmo, quando a delegação brasileira liderou um movimento de oposição às medidas ambientais que poderiam limitar a industrialização, conforme já relatamos nesta seção (LEIS; VIOLA, 1992). A SEMA era subordinada ao Ministério do Interior, tendo como funções básicas a definição de normas de proteção ambiental e a redução de alguns excessos do setor produtivo.

Nessa mesma década, tivemos, no entanto, ações do governo militar que se mostraram na contramão do movimento ambientalista, como é o caso do convênio que o Brasil assinou com a Alemanha, no ano de 1975, para a construção de usinas nucleares em Angra dos Reis, que era uma região populosa, industrializada e próxima ao mar. Um acidente nuclear poderia causar impactos ambientais irreversíveis para o Planeta Terra. Também ocorreram discussões e debates que culminaram no controle da poluição industrial.

Na área da educação ambiental, o sítio eletrônico do MMA (histórico no Brasil)²² mostra que houve avanços relacionados com o ensino superior. No ano de 1976, as universidades do Amazonas (AM), de Campinas (SP), de Brasília (DF), de São Carlos (SP) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), localizado em São José dos Campos (SP), criaram cursos de pós-graduação em Ecologia.

Outro ponto a ser lembrado para o ano de 1976 foi a ocorrência dos primeiros confrontos entre seringueiros, liderados por Chico Mendes, e fazendeiros que defendiam a derrubada das matas para o plantio de pastos. (SCHARF, 2004).

²² Informações obtidas no sítio eletrônico do Ministério de Meio Ambiente (MMA) <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=464&idConteudo=944>. Acesso: 30 jun 2008.

Percebe-se que não há uma coerência e simetria entre o discurso e a prática, já que muitos dos problemas foram resolvidos apenas no papel nesses últimos anos, como é o caso do lixo (resíduos sólidos), que pode ser encaminhado para reciclagem, mas isso não ocorre da forma como deveria e continua sendo um grave problema ambiental.

No ano de 1977, o Conselho Federal de Educação (CFE) tornou obrigatória a disciplina Ciências Ambientais para os cursos de Engenharia (Sítio eletrônico do MMA).

Em 1978, avançou mais um pouco a trajetória ambiental. Os cursos de Engenharia Sanitária inseriram as disciplinas Saneamento Básico e Saneamento Ambiental.

Em se tratando da legislação ambiental federal, a década de 1970, foi marcante. Marcondes (2005) destaca que tivemos: a lei que dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução obrigatória de planos de proteção ao solo e de combate à erosão (1975); a lei que estabelece regime especial para o aproveitamento das jazidas de substâncias minerais em áreas específicas objeto de pesquisa ou lavra de petróleo (1976); a lei que vincula a fiscalização da vigilância sanitária aos medicamentos, às drogas, aos insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos (1976); a lei que dispõe sobre responsabilidade civil por danos nucleares (1977); a lei que dispõe sobre a criação de áreas específicas e de locais de interesse turístico (1977); a lei que proíbe o abate do açazeiro em todo o território nacional (1978); a lei que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação (1979); e a lei que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano (1979). Também em 1979 foi criada a lei de controle do meio ambiente do trabalho, um tema que continua polêmico até os dias atuais.

De uma forma geral, a década de 1970 ficou marcada pelo contraponto ao modelo de desenvolvimento. As ações do homem em face dos recursos naturais são agravadas a partir do momento em que acontecem os acidentes e incidentes ambientais. Isso, aliado aos padrões de consumo e produção, veio contribuir para o movimento ambientalista, que passou a contar com as discussões na arena política, sendo representado pelos “partidos verdes” e pela existência das conferências, declarações, estudos e relatórios que colocavam em xeque as ações dos países industrializados.

As décadas de 1960 e 1970 ficaram marcadas pela “globalização militar”, já que houve a ampliação da rede de submarinos nucleares e mísseis de ojiva múltipla. (FERREIRA; VIOLA, 1996).

Diante desse cenário, de forma geral, a preocupação ambiental que surgiu na década de 1960, em especial nos Estados Unidos, expandiu-se para outros países e continentes na década de 1970. Essa preocupação seguiu rumo ao Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia e Austrália. (LEIS; VIOLA, 1992).

Em decorrência dos percalços da economia mundial vividos na década de 1970, em especial os choques do petróleo, houve uma priorização da busca do desenvolvimento econômico, de modo que a legislação e as ações voltadas para a proteção ambiental foram ineficientes. Não foram anos fáceis; o mundo sentiu as consequências das crises do petróleo e isso atravancou a discussão ambiental.

Vale lembrar que a ONU também já estava envolvida nas discussões sobre os problemas ambientais e sociais. Esse movimento iria continuar nas décadas seguintes.

1.2.3 O ambientalismo no contexto dos anos de 1980

Com base em pesquisa bibliográfica, podemos afirmar que os anos de 1980 foram conturbados para a área ambiental. O mundo passou a discutir a crise ambiental, colocando-a no centro da relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Nessa década, falou-se muito do buraco da camada de ozônio, do aquecimento global, da desertificação e de problemas relacionados com a deterioração da qualidade ambiental do planeta, porém pouco foi efetivamente feito.

A década também ficou marcada pelo Relatório da Comissão Brudtlant, que propunha um novo paradigma de desenvolvimento, o que ficou conhecido como “desenvolvimento sustentável”, que passou a ser entendido como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atender às suas próprias necessidades”. Tivemos também vários acidentes e incidentes ambientais.

Iniciamos essa década destacando que, em 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), com a colaboração do PNUMA e do *World Wildlife Fund* (WWF), lançou o documento com o título “Estratégia mundial para a conservação” (original em inglês *World Conservation Strategy*), que afirmava “[...] que a conservação da natureza não poderia ser alcançada sem o desenvolvimento necessário para aliviar a pobreza e a

miséria”. (CAMARGO, 2003, p. 52). A IUCN adotou um plano de longo prazo, visando à conservação dos recursos biológicos do planeta com a colaboração do governo e da sociedade civil.

Esse documento (assim como o foram os demais que foram elaborados na década de 1970, foi importante para alertar a opinião pública quanto aos problemas ambientais que vinham ocorrendo com o planeta Terra.

Outro estudo que trataria dos problemas ambientais é destacado no sítio eletrônico da FBDS¹. Esse documento teve sua elaboração iniciada no ano de 1981, quando:

O Presidente Jimmy Carter autoriza o início dos estudos que conduzirão ao relatório "Global 2000". Neste relatório pela primeira vez a biodiversidade é caracterizada como um serviço fundamental e crítico para o funcionamento dos ecossistemas planetários. Também, assume que a robustez dos ecossistemas é ameaçada pela extinção das espécies.

No decorrer do tempo e da crise ambiental do planeta, tivemos inúmeros problemas correlacionados com produtos radiativos ou nucleares, e, no Japão, nesse mesmo ano, mais de 270 pessoas ficaram expostas à radiação da usina de Tsuruga.

Já fica caracterizado, entretanto, que a pressão ambientalista começou a produzir resultados positivos nos Estados Unidos, tanto é que o próprio Presidente Carter toma frente, autorizando a elaboração dos estudos do “Global 2000”.

Ainda o sítio eletrônico da FBDS traz outros avanços para o ano de 1982, que, de certa forma, é pautado na valorização da vida:

A Carta da Natureza das Nações Unidas é publicada adotando um princípio de que cada forma de vida é única e deve ser respeitada independentemente de seu valor para a humanidade. Também chama a atenção para o entendimento de nossas dependências com os ecossistemas naturais e a necessidade de controlar a exploração antrópica. A convenção das Nações Unidas sobre os recursos do mar é adotada. Ela estabelece regras materiais práticas concernentes aos padrões ambientais e ao reforço de medidas relativas à poluição do meio ambiente marinho.

Aqui, é citada a poluição do meio ambiente marinho, que até então vinha sofrendo em decorrência dos testes nucleares, dos derramamentos de petróleo e contaminação por produtos químicos.

Em caráter mais amplo, tivemos, no ano de 1983, um evento importante que ampliou as discussões sobre o meio ambiente no mundo. Nessa Assembléia Geral da ONU, “[...] foi criada uma Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento [...] presidida pela primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, com o objetivo de examinar os problemas do meio ambiente e desenvolvimento econômico”. (MARÇAL, 2003, p. 35).

Não sendo mais possível adiar o debate que se instaurou em torno da área ambiental, os objetivos da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) eram formular estudos, políticas e propostas realistas para solucionar os problemas ambientais e de desenvolvimento. O foco principal era a situação ambiental do planeta. Para atender à demanda, o grupo executor trabalhou por três anos, tendo como base estudos técnicos, entrevistas a líderes políticos, a pessoas das áreas de negócios, ciência, educação e desenvolvimento. Todo o trabalho realizado por esse grupo formou um cenário mundial do desenvolvimento e seus impactos sobre os recursos do planeta. (CAMARGO, 2003). Esse trabalho foi intitulado “Nosso futuro comum” (original em inglês *Our common future*), de que tratamos adiante.

Já era tempo de refletir, e os avanços continuaram. Seiffert (2007, p. 14) destaca o surgimento, no ano de 1984, do que é considerado o primeiro modelo de gestão ambiental formal:

Surge no Canadá, em 1984, o Programa de Atuação Responsável (*Responsible Care Program*), considerado o primeiro modelo de gestão ambiental formal. Esse programa surgiu através de iniciativa das indústrias químicas formalizadas pelo *Chemical Manufacturers Association* (CMA), que, por ser um programa voluntário, é requisito daqueles que participam do CMA. Os seis códigos do programa são: 1. conscientização da comunidade e programa de emergências; 2. prevenção de poluição; 3. segurança de processos; 4. distribuição de produtos; 5. saúde e segurança operacional; 6. responsabilidade pelos produtos.

Por outro lado, ocorrências negativas continuaram. A mesma autora faz relatos dos graves acidentes e incidentes que ocorreram na década de 1980. O primeiro, em 1984: “Um vazamento de 25 toneladas de isocianato de metila, ocorrido em Bhopal, Índia, causou a morte de 3.000 pessoas e a intoxicação de mais de 200.000”. (SEIFFERT, 2007, p. 8).

Em 1985, foi “[...] descoberto o buraco na camada de ozônio na Antártida. Em reunião na cidade de Villach, Áustria, discutiu-se sobre o aumento crescente das emissões de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa [...]”. (SEIFFERT, 2007, p. 9).

Seguindo a escala histórica, tivemos, em abril de 1986, o célebre caso de Chernobyl, na Ucrânia (ex-União Soviética), com o incêndio e explosão do reator 4. Houve uma nuvem radiativa que se espalhou por quilômetros, levando a contaminação para vários países vizinhos. O volume da radiação foi cerca de 30 vezes maior que o da bomba de Hiroshima, e portanto, a “previsão é de que cerca de 100 mil pessoas sofrerão danos genéticos ou câncer nos 100 anos seguintes ao acidente”. (CAMARGO, 2003, p.35).

Seiffert (2007, p.9) complementa e traz outras estimativas catastróficas sobre esse acidente de Chernobyl:

[...] Provocou um incêndio que durou uma semana, lançando na atmosfera um volume de radiação cerca de 30 vezes maior que o da bomba atômica de Hiroshima. A radiação espalhou-se, atingindo vários países europeus e até mesmo o Japão. [...] No prazo de cinco anos, supõe-se que o acidente provocou câncer em 135.000 pessoas e nos próximos 150 anos em seus descendentes por mutação genética. A rigor, considera-se que somente o Hemisfério Sul não foi afetado pelo problema.

Os acidentes continuaram e, no mesmo ano, após um incêndio em uma indústria na cidade de Basileia (Suíça), houve o derramamento de 30 toneladas de pesticidas no Rio Reno, o que ocasionou a mortandade de milhares de peixes ao longo de 193 quilômetros. Estima-se que cerca de 500 mil peixes e centenas de enguias morreram. (SEIFFERT, 2007).

Em 1987, tivemos a “[...] assinatura do Protocolo de Montreal, que estabelece prazos a eliminação dos gases que afetam a camada de ozônio, como o clorofluorcarbonos (CFCs), dentre outros”. (SCHARF, 2004, p. 154). Esse protocolo foi assinado por 46 países, tendo como exigência a redução de 50% em relação aos níveis de 1986. Isso valia para a produção e o consumo das seguintes substâncias até o ano de 1999: CFC, halogênios, tetraclorometano, HCFC, HBFC, brometo de metila e metilclorofórmio. (SANTOS, 2005).

Ainda em 1987, foi publicado um relatório chamado Relatório Brundtland – que recebeu esse nome em virtude de ter sido coordenado pela Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland – ou de “Nosso Futuro Comum”. Esse documento foi produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e nele havia uma proposta de difusão do desenvolvimento sustentável²³, que seria um novo modelo capaz de conciliar a atividade econômica e a proteção ambiental. (LIMA, 2005).

²³ Lima (2005, p.43) diz: “Pode-se dizer que ainda é hoje o discurso mundialmente dominante com relação a questão ambiental”.

Na mesma direção, Camargo argumenta que:

[...] o Nosso futuro comum registrou os sucessos e as falhas do desenvolvimento mundial. Entre os resultados os sucessos positivos estavam a expectativa de vida crescente, a mortalidade infantil decaindo, o maior grau de alfabetização, inovação técnicas e científicas promissoras e o aumento da produção de alimentos em relação ao crescimento da população mundial. [...] apontou uma série de problemas, como aumento da degradação dos solos, expansão das áreas desérticas, poluição crescente da atmosfera, desaparecimento de florestas, fracassos dos programas de desenvolvimento, entre outros. [...] fundamentou-se numa análise comparativa entre a situação do mundo no começo do século XX, declarando que no princípio do século XX o número de pessoas existentes e a tecnologia vigente não prejudicavam significativamente os sistemas de apoio à vida na Terra e que, ao findar desse mesmo século, a situação havia mudado radicalmente. (CAMARGO, 2003, p. 52).

Camargo (2003) faz, entretanto, uma crítica às bases da Comissão Brundtland, considerando-a eminentemente tecnocrática, por trazer soluções com base em mudanças tecnológicas, financeiras e institucionais, mas sem questionar o modelo econômico vigente, o que foi diferente de alguns estudos e relatórios elaborados nos anos de 1970. Complementa afirmando que esse relatório seguiu uma linha mais democrática, com um alto grau de realismo, razões pelas quais alcançou grande aceitação e popularidade.

As discussões sobre o aquecimento global voltaram à tona no ano de 1987. Dados científicos da pesquisa realizada por cientistas franceses e russos, a partir da análise de amostras de gelo da Antártica, revelaram a relação entre os níveis de dióxido de carbono e a temperatura.

Para contribuir com essa discussão, o ano de 1987 ficou marcado pela grande extensão de queimadas no Brasil (aproximadamente 20 mil quilômetros quadrados foram desmatados na Amazônia e no Cerrado), e isso tornou o Brasil um grande vilão nas emissões de dióxido de carbono.

No ano de 1988, Chico Mendes (líder seringueiro), que lutava contra o desmatamento da Amazônia e em favor da criação das reservas extrativistas, foi assassinado, e isso piorou a imagem do Brasil no exterior. Sua morte ecoou em todos os países, pois a defesa da Amazônia já era fonte de atenção para todo o mundo.

Nesse contexto, Camargo (2003) lembra que a revista *Time* publicou, em 1988, uma matéria em que destacou “O ano que a Terra falou”, já que ficou marcado por várias ocorrências ambientais, dentre elas secas, enchentes, furacões, incêndios em florestas.

Ocorreu também a Declaração de Caracas, que veio para denunciar a necessidade de mudanças do modelo de desenvolvimento. (NASCIMENTO, 2008). O modelo de desenvolvimento vigente vinha sendo pauta de inúmeras discussões, mas os países que apresentavam vantagens econômicas (puramente pautados na visão economicista) não aceitavam a mudança.

Ainda no final década de 1980, tivemos outro acidente ambiental de grande monta, que ocorreu no ano de 1989:

O navio-tanque Exxon-Valdez, a partir de uma colisão, foi responsável pelo vazamento no Alasca de cerca de 44 milhões de litros de petróleo. Considerando o pior da história dos EUA, atingiu uma área de 260 Km², poluindo águas, ilhas e praias da região. Morreram milhares de animais – peixes, baleias, leões-marinhos e aves, ameaçando a sobrevivência de muitos pescadores da região. (SEIFFERT, 2007, p. 9).

Esse grave acidente foi uma espécie de marco histórico, assim abordado por Gwin (2009, p.21):

Em 24 de março de 1989, o navio Exxon Valdez chocou-se contra o recife Bligh, no Alasca. Do casco rompido vazaram 38,8 mil toneladas de petróleo cru, que poluíram 2,1 mil quilômetros de litoral, a Exxon gastou mais de 2 bilhões de dólares em programas de limpeza ambiental e custas de processos judiciais. O vazamento mobilizou os ambientalistas e levou os Estados Unidos e outros países a adotar normas mais rígidas para os petroleiros²⁴.

Em decorrência dos inúmeros vazamentos de óleo e outros produtos contaminantes, no ano de 1989, tivemos a assinatura de uma Convenção sobre Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos, que ficou conhecida como “Convenção da Basiléia”. Esse documento dispunha sobre o controle da importação e exportação, proibindo o envio de resíduos para países que não dispusessem da capacidade técnica, legal e administrativa para recebê-los. Essa convenção já foi ratificada por muitos países.

²⁴ Segundo GWIN (2009, p.21):“Em 2010, articulado pela ONU, entra em fase final o programa de desativação dos petroleiros de casco simples, como o Valdez, em que há uma única chapa de aço entre a carga e o mar. Radares e sistemas de navegação por GPS também estão ajudando a reduzir acidentes. Os cientistas tentam estimar a quantidade de petróleo que acaba no mar a cada ano. O Conselho Nacional de Pesquisa, nos Estados Unidos calcula 1,3 milhões de toneladas, com os vazamentos de petroleiros sendo responsáveis por 8%. Surpreendente é a participação da Mãe Terra, que libera a partir de depósitos naturais 46% desse total”. No período de 1989 e 2007, ocorreram 439 vazamentos e vazaram 10 ou mais toneladas de óleo, de cada petroleiro. “Desde os anos de 1980, a média de vazamentos de 700 ou mais toneladas caiu de nove para quatro ao ano”.

No ano de 1989, em virtude das pressões ambientais e do apelo da sociedade pela criação de um tratado mundial para regulamentar as questões referentes a esse tema, o PNUMA e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) constituíram o Painel Intergovernamental em Mudanças Climáticas (original em inglês *Intergovernmental Panel on Climate Change* - IPCC), que ficou sendo o responsável pela avaliação do conhecimento existente sobre assuntos referentes às mudanças climáticas. A partir de então, o IPCC passou a ser a principal referência nas negociações da Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas. (MÜLLER, 2005).

Ainda nesse ano, houve a “Declaração de Haia”, que foi um forma preparatória da RIO-92, em que já se apontavam a necessidade e a importância de uma cooperação mundial no que dizia respeito às questões ambientais. (NASCIMENTO, 2008).

Outro ponto que merece destaque nessa década foi o paradoxo da globalização militar que ocorreu na primeira metade da década de 1980, quando houve o incremento das tentativas do governo Reagan em desenvolver armas de *first strike* – iniciativa de Defesa Estratégica ou Guerra nas Estrelas. (FERREIRA; VIOLA, 1996).

Em se tratando de Brasil, a década de 1980 foi marcante. Seiffert (2007, p.13) destaca algumas ocorrências significativas para essa década no Brasil:

A década de 80 foi marcada como sendo aquela em que surgiram em grande parte dos países, leis regulamentando a atividade industrial no tocante à poluição. Também nessa década teve impulso a formalização e obrigatoriedade da realização de Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente (EIA-RIMA), com audiências públicas e aprovações dos licenciamentos ambientais em diferentes níveis de organizações do governo.

Ao mesmo tempo, tivemos a criação do Projeto Tamar de defesa das tartarugas marinhas. Esse projeto tornou-se um exemplo positivo no Brasil, sendo destaque no mundo todo até os dias atuais.

Lopes (2008) complementa afirmando que, no ano de 1981, tivemos o início da formulação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) – Lei 6.938 –, como uma exigência da realização de estudos e relatórios de impacto ambiental no Brasil. Vale lembrar que o período de formulação dessa política foi de 1981 a 1986.

A criação da PNMA fortaleceu e consolidou a infraestrutura institucional da política ambiental, promovendo a preservação e recuperação dos recursos naturais. Juntamente com a

PNMA, criou-se o Conselho de Meio Ambiente, ambos fundamentais para a modernização de conceitos e ações ambientais consagrados com a Constituição Federal de 1988, que é, sem dúvida, uma das legislações mais completas do mundo.

A poluição no Brasil, na década de 1980, não deu trégua e ainda se agravou. Em 1984, tivemos, no país, mais precisamente na Vila Socó, em Cubatão (SP), duas explosões de um oleoduto da Petrobrás, que incendiaram mais de 1000 casas e causaram a morte de 150 pessoas. (CAMARGO, 2003). Ali houve um cenário de tragédia ambiental que mostrou para o mundo o elevado grau de poluição existente em Cubatão, que era conhecida como o “Vale da Morte”.

O sítio eletrônico da Companhia de Tecnologia de Saneamento (CETESB) apresenta outra informação sobre esse acidente, mostrando sua gravidade. Vale lembrar que os danos causados ao meio ambiente não foram contabilizados e não constam nos relatos do acidente:

O número oficial de mortos é de 93, porém algumas fontes citam um número extra oficial superior a 500 vítimas fatais (baseado no número de alunos que deixou de comparecer à escola e a morte de famílias inteiras sem que ninguém reclamasse os corpos), dezenas de feridos e a destruição parcial da vila. (Sítio eletrônico da CETESB)²⁵

Nas décadas de 1970 e 1980, os moradores e o meio ambiente de Cubatão sofreram com o agravamento da poluição. O governo e as indústrias diziam que era delírio dos ambientalistas afirmar que, na região de Cubatão, o cenário era caótico ambientalmente. Cubatão tinha o estigma de ser considerada a cidade mais poluída do mundo. Na visão governamental e industrial, quanto mais chaminés existissem, maior seria o crescimento econômico.

Outro avanço institucional para o meio ambiente ocorreu no ano de 1985, com a regulamentação da lei federal que prevê as ações civis públicas para os casos de danos ambientais, ao consumidor, além dos casos relacionados a “[...] bens de direito do valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”. (SCHARF, 2004, p.153).

O mau exemplo de Cubatão, que era lembrado pela intensa poluição, que ocasionava graves problemas de saúde à população, ainda buscava, entretanto, soluções. Em 1986, “[...] o

²⁵ Informações obtidas no sítio eletrônico da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB). <http://www.cetesb.sp.gov.br/Emergencia/riscos/acidentes/soco.asp>. Acesso: 30 jun 2008.

Ministério Público paulista e a ONG Oikos entram com uma ação civil pública contra as 24 empresas poluidoras do pólo de Cubatão, região onde registraram-se até 17 ocorrências de alerta e emergência anuais”. (SCHARF, 2004, p.153).

Ainda em 1986, tivemos a criação da ONG ambientalista Fundação SOS Mata Atlântica, que desde sua fundação, vem visando à preservação e reconstrução da Mata Atlântica. (MARCONDES, 2005).

Em 1987, tivemos, no Brasil, uma resolução do CONAMA que criou a figura do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e passou a regular a aprovação das atividades que possam causar impacto ambiental negativo. (SCHARF, 2004).

No mesmo ano de 1987, ocorreu, no entanto, na cidade de Goiânia/GO, um acidente: o vazamento radioativo de uma cápsula com a substância céσιο-137, extraída de um aparelho radioativo que fora vendido como sucata. Esse acidente ocasionou a morte, por câncer, de várias pessoas e, até hoje, há registros de suas consequências. (CAMARGO, 2003). No momento do acidente, houve a contaminação de aproximadamente 110 pessoas e 4 vieram a falecer.

O Brasil passou por uma redemocratização e, em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Federal (CF), que destinou seu capítulo VI ao meio ambiente:

O constituinte brasileiro considerou o meio ambiente um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Assegurou a todos a fruição desse direito e impôs ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Outro aspecto de singular importância nesse texto é o da explícita previsão de um sujeito futuro, igualmente titular do direito ao ambiente saudável: as futuras gerações. Somos todos responsáveis pela tutela da natureza para aqueles que nos sucederão. (NALINI, 2003, p. 289).

Vale citar o Artigo 225 da Constituição Federal (1988) – Capítulo VI – Do Meio Ambiente: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Ao abordarmos o conceito de desenvolvimento sustentável – “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atender às suas próprias necessidades” –, vemos que há uma similaridade com o Artigo 225, no que diz respeito à preservação do meio ambiente para as futuras gerações.

Com relação à legislação ambiental federal, a década de 1980 também produziu frutos. Tivemos a lei que dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição (1980); a lei que trata da criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental (1981); a lei que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação (1981); a lei que institui a Semana Nacional do Meio Ambiente; a lei que estabelece medidas de proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios (1989); e a lei que institui o Dia Nacional da Conservação do Solo (1989), entre outras. (MARCONDES, 2005).

No Brasil, em 1989, tivemos a Criação do Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Agência Ambiental Federal. (SCHARF, 2004):

Em janeiro de 1989, no auge das críticas nacionais e internacionais à gestão ambiental, provocadas principalmente pelas queimadas na Amazônia e pelo assassinato de Chico Mendes, o governo cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fundindo a Sema junto com os órgãos de florestas, pesca e borracha. A criação do Ibama implica uma reforma conceptual-organizacional da problemática ambiental, já que pela primeira vez associa-se a proteção ambiental com o uso conservacionista de alguns recursos naturais. (VIOLA; LEIS, 1992, p. 88).

Uma das características principais das ações pró-ambientais do governo brasileiro é o fato de sua gênese estar ligada às pressões internacionais, ou seja, muitas das leis, normas e instituições que vêm ao encontro da proteção ambiental só ocorrem, até hoje por pressão internacional.

O debate a respeito da defesa do meio ambiente ganhou vulto na região Centro-Oeste, via I Congresso Internacional sobre a Conservação do Pantanal, realizado em Campo Grande (Capital de Mato Grosso do Sul), em junho de 1989. Teve como objetivo estabelecer propostas para a compatibilização entre o desenvolvimento e a preservação do Pantanal. Nesse evento, houve a participação de oitocentos ambientalistas de vários países. (MARCONDES, 2005).

Nessa década, há o crescimento e a visibilidade de alguns movimentos sociais de caráter nacional que têm ligação direta e indireta com o meio ambiente, como é o caso do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MOAB), que reivindica do governo e companhias energéticas a não construção de grandes barragens, já que estas expulsam as populações locais e causam enormes impactos sociais e ambientais (DIEGUES, 1996). Nesse período, as

hidrelétricas desalojaram milhares de pessoas de suas casas e destruíram os ecossistemas de grandes áreas por alagamento. Esses movimentos sociais buscam visibilidade para garantir seus direitos, uma vez que a constituição estava sendo elaborada e com isso havia uma emergência de reivindicações.

Já no caso de acidentes ambientais ocorridos no Brasil, tivemos, além do acidente de Goiânia, vários vazamentos de petróleo das tubulações e petroleiros da PETROBRAS e outras empresas petrolíferas.

A década de 1980 foi marcante na área ambiental. A partir da Conferência de Estocolmo, ocorreram inúmeros acidentes, incidentes e catástrofes ambientais, e o mundo passou a ficar em alerta.

O lado positivo dessa década foi que conheceu avanços. Na década de 1960, tivemos o surgimento da preocupação pública com o crescimento da degradação ambiental; essencialmente essa preocupação nasceu nos Estados Unidos. Na década de 1970, essa preocupação passou a ocorrer em outros territórios, como a Europa Ocidental e o Japão. Já na década de 1980, expandiu-se para a América Latina, Europa Oriental, União Soviética e Leste da Ásia. (VIOLA; LEIS, 1992). No caso do Brasil, a preocupação passou a existir, e prova disso foi o surgimento de várias normas e leis de proteção ambiental. Outra inovação foi a criação de instituições voltadas para a área, como o IBAMA e a Agência Ambiental Federal.

1.2.4 O ambientalismo no contexto dos anos de 1990

No ano de 1990, a população mundial atingiu a casa dos 5 bilhões de pessoas, mais precisamente 5,26 bilhões. Com isso, a pressão sobre os recursos naturais elevou-se ainda mais, sem contar o aumento do padrão de consumo.

Os anos de 1990 foram marcados por inúmeras discussões sobre o clima e aquecimento global e, já de início, no ano de 1990, houve a apresentação do primeiro relatório de avaliação do IPCC. Esse evento contou com a participação de mais de 300 cientistas de 20 países. O relatório trouxe a informação de que os níveis de GEE produzidos pelo homem estavam aumentando na atmosfera e previa que estes causariam o aquecimento global.

A partir desse cenário, em dezembro de 1990, houve a Assembléia Geral da ONU, que aprovou o início das negociações e criou o Comitê Intergovernamental de Negociações (CIN), que foi o responsável pela elaboração da Convenção sobre Mudanças Climáticas.

A respeito do diagnóstico sobre o clima, vale citar que as constatações presentes no relatório IPCC não foram consideradas como novidades. Os países que mais poluíam – e ainda poluem –, os chamados desenvolvidos, não abriram mão do modelo de desenvolvimento econômico dominante, dos padrões de produção ou consumo e do modo de vida de boa parte de sua população. Esses fatores são, em grande parte, os principais responsáveis pela emissão de GEE.

Nesse mesmo ano, ocorreu, entretanto, um importante avanço, pois representantes de 93 países decidiram interromper a fabricação de clorofluorcarbonos (CFCs) e outros gases que provocavam a destruição de camada de ozônio.

Seguindo a evolução histórica, no ano de 1991 foi lançado, pela UICN, pelo PNUMA e pelo WWF, o documento chamado *Caring for the Earth* (Cuidando do planeta terra), que foi uma complementação do documento anterior, que havia sido divulgado pelo mesmo grupo no ano de 1980 (*World Conservation Strategy – Estratégia mundial para a conservação*), conforme relatado nesta tese. (CAMARGO, 2003).

Também tivemos a “Carta do Meio Empresarial pelo Desenvolvimento Sustentável”, publicada pela *International Chamber of Commerce* (ICC), que “[...] tem como objetivo comprometer um amplo leque de empresas com a melhoria ambiental, por meio da adoção de programas de gestão ambiental”. (LOPES, 2006, p.37).

Nascimento (2008) destaca que, ainda em 1991, houve várias reuniões preparatórias para a RIO-92. Nesse ano, havia uma grande expectativa sobre a conferência da RIO-92.

Para efeito de conhecimento, Feldmann (2003) aponta que a escolha do Rio de Janeiro como sede para a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (RIO-92) foi influenciada pela morte de Chico Mendes, líder dos seringueiros e ecologista que foi assassinado no dia 22 de dezembro de 1988 em Xapuri (Estado do Acre). Nesse período, falava-se muito da destruição da camada de ozônio, e o Brasil continuava a praticar o desmatamento. “É interessante recordar que, em 1988, a personalidade do ano, escolhida como capa pela *Time*, foi o Planeta Terra” (FELDMANN, 2003, p.144).

Em janeiro de 1992, ocorreu em Dublin (Irlanda) a segunda grande Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente organizada pela ONU. Segundo Lopes (2006),

nessa conferência registrou-se uma forma inovadora, um enfoque especialmente novo sobre avaliação, aproveitamento e gestão dos recursos hídricos, especialmente no que diz respeito à água doce, já que esse recurso é essencial à vida. Os “Princípios de Dublin” inovaram quando afirmaram que a otimização somente poderia ser obtida mediante um compromisso político, com a participação dos mais altos níveis dos governos em conjunto com a sociedade civil e com as comunidades envolvidas. Os participantes dessa conferência elaboraram recomendações e um programa de ação sob o título de “A Água e o Desenvolvimento Sustentável”. (LOPES, 2006).

Nessa conferência, estabeleceram-se 4 princípios: 1) a água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente; 2) o aproveitamento e a gestão da água doce devem estar baseados na abordagem participativa, envolvendo usuários, planejadores e tomadores de decisão de todos os níveis; 3) a mulher desempenha um papel fundamental no abastecimento, na gestão e na proteção da água; 4) a água tem um valor econômico em qualquer que seja seu uso e deve ser reconhecida como um bem econômico. (WERTHEIN, 2003).

No ano de 1992, tivemos, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a RIO-92, onde estiveram reunidos representantes de 179 países, tendo presentes 100 chefes de Estado. Contou também com a participação de 25 mil pessoas e também ficou conhecida como a Cúpula da Terra (*Earth Summit*). A RIO-92 foi esperada e iniciada com *status* de a mais importante ou a principal conferência ocorrida no século XX.

Em paralelo à RIO-92, ocorreu o Fórum Global das ONGs, que reuniu aproximadamente 4 mil entidades da sociedade civil do mundo todo, que produziram 36 documentos e planos de ação. Esses números revelaram o sucesso do evento, pois, se comparado com Estocolmo, em 1972, que teve a participação de 500 ONGs, conclui-se que, em 20 anos, houve um avanço considerável com relação à conscientização ambiental e à participação da sociedade civil. (BARBIERI, 1997).

É certo, contudo, que a convenção ficou marcada em razão de a humanidade estar percebendo que algo deveria ser feito. O mundo havia sofrido um intenso processo de mudanças e, com elas, vieram os inúmeros impactos, como a poluição, a violência, a fome, as secas, a ampliação da desigualdade social, entre tantas mazelas. O planeta vinha demonstrando que não suportava tamanha exploração de recursos naturais, já que o modelo de desenvolvimento e político dominante era degradador e causador de desigualdades. As

diferenças vinham se tornando cada vez mais claras, dentro e fora dos países, causando problemas sociais e ambientais. A RIO-92 surgiu com o espírito de buscar mudanças, para assim encontrar formas de diminuir as desigualdades, melhorar a qualidade de vida dos pobres e, criar mecanismos de proteção ao meio ambiente, já que ele é coletivo e todos devem contribuir com isso, especialmente os países ricos, que eram os maiores exploradores e poluidores.

Nesse contexto, Barbieri (1997) coopera expondo que a RIO-92 trouxe avanços significativos no que tange à compreensão e entendimento dos problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais, que se agravaram na segunda metade do século XX e já superavam as fronteiras locais, nacionais, passando a ser globais.

O exposto por Barbieri é comprovado a partir de uma simples análise dos inúmeros acidentes e incidentes ambientais que ocorreram na segunda metade do século XX, que, em sua maioria, superaram as fronteiras locais. Outro exemplo claro disso é o fenômeno do aquecimento global, que acaba atingindo todos os habitantes do planeta, mesmo que esse ou aquele não venha a contribuir com a geração de GEE. Poderíamos citar até mesmo o buraco na camada de ozônio, que também afeta a todos.

Isso vem mostrar que as discussões, as soluções, as regras, as leis, as convenções, os acordos, as políticas e as declarações devem ocorrer de forma coletiva e planetária, já que o problema é global, e não só local ou nacional.

Nesse evento, discutiram-se vários temas relevantes, de que resultaram em cinco documentos: a Declaração do Rio de Janeiro, o Tratado da Biodiversidade, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Convenção sobre o Clima e a Agenda 21 (diretrizes e normas que visam a atingir o desenvolvimento com sustentabilidade). Cabe lembrar que os participantes comprometeram-se a buscar o desenvolvimento sustentável, que será detalhado no próximo capítulo deste estudo.

Em se tratando dos principais pontos fracos e limitações da conferência RIO-92, Camargo (2003) trata da pressão da delegação dos Estados Unidos, contrários às metas e ao cronograma para a eliminação do CO², à assinatura da Convenção sobre a Proteção da Biodiversidade. Outro ponto falho diz respeito a não constar, na Agenda 21, a proibição dos testes nucleares, mesmo tendo sido reivindicada pelas ONGs; entretanto, no nosso entender, o principal ponto fraco, que também consta no texto de Camargo, diz respeito aos inúmeros debates, aos vários documentos e à própria Agenda 21, que, durante a RIO-92 foram tratados

e aprovados, até em razão da pressão da mídia e das ONGs, porém pouco foi consolidado e ratificado pelos chefes de governo para ser implementado em seus países. Em outras palavras: há uma clara dissonância entre o discurso e a prática.

A Agenda 21 pode ser entendida como um documento com compromissos acordados pelos países signatários. É um processo de planejamento participativo, que analisa a situação atual de um país, estado, município ou região para planejar de forma sustentável. A partir da sua implantação, admite-se uma mudança de paradigmas sobre a área ambiental, já que deve integrar a sociedade no processo de construção do futuro.

Entende-se também que a construção dessa Agenda 21 criou condições básicas para que a sociedade conheça as suas deficiências, proponha soluções e reivindique apoio público para a implementação de um plano de desenvolvimento que tenha por base a sustentabilidade.

Para melhor entendimento das pressões que o meio ambiente sofre, vale complementar que os Estados Unidos, antes da RIO-92, já haviam convocado uma reunião na Virgínia (EUA), em que afirmaram que não iriam comprometer-se em reduzir os GEE. Como resposta, agora em âmbito internacional, durante a RIO-92, houve a elaboração da Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC)²⁶, que estabeleceu que, no ano 2000, os países industrializados, incluindo os Estados Unidos, deveriam retornar as suas emissões de GEE aos níveis do ano de 1990. A UNFCCC priorizava a redução das emissões de GEE e foi assinada por 154 países.

Destacamos também que a RIO-92 iniciou um novo ciclo de conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente, na esfera da ONU. Essas conferências ocorreram por toda a década de 1990: a Conferência sobre Direitos Humanos (Viena, 1993); a Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); a Conferência sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995); a Conferência sobre Mudança Climática (Berlim, 1995); a Conferência sobre a Mulher (Pequim, 1995). (COIMBRA, 2006). Embora haja grandes dificuldades para o resgate histórico, é de fundamental importância retratar as demais conferências que possam contribuir com este estudo.

²⁶ “Em junho de 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ‘Cúpula da Terra’ e realizada no Rio de Janeiro, foi negociada e assinada por 175 países mais a União Européia a Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, desde então denominada Convenção. Reconhecendo a mudança do clima como ‘uma preocupação comum da humanidade’, os governos que a assinaram tornaram-se Partes da Convenção, propondo-se a elaborar uma estratégia global ‘para proteger o sistema climático para gerações presentes e futuras’”. (BNDES; MCT, 1999, p.15).

Ainda em se tratando do ano de 1992, Lopes (2008) cita que tivemos também a divulgação do conceito de ecoeficiência pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD). A partir da definição do conceito, vários setores e empresas buscaram adequar-se para a busca da ecoeficiência.

Nesse mesmo ano, também ocorreu em Caracas o IV Congresso Mundial de Parques, resultando na Declaração de Caracas, que ressaltava a necessidade do manejo das Unidades de Conservação. Esse documento buscou ser sensível às preocupações das populações locais.

Em 1993, criou-se a Organização Internacional para Normatização – (*Internacional Organization for Standardization* – sigla ISO)²⁷ – versão 14001 (LOPES, 2008). Atualmente, a ISO 14001 é uma realidade em várias empresas, já que há setores e mercados que exigem essa certificação. A ISO 14001 é um Sistema de Gerenciamento Ambiental (SGA) que visa prevenir, eliminar e minimizar os impactos negativos causados por empresas do setor privado e público.

Nesse período, tivemos, todavia, uma continuidade na saga dos grandes acidentes e incidentes ambientais. O primeiro deles ocorreu no ano de 1991, durante a Guerra do Golfo. O Iraque incendiou mais de 700 poços de petróleo no território do Kuwait, que permaneceram acesos e queimando por meses. Esse acontecimento foi considerado o maior derramamento de petróleo da história (25 vezes maior que o derramamento de Exxon Valdez). (CAMARGO, 2003). Já no ano de 1993, “[...] o petroleiro Braer afunda na costa das ilhas Shetland, na Escócia, perdendo quase toda sua carga de 85 mil toneladas”. (SCHARF, 2004, p. 155).

Por outro lado, dando continuidade aos efeitos da RIO-92, em 1993 ocorreu o Congresso Sul-Americano que foi considerado uma continuidade da RIO-92, em proporções menores, e ocorreu na Argentina. O meio ambiente e o desenvolvimento continuaram sendo pauta nas discussões. (NASCIMENTO, 2008).

Em 1994, o tema “aquecimento global” ganhou evidência e a Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC) fortaleceu-se, sendo ratificada por 181 países.

²⁷ ISO é uma palavra de origem grega e significa “igualdade”. A organização foi fundada no ano de 1947 em Genebra (Suíça). É uma entidade não governamental que tem por objetivo editar normas técnicas reconhecidas internacionalmente, visando padronizar e melhorar a qualidade de produtos e serviços de empresas do mundo todo. Atualmente as empresas vêm investindo na busca de um Certificado de Qualidade ISO. Antes o ISO era um diferencial para os produtos e serviços; hoje se tornou um requisito mínimo no mundo dos negócios.

Ainda com relação ao clima, que, no ano de 1995, foi realizada, em Berlim (Alemanha), a primeira de uma série de Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, também chamadas de COPs. Nessa COP-1, foi divulgado o segundo relatório de avaliação do IPCC, que informava que os níveis de GEE continuavam crescendo. Essa conferência nasceu reunindo quase todos os países em torno de um problema comum – o aquecimento global, provocado pelo efeito estufa. No século passado, os cientistas já previam esse problema e agora tornou-se realidade, entretanto, mesmo tendo feito pouco para evitar o problema, há um consenso entre os pesquisadores e boa parte dos governantes, reconhecendo que as responsabilidades pelas mudanças ocorridas no clima têm de ser atribuídas ao homem.

Nessa reunião, os participantes tomaram decisões importantes com relação à implementação de uma política sobre as mudanças climáticas:

Foi examinada a adequação das obrigações estabelecidas na Convenção; proposta a constituição de Protocolo e decisões sobre acompanhamento; e adotado o Mandato de Berlim, através do qual seriam estipulados limites de emissão dos gases causadores de efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono, bem como a definição do calendário a ser cumprido. Foi criado o Grupo de Trabalho *Ad hoc* (AGBM) por conta do Mandato de Berlim para negociar e acompanhar a implementação de todos os acordos negociados pelos países desenvolvidos [...]. (BNDES; MCT, 1999, p.17).

Sobre o Mandato de Berlim, Santos (2005, p. 25) detalha:

Com base no parecer do Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC, 1990), sustentado por diversos trabalhos científicos 13 que traziam evidências dos efeitos desastrosos das mudanças climáticas globais para a humanidade, foi criado durante a COP-1, o Mandato de Berlim, uma resolução assinada por mais de 2400 cientistas e 2600 economistas, entre eles oito ganhadores de Prêmio Nobel, alertando para o grande risco potencial da mudança climática e a justificativa para tomada imediata de medidas preventivas [...] O Mandato de Berlim estabeleceu que os países desenvolvidos deveriam, com base no princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, definir, em um Protocolo ou outro instrumento legal, limitações quantificadas e objetivos de redução para suas emissões antrópicas por fontes e remoções de sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, bem como, descrever as políticas e as medidas que seriam necessárias para alcançar essas metas.

Já no ano de 1996, ocorreu a segunda Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-2), em Genebra, que endossou o relatório do IPCC, publicado no ano anterior, apontando uma clara influência humana no

clima e afirmando que as mudanças climáticas que estavam sendo projetadas iriam resultar em significantes impactos sobre sistemas ecológicos. Nessa ocasião, foi assinada a Declaração de Genebra, contemplando o acordo para a criação de obrigações legais, com alusão à redução de GEE, ainda a ser implementada na COP-3. (MÜLLER, 2005).

No campo empresarial, no ano de 1996, a *Internacional Organization for Standardization* (ISO), uma federação que integra os órgãos nacionais de normatização, lançou um certificado de qualidade ambiental dos processos empresariais – o chamado ISO 14.000. (SCHARF, 2004).

O debate ambiental centrou-se, no ano de 1997, na RIO+5, que recebeu esse nome por realizar-se cinco anos após a RIO-92, e cujo objetivo era avaliar os resultados da RIO-92, em especial o que vinha ocorrendo com relação à implementação da Agenda 21.

A RIO+5 foi considerada, no entanto, um evento não oficial, sendo organizado pela entidade “Amigos da Terra” e coordenado pelo canadense Maurice Strong, que havia sido o coordenador da RIO-92. A conclusão dessa conferência não foi animadora, pois comprovaram que, nos cinco anos que separavam a RIO-92 da RIO+5, poucas ações haviam sido feitas. De forma geral, concluíram que o crescimento populacional diminuiria, mas o número de pessoas em estado de miséria absoluta aumentara. Outro ponto foi que a globalização não permitia oportunidades iguais a todos os países e criava um desnível tecnológico entre países ricos e pobres. Com relação ao meio ambiente, concluíram que alguns países contribuíam com o meio ambiente, diminuindo os níveis de poluição e a destruição de recursos naturais, contudo o estado global do meio ambiente mostrava-se deteriorado. (CAMARGO, 2003).

No mesmo ano, realizou-se, em Thessaloniki (Grécia), a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, que também alertou para a necessidade de realização de ações de educação ambiental. (BUENO, 2006). Essa conferência também visou ao planejamento das metas para o terceiro milênio.

Ainda em 1997, ocorreu a COP-3, terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, na cidade de Kyoto (Japão). Essa Conferência contou com a presença de representantes de mais de 160 países, visando ao cumprimento do Mandato de Berlim, adotado em 1995. Como resultado positivo, obteve o comprometimento de 39 países desenvolvidos. O Protocolo de Kyoto incluiu metas e prazos relativos à redução ou limitação das emissões futuras de dióxido de carbono e outros gases

responsáveis pelo efeito-estufa, além de três mecanismos de flexibilização para serem utilizados no cumprimento dos compromissos da Convenção. O primeiro deles foi a implementação conjunta (JI - *Joint Implementation*); o segundo, o comércio de emissões (*Emissions Trade*); por fim, o último, que foi o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) - (CDM - *Clean Development Mechanism*)²⁸. (BNDES; MCT, 1999).

Em especial a partir da RIO-92, tornou-se cada vez mais crescente a preocupação e atenção do mundo para encontrar possíveis soluções referentes ao problema do aquecimento global. Na RIO+5, foi assinado o Protocolo de Kyoto, que tinha como meta central a redução do GEE, considerando que a responsabilidade histórica era dos países industrializados e priorizando o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento. É dado aqui um destaque ao Protocolo como uma das ferramentas para a implementação da RIO-92, uma vez que foi estabelecido aos países industrializados, entre os Estados partes, a definição de metas de redução de GEE, no período compreendido entre 2008-2012, em 5,2% abaixo dos níveis registrados em 1990.

Voltando a tratar do MDL, esses mecanismos criados durante a COP-3 são considerados instrumentos de pagamento ou compensação por serviço ambiental, em especial o MDL, que diz respeito ao fato de os países industrializados serem obrigados a reduzir os níveis de GEE.

Nessa perspectiva, Moura (2006, p. 57) complementa:

O Protocolo de Kyoto, aproveitado na 3ª. Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-3, realizada entre 1º. e 12 de dezembro de 1997 em Kyoto, no Japão, com a participação de 160 países), que prevê metas e prazos para a redução de emissões de CO₂ e outros gases causadores do efeito estufa. Foi negociado na Conferência que os países mais desenvolvidos (35 países [...]), precisariam reduzir entre os anos 2008 e 2012 em média 5,2% das emissões, com relação aos níveis em 1990, para dióxido de carbono (CO₂), Metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O), e aos níveis de 1995 para hexafluorcarbonos (PCF). Como forma de viabilizar essas intenções, foram definidos três instrumentos econômicos para permitir que os países industrializados alcancem suas metas individuais de limitação ou redução de emissões: a) Comércio de Emissões, somente entre países [...]; b) Implementação Conjunta, somente entre países [...] c) Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, entre países.

²⁸ Vale ressaltar que o chamado “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”, ou *Clean Development Mechanism* (CDM) foi proposto a partir de uma ideia apresentada pelo Brasil.

O estabelecimento de seus complexos regulamentos legais é deixado para negociações futuras, entretanto seu objetivo maior é a redução da emissão de GEE, pois já havia uma previsibilidade dos tantos problemas ambientais relacionados às mudanças climáticas.

Além disso, em 1997, também ocorreu o II Congresso Ibero Americano de Educação Ambiental na cidade de Guadalajara (México). (NASCIMENTO, 2008).

Como já dissemos, a pressão sobre os recursos naturais do planeta vem-se elevando, e sobre a água não é diferente, tanto é que, em 1997, ocorreu o Primeiro Fórum Mundial da Água em Marrakesh (Marrocos).

Continuando as discussões sobre o clima, no ano de 1998, em Buenos Aires (Argentina), realizou-se a quarta Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-4), que reuniu delegados de mais de 160 países, milhares de representantes de organizações intergovernamentais, ONGs, empresários e jornalistas. O objetivo inicial era a negociação, cuja decisão principal estaria em fixar prazos finais para um programa de trabalho, especialmente para a regulamentação/implementação do MDL. O principal resultado da reunião foi, no entanto, a criação de um plano de trabalho denominado Plano de Ação de Buenos Aires, cuja data-limite definida foi o ano de 2000, para que fossem colocadas em prática as principais regras e questões técnicas e políticas, bem como os impasses respectivos à implantação do Protocolo de Kyoto. (BNDES; MCT, 1999).

Registra-se que, em 1999, ocorreu em Bonn (Alemanha) a COP-5. Essa quinta Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas teve como meta discutir a implementação do Plano que havia sido discutido em Buenos Aires durante a COP-4. Houve reuniões técnicas e um processo de consulta nessa conferência, o que determinou os passos para o próximo ano. (SANTOS, 2005).

Em se tratando mais especificamente de Brasil, a década de 1990 foi marcada inicialmente pela importância e relevância da RIO-92. Essa conferência, ocorrendo em território brasileiro, obrigou uma preparação para sua realização, o que propiciou a criação de um ambiente favorável para a conscientização ambiental.

Outro aspecto nessa linha foi que, ocorrendo aqui, tornou-se “manchete”, “pauta” dos jornais, telejornais, artigos e matérias de revistas, o que despertou interesse de uma parcela da população pela área ambiental. Conseqüentemente, tornou-se tema de debate e discussão em escolas, universidades e até mesmo entre familiares e “rodas” de amigos. Enfim, a RIO-92 foi

um evento favorável e fundamental para o “despertar ambiental” que, até aquele momento, ainda era insignificante. Na verdade, a retórica acabou dando lugar a um alerta!

Durante a RIO-92, foram criados o Ministério de Meio Ambiente (MMA) e os núcleos de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Ainda diante de toda a repercussão da RIO-92, produziu-se um abaixo-assinado com aproximadamente 1 milhão de assinaturas pedindo a despoluição do Rio Tietê. Nesse prisma, iniciou-se um projeto de despoluição, intitulado “Projeto Tietê”. (SCHARF, 2004). A despoluição do Rio Tietê é considerada um desafio para a área ambiental, pois hoje ele é visto como o rio mais poluído do Brasil.

Outro ponto interessante para a década de 1990 mostrado no texto de Moura (2006, p.51) ocorreu no ano de 1997, quando foi criada “[...] a Lei Federal n. 9433 [...] institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas”. A partir desse momento, no Brasil, a água passou a ser considerada um recurso natural limitado e com valor econômico. Teoricamente, essa lei poderia criar um uso racional, entretanto até os dias atuais isso não acontece, já que parte da população e das empresas desperdiça esse líquido valioso.

No ano de 1998, no campo do direito ambiental, tivemos avanços no Brasil:

No Brasil, é sancionada a Lei dos Crimes Ambientais, que prevê a responsabilização administrativa, civil e penal de pessoas físicas ou jurídicas que danifiquem o meio ambiente. Sua principal inovação é considerar crime condutas antes punidas com multas administrativas ou indenizações civis. Os crimes ambientais podem ser penalizados em até R\$ 50 milhões, ou com a prisão, a prestação de serviços à comunidade e a suspensão das atividades de uma empresa. (SCHARF, 2004, p. 156).

O ano de 1999 ficou marcado pela ocorrência de vários fatos climáticos que afetaram a vida de milhares de pessoas:

Eventos climáticos extremos matam quase 50 mil pessoas na América Latina, aumentando a preocupação sobre a mudança climática. No Brasil, uma intensa pressão dos ambientalistas, com mobilização da sociedade civil, barra a revisão do Código Florestal, que ampliaria as áreas passíveis de desmatamento. No auge da campanha, uma pesquisa de opinião pública indica que 88% dos eleitores negariam seu voto a parlamentares que defendessem o projeto. (SCHARF, 2004, p. 156).

Várias ocorrências no campo ambiental foram positivas no Brasil durante a década de 1990, porém não poderíamos deixar de ressaltar que, nesses anos, tivemos vários derramamentos de óleo por parte da PETROBRAS, o que ocasionou vários impactos negativos ao meio ambiente.

Em fins dos anos de 1990, afirmava-se que essa década ficou marcada por ter sido tratada com maior rigor no que diz respeito às implicações legais e jurídicas. Outro aspecto que não pode deixar de ser lembrado é que muitas das discussões que ocorreram na RIO-92, incluindo os documentos e resoluções, não saíram do papel, ficando apenas como algo a ser implementado. Infelizmente acompanhamos uma avalanche de eventos, documentos, discussões e opiniões que estão materializados nos muitos quilos de papel. Sem ingressar no mérito da discussão quanto à efetividade ou não da RIO-92, parte do que ocorreu na ocasião só se efetivou por pressões populares, mas não como o previsto.

1.2.5 O ambientalismo no contexto dos anos 2000

No ano 2000, foi registrado que a população da Terra ultrapassou os 6 bilhões de habitantes.

As advertências com relação à interface do homem com o meio ambiente e a ocupação e expropriação dos recursos naturais vinham ocorrendo fortemente e, nesse início de milênio, a preocupação ampliou-se ainda mais. A realidade do planeta fez que existisse essa preocupação, pois houve um aumento exponencial das cidades: mais da metade da população mundial passou a viver nas áreas urbanas, ocupando menos que 2% das terras do planeta e utilizando 75% dos recursos mundiais.

Criou-se, assim, um quadro global em que a água continuou sendo uma das principais preocupações. Em 2000, foi realizado, em Haia (Holanda), o Segundo Fórum Mundial da Água, com a presença de 5700 participantes de todo o mundo, sendo 120 ministros de Estado. Vale citar que a água foi considerada um recurso global finito e isso foi colocado na declaração de Haia, no item sobre a segurança dos recursos hídricos, que afirmava a necessidade de manejo e uso sustentável.

Silva (2004) destaca, no entanto, que esse Segundo Fórum Mundial da Água foi promovido por uma parceria entre o Conselho Mundial da Água, o Banco Mundial e grandes corporações multinacionais, com a participação da ONU. O objetivo era tentar passar a ideia de que o documento “Visão Mundial da Água” deveria servir como base de direcionamento das ações da comunidade internacional em relação às políticas de água. As decisões e orientações sugeridas nesse evento devem, todavia, ser analisadas com ressalvas, já que nelas há uma ideologia da mercantilização, ditada pelos interesses do grande capital internacional.

Barlow e Clarke (2003), que são citados por Silva (2004, p. 57) explanam sobre essa afirmação:

[...] o título da conferência sugeria uma reunião oficial das Nações Unidas em prol da conservação dos recursos mundiais de água, mas não foi isso o que aconteceu. O fórum reuniu grandes organizações de *lobby* comercial, com a Parceria Global de Água, o Banco Mundial e as principais corporações de água do planeta, que visam o lucro, assim as discussões limitaram-se a como as empresas poderiam se beneficiar da venda de água para os mercados mundiais. É verdade que funcionários da ONU estavam presentes por meios de uma Conferência Ministerial vinculada ao evento, onde foram representados mais de 140 governos. Mas eles não tomavam as decisões.

Podemos constatar que, mesmo havendo uma pressão sobre os recursos naturais (e, nesse caso, com mais uma agravante, pois a água é vital para a sobrevivência), parte da população mundial já sofria com a falta desse precioso recurso. Ainda assim, diante da gravidade da situação e da necessidade da água para a sobrevivência, as discussões mudaram de rumo indo no sentido da mercantilização e comercialização desse bem.

Esse movimento de mercantilização dos recursos naturais, em que os interesses econômicos individualizados e setorializados vêm à frente dos interesses coletivos em defesa da vida, não é algo novo, já que até o momento tem sido regra, e não exceção. Basta analisarmos que as ações em prol do meio ambiente foram esquecidas, colocadas em segundo plano ou estão emperradas em meio a pressões exercidas por interesses obscuros e em parte chancelados por governos e entidades.

Além disso, ainda em 2000 ocorreu um evento considerado importante para o futuro da humanidade, que é destacado no texto de Marçal (2005, p.38):

Em maio de 2000, na sede da ONU em Nova Iorque, ocorreu um evento histórico, o “*Millennium Forum*”. Pela primeira vez na história da humanidade, os povos do mundo foram chamados pela ONU para fazer sugestões aos governantes dos países com o intuito de promover o bem da humanidade. O Fórum do Milênio fez o pedido de fé que todos os cidadãos do mundo ficassem com a responsabilidade moral de

divulgar o conteúdo da declaração para todos os outros indivíduos, ONGs e sociedades civis, no sentido de estimular os governos para que, na Cúpula do Milênio, fosse aprovada a declaração do Fórum do Milênio.

Essa “Cúpula do Milênio das Nações Unidas” foi importante, pois criou a “Declaração da Cúpula do Milênio”, que mostrou os valores, os princípios e os objetivos em áreas consideradas prioritárias. Muitas dessas áreas têm ligação direta com o meio ambiente. Esse documento foi referendado por todos os 189 países-membros e reuniu 147 chefes de Estado. As metas da Declaração da Cúpula do Milênio são: a) erradicar a pobreza extrema e a fome; b) alcançar a educação fundamental universal; c) promover a igualdade entre os sexos e a melhora do desempenho das mulheres; d) reduzir a mortalidade infantil; e) melhorar a saúde materna; f) combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; g) assegurar sustentabilidade ambiental; h) formular uma parceria global para o desenvolvimento.

Em novembro de 2000, tivemos a Sexta Conferência das Partes (COP-6), que acabou ocorrendo em duas etapas. Sua primeira edição ocorreu em Haia (nos Países Baixos), não sendo concluída, pois foi suspensa em razão das divergências entre os Estados Unidos e os países europeus. Foi então retomada em 2001, quando ocorreu em Bonn (na Alemanha), e teve como principal resultado o “Acordo de Bonn”, que definiu as medidas de aplicação do Protocolo de Kyoto, o que deveria ser delineado e concluído na próxima Conferência das Partes. (SANTOS, 2005). Nessa edição, o Protocolo obteve novos rumos com a retomada das negociações. A perspectiva da ratificação do Protocolo de Kyoto ficou mais próxima, mesmo sem o apoio dos Estados Unidos.

Para efeito de esclarecimento, vale citar que há autores como, por exemplo, Müller (2005), que tratam a segunda etapa da sexta Conferência das Partes (COP-6) em Bonn (Alemanha) como a “Conferência das Partes 6,5” (COP-6,5).

No ano de 2001, 178 países assinaram o Protocolo de Kyoto. O IPCC publicou um relatório citando que o aquecimento global vem acontecendo em razão das atividades humanas. As projeções originadas desse estudo demonstram que, seguindo a tendência atual, a temperatura do planeta elevar-se-á em 1,4 a 5,8 graus Celsius até 2100. O então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, anunciou que os Estados Unidos não ratificariam o Protocolo de Kyoto; contudo os argumentos para a não ratificação não eram convincentes; apenas alegaram que os Estados Unidos não podiam dar-se ao luxo de reduzir suas emissões de dióxido de carbono, ou seja, não abririam mão dos padrões de consumo, produção e modo de vida.

Já a COP-7 foi realizada em Marrakech (Marrocos), no ano de 2001, quando foi celebrado o “Acordo de Marrakech”, que regulamentou o MDL, pois definiu as modalidades e os procedimentos de qualificação de emissões. (SANTOS, 2005). Por esse e demais acontecimentos, pode-se constatar que há uma lentidão e polemização das negociações que dizem respeito ao clima.

No ano de 2002, ocorreu, em Johannesburgo (África do Sul), a Conferência RIO+10, que ficou conhecida como “Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável” (original em inglês *World Summit on Sustainable Development -WSSD*). Esse evento contou com a participação de 193 países, 8 mil ONGs, 7200 delegados oficiais e 4 mil jornalistas. Dentre os 193 países participantes, 105 deles foram representados por sua autoridade máxima, evidenciando assim a importância do evento, em que, segundo Vale (2005, p.49):

Foram produzidos dois documentos: a Declaração de Johannesburgo sobre o DS e o Compromisso de Johannesburgo sobre o DS. Desses documentos resultou o Plano de Implementação da Agenda 21, que estabeleceu os objetivos a serem alcançados para a concretização do DS, socialmente justo e ecologicamente saudável. [...] foram eleitas como prioridades da Agenda 21: água e saneamento, biodiversidade, energia, saúde, agricultura.

Parte da bibliografia que trata do ambientalismo também destaca que, nesse evento, foi elaborado o “Plano de Implementação de Johannesburgo” (original em inglês *Johannesburg Plan of Implementation – JPOI*), cuja meta principal era implementar a Agenda 21 mundial, que visava ao desenvolvimento sustentável. Além disso, revisaram-se e estabeleceram-se os princípios e as metas da Agenda 21. Reis (2005) relata que, nesses dez anos após a RIO-92, houve poucos avanços significativos nesse campo.

Esse evento foi tomado por um clima de decepção de ambientalistas, ONGs e dos governos que realmente estavam comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Afinal de contas, a discussão esteve centrada no “Plano de ação”, proposto e defendido pela coordenação. Nele, iriam ser avaliadas as metas cumpridas pelos países signatários da Agenda 21 (RIO-92) e seriam sugeridas ações concretas para os próximos 10 anos. Com a pressão para a não efetivação da Agenda 21, em decorrência de pressões econômicas, esse plano sofreu críticas, sanções e a ausência de chefes de Estado de importantes países desenvolvidos. Evidenciava-se, assim, que, mais uma vez, a evolução no campo ambiental tropeçava nos interesses econômicos dos países desenvolvidos que não quiseram comprometer-se com os

principais programas mundiais de proteção ambiental e, dessa forma, a conferência foi esvaziada.

O resultado mais concreto dessa conferência está contido na declaração final, que foi a de reforçar um dos compromissos da RIO-92, que já considerava a pobreza como a forma mais grave de degradação. Salienta-se que o homem faz parte do meio ambiente, e a pobreza, a fome, as epidemias, a miséria, dentre outros males, são degradantes.

Na mesma oportunidade, reconheceu-se o papel do ecoturismo como gerador em potencial de benefícios econômicos, sociais e ambientais, quando este é ofertado e demandado de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável, ou seja, pode satisfazer as necessidades presentes dos viajantes, do espaço visitado e da comunidade receptora, sem comprometer a possibilidade de satisfação das gerações futuras.

Aqui, ainda, cabe salientar que a divergência de ideias esteve presente, em especial, nos assuntos relacionados às mudanças ambientais e às propostas do Protocolo de Kyoto com relação ao aquecimento global, pois o “grupo do guarda-chuva” (EUA, Austrália, Canadá, Japão etc) não concordava com essas propostas. Conforme destaca Arid (2002):

[...] O debate centrou-se, apenas, em propostas genéricas sobre as questões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável. Todavia, garantiu a participação de jovens, povos indígenas, ONGs, trabalhadores e sindicatos, comunidade científica e tecnológica, agricultores e empresários, nos processos decisórios. [...] A Convenção da Biodiversidade não avançou. Constatou-se, após 10 anos, que os países mais ricos, que haviam se comprometido a aplicar 0,4% do seu PIB em projetos de desenvolvimento sustentável nos países pobres, aplicaram apenas 0,2% [...].

Como já foi dito, nessa reunião da Cúpula Mundial sobre desenvolvimento sustentável chegou-se a um acordo que era a busca pela redução da pobreza e pela proteção ambiental, entretanto pôr em prática o que é discutido e decidido nas conferências, protocolos e acordos é algo bem diferente. Durante os eventos, há uma pressão generalizada por parte das ONGs e da própria mídia; basta voltarmos no tempo e analisarmos o que ocorreu em Estocolmo, em 1972, na RIO-92 e na RIO+5. Ressaltamos, no entanto, que nem tudo fica perdido nos discursos, já que há muitas ações locais e pontuais (em todo o mundo) que buscam o desenvolvimento sustentável.

Segundo a *Sítio eletrônico* da FBDS, por exemplo, em 2002 foi publicado um estudo mostrando que a conversão de *habitats* em áreas agrícolas e em outros usos, como a pecuária, tem um custo muito elevado para o planeta: aproximadamente 250 bilhões de dólares por ano.

Nesse ano, ainda tivemos alguns acontecimentos significativos envolvendo o meio ambiente:

- Um estudo diz que metade das regiões mais biodiversas da América do Norte estão degradadas e que 235 espécies de mamíferos, répteis, aves e anfíbios estão ameaçadas.
- Cerca de 3.250 km² da plataforma de gelo Larsen B (Antártica) colapsa devido à elevação das temperaturas regionais.
- Levantamento demonstra que a perda de cores da Grande Barreira de Corais da Austrália, em 2002, foi a maior já registrada, afetando 60% dos recifes.
- Escolas são fechadas em Seul, Coreia do Sul, por causa de uma enorme nuvem de poeira vinda dos desertos chineses (que se espalham rapidamente), alguns a 1.200 km de distância.
- O petroleiro Prestige, que transportava 77.000 toneladas de petróleo, racha ao meio, contaminando a costa da Galícia e provocando ira pública ao redor do mundo (*Sítio eletrônico da FBDS*).

A oitava edição da Conferência das Partes (COP-8) ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2002, na cidade de Nova Déli (Índia). Essa conferência foi uma continuidade ao estabelecimento de modalidades e procedimentos para a implementação do MDL. (SANTOS, 2005).

Durante a construção deste texto, notamos que qualquer ação que envolva o meio ambiente em nível planetário é muito lenta, já que depende da ratificação dos países e muitas vezes contraria os interesses econômicos. As edições das Conferências das Partes vêm contrariando os interesses de uma série de setores que são geradores de GEE, *in situ* a indústria petrolífera e a automobilística.

Com relação aos recursos hídricos no ano de 2003, ocorreu em Kyoto (Japão) o Terceiro Fórum Mundial da Água. O mundo vivia o problema da falta e má distribuição de água, e esse encontro visou nortear as discussões sobre as políticas públicas e aumentar a consciência sobre a crescente crise de abastecimento de água.

No ano de 2003, a Europa, indo ao encontro da comercialização do crédito de carbono, adotou a primeira lei de comercialização de emissões de GEE, dando valor de mercado para o dióxido de carbono na UE.

Em dezembro de 2003, em Milão (Itália), foi realizada a nona Conferência das Partes (COP-9). Essa conferência visou à continuidade dos debates sobre a ratificação do Protocolo

de Kyoto e o desenvolvimento do MDL. Nessa edição, também esperavam que a Rússia ratificasse o Protocolo de Kyoto, porém isso não ocorreu. (SANTOS, 2005).

A tese de Müller (2005) complementa:

COP 9: Realizada em Milão, Itália, em dezembro de 2003. Teve a participação de mais de 5000 pessoas, representando 166 países. Esse evento foi muito importante para o avanço das discussões e dos trabalhos em torno do MDL. As Partes tomaram numerosas decisões e concluíram vários assuntos, os quais incluíram: a) as definições e modalidades de inclusão de atividades de florestamento e reflorestamento sob o MDL; b) a orientação da boa prática sobre o LULUCF; c) o Fundo Especial para mudanças climáticas (SCCF); d) o Fundo para os países em desenvolvimento (Fundo LDC). Nesta ocasião, é importante considerar que houve um significativo avanço com o fechamento de um “pacote de regras” que definem os parâmetros de aceitação de projetos de florestamento e reflorestamento junto à Convenção do Clima, visando a obtenção de créditos de carbono, no escopo do MDL (MÜLLER, 2005, p. 33-34).

O sítio eletrônico da FBDS descreve que, nesse ano, a fúria da natureza voltou a assombrar a humanidade, pois “[...] mais de 2.000 pessoas morrem durante uma semana de chuvas torrenciais e inundações no Haiti e na República Dominicana”. Alguns ambientalistas responsabilizaram o desmatamento das encostas, que ocasionou deslizamentos de terra, soterrando colheitas, animais, casas e pessoas.

Ainda em 2004, o Banco Mundial realizou, pela primeira vez na história, acordos, para ajustes estruturais da economia, com o Brasil e com o México, vinculando condicionantes ambientais. Só para o Brasil há um bilhão de dólares vinculados a esses critérios. (SCHARF, 2004).

A 10ª Conferência das Partes (COP-10) ocorreu em dezembro de 2004, em Buenos Aires (Argentina). De forma geral, essa conferência ficou marcada pelo fato de ter sido realizada logo após a ratificação do Protocolo de Kyoto, por parte da Rússia, o que permitiu sua entrada em vigor em fevereiro de 2005. (SANTOS, 2005).

Nessa perspectiva, Moura (2006, p. 57) lembra que o Protocolo de Kyoto entrou em vigor em 2005, “[...] quando mais de 55% dos países signatários o ratificaram (aprovação do Congresso e Governo de cada país)”.

Nesse ano, a população mundial atingiu a marca de 6,45 bilhões de pessoas e a pressão sobre os recursos naturais se ampliaria cada vez mais. Parte da população tem um padrão de consumo elevado, que produz muita poluição, desperdício, aumento no consumo de energia e emissões de GEE.

Embora fossem grandes as dificuldades para encontrar um ponto de equilíbrio entre a preservação e a exploração dos recursos naturais, os debates continuavam, fossem eles de âmbito global, fossem locais. A 11ª Conferência das Partes (COP-11) da Convenção das Mudanças Climáticas ocorreu em dezembro de 2005, na cidade de Montreal, no Canadá. Nessa conferência, foram debatidos e negociados pontos importantes. O primeiro ponto foi o acordo para que continuassem sérias negociações visando ao período a partir de 2013, já que a primeira fase do Protocolo de Kyoto termina em 2012. Diante disso, ficou firmado que os países-membros deveriam declarar seus compromissos com relação à redução de emissões até dezembro de 2007 (data limite). O outro ponto diz respeito ao compromisso dos países em desenvolvimento, que, a partir da COP-11, deveriam ter um maior envolvimento com relação às próprias emissões, pois, até aquele momento, o Protocolo de Kyoto não previa metas para a redução das emissões dos países em desenvolvimento. O Brasil enquadra-se nesse contexto, pois é um país em desenvolvimento e também um dos maiores emissores mundiais, em razão do desmatamento. Vale lembrar os casos da China e da Índia, que também devem ter um maior compromisso.

Discutiu-se sobre a necessidade de maior cooperação tecnológica entre países industrializados e em desenvolvimento, em especial para o incentivo ao uso e busca de fontes de energia renováveis.

Lopes (2008) relata que, em 2006, o anúncio do relatório do IPCC alertou para a necessidade de mudanças, pois 90% das mudanças climáticas foram causadas pelo homem.

Em novembro de 2006, foi realizada em Nairóbi (Quênia) a 12ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-12). A escolha do Quênia como país-sede para a conferência deu-se em razão de estudos recentes preverem que os povos da África são os mais vulneráveis e os menos preparados para enfrentar a atual crise climática. Um relatório elaborado pela equipe de Yvo de Boer (Chefe do secretariado da conferência) trouxe dados importantes sobre os impactos do aquecimento global no continente africano:

[...] sobre a vulnerabilidade da África, afirma que 30% da infra-estrutura costeira do continente, incluindo cidades como a Cidade do Cabo, na África do Sul, está sob risco de inundação com a elevação do nível dos mares. E duas das áreas úmidas mais valiosas do continente, Okavango em Botswana e Sudd, no Sudão, podem secar totalmente. (AMORIM, 2006).

O que vem sendo debatido nas Conferências do Clima é, todavia, a recusa dos Estados Unidos em ratificar o Protocolo de Kyoto, uma vez que esse país tem a maior economia do mundo e é o principal emissor de GEE. O Presidente George W. Bush continuava, à época, recusando-se a ratificar o Protocolo de Kyoto, sob os argumentos de que ainda faltariam comprovações científicas sobre os impactos de ações humanas nas mudanças climáticas e de que a adesão às metas afetaria a economia de seu país.

Rubens Ricupero elaborou um artigo cujo título já fala por si só – “Uma injustiça do tamanho do mundo” – e que vem bem ao encontro das principais preocupações da 12ª Conferência das Partes:

Os Estados Unidos e a Europa respondem por dois terços dos gases causadores da mudança climática, enquanto os 840 milhões de africanos mal atingem 3%. Em compensação, as secas e as inundações decorrentes do aumento da temperatura castigarão muito mais os africanos, inocentes de culpa, do que os ocidentais, vilões históricos do aquecimento global desde que a Revolução Industrial desencadeou o processo, dois séculos e meio atrás. Ninguém é insensível à disparidade tão monstruosa entre causa e efeito. É sugestivo, porém, como a nacionalidade ou a classe fazem ver coisas diferentes ao olharem para o mesmo fenômeno. [...] Aí se encontra o caráter único do processo, a marca humana que permite falar em injustiça, e não em fatalidade. Não surpreende por essa razão que o governo dos Estados Unidos, responsáveis por mais de 30% das emissões, tenha teimado tanto em negar a evidência científica de que a mudança do clima não se devia a causas naturais, mas sim a humanas. Reconhecer que a alteração é causada por homens e por alguns, mais que outros, é ter de admitir o princípio da "responsabilidade diferenciada", consagrada na Convenção sobre Mudança Climática. É, portanto, direito internacional positivo, que não se pode discutir nem negar. (RICUPERO, 2007).

Nessa conferência, o Brasil apresentou uma proposta de criação de um fundo para que os países em desenvolvimento tivessem condições de reduzir o desmatamento de suas florestas. Esse fundo receberia contribuições voluntárias de países desenvolvidos, contudo a proposta não teve grande repercussão. Essa proposta concorreu com outra apresentada por Nova Guiné e Costa Rica, que defendiam que os países que apresentassem projetos de diminuição de desmatamento e estes fossem aprovados já receberiam créditos de carbono. A decisão final sobre esses projetos ficou para a próxima conferência. (FORMENTI, 2006).

A mesma autora destacou ainda que, no ano de 2007, o ex-vice presidente dos Estados Unidos, Al Gore, e o IPCC da ONU receberam o Prêmio Nobel da Paz pelos esforços dedicados à propagação de informações sobre mudanças climáticas.

Al Gore recebeu esse prêmio em razão do documentário em forma de filme e livro intitulado “Uma verdade inconveniente” (original em inglês *An Inconvenient Truth*), que se tornou um grande sucesso no mundo todo e levantou a polêmica sobre o aquecimento global. Essa repercussão positiva contribuiu diretamente para o grande desafio ambiental deste século, que é frear o aquecimento global, pois já tem provocado alterações no clima do planeta. Esse documentário mostra de forma didática as causas, consequências e possíveis soluções para o problema.

A 13ª Conferência das Partes (COP-13) da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima foi realizada em dezembro de 2007, em Bali (Indonésia). Essa conferência teve representantes de 190 países e, após dias e noites de negociações e duros debates, foi produzido um documento intitulado “Roteiro de Bali” ou “Mapa do caminho de Bali”. Esse documento poderá ser um marco histórico por estabelecer diretrizes de um novo acordo político de combate ao aquecimento global. Esse problema é cada vez mais discutido e de forma unânime entre as instituições científicas mais respeitáveis do mundo, que já produziram inúmeros estudos e documentos sobre o tema, como, por exemplo, o último relatório do IPCC, que o considera um risco real e efetivo para a sobrevivência do homem e de um terço das espécies que existem no planeta Terra.

Amorim (2007) comenta os resultados da Conferência e enfatiza:

O chamado “mapa do caminho de Bali”, festejado por diplomatas e visto com ceticismo por ambientalistas, foi aceito no encerramento da 13ª Conferência do Clima (COP-13). [...] O mapa tem o grande mérito de colocar no jogo os Estados Unidos (maior emissor do mundo de gases-estufa), ainda que em termos bastante confortáveis: fala de ações ou compromissos nacionais, não internacionais, para limitar e reduzir o lançamento no ar de dióxido de carbono, metano e outros gases que aprisionam o calor na Terra. Mas a grande surpresa foi a aceitação, por parte do G-77+China, de ações de mitigação “mensuráveis, reportáveis e verificáveis”. É uma mudança na posição dessas nações, que evitavam qualquer tipo de compromisso internacional. Com isso, os Estados Unidos perderam sua principal argumentação: que só aceitariam qualquer meta quando países em desenvolvimento, especialmente emergentes, também seguissem o mesmo caminho.

Para a autora, mesmo havendo esse clima de “caráter histórico da conferência”, há advertências para serem analisadas, já que há incertezas e lacunas que permitem mudanças nos próximos dois anos, para só então constituir um novo tratado climático para 2013.

As mudanças no clima vinham sendo sentidas em todo o mundo. Até os países que relutam em ratificar o Protocolo de Kyoto sofrem as consequências dessas mudanças. Mais

recentemente, no ano de 2007, ocorreu um fato negativo que marcou a vida do estadunidense, pois parte do país sofreu uma das piores secas já registradas, que resultou em um dos maiores incêndios florestais da história. Esse incêndio ocasionou graves problemas ambientais e um elevado prejuízo econômico para o país. Segundo especialistas, essa ocorrência foi apenas um sinal do que pode ocorrer com o mundo.

Continuando a saga das COPs, do 1º ao 12º dia de dezembro de 2008, o mundo vivenciou a 14ª edição da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima (COP-14), que foi realizada na cidade de Poznan (Polônia). A expectativa em torno dessa conferência era grande em razão de o mundo estar vivendo naquele período o início de uma grave crise da economia global, que se havia iniciado no setor imobiliário dos Estados Unidos e repercutido rapidamente por toda a economia mundial, em especial bolsas de valores e setor financeiro.

Dessa forma, os avanços da COP-14 foram pequenos, em decorrência da crise econômica, que veio a ter todos os holofotes voltados para si. Os países estavam com suas economias fragilizadas, as taxas de desemprego elevadas, a produção reduzida, e qualquer ação ambiental que ecoasse como “freio”, “desaceleração”, não era bem recebida, mesmo que fosse necessária para a diminuição das emissões de GEE. A discussão ambientalista não poderia ser a vilã da economia mundial.

O balanço geral da COP-14 foi que as negociações não avançaram conforme o esperado e agora o que restou ao mundo foi aguardar a COP-15, que se realizaria no final de 2009, na cidade de Copenhagem (Dinamarca). No caso, o Brasil apresentou um plano nacional para reduzir o desmatamento em 73% até o ano de 2017, que foi bem recebido pela comunidade internacional.

Cabe aqui uma análise mais crítica, destacando as inúmeras discussões, contradições e degradação que o modelo de crescimento econômico impõe sobre a sociedade terráquea e o meio ambiente. Os níveis de produção e consumo continuam elevando-se sem limites. A meta são as altas taxas de lucros e a satisfação de desejos insaciáveis que a sociedade moderna cria, sem perceber que caminha no sentido da autodestruição. O mundo atual é marcado por catástrofes ambientais e desigualdades econômicas e sociais.

Num breve trecho sobre o aquecimento global, Thame (2008, p. 13) dá forma a essa afirmativa de que o homem ensina e aprende como forma de interação com o meio em que vive:

Se os dinossauros pudessem ter sido avisados, em tempo hábil, de que estava em curso um fenômeno meteorológico que poderia causar a extinção da espécie (como realmente ocorreu), tal ávido de nada lhes adiantaria, porque nada poderiam fazer. No entanto, se nós, seres humanos estivéssemos sendo alertados sobre algum fenômeno climático em curso que pudesse vir colocar em risco a qualidade de vida ou mesmo a sobrevivência da espécie humana e nada fizéssemos, estaríamos agindo de forma tão ou mais irracional do que os animais. Na verdade, é exatamente isso o que tem ocorrido, nos últimos tempos, com relação ao aquecimento global. Um indicativo claro dessa irracionalidade é a demora para que os países dignatários da ONU ratifiquem o Protocolo de Quioto, transformando-o em norma internacional.

No final do ano de 2008 e início de 2009, o mundo amargou a detonação de uma crise econômica mundial, que se iniciou na área financeira dos Estados Unidos. Essa crise capitalizou toda a atenção e desviou o foco dos problemas que, até então, eram tidos como urgentes, especialmente os de caráter ambiental.

Por todo o planeta, o que se via eram discussões relacionadas às causas e efeitos da crise. Passou-se à discussão políticas que garantissem os níveis de emprego e consumo, a volta das ideias keynesianas, entre tantos outros instrumentos e ações que resgatassem a economia mundial. Na realidade, o mais comum era uma “cacofonia” de ideias de eficácia duvidosa sobre a crise que se instalava.

Diante desse cenário, a única certeza que rondou o mundo foi a de que, mais uma vez, as discussões ou as preocupações sobre os problemas relacionados às mudanças climáticas ficariam para segundo plano. O processo que levou anos para avançar ficaria “engavetado”, não tendo a sequência e a urgência necessária. O aquecimento global, a crise hídrica, o desmatamento, a poluição, a degradação que o lixo causa, o consumo exagerado, entre tantos outros problemas relacionados ao meio ambiente, deram lugar à crise econômica. Há casos de empresas e até governos que se aproveitaram de um discurso apocalíptico relacionado à crise econômica como pretexto para não avançarem contra o aquecimento global.

Acredita-se, contudo, que essa crise econômica possa servir como um alento, uma vez que já teve uma repercussão histórica, que vem sendo comparada à quebra da Bolsa Nova Iorque em 1929 e à queda do muro de Berlim em 1989.

Ao mesmo tempo, o ano de 2009 ficou marcado, no entanto, por grandes catástrofes ambientais, pela crise econômica e financeira mundial (conforme já expresso) e pelo fracasso da 15ª COP, que foi realizada em Copenhague (Dinamarca), no período de 7 a 18 de dezembro do mesmo ano. Quanto a dizer “fracasso da COP-15”, cabe deixar claro que a afirmação se dá justamente por não ter sido viabilizado o acordo mundial com relação ao

clima. Esse tratado ampliaria o alcance do Protocolo de Kyoto, que atualmente é o mais importante instrumento contra as mudanças climáticas, como era esperado por todos. Até mesmo a proposta de investir por volta de 2% do PIB mundial para tentar conter o aquecimento global, isso em uma década, não obteve o êxito esperado.

Por imposição da magnitude do tema, a grande mídia e especialistas fizeram-se presentes (na cobertura e participação no evento, respectivamente) e, por meio de matérias e artigos, apresentaram ao público informações sobre o ocorrido.

Um desses artigos, elaborado por Jacques Marcovitch, cujo título foi “COP-15 não foi um sucesso, mas também não fracassou” (Jornal *Valor Econômico*, edição de 05/01/2010), apresenta uma posição diferente da grande maioria dos especialistas e ambientalistas. Na visão de Marcovitch (2010):

Na COP-15, quatro itens concentraram as atenções: a) metas de redução de emissões, b) recursos financeiros para mitigação e adaptação, c) apoio para o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, d) estrutura de governança para a gestão dos fundos mobilizados. Os holofotes focados nesses itens propiciaram negociações de perfil "ganha-perde", que levaram a impasses. Daí se recorreu a um grupo de 28 países, incluindo os mais vulneráveis. Mas o acordo final somente foi viabilizado com a participação das economias emergentes, entre elas a China e o Brasil. Cabe observar que após a crise financeira de 2008, economias emergentes que incluem a África do Sul e a Índia passaram a ocupar um novo espaço nas negociações internacionais. O encontro de Copenhague não correspondeu ao que se esperava em relação ao desafio climático; mas também não foi o rotundo fracasso que alguns apontaram. Ao apelo das multidões que bradavam a frase "agora ou nunca", chefes de Estado responderam, prudentemente, com o bordão "nem agora nem nunca". A ordem natural das negociações resultou em avanços mínimos e e transferiu as decisões finais para a Cúpula do México, em 2010, com uma reunião intermediária na Alemanha no primeiro semestre. O maior avanço pode-se comprovar no reconhecimento da relevância das florestas tropicais para a segurança climática. As iniciativas de redução das emissões por desmatamento e devastação florestal foram reconhecidas e mencionadas em três dos doze parágrafos do acordo final. Austrália, França, Japão, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos posicionaram-se a favor de uma ajuda imediata estimada em US\$ 3,5 bilhões, num período de três anos, para o combate ao desmatamento, que hoje responde por 20% das emissões de gás de efeito estufa. Nesses entendimentos foi dada prioridade à Bacia Amazônica, África Central e Ásia do Sudeste, e ao princípio de se plantar mais árvores que cortar.

Outro ponto em debate, embora muito polêmico e contraditório, iniciou-se a partir de eventos ocorridos dias antes da COP-15. O editorial da *Folha de São Paulo* (edição 15-02-2010) tratou do assunto, explicando que foi revelada uma série de mensagens de correio eletrônico, que foram capturadas por "hackers" dos computadores da Universidade de East Anglia. Essas mensagens foram trocadas entre vários climatólogos britânicos e norte-

americanos, que sugeriam o uso deliberado de artifícios para reforçar a tese do aquecimento global.

Depois disso, emergiram propostas para a reformulação do IPCC, pois passou a existir um clima de desconfiança com relação a esse órgão global que realiza estudos sobre as mudanças climáticas. “Há várias ideias sobre como restaurar a credibilidade. A medida mais urgente seria desvincular o IPCC, ou o órgão que o venha substituir, da influência direta da ONU e dos governos”. Como o próprio editorial tratou, “cogita-se uma agência com mais autonomia, que teria a incumbência de produzir relatórios mais específicos e frequentes, talvez bienais, sob um regime transparente de revisão por especialistas externos”.

Com relação às principais ações e eventos que tenham aderência com a área ambiental ocorridos aqui no Brasil nos anos 2000, podemos citar vários.

Durante a conferência RIO+10, o Brasil apresentou a “Iniciativa Brasileira de Energia”, que foi um plano em que pretendia comprometer os países signatários a adotarem 10% de energia renovável para a matriz energética do mundo, até o ano de 2010, entretanto não conseguiu levar adiante a ideia.

No campo das catástrofes ambientais, tivemos, em 2003, o rompimento de uma barragem da Cataguazes (indústria de papel em Minas Gerais), que lançou no Rio Pomba cerca de 1,2 bilhão de litros de efluentes contaminados com enxofre, soda cáustica, anilina e hipoclorito de cálcio. Com esse acidente, cerca de 600 mil moradores foram atingidos pela falta de água potável e pela proibição da pesca. (SCHARF, 2004).

Indo para a área regulamentadora, em 2003 também tivemos:

A Constituição Brasileira passa a estabelecer, em seu art. 70, o tratamento diferenciado de produtos e serviços de acordo com seu impacto ambiental. Contudo, o princípio não vem sendo traduzido em normas específicas. Uma campanha de entidades ambientalistas solicita a adoção de instrumentos econômicos para a questão ambiental. (SCHARF, 2004, p. 157).

Já em de 2005, foi criado o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). (CARNIO, 2008).

Os anos 2000 ficam marcados pela posição do Brasil, em âmbito planetário, pela defesa do uso dos biocombustíveis como alternativa, substituindo ou complementando os combustíveis fósseis, grandes emissores de GEE. Vale lembrar que, sem dúvida, o Brasil é o país mais preparado do mundo para a produção de biocombustíveis, contudo essa produção

em grande escala tem sido questionada por vários países e ONGs, em razão de a produção desse biocombustível a partir da cana-de-açúcar ser mais uma agravante do aquecimento global, por causa das queimadas para desmatar ou para colher o produto. Até mesmo o documentário de Al Gore apresenta essa dura realidade que ocorre em terras brasileiras.

Ainda sobre esse assunto, vale reafirmar que as queimadas usadas no desmatamento emitem GEE, e o Brasil manteve, durante os anos de 2000, a prática da derrubada de matas nativas para dar lugar à pecuária e à agricultura. Esse foi o principal problema do país na área ambiental. Isso ocorreu em razão da pressão por novas terras para cultivar cana-de-açúcar para produção do etanol. Nesses anos, também tivemos a crise mundial de alimentos, o que fez a fronteira agrícola deslocar-se, resultando em mais desmatamento. O Brasil está tendo um discurso positivo na área ambiental, porém a prática tem deixado a desejar.

Em linhas gerais, já é apontada para os próximos meses a continuidade do debate ambiental local e global. Cabe lembrar que o Protocolo de Kyoto encerra-se em 2012. É necessário empenhar-se na busca de iniciativas para impulsionar politicamente as negociações internacionais para combate ao aquecimento global. A ideia é chegar à cúpula do México com um compromisso mais substancial, no entanto já se fala em RIO+20 como uma oportunidade para os chefes de Estado e de Governo formularem uma nova linha de ação para reorientar o projeto de desenvolvimento de todo o mundo.

Mudanças serão necessárias, pois a ONU prevê, pela primeira vez na história da humanidade, as cidades com um número maior de pessoas do que o campo. Até 2050, teremos o nascimento de mais 3 bilhões indivíduos, e a tendência mostra é que a maioria venha viver nas cidades. Agora resta saber como será esta cidade. Terá condições dignas de vida? Passaremos dos 7 bilhões de habitantes para 10 bilhões e o planeta continuará sendo único. Diante disso, a grande questão será: o que fazer?

Assim, fica concluída a primeira etapa do referencial teórico, mas o discurso de desenvolvimento sustentável e da educação ambiental está bem aparente no ambientalismo e, diante disso, será abordado em detalhes na etapa seguinte.

CAPÍTULO 2

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DISCURSO OU POSSÍVEL SOLUÇÃO?

O meio ambiente global continua sofrendo. A perda de biodiversidade prossegue, estoques pesqueiros continuam a ser exauridos, a desertificação toma mais e mais terras férteis, os efeitos adversos da mudança do clima já são evidentes e desastres naturais são mais frequentes e mais devastadores; países em desenvolvimento são mais vulneráveis e a poluição do ar, da água e do mar segue privando milhões de pessoas de uma vida digna.

Declaração sobre Desenvolvimento Sustentável

No capítulo anterior, acompanhamos a evolução da crise ambiental, os marcos históricos do ambientalismo, a evolução dos principais pontos da legislação, a normatização e a regulamentação pertinentes à área ambiental.

Este terceiro capítulo é inteiramente dedicado à exposição de uma tese complicada, além de controversa. A assertiva de que o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental sejam a panaceia para todos os problemas ambientais do mundo faz que sejam amplamente utilizados no meio acadêmico, governamental e empresarial, e isso muitas vezes os descaracteriza de sua verdadeira função. O objetivo central deste capítulo é desmitificar esses temas, oferecendo uma abordagem que envolve o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental.

Entender o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental é compreender as várias dimensões das relações que envolvem homem, meio ambiente e formas de produção e consumo. Esse entendimento é imprescindível para a construção deste estudo.

Aqui, procura-se complementar o capítulo anterior, acreditando ser necessário entender o conceito, a gênese, a construção e a evolução histórica, as raízes que desencadearam esse novo paradigma de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é um assunto que vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade moderna, já que a crise ambiental tem tomado conta de uma considerável parcela da mídia e dos debates mundiais. O medo ou as incertezas tornam o desenvolvimento sustentável uma “luz no fim do túnel”, pois vem sendo a única alternativa encontrada até o momento para continuar havendo a produção e o consumo sem comprometer a vida no planeta. Já a educação ambiental vem como uma ferramenta auxiliar, sensibilizando, conscientizando e educando os seres humanos.

Assim, a partir do momento em que os impactos ambientais “batem à nossa porta”, passamos a estar sensíveis a eles e a defender uma forma mais harmônica de lidar com o meio ambiente. Para tanto, as primeiras seções deste capítulo tratam da origem, evolução histórica, conceito, dimensões, imprecisões e contradições do desenvolvimento sustentável; as últimas abordam a educação ambiental, tendo um foco de ligação entre os dois temas.

Sendo este o interesse, buscam-se, algumas reflexões que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável e outras questões que possam nos auxiliar na elaboração deste estudo, como é o caso da educação ambiental, que também é uma temática relevante para ser estudada e entendida.

2.1 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: origem, evolução, conceito, dimensões, imprecisões e contradições

A utilização racional e o lucro é o grande desafio para a sustentabilidade do turismo, em especial para as regiões onde o principal produto turístico vendável é o patrimônio natural, como é o caso da maioria dos atrativos turísticos²⁹ de Bonito.

²⁹ Segundo Beni (2003), citado no relatório da Fundação Cândido Rondon (FCR): “Os atrativos turísticos podem ser classificados em naturais, culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados. [...] o atrativo turístico deve ser utilizado de maneira racional e sustentável, as intervenções realizadas devem estar de acordo com a legislação ambiental e cultural vigentes, conciliando os interesses dos proprietários, turistas e da comunidade local”. (FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON, 2006, p.25). O mesmo relatório traz a visão da EMBRATUR, que tem um entendimento mais simplificado e sucinto de “atrativo turístico” dizendo que: “[...] é todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse para o turismo”.

Atualmente fala-se muito em “desenvolvimento sustentável”, “construções sustentáveis”, “agricultura sustentável” e até mesmo em “cidades sustentáveis”, e como não poderia deixar de ser, em “turismo sustentável”.

Acredita-se que hoje uma parcela dos negócios, para ser comercializada, tem usado um *marketing* de fácil aceitação. Para tanto, usa-se o adjetivo “sustentável”, que, em grande parte dos casos, é mais uma moda, ou seja, uma forma de atingir o consumidor.

O desenvolvimento sustentável tem sido debatido, discutido e utilizado de maneira geral sob as mais diferentes perspectivas e pelos mais variados agentes sociais. Hoje, os debates envolvendo o desenvolvimento sustentável ganharam vulto, estando no espaço acadêmico, nas instituições estatais, na iniciativa privada e até mesmo nos discursos políticos.

Na esteira do pensamento de Machado (2006), consideramos que

[...] há uma imensa gama de entendimentos e posições que variam entre dois extremos: de um lado, aqueles que postulam ser o desenvolvimento sustentável um caminho possível para a instauração de uma nova racionalidade econômica capaz de oferecer respostas adequadas às contradições e mazelas sócio-ambientais geradas pelo capitalismo; de outro, aqueles que acreditam ser a noção um artifício ou uma ideologia que busca mascarar o caráter essencialmente depredador do capitalismo. Mesmo entre os que partilham dessa última posição o esforço por negar a validade do conceito ou das práticas sociais nele ancoradas não deixa de alimentar a busca por precisar seu sentido, conteúdo e propósitos.

Além disso, muitos dos problemas da sociedade contemporânea são consequências da busca desenfreada pelo crescimento econômico na base do “custe o que custar” (em especial dos países desenvolvidos), das altas taxas de lucro das empresas e do padrão de consumo que vem sendo imposto ao mundo.

Mesmo tendo um clima de progresso econômico e tecnológico em partes do mundo, é inegável, entretanto, que esse paradigma de desenvolvimento econômico adotado apresenta fragilidades, em decorrência dos inúmeros problemas que causa, particularmente nas áreas ambiental e social. Tanto é verdade que surgiram movimentos em defesa do meio ambiente, como já foi apresentado no capítulo anterior.

Diante desse cenário, o discurso do desenvolvimento sustentável soou bem para boa parte da população mundial, inclusive nos países subdesenvolvidos, e junto aos ambientalistas dos países desenvolvidos. Mas vejamos o que é e como foi a gênese e a evolução do desenvolvimento sustentável.

2.1.1 A gênese e a evolução do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade

A história do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade tem início a partir da discussão de padrões econômicos que envolvem o crescimento produtivo e populacional, a disponibilidade de recursos, os limites da exploração e o possível colapso ambiental.

Pensando nas causas e consequências da crise ambiental, façamos uma reflexão sobre os seguintes dizeres do texto de Leff (2001, p.15): “A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza”.

A crise ambiental foi a principal responsável por questionar o modelo econômico dominante, pois impulsionou discussões e reflexões a respeito desse paradigma, que até pode ser considerado economicamente viável, já que produz riquezas, mas que se tem mostrado, ao longo da história, ambientalmente degradante, pois vem explorando os recursos naturais de forma insustentável e incontrolável. Além disso, vem-se revelando socialmente injusto por ter sido (e estar sendo) concentrador de riquezas, gerador de mazelas e excludente, já que boa parte da população mundial vive à margem das atividades econômicas. Por fim, é inviável culturalmente por não respeitar as tradições e culturas presentes nas várias regiões do mundo. Até a “olhos nus” esse modelo econômico tem-se mostrado impositivo de novas culturas para as sociedades.

Esse modelo foi sendo constituído ao longo da história. Segundo Ferreira; Viola (1996), a partir de meados da década de 1950, passou a existir a globalização militar, em que se consolidaram os dois superimpérios nucleares (Estados Unidos e União Soviética), que criaram a capacidade de destruição de toda a biosfera com a acumulação das armas nucleares. Nesse momento, as atenções se voltaram, em sua totalidade, para o medo de uma guerra nuclear. A degradação, aliada à dívida ecológica e ao risco de um colapso ambiental no planeta, colocou em xeque a relação homem e meio ambiente, e, na década de 1960, o movimento ambientalista despontou na defesa do planeta e, aos poucos, espalhou-se pelo mundo todo.

A discussão global sobre esse modelo ganhou força na década de 1970 e o debate ficou marcado por posições diversas, entretanto, mesmo comprovando que o modelo econômico dominante adotado é insustentável ou questionável. Acrescente-se que, em face

das pressões do movimento ambientalista e das ONGs para encontrar um novo paradigma que venha a ser uma nova alternativa, tornou-se um desafio.

O que vinha sendo praticado era apenas a defesa do progresso econômico por meio de dados que apresentavam resultados quantitativos, como é o caso do Produto Interno Bruto (PIB), do Produto Nacional Bruto (PNB), da renda *per capita* dos cidadãos, entre outros indicadores. O que se via, no entanto, era a concentração de renda, o aumento da pobreza, a falta de infraestrutura, a fome, entre tantos outros problemas que assolavam uma parcela considerável de pessoas do planeta. Isso passou a ser questionado, já que era produzido pelo modelo econômico predominante.

Aliás, é necessário distinguir crescimento econômico de desenvolvimento econômico, já que a proposta de desenvolvimento sustentável está mais atrelada ao desenvolvimento econômico, em razão de este se referir à elevação da qualidade de vida. O quadro abaixo apresenta as principais diferenças:

QUADRO 2.1 Diferenças básicas entre crescimento e desenvolvimento econômico

CRESCIMENTO ECONÔMICO	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
<ul style="list-style-type: none"> • É uma estratégia de evolução. • Busca um aumento dos três setores da economia. • Parte de uma orientação da produção para o mercado externo. • Aumenta e consolida a divisão internacional do trabalho. • Os resultados são sentidos a médio e longo prazos. 	<ul style="list-style-type: none"> • É uma subestratégia de desenvolvimento. • Busca aumentar a produção dos setores primário e secundário. • Parte de uma orientação da produção para o mercado interno. • Aumenta o princípio de autosuficiência. • Os resultados são sentidos em curto prazo.

Fonte: Extraído de NASCIMENTO (2008, p. 64).

Nascimento (2008) traz a visão de Enrique Rattner, que defende a ideia de que o crescimento econômico por si só não reduz a pobreza, em razão de não haver uma distribuição igualitária da renda auferida no sistema econômico, ou seja, o modelo econômico com base em dados quantitativos.

De acordo com o mesmo autor: “Existe também quem questione o próprio termo desenvolvimento, dizendo que o prefixo ‘des’ significa negação, ou seja, uma negação do ‘envolvimento’. Segundo essa interpretação, deveríamos falar em envolvimento sustentável”. (NASCIMENTO, 2008, p. 64).

Contra-pondo-se a essa visão exploradora e economicista, Moura (2006, p.7) aponta para o progresso técnico como sendo mais uma agravante dessa destruição:

Antigamente, os processos econômicos não tinham uma magnitude tão grande para alterar significativamente os ecossistemas. Por outro lado, verificamos que o aumento da população, com conseqüente crescimento do consumo, além do aperfeiçoamento de tecnologias extrativas, como é o caso, por exemplo, de motosserras na Amazônia (maior rapidez de extração) e novas técnicas de pesca (barcos maiores, uso de sonar para a localização de cardumes) provocam hoje maiores impactos ambientais. Um dos principais problemas atuais refere-se ao consumo excessivo de recursos naturais e seu esgotamento. Estima-se que, atualmente, a humanidade esteja ultrapassando em cerca de 20% a capacidade de suporte dos ecossistemas. Com relação aos recursos não renováveis a ideia é de adiar o seu esgotamento. (MOURA, 2006, p. 7).

Voltando à década de 1970 e acrescentando reflexões ao que já foi explicitado sobre a crise ambiental e as falhas do modelo econômico dominante, Guilherme (2007) lembra, entretanto, dos pontos nevrálgicos que o Clube de Roma apontou em 1972 e que diziam respeito a cinco grandes esferas: apropriação de biomassa, aquecimento global, ruptura da camada de ozônio, degradação do solo e perda da biodiversidade.

Para complementar a caracterização do quadro que permitiu a gênese do desenvolvimento sustentável, Sachs (2002, p.48) aponta a importância das conferências³⁰ e fóruns ambientais mundiais para a concepção de um novo modelo de desenvolvimento:

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, ocorrida em Estocolmo, colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional. Ela foi precedida pelo encontro de Founex, de 1971, implementado pelos organizadores da Conferência de Estocolmo para discutir, pela primeira vez, as dependências entre desenvolvimento e o meio ambiente, e foi seguida de uma série de encontros e relatórios internacionais que culminaram, vinte anos depois, com o encontro da Terra no Rio de Janeiro.

Percebe-se uma clara visão de Sachs com relação às conferências, e é preciso destacar que a pressão da sociedade civil teve (e ainda tem) um importante papel na construção do processo do desenvolvimento sustentável.

³⁰ Scotto (2007, p. 20) traz a informação do chamado ciclo social de conferências da ONU, que “[...] compreende as diferentes conferências internacionais sobre temas sociais (meio ambiente, habitação, gênero, desenvolvimento social entre outros) promovidas pelas Nações Unidas entre os anos 70 e 90. No campo ambiental as principais são: em 1972, em Estocolmo, a Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e em 1977 a Conferência sobre Educação Ambiental de Tibilisi (Ex-URSS); e suas novas edições 20 anos depois: A Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 (a Rio-92) e a Conferência sobre Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável em Tessalônica, em 1997”.

Ao encontro do que foi dito, vem a visão de Hogan e Vieira (1992), para quem a problemática ambiental surgiu como fenômeno político significativo a partir dos preparativos para a Conferência de Estocolmo, já que, até aquele momento, existiam evidências empíricas sobre o problema ambiental, mas estas só ganharam força com a realização da conferência.

Segundo Reis (2005, p. 2):

O primeiro grande passo para esta discussão foi a Conferência de Estocolmo [...] na qual se enfatizou a importância da questão ambiental e a necessidade de reaprender a conviver com o planeta Terra, preservando-o para garantir a continuidade da vida e da história. As preocupações demonstradas nas discussões deixaram nítidas as disparidades entre os países do Norte e os do Sul. Os do Norte, em boa parte denominados desenvolvidos, mostraram grande preocupação com a poluição da água, do ar e do solo, priorizando ações voltadas à restauração de sua qualidade anterior. Os do Sul, na maioria considerados como países em desenvolvimento, mostraram maior preocupação com a gestão racional dos recursos naturais, objetivando o desenvolvimento socioeconômico.

Guilherme (2007, p. 28-29) também apresenta essa discussão entre os países do Norte e do Sul no que toca ao meio ambiente:

Esses problemas ambientais globais situam-se, portanto, num arcabouço de questões ligadas a recursos disponíveis para todo o planeta, ameaçados pelas consequências globais da aplicação de modelos sociopolíticos e econômicos, que irão se evidenciar, com mais clareza, na sua análise e interação nos hemisférios norte e sul. A relação Norte-Sul pode ser vista, principalmente, pela ótica dos agentes responsáveis pelos danos ambientais globais, e pela dos consumidores diferenciados. A responsabilidade dos países industrializados é quase total, excetuando a participação minoritária de alguns países em ações de desmatamento, contribuindo para o efeito estufa, depleção da camada de ozônio e perda de biodiversidade, entre eles China, Índia e Brasil.

Outro ponto que vale ser ressaltado é que a crise ambiental e suas consequências, agrupadas às discussões que vinham surgindo sobre um novo paradigma de desenvolvimento, colocaram um ponto final ao pensamento de Bacon e Descartes os quais reforçaram e ampliaram a ideia de que o homem poderia possuir e dominar a natureza. Esse pensamento prevalecia no final do século XVI e início do XVII.

Diante do clima da crise ambiental, cada vez mais se vislumbra o apelo por um novo modelo de desenvolvimento. Antecedendo, porém, ao conceito e à concepção do desenvolvimento sustentável, surgiu a ideia do “ecodesenvolvimento” apresentado pelo canadense Maurice Strong (que foi o primeiro Diretor-executivo do PNUMA e

posteriormente integrou a Comissão Brundtland) no ano de 1973. Esse conceito teve seus princípios formulados por Ignacy Sachs. “O ecodesenvolvimento buscava superar a polarização do debate, que oscilava entre a defesa do desenvolvimento sem limites e uma visão catastrofista sobre os limites do crescimento”. (SCOTTO, 2007, p.24).

Esse termo foi concebido como uma alternativa de desenvolvimento voltado especialmente para as regiões rurais dos países do Terceiro Mundo que estivessem sensíveis às preocupações ambientais. Ao analisar os princípios básicos do ecodesenvolvimento nota-se, no entanto, um conjunto mais amplo de intenções: havia uma ideia de valorização do *know-how* já existente, mas aplicando formas racionais no uso dos ecossistemas locais. Dessa forma, o ecodesenvolvimento teria, como premissa básica, um modelo baseado em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

De forma sintetizada, os princípios básicos do ecodesenvolvimento formulado por Sachs podem ser entendidos como:

[...] a satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população evoluída; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Essa teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável. (OLIVEIRA, 2007, p. 19-20).

Assim, importa contextualizar o conceito de ecodesenvolvimento no período histórico em que foi formulado e lembrar que:

No início dos anos 70, duas correntes diametralmente opostas se confrontavam. Os defensores do crescimento a qualquer preço percebiam o meio ambiente como sendo mero capricho de burgueses ociosos, ou então como mais um obstáculo colocado ao avanço dos países do Hemisfério Sul em processo de industrialização. Segundo eles, haveria tempo de sobra para nos ocuparmos do meio ambiente, a partir do momento em que os países periféricos atingissem os níveis de renda per capita dos países de Centro. A esquerda e a direita compraziavam-se, além disso, em cultivar um otimismo epistemológico a toda prova, baseado no pressuposto de que a humanidade encontraria sempre as inovações técnicas necessárias para prosseguir em sua marcha ininterrupta rumo ao progresso material. No outro extremo, os catastrofistas que anunciavam o apocalipse para o dia seguinte dividiam-se em duas facções: por um lado, aqueles que apregoavam o fim iminente em consequência do esgotamento dos recursos naturais; e, por outro lado, aqueles que anteviam a chegada da catástrofe em consequência da poluição excessiva. Para se evitar o pior, seria necessário conter o crescimento econômico ou, pelo menos, o crescimento do consumo de bens materiais. Aparentemente, não lhes ocorria a ideia de que a exploração social

pudesse preceder a irrupção da catástrofe ecológica. (SACHS, 1986 apud SCOTTO, 2007, p.24-25).

No fundo, essa ideia de ecodesenvolvimento só pôde surgir em razão de o modelo de desenvolvimento dominante estar passando por uma crise, em especial nas áreas ambiental e social, ou seja, a pressão e o desequilíbrio sobre o ecossistema e a degradação social.

Disso se pode entender que havia um ambiente favorável à concepção de algo novo, que parecia ser mais sensato para a exploração do meio ambiente para o momento que o mundo vinha atravessando.

De certa forma, vale atentar para os seguintes pontos apresentados por Oliveira (2007): “[...] segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação”. Aqui, destacamos que haveria a necessidade da participação do setor público na construção de políticas públicas que pudessem auxiliar na viabilização desses pontos. O ecodesenvolvimento só ocorreria mediante um esforço coletivo.

Diante desse quadro, o ecodesenvolvimento surgiu para ser o “meio termo”, ou o que Sachs chama “o caminho do meio” entre as duas correntes, ou seja, não ir ao encontro do “ecologismo absoluto” (*the cornucopians*) e nem mesmo concordar com a visão do “economiscismo arrogante” (*doomsayers*). Nesse caso, essa nova alternativa buscou privilegiar o desenvolvimento em harmonia com a natureza e a justiça social. Diante disso, o conceito de ecodesenvolvimento passou a ser entendido como:

Um processo criativo de transformação do meio com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconsiderado dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. As estratégias do ecodesenvolvimento serão múltiplas e só poderão ser concebidas a partir de um espaço endógeno das populações consideradas. Promover o ecodesenvolvimento é, no essencial ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que suas necessidades e os recursos potenciais para conceber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica (SACHS, 1986 apud SCOTTO, 2007, p. 25-26).

A expressão “ecodesenvolvimento” teve vida curta, pois foi substituída por “desenvolvimento sustentável”.

Sampaio (2004, p.19) aponta que:

O desenvolvimento sustentável surgiu de uma consciência planetária das ameaças embutidas no projeto da civilização industrial-tecnológica – explosão demográfica e pobreza, industrialização poluente e uso predatório de recursos naturais – no início da década de 70. [...] Desde então, a complexa teia de inter-relações homem meio ambiente encontra-se em rápida disseminação em todo o mundo.

Na bibliografia sobre desenvolvimento sustentável, isso que é apresentado por Sampaio não é novidade, porém tivemos outros fatores e eventos que contribuíram para o surgimento e consolidação dos debates que envolvem o desenvolvimento sustentável.

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, organizada pelo PNUMA, foi um deles. Nela, foi divulgada a Declaração de Coyococ (México), que teve uma importante contribuição para o histórico do conceito de desenvolvimento sustentável, pois houve uma reconceituação do termo “ecodesenvolvimento”.

No ano de 1974, tivemos a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento, também organizada pelo PNUMA, em que foi divulgada a Declaração de Coyococ (México). Essa declaração está ligada à tese de que a pobreza e a explosão demográfica geram a destruição ambiental, em especial na África, Ásia e América Latina. A declaração também contemplou a tese de que os países desenvolvidos colaboram com a degradação pelo nível exagerado de consumo. Essa afirmação é confirmada por Camargo (2003, p. 51):

A declaração afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais. Ressaltava que os países industrializados contribuíam para o agravamento dos problemas ambientais como altos índices de consumo que não existia somente um mínimo de recursos necessários para o bem-estar do indivíduo, mas também um máximo.

No final do ano de 1975, durante a 7ª Conferência Extraordinária das Nações Unidas, a ideia de uma nova forma de desenvolvimento volta à tona com a apresentação do Relatório Dag-Hammarskjöld (também chamado de relatório *Que Faire*), que foi um aprofundamento das posições obtidas em Cocoyok. Esse evento reuniu pesquisadores e políticos de 48 países. O que merece destaque e vem ao encontro de nosso estudo é que tanto a Declaração de Cocoyok quanto o Relatório Dag-Hammarskjöld cobram mudanças, já que boa parte da população mundial tem sido prejudicada com o modelo de desenvolvimento dominante. Esses

dois documentos puderam reatualizar os princípios do ecodesenvolvimento criados por Sachs, conforme destaca Brüseke (1994):

As posições de Cocoyok foram aprofundadas no relatório final de um projeto da Fundação Dag-Hammarskjöld com participação de pesquisadores e políticos de 48 países. O UNEP e mais treze organizações da ONU contribuíram. Este relatório aponta, e ultrapassa outros documentos até então, para a problemática do abuso de poder e sua interligação com a degradação ecológica. Assim, ele mostra que o sistema colonial concentrou os solos mais aptos para a agricultura na mão de uma minoria social e dos colonizadores europeus. Grandes massas da população original foram expulsas e marginalizadas, sendo forçadas a usar solos menos apropriados. Isso levou na África do Sul, no Marrocos e em inúmeros outros lugares à devastação de paisagens inteiras. O Relatório Dag-Hammarskjöld divide com a Declaração de Cocoyok o otimismo que se baseia na confiança de um desenvolvimento a partir da mobilização das próprias forças (*self-reliance*). O radicalismo dos dois documentos expressa-se na exigência de mudanças nas estruturas de propriedade no campo, esboçando o controle dos produtores sobre os meios de produção. Os dois relatórios dividem também o fato da sua rejeição ou omissão pelos governos dos países industrializados e dos cientistas e políticos conservadores. O fracasso de várias experiências com modelos de desenvolvimento à base da *self-reliance*, como na Tanzânia ou, de forma dramática, no Camboja e a crescente relativização da experiência chinesa fortaleceram ainda mais esta reação.

Seguindo a evolução pela busca de um novo modelo de desenvolvimento mais harmonioso com as áreas ambiental e social, surgiu o “desenvolvimento sustentável” que foi um enriquecimento da ideia do “ecodesenvolvimento”.

De acordo com Seiffert (2007), o conceito de desenvolvimento sustentável apareceu pela primeira vez no documento formulado em 1980 durante a I Estratégia Mundial para a Conservação (IUCN – sigla original em inglês), ou seja, após sete anos do lançamento da ideia de “ecodesenvolvimento” apresentada por Maurice Strong. Nobre e Amazonas (2002, p. 38) apontam, no entanto, que “[...] não se sabe ao certo quem primeiro utilizou a expressão ‘desenvolvimento sustentável’”.

Brügger (2004, p. 28) reflete sobre essa primeira definição de desenvolvimento sustentável: “[...] para ser sustentável, o desenvolvimento precisa levar em conta fatores sociais e ecológicos, assim como econômicos; as bases dos recursos vivos e não-vivos; as vantagens de ações alternativas, a longo e curto prazos”.

Seguindo no caminho da construção do desenvolvimento sustentável, no ano de 1982 os países do Terceiro Mundo, na sessão especial do PNUMA, que visava a um debate em torno da problemática ambiental e do desenvolvimento, decidiram que, em vez de aceitarem a perspectiva do “crescimento zero” de *Limits to growth*, que visava à preservação ambiental,

optaram pela busca de um conceito diferente de desenvolvimento que a priorizasse. Diante dessa perspectiva, propuseram, para a Assembleia Geral da ONU, o estabelecimento da CMMAD.

Nessa perspectiva (como já apresentamos nas seções anteriores deste capítulo), no ano de 1983 foi formada, pela ONU, a CMMAD, tendo como presidente a ex-primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. O objetivo principal era analisar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e elaborar propostas que tivessem como meta principal contribuir com a área ambiental. (SEIFFERT, 2007). Na realidade, o objetivo central era propor estratégias ambientais de longo prazo para se obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano de 2000.

Rios e Irigaray (2005) apresentam uma visão complementar, afirmando que essa comissão era independente, tendo como objetivo central tratar de “uma agenda global para mudança”. Esse foi o terceiro apelo à ação política internacional, já que os dois primeiros foram a Comissão Brant (questões norte-sul – Programa para a Sobrevivência e Crise Comum) e a Comissão Palme (questões do desarmamento).

O conceito de desenvolvimento sustentável alçou voos mais altos, materializando-se em 1987 com a publicação do “Relatório Brundtland”, também intitulado “Nosso futuro comum” (original em inglês *Our common future*).

Esse relatório apontava que a desigualdade entre os países e a pobreza eram uma das principais causas dos problemas ambientais. Isso mostra a necessidade de resolver os problemas relacionados à pobreza endêmica, que, segundo esse documento, tinha forte ligação com os problemas ambientais. Um ponto nevrálgico do relatório é que não apresenta críticas à sociedade industrial, como vinha sendo feito nos documentos anteriores. Aliás, nem mesmo a crescente demanda que vinha ocorrendo, tanto dos países industrializados como dos chamados, à época, de subdesenvolvidos, foi tocada como ponto que merecesse atenção, já que os recursos naturais estavam sendo intensamente explorados para atender a esse aumento de demanda. Cabe citar, entretanto, que o relatório foi muito bem aceito pela comunidade internacional, especialmente pelos países do Norte. Esse documento buscou manter-se numa posição amplamente diplomática. No relatório, os países do Norte são os desenvolvidos; os do Sul, os subdesenvolvidos.

Nesse contexto, a expressão “foi muito bem aceito” é explicada por Rist (1997), que destaca o Relatório Brundtland como tendo pontos contraditórios, já que uma das ideias

centrais da degradação ambiental vai de encontro ao modo de vida dos ricos, ou seja, o elevado nível de consumo é responsável pela degradação. No relatório não se apresentou, no entanto, a necessidade de mudanças no nível de consumo, ou melhor, a necessidade de diminuição do consumo nos países do Norte, mas sim a aplicação do desenvolvimento sustentável em áreas estratégicas dos países do Sul, afirmando, assim, que seria fundamental para o equilíbrio do planeta. Para complementar, o relatório assegura que os países do Sul devem manter os modelos tradicionais de produção, que, de certa forma, são empecilhos para o desenvolvimento, pois, se comparados com os modelos dos países do Norte, são atrasados e, em parte, responsáveis pela desigualdade e a pobreza. Então, vejamos: se o documento aponta que a diferença entre os países e a pobreza são causas da degradação ambiental, como manter os modelos tradicionais de produção se são atrasados e contribuem para ampliar o fosso econômico que existe entre os países do Norte e do Sul? Esse ponto contraditório vai na contramão do que o relatório apontou, mas o que chama a atenção é que, em nenhum momento, sugere uma reflexão sobre o elevado nível de consumo que vinha ocorrendo nos países do Norte.

Ainda com relação à expressão “[...] foi bem aceito”, Nobre (2002) afirma que o desenvolvimento sustentável, por ter contradições, fraquezas e imprecisões, passou a ser bem aceito e, no final desta seção, vamos detalhar melhor esse ponto. Viola e Leis (1992) destacam que o desenvolvimento sustentável passou a ocupar uma posição central na discussão do ambientalismo a partir dessa publicação.

Essa posição centralizada que o desenvolvimento sustentável passou a ocupar em parte se explica pela busca de um novo paradigma de desenvolvimento que se fazia necessário, entretanto o desenvolvimento sustentável também vem ao encontro dos interesses dos países do Norte por não pregar a desaceleração da produção e do consumo.

O Relatório Brundtland foi o documento preparatório para a RIO-92 e apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável, que pôde ser apropriado rapidamente (e, diga-se de passagem, muito bem apropriado) pela ordem neoliberal. A partir daí, ser “sustentável” tornou-se um fator diferencial no produto ou no serviço. O desenvolvimento sustentável tornou-se um conceito obrigatório nos debates ambientalistas, científicos, acadêmicos e até mesmo políticos³¹. Atualmente, o discurso sobre ser “sustentável” vem sendo, todavia, desacompanhado da real concepção, ideia e prática.

³¹ Em se tratando do campo político, Silva Júnior (2007, p.130) lembra que “a partir da Constituição da República Federativa do Brasil, o conceito do desenvolvimento sustentável ganha força, de acordo com a

O conceito de desenvolvimento sustentável mais usual e aceito foi cunhado no Relatório Brundtland, que trouxe o seguinte: “[...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. (CMMAD, 1991).

Dentro desse contexto do desenvolvimento sustentável, Moura (2006) recorreu ao Dicionário Aurélio para trazer à vista o significado do termo “sustentar”, sinônimo de ‘conservar’ e ‘manter’, que, no caso ambiental, corresponderia à busca pelo prolongamento do uso produtivo dos recursos naturais. Lembra ainda que o crescimento econômico dentro da visão do desenvolvimento sustentável só poderá ocorrer se mantiver “[...] indefinidamente a disponibilidade de um determinado recurso, usado por esta geração e pelas gerações futuras, considerando-se principalmente o valor de uso e o valor de opção [...]”. (MOURA, 2006, p. 7).

Assim,

Sustentar envolve a ideia de manutenção dos estoques da natureza, ou a garantia de sua reposição por processos naturais ou artificiais, ou seja, precisa-se olhar com cuidado a capacidade regenerativa da natureza, chamada pelos economistas de “capacidade de suporte” dos ecossistemas. (MOURA, 2006, p. 7).

Ainda fazendo referência à palavra “sustentabilidade”, Siche *et al.* (2007, p.140) apontam que “[...] é usada freqüentemente em muitas combinações diferentes: desenvolvimento sustentável; crescimento sustentável; comunidade sustentável; indústria sustentável; economia sustentável; agricultura sustentável; etc”.

Assim como Moura (2006), Siche *et al.* (2007, p.140) recorrem ao significado da palavra “sustentabilidade” que, segundo eles, vem do latim *‘sustentare’* e significa ‘suportar’, ‘sustentar’, ‘manter’, ‘resistir’ e ‘conservar’ em bom estado. Diante disso, “sustentável” seria *tudo aquilo que é capaz de ser suportado, mantido.*

Já Viola e Leis (1992) apresentam as bases consensuais do desenvolvimento sustentável, considerando que o ideal é harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental e, para isso, utilizam-se do próprio relatório Brundtland:

previsão contida no *caput* do art. 225, ao ‘prever que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações’. No § 1º, inciso VI, do artigo citado existe a previsão de determinar ao Poder Público a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.”

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém sobretudo dois conceitos-chave: 1 – o conceito “necessidades” sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; 2 – a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras [...]. Em seu sentido mais amplo, a estratégia do desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. No contexto específico das crises de desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80 – que as atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais ainda não conseguiram e talvez não consigam superar –, a busca do desenvolvimento sustentável: * um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório; * um sistema econômico capaz de gerar excedentes e *know-how* técnico em bases confiáveis e constantes; * um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado; * um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento; * um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções; * um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; * um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se. (BRUNDTLAND, 1988 apud VIOLA e LEIS, 1992, p.78).

Vale citar que o termo “harmonizar” aparece em vários textos que tratam do tema desenvolvimento sustentável. Ainda os mesmos autores afirmam que há uma disputa teórica e política em torno dessas bases consensuais, e os atores envolvidos na possível construção do desenvolvimento sustentável concentram-se mais nos fins ou objetivos do que nos meios ou procedimentos. Dessa forma, há vários dilemas que rodeiam a construção do processo de desenvolvimento sustentável e que passaram a ser entraves, conforme discutiremos adiante nesta seção.

Braun (2005) aponta para um prisma relevante do desenvolvimento sustentável, afirmando que vem instituir um processo contínuo de conscientização e crescimento no interior de cada ser. Para que isso ocorra, tem que haver, no entanto, uma reflexão sobre o desenvolvimento do mundo exterior, e esse deve ser mais equilibrado. Diante disso, poderíamos pensar no desenvolvimento sustentável como uma forma de equilíbrio individual em prol da coletividade e da defesa de um mundo melhor.

Também temos que destacar que Sachs, quando concebeu o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável, conseguiu incluir o caráter qualitativo em algo que estava voltado apenas para o quantitativo, oferecendo, assim, a possibilidade de a humanidade redefinir a forma de viver, de consumir e de explorar a natureza e o próprio ser humano, tanto na atual geração quanto – e essencialmente – para as futuras gerações.

Só para citar, na bibliografia sobre desenvolvimento sustentável encontramos outras formas de definição como: “[...] equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social.” (VARGAS, 2002, p. 229).

Nesse conceito de Vargas, ao invés de tratar da harmonia entre as áreas, ela trata do equilíbrio que, de certa forma, passa a ter o mesmo efeito, entretanto, mesmo diante de tantos debates apontando a necessidade de proteger o meio ambiente, a década de 1990 foi caracterizada pela hegemonia do modelo de desenvolvimento dominante, que continuou priorizando apenas o progresso econômico, agora com uma agravante a mais. Com a queda do Império Socialista, o capitalismo exploratório com base no modelo ocidental de consumo e produção passa a espriar-se, lançando seus tentáculos pelo planeta, já que o mundo deixou de ser bipolar. Apenas para exemplificar essa empreitada planetária do capitalismo, a recente inserção da China no mercado mundial de forma não planejada tem degradado o meio ambiente de forma acentuada:

O prevailecimento do capitalismo sobre a alternativa socialista evoluiu no sentido da constituição de uma rede econômica internacional, com o suporte tecnológico da revolução da informática, possibilitando um fluxo crescentemente veloz de informações, capaz de criar condições para que se executem operações financeiras à distância, configurando uma conjuntura de atividades econômicas gradualmente exercidas no campo da virtualidade. Devido ao consenso em torno do modo de produção dominante, e, ao menos aparentemente, triunfante, o tempo presente se caracteriza por um imaginário e espaço social concreto nos quais avançam os elementos e mecanismos da lógica de mercado. (GUERRA, 2007, p.15).

Essa lógica capitalista baseada na lógica da racionalidade econômica neoliberal fez emergir ainda mais a ideia da sustentabilidade, ao menos a necessidade de discussão, em âmbito mundial, diante dessa crise de esgotamento dos recursos naturais.

Em face disso, a evolução do desenvolvimento sustentável deu-se na RIO-92, em que representantes de 172 países reuniram-se para a realização da CNUMAD. O objetivo central dessa conferência era buscar o equilíbrio entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais para as gerações atuais e futuras. Para isso, era necessário um pacto entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tendo como principais atores os governos e a sociedade civil organizada.

Com relação à RIO-92 e ao desenvolvimento sustentável, vale destacar que, dentre os vários compromissos assumidos, tivemos a Agenda 21, um documento que visa promover, em

âmbito planetário, um novo modelo de desenvolvimento que concilie a proteção ao meio ambiente, a eficiência econômica e a justiça social, focando as gerações atuais e futuras. Esse documento deveria ser desenvolvido nas esferas de governo local, depois nacional, para, assim, atingir a esfera planetária. Esse documento é uma espécie de guia prático para o desenvolvimento sustentável.

Sobre a Agenda 21, Camargo (2003, p. 52-53) destaca que:

Dois anos antes da realização da Rio-92 começou a ser preparado um documento por governos, organizações não-governamentais e especialistas, que pudesse ser assinado pelos países que estariam presentes à conferência. Esse documento foi denominado Agenda 21. [...] a Agenda 21 é um programa de 600 bilhões de dólares para o desenvolvimento e o meio ambiente da Terra, um pacto entre os três setores: o governamental, o produtivo e o civil organizado. [...] é uma espécie de manual para orientar as nações e suas comunidades nos seus processos de transição para uma nova concepção de sociedade. Ela não é um tratado ou convenção capaz de impor vínculos obrigatórios aos estados signatários. Na realidade, é um plano de intenções não-mandatário, cuja implementação depende da vontade política dos governantes e da mobilização da sociedade. [...] tem o mérito de ser a célula inicial de uma revolução a ser implementada pela sociedade mundial.

Pereira (2005, p.26) apresenta informações contidos na Agenda 21 com relação ao setor empresarial:

[...] a Agenda 21, documento emitido pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. Ela constrói suas premissas a partir do reconhecimento da necessidade de uma abordagem equilibrada das questões relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Dentro das definições da Agenda 21, entre os grupos de interesse mais importantes para as questões por ela tratada está o setor empresarial, considerado uma das forças impulsoras das inovações, aumentando a eficiência do mercado e respondendo a desafios e oportunidades. Por esse motivo, os empresários desempenham papel relevante na utilização mais eficiente dos recursos, redução dos riscos e perigos, minimização dos resíduos, preservação da qualidade do meio ambiente e inclusão social da mulher e de grupos geralmente excluídos do mercado de trabalho. Segundo a Agenda 21, a busca do desenvolvimento sustentável requer das empresas uma postura de respeito às questões sociais e ambientais. Elas devem buscar adotar tecnologias mais limpas no processo de fabricação e incorporar o conceito de desenvolvimento sustentável desde a etapa inicial do projeto do produto. Devem também selecionar fornecedores e clientes, utilizando critérios éticos e de respeito aos conceitos preconizados por normas e diretrizes internacionais.

Conciliando a ideia do desenvolvimento sustentável com o apoio da Agenda 21, Reis (2005) enfatiza a importância das políticas locais, reforçando o pensamento ecológico do

“agir localmente, pensando globalmente”. Como já ficou explícito, a Agenda 21 pode ser uma importante ferramenta para a preservação ambiental.

Apenas a título de exemplificação, a Agenda 21 nos traz a seguinte frase: “A humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de uma forma sustentável, entretanto é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades”.

Outro documento que trata do desenvolvimento sustentável é a Carta da Terra (em seu Princípio 8). A fim de promover o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida para todos os povos, os Estados deverão reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e adotar medidas demográficas apropriadas:

8- Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover o intercâmbio aberto e aplicação ampla do conhecimento adquirido. a) Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento. b) Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuem para a proteção ambiental e o bem-estar humano. c) Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, permaneçam disponíveis ao domínio público. (Sítio eletrônico da Carta de Terra)³².

A ONU teve um papel coordenador fundamental para a realização dos vários acordos ambientais que ocorreram nos fóruns de discussão que visavam a reverter “[...] o modelo economicista adotado para o desenvolvimento e de conter o encaminhamento para a exaustão dos recursos naturais”. (REIS, 2005, p. 3).

2.1.2 Dimensões do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade

Como o tema é polêmico, faz-se necessário buscar, na bibliografia, textos que nos auxiliam, porém, se refletirmos sobre a necessidade de busca de um ponto de equilíbrio entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais, o desenvolvimento sustentável se

³² Informações obtidas no sítio eletrônico da Carta da Terra. <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html> Acesso: 10 fev 2009.

apresenta, já que, desde a sua concepção inicial, possuía cinco dimensões de sustentabilidade que parecem ser uma parte considerável dos problemas existentes.

QUADRO 2.2 As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável

DIMENSÃO	COMPONENTES	OBJETIVOS
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada (a melhor condição de vida: a maior qualificação profissional). - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais 	Redução das desigualdades sociais
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo). - Manejo eficiente dos recursos. - Absorção, pela empresa, dos custos ambientais. - Endogeneização: contar com suas próprias forças. 	Aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa
SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> - Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas. - Prudência no uso de recursos naturais não renováveis. - Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis. - Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia. - Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos. - Cuidados ambientais. 	Melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações
SUSTENTABILIDADE ESPACIAL/GEOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"> - Desconcentração espacial (de atividades; de população). - Desconcentração/democratização do poder local e regional. - Relação cidade/campo equilibrada (benefícios centrípetos). 	Evitar excesso de aglomerações
SUSTENTABILIDADE CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> - Soluções adaptadas a cada ecossistema. - Respeito à formação cultural comunitária. 	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo

Fonte: Sachs citado por Montibeller Filho (2004, p.51).

Assim, as cinco dimensões podem estar resumidas da seguinte forma: a sustentabilidade social está ligada diretamente com a melhoria na distribuição de renda e a redução das diferenças sociais. A sustentabilidade econômica tem vínculo direto com o fluxo constante dos investimentos públicos e privados, levando em conta a administração correta dos recursos naturais. Já a sustentabilidade ecológica procura o uso efetivo dos recursos

existentes nos vários ecossistemas, mas prioriza a mínima deterioração ambiental. A sustentabilidade espacial/geográfica está ligada a uma espacialização cidade/campo mais equilibrada. Por fim, a sustentabilidade cultural busca a prática de mudanças em conformidade com a continuidade da cultura vigente.

Já Oliveira (2009), com base em Sachs (1993), sintetiza as cinco dimensões da seguinte maneira:

a) Sustentabilidade social – consiste na consolidação de um processo de desenvolvimento cuja base principal é a redução substancial da desigualdade social, considerando o “desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não-materiais” [...]. b) Sustentabilidade econômica – definida como uma “alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado” Neste caso, a eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade microempresarial. c) Sustentabilidade ecológica – compreende o uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas levando-se em consideração a mínima deterioração, preservando as fontes de recursos energéticos e naturais. d) Sustentabilidade espacial/geográfica – pressupõe fomentar a desconcentração geográfica das populações, distribuindo-as mais uniformemente, de modo a obter melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, propondo, para tanto, uma relação de equilíbrio entre cidade/campo. e) Sustentabilidade cultural – no sentido de traduzir o “conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local. (OLIVEIRA, 2009, p. 36).

Essas dimensões vêm para provar o que é dito por Bellen (2005) e citado no texto de Andrade (2007, p. 38), que explica:

O termo desenvolvimento sustentável é claramente um conceito carregado de valores, e existe uma forte relação entre os princípios, a ética, as crenças e os valores que fundamentam uma sociedade ou comunidade e sua concepção e sustentabilidade. (ANDRADE, 2007, p. 38).

No ano de 2002, Sachs acrescentou mais quatro dimensões:

[...] ambiental, territorial (em lugar da geográfica), política nacional e política internacional. A sustentabilidade ambiental permitiria que ecossistemas naturais realizassem autodepuração. A territorial visa à eliminação de disparidades inter-regionais, a destinação igualitária de investimentos públicos e a conservação da biodiversidade pelo eco-desenvolvimento. A sustentabilidade no âmbito das políticas nacionais passaria por um nível razoável de coesão social, democrática e capacidade institucional do Estado em implantar um projeto nacional. Em relação às políticas internacionais, a sustentabilidade passaria pela garantia de paz assegurada pelo fortalecimento da ONU, controle do sistema financeiro internacional, verdadeira cooperação científica e diminuição das disparidades sociais entre os hemisférios norte-sul. (SACHS, 2002 apud SICHE, 2007, p.140).

Em linhas gerais, há respaldo no texto de Mariani (2007, p. 212), que ressalta:

Desenvolvimento sustentável deve, portanto, significar desenvolvimento social e econômico estável e equilibrado, com mecanismos de distribuição de riquezas geradas e com capacidade de considerar a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempo próprias e específicas dos elementos naturais. Significa, ainda, gerar riquezas utilizando os recursos naturais de modo sustentável e respeitar a capacidade de recuperação e recomposição desses recursos, criando mecanismos que permitam o acesso a esses recursos por toda a sociedade. Viabilizar esse conceito na prática implica mudança de comportamento pessoal e social, além de transformações nos processos de produção e de consumo. Para tanto, faz-se necessário o desencadeamento de um processo de discussão e comprometimento de toda a sociedade. Essas características tornam, ainda hoje, o desenvolvimento sustentável um processo a ser implementado.

Porém é necessário entender as imprecisões e contradições do DS e é justamente isso que será tratado na próxima seção da tese.

2.1.3 Imprecisões e contradições do desenvolvimento sustentável

Apesar de o desenvolvimento sustentável parecer algo tão inovador e até mesmo em alguns momentos a “tábua da salvação”, a panaceia para os problemas relacionados com a lógica liberal – cada nação, empresa e até mesmo indivíduo persegue egoisticamente seus desejos e interesses rumo ao crescimento econômico e a catástrofe ambiental –, o desenvolvimento sustentável possui algumas imprecisões e contradições. Há autores que aplicam outros rótulos para essas imprecisões, como entraves, indefinições, distorções, pontos fracos, falhas e até mesmo dilemas, mas, seja qual for a palavra, o importante é saber que o desenvolvimento sustentável está distante de ser algo perfeito.

A primeira imprecisão que podemos destacar sobre o desenvolvimento sustentável diz respeito justamente ao seu conceito. A partir do início dos anos de 1990, este foi amplamente difundido, porém pouco praticado. Hoje, o conceito (e até mesmo a expressão “desenvolvimento sustentável”) tornou-se um potencial agregador de valor aos produtos, processos e serviços. Tem sido utilizado como uma forma de *marketing* de empresas e negócios, tanto nas esferas privada ou pública, locais, regionais, nacionais, quanto em âmbito internacional e até mesmo global. Complementando esse ponto fraco do desenvolvimento

sustentável, destacamos que cada um que o utiliza tem como intuito atender aos interesses próprios. Assim, por se tratar de um conceito complexo e amplo, é impossível controlar ou mesmo restringir seu uso; pelo contrário, este se vem popularizando, embora nem sempre da melhor forma possível.

Analisando o conceito de desenvolvimento sustentável parece óbvio, fácil, lógico e claro, e isso é que o torna aceitável por todos, entretanto, no momento de aplicá-lo, essa clareza e lógica se perdem, tornando-o complexo, por conter controvérsias e interesses antagônicos, que, na teoria, ficam escondidos, mas na prática passam a receber destaque.

Vale lembrar que o conceito de desenvolvimento sustentável é relativamente recente e ainda se encontra em processo de construção, já que, com o passar dos anos, pode ser mudado ou mesmo adaptado para uma nova realidade o que acaba criando dificuldades de fixação e uso correto.

Quando buscamos na bibliografia específica sobre o tema outras contradições acabam surgindo. A primeira que consideramos relevante e que nos leva à reflexão diz respeito à capacidade de carga ou suporte³³ do planeta para atender as gerações presentes e futuras, mas que também atenda suas necessidades e aspirações. Refletindo sobre isso, vale questionar: que capacidade de suporte o planeta teria? A resposta para esse questionamento é muito complexa, ou imprecisa, entretanto tem uma ligação direta com o desenvolvimento sustentável.

Outra indefinição diz respeito ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Quando refletimos sobre o trecho do conceito que diz: “[...] atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”, logo vem o seguinte questionamento: quais são as necessidades reais das gerações presentes e das gerações futuras?

Sabemos que o ser humano cria novas necessidades a cada dia, voltadas para o campo social, cultural e econômico, mas que são inerentes aos próprios seres humanos. Dessa forma, segue outro questionamento: como avaliar ou balizar as reais necessidades dos seres humanos que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta? Isso vem mostrar a fragilidade do conceito se analisado por esse prisma. Até as ciências econômicas mostram que os recursos são escassos e as necessidades ilimitadas, pois, se não fosse dessa forma, não teríamos

³³ Número máximo de indivíduos de uma espécie que o *habitat* tem capacidade de suportar.

capitalismo e nem economia, já que os recursos estariam disponíveis para todos e, por sua vez, as necessidades serem atendidas.

A complexidade existente nas estratégias de desenvolvimento dificulta o estabelecimento de critérios de sustentabilidade para as múltiplas atividades econômicas nos múltiplos setores que existem na sociedade moderna.

Outro ponto fraco do desenvolvimento sustentável que a autora destaca em seu texto é exemplificado pelo seguinte questionamento: “quanto tempo alguma coisa deve existir até que possa se considerada sustentável?” Essa é mais uma variável que tem ligação direta com o desenvolvimento sustentável, contudo não apresenta uma resposta contundente.

Uma das contradições do desenvolvimento sustentável diz respeito às imprecisões que existem na noção de desenvolvimento sustentável, lembrando que o desenvolvimento sustentável teve uma aceitação universal justamente por possuir fraquezas, imprecisões e contradições:

[...] conseguiu reunir sob si posições teóricas e políticas contraditórias e até mesmo opostas. [...] Isto só foi possível exatamente porque a noção de desenvolvimento sustentável não nasceu definida: a sua definição e o seu sentido são decididos no debate teórico e na luta política. [...] a força do desenvolvimento sustentável está em delimitar um campo bastante amplo em que se deve dar a luta política e teórica sobre o sentido que deve ter o meio ambiente no mundo em que vivemos (NOBRE; AMAZONAS, 2002, p. 8).

Realmente a história da gênese do desenvolvimento sustentável aponta para uma aceitação universal do conceito, da noção, até mesmo em razão de suas fraquezas, imprecisões e contradições, pois, como seria possível haver uma modelo de desenvolvimento que aliasse os interesses antagônicos da preservação ambiental, da integridade e inclusão social, como o da exploração e produção de riquezas?

Destacamos que essa ideia de que todos os atores envolvidos teriam seus interesses e ideais atendidos pode ser considerado algo utópico, entretanto o conceito e a noção de desenvolvimento sustentável, por possuírem imprecisões, contradições e uma amplitude considerável, não deixam isso transparecer.

A outra posição assumida pelos autores citados vem ao encontro do que já foi dito no início desta seção: o desenvolvimento sustentável é um processo em construção inserido na

arena política, de modo que está sujeito a mudanças de acordo com as forças que envolvem a sociedade.

Moura (2008), utilizando-se do texto de Fisher (2005), reflete sobre a dificuldade de entender com clareza a ideia central do desenvolvimento sustentável.

Como meta social [...] a sustentabilidade está carregada de questões não-resolvidas. Sustentável em que nível de apropriação humana: residências individuais, vilas locais, cidades principais, nações inteiras, economias globais? Sustentável para quem: todos os humanos que virão a viver, todos os seres vivos no momento, todos os seres vivos que virão a viver? Sustentável para que condições: para o capitalismo transnacional contemporâneo, para caçadores e coletores neolíticos, para algum império global espacial? Desenvolvimento sustentável para quê: renda pessoal, complexidade social, produto interno bruto, frugalidade material, consumo individual, biodiversidade ecológica?

Nesse contexto, Rodrigues (1997, p. 57) lembra que “[...] a sustentabilidade não pode ser pensada numa única atividade dada a inter-relação que existe entre todas as atividades econômicas”.

Mesmo diante de várias imperfeições, indefinições, entraves, limitações e questionamentos que envolvem a efetividade ou não do desenvolvimento sustentável, há de se convir que esse paradigma tornou-se um marco importante nos campos político, social, econômico, ambiental e cultural, vindo a tornar-se um contraponto ao “crescimento quantitativo” e balizando a busca pelo “crescimento quantitativo”, pelo crescimento durável, entre outros.

A celeuma pelo desenvolvimento sustentável tem vindo não somente ao encontro de uma proteção ambiental, mas também tem insinuado um novo modelo de crescimento econômico, em que se propõe justiça social, viabilidade econômica e respeito ao meio ambiente e às culturas locais.

O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade deram voz às pequenas ações locais e regionais descentralizadas de ONGs, associações, instituições públicas e privadas que caracterizam a defesa e preservação ambiental e a busca dos outros preceitos do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. Ao desenvolvimento sustentável ainda se alia uma maior participação democrática na tomada de decisão e na concepção das atividades e processos produtivos. Também se registra a mudança de consciência, criando assim a clara ideia de descentralização ambiental e do “pensar globalmente e agir localmente”, conforme explicitamos na introdução desta tese.

Diante do que foi discutido a respeito do desenvolvimento sustentável, podemos trazê-lo à tona como alicerce para a sustentabilidade da atividade econômica do turismo, como destaca Rodrigues (1997, p. 47):

[...] compreender o turismo pelo viés do desenvolvimento sustentável é dar-lhe uma dimensão correta da análise. Viés significa, não o sentido principal, mas diagonal e só diagonalmente é que se pode argumentar que esta atividade econômica seja sustentável em relação ao ambiente.

As premissas do desenvolvimento sustentável também são abordadas pela OMT quando trata da sustentabilidade do turismo:

[...] atende as necessidades dos turistas hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor para o gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos e essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003, p. 24).

Fazendo um paralelo entre os posicionamentos de Rodrigues e da OMT, ainda temos que destacar que a sustentabilidade do turismo vai muito além do que se pronuncia nos discursos políticos e até mesmo por parte dos atores envolvidos na cadeia do turismo, porque esse setor está intimamente ligado com a ocupação do território, com a exploração dos recursos naturais e até mesmo com as comunidades locais, que são as verdadeiras receptoras dos turistas.

A próxima seção aborda de forma condensada e breve a educação ambiental como um dos mecanismos necessários para a efetivação do processo de desenvolvimento sustentável.

2.2 Educação Ambiental: uma ferramenta da conscientização para o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade

Esta seção foi elaborada com o objetivo de aprimorar o entendimento de questões que envolvem a área ambiental. Mais precisamente, vamos discutir a educação ambiental, já que,

durante a construção desta tese, sentiu-se a necessidade de discutir-la – mesmo que introdutoriamente³⁴ – como eixo estruturante ou complementar do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, como condição *sine qua non* para transformar a sociedade e resgatar os valores entendidos como fundamentais para a preservação da vida.

Outro destaque pode ser dado à educação ambiental especificamente para este estudo, uma vez que trata do ecoturismo e este deve proporcionar a mudança de consciência ecológica para a população local e para os turistas, alertando-os, para os possíveis riscos que a atividade pode ocasionar aos ecossistemas e à identidade cultural dos residentes. (CORIOLANO, 2006).

Sabemos que existe cada vez mais a necessidade de manter a qualidade da água, do ar, do solo, enfim, de todos os recursos naturais para a presente e futuras gerações, sendo este um dos princípios da sustentabilidade. Essa preservação e manutenção da vida tem sido colocada em xeque em face da busca excessiva do lucro, que é obtido pela produção, distribuição e comercialização de riquezas, o que tem levado a humanidade a uma grande crise ambiental.

Em razão disso, nas últimas décadas, passou a existir uma crescente preocupação com os problemas ambientais locais, pois afetam diretamente o espaço onde as pessoas residem, e também com os problemas globais, como, por exemplo, o aquecimento global que tem atingido a todos sem distinção.

Hoje, temos condições de saber as características, as causas e as consequências de cada um dos problemas ambientais, uma vez que estão sendo bastante debatidos. Isso ocasionou a busca por um novo paradigma de desenvolvimento: a prioridade passou a ser o crescimento econômico aliado à preservação ambiental, contudo, para que esse novo paradigma possa tornar-se realidade, tem de haver uma mudança de atitude e de pensamento por boa parte da sociedade. Para que isso ocorra, é, no entanto, essencial a existência da educação ambiental, já que ela pode cumprir um importante papel para o futuro da vida. Por meio dela, é possível conscientizar ambientalmente as pessoas e viabilizar as devidas mudanças.

O *pensar globalmente e agir localmente* também perpassa pela educação ambiental, que, cada vez mais, tem fincado raízes onde há uma atividade econômica, política ou social. A

³⁴ Por sua grandeza e amplitude, o tema merece investigações mais profundas, porém, por não se constituir como objetivo desta tese, recebe, aqui, uma breve abordagem.

educação ambiental tem estado – e precisa estar ainda com maior frequência – no cotidiano das pessoas.

2.2.1 O homem educando e aprendendo

Não é de hoje que o homem vem-se apoiando nas múltiplas formas de ensino-aprendizagem para mudar o padrão de vida, de produção e de consumo da sociedade. O processo de ensino/aprendizagem, na maioria das vezes, vem atrelado à necessidade de atender ao mercado de trabalho e não à formação do cidadão.

Para corroborar essa afirmação, valemo-nos do livro de Demajorovic (2003), em que o autor aponta que essa existência da prática de realizar treinamentos para os trabalhadores já vem sendo utilizada desde a Revolução Industrial.

Isso vem para mostrar a capacidade que o homem tem de interagir com seus pares, trocando conhecimentos, aprendendo, ensinando, criando, recriando, descobrindo e desenvolvendo-se. É por intermédio desse processo de troca, de interação, que o homem se faz capaz de viver em sociedade, sendo a educação a forma mais genuína dessa interação. Outros animais também são condicionados por seus instintos a ensinar seus filhotes a se adaptar aos ambientes e meios de vida para, assim, sobreviver e dar continuidade a sua existência. Se essa forma de ensino-aprendizagem não existisse, possivelmente já teríamos inúmeras espécies extintas e até o ser humano já não faria mais parte desse ambiente.

Aqui cabe uma reflexão que entra num terreno movediço e complexo, já que práticas rudimentares e destrutivas também foram passadas de geração para geração, como, por exemplo, o desmatamento e as queimadas, com o objetivo de “limpar” as áreas de matas e florestas para o plantio. A questão de dominação e exploração dos recursos naturais tem passado de geração para geração, e o meio ambiente vem sofrendo as duras consequências desse processo.

Essas técnicas rudimentares da utilização do fogo para “limpar” áreas para o plantio até pouco tempo atrás eram empregadas em Bonito. Segundo informações obtidas na pesquisa de campo e nas entrevistas, essas técnicas vinham sendo passadas de geração para geração e

seu rompimento não foi tarefa fácil, já que era um aprendizado de longa data. Somente o processo de sensibilização, concientização e educação ambiental pode romper com essa cultura.

Esse processo educacional que atravessa gerações, no que diz respeito ao ser humano, vem sendo um processo contínuo. O crescimento intelectual humano é verificado ao longo da vida e o estímulo a isso também é intenso e constante. O homem não quer apenas adaptar-se a (ou deter-se em) condicionamentos instintivos; ele quer criar, transformar e ser transformado. A educação é usada como instrumento de mudanças.

A educação não está apenas centrada no conhecimento técnico e científico, mas também na formação moral, ética e cidadã do indivíduo. Indo ao encontro dessa afirmativa, acreditamos que a educação ambiental enquadra-se perfeitamente na formação do cidadão. Aliás, forma o cidadão que tem preocupação com o meio ambiente.

Resumidamente, a partir de Giles (1987), podemos afirmar que, na História, a educação sempre teve como célula fundamental a família. É nesse núcleo que a criança tem os primeiros contatos básicos com o aprender. Com a idade, outros elementos apresentam-se, como, por exemplo, a necessidade do convívio em grupos sociais. Na Antiguidade, a educação já era vista como forma de divisão social, podendo-se verificar que os indivíduos possuidores de determinados conhecimentos específicos transmitam-nos somente a pequenos grupos de seus pares. Com a invenção da escrita, as vantagens da minoria fizeram-se superiores, pois nem todos tinham acesso a esses símbolos.

Já os gregos e, posteriormente, os romanos, foram as civilizações que mais contribuíram para a constituição da cultura ocidental: “Os gregos, auxiliados por um clima ameno e, sobretudo pela proximidade do mar, conseguiram edificar uma civilização cujos reflexos no processo educativo fazem parte indissociável do patrimônio cultural do Ocidente”. (GILES, 1987, p. 11).

O grande desenvolvimento grego e, posteriormente, o romano, deu-se graças ao incentivo ao crescimento intelectual do ser, tendo como base a educação, haja vista que todos os grandes filósofos da época foram exímios educadores. A educação greco-romana baseava-se em um sistema educativo cujo elemento principal era o pensamento crítico, utilizando o método dialético, a análise crítica de suas temáticas e o ceticismo. Com a decadência do Império Romano, a humanidade entra na Idade Média, chamada, não por acaso de era da escuridão. Foi a época em que a educação era restrita, não no sentido de ser para poucos, mas

sim na restrição aos pensamentos críticos e filosóficos e ao conhecimento. O desenvolvimento humano ficou lento, sendo essa época vista como “século de retrocesso intelectual”.

A educação voltou a ser incentivada no Renascimento, cujo espírito crítico ganhou forças novamente, e as universidades da Europa Ocidental tiveram seus anos áureos, com toda a cultura greco-romana revista e cultuada. Todo esse resplendor clássico não teve longa duração, pois, pouco tempo após o Renascimento, a Reforma Religiosa, movimento que centrava o homem na religião e não em seu desenvolvimento próprio, tomou por completo, novamente, todas as esferas sociais européias da época. O movimento da Contra-Reforma induziu a Europa a um grande período de guerras, que, apesar de penoso, levou a sociedade da época a um momento de insurreição, fazendo que o ser humano refletisse sobre sua situação. Esses atos contribuíram para o desenvolvimento e aprimoramento do pensamento e do conhecimento, surgindo o Iluminismo.

Com o Iluminismo, veio uma nova ordem social e econômica. A Revolução Industrial modificou as estruturas sociais, fazendo da burguesia uma nova classe social, um instrumento de força para o desenvolvimento de formas diferenciadas de pensar e organizar a educação. Com o passar dos anos, essa classe ganhou força e poder político, surgindo, assim, a necessidade de uma mão de obra mais bem preparada para atender o mercado, o que, de certa forma, culminou na democratização da educação básica. A pressão da classe trabalhadora para a formação e qualificação de mão de obra também se fez presente. A partir daí, o ensino infantil vem crescendo em todo o mundo, trazendo, como consequência, uma maior demanda pelos ensinos médio e superior. A partir disso, a educação começou a desenvolver-se utilizando-se de outras ciências para auxiliá-la, como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, entre outras.

No século XX, começou, na América Latina, um processo de descolonização integral, com base na educação. Muitas foram as organizações internacionais que tentaram, e ainda tentam, viabilizar esse desenvolvimento, por meio de incentivos ao crescimento educacional desses países.

Mesmo não sendo o objetivo central desta seção, cabe citar que todo esse processo de desenvolvimento da educação esteve vinculado às transformações sociais de cada época, de que podem surgir teorias e abordagens educacionais diferenciadas ao longo do tempo.

Já a prática da educação ambiental nasceu voltada para renovação, mudança, autonomia, democracia, crítica, consciência, prática política e social. No caso do Brasil, essas

práticas estão presentes em obras de educadores brasileiros como Paulo Freire, Dermeval Saviani, Moacir Gadotti, Edgar Morin, entre outros, e que encontramos inseridas em bases ideológicas da pedagogia voltada para a educação ambiental.

2.2.2 A educação ambiental: conceito e evolução

A educação serve para a sociedade de diversas maneiras; sua meta é formar pessoas mais sábias, possuidoras de mais conhecimentos, bem informadas, éticas, responsáveis, críticas e capazes de continuar aprendendo.

Em síntese, vindo no sentido deste estudo, estabelece-se que a educação é o meio mais eficaz que a humanidade encontrou para alcançar o desenvolvimento sustentável. A educação ambiental tem por base três princípios: o físico, o biológico e o social. Então, praticar a educação ambiental é contribuir para a formação do indivíduo. Quando se chegou a essa conclusão? Quando o mundo passou a valorizar a educação ambiental?

Investigando as origens, as práticas e as necessidades da educação ambiental, constata-se que têm uma ligação direta com a crise ambiental. Nos primeiros anos da década de 1960, as preocupações ambientais começaram a ser discutidas em vários lugares do mundo. A partir daí, várias ações importantes de enfrentamento dos problemas ambientais passaram a ocorrer.

A bibliografia específica sobre o tema oferece que o marco inicial a expressão “educação ambiental” surgiu nos anos de 1960. Dentre os vários autores que trazem essa informação, lembramos, aqui, Vale (2005), Marçal (2005), Amâncio (2001) e o sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente (www.mma.gov.br). O termo *Environmental Education* (original em inglês) surgiu, mais precisamente, no ano de 1965, durante a Conferência em Educação que ocorreu em Keele (Grã-Bretanha).

A educação ambiental nasce e passa a ser pensada em virtude da preocupação com o meio ambiente, advertindo especialmente sobre o consumo excessivo dos recursos naturais e sobre os danos que o homem vinha causando ao planeta. De lá para cá, muito se tem falado e discutido sobre educação ambiental, entretanto os princípios, os critérios e até mesmo o

conceito de educação ambiental encontram-se em fase de construção. Mas o que poderíamos entender como educação ambiental?

Primeiramente, temos de destacar que a educação ambiental pode ser aplicada no ambiente escolar (educação formal), vinculada a currículos escolares, com o propósito de oferecer capacitação profissional, ou seja: visa à sociedade desde a formação básica, passando pela superior e segue até a pós-graduação. Aliás, a “educação ambiental formal” pode ser trabalhada no ensino, na pesquisa e na extensão.

Também podemos aplicá-la fora do ambiente escolar. É o que chamamos de educação não formal, que vai além da capacitação profissional, podendo ainda incluir a formação política, econômica, social e ambiental. A educação não formal normalmente atende a um público adulto já em idade produtiva, fora dos padrões da educação formal.

Ainda corroborando o entendimento da prática da educação ambiental e auxiliando na compreensão de seu conceito, trazemos a visão de Lucy Sauv  (1997) apud HENRIQUES (2007, p. 16), que aponta a discuss o da educa o sobre o meio ambiente, educa o no meio ambiente e a educa o para o meio ambiente que, de certa forma, acabam complementando-se mutuamente:

- Educa o sobre o meio ambiente: trata-se da aquisi o de conhecimentos e habilidades relativos   intera o com o ambiente, que est  baseada na transmiss o de fatos, conte dos e conceitos, onde o meio ambiente se torna um objeto de aprendizado;
- Educa o no meio ambiente: tamb m conhecido como educa o ao ar livre, corresponde a uma estrat gia pedag gica onde se procura aprender atrav s do contato com a natureza ou com o contexto biof sico e sociocultural do entorno da escola ou comunidade. O meio ambiente prov  o aprendizado experimental, tornando-se um meio de aprendizado;
- Educa o para o meio ambiente: processo atrav s do qual se busca o engajamento ativo do educando que aprende a resolver e prevenir os problemas ambientais. O meio ambiente se torna uma meta do aprendizado.

Com rela o a entender o que pode ser considerado como educa o ambiental, cada defini o depende da viv ncia, da experi ncia, da  rea de atua o, do objetivo e do entendimento e interpreta o do pr prio autor, entretanto, sejam quais forem os entendimentos ou interpreta es, existem semelhan as entre eles.

Para a Organiza o das Na es Unidas para a Educa o, Ci ncia e Cultura (UNESCO), educa o ambiental   um processo permanente no qual os indiv duos e a comunidade tomam consci ncia do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos,

habilidades, experiências, valores, bem como a determinação, que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros. (UNESCO, 1987).

Já Tozoni-Reis (2003, p. 12) conceitua a educação ambiental como:

[...] uma dimensão da educação, é atividade internacional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. [...] a educação ambiental é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem.

Pincerato (2007, p.19) apresenta outra interpretação que aborda a educação ambiental na educação formal, desde o ensino de base até o superior:

Educação ambiental é um tema amplo, vasto e importantíssimo, cujos conteúdos podem transitar de noções elementares para os primeiros anos do ensino a conceitos avançados de alta tecnologia para o ensino superior. Todos, um dia, serão aplicados nos princípios da sustentabilidade com o objetivo único de sustentar, qualificar e prolongar a vida.

Nas entrelinhas, Pincerato deixa implícito que há uma íntima ligação entre a educação ambiental e a sustentabilidade, ou seja, sem educação ambiental não há sustentabilidade.

O capítulo 36 da Agenda 21 aponta a educação ambiental como sendo responsável por:

[...] desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados, e que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos.

Fazendo um paralelo com o nosso local de estudo, o município de Bonito teve que conscientizar sua população local para a importância da conservação e preservação do meio ambiente. Foi um processo a “duras penas”, já que muitos dos problemas ambientais que existiam inicialmente tiveram que ser resolvidos de forma individual e coletiva. De certa

forma, para alguns serviu como processo de educação ambiental, já que muitos dos problemas ambientais que eram considerados polêmicos deixaram de ocorrer.

A evolução histórica da educação ambiental tem forte ligação com a história do movimento ambientalista, apresentado nas seções iniciais deste capítulo, já que a conscientização do ser humano para os problemas ambientais é uma das principais ações do ambientalismo. Veja o quadro resumo abaixo:

QUADRO 2.3 Evolução da educação ambiental

ANO	ACONTECIMENTO
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia.
1975	Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, realizado em Belgrado, antiga Iugoslávia.
1977	Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizado em Tbilisi, República da Geórgia.
1979	Seminário de Educação Ambiental para a América Latina, realizado na Costa Rica.
1981	Lei Federal Nº. 6.938, de 31 de Agosto, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, Brasil.
1987	Congresso Internacional de Educação e Formação Ambientais ocorreu em Moscou na Rússia.
1990	Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtiem, Tailândia.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Brasil.
1994	Aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental, PRONEA, com a participação do MMA/IBAMA/MEC/MCT/MINC, Brasil.
1996	Novos Parâmetros Curriculares do MEC, nos quais incluem a temática ambiental como tema transversal do currículo, Brasil.
1997	Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, Thessaloniki, Grécia.
1999	Aprovada a Lei Federal Nº.9795 de 27 de abril de 1999, Brasil.
2002	Lançado o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA), Brasil.
2002	Decreto No. 4.281 de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei Federal Nº.9795, Brasil.
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), realizada em Johannesburgo, África do Sul.
2003	1º. Congresso Mundial de Educação Ambiental, realizado na cidade de Espinho, Portugal.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos textos de Câmara (2004), sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente, e Ribeiro (2005).

A partir de uma breve leitura dos principais pontos do quadro-resumo apresentado, iniciamos com o ano de 1972, quando foi criada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Suécia, a Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano. Essa conferência foi considerada marco inicial e histórico para as políticas ambientais, em que a educação ambiental também estava inserida. Silva (2003) e Marçal (2005) expõem que esse evento gerou a Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente e, ainda, estabeleceu o Plano de Ação Mundial que previa orientar a humanidade para a preservação do ambiente, indicando que se estabelecesse um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) com o objetivo de educar o cidadão comum em relação ao meio ambiente.

O ponto fundamental dessa conferência foi que reconheceu o desenvolvimento da educação ambiental como um componente crítico contra a crise ambiental mundial. Silva (2003, p. 46) cita uma parte da diretiva nº. 19 da Declaração de Estocolmo:

É essencial que seja ministrada educação sobre questões ambientais às gerações jovens como aos adultos, levando-se em conta os menos favorecidos, com a finalidade de desenvolver as bases necessárias para estabelecer a opinião pública e dar aos indivíduos, empresas e coletividades o sentido de suas responsabilidades no que concerne à proteção e melhoria do meio ambiente em toda a sua dimensão humana.

Além da educação ambiental, o desenvolvimento sustentável também surgiu como uma resposta à crise ambiental, já que nasceu para fazer frente ao modelo de crescimento e desenvolvimento econômico então predominante no mundo, que vinha gerando desigualdade e mazelas. Mais uma vez fica nítida a correlação entre a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

O histórico contido no sítio eletrônico do MMA faz referência, ainda, ao fato de que, no ano de 1975, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) – Encontro de Belgrado – promoveu o Encontro Internacional em Educação Ambiental e criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). A Carta de Belgrado também marcou o histórico da educação ambiental, pois foi o documento que surgiu a partir do Encontro de Belgrado. Esse documento apresentou os princípios e as orientações para um programa internacional de educação ambiental.

No ano de 1977, ocorreu a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental na cidade de Tbilisi (capital da Geórgia – antiga União Soviética). O saldo positivo dessa conferência foi o documento: “Declaração sobre Educação Ambiental”, que oferecia as finalidades, objetivos, princípios e estratégias para o desenvolvimento da educação ambiental (SILVA, 2003; CHAO, 2005). Essa conferência foi promovida pela UNESCO e pela ONU e veio para direcionar os rumos que a educação ambiental deveria seguir:

Dessa reunião surgiram os princípios da educação ambiental a serem aplicados dentre os quais identificamos a interdisciplinalidade, a prática pedagógica envolvendo o estudante em sua realidade, e ‘uma atenção particular deverá ser dada à compreensão das relações complexas entre o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria do meio-ambiente, com vistas a possibilitar aos educandos tomarem atitudes diante dos impasses ambientais. Também se propunha uma prática ampla,

mais abrangente que a escolar, voltada ‘a todos os grupos de idades e categorias profissionais’. (RIBEIRO, 2005, p.70).

Já no âmbito da América Latina, a UNESCO e o PNUMA, realizaram, em 1979, na Costa Rica, o “Seminário de Educação Ambiental para a América Latina”, um importante evento para a educação ambiental, uma vez que fortaleceu as discussões que envolviam a educação ambiental na América Latina, incluindo-se o Brasil.

No Brasil, Moradillo; Oki (2004) e Marçal (2005) defendem que a oficialização da educação ambiental ocorreu somente em 1981, quando se criou a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), por meio de Lei Federal nº. 6.938/81, sancionada pelo presidente da época. Essa lei dispõe que a educação ambiental deveria ser ofertada nas escolas em todos os níveis de ensino e em programas específicos direcionados para a comunidade.

Corroborando o exposto por Moradillo e Oki (2004), Loureiro (2006) afirma que, no Brasil, a educação ambiental ocorreu tardiamente, mesmo tendo a existência de registros de programas e projetos na década de 1970. Esses programas ocorreram de forma isolada e vinham sendo praticados por iniciativas da sociedade civil organizada. Até aquele momento, não existia uma lei que oficializasse a necessidade da educação ambiental na educação formal. No ano de 1989, foi criado, pelo governo brasileiro, o Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 7.797/89), que apoiava projetos de educação ambiental.

No ano de 1987, ocorreu em Moscou (Rússia), o Congresso Internacional de Educação e Formação Ambientais. “Deste evento saíram as estratégias internacionais para ações no campo da Educação Ambiental para a década de 1990”. (DIAS, 1992 apud RIBEIRO, 2005, p.70).

Já na década de 1990, houve muitos avanços no campo da educação ambiental, como, por exemplo, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, que ocorreu em Jomtiem, na Tailândia, no ano de 1990.

O que mais marcou essa década foi o ano de 1992, quando tivemos, no Brasil, a RIO-92. Nesse evento, a temática central foi o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Em paralelo e durante essa conferência, ocorreu a “Jornada Internacional de Educação Ambiental”, proposta pelo Conselho Internacional de Educação de Adultos (sigla original em inglês ICAE), em que foram realizados vários eventos e o lançamento de importantes documentos que continham consensos, compromissos políticos e diretrizes para a educação

ambiental. Dentre os documentos, destacam-se o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” e a “Agenda 21”.

Monteiro (2002) apresenta a importância desse evento para a educação ambiental, pois, a partir da RIO-92, a educação ambiental deve ser crítica e assim alcançar a consciência ambiental e uma ética visando ao desenvolvimento sustentável. Para isso, deve haver a participação popular nos processos de decisão.

Com relação aos documentos elaborados ali, o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” contém três princípios básicos para a educação ambiental:

A educação ambiental deve ter como base o pensamento inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar. (MONTEIRO, 2002, p. 58).

Câmara (2004, p. 26) ainda complementa:

O Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento de caráter não oficial celebrado por diversas organizações da sociedade civil reunidas por ocasião da Conferência Rio 92, reconhece a educação como um processo em permanente construção. O documento reconhece ainda que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida.

Nesse ponto de inovação aplicado em qualquer lugar e tempo, também exemplificamos com a localidade de Bonito, que teve várias ações inovadoras iniciadas em um processo de educação ambiental e seguiu rumo à sustentabilidade, como é o caso do projeto Pé da Serra, que detalhamos no último capítulo: abandonaram a agricultura convencional para aplicar os princípios da agroecologia. Esse é mais um forte indício de que a educação ambiental tem forte ligação com o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade.

Já a Agenda 21 dedicou seu capítulo 36 à “promoção do ensino, da conscientização e do treinamento”, apresentando, ali, os princípios básicos para a área da educação ambiental.

Vale lembrar que a Agenda 21 defende a gestão dos recursos naturais de forma democrática a partir de discussões entre os atores sociais, e a educação ambiental tem o papel de conscientização desses atores para que possam elevar a discussão para o nível da coletividade. Segundo Câmara (2004, p.25):

Esse documento define três áreas prioritárias de atuação para a educação ambiental, apresentadas a seguir de forma resumida: 1- Reorientação da educação formal na direção da sustentabilidade, reafirmando a necessidade e a importância da educação básica como condição para o desenvolvimento sócio-econômico e a conservação do meio ambiente. 2- Ampliação da consciência pública através de ações destinadas às comunidades, visando sensibilizá-las para conhecer os problemas ambientais e do desenvolvimento, criando canais de participação para as soluções dos problemas, aumentando a responsabilidade pessoal e coletiva para com o meio ambiente. 3- Promoção do treinamento destinado à formação de recursos humanos para atuar na conservação do meio ambiente, na implementação do desenvolvimento e das duas prioridades anteriores.

Para a efetivação, com o devido êxito, da Agenda 21, é preciso a participação com responsabilidade dos governos, nos planos locais, regionais ou nacionais, e também dos múltiplos setores, como é o caso da educação ambiental.

No caso do Brasil, foi criado, em 1991, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC que, em 1993, foi transformado na Coordenação Geral de Educação Ambiental. (BUENO, 2006).

Já em 1994, foi instituído o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)³⁵, bem como Diretrizes da Educação Ambiental (DEA) e Programas de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental (PEPEA), que tiveram como autores o Ministério de Meio Ambiente (MMA), o Ministério de Educação e Cultura (MEC), o Ministério de Indústria e Comércio (MIC) e o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Um ano depois, em 1995, o governo brasileiro criou a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Já em outubro de 1996, ocorreu em Brasília (DF) a I Conferência Nacional de Educação Ambiental (I CNEA), em que foi apresentada uma síntese da história da educação ambiental após 20 anos de Tbilisi. Nessa conferência, foram traçadas as perspectivas, tendências e estratégias para a educação ambiental no Brasil.

³⁵ “Foram previstos três componentes para o PRONEA: 1- a capacitação de gestores e educadores; 2- o desenvolvimento de ações educativas; 3- o desenvolvimento de instrumentos e metodologias contemplando: educação ambiental por meio do ensino formal; educação no processo de gestão ambiental; campanhas de educação ambiental para usuários de recursos naturais; cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais; articulação e integração comunitária; articulação intra e interinstitucional; rede de centros especializados em educação ambiental em todos os estados”. (CHAO, 2005, p. 113).

Moradillo e Oki (2004), Silva (2003) e Lück (2002) trazem em seus estudos um ponto importante para a educação ambiental: em dezembro de 1996, foi instituída, no Brasil, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que incluiu a questão ambiental e passou a entender o ambiente natural como fundamental para a educação nas escolas.

Voltando para o âmbito internacional, Silva (2003) lembra o encontro do ano de 1997, a RIO+5, que ocorreu cinco anos após a RIO-92, no Rio de Janeiro, para avaliar os resultados da RIO-92. Realizou-se, também, em Thessaloniki (Grécia), a “Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade”, que alertou para a necessidade da realização de ações de educação ambiental. (BUENO, 2006). Essa conferência também visou ao planejamento das metas para o terceiro milênio, que já abordamos nas seções anteriores. Como podemos perceber, a educação ambiental, dentro dos debates ambientais, vem sendo cada vez mais objeto de discussão e tem ganho vulto.

Segundo Marçal (2005), ainda em 1997, durante o evento de Thessaloniki (Grécia), foi apresentada a Declaração de Brasília para a Educação Ambiental (que havia sido elaborada em outubro de 1996).

Câmara (2004, p. 26-27) refere-se a esse evento apontando que, em dezembro de 1997,

[...] foi elaborada a Declaração de Thessaloniki, resultado da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, na cidade grega Thessaloniki. A Declaração, além de reafirmar a pertinência de documentos e princípios anteriores, mostrou que há um conjunto básico de questões críticas precisando ser efetivamente enfrentado pela educação ambiental em todo o mundo, tais como: necessidade de formação de professores, carência de metodologias interdisciplinares e de material didático, falta de políticas nacionais acompanhadas de estratégias claras e recursos definidos para sua execução.

Seguindo a evolução histórica, no Brasil a educação ambiental vinha ganhando espaço e no dia 27 de abril de 1999, foi criada a lei nº. 9.795³⁶, que disciplinou a educação ambiental, estabelecendo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). O artigo 3º., inciso II, estabelece que “cabe às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira

³⁶ Esse Projeto de Lei foi proposto pelo Deputado Federal Fábio Feldmann, que reconhecia a educação ambiental como componente urgente, essencial e permanente para o processo educativo, formal ou não formal. (CHAO, 2005).

integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. Essa lei estabeleceu princípios básicos para nortear os processos de aplicação da educação ambiental no ensino formal e não formal.

Em 2001, foi criado o Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA), que era coordenado pelo MMA, em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES), ONGs e redes. A função do SIBEA era organizar, sistematizar e difundir informações referentes à educação ambiental. (LOUREIRO, 2006).

Bueno (2006, p.58) complementa o que Loureiro diz:

Salienta também a importância das redes de educação ambiental para o fortalecimento da institucionalização da educação ambiental no país. Para tanto, em 2001 o governo federal por meio do FNMA (Fundo Nacional de Meio Ambiente) apoiou o fortalecimento da REBEA (Rede Brasileira de Educação Ambiental), da REASul (Rede de Educação Ambiental da Região Sul), entre outras.

Já em 2002, foi editado o Decreto nº. 4.281, que veio regulamentar a lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa regulamentação foi mais uma vitória para a educação ambiental no Brasil.

Ocorreu, no ano de 2002, em Johannesburgo (África do Sul), a Conferência Rio+10, que ficou intitulada como “Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável” e que teve como objetivo a construção de conformidades que diziam respeito aos compromissos e documentos assumidos durante a realização da RIO-92. Nisso se incluíam as obrigações e promessas na área da educação ambiental. Isso porque muitas das metas que foram assumidas na RIO-92 não obtiveram o devido êxito.

No ano de 2003, ocorreu, na cidade de Espinho (Portugal), o 1º. Congresso Mundial de Educação Ambiental (original em inglês: FWEEC – *First World Environmental Education Congress*), que teve como objetivo discutir a educação ambiental em âmbito global.

Cada evento apresentado foi fundamental para o processo de legitimação, fortalecimento e desenvolvimento da educação ambiental.

2.2.3 Educação ambiental: conscientização para o desenvolvimento sustentável

A conscientização para a educação ambiental está diretamente ligada à responsabilidade com o meio ambiente e com a própria existência, elemento que, com a banalização inserida na moral social pela dinâmica de mercado, demonstra, ao ser humano, como verdade absoluta de senso comum, que ele somente será considerado um indivíduo social a partir do momento em que adquirir poder de compra; caso contrário, receberá o título de “ninguém”.

Nesse discurso, percebemos pessoas presas a concepções preconceituosas, influenciadas pelo meio social e até mesmo pela escola, que não se demonstra participante num processo de emancipação cidadã. É a educação conservadora, tradicional, que fica presa à sala de aula, indo contra os preceitos da formação do cidadão crítico. Paulo Freire chamava essa educação de “educação bancária”. Diante disso, cabe-nos rever a formação dos valores e do homem no momento histórico e no espaço em que está inserido. “O mundo não é. O mundo está sendo”. (FREIRE, 2006, p. 76).

Com essa citação, iniciamos nossa explanação sobre a capacidade humana de se construir e se reconstruir constantemente. Palavras como “ser inacabado” e “ser histórico-social” são características próprias do homem verificadas nas obras de Freire. Para o pedagogo, o ser humano é um ser que não é pronto ou determinado em nenhuma época de sua vida; é um “ser inacabado”. Suas vivências, suas ações, o meio em que vive, o modo como vive, sua história, tornam-se inevitáveis na formação de seus conhecimentos. Tendo em vista essas considerações, não podemos dissociar o processo educativo da vivência do homem. Para possibilitar uma aprendizagem mais eficaz, o professor ou cidadão encarregado de repassar os conhecimentos deve estar ciente de que a história social de cada um, considerando a sua própria história, faz-se fundamental para a incitação da educação.

A expressão “ser inacabado” não faz referência apenas ao discente, mas especialmente ao docente que, no processo de formação, se produz e se transforma na relação e na troca com o educando. Verifica-se, nas considerações do autor em seus livros, a constante dinâmica das relações na educação. O aprender e o ensinar são “combustíveis” para um movimento ativo, que denota a construção constante e a conseqüente transformação de algo. A transformação do homem, a transformação das relações do homem com o próprio homem e a relação do

homem com o meio – todas essas também verificadas nos objetivos da formação do homem como ser sujeito da educação ambiental. Ainda cabe discutir ou rever a questão da formação da “consciência”.

Como seres inacabados, em constante formação e transformação, podem ser determinados? Para Freire (2006), o determinismo não existe. O que se apresenta ao homem é o condicionamento social, cultural, histórico, geográfico, econômico. O ser humano, quando não consciente, vê-se à mercê de condições que se impõem a ele externamente, não sendo estas características internas, ou mesmo genéticas, que às vezes podem dar-se a entender como elemento que se apresenta em seu DNA. As condições não são estáticas; são passíveis de mudança, portanto não existe pessoa/ser humano determinado a estar relegado à situação em que se encontra. O que se apresenta é a falta de instrumentos críticos, como a consciência, para que se transponham as barreiras do condicionamento. Muitas vezes, o homem vem praticando ações contrárias ao meio ambiente por falta de informação e de consciência crítica. Mas como desenvolver a consciência crítica?

De acordo com Freire (2006, p.54), “Conscientização é exigência humana, é um dos caminhos para se pôr em prática a curiosidade epistemológica. Em lugar de estranha, a consciência é natural ao ser que, inacabado, se sabe inacabado”.

Ter consciência é compreender, é entender, é saber, é ter conhecimento, é apreender. Todos esses verbos estão intimamente ligados ao processo da educação, onde podemos enquadrar a educação ambiental. Para Freire (2006), o homem e a mulher já são naturalmente seres curiosos. Desde seu nascimento, o ser humano procura, instigado por sua curiosidade nata, entender o que se passa em seu entorno, o porquê das coisas, o porquê de sua existência. Essa curiosidade infantil, despreocupada, deve ser utilizada na escola para desenvolver no homem a inquietude do conhecimento. A educação deve transformar essa natureza propensa ao saber em necessidade de se buscar e se desenvolver cientificamente. Esse é o papel do educador: canalizar a curiosidade despreocupada para uma “curiosidade epistemológica”, por meio da *práxis*³⁷.

A *práxis* tem um papel decisivo para a inserção de uma visão emancipatória de educação. No caso da educação ambiental, deve ser entendida como um potencial crítico e

³⁷ “A *práxis* científica compreende o conjunto das atividades desempenhadas pelos cientistas tendo por finalidade a produção de novos conhecimentos científicos. A observação desempenha um papel relevante neste processo, havendo mesmo quem afirme que a ciência começa pela observação”. (MESQUITA FILHO, 2008).

transformador que desvende a realidade, na ação política coletiva e na garantia da autonomia individual, na formulação de valores e pensamentos.

Para essa incitação ao conhecimento científico, o educador deve estar atento à história do educando. Isso cabe à educação formal e à não formal. Sabe-se que o indivíduo somente aprende, no sentido de apreender e assimilar, aquilo que lhe dá prazer e aquilo que ele quer, e as atitudes somente são aprendidas pela experiência. Não existe, portanto, aprendizado sem a prática e sem a experiência histórico-social de cada um. Além disso, o aprendizado não acontece de maneira pontual, segmentada. Esse processo ocorre de maneira sistêmica, e, quando o indivíduo aprende algo que ele quer, outros aprendizados acontecem. Essa ideia coincide com a transdisciplinaridade citada por Gadotti (2000), elemento fundamental para a educação voltada ao desenvolvimento sustentável de nossa sociedade.

Seguindo em direção a outro autor e relacionando-o com o que foi explanado até agora, para chegarmos à consciência, teremos, então, um diálogo entre a curiosidade epistemológica de Freire (1996) e a consciência filosófica de Saviani (2000). O homem, estagiando o parâmetro da incitação do conhecimento, percebe-se capaz de compreender e buscar a sua autonomia: “Saberei tão melhor e mais autenticamente quanto mais eficazmente construo minha autonomia em respeito às dos outros”. (FREIRE, 2006, p. 94).

Sendo este um processo cíclico: quanto mais compreendemos, entendemos e sabemos, maior será nossa autonomia, maior será nossa independência perante os condicionamentos de nosso meio e, quanto maior nossa autonomia, maior será nossa capacidade de buscar compreender, entender e saber. “Os homens são condicionados apenas a reproduzir verdades outras, técnicas ou ciência sem reflexão prévia”. (AMÂNCIO, 2001, p. 39).

Não é à revelia que, por todo o processo de construção de conhecimento, compreensão, entendimento, da construção do saber, existe também a construção da consciência:

Passar do senso comum à consciência filosófica significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada. (SAVIANI, 2000, p. 2).

A consciência, advinda da educação, torna o homem um ser independente e capaz de transformar o meio em que vive, lutando contra as injustiças, a imoralidade e a falta de ética presentes em sua vivência. Essa consciência filosófica e consequente autonomia fazem que

peças consigam rebelar-se de forma democrática. Atitudes conscientes tornam o indivíduo capaz de se livrar do determinismo social a que as comunidades menos favorecidas são relegadas. A partir dessa consciência, também o indivíduo toma para si sua responsabilidade política, vendo-se como ser participante e integrado a um grupo, tendo a capacidade de modificá-lo, de revolucionar, e não de ficar à mercê de uma minoria que quer modificar a partir de interesses próprios, sem pensar no bem comum.

Para essa autonomia política e social, a educação apresenta-se como elemento fundamental, como instrumento de luta pela emancipação, como pode ser observado nas palavras de Saviani (2000, p. 6):

A passagem do senso comum à consciência filosófica é condição necessária para situar a educação numa perspectiva revolucionária. Com efeito, é esta a única maneira de convertê-la em instrumento que possibilite aos membros de camadas populares a passagem de “classe em si” para a condição de “classe para si”. Ora, sem a formação da consciência de classe não existe organização e sem organização não é possível a transformação revolucionária da sociedade.

Díaz (2002, p. 26) concorda com o que já foi dito e complementa:

Hoje entendemos o ser humano como ser racional, dialógico, dependente e inacabado em um duplo sentido: o pessoal (intelectual, volitivo-afetivo, social ou cultural) e o ambiental (a natureza própria do meio e a cultura ambiental gerada).

O mesmo autor apresenta um quadro sinótico que mostra a evolução das concepções ambientais ao longo do século XX, o que vem revelar as mudanças na forma de entender os valores e os princípios do meio ambiente. Isso nos remete a certificar que, além de o homem ser “inacabado”, a forma de compreender, ensinar, interpretar e aprender a educação ambiental também se encontra em transformação, como já foi afirmado nesta tese.

QUADRO 2.4 Evolução das concepções ambientais

DATA	VALOR SOCIAL	MEIO AMBIENTE	PRINCÍPIO
1900	Progresso/Tecnologia	Parques ou santuários	Estética
1960	Qualidade de vida = Consumo	Tratamento da contaminação	Bem-estar
2000	Preservação	Desenvolvimento sustentável	Ética

Fonte: Calvo e Corraliza (1994) citado por DÍAZ (2004, p.27).

Mendonça (2005, p.180) lembra que, para mudar, “é preciso não somente aprender coisas novas. Isso até que é fácil. “[...] A parte mais difícil é esquecer as ideias velhas, as que não servem mais”. Como já foi mencionado, muitas das ações de hoje, que são consideradas ambientalmente incorretas, vêm sendo passadas de geração para geração sem a consciência crítica adequada.

A educação ambiental, sendo uma parte da temática desta tese, não poderia estar desvinculada dessas abordagens educacionais, que se inserem num contexto em que se percebe a necessidade de mudança, de transformação e de conscientização. Não apenas para salvarmos a natureza, mas para nos salvar de toda essa situação criada pelo próprio homem, insuportavelmente imoral, antiética, preconceituosa, determinista, terrorista, injusta, que está levando a sociedade a um processo de autodestruição.

Grande parte da sociedade foi educada para pensar que os recursos naturais estavam disponíveis para atender a toda a humanidade com renda, ou seja, poder de compra na hora em que o “cidadão consumidor” ou então o “cidadão produtor” bem entendesse.

Diante de tantos debates, isso passou a ser, no entanto, amplamente conhecido como inverdade. Agora há uma percepção maior para os graves problemas ambientais, que deveriam ser mais bem observados e para amenizá-los, é necessário rever a forma de produção, consumo e exploração dos recursos naturais.

Preti e Sato (1996), que são citados por Monteiro (2002, p. 60), trazem os princípios gerais da educação ambiental:

Sensibilização: processo de alerta, considerado como o primeiro degrau para alcançar o pensamento sistêmico sobre a dimensão ambiental e educativa. Compreensão: conhecimento dos componentes e dos mecanismos que regem a sistema natural. Responsabilidade: reconhecimento do ser humano como principal protagonista para determinar e direcionar a manutenção do planeta. Competência: capacidade de avaliar e agir efetivamente no sistema. Cidadania: capacidade de participar ativamente regatando os direitos e promovendo uma nova ética capaz de conciliar a natureza e a sociedade.

Cabe apontar que esses princípios surgem à luz da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. A educação ambiental não deve ser vista de uma forma unilateral e individual.

Por fim, as discussões que travamos nesta seção demonstram uma preocupação em estabelecer a ligação entre a busca de consciência crítica, em especial a ambiental, por meio da educação ambiental, que é condição *sine qua non* para a obtenção do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. No capítulo final, veremos que, no município Bonito, há várias ações de sustentabilidade e de educação ambiental realizadas junto à população local e turistas. Os guias de turismo são considerados importantes educadores ambientais, já que sensibilizam, conscientizam e educam os turistas. Diante disso, foi necessário discutir a teoria que trata da educação ambiental e da sustentabilidade.

Uma vez apresentados os conceitos e as informações subjacentes ao desenvolvimento sustentável e à educação ambiental, faz-se necessário dar sequência a este estudo. No próximo capítulo, a discussão focaliza a atividade econômica do turismo.

CAPÍTULO 3

O FENÔMENO DO TURISMO – ASPECTOS CONCEITUAIS E APORTES TEÓRICOS

Estávamos perdidos entre máquinas, fascinados por estruturas industriais, enclausurados em escritórios de ar refrigerado e flores ressequidas, aparelhos eletrodomésticos e de comunicação e absortos por mil imagens falantes. Agora estamos regressando à grande comunidade planetária e cósmica. Fascina-nos a floresta verde, paramos diante da majestade das montanhas, enlevamo-nos com o céu estrelado e admiramos pela vitalidade dos animais. Enchemo-nos de admiração pela diversidade das culturas, dos hábitos humanos, das formas de significar o mundo.

Leonardo Boff

Para alcançar os objetivos deste estudo, é necessário apresentar um quadro de referências teóricas e conceituais sobre o fenômeno do turismo, visto que a construção teórica vem para alicerçar, sendo indispensável para a busca do conhecimento do objetivo geral desta tese.

Na academia, é destacado o caráter multi, trans e interdisciplinar do fenômeno do turismo. Já na prática, ele é visto na diversidade dos setores envolvidos, seja no âmbito governamental, seja no privado. O turismo ficou marcante a partir do século XX, no que se refere aos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e é sem dúvida um dos fenômenos que mais crescem no mundo diante da economia global. No campo dos conceitos e definições, o turismo apresenta uma complexidade, o que de certo modo justificaria a dificuldade de se ter um conceito único que atenda aos seus diversos aspectos.

Em virtude dessas especificidades, procuramos partir de uma visão geral desse fenômeno para depois focá-lo no turismo de natureza, de aventura e no ecoturismo, que, em especial, são os principais tipos que ocorrem no município de Bonito, o nosso campo de estudo, ou seja, o eixo central desta pesquisa. Neste capítulo, a tese converge, portanto, para a necessidade de entender o fenômeno do turismo, a sua importância, uma vez que vem crescendo no cenário econômico mundial, gerando empregos, renda e impostos.

Assim, visando aprofundar a análise desse tema, este capítulo está estruturado em cinco itens. O item inicial busca oferecer a evolução do conceito de turismo. No segundo temos o conceito e a evolução do que se entende por turista. No terceiro componente do capítulo, apresenta-se a evolução e a importância do turismo como atividade econômica. Já o quarto item teve por objetivo maior proporcionar uma breve diferenciação entre turismo de massa e turismo alternativo. No penúltimo item, descrevemos o turismo em espaços rurais e seus principais tipos. Para finalizar, abordamos os principais impactos causados pela atividade do turismo. É isso que nos propomos nas páginas seguintes.

3.1 A evolução do conceito de turismo

Praticar o turismo tem sido cada vez mais objeto de desejo de boa parte da população mundial. Ele é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação capitalista, materializando o espaço para poder produzir riqueza. Também é a transformação do tempo de ócio ou a hora do não trabalho em um negócio.

Como consequência da vida atribulada nos grandes e médios centros urbanos, parte da população busca recuperar seu equilíbrio (uma espécie de “higiene psíquica”) e suas energias usando suas horas de lazer dos fins de semana, feriados e férias para praticar atividades voltadas à recreação e ao turismo. Esse novo modo de vida, aliado à importância do fenômeno para as economias, tem-se difundido no dia a dia. Nessa perspectiva, quando ouvimos, falamos ou lemos a palavra “turismo”, já se constrói em nossas mentes uma pré-definição, um pré-entendimento do que significa esse fenômeno.

Vale situar que essa pré-definição ou pré-entendimento tem variações. Essas variáveis que pré-definem o fenômeno do turismo podem estar atreladas à cultura, à faixa etária, à localidade onde se reside, ao nível de renda, à ocupação profissional, à nacionalidade, ao grau de instrução, ao próprio interesse individual, dentre tantas variáveis existentes. Assim, o turismo pode ser definido ou entendido de várias formas e perspectivas. Em suma, cada pessoa pode ter um entendimento e até uma percepção do que seja o turismo. Sem contar que, como todo fenômeno, também vem sofrendo alterações ao longo da história. Afinal, o turismo

que era praticado pelos romanos é diferente do que é praticado hoje. O turismo atual é considerado um fenômeno e uma atividade complexa, dinâmica e flexível.

O já consagrado termo “turismo” pode envolver uma gama expressiva de significados e de entendimentos a partir da percepção humana. Indo no sentido da etimologia da palavra, “turismo” vem de *tour* – que, em francês, significa ‘dar um giro’ ou ‘dar uma volta’. (VIEIRA, 1998). Dessa ideia, deduzimos que o turismo é visto como uma atividade prazerosa, que vem a ocupar o tempo livre das pessoas, já que ‘dar um giro’, ou ‘dar uma volta’ está intimamente ligado ao tempo livre, o tempo do ócio, visto que ninguém dará ‘um giro’ ou ‘uma volta’ no período reservado ao trabalho ou a outra atividade.

Bem próximo do que foi afirmado por Vieira (1998), Andrade (2001, p. 30-31) observa que o termo turismo provém da palavra francesa *tourisme*:

A matriz do radical *tour* é o latim, através do substantivo *tornus*, do verbo *tornare*, cujo significado é “giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida”. A própria língua inglesa utilizou o termo *torn*, em sua plena acepção latina, até o século XII. Atualmente o termo é sinônimo de *tear* e não apresenta nada em comum com movimento turístico, com viagem de ida e volta ou com outras expressões correlatas. De épocas anteriores ao termo latino *tornus* é a palavra *tour*, não da língua francesa, mas do hebraico antigo em seu sentido puro e literal, como expressão designativa de “viagem de exploração, de descoberta, de reconhecimento”, usado como indicativo de viagem turística [...].

Ainda sobre essa questão, Mota (2001) também se reporta a ela da mesma forma que Andrade e Vieira, concebendo que a palavra “turismo” tem sua origem na palavra francesa *tour*, que quer dizer ‘volta’, e tem, no inglês, a sua equivalente *turn* e, no latim, *tornare*. Além disso, menciona o significado da palavra *tur* (em hebraico), que aparece na Bíblia com o significado de ‘viagem de reconhecimento’.

Outros textos da área do turismo lembram não apenas a palavra *tour*, mas também o sufixo “*isme*”, que significa ação ou processo. Dessa forma, *tourisme* significa ‘ação de dar uma volta’, ‘um movimento ao redor de um círculo’.

Vindo ao encontro do que foi descrito por Vieira (1998), Mota (2001) e Andrade (2001), Marutschka Moesch (2000, p.10) expõe que a raiz *tour* aparece documentada na Inglaterra no século XVIII e seu texto ainda complementa:

A etimologia da palavra permite identificar sua procedência latina *tornus* (torno) como substantivo, e *tornare* (redondear, tornear, girar) como verbo. A ideia de giro, de viagem circular, de volta ao ponto de partida, se deduz, claramente, de raiz

comum, que origina *tornus* e *tornare*. Parece que o *turn* britânico, de 1746 – *to take a turn* – cedeu lugar, em 1760, ao *tour* que usamos até hoje, de influência francesa.

A mesma autora acrescenta que a primeira utilização dessa palavra como título de uma obra sobre viagens ocorreu em 1810 (em Londres), quando Henry Swinburne intitulou seu livro como ‘*Picturesque Tour Spain*’.

Como se vê, fica, assim, explícita a influência da palavra *tour* sobre “turismo”, já que, até nos dias atuais, uma parcela da população brasileira refere-se à prática do turismo como “fazer um *tour*” e, quando se ouve esse termo, sabe-se exatamente do que se trata.

Duas questões são, no entanto, recorrentes. A primeira é o que se pode entender como turismo? A segunda, qual é a melhor definição a ser dada para esse termo?

Com o passar dos anos e com o aumento da importância do fenômeno turismo como atividade econômica e conseqüentemente social, este passou a ser estudado, focado e tratado de forma séria e científica. Fácil perceber que hoje há inúmeros estudos, livros e cursos que têm o fenômeno do turismo como alvo.

Soma-se a esse grau de importância acadêmica e econômica, o fato de o turismo ser um objeto de estudo flexível, dinâmico, adaptável e complexo. Hoje, ele pode ser investigado por várias áreas do conhecimento, como a Geografia, a Economia, a História, a Administração, a Antropologia, a Sociologia, a Ecologia, a Psicologia, o próprio Turismo, entre outras. Isso o torna possível de várias interpretações e formas conceituais, porém a verdade é que, por se tratar de um fenômeno abrangente, não cabe estudá-lo racionalmente ou analisá-lo de forma superficial.

Nesse contexto, merecem destaque as palavras de Dias (2003, p. 11): “definir turismo não é fácil, por sua característica de ser multifacetado, e cada área do conhecimento que tem relações com o turismo define-o de acordo com seus interesses específicos”.

Já Cooper (2001) refere-se ao turismo como sendo uma atividade multidimensional e multifacetada, que envolve muitos agentes e várias atividades econômicas, sendo assim de difícil definição.

Vale lembrar, ainda, que a existência de muitos agentes, várias atividades econômicas e inúmeras áreas do conhecimento com interesses diversos e distintos sobre a atividade do turismo impossibilita uma definição que seja universalmente aceita.

Resta-nos, portanto, ponderar que apresentar uma definição fixa e única para turismo seria limitar o estudo, já que, conforme apresentaram Dias (2003) e Cooper (2001), na bibliografia científica existem inúmeras definições.

Nesse sentido, partimos inicialmente para a análise da definição de Dencker (1998, p. 28), para quem o turismo é um estudo científico recente que possui “[...] natureza multidisciplinar, tendo em vista que está inserido num ambiente sujeito as influências de diferentes paradigmas [...]”.

Quando Dencker trata o turismo como “estudo científico recente”, temos que atentar para a importância que passou a ter para as economias a partir da segunda metade do século XX, o que justifica o interesse por seu estudo.

Já comungando a ideia de que o turismo é flexível e pode ser entendido e definido de acordo com a conjuntura vivida, Badaró (2003, p. 19) avalia que:

O turismo, como ciência, tem sido tema de diversos estudos ao longo do século XX. Diferentes escolas européias buscaram conceitos para o turismo, de acordo com as circunstâncias vividas no momento, calçando-os ora em aspectos econômicos, ora em aspectos sociais.

Julgamos ser conveniente lembrar que o turismo nasceu, cresceu e vem se desenvolvendo dentro do sistema capitalista, e isso corrobora a visão de que ele esteja interligado e inter-relacionado com a economia. Moesch (2000) admite que o turismo é um subsistema de um sistema maior: o econômico. Isso também fica evidente no texto de Barreto (2003), quando afirma que a grande maioria dos textos científicos sobre turismo alocam-no na área da economia, dando-lhe um caráter economicista.

Mário Carlos Beni (2001, p.18) caminha parcialmente nesse sentido, já que concebe o turismo de forma abrangente e geral: “[...] como resultado da somatória de recursos naturais e meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, tem um campo de estudo superabrangente, complexíssimo e pluricausal”.

É preciso esclarecer que Beni complementa a definição de turismo sob três espectros: o econômico, o técnico e o holístico, dos quais o mais relevante para esta tese é o primeiro. A primeira definição formal de turismo que foi elaborada por um economista, o austríaco Herman Von Schullard, no ano de 1910, diz que “[...] a soma das operações, principalmente

de natureza econômica, que estão diretamente relacionados com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”. (BENI, 2001, p. 34). Vimos que Herman Von Schullard apontou a “natureza econômica” como sendo o aspecto mais forte de sua definição.

É no texto de Andrade (2001) que encontramos a evolução do conceito a partir de Schullard, a que o autor acrescenta as ponderações mais um economista, neste caso o belga Edmond Picard, que afirmou: “[...] a função do turismo é a importação de divisas pelos países. Seu impacto reside no fato de que as despesas de turismo podem fazer para os diferentes setores da economia e, em particular, para os proprietários e gerentes de hotéis”. É o que, de forma mais clara e contundente, acentua, o caráter economicista do fenômeno.

Assim, como em qualquer outro objeto de estudo, encontramos divergências na bibliografia e aqui compete citar Badaró (2003), que discorda de Beni (2001), pois credita o primeiro conceito formal de turismo à Universidade de Berlim, no ano de 1911. Afirma ainda que essa instituição dedicou-se a estudar o turismo inserido na área de economia. Para a escola berlinesa, turismo poderia ser considerado como: “[...] o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifesta na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, estado ou país”. (BADARÓ, 2003, p. 19). Tanto Beni quanto Badaró apresentam definições de “turismo” com a visão economicista. É mais que tempo de entendermos que o turismo ainda não tinha essa atual envergadura de negócio, mas estava voltado para motivações puramente econômicas.

De acordo com Badaró (2003, p. 19-20) essa primeira definição teve vida curta, já que apareceram várias visões e complementações para a definição de turismo. Para ele,

A escola berlinesa, de cunho especialmente econômico, trouxe muitas outras definições para o turismo, sendo as mais seguidas as propostas de Robert Glucksmänn, Schwinck, Borman, Stradner, Morgenroth e Benschedt. Segundo Glucksmänn, o turismo começa onde o tráfego termina: no porto de turismo, no lugar de hospedagem. O tráfego de viajantes conduz ao turismo, mas não faz parte dele. [...] Para Schwink, Borman, Stradner, Morgenroth e Benschedt, o conceito de turismo restringia-se à idéia de abandono temporário da residência permanente por motivo relacionado ao corpo e ao espírito.

Conforme o mesmo autor, em meados da década de 1940, lançou-se na Suíça, por Walter Hunziker e Kurt Krapt, uma nova definição para o turismo. Isso ocorreu em virtude de

as definições do turismo, até o momento, estarem atreladas ao campo da economia, deixando de lado as características sociais, políticas, culturais e até as legais, o que vinha dificultando o desenvolvimento pesquisas científicas que envolviam o turismo. Essa especial circunstância fez que a nova definição fosse adotada, até os dias atuais, inclusive oficialmente, pela Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo: “Turismo é o conjunto de relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu domicílio, sempre que os ditos deslocamento e permanências não estejam motivados por uma atividade lucrativa”. (BADARÓ, 2003, p. 20).

Nesse quadro, a definição de “turismo” continuou evoluindo, à medida que a economia e o capitalismo também evoluíam. A bibliografia especializada tem oferecido outras definições ao longo dos anos. Uma delas data de 1975, quando o Departamento Australiano de Turismo e Recreação definiu turismo como: “[...] uma importante indústria nacionalmente identificável. Compreende um amplo corte transversal de atividades componentes, incluindo a provisão de transporte, alojamento, recreação, alimentação e serviços afins”. (BENI, 2001, p. 34). Nessa definição, já há a visão de “setorização” do turismo, pois se enfoca uma série de atividades, ou seja, os serviços.

Segundo Beni, no ano de 1977, a *Ansett Airlines of Austrália* definiu turismo como: “[...] provisão de transporte, alojamento, recreação, alimentação e serviços relacionados para viajantes domésticos e do exterior. Compreende a viagem para todos os propósitos, desde recreação até negócios”. (BENI, 2001, p.34). Aqui, já estávamos vivendo no final da década de 1970, e as mudanças que ocorrem na sociedade passaram a ser implementadas no turismo, de modo que começamos a perceber que o conceito vem se ampliando: o que antes ficava na recreação, agora já se admite estender-se até os negócios.

Há que se complementar o que foi dito acima. Não se pode deixar de destacar que, até a década de 1960, a União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT), a atual Organização Mundial do Turismo (OMT), trazia uma definição para o “turismo” como uma soma de relações e de serviços resultantes de uma mudança de residência temporal e voluntária, não motivada por razões de negócios ou profissionais. Importa, contudo, apontar que, após esse período, passaram a ser aceitas as razões de negócios e profissionais como forma de turismo. Hoje, já existe o turismo de eventos, o turismo de negócios e o turismo de compras.

A definição de Robert MacIntosh, também do ano de 1977, amplia e ultrapassa a visão economicista de turismo, que era tratada até o momento: “[...] turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos”. (BENI, 2001, p. 34). Apesar de existirem controvérsias na definição de turismo que o liga à economia, uma parcela considerável da bibliografia da área do turismo trata-o como uma “indústria”. Beni (2001) ressalta que, no turismo, não há matéria-prima e nem mesmo elaboração de produtos.

Seguindo essa linha de pensamento, Boullón (2002) afirma que o turismo não pode ser entendido como uma indústria, já que não produz produtos tangíveis; ele é abstrato, mesmo quando nos referimos à expressão “produto turístico”.

Assim, ao estudar o fenômeno “turismo” mais a fundo, há vários textos e autores que insistem em tratá-lo como uma “indústria”³⁸, ora “indústria do lazer”, ora como “indústria do entretenimento”. O mais comum é chamá-lo de “indústria sem chaminés”, quando se almeja atribuir a posição de atividade econômica não poluente ou degradante em proporção e comparação com as indústrias convencionais. Essa denominação já vem ocorrendo desde a década de 1960.

Para Beni (2001), é correto o entendimento de que, apesar de não haver elaboração de um “produto industrializado” na atividade do turismo, há agregação de valores nos produtos turísticos³⁹, embora esses valores não sejam tangíveis. No turismo, temos os meios de transporte, a hospedagem, a alimentação, a melhoria no atendimento ao turista, os serviços de recreação e entretenimento, os serviços de guias de turismo⁴⁰, entre outros. Quando nos referimos a não serem tangíveis, temos de entender que turismo é um serviço e não um produto propriamente dito, mesmo tendo a denominação de “produto turístico”.

É significativo ver os termos “indústria” e “produto” aliados ao fenômeno do turismo, pois este (ainda) é visto pela sociedade como algo altamente prazeroso, que atende aos anseios e às necessidades das pessoas de forma diferenciada de qualquer outro “objeto de desejo”, como os tantos que existem na sociedade moderna. Há quem diga que praticar

³⁸ Ferreti (2002, p.15) considera a “indústria do turismo” como o “espectro de empresas e organizações envolvidas na oferta do produto turístico”.

³⁹ Produto turístico: “Conjunto de bens e serviços unidos por relações de interação e interdependência que o tornam extremamente complexo”. (MOTA, 2001, p. 127).

⁴⁰ Guia de turismo: “[...] o profissional que, devidamente cadastrado na Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo, [...] exerça as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas” (CHIMENTI, 2007, 18). Teremos maiores informações sobre esse profissional no último capítulo.

turismo é investir em si mesmo. Por outro lado, o turismo, por se tratar de uma atividade econômica que vem movimentando cifras consideráveis de capital, passa a ser visto como uma “indústria” que produz e comercializa seus “produtos”. Na geração de riquezas, esse setor é tão significativo que já o comparam com o setor industrial. Resta lembrar, porém, que, quando estamos praticando o turismo em um local considerado um “paraíso”, onde a natureza é fonte de atração, como é o caso do *trade* turístico⁴¹ de Bonito/MS, não conseguimos ligá-lo a uma indústria, mas sim a algo que nos proporciona prazer.

Para contribuir com essa visão de evolução de conceito, de forma análoga Dias (2003) une o turismo à economia, enquadrando-o em um contexto histórico e destacando que só se desenvolveu em virtude do crescimento propiciado pela Revolução Industrial:

[...] o turismo é uma atividade econômica que se desenvolveu com as características atuais – como fenômeno de massas – em decorrência do desenvolvimento propiciado pela Revolução Industrial, que teve seu início na Inglaterra, no século XVIII. (DIAS, 2003, p. 12).

Fazendo coro à afirmativa de Dias, já que o desenvolvimento das formas de produção permitiu ao homem a prática do turismo, pois ele passou a ter ganho de tempo e de produtividade a partir da inserção das máquinas na produção, pode-se afirmar que isso também contribuiu para a mudança da sociedade e da prática do turismo.

Até o momento, vimos que há uma forte ligação do turismo com a economia, mas este estudo busca compreendê-lo de forma mais ampla. Assim, apresentamos definições mais abrangentes, como a de Andrade (2001, p.40):

[...] turismo é o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento. [...] é o conjunto de serviços que tem por objetivos o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais.

⁴¹ “O *trade* turístico, de uma forma mais ampla, refere-se ao mercado que envolve e interfere direta ou indiretamente na atividade turística. Congrega as empresas e entidades cuja existência é necessária que o turismo seja desenvolvido, comercializado e consumido” (FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON, 2006, p. 18). No caso de Bonito se designa com “[...] a cadeia de negócios relacionada com a exploração do ecoturismo, como as operadoras e agências de turismo, hotéis, restaurantes, atrativos turísticos, assim como pelo comércio direcionado aos turistas” (BARBOSA, ZAMBONI, 2000, p. 9).

Para estabelecer outra definição, Andrade atribui grande ênfase aos serviços, o que o diferencia de Molina e Abitia (1987, p.23), para quem o turismo “[...] não é um produto, bem ou serviço, é sim uma atitude frente às possibilidades de utilização de tempo livre, só existindo quando são dados os elementos que o compõem: natureza, cultura, hospedagem e transporte”. A visão desses autores é bastante diferenciada em relação ao que foi tratado até o momento, já que se refere a “atitude” e apresenta a necessidade de alguns elementos como “natureza, cultura, hospedagem e transporte”, para que o turismo possa existir. Isso foge do que vínhamos abordando até agora, provando que o turismo pode ser visto para além da cortina economicista.

Já Álvares (2002, p. 98) menciona que “[...] o turismo é um fenômeno econômico, político, social e cultural. Enquanto prática social é muito influenciada pela cultura. Lembra ainda que, para ser analisado, “[...] deve considerar [...] um conjunto de variáveis, entre as quais econômicas, geográficas, sociais, culturais, urbanísticas e ecológicas”. Álvares amplia um pouco mais a visão de turismo, deslocando-o para o sentido de prática social, o que, em consonância com um conjunto de variáveis, torna-o mais complexo, multidisciplinar, multissetorial e multifacetado.

Nessa mesma perspectiva, De La Torre (1992, p.19) expõe que o turismo é:

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

De La Torre observa, de forma substancial, na sua definição, que o turismo gera múltiplas inter-relações de importância nas áreas social, econômica e cultural. Essa visão é interessante para romper a concepção de que o fenômeno do turismo deve ser entendido somente como um negócio.

Outra definição relevante é apresentada por Wainberg (2002, p. 45), que entende o turismo como “[...] um fenômeno especial de comunicação humana que consegue realizar uma tarefa difícil e desafiadora: apresentar o estranho como um produto não ameaçador e passível de desfrute”.

Essa definição de Wainberg expressa bem a necessidade que o homem tem de vencer desafios, conhecer lugares novos e experimentar sensações exóticas. O turismo tem buscado atender a esse interesse do homem. De certa forma, tem-lhe proporcionado isso quando o torna um turista. Para exemplificar o que está posto aqui, basta lembrarmos das modalidades de turismo de aventura, rural e de selva. O homem está cada vez mais “urbanizado”, estressado e sente a necessidade de viver momentos diferenciados em que possa encontrar algo novo, estranho, desafiador, entretanto passível de desfrute. Isso pode se resumir numa cavalgada, num dia voltado para a vida rural e até mesmo num passeio na selva. Atualmente, o fluxo turístico⁴² tem tido um aumento considerável em razão da busca do descanso, do novo, do desafio e do desfrute de sensações prazerosas. Há momentos em que o turismo se resume na gastronomia, no ato de comer bem, ou mesmo de comer algo novo, algo típico da localidade.

Em conformidade com o conceito de Wainberg (2002), Beltrão (2001, p. 7) refere-se ao turismo como: “[...] um fenômeno crescente, posto que o homem pós-moderno desloca-se cada vez mais na busca de experiência, de conhecimento, do inusitado, por necessidade de evasão do cotidiano atribuído para, quem sabe, ser feliz”.

Já a definição encontrada em um dos livros da geógrafa e estudiosa do turismo Adyr Balastreri Rodrigues é a seguinte:

[...] certamente um fenômeno complexo, designo por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, consumidor e organizador de espaços – uma indústria, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços. (RODRIGUES, 1996, p. 17-18).

A autora expressa com clareza a complexidade e amplitude do que realmente seja o turismo, embora deixe evidente que é uma atividade que está em constante evolução.

Ademais, o texto de Arendit (1999, p. 15) traz uma definição institucionalizada de turismo, elaborada pela Organização dos Estados Americanos (OEA):

⁴² Fluxo turístico: “todo e qualquer deslocamento de um conjunto de turistas que se movimenta de uma direção a outra, unidirecionalmente, num contexto espaço-temporal delimitado, com um ponto comum de emissão e um ou vários pontos de recepção”. (BENI, 2001, p. 383).

[...] é o movimento migratório, [...] seja internacional ou nacional, sem propósito de longa permanência e sem exercício de uma atividade ou profissão remunerada. O objetivo seria de prazer, comercial ou industrial, cultural, artístico ou científico. Não inclui os viajantes que juridicamente entram no país, como é o caso dos passageiros de avião que permanecem nos aeroporto, seja por escala ou conexão ou outras linhas aéreas, nem o movimento unicamente de fronteiras.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define o turismo especificando o período de estada, ou seja, “[...] fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se transladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas a menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho nos locais visitados”. (ARENDIT, 1999, p.17).

Vale destacar a visão da World Tourism Organization (WTO) e da United Nations Statistical Commission (UNSTAT), que entendem por turismo a “[...] atividade das pessoas que viajam ou permanecem em lugares que não o seu ambiente normal por não mais que um ano consecutivo, por lazer, trabalho ou outras razões” (WTO e UNSTAT apud EMBRATUR, 1994).

Essa definição da WTO e da UNSTAT é consonante com o que hoje entendemos por turismo de eventos, de negócios e de compras, que ocorre não somente para satisfazer o desejo de descanso ou de ocupar o tempo livre, mas também para a realização de negócios, busca de oportunidades e até mesmo para atender o desejo de consumo.

O conceito da Organização Mundial do Turismo (OMT) é:

[...] uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações (compra e venda de bens e serviços turísticos) efetuadas entre os agentes do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local de visita. (OMT apud TRIGO, 2007, p. 20).

Essa discussão, longe de ser encerrada, aponta para o texto de Petrocchi (2004, p.20) outra definição da OMT:

Turismo são as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu local de residência, por um período consecutivo inferior a um ano, com propósito de lazer, descanso, negócios e outros.

Nessas definições, a OMT já aborda a questão do deslocamento temporário por qualquer motivo, como fazendo parte da atividade. Isso vem ao encontro do que já havíamos abordado, mostrando que o conceito é amplo e flexível.

Além disso, a OMT (2003, p.20) compreende o turismo como: “[...] as atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, e que neles permaneçam por não mais de um ano consecutivo a lazer, a negócios ou por outros motivos”.

Cruz (2003, p.05) entende que o turismo é “[...] antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. Quando o chama de “prática social”, entende que passa a ser determinado pela cultura. A autora traz um ponto importantíssimo nessa definição, já que aborda o espaço geográfico como objeto de consumo, que é realmente o que ocorre com o turismo.

Orquestrando esse mesmo coro, Coriolano (2006) afirma que é uma prática social, econômica, política, cultural e educativa que envolve relações sociais e de poder entre os residentes no destino receptivo, turistas, produtores e consumidores. Ao mesmo tempo, ele é ócio e trabalho, pois é um produto do modo de viver contemporâneo que, por meio de seus serviços, cria formas confortáveis e prazerosas de viver, restritas apenas a uma parcela da população.

Para concluir esta seção, que buscou definir e conceituar o turismo sob várias óticas, autores, posições e áreas de conhecimento, trazemos o conceito de Wahab (1991, p.25), para quem o turismo é uma

[...] atividade humana internacional que serve como meio de comunicação e como ele da interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local, formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade.

O que se extrai desses vários conceitos que apresentamos e dos outros tantos que ainda existem na bibliografia científica e especializada, é que a confirmação de definir o turismo não é nada fácil, como já foi mencionado no início deste capítulo. É, por ser algo complexo, dispusemo-nos a elaborar esta seção para ser uma das partes teórico/conceituais da tese. Se

fosse consenso e de fácil entendimento, não haveria a necessidade de despendendo tempo e trabalho para inseri-la neste estudo.

O que vale ser ressaltado é que o turismo diz respeito ao deslocamento temporal de indivíduos ou de grupos de pessoas que saem do local onde residem para outros por razões diversas, como recreação, descanso, cultura e até mesmo busca por melhores condições de saúde, utilizando-se das facilidades de alojamento, alimentação e outros serviços. Para o desenvolvimento do turismo, deve haver o interesse dos turistas e das pessoas residentes nos destinos receptores, o que cria o fluxo turístico.

Note-se que o turismo é dinâmico, flexível e complexo e vem-se alterando ao longo do tempo e das mudanças culturais da sociedade. Quando nos referimos a um fenômeno complexo, vale lembrar que o turismo tem ligação com vários setores da economia e da sociedade, além de que transita por vários campos do conhecimento.

Há especialistas que tratam o turismo como um fenômeno relacionado com as distâncias; outros, com o tempo de permanência; alguns, com o motivo por que o turismo está sendo praticado, porém o que fica claro é que, por um lado, o turismo trata de utilizar de maneira prazerosa parte do tempo livre das pessoas; por outro, torna-se torna um negócio, uma “indústria” que movimenta cifras consideráveis da economia mundial. O consumidor desse serviço é o turista, entretanto como poderíamos entender o que é turista? Como se deu a evolução do conceito de turista? Vejamos a próxima seção.

3.2 O conceito de “turista”

Inicialmente o homem era nômade; deslocava-se pelo território para ir em busca de seu sustento (caça, pesca e coleta), entretanto não era turista e nem mesmo viajante. A necessidade de sobrevivência é que o tornava nômade. Além disso, sempre foi um curioso e ia em busca de desbravar o desconhecido, sempre motivado, por novas experiências.

Com a evolução dos meios de produção e da agricultura e com a domesticação dos animais, o homem pôde fixar-se em um local, mas sempre foi curioso, aventureiro e desbravador. O resultado disso foi o surgimento da figura do homem que saía para dar uma

volta e retornava. A história do turismo mostra bem essa afirmação, já que o homem, por inúmeros motivos, realizava, e realiza até hoje, o deslocamento temporário e o retorno. Vejamos então o que pode ser considerado como “turista” e como se deu a evolução do conceito.

O turista pode viajar e praticar o turismo⁴³ sozinho ou em grupo. Isso irá depender das múltiplas razões, interesses e objetivos que o motivam a realizar a viagem e praticar o turismo. Os fatores mais comuns da prática do turismo são as exigências fisiológicas (a necessidade de descanso e os tratamentos médicos), exigências espirituais (o descanso e a procura pelo chamado equilíbrio espiritual) e a busca por novas culturas, estudos e pesquisas. Atualmente, o turista viaja simplesmente para sair da rotina.

Podemos citar também que, na atualidade, o ato de viajar e praticar o turismo, em especial para destinos considerados caros ou exóticos, tornou-se uma forma de *status*. A sociedade ocidental enxerga a pessoa que viaja ou faz turismo como alguém “bem sucedido” e, nessa sociedade, há uma idolatria, uma admiração, por quem seja bem sucedido, já que o capitalismo é o sistema dominante, ou melhor: quem tem dinheiro é admirado.

Para entender o que é “turista” iniciemos com a definição de Andrade (2001, p.41) que, de forma simples, vê o turista como “[...] pessoa que viaja para recrear-se”.

Buscando compreender a evolução do conceito de turista, Castrogiovanni (2002, p. 60) informa que o termo “turista” teve sua origem na Grã-Bretanha, “[...] onde o início do seu emprego ocorre a partir do final do século XVIII, para designar uma pessoa que realiza uma viagem por motivos culturais e de lazer”.

Por sua vez, Andrade (2001) já assegura que a primeira conceituação técnica de “turista” é do ano de 1936 e foi elaborada pelo Comitê de Peritos em Estatística da Liga das Nações e apresentada em um congresso da entidade ocorrido em Dublin em janeiro de 1937. Após inúmeras discussões e justificativas, decidiu-se por definir turista como:

1º.) As pessoas que viajavam a recreio ou por motivos de família, saúde e outros que não gerem relações de residência no receptivo ao qual se dirigem. 2º.) As pessoas que se dirigem a reuniões, congressos, simpósios, seminários ou viajam em caráter de prestação de serviços (científicos, administrativos, diplomáticos, religiosos,

⁴³ Temos que diferenciar “viagem” e “turismo”: “O turismo inclui a viagem apenas como parte de um todo, uma vez que pode haver diversas viagens dentro de um mesmo destino turístico. Já as viagens, no sentido amplo do termo, pode ter diversos objetivos não necessariamente turísticos, como por exemplo, viagens de negócios, de estudos, de compromissos sociais e outras.” (BADARÓ, 2007, p. 22).

esportivos, e outros de natureza diversificada) com duração determinada. 3º.) As pessoas que viajam a negócios, com prévia programação de retorno à residência habitual. 4º.) As pessoas que participam de cruzeiros marítimos, mesmo que a duração de sua estada no receptivo seja inferior a 24 horas. (ANDRADE, 2001, p. 41).

Wahab (1991, p.64) aponta que, em 1937, a Comissão Econômica da Liga das Nações definiu o termo “turista” como “[...] qualquer pessoa que viaje por um período de 24 horas ou mais em um país que não seja o de sua residência”. Nisso incluiu as pessoas que viajam por vários motivos, como saúde, razões familiares, motivos profissionais, e as que permaneçam no local por menos de 24 horas. Depois de um tempo, incluíram-se os estudantes e a possibilidade de se fazer turismo no próprio país de residência.

No entendimento do Andrade (2001), a definição acima apresentada era vaga e elástica e induzia a interpretações tendenciosas. Diante disso, redefiniu-se o conceito de turista mais uma vez:

1º.) As pessoas que, com contrato de trabalho ou sem ele, dirigem-se a um país diverso do seu para ocupar algum cargo ou exercer uma atividade profissional. 2º.) As pessoas que venham a fixar residência no país receptor. 3º.) os estudantes e os jovens residentes em pensionatos ou escolas. 4º.) Os que habitam em regiões fronteiriças e os que residem em um país e trabalham em outro. 5º.) Os viajantes em trânsito que não se detêm no país, mesmo quando viajam através dele por mais de 24 horas. (ANDRADE, 2001. p. 42).

Esse conceito ficou mais amplo se comparado ao anterior, entretanto a questão da duração (mais de 24 horas) ficou bem evidente em ambos os conceitos. Moesch (2000, p. 11) vem confirmar isso, com a seguinte informação: “A Sociedade das Nações, em 1937, determina um critério estatístico para definir a categoria turista: ‘Toda a pessoa que viaja durante 24 horas ou mais por qualquer outro país distinto a sua residência habitual’”.

Com o advento da Segunda Grande Guerra, os debates sobre os assuntos relacionados ao turismo ficaram suspensos até o ano de 1950, ocasião em que a Assembléia Geral da UIOOT decidiu considerar turistas como sendo os estudantes e os jovens residentes fora de seus países de origem, enquanto os demais casos permaneceram conforme decisão das resoluções de 1937.

Fonteles (2004) utilizando-se das informações do livro de Trigo informa que, no período de 1949–1958, o turismo voltou a crescer, explorando até mesmo os cenários da guerra e os próprios avanços tecnológicos que as duas guerras proporcionaram.

É evidente que para a época, o tema era bastante polêmico, até mesmo em virtude do momento político que o mundo estava vivenciando. Havia preocupações com questões relacionadas à espionagem, às guerras, ao socialismo *versus* capitalismo, à própria Guerra Fria. Tudo era motivo de preocupação, em especial o trânsito de pessoas por países que não eram de origem. O que parece ser simples hoje nesse período era amplamente discutido.

Andrade (2001) expõe ainda que, em 1953, a UIOOT voltou a reunir-se em Londres para discutir o tema “turista” em razão de críticas que vinha sofrendo. O ponto central da discussão era quanto aos jovens e estudantes. Nessa ocasião,

Houve manutenção da resolução de 1950, embora houvesse flagrante divisão, motivada pelos seguintes fatos: uns temiam pela ameaça de desequilíbrios populacionais nos países que recebiam os jovens; outros, pela insegurança da época, desejavam proteger internacionalmente os jovens cujos pais ou responsáveis haviam desaparecido ou falecido nas operações de guerra. (ANDRADE, 2001, p. 42).

Em 1954, ocorreu uma conferência na cidade de Nova Iorque, denominada Conferência sobre Facilidades Alfandegárias para o Turismo, com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), decidindo-se por definir “turista” como:

Toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de um Estado contratante diverso daquele em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósito de imigração. (ANDRADE, 2001, p. 42).

Já no ano de 1963 ocorreu, em Roma, com o apoio da ONU, a Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo, que reafirmou o conceito elaborado no ano de 1954, no entanto “[...] substituiu a expressão turista pelo termo visitante, a fim de propiciar maior elasticidade dos critérios estatísticos a serem aplicados”. (ANDRADE, 2001, p. 42-43).

Para essa mesma ocasião, Arendt (1999, p.17) complementa, definindo turista como: “[...] para fins estatísticos o termo visitante descreve qualquer pessoa visitando um país que não seja o de sua residência, e que não venha exercer uma ocupação remunerada”.

Como não poderia deixar de ser, ocorreram várias discussões sobre o tema, mas dois pontos continuaram sem mudanças:

1º.) Para que haja realização de atividade turística, deve haver deslocamento pessoal a localidade diversa da cidade onde o viajante possui residência fixa ou habitual. 2º.) Para ser considerado turista, além de preencher as finalidades exigidas pela natureza do fenômeno, o visitante deve permanecer no receptivo, temporariamente, em prazo superior a 24 horas. (ANDRADE, 2001, p. 43).

Nesse contexto, o conceito de turista passou a ser:

[...] pessoa que, livre e espontaneamente, por período limitado, viaja para fora do local de sua residência habitual, a fim de exercer ações que, por sua natureza e pelo conjunto das relações delas decorrentes, classificam-se em alguns tipos, das modalidades e das formas de turismo. (ANDRADE, 2001, p. 43).

A definição acima é considerada universal e respeita um conjunto de doutrinas internacionais, mas há países que, pelo fato de as viagens tornarem-se mais rápidas e frequentes, optaram por adotar outros critérios como o “de tempo de permanência” para definir turista:

1º.) A fixação de tempo não é essencial ao ato humano como tal e, na duração estabelecida de um a 180 dias, um estrangeiro – de acordo com as circunstâncias – pode tornar-se prejudicial aos interesses nacionais do país que o recebe. 2º.) Se 24 horas podem representar prazo muito curto e sem rentabilidade, seis meses podem propiciar muitas ocasiões de atividades clandestinas profissionais e desequilíbrio para o mercado nacional de salários, além de outros dissabores capazes. (ANDRADE, 2001, p. 43-44).

Moesch (2000, p.12) finaliza com informações interessantes sobre a definição de turista: “O turista sempre pensa em retornar para casa em pouco tempo. A visita aos lugares/destinos não visam lucro, portanto as motivações obedeceriam a razões espirituais ou vitais, mais próprias e íntimas”.

Dessa forma, para a autora, turista é o

[...] indivíduo em viagem, cuja decisão para o deslocamento foi tomada com base em percepções, interpretações, motivações, restrições e incentivos, representando manifestações, atitudes e atividades relacionadas a fatores psicológicos, educacionais, culturais, técnicos, econômicos, sociais e políticos. (MOESCH, 2000, p. 12).

Mota (2001) trata o turista como o visitante que permanece pelo menos 24 horas no local visitado e lembra que o motivo pode ser variado e estar diretamente relacionado com o lazer, o prazer, as férias, o tratamento de saúde, a religião, os esportes, os negócios, as visitas a familiares, entres outros.

A definição atual da Organização Mundial de Turismo é: “[...] visitante temporário, proveniente de um país estrangeiro, que permanece no país por mais de 24 horas e menos de três meses, por qualquer razão exceto trabalho”. (BADARÓ, 2003, p. 31). Quando a OMT se refere a estar no país *por qualquer razão exceto trabalho*, diz respeito a não visar o lucro, ou realizar algum trabalho, de modo que as motivações devem estar ligadas a razões espirituais ou vitais ao ser humano.

Hanai (2009, p.37) colabora com essa discussão apontando que:

A distinção entre visitantes e turistas reside nos conceitos de lazer, recreação, viagens e turismo. Lazer é o tempo disponível para um indivíduo, depois que o trabalho, o sono e outras necessidades básicas tenham sido atendidas. Recreação são atividades desenvolvidas durante o tempo de lazer. As viagens de um dia envolvem excursões a atração turísticas, definindo o conceito de visitantes. O turismo é o movimento temporário para destinações fora do local de residência ou trabalho, o qual exige instalações e serviços criados para atender às necessidades das atividades durante a estada. Mesmo que as visitas de um dia ou as excursões sejam atividades de recreação comuns, para que o turismo ocorra, o tempo de lazer deve ser gozado em um bloco de tempo para permitir uma estada fora da residência.

Ocorre, entretanto, que o turismo evoluiu e atualmente já temos o turismo de compras, o turismo de eventos e o turismo de negócios, que podem ter uma ligação direta com o “lucro”, talvez não de imediato, mas um lucro futuro, após um contato ou mesmo a realização de uma boa compra ou a participação em um evento.

Dentro do meio turístico, além da figura do turista, temos o “excursionista”, que é o visitante temporário que permanece em um local por um período inferior a 24 horas. Já o

“visitante” pode ser entendido como o “[...] indivíduo que se desloca a um lugar diferente daquele de sua residência habitual, por uma duração inferior a 365 dias, desde que o motivo principal da viagem não seja o de exercer uma atividade remunerada no lugar visitado”. (BADARÓ, 2007, p. 49).

Seguindo a ideia de Badaró, encontramos a outra definição proposta pela OMT: “qualquer pessoa que viaje para um país no qual não possua residência usual que esteja fora de seu ambiente normal, por um período que não ultrapasse 12 meses, e cujo objetivo principal da visita não seja exercício de uma atividade remunerada dentro do país visitado. (OMT, 2003, p.20).

Ainda no mesmo texto, a OMT divide o turista em “turista doméstico” (aquele que pratica o turismo no mesmo país que reside) e “turista internacional”, que é “qualquer pessoa que resida em um país e viaje para um lugar dentro dos limites do território e fora do seu ambiente usual”. (OMT, 2003, p. 21).

Esta seção mostra que o entendimento sobre o turista também foi passível de mudanças, pois vimos que, até o momento, há evolução do conceito, do entendimento de turismo e de turista. Mas como se deu a evolução da atividade do turismo?

3.3 Um breve histórico do turismo: da gênese à importância nos dias atuais

Pode até parecer estranha a construção desta seção da tese, mas acreditamos ser necessário e relevante entender a gênese, a evolução e a importância do turismo para as economias. É importante lembrar que temos como foco a análise do turismo do município de Bonito/MS e, diante disso, cremos ser importante compreender como a atividade do turismo nasceu, cresceu e como está hoje. Esperamos que esta seção enriqueça a parte teórica desta tese.

Desde o início da história da humanidade, os deslocamentos humanos são frequentes. A princípio, esses deslocamentos decorriam da necessidade de procurar alimento, água e vestimentas. Com o passar do tempo, surgiram as motivações pela fé. Houve também

deslocamentos que ocorreram em virtude da busca do desconhecido, ou seja, ir para outras regiões em busca do novo.

Esses deslocamentos humanos não são tidos como turismo propriamente dito, mas contribuíram para o seu desenvolvimento, já que ocorreu um grande intercâmbio cultural.

De acordo com Barbosa (2002, p.58), o turismo sempre existiu, mas em outros moldes.

[...] a partir do momento em que [as viagens] foram chamadas de turismo, passaram a ter uma característica mais apelativa, ou mágica, que seduzia o viajante. No fundo, o turismo acabou sendo um neologismo em função de que o homem sempre viajou, seja por prazer ou por necessidade.

A bibliografia específica que trata da evolução do turismo vem, no entanto, atrelando-o à evolução da sociedade e da economia, como costuma ocorrer com outros fenômenos.

Tomamos por base de análise, inicialmente, a visão de Molina (2003), que relaciona o desenvolvimento do turismo à evolução capitalista. Seu texto classifica todo o período histórico em cinco fases: o pré-turismo, o turismo industrial primitivo, o turismo industrial maduro, o turismo pós-industrial e o pós-turismo.

A primeira fase, que Molina chama de “pré-turismo”, diz respeito aos séculos XVII e XVIII. Essa fase ficou caracterizada pelo *Grand Tour*⁴⁴, as viagens para a busca de conhecimento e para a realização de negócios. Isso ocorreu nas principais cidades da Europa, que eram centros de estudos e centros comerciais.

Já a fase que Molina intitula como “turismo industrial primitivo” ocorreu no século XIX, indo até a Segunda Guerra Mundial, e ficou marcada pelo surgimento dos negócios do turismo como, por exemplo, os negócios de Thomas Cook, que iremos detalhar mais adiante neste estudo. Nessa fase, houve uma extensão da prática do turismo, que saía da Europa e vinha para a América. Daqui, o turismo começa a espalhar-se pelo mundo. Houve fatos que

⁴⁴ “Os *Grands Tours* eram viagens, com propósitos educacionais, realizadas, sobretudo, por jovens do sexo masculino, filhos de famílias ricas e recém-saídas das universidades. A missão dos jovens era percorrer o mundo, ver como ele era governado e dessa forma, se preparar para ser um membro da classe dominante [...]. As viagens incluíam visitas a lugares históricos, culturais e naturais, nos quais as maneiras e os costumes das comunidades locais eram amplamente analisados pelos viajantes. O *Grand Tours* atingiu seu ápice na metade do século XVII, tornou-se comum entre a elite britânica, agrupando ao mesmo tempo prazer e instrução, sendo o primeiro exemplo significativo de lazer em larga escala”. (BARBOSA, 2002 apud FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON, 2006, p. 6-7).

auxiliaram na evolução do turismo, como o surgimento de acomodações, a melhoria dos transportes, o início das atividades das agências de turismo e as viagens com o uso de guias de turismo.

A terceira fase é a que o autor chama de “turismo industrial maduro”, que se inicia após a Segunda Guerra Mundial e segue até a década de 1980. Segundo Molina (2003), essa fase é marcada por um elevado crescimento do setor e o surgimento de empresas especializadas em atender às demandas do mercado. O turismo ganhou, a partir dessa fase, uma nova roupagem e passou a ocupar uma posição importante nas economias. Aqui, também houve a busca e o desenvolvimento do turismo de massa.

Na quarta fase, chamada de “turismo pós-industrial”, que se iniciou na década de 1980, houve a mudança de valores relacionados ao negócio turismo. Surgiram várias ideias inovadoras, dentre elas a segmentação do turismo, o que acabou diminuindo a busca por sua massificação. A partir dessa fase, haverá um novo tipo de turismo, além do turismo de massa: surge a ideia do turismo alternativo. Há também uma busca pela personalização dos negócios relacionados ao turismo, como os serviços que estão ligados a ele. Os frutos das pressões ambientalistas surgem aqui, já que o desenvolvimento sustentável passa a ser discutido no negócio do turismo. Há uma mudança de comportamento do turismo, que se estende para o setor público e para as comunidades receptoras. A partir dessa fase, as preocupações ambientais passaram evidenciadas no negócio do turismo.

Já a última fase, nomeada de “pós-turismo”, diz respeito aos anos de 1990 e ficou marcada pela globalização, pelas políticas neoliberais, pela inserção das novas tecnologias e pelo comando das multinacionais, que agora também assumem e dominam o mundo do turismo. Molina (2003) reconheceu que, na fase do “pós-turismo”, também haverá (sempre houve e ainda há) um aumento das desigualdades sociais, econômicas, tecnológicas e produtivas. Essa perspectiva “apocalíptica” de Molina sobre essa fase dos anos de 1990 também fica evidente em muitos estudos realizados na área da economia. O turismo é tido como a solução dos problemas, mas, assim como as demais atividades econômicas, não consegue incorporar a totalidade dos interessados.

Essa visão de evolução do turismo elaborada por Molina (2003), como vimos de forma sintetizada, liga-o ao contexto capitalista. Vale ter sempre em mente que o turismo é uma atividade econômica, já que há pessoas que consomem algo, empresas ofertam algo e o setor público tem a função de regulamentá-lo e criar parte da infraestrutura necessária para o seu

desenvolvimento. Em suma, o turismo é um fenômeno que se desenvolveu ligado a uma racionalidade econômica.

Contribuindo para o entendimento da evolução do turismo atrelado ao desenvolvimento da sociedade e do capitalismo, utilizam-se, aqui, textos de vários autores que tratam da evolução do turismo de forma mais ampla e detalhada.

Na gênese da atividade do turismo, havia inúmeras dificuldades, até para a efetivação de uma simples viagem. Era algo penoso e demorado, em razão das péssimas condições dos meios de transporte, estradas e vias de acesso. Andrade (2001) aponta que a falta de conhecimento, ou seja, a ignorância dos indivíduos da época, tornava-os medrosos, melindrosos e desconfiados. De certa forma, isso dificultava o entendimento, o diálogo, a aproximação e a descoberta de novos lugares, o que se tornava uma agravante na prática do turismo.

Mesmo diante dos entraves que existiam na gênese do turismo, Oliveira (2000) e De La Torre (1992) assinalam que o fenômeno teve início na Grécia Antiga por volta do século VIII a.C., ocasião em que as pessoas se deslocavam para assistir aos jogos olímpicos que ocorriam a cada quatro anos.

Youell (2002, p. 20) também comunga dessa informação e complementa dizendo que:

A civilização grega foi a primeira a oferecer aos indivíduos – e a sociedade – os benefícios do equilíbrio saudável entre trabalho e lazer, incluindo as viagens. Há provas de viagens com propósitos puramente recreacionais, como a hospedagem por parte dos gregos de visitantes internacionais durante os primeiros Jogos Olímpicos em 776 a.C.

Vários textos técnicos atribuem aos gregos as origens do fenômeno pré-turístico: foi a primeira civilização a atribuir um sentido diferente ao lazer. As altas castas viam com “maus olhos” o trabalho, contudo utilizavam o tempo livre para atividades culturais, religiosas, esportivas e para viagens e diversão.

As olimpíadas são de origem grega, mas os romanos foram influenciados pela cultura grega e utilizavam seu tempo livre para o lazer e a cultura. No período do Império Romano, o fluxo de viagens tornou-se intenso.

A presença de vilas e casa de hóspedes eram freqüentes em alguns pontos do território romano e em Roma, existiam os *courties* (espécie de guia de turismo local) que orientavam e ajudavam os mercadores, transeuntes e viajantes durante sua passagem por Roma. (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2006, p.6).

A partir da decadência do Império Romano, as viagens que antes eram comuns passaram a ser escassas, já que não havia comunicação e os caminhos que eram viáveis tornaram-se desconfortáveis e inseguros⁴⁵. Como ainda é hoje, quem viajava nesse período era apenas uma parcela da população, em razão dos custos da prática de viagens.

Arendit (1999) adiciona que, na Grécia Antiga, havia várias formas de lazer que incentivavam os deslocamentos, como as atividades culturais e artísticas, festivais, solenidades e competições esportivas.

De resto, o fato é que na época, essas atividades de lazer tinham uma grande representatividade para uma pequena parcela da sociedade grega, mas, indubitavelmente foram importantíssimas para o desenvolvimento do turismo como um todo.

Mota (2001), focalizando também o desenvolvimento do turismo, informa que o Império Romano, para facilitar o deslocamento das pessoas, construiu uma estrada no período entre os séculos II a.C. e II d.C. Essa obra teve um papel fundamental para a efetivação das viagens que se iniciavam em Roma e seguiam para os campos, mar, águas termais, templos e festivais.

Nos séculos I e II d.C, há registros de grandes peregrinações a Jerusalém e à Igreja do Santo Sepulcro, que podem ter constituído as primeiras viagens de turismo de lazer, contudo isso não é consenso na bibliografia científica sobre turismo.

O povo romano, pensando em seu descanso e sentindo-lhe a necessidade, desenvolveu importantes centros turísticos com base no lazer, como o Circo Romano e locais para repouso próximos ao mediterrâneo. (ARENDIT, 1999).

⁴⁵ Vale lembrar que, desde a gênese do turismo, quem viajava era uma pequena parcela da população. Na Idade Média, esse fato fica expresso no texto de Youell (2002, p. 20): “As viagens continuaram a ser privilégio dos que estavam no poder e viajavam para praticar esportes e por motivos culturais”. Num período mais recente, Cruz (2003, p. 14) aponta que: “[...] em função da forma como se dá a divisão social do trabalho no mundo capitalista, apenas uma parte dos indivíduos dessa sociedade (ou grupos de indivíduos) tem condições de praticar turismo ou participar do mercado turístico vendendo sua força de trabalho. Outra parcela significativa da população mundial não faz turismo, não participa direta ou indiretamente da atividade turística (incluindo-se aqui a renda auferida por meio da atividade) e, muitas vezes, sequer sabe o que isso significa”.

O período que compreende a queda do Império Romano (por volta de 400 d.C.) até a Idade Média ficou marcado pelas poucas oportunidades de viagens voltadas para a prática do lazer. (YOUELL, 2002).

Com a ascensão do Cristianismo, as atividades de lazer passaram a estar ligadas às festividades e cultos religiosos. O texto de Youell (2002, p. 20) apresenta que os “dias santos” foram mais um fator impulsionador do turismo, já que era necessário criar o tempo livre para a prática do turismo. E acrescenta que: “O termo holiday (férias ou feriado) nasceu de holy day (dia santo), termo designado pela Igreja no fim da Idade Média, o que concedeu à maioria da população suas principais oportunidades de lazer”.

O fato é que houve um grande avanço no século XV, com as viagens que atravessavam os oceanos, motivadas pela exploração de novas terras no período do Mercantilismo. Nesse momento da história, os meios de comunicação eram pouco eficientes; aliás, só havia a escrita, que não transmitia imagens, fotos ou sons do que poderia ser encontrado em outras terras. Isso, de certa forma, tornou-se um impulso para o ato de desbravar novas terras, já que viajar era a única forma de conhecer outros locais, e uma necessidade para o sistema econômico da época. Vale lembrar que essa forma de deslocamento e “prática do turismo” não tem as características do turismo atual; era uma forma de deslocamento e descobrimento.

Youell (2002) aponta a expansão da Reforma na Europa no século XVI como responsável pela divulgação da ética da obra protestante, que criticou os excessos e a corrupção da nobreza, a qual priorizava a busca do prazer. Isso fez que houvesse um corte nas viagens que proporcionavam somente o prazer.

Ainda o século XVI foi marcado pela Renascença Italiana, que, por sua vez, permitiu o desenvolvimento e o descerramento das artes, das letras e das ciências, mudando, assim, os costumes da época. Isso fomentou as viagens de artistas e artesãos que se deslocavam com o objetivo de pintar igrejas, palácios e outros monumentos que hoje são pontos turísticos, a maior parte localizada na Europa. (MOTA, 2001).

Essa fase renascentista, além de ser importante para os artistas, artesãos e músicos que viajavam pelo mundo para divulgar sua arte, caracterizou-se por uma mudança na vida da aristocracia, que passou a cancelar as viagens com uma forma de *status* e poder econômico. A nobreza inglesa, neste caso, os mais jovens, viajava com o objetivo de adquirir conhecimento e experiência profissional e conhecer outras culturas, pois, como já dissemos, não havia meios

de comunicação ou publicações que pudessem contribuir para a obtenção de conhecimento. Essas viagens chegavam a ter uma duração de até três anos. (ARENDIT, 1999).

Até porque a Reforma Protestante e o Renascentismo criaram na sociedade um interesse em conhecer o mundo que a rodeava. Houve também escolas, como a do humanismo científico, que passaram a enfatizar a busca pelo conhecimento. O *Grand Tour* veio para concretizar essas ideias.

Nesse contexto histórico do turismo, Youell (2002) detalha o período do *grand tour* mostrando sua importância para a época:

De 1670 em diante, jovens cavalheiros da aristocracia eram enviados ao *grand tour* dos notáveis centros culturais da Europa para ampliar seus conhecimentos e experiências de vida antes de procurar posições ou cargos na corte quando retornavam a casa. Cidades como Paris, Veneza, Roma e Florença concederam a esses jovens turistas a oportunidade de experimentar diferentes culturas e sociedades. A popularidade do *grand tour* atingiu seu ápice na metade do século XVIII, mas foi interrompida abruptamente pelo início da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas.

Faz necessário sustentar que, nesse período, vinham ocorrendo várias viagens, mesmo com as inúmeras deficiências existentes, como falta de publicações especializadas, a carência de meios de hospedagens e as más condições de transporte.

Com relação às publicações especializadas sobre viagens e turismo, Castelli (1986, p.17) apresenta o seguinte registro:

[...] por volta do século XVII aparecem algumas publicações com o objetivo de orientar os ‘turistas’. Uma destas publicações é ‘*Of Tradel*’ [...] escrita por Francis Bacon e que fornece uma série de definições (listas de atrações) e conselhos (aprender o idioma do país a ser visitado) para os viajantes.

Em se tratando de meios de hospedagem, ainda datados no século XVI, há registros do surgimento do primeiro hotel, o *Wekalet-Al-Ghury*, que foi construído na cidade do Cairo (Egito) com o objetivo de atender os mercadores, pois, nesse período, o comércio vivia uma fase de expansão. (ARENDIT, 1999). Nesse mesmo século, há apontamentos de 12 *spas* voltados para a população pobre e doente, com programas de entretenimento.

Necessário destacar outro marco importante que contribuiu para o desenvolvimento do turismo, no século XVII. Foi a “evolução técnica” das carruagens, que já vinham sendo

utilizadas desde o século anterior. Essa evolução consiste no surgimento das chamadas “belinas”, que eram mais rápidas que as carruagens da época. Tivemos também o surgimento das diligências, que estabeleceram suas primeiras linhas regulares de Frankfurt a Paris e de Londres a Oxford. (ARENDIT, 1999). Vale considerar que, para o contexto da época, essa “evolução técnica” foi relevante, já que as viagens realizadas com carruagens eram demoradas e, a partir do uso das belinas, houve um ganho considerável.

Lima (2003) discorre sobre a evolução do turismo, trazendo uma síntese dos séculos XVI, XVII e XVIII, o que, em parte, já foi tratado neste estudo:

Como fenômeno social da modernidade, o turismo está associado ao que na Europa se denominou “*Grand-Tour*” e que sucedeu à fase considerada por AUGÉ (1994) como marco inicial do turismo, qual seja, as viagens de peregrinação a locais sagrados ou destinados a meditações e a busca de ligação mais intensa com a divindade no século XVI, e, entre os séculos XVII e XVIII, as viagens dos filhos da aristocracia francesa e inglesa, principalmente, no sentido da ampliação dos horizontes de conhecimento, através do estudo de outras regiões e países. (LIMA, 2003, p. 30).

Na prática, o turismo, como qualquer outra atividade econômica e social, sofreu, porém, fortes influências com o advento da Revolução Industrial do século XVIII. Esse período deu início ao que Mota (2001) e outros autores chamam de “turismo moderno”.

A par disso, Ray Youell (2002) destaca que essa revolução foi responsável por transformações consideráveis no modo de vida britânico, não só no que tange ao turismo e ao lazer, mas também ao avanço da mecanização nas técnicas de produção em massa na indústria, que impulsionou a urbanização.

Assim as viagens, que eram realizadas de forma desordenada, passaram a ser organizadas, planejadas e preparadas com a intervenção de um agente de viagens. As viagens internacionais sofreram mudanças, sendo realizadas de navio, e as viagens nacionais, por meio de trem. A Revolução Industrial implantou o vapor como forma de movimentar trens e navios, o que foi incontestavelmente uma grande evolução para o setor de transportes e consequentemente para o turismo.

Segundo Youel (2002), o primeiro serviço de trem de passageiros movido a vapor ocorreu em 1830. Essa significativa mudança na forma de se deslocar foi iniciada no trecho entre Liverpool e Manchester e teve sua expansão pelas principais regiões que eram

convenientes para a Revolução Industrial naquele momento. Com relação ao turismo, a rede ferroviária foi importante para encurtar distâncias entre as principais cidades e as estações de veraneio britânicas.

Ainda a Revolução Industrial permitiu que uma parcela da população, em especial a classe média, passasse a ter mais tempo livre e, com isso, despertar-se para novos gastos e necessidades. Essa classe média reservava parte de sua receita para o turismo. Surgiu ali o chamado “turismo romântico”: as pessoas despertavam o seu interesse pela contemplação da natureza. (ARENDIT, 1999).

O fato é que, na história do turismo, há acontecimentos que foram considerados marcos para a atividade turística, com destaque para três ações empresariais que abalizaram o turismo como atividade econômica bem sucedida.

A primeira delas foi feita por Thomas Cook⁴⁶, que era um vendedor de bíblias e foi responsável pelo transporte de 570 pessoas, em uma viagem de 22 milhas entre as cidades de Leiceste e Loughborough (Inglaterra) para participarem de um congresso antialcoólico em 1841. A partir daí, Cook transformou-se no primeiro agenciador de viagens, pois comprou e revendeu os bilhetes. No ano de 1846, ele agenciou a viagem para 800 pessoas, indo de Londres para Glasgow. Já nesse período utilizou-se dos serviços do guia de turismo. Em 1851, Cook levou 165 mil pessoas excursionistas de Yorkshire para Londres, onde estava ocorrendo uma feira industrial. No ano de 1865, começou a fazer reservas em hotéis e publicou um guia intitulado “Conselhos de Cook para excursionistas e turistas”. O ano de 1866 ficou marcado pelo primeiro *tour* que ele fez pelos Estados Unidos da América. Em 1869, rompeu mais fronteiras levando um grupo de turistas para a Terra Santa e Egito e, em 1872, deu uma volta ao mundo com um grupo de turistas, levando 222 dias para realizar todo o percurso. (ARENDIT, 1999).

Complementando o que foi descrito por Arendit (1999), Youell (2002) aponta que Cook organizou a primeira excursão à América em 1866, utilizando como meio de transporte o navio a vapor e, em 1869, aproveitou a conclusão do Canal de Suez para ir até o Egito.

⁴⁶ “Cook trouxe enormes contribuições ao turismo. Elaborou o primeiro itinerário descritivo de viagem preparado de forma profissional denominado: Handbook of the Trip, efetuou Tours com participação de guias de turismo, organizou também a primeira volta ao mundo, criou o cupom de hotel, atualmente conhecido por *voucher* que, [...] foi o antecessor do Traveller Cheque, uma vez que esse documento era aceito pelos bancos, hotéis, restaurantes e algumas casas comerciais em distintas partes do mundo. Em 1891 a American Express criou o Traveler Cheque conhecido atualmente”. (DANTAS, 1999, p. 9-10).

O certo é que, a partir de Cook, o turismo ganhou uma roupagem comercial. Dias (2003) destaca que esse acontecimento foi o início da época moderna do turismo, em que há quem organize os grupos para a prática de turismo com fins lucrativos.

É Mota (2001) quem nos apresenta a segunda ação empresarial bem sucedida ligada diretamente ao desenvolvimento do turismo. Cezar Ritz marca a história do turismo como o “[...] precursor da arte de receber e acolher turistas no início do século XX, criando inicialmente hotéis de luxo para uma demanda de alto poder aquisitivo.” (MOTA, 2001, p. 34), o que significa que o turismo depende diretamente da infraestrutura para atender ao turista.

A terceira e última ação empresarial bem sucedida está situada no setor de transportes, em que George Martimer Pullman transformou-se em mais um bem sucedido empresário do ramo de turismo, atuando entretanto, no setor de transporte ferroviário. (ARENDIT, 1999).

Seguindo na história da humanidade, resgatando os fatos importantes do século XX que permitiram analisar o desenvolvimento do turismo, vale lembrar a mudança de ação empresarial iniciada por Henry Ford, que, por meio do sistema fordista de produção, ampliou a produtividade e conseqüentemente a renda do trabalhador. Tivemos também a criação da semana de 6 dias, a jornada diária de 8 horas, as férias remuneradas, a criação da seguridade social e a ampliação no nível educacional de forma gratuita, fatos que, de certa forma, impulsionaram o turismo.

Enfoca-se também a questão do desenvolvimento da indústria e do comércio do século XX e o surgimento dos grandes conglomerados urbanos que, de certa, forma induziam uma parcela da população a buscar, durante feriados, fins de semana e férias o descanso em locais de beleza natural, de preferência longe das cidades.

Vale a pena ressaltar que, durante a Primeira Guerra Mundial, o turismo ficou estagnado, já que os países considerados desenvolvidos que mais praticavam o turismo estavam com suas economias voltadas para a guerra. Com o fim dessa guerra, a prática do turismo ganhou espaço na economia e na sociedade. Outro fator fundamental para o turismo ocorreu no período conhecido como “entre guerras”, quando o automóvel passou a ser amplamente utilizado como o meio de transporte mais popular, favorecendo a prática do turismo. (OLIVEIRA, 2000).

E ainda mais: com a evolução do turismo, os estudiosos e instituições passaram a ter interesse em investigá-lo. De acordo com Mota (2001), o início dos estudos teóricos de

turismo ocorreu a partir de 1925, com a Cátedra de Turismo na Universidade de Roma por Ângelo Mariotti. Já o primeiro instituto específico para o estudo do turismo passou a funcionar no ano de 1929, na Alta Escola de Economia de Berlin.

O Brasil tem como marco inicial das atividades turísticas o ano de 1922, o ano comemorativo do Centenário da Independência. Nesse período, o Rio de Janeiro recebeu os primeiros hotéis e foi criada a Sociedade Brasileira de Turismo, que posteriormente passou a chamar-se *Touring Club* do Brasil. Depois disso, o turismo foi-se espraiando para São Paulo, onde havia estâncias termais, e Rio Grande de Sul, pela localização próxima à fronteira com o Uruguai. (CORÁ, 2006).

Já em termos mundiais, Casimiro Filho (2002) lembra que o turismo voltou a sofrer um período de estagnação durante a Segunda Guerra Mundial, entretanto, com o fim da Guerra, houve um desenvolvimento acelerado nos meios de transporte (inserção do avião para transporte de civis) e de comunicação, o que possibilitou o ressurgimento do turismo, em especial na Europa e América do Norte.

Complementando a informação de Casimiro Filho, Youell (2002, p. 24) aponta, como fatores positivos da Segunda Guerra Mundial:

[...] o rápido avanço na tecnologia aeronáutica, responsável pelo crescimento de uma indústria de aviação comercial na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. O superávit de aviões nos anos que se seguiram à guerra, aliado ao faro de empresários com Harold Bamberg da Eagle Airways e Freddie Laker, estimulou o desenvolvimento das viagens aéreas de férias. Os aviões *Comet* foram usados na década de 1950, mas foi somente com a introdução em 1958 do *Boeing 707*, mais rápido e confiável que vislumbramos a possibilidade de as viagens aéreas tornarem-se realidade para a grande maioria da população. A década de 1960 presenciou um aumento repentino na demanda de vôos programados e fretados (*charter*). Os vôos fretados ofereciam hospedagem, traslados e serviços de guia turístico para compor os “pacotes de férias” internacionais tão populares atualmente.

A partir das décadas de 1950 e 1960, o turismo teve seu apogeu e passou a ser um fenômeno de massa para a classe média dos países desenvolvidos. Moesch (2000) corrobora a informação, mostrando que a atividade turística teve seu amplo desenvolvimento nesse período em que o lazer envolveu milhões de pessoas, tornando-a uma atividade econômica considerável.

Vale (2005, p.33-34) comunga dessa ideia de crescimento do setor turístico, apresentando em seu texto alguns importantes avanços como:

[...] incremento das viagens internacionais. [...] notadamente, após a segunda guerra mundial, com o restabelecimento do equilíbrio geopolítico, o surgimento de novos padrões culturais e de consumo, o desenvolvimento da infra-estrutura pública e os avanços tecnológicos advindos do esforço bélico, então incorporados pela sociedade civil nas mais diversas áreas [...] notável desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, principalmente, no que se refere ao aperfeiçoamento da aviação civil, o que resultou na ampliação das possibilidades de locomoção. Em relação à comunicação, os avanços na área de telecomunicação e nos demais meios, principalmente a ampla difusão da informação e conhecimentos. [...] crescimento da economia mundial e, com ele, a emergência de segmentos sociais beneficiários do processo desenvolvimentista imprimido pelas nações ocidentais do primeiro mundo, além das conquistas trabalhistas verificadas na época. Tais segmentos passaram a ter condições para o consumo de bens e serviços, antes privilégios das elites.

Nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu a chamada massificação do turismo em âmbito internacional, já que deixou de ser uma atividade limitada à elite, tornando-se acessível a uma parcela maior da sociedade.

Badaró (2003) auxilia-nos completando essa reflexão com a visão do turismo como oportunidade de negócios que ocorreu nesse momento da história. Para compensar os anos de crise trazidos com a Segunda Grande Guerra, houve uma mobilização de um grande número de países, regiões e conglomerados empresariais, desde o início dos anos de 1960, buscando promover o turismo. O autor acrescenta que esse desenvolvimento desenfreado ficou, no entanto, restrito ao aspecto econômico.

É correto o entendimento de que, em se tratando de Brasil, o turismo passou a ser abordado de forma mais específica somente a partir dos anos de 1960, quando houve a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)⁴⁷, no entanto hoje já conta com um ministério próprio e um plano nacional que trata das diretrizes para o setor. Há também uma política de descentralização do turismo. Hoje, os estados e até mesmo municípios possuem secretarias ou órgãos responsáveis pelo turismo, o que vem comprovar a importância de sua ordenação, pois é um importante gerador de divisas e de diversificação das economias. Cita-se aqui o exemplo do Estado de Mato Grosso do Sul, que possui uma secretaria estadual que incorpora, além da produção e da pecuária, o turismo e uma Fundação Estadual do Turismo. Já com relação a municípios, cita-se o caso de Bonito, que possui a Secretaria Municipal do Turismo.

⁴⁷ Instituto Brasileiro de Turismo é o nome do atual departamento de turismo do governo brasileiro. Está vinculada ao Ministério do Turismo do Brasil. Anteriormente era denominado Empresa Brasileira de Turismo.

Badaró (2003) aponta que, no início da década de 1970, em decorrência da elevação da demanda por turismo, os turistas já passaram a ser vistos como devoradores de paisagem⁴⁸ e do meio ambiente, o que também marcava uma preocupação que a pressão das atividades turísticas pode exercer sobre o meio ambiente.

É importante mencionar ainda que, na década de 1990, o turismo passou a ser uma atividade considerável, sendo importante para as economias dos países. Com relação à institucionalização do turismo no Brasil, houve um importante avanço no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso: no ano de 1995, foi implantado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que foi concebido para dar mais autonomia aos municípios para o planejamento do turismo, já que cada município possui características próprias como patrimônio ambiental, cultural e mesmo tradições e costumes de cada população. (BRASIL, 2003). O PNMT começou a ser implantado no ano de 1995, tendo cerca de 1200 municípios considerados relevantes quanto ao potencial turístico.

Já em se tratando de tecnologia, nessa década surgiram e massificaram-se meios de comunicação que favoreceram o crescimento e desenvolvimento do turismo e um deles foi a rede mundial de computadores (*internet*)⁴⁹, que, por meio de seus sítios eletrônicos, tem divulgado e comercializado destinos, produtos e pacotes turísticos.

Outro fator que intensificou o desenvolvimento da divulgação do turismo, foi o surgimento de novas publicações especializadas (de caráter multidisciplinar e transdisciplinar).

Com a melhoria nas tecnologias da comunicação, o fenômeno do turismo teve mais um salto, uma vez que foi impulsionado por elas. Moesch (2000, p. 37-38) cita que há um conjunto de tecnologias de informação, como a microinformática, a informática e as telecomunicações como o rádio e a televisão.

⁴⁸ Milton Santos (1997, p. 83) afirma que a “[...] paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza e paisagem se dá como um conjunto de objetos reais – concretos. Neste sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, numa construção transversal”.

⁴⁹ A *internet* influenciou diretamente no setor de turismo. Hoje vivemos um crescimento do setor, entretanto há uma queda no número de agências de viagens. A matéria de Luciana Gondim (*Jornal do Brasil* de 30/05/2007) revela: “[...] De acordo com a presidente da Embratur, Jeanine Pires, a concorrência com a *internet*, que oferece opções de pacotes sem custo adicional de intermediários, está levando à falência as agências de viagens que não agregam valor aos serviços. A *American Society of Travel Agents* (ASTA), uma das maiores associações do setor no mundo, anunciou que a *internet* provocou uma redução de 22% no número de agências no ano passado [...]”.

A atividade turística beneficiou-se, incomensuravelmente, dos avanços tecnológicos das últimas décadas, mas, sem dúvida, foi com a sociedade da informação que sua expansão concretizou-se. A nova era das comunicações internacionais permitiu maior liberdade de locomoção, de comércio internacional, de maiores investimentos por meio das fronteiras internacionais. As inovações tecnológicas trouxeram o mundo para dentro do lar, possibilitando que quaisquer locais do globo sejam visitados, no conforto da sala de estar. As comunicações globais permitiram que os negócios mundiais fossem conduzidos por telefone, computadores, fax e internet.

Pautando-se por esse prisma, Ferrara (2002, p.70) contribui mostrando que as inovações tecnológicas repercutiram diretamente sobre o desenvolvimento do turismo:

O desenvolvimento técnico dos meios de transporte na eliminação das distâncias; a eletrônica que divulga a informação de modo instantâneo e supera separações, espaços e tempos; a perspicácia de uma estratégia financeira que absorve no crédito automático e imediato todas as aspirações e fantasias, e uma persuasão publicitária hábil em criar necessidades e administrar a satisfação, tornam coletiva a aspiração ao turismo que se organiza como uma comunicação de massa e transforma a viagem em um plano ou pacote em que se acomodam grupos, famílias, indivíduos na delícias da passividade e do consentimento.

Relacionando essas informações, inovações, mudanças nos padrões de vida e a própria evolução do turismo, essa atividade chegou aos anos 2000 acumulando números surpreendentes. O sítio eletrônico da Organização Mundial do Turismo aponta que, entre os anos de 1950 e 2000, a movimentação de turistas internacionais cresceu assustadoramente, passando de 25 milhões para 699 milhões e projeta que, no ano de 2010, esse número possa chegar a 1 bilhão de turistas.

Aliás, poderíamos incluir aqui inúmeros textos, dados e índices que revelam o crescimento do turismo, entretanto vamos nos ater a apresentar alguns dados que engrandecem essa atividade, começando pela tese de Siqueira (2007):

[...] dados da Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas indicam que os desembarques internacionais passaram de 25 milhões em 1950, para 808 milhões em 2005. Enquanto estes dados representam uma média de crescimento anual de 6,5% sobre pouco mais de meio século, a receita do turismo mundial (excluindo passagens aéreas e turismo doméstico) cresceu 11,2% ao longo do mesmo período, alcançando a marca de 682 bilhões de dólares em 2005. O turismo hoje representa 25% de toda exportação de serviços e, até 40% desta, caso os ganhos com o transporte aéreo também sejam considerados. (SIQUEIRA, 2007, p. 38).

Outra base de dados que merece ser analisada para se entender a dimensão do turismo nos dias atuais é a *United Nations World Tourism Organization* (UNWTO), que aponta um acúmulo de 536 milhões de desembarques no mundo no ano de 1995. Já para 2006, esse número saltou para 850 milhões e, em 2007, registrou um movimento de 908 milhões. As estimativas para 2008 girava em torno de 924 milhões de desembarques internacionais e acabaram por superar essa marca. Para o ano de 2010, o número de turistas mundiais deve atingir a marca de 1 bilhão: quase o dobro dos turistas de 1995. Já para 2020, espera-se atingir o número 1,5 bilhão de turistas: quase o triplo da marca de 1995. O Brasil receberá 14 milhões destes, considerando um crescimento de 5,2% ao ano até 2020. (ZOUAIN; BARBOSA, 2009).

Os dados da mesma entidade revelam que o turismo tem um crescimento superior ao crescimento médio da economia mundial. Em 2004, cresceu 10,3%; em 2005, 5,5%; no ano de 2006, 5,6%, e, em 2007, atingiu o crescimento de 6,8%. Em 2008, ocorreu uma queda desses índices em razão da crise econômica mundial. (ZOUAIN; BARBOSA, 2009).

Por se tratar de uma atividade que envolve múltiplos setores e áreas, o turismo torna-se sensível a ocorrências endógenas e exógenas. Prova disso foi o atentado terrorista que ocorreu nos Estados Unidos no ano de 2001, que ficou conhecido mundialmente como “atentado de 11 de setembro”, “ataque de 11 de setembro” ou mesmo “ataque às torres gêmeas”. O ocorrido envolveu o sequestro de 4 aviões comerciais, dois dos quais acabaram em uma colisão planejada contra as torres gêmeas (as torres do *World Trade Center* de Manhattan, Nova York). O terceiro avião foi direcionado para colidir contra o Pentágono, no Condado de Arlington, na Virgínia, e o quarto tinha por destino, traçado pelos terroristas, a colisão com o Capitólio, mas caiu antes de chegar ao local planejado. Esses atentados abalaram o mundo, sendo responsáveis pela morte de 3234 pessoas e pelo desaparecimento de outras 24.

A partir desse ocorrido, o turismo passou a sofrer as consequências negativas, por causa do temor que as pessoas passaram a ter de viajar de avião. Acreditava-se que poderiam ocorrer outros atentados envolvendo sequestros a aviões comerciais. Por sua vez, os governos montaram estratégias para prevenir outros ataques. Dados da *World Travel & Tourism Council* apontam que somente os Estados Unidos perderam US\$ 92,3 bilhões em 2001 e 2002 como consequência desses ataques. A mesma pesquisa apontou ainda uma queda nos postos de trabalho e a não geração de outros em razão desse ocorrido. (VALLE, 2002). Somente a ida de brasileiros aos Estados Unidos caiu 23% em 2001, após 11 de setembro. (TADA, 2002).

Mesmo diante dessa turbulência momentânea por que o turismo mundial passou, os dados da UNWTO apresentados anteriormente confirmam que o turismo, nos últimos anos, tem andado a passos largos.

A esse respeito, o editorial da *Folha de São Paulo*, de 4 de fevereiro de 2007, trouxe dados sobre a importância do turismo para a geração de empregos e seu peso no PIB, para o Brasil e o mundo:

O setor de turismo do país reúne 352 mil empresas, gera 2 milhões de empregos diretos e 5,4 milhões de empregos indiretos. E tem peso de 2,2,% no Produto Interno Bruto (PIB), conforme os dados do IBGE referentes a 2003. [...] Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), a atividade gerou, no ano passado, 234 milhões de empregos (8,7% da força de trabalho) e respondeu por negócios de US\$ 6,5 trilhões, com peso direto de 3,6% e indireto de 10,3% no PIB mundial.

Assim, é inegável que o turismo tece uma rede de pequenos negócios que geram inúmeros empregos, já que a maioria das empresas que estão interligadas ao turismo são de pequeno e médio porte, o que vem permitir a inclusão de empresas no mercado. (FERNANDES; COELHO, 2002).

Urge lembrar, todavia, que, por ser uma atividade complexa, movimentada vários setores desde o planejamento da viagem, como agências de turismo e empresas de transporte, até a estada, como hotéis, alimentação, lojas de artesanato, entre outras.

Escrevendo sobre o setor, Paulo Octávio, em seu artigo intitulado “Turismo, uma atitude” (*Correio Brasiliense* – edição de 4/8/2003) refere-se ao turismo como

[...] segmento econômico que mais gera empregos e mais vai se desenvolver no mundo, conforme dados da Organização Mundial de Turismo, exige dos brasileiros conscientes do assunto um verdadeiro mutirão no sentido de criar uma mentalidade voltada para o setor em todos os 52 segmentos econômicos e profissionais nele envolvidos, desde o motorista de táxi, o garçom, os setores de transporte, alimentação, lazer e entretenimento até as autoridades municipais, estaduais e federais.

O turismo tem sido cada vez mais multissetorial e nisso se enquadra a sua ligação e interdependência com o setor hoteleiro. Mota (2001, p.44) apresenta a seguinte informação

sobre o setor de hotelaria: “[...] num hotel, há por volta de 3000 categorias de produtos (baixelas, máquinas, leitos, sabonetes, cadeiras etc) no mesmo momento e no mesmo local”.

Além disso, de acordo com Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), cada emprego gerado no Brasil custa mais de US\$ 100 mil numa indústria de ponta, US\$ 40 mil na indústria hoteleira, US\$ 10 mil em bares e restaurantes e US\$ 500 no ramo do artesanato. (SEABRA, 2007).

O texto de Jorge Antonio Santos Silva (“O turismo: uma atividade econômica?”) enquadra-o nos setores da economia:

Fica claro [...] que o turismo não pertence ao setor primário pois ainda que o turismo utilize os atrativos naturais, não os extrai (como a mineração) nem os produz (como a agricultura); portanto, o turismo não “explora” os atrativos naturais, somente os “usa”, [...] pode-se afirmar que o turismo não é um resultado da construção porque esta produz obras físicas como estradas, pontes, represas, casas, aeroportos, hospitais, etc., os quais prestam diversos serviços. [...] a indústria é uma atividade de transformação que emprega numerosos recursos, alguns dos quais podem ser matéria-prima e, outros, produtos industriais intermediários. Em geral, é o produto final que serve para qualificar os diferentes tipos de indústria; [...] se o turismo fosse uma indústria, deveriam existir, mas não existem, fábricas de turismo ou processos industriais cujo produto final ou intermediário fosse o turismo. Em troca, podem citar-se numerosos produtos industriais que são utilizados pelos turistas, [...] que se originam em diferentes ramos da indústria, [...] e não em uma especial chamada indústria do turismo. Fica claro, pois, que o turismo é uma forma de consumir, algo assim como um canal para o qual conflua uma demanda especial de muitos tipos de bens e serviços elaborados por outros setores, mais o consumo de alguns serviços especialmente desenhados para satisfazer necessidades próprias dos viajantes. Portanto, o turismo pertence ao setor terciário, e não ao secundário, como deveria ser para que se pudesse catalogá-lo como pertencente à indústria.

Quando se analisa, mesmo que de maneira breve, o desenvolvimento do turismo no cenário econômico mundial, não é difícil identificar a sua representatividade econômica. Em âmbito mundial, atualmente já se calcula que o setor é responsável por um em cada dez empregos diretos. A Organização Mundial do Turismo (OMT) estima que, no século XXI, a receita do turismo terá um considerável peso na economia dos países, na geração de impostos, empregos e renda.

O turismo apresenta uma forte relevância dentro da economia, oscilando entre 3^a e 4^a atividade econômica de maior vulto em relação à geração de empregos no mundo. (LEMOS, 2001), entretanto as projeções em âmbito mundial apresentam uma expectativa de que o

turismo, em poucos anos, supere a indústria petrolífera e, assim, torne-se a primeira no *ranking* econômico mundial. (CRUZ, 2000).

No entendimento de Trigo (2002), a atividade do turismo encontrou uma lacuna no setor terciário e conseguiu desenvolver-se contribuindo diretamente para manter a população local.

Em números, Barretto (1991) comenta que o gasto médio diário de um turista é de US\$ 77,09, e esses recursos impactarão diretamente o mercado local, ocasionando um efeito multiplicador na economia, repercutindo diretamente no PIB local.

Tendo em conta o exposto acima, tem-se, ainda à luz da visão economicista, que o turismo, assim como as exportações, é um importante captador de moeda estrangeira, pois, a partir do ingresso e gastos dos turistas estrangeiros, o país capta divisas. É o responsável por redistribuir renda em regiões consideradas isoladas, onde não há o desenvolvimento da indústria manufatureira. (COOPER *et al.* 2001). Aqui vale complementar que as atividades turísticas em locais remotos, como, por exemplo, pequenos municípios têm ganho, nos últimos anos, grande dimensão econômica e social.

Os turistas têm buscado locais pouco habitados com características diferenciadas, que envolvem nostalgia, emoções e a tranquilidade proporcionada pelas pacatas cidades. Bonito é uma dessas cidades.

Voltando para o campo institucional do turismo do Brasil, outro passo importante veio ocorrer no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, quando o PNMT foi revisto e substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), que passou a planejar e executar o turismo no espaço regional, entretanto sem extinguir as responsabilidades dos municípios. No PNMT, já se destacavam, como objetivos, a melhoria das condições de vida das comunidades receptoras, como geração de postos de trabalho, e a melhoria na distribuição de renda. Esse novo programa afirma ser “[...] imprescindível valorizar as potencialidades locais e desenvolvê-las respeitando os princípios da sustentabilidade, os valores e peculiaridades de cada localidade e/ou comunidade”. (BRASIL, 2004b, p. 7).

Essa afirmativa concorre diretamente para explicitar a preocupação da prática do turismo conciliado com o desenvolvimento sustentável, que é o ponto central deste estudo, entretanto são poucos os exemplos de localidades que conciliam o turismo com os princípios da sustentabilidade, que passou a ser uma necessidade em razão da crise ecológica. A

importância de se verificarem esses pontos envolvendo a sustentabilidade no turismo é justamente o que move nosso estudo.

Outra particularidade do PRT é que incentivou a regionalização do turismo e a formação de Arranjos Produtivos Locais (APL's) com potencial turístico, e Bonito e a região da Bodoquena enquadram-se perfeitamente nessa ideia.

Ainda se destacam as ações do Governo Lula para o turismo. No final de 2008 e início de 2009, o Ministério do Turismo escolheu 65 destinos indutores de turismo no Brasil para prepará-los e torná-los mais competitivos e contribuir para consolidar a atividade no Brasil. Bonito é um desses polos indutores. Em Mato Grosso do Sul, entraram no programa, além de Bonito, a Capital Campo Grande, para o turismo de negócios e eventos, e Corumbá, para divulgar o Pantanal. Esses polos terão prioridade para receber investimentos públicos, como, por exemplo, para a qualificação profissional. Todos os estados da federação e o Distrito Federal terão polos de indutores. (CINTRA, 2009). Esses programas mostram a importância que o turismo vem ganhando na economia do país e, em especial, de estados, regiões e localidades.

Já no sentido do prisma da globalização, hoje a concorrência pelo turista também é globalizada e internacionalizada, o que exige, das empresas, dos atrativos, dos meios de hospedagem e dos municípios, uma constante e rápida atualização das informações aos turistas. Cada vez mais, o turismo demanda a profissionalização, deixando de ser algo amador.

Trigo e Panosso Netto (2003, p. 47) trazem comentários significativos sobre o turismo na era da globalização:

O planeta passa por um enriquecimento cultural e o turismo é parte integrante dessas transformações. O turismo é agente ativo da globalização. Beneficia-se direta e imediatamente das novas tecnologias, da malha global das telecomunicações e de finanças, da organização do transporte de carga e de passageiros, e das megaestruturas administrativas de redes hoteleiras e empresas de entretenimento [...]. O turismo é uma das claras expressões materializadas da pós-modernidade, por isso é alvo daqueles que são contra o progresso ou contra perversões da globalização [...]. Da percepção de que o setor turístico pode envolver aspectos interessantes multiculturais, inclusive a dimensão do prazer, surge, também, a percepção de que é um bom alvo para atentados baseados em uma visão de mundo miserável, que é a visão de qualquer fundamentalismo religioso ou ideológico.

O texto acima mostra que realmente há diversas críticas sobre o fenômeno do turismo. Várias delas são infundadas e outras ideológicas, entretanto a mais comum é a que considera o turismo como causador de danos ambientais e sociais.

Em se tratando de turismo no Brasil, pode-se até dizer que é um dos países que têm o maior potencial para a prática do turismo, em virtude de sua diversidade natural e por ser um país continental, entretanto isso não tem ocorrido. De acordo com Aulicino (1997), o Brasil recebeu, no ano de 1995, 1,5 milhão de turistas, o que corresponde a apenas 0,5% do deslocamento dos turistas no mundo.

O Brasil poderia ocupar uma posição melhor no campo de turismo. Segundo Casimiro Filho (2002), o desempenho do setor de turismo é medido pelo número de turistas e a receita gerada por eles. No Brasil, só não é maior por alguns motivos, dentre os quais a carência de infraestrutura completa de serviços turísticos; o nível insatisfatório de segurança; a falta de uma infraestrutura adequada ao turista e carência de investimentos na divulgação do Brasil para o exterior e internamente.

Cabe aqui, entretanto, uma análise crítica ressaltando que o Brasil possui a fama, em escala mundial, de ser um país rico em biodiversidade, mas ainda não aproveita isso como turismo. O país ainda tira pouco proveito de suas belezas naturais como atração turística; aqui há áreas de conservação, praias, ilhas, parques, trilhas, cachoeiras, fazendas e uma rica cultura e gastronomia, porém os prejuízos econômicos e ambientais são grandes, já que poderia participar de um mercado bilionário e manter as florestas de pé. Poder-se-iam reverter os benefícios do turismo para o desenvolvimento, a conservação e a preservação.

Esse não aproveitamento do potencial turístico do Brasil é mais visível quando comparado à Costa Rica, que fatura, por ano, R\$ 1,5 bilhão com o ecoturismo, tendo uma extensão territorial menor que a do Estado da Paraíba. Possui 23 parques nacionais e recebe 1 milhão de visitantes por ano. A arrecadação de ingressos para a visitação equivale a US\$ 6 milhões. Atualmente, a Costa Rica é vista como um país que valoriza os recursos naturais, tornando-os destino ecológico do turismo internacional. Já o Brasil possui 60 parques nacionais e apenas 23 estão oficialmente abertos para a visitação; destes, quais somente 19 fazem a cobrança de ingressos para a visitação, outros 6 só permitem a visita com autorização especial e 31 são visitados de forma inapropriada, sem plano de manejo e sem estrutura apropriada para a prática de visitas. Os 23 parques nacionais oficialmente abertos para o turismo no ano de 2005 receberam quase 3 milhões de visitantes. Se analisarmos a

biodiversidade e a extensão territorial do Brasil e compararmos com a Costa Rica, veremos que estamos muito atrasados. Mas cabe lembrar que “o principal desafio do ecoturismo é fazê-lo de forma sustentável, para que não se torne uma ameaça à natureza [...]. Na Costa Rica, manter a floresta em pé se tornou um negócio lucrativo”. (ESCOBAR, 2006).

O ecoturismo na Costa Rica é o primeiro item da balança de comércio superando até mesmo setores tradicionais da economia, como a produção agrícola.

Como vimos, cabe notar os vários fatores preponderantes para impulsionar o crescimento do setor: o aumento do tempo livre em virtude da diminuição da jornada de trabalho; a flexibilização da jornada de trabalho a partir da racionalização e crescimento da produtividade nas empresas; a criação do direito de férias e de dias de descanso; a redução do número de analfabetos (o acesso à leitura aumenta o interesse e estimula o ato de viajar); a melhora nas tecnologias da informação; a melhor divulgação de pacotes turísticos; o surgimento e massificação do automóvel para viagens de curtas e médias distâncias; a ampliação da malha viária (rodovias asfaltadas); a ampliação do uso do avião para viagens de longa distância e entre continentes; as formas de “estímulo” para a realização de viagens internacionais (liberação das formalidades aduaneiras e demais facilitadores burocráticos); o barateamento das passagens aéreas; redução nos custos e tempo das viagens; o aumento da renda de diferentes camadas da população e o direcionamento de parte da renda para o turismo; a segmentação do mercado turístico focado nas expectativas e preferências do consumidor; o desenvolvimento de empresas prestadoras de serviços destinadas ao atendimento ao turista, como, por exemplo, agências de turismo; a criação de financiamento e parcelamento dos pacotes de viagens; a melhoria dos meios de hospedagem e a necessidade da prática do turismo em virtude do estresse da vida moderna, do aumento da urbanização e da falta de áreas verdes nas cidades (a vida urbana cria no indivíduo uma pressão que é amenizada pelo turismo, mesmo que isso ocorra nos finais de semana e feriados), e, por fim, os impactos psicológicos da vida urbana.

Outro fator que merece destaque é o aumento na intensidade das viagens de negócios, que contribui para a aceleração do desenvolvimento do setor, gerando oportunidades de negócios para empresários e empregos, renda e aumento na arrecadação de impostos.

Nesse debate, Ruschmann (1999) lembra que a informática, a automação e as tecnologias de ponta contribuíram para o aumento do tempo livre das pessoas, mas, por outro lado, criaram nelas uma grande agitação, que as tornou consumidoras da natureza, buscando o

“verde”, a fuga do tumulto urbanizado, priorizando o equilíbrio psicológico em contato com a natureza.

O fato é que há algumas tendências marcantes no campo do turismo: uma parcela da população tem viajado mais por todo o mundo; o transporte aéreo tem conseguido acompanhar esse ritmo; o tempo de permanência do turista tem sido menor, o que lhe permite fazer mais viagens; uma mudança de preferência do turista, trocando o turismo de massa pelo turismo alternativo. (CORÁ, 2006).

Krippendorff (2000) pactua com essa visão de Corá, já que afirma que o turismo também sofreu mudanças, obedecendo a uma nova tendência: um novo “produto turístico” mais personalizado, que atenda diretamente à expectativa do turista e que valorize a experiência das pessoas da localidade e seu modo de vida, ou seja, o turismo alternativo.

Outra tendência é trazida à luz no texto de Fogel (2000): as mudanças tecnológicas que circundam a economia fazem que os negócios que envolvem o lazer ampliem consideravelmente sua participação na estrutura de consumo das famílias, tendo cada vez mais importância.

Essas tendências mostram que o turismo tem sido cada vez mais flexível e mais dinâmico. De modo mais específico, isso é explicado pelo fato de ser composto de gostos, desejos, culturas, tendências, ou seja, pessoas consumidoras. O turismo não é algo completo, pronto, definitivo; pelo contrário, ele muda de acordo com a mudança cultural da sociedade. O que antes predominava hoje não mais e pode ser que no futuro esteja esquecido. Isso é que o torna um fenômeno interessante de ser debatido, estudado, investigado e praticado.

Outro aspecto a ser considerado é a classificação desse fenômeno em turismo de massa e turismo alternativo, objeto de descrição no próximo item.

3.4 Turismo de massa *versus* turismo alternativo

Embora talvez já se tenha percepção de que as definições de turismo já exauriram, não se pode tratar o turismo de forma generalizada, deixando lacunas no entendimento desse

complexo fenômeno sócio-cultural, econômico e ambiental, já que está presente para atender as diferentes demandas existentes na sociedade. Isso tem forçado os principais agentes econômicos do turismo⁵⁰ a buscar um grau de especialização voltado para as necessidades e gostos do turista.

Diante disso, é prudente lembrar que vários tipos de turismo são mencionados na bibliografia especializada, entretanto, embora não haja um padrão fixo a ser adotado e respeitado na tipologia do turismo, é consenso que, para efeito de estudos, pode ser dividido e tipificado. De antemão, explicamos a subdivisão que existe entre turismo de massa e turismo alternativo.

O turismo de massa surgiu na década de 1950 e, como o próprio nome diz, é aquele que atende grandes contingentes de turistas. Cabe lembrar que, nesse período, as leis e as preocupações ambientais eram muito incipientes. Ele é fruto de todos os avanços que auxiliaram o crescimento da atividade turística abordado na seção anterior. No turismo de massa, o ponto central é transformar o sol, a paisagem, o rio e até mesmo as festas e manifestações populares em um produto turístico e colocá-lo à venda nas agências de turismo sem, todavia, qualquer preocupação conservacionista ou preservacionista, diferente do que ocorre no turismo alternativo. Em muitos casos, a concepção do turista é: “nós vamos invadir sua praia”, o que pode trazer consequências desastrosas ao meio natural e à comunidade local.

Já Cruz (2003, p. 6) faz questão de frisar que “turismo de massa, não significa ‘turismo das massas’, pelo simples fato de que as massas não fazem turismo”. E complementa lembrando que as massas não possuem condições materiais para praticá-lo. Cruz (2003, p. 16) explica que turismo de massa é:

⁵⁰ Agentes econômicos do turismo: “[...] são aqueles que participam do sistema econômico, produzindo bens e serviços, recebendo renda gerada e consumindo esses bens e serviços. Os principais agentes econômicos do turismo são: 1. Governo da localidade receptora – oferece bens e serviços como parques, segurança, iluminação, postos de saúde, rodovias; além de políticas econômicas (fiscal, monetária, tributária, salarial, etc), para isso cobra taxas e impostos dos prestadores de serviços turísticos; dos moradores locais e dos turistas. 2. Comunidade receptora – compartilha as utilizações do espaço social e relaciona-se com o turista, lembrando que a hospitalidade agrega valor turístico a localidade. 3. Trabalhadores do setor – ofertam sua mão-de-obra para empresas do setor (hospedagem, transporte, entretenimento, agências, etc). Beneficiam-se dos serviços públicos e recebem salário pelo seu trabalho, pagando impostos pra o governo. 4. Empresas – de maneira geral, buscam a maximização dos lucros e a minimização das despesas, gerando renda e pagando impostos. Deve-se dar ênfase às empresas de hospedagem e às operadoras que estão diretamente ligadas aos turistas, cobrando diárias, prestando serviços de informação e, respectivamente, criando muitos empregos e receita. 5. Turistas – são os agentes fundamentais do sistema. Seu objetivo maior é a busca pela satisfação e realização dos seus desejos. Do lado financeiro, são as fontes de recursos que recebem, em troca, serviços turísticos” (CORÁ, 2006, p.44-45).

[...] uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje. Faz-se necessário lembrar, entretanto, que essa quantidade de pessoas que viaja está muito longe, portanto, de corresponder à massa da população do planeta.

A bibliografia específica sobre o tema traz uma série de referências que tratam o turismo de massa como forte degradante ambiental. Rodrigues (1997), por exemplo, afirma que o turismo de massa transformou-se em um produto de consumo da sociedade pós-industrial: sua prática ocorreu de forma desordenada, deixando de ser algo viável ambiental e socialmente para uma determinada localidade.

Já segundo Fonteles (2004), turismo de massa é aquele que gera impactos ecológicos e muitas vezes causa problemas ambientais, socioeconômicos e até mesmo psicológicos junto às populações tradicionais. Esse tipo de turismo tende a ser um devorador de paisagens, um degradador ambiental e descaracterizador de culturas tradicionais. Neste caso, normalmente a demanda e o número de turistas é mais elevado.

Para exemplificar o que está sendo relatado, cita-se o caso do “turismo de praia”, que, em alta temporada, ocasiona inúmeros problemas para o meio ambiente e comunidade local, como o aumento da violência, a falta de água, a sobrecarga no sistema de esgoto e lixo, os congestionamentos das vias públicas, entre outros. Não há nenhum planejamento e controle sobre o número de turistas que a localidade está recebendo e se os atrativos turísticos comportam essa carga elevada. Nessa modalidade de turismo, nem sempre o fenômeno é considerado positivo para a comunidade local e pelo próprio turista, que também não tem suas necessidades e expectativas atendidas. No turismo de massa, o que é levado em conta é o ato de “maximizar” os lucros. Pode-se lembrar neste ponto, do turismo dos “3 esses” – (*sun, sea e smile*). O turismo de massa tem forte ligação com o nível de exigência, já que visa atender a fluxos maiores de turistas, pois é um segmento turístico voltado para a classe intermediária da sociedade. A prática desse tipo de turismo é, em geral, mais barata.

Complementando o que foi descrito, Rita de Cássia Ariza da Cruz menciona o estresse ambiental que o turismo de massa ocasiona nas cidades onde ele está presente:

Como *locus* do turismo de massa, as cidades são submetidas a uma diversidade de estresses ambientais [...] decorrentes tanto da implantação da infra-estrutura para o uso do turismo, como da apropriação pelo turismo, de infra-estruturas preexistentes e, ainda decorrentes, também, da circulação de pessoas. (CRUZ, 2003, p. 32).

Por outro lado, há o turismo alternativo, uma outra categoria de turismo que se contrapõe ao turismo de massa. Nesse caso, há um maior controle, e o turista busca outra forma de emoção. São vários os tipos de turismo que se enquadram nessa modalidade do turismo alternativo, dentre os quais o turismo ecológico ou ecoturismo, o turismo de selva e o turismo de natureza. A principal característica dessa modalidade é que a prática do turismo tem, nos espaços naturais, o seu principal produto turístico a ser comercializado.

Fonteles (2004) trata o turismo alternativo como aquele que é praticado por pequenos grupos que procuram por lugares pouco explorados, locais em que o turista possa ter um contato mais próximo com a população receptora. O autor trata o turista que busca essa forma de turismo como “caçador” de lugares paradisíacos ou locais exóticos. Nesse tipo exige-se menos infraestrutura produzida, já que o turista quer viver a rusticidade, a natureza, e conhecer melhor o cotidiano do local, o que o diferencia do turismo de massa.

Para uma análise ilustrativa e sintetizada, o quadro abaixo, elaborado por Swarbrooke (2000), apresenta alguns atributos do turismo de massa e do turismo alternativo, que acaba facilitando o entendimento e diferenciação entre ambos:

QUADRO 3.1 Atributos do turismo de massa e do turismo alternativo

Atributos	Turismo de Massa	Turismo Alternativo
Características Gerais	Desenvolvimento rápido Maximiza Descontrolado Curto prazo Setorial	Desenvolvimento lento Otimiza Controlado Longo prazo Holístico
Comportamento do Turista	Grupos grandes Programa fixo Os turistas são dirigidos Tem conforto e é passivo Não fala outra língua Barulhento Fala alto	Indivíduos sozinhos, famílias Decisões espontâneas Os turistas decidem Exigente e ativo Aprende outra língua Diplomático Fala baixo
Exigências Básicas	Férias de alta temporada Profissionais sem treinamento Clichês publicitários Vendas difíceis	Férias escalonadas Profissionais treinados Preocupação em educar o turista Vendas animadas
Estratégias de Desenvolvimento	Sem planejamento Baseado em projeto Construções novas Responsáveis estão no exterior	Planejado Baseado em conceitos Construções existentes reutilizadas Responsáveis são do local

Fonte: apud Swarbrooke (2000, p. 27).

Cabe agora ressaltar que o campo de estudo desta tese, ou seja, o turismo do município de Bonito, enquadra-se, essencialmente, no turismo alternativo, embora durante a pesquisa de campo tenha surgido uma polêmica. Um dos entrevistados referiu-se a Bonito como um misto de turismo alternativo e turismo de massa, já que defende a visão de que os balneários existentes em Bonito apresentam características mais próximas do turismo de massa que do alternativo. Argumentou dizendo: “Em épocas de fluxo elevado de turistas os balneários recebem centenas de turistas todos os dias, mas não estão preparados para isso. Até parece turismo de praia. Ali os danos ambientais são elevados”. Esse debate mereceria um estudo aprofundado, que não é objetivo desta pesquisa.

Dentro de tal classificação, a figura abaixo contribui para distinguir o turismo alternativo do turismo de massa:

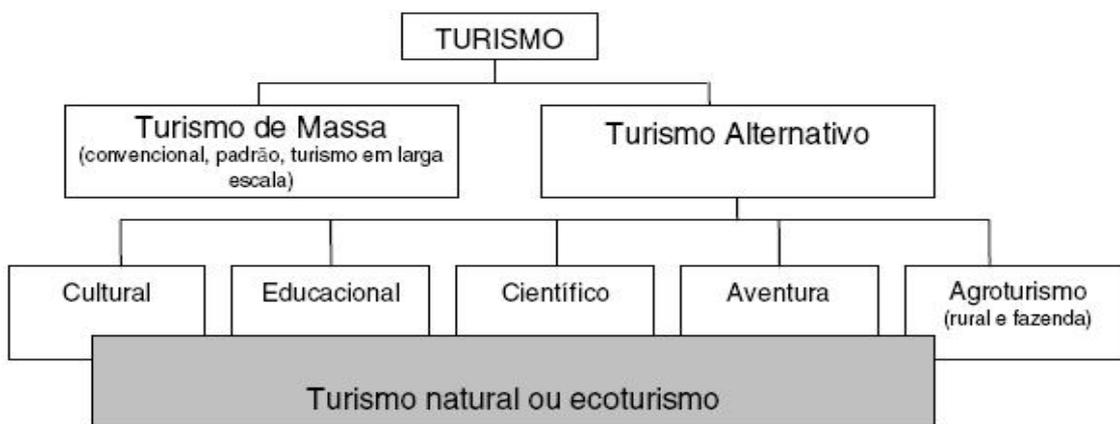


FIGURA 3.1 Turismo de massa e turismo alternativo

Fonte: Silveira (2003, p. 84).

Essa classificação parece-nos cristalina, mas além do turismo de massa e do turismo alternativo, podemos analisar o local onde ele será ou está sendo ofertado e demandado. Se estivéssemos abordando o turismo de compras, esse, indiscutivelmente, estaria ocorrendo em um centro de compras ou *shopping center*. Em se tratando de turismo náutico, esse estaria ligado a um lago, represa, mar ou rio, já que seria em um desses locais que ele poderia ser praticado. Em se tratando de nosso “local objeto de estudo”, ou seja, o município de Bonito, tem seus principais tipos de turismo sendo praticados em espaços rurais.

Nos livros que têm o turismo como tema central, é comum encontrarmos uma gama enorme de classificações e tipos. Desde logo, cabe ressaltar que o próximo item da tese focaliza o turismo em espaços rurais e apresenta alguns tipos desse turismo.

3.5 Turismo em espaços rurais: abordagem de alguns tipos

De início, recorreremos a Portuguez (1999), para quem o turismo em espaços rurais teve seu início marcado pela prática de hospedagem em propriedades rurais. Na realidade, essa prática ocorreu em razão da necessidade de acolher os viajantes que transitavam por regiões norte-americanas pouco habitadas. Essa carência por meios de hospedagem incitava os proprietários de fazendas a permitir o pouso dos viajantes. Essas propriedades eram chamadas de *farm houses*.

Esse uso casual das propriedades rurais como meio de hospedagem foi o início do turismo em espaços rurais, hoje considerado turismo alternativo. De acordo com Portuguez (1999), o turismo em espaços rurais ganhou força a partir da década de 1960; depois disso, espalhou-se pelo mundo todo.

O turismo no espaço rural pode e deve oferecer a oportunidade de conhecer, “na prática”, as tradições culturais, os valores, a gastronomia e até mesmo da infraestrutura e hospedagem no local. Ele deve ser visto e entendido como um produto completo, integrando componentes de acomodação, alimentação, recreação e lazer, em conjunto com a gastronomia, o artesanato local, o folclore, as lendas, os “causos” entre outras especificidades.

Hoje existe uma variação na popularidade da prática de alguns tipos de turismo, já que há diferenças econômicas, sociais e culturais entre os turistas e até mesmo entre os países. Este estudo focaliza o turismo em espaços rurais, mas vale apresentar as várias modalidades de turismo que existem.

A maioria dos tipos de turismo ocorridos em espaços rurais e até mesmo as localidades onde ele está ativo hoje teve sua gênese ligada a um acaso, pois nada foi planejado, nada foi pensado para tornar a localidade um destino turístico. Muitas vezes, foi o próprio turista que deu início ao local como destino turístico, já que começou a frequentar, gostou, indicou para

mais turistas e estes para outros e assim por diante, até que a propaganda do tipo “boca a boca” promoveu a localidade, e a população nativa passou a adaptar o que já existia para receber os turistas. Existem locais que adaptaram currais, baias de cavalos e mesmo as residências que já existiam para receber o turista. Bonito também é uma prova disso: há pousadas e atrativos que foram totalmente adaptados em relação ao que já existia.

Por isso, cremos que seja relevante analisar, de forma mais específica, o que já foi estudado e classificado. Na concepção de Barreto (1995), há vários critérios para classificar os tipos de turismo, tais como: natureza, volume, duração, alojamento, motivação, modo de viajar, meio de transporte, permanência. A bibliografia da área do turismo apresenta vários tipos de turismo de acordo com a motivação com que ele é praticado. O quadro abaixo elenca alguns autores, instituições, fontes e os tipos de turismo que há em seus textos:

QUADRO 3.2 Tipos de turismo segundo bibliografia especializada

AUTOR/FONTE	TIPO DE TURISMO
MINISTÉRIO DO TURISMO (2008)	o ecoturismo; o rural; o social; o religioso; o místico e esotérico; o étnico; o de estudo e intercâmbio; o de esporte; o náutico; o de aventura; o de sol e praia; o de negócios e eventos; o de saúde; o cultural e o de pesca.
ANDRADE (2001)	o de férias; o cultural; o de negócios; o desportivo; o de saúde; o religioso.
BELTRÃO (2001)	o lúdico; o cultural; o de compras; o hoteleiro; o gastronômico; o de saúde; o <i>gay</i> ⁵¹ ; o sexual; de natureza; o industrial; o antropológico; o de família; o ecológico; o religioso; o desportivo; o da terceira idade; o rural; o de observação; o didático; o científico; o matrimonial; o de negócio; o fúnebre; o místico.
PELLEGRINI FILHO (2000)	o de aventura; o de bem-estar; o de compras; o científico; o cultural; o ecológico; o de estudos; o de eventos; o equestre; o esportivo; o náutico; o rural; o da terceira idade.
PIMENTEL (2006)	o turismo cultural; o esotérico; o da maior idade; o esportivo; o náutico; o religioso; o de negócios; o de eventos e o ecoturismo.
VITAE CIVILIS E WWF-BRASIL (2003)	o turismo ecológico ou ecoturismo; o rural; o de aventura; o histórico-cultural; o científico e pedagógico; o gastronômico; o religioso; o de negócios e o de eventos.
MACHADO (2005)	o de natureza; o ecocientífico; o ambiental; o de aventura; o rural.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos autores e fonte citados.

⁵¹ Para efeito de conhecimento esse tipo de turismo vem crescendo para todas as direções e já apresenta números consideráveis. Para ilustrar, o Jornal *Folha de São Paulo* – edição de 30 de agosto de 2009 – revelou que o turismo *gay* no Rio de Janeiro representa uma boa fatia do mercado turístico daquele município: “Pelos números da Embratur e da Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes, no Rio, o segmento representou 15% dos turistas estrangeiros em 2008 – 30% dos US\$ 600 milhões arrecados pelo município com o turismo.” (MICHAEL, 2009, p. C 4).

O quadro mostra que existem inúmeros tipos de turismo, e essa classificação ou tipologia passou a ser necessária para efeito de estudo, para a criação de políticas, de programas, de leis e normas específicas, entre outras necessidades. A propósito, as leis que normatizam o ecoturismo são diferentes das leis que normatizam o turismo cultural, já que cada tipo de turismo tem suas características. Outro exemplo são os tipos de turistas, que também são diferentes. Os turistas que praticam o turismo de aventura tendem a ser diferentes dos que praticam o turismo gastronômico, pois cada tipo tem suas preferências, necessidades e gostos. Há, no entanto, outras tipologias que são tratadas nos livros de turismo. Krippendorf (2000) trata-o sob a ótica de dois tipos: o “turismo suave”, que é aquele tipo que respeita o meio ambiente e que nos tempos atuais seria o ideal, e o “turismo duro”, que respeita somente a ordem econômica e que, de certa forma, está mais ligado ao turismo de massa.

Como nosso estudo aborda o destino Bonito, nos capítulos subsequentes apresentamos as características do turismo daquele município.

Com o processo de amadurecimento, o fenômeno turismo ganhou novos ares. Atualmente, ele pode ocorrer na zona urbana, na zona rural e, para alguns poucos milionários, até no espaço. A partir de 2007, os milionários já puderam praticar o turismo espacial. Em julho de 2008, foi anunciado, na grande mídia do Brasil que, em São Paulo, já há uma agência comercializando pacotes turísticos para o espaço. Isso mostra que aquilo que parecia ser só filme de ficção científica tornou-se realidade nos dias atuais.

No mês de dezembro de 2009, um empresário inglês apresentou para o mundo uma espaçonave que promete popularizar as viagens ao espaço num futuro bem próximo. As previsões são para que, em 2011, ocorra, de forma regular, transporte de turistas ao espaço. “O voo, suborbital, levará os passageiros a uma distância de 110 quilômetros da Terra e vai durar duas horas e meia, com direito a cinco minutos de ausência de gravidade na cabine. As passagens já podem ser reservadas [...] e custam 200.000 dólares”. (MING, 2009).

O fato é que talvez em poucos anos já estejamos vendo o turismo espacial como algo comum, já popularizado. “Viajar pelo espaço” hoje parece coisa de filme futurista de George Lucas e Steven Spielberg, mas poderá, num futuro próximo, ser algo relativamente comum.

De modo semelhante, outro exemplo de turismo diferenciado que também possui um alto custo é a escalada do Everest (8.848 metros – localizado na fronteira entre o Nepal e a China, na cadeia do Himalaia). Somente no período da primavera de 2007, 630 pessoas atingiram seu cume, número esse igual a todas as escaladas que foram realizadas entre 1953

(ano em que a primeira expedição chegou ao topo) e 1993. As motivações para a conquista do cume são individuais, e a frequência de turistas escalando as encostas do Himalaia têm aumentado radicalmente. Isso vem mostrar que o turismo não tem limites; os turistas almejam atingir o que parece inatingível. (CARREL, 2009).

Em meio a essa diversidade de tipos de turismo, notamos que, em alguns momentos, a bibliografia científica e as instituições tipificam o turismo e, em muitos momentos, podem indicar semelhanças que nos levam a interpretações incorretas.

Com base na leitura de vários textos científicos, o que nos parece haver são alguns erros clássicos, como é descrito no livro *“Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável”* (2003, p. 25), que mostra como pode haver uma combinação incorreta de definições:

O termo “ecoturismo” vem sendo associado com frequência a atividades de conceitos que não necessariamente refletem as definições aceitas por especialistas. Ocorrem confusões relacionadas com “turismo de natureza”, em locais com belas paisagens ou atrativos naturais, bem como com o “turismo de aventura”, em que atividades esportivas são realizadas em meio a natureza. Mas para ser considerado ecoturismo, é necessário uma série de princípios, que permeiam desde a contratação dos serviços até as relações sociais subjacentes, sejam considerados.

Atualmente, inserir o pseudo prefixo “eco” torna o “produto”, o destino, mais vendável e respeitável, já que se acredita que o que é “eco” deve estar em consonância com a natureza, mas infelizmente isso tem-se tornado um mito, pois não basta ser “eco” para ser harmonioso e sustentável. Hoje, o uso de “eco” tem-se tornado uma questão forte de *marketing*. O “eco”, na maioria das vezes, vem mais como um processo de rotulagem agregando valor ao produto e serviços.

Outro erro clássico é entender o turismo rural ou agroturismo como sendo o mesmo que turismo em meio rural ou no meio rural. Embora haja relações entre eles, também há diferenciações. Traçado esse pano de fundo, vale lembrar que há vários tipos de turismo que ocorrem em/no meio rural e, diante disso, torna-se relevante diferenciá-los.

A Embratur (1997), citada por Costa (2002, p. 26) entende turismo em meio rural como: “Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a

produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Há autores que tratam desse turismo como “no espaço rural” e não “no meio rural”. Fuentes (1995 citado por COSTA, 2002, p. 26) considera que

A atividade turística realizada em espaço rural, composto por uma oferta integrada de ócio, dirigida a uma demanda cuja motivação principal é o contato com o entorno autóctone e que tenha uma inter-relação com a sociedade local.

Entre países, há diferenças terminológicas, e o turismo praticado em espaços rurais pode ter outro nome, como é o caso da França, onde é conhecido como “turismo verde”.

Rodrigues (2001, p.102) corrobora e posicionamento apresentando elementos que servem para o entendimento da formação e posse do território *versus* o tipo de turismo que pode ser praticado:

[...] o primeiro elemento de grande relevância é a artificial separação entre o mundo rural e o mundo urbano no período contemporâneo, cujos espaços, de maneira quase indiscriminada, são marcados por fortes conteúdos de ciência, técnica e informação [...]. O outro elemento importante é o grau de extensão geográfica do Brasil e as distintas fases do processo histórico de apropriação do território, basicamente de acordo com o extrativismo tanto vegetal, quanto mineral; da pecuária e da agricultura [...]. São os chamados ciclos econômicos: do gado, da cana-de-açúcar, do ouro e do café, que deixaram na paisagem aspectos marcantes, construindo um diversificado patrimônio histórico-cultural [...]. A imigração européia durante o século XIX e o primeiro quartel do século XX, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, tem desempenhado significativo papel no desenvolvimento do turismo rural no país.

A visão de Rodrigues deixa claro que a ação antrópica, histórica e econômica cria espaços e paisagens que passam a ser determinantes para o tipo de turismo que será viabilizado na região ou na localidade.

Diante dessa breve contextualização e refletindo sobre a forma de colonização recente das regiões centro-oeste e norte, que estão centradas nas grandes propriedades rurais e na prática da pecuária, pode-se afirmar que permitem outra forma de desenvolver o turismo. Há locais que ainda possuem rios limpos, em que há peixes e que atraem uma demanda para esse turismo. Há regiões consideradas “paraísos naturais”, como o caso de Bonito, Pantanal, Jalapão e da Amazônia, entre outros, que apresentam condições mínimas de atrair uma

demanda diferenciada para o ecoturismo, que é diferente daquela que buscam as antigas fazendas do Vale do Café no interior do Rio de Janeiro, do Vale do Ribeira (São Paulo) e do sul do Estado de Minas Gerais, mas todos esses tipos de turismo são praticados em espaços rurais.

Outro equívoco é apontar como sinônimos “ecoturismo” e “turismo de natureza”. O turismo de natureza é mais amplo, correspondendo a todas as modalidades de turismo praticadas em ambientes naturais, como o ecoturismo e o turismo de aventura. (FENNEL, 2002).

Na bibliografia, é comum depararmos com classificações e segmentações, porém em momento algum se pensou em ter a pretensão de encontrar explicações, ou detalhes para todos os segmentos de turismo praticados em espaço rural. Assim, estaríamos fugindo do nosso foco de estudo, contudo, para nos aproximarmos mais do nosso objeto de estudo, vejamos as diferenças e características de alguns tipos de turismo praticados no espaço rural. Salienta-se que todos os tipos de turismo que apresentamos a seguir estão intimamente ligados ao espaço rural, enquadrando-se no turismo alternativo.

Por ser vastamente difundido, o **turismo rural** ainda é confundido com todo turismo que ocorre na área rural, mas, segundo os muitos trabalhos acadêmicos já elaborados, é a prática do turismo em propriedades rurais que mantém suas atividades agropecuárias. Nesse tipo de turismo, o turista tem contato com a atividade agrícola e pecuária.

Diante desse critério, Costa (2002, p. 25) apresenta uma definição mais precisa para turismo rural:

Segmento do turismo baseado na oferta de serviços, como hospedagem, alimentação, e serviços relacionados a empresas (ou propriedades) que atuam no meio rural e têm por base economia agrícola (por exemplo, fazendas de gado, haras, etc).

Com relação a isso, Crosby (1993) chama a atenção para esse tipo de turismo que se desenvolve em chácaras, sítios e fazendas, de preferência aquelas propriedades que estão ativas e que permitem ao turista a participação das atividades agropecuárias. Nesse turismo, há uma enorme variação, pois não há um modelo pré-definido.

Machado (2005) aponta que esse segmento de turismo pode aliar as práticas agropecuárias à valorização da cultura local. Apresenta também a definição das Diretrizes

Nacionais para o Turismo Rural: “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. (MACHADO, 2005, p. 35).

Segundo Portuguez (1999, p. 76), turismo rural é:

[...] um conjunto de modalidades que consiste na atração de demanda eminentemente interna e cidadina para os ambientes rurais, em que os turistas podem experimentar maior contato com um ambiente bucólico, bem como os costumes locais e o dia-a-dia da vida no campo.

Hoje, ao que tudo indica, o foco principal desse segmento de turismo é proporcionar o lazer ligado à vida rural, ao meio campestre, às atividades da agricultura e da pecuária. Há textos e matérias que tratam esse turismo como “turismo caipira”.

Quanto ao **agroturismo**, na visão da Emater (1998 apud COSTA, 2002, p. 24-25), esse tipo de turismo é definido como:

Segmento de turismo baseado na oferta de serviços de alimentação, de hospedagem, de produtos manufaturados e de serviços com forte ligação à empresa (ou ao cultivo) agrícola (por exemplo, propriedades agrícolas como de plantio de hortaliças, de laranjas, de uvas [vinícolas], etc).

Para não cometer injustiças com as áreas que produzem vinhos e recebem muitos turistas, devemos citar que existe a modalidade do enoturismo, que, de certa forma, se enquadra no agroturismo, desde que praticado em conjunto com outras atividades em área rural. O enoturismo é a prática do turismo em áreas onde ocorre a vitivinicultura. Podemos citar, no Brasil, certas regiões do Rio Grande do Sul, como a Serra Gaúcha, e a Mesorregião do Vale do São Francisco, no Nordeste.

No **turismo de selva ou turismo de vida selvagem**, o turista tem a condição de admirar e vivenciar manifestações exuberantes de biodiversidade, o que pode ocorrer mesmo em “[...] áreas de menor riqueza de vida e maior fragilidade ecológica, como as savanas e os domínios áridos e semi-áridos, seduzem os visitantes, pela singularidade de seus aspectos”.

(CONTI, 2003, p. 68). É um segmento que tem como motivação principal a observação da fauna em seu *habitat*.

Esse tipo de turismo tem sido praticado no Brasil na região Amazônica e tem atraído muitos turistas, em especial estrangeiros, geralmente em razão dos elevados preços. Isso ocorre porque a oferta ainda é baixa, em decorrência das dificuldades de montagem de infraestrutura e logística para a viabilização de sua prática.

Já o **turismo de aventura** é a prática de atividades em contato com a natureza, que podem ser esportivas ou não, mas envolvem riscos controlados. Há estudiosos da área que o colocam como uma modalidade variante do ecoturismo, por estar em contato com a natureza.

Segundo Machado (2005), esse segmento de turismo busca a superação de limites pessoais, entretanto com segurança e responsabilidade na utilização do meio ambiente. Ainda afirma que esse segmento é um dos que mais cresceram nos últimos anos.

Ele demanda habilidades para a sua prática, como, é o caso do montanhismo, da escalada e outras atividades tidas como “verticais”. Necessita de um conhecimento prévio sobre como lidar com cordas e outros equipamentos.

De acordo com Uvinha (2005, p. 271), o turismo de aventura pode ser entendido como:

[...] segmento em que se pode verificar uma relação oferta/demanda característica, próxima da prática dos ditos esportes de aventura e realizada por um público com motivações peculiares, viabilizada com infra-estrutura e recursos humanos especializados, a fim de implementar uma experiência desafiadora e passível de certificação específica nos mais distintos ambientes e localidades, seja na atividade do excursionismo (sem pernoite) seja na atividade do turismo.

Observando mais atentamente, para a prática de algumas atividades, o turismo de aventura depende diretamente do meio físico do local, como montanhas, cânions, cursos d’água, cachoeiras. Machado (2005) lembra que essa modalidade de turismo pode ser praticada na água, no ar e na terra. Traz alguns exemplos de esportes que são praticados no turismo de aventura: na água, canoagem, *rafting*, mergulho subaquático, boia-*cross*, hidro-*spped*, surfe, *windsurfe*, esquiaquático, banana *boat*, *kitesurfe*, *duck*; na terra, caminhadas, cicloturismo, cavalgada, arvorismo, fora de estrada, carro a vela, surfe de areia, rapel, pêndulo, escalada, tirolesa, canionismo; no ar, *paraglider*, parapente, asa delta, pára-quedismo, balonismo, planador, *triker*, paramotor.

Ainda nesse sentido, Rocca Lima (2005) liga o turismo de aventura a palavras impressas em folhetos que vendem tais atrações e que podem expressar, em partes, esse tipo de atividade: emoção, adrenalina, entusiasmo, medo, desafio, elevação, terror, expedição, risco, inspiração, conquista, audácia, entre outras.

Por sua vez, em se tratando de um turismo que envolve “riscos”, ele é mais praticado por pessoas adultas. Em Bonito, não é o tipo de turismo mais praticado e ofertado, contudo há alguns atrativos que disponibilizam sua prática.

Estima-se que, de cada 10 turistas estrangeiros que vêm ao Brasil, dois buscam o turismo de aventura. Somente no ano de 2008, esse turismo movimentou as cifras de R\$ 490 milhões, número que está em franca expansão.

O **turismo de natureza** é uma prática de turismo que envolve pura e simplesmente a visitação ao espaço natural. É “[...] o desejo de contato direto com o ambiente e um cuidado relativo na manutenção do espaço utilizado”. (MACHADO, 2005, p. 29). No turismo de natureza, busca-se respeitar os patrimônios ambiental e cultural da localidade onde ele está inserido. Normalmente, a infraestrutura elaborada para esse tipo de turismo é de baixo impacto ambiental e há um respeito pela capacidade de carga dos atrativos turísticos⁵².

Assim, Beltrão (2001) destaca que esse tipo de turismo também pode ser classificado e entendido como uma modalidade voltada para a prática do nudismo, respeitando a natureza. Vale destacar que qualquer definição que se encontre de “turismo de natureza” aponta como característica básica o respeito ao meio ambiente.

O **turismo de observação** é uma modalidade que diz respeito ao turista que observa animais, pássaros e plantas exóticas *in situ*, como os “safáris fotográficos” que ocorrem no Pantanal e na Amazônia.

Como se pode notar, trata-se de uma modalidade voltada para os amantes da natureza e pesquisadores da fauna e flora. Atualmente, tem ocorrido um aumento dos praticantes dessa modalidade que vão a campo “muniados” de suas potentes máquinas para fazer fotos da natureza. O Brasil é um dos países que recebem muitos turistas que buscam essa modalidade de turismo, tendo como principal foco nossa exuberante e distinta natureza.

Já a modalidade do **turismo científico** tem ligação com o mundo científico. Parece óbvio, mas, aqui já não é mais somente o desejo de ver a natureza, a fauna, a flora de perto,

⁵² No próximo item, o tema “capacidade de carga” será discutido.

mas sim de investigá-la de forma científica. “Consiste na atividade voltada para pesquisadores de diversas áreas, com o objetivo de investigar mais profundamente as regiões tropicais e seus ecossistemas e biodiversidade”. (BELTRÃO, 2005, p.55). Nessa modalidade, o Brasil também ocupa uma posição de destaque, pois, como já foi mencionado, temos uma natureza rica e diversa.

O **turismo ecocientífico** é similar ao turismo científico, pois diz respeito ao homem em contato com o ambiente natural, como o objetivo de conhecimento aprofundado. O foco principal são sempre as pesquisas e os estudos que serão desenvolvidos. “[...] podemos mencionar os estudiosos da área social, com pesquisas focalizadas nas características das comunidades locais e nas manifestações culturais, religiosas e folclóricas das populações residentes”. (MACHADO, 2003, p. 31).

Quanto ao **turismo ecológico**, é praticado por turistas que buscam atrativos que tenham ligação com a natureza. (PELLEGRINI FILHO, 2000). Há estudos e autores que consideram o turismo ecológico como o mesmo que ecoturismo, como está no texto de Vitae Civilis e WWF-Brasil (2003, p. 21): “Lazer em áreas naturais com fortes motivações conservacionistas e culturais”.

Já Beltrão (2001, p. 47) define, sinteticamente, o turismo ecológico como a prática que “[...] consiste em desenvolver atividades voltadas ao esclarecimento da importância de preservar e criar alternativas econômicas sem destruir a natureza”. O mesmo autor lembra que esse tipo de turismo é seletivo (em razão do alto custo para praticá-lo) e fica restrito a poucas regiões do planeta. Aqui, podemos citar as regiões do Pantanal e da Mata Atlântica.

Sob essa linha analítica, realmente faz sentido apontar “ecoturismo” como sinônimo de “turismo ecológico”, pois as características e a definição do turismo ecológico enquadram-se perfeitamente nas do ecoturismo.

O **ecoturismo**⁵³ é, hoje, uma das atividades que mais crescem no setor de turismo. Esse tipo de turismo surge como uma atividade econômica do mundo moderno, que pode contribuir para a conservação ambiental, contudo também não se descarta a possibilidade de degradação.

⁵³ Como o ecoturismo tem ganho vulto nos últimos anos, tomamos a liberdade, para efeito de conhecimento, de buscar informações complementares. Etimologicamente, o termo “eco” provém do prefixo grego “*oikos*”, que significa ‘lar’ ou ‘*habitat*’. Partindo da etimologia, como poderíamos entender o ecoturismo? À primeira vista, poderíamos pensar em turismo em nosso *habitat*, em nosso lar. Diante disso, quem gostaria de colocar em risco o equilíbrio do lar, do planeta? Então ecoturismo seria o turismo que busca manter o ambiente em equilíbrio, ou melhor, turismo de baixo impacto ambiental.

Seu conceito é considerado relativamente novo, pois evoluiu nos últimos 20 anos, embora mal compreendido e mal utilizado. É amplamente mencionado como ponto de atração de turistas conscientes, conservacionistas e preservacionistas. Esse tipo de turismo tem algumas características que ficam expressas quando trazemos sua definição. O Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB) entende como ecoturismo a prática de turismo de lazer, esportivo ou mesmo educacional em áreas naturais, de forma sustentável, mantendo os patrimônios natural e cultural. Esse tipo de turismo deve incentivar a conservação e promover a formação de consciência ambiental, garantindo o bem-estar das populações envolvidas.

Uma das premissas básicas dessa modalidade é a participação da comunidade local, por meio da capacitação de recursos humanos, sempre aliada à conservação do meio ambiente. (DIAS, 2003).

Coriolano (2006a) entende que ecoturismo seja

[...] uma viagem responsável, que procura evitar os impactos negativos sobre a ecologia, cultura e estética. Pode ser um turismo de conflito quando esses objetivos não estão claros. [...] O que se busca é colocar o ecoturismo a serviço da conservação ambiental, do desenvolvimento, minimizando custos e maximizando benefícios.

Bem próximo do que já foi descrito, a definição para o IBAMA/EMBRATUR, em seu documento “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo”, é: “[...] segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem-estar das populações”. O IBAMA/EMBRATUR deixa evidente que o ecoturismo, em sua essência, deve formar consciência ecológica e promover o bem-estar da população receptora. Vale complementar que a busca pela forma “sustentável” de explorar o turismo tem que ser enquadrada no modelo “ecologicamente viável e socialmente justo, para as gerações presentes e futuras”.

Ainda no que concerne à questão de respeito ao meio ambiente, Butler (1989), citado por Vitorino e Fontes (2001, p.7), comenta:

Ecoturismo pode ser descrito como um tipo de turismo suscetível a comunicação, consciência e melhoria ambiental. Estas características do ecoturismo irão provavelmente amenizar os problemas social e ambiental associados ao turismo convencional. O ecoturismo atenta em dar aos viajantes uma melhor consciência do meio ambiente e contribui positivamente para as condições econômica, social e ecológica do lugar visitado.

Para facilitar o entendimento, Fennel (2002, p. 52) apresenta a seguinte definição:

Ecoturismo é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto; é não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.

Seguindo esse mesmo eixo, Coriolano (2006a) aponta o ecoturismo como um tipo de turismo que é desenvolvido em localidades de grande potencial ecológico de forma preservacionista, procurando harmonizar atividades de lazer e meio ambiente. É uma forma de lazer em contato direto com os recursos naturais (fauna, flora, água), com as culturas locais e sempre buscando a conservação ecológica, de forma que amplie a consciência ecológica de quem oferta e demanda os serviços do turismo. Bonito enquadra-se perfeitamente nisso que foi exposto, já que é um município com grande potencial ecológico.

Como já mencionado, o ecoturismo é uma atividade recente. Até mesmo o uso do termo “ecoturismo” é considerado novo. Ceballos-Lascurain foi o primeiro a utilizar-se do termo, no ano de 1981, entretanto iniciou seu uso referindo-se ao “turismo ecológico”. No ano de 1983, Ceballos-Lascurain renomeou o termo, deixando de ser “turismo ecológico” para ser “ecoturismo”, que seria uma forma de prática de turismo com conservação. Em 1984, apareceu escrito pela primeira vez na edição da *American Birds*, como uma forma de propaganda de turismo. No ano de 1987, surgiu a definição do termo “ecoturismo” pela primeira vez no documento intitulado “O futuro do ecoturismo”, que depois foi reproduzido em um jornal do México (*México Journal*) no ano de 1988. (FENNELL, 2002). Avaliando essa informação, faz mais sentido ainda entender turismo ecológico como sendo o mesmo que ecoturismo.

Há, contudo, autores que entendem a gênese do ecoturismo em tempos mais antigos como é o caso de Western (2002) que é citado por Baggio (2007, p.32-33):

As raízes do Ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre. Os visitantes que há um século chegaram em massa aos parques nacionais de *Yellowstone* e *Yosemite* foram os primeiros ecoturistas. Os viajantes pioneiros que se embrenharam pelo *Serengeti* há cinquenta anos e os aventureiros caminhantes do *Himalaia* que acamparam na *Annapurna* 25 anos mais tarde eram tão ecoturistas quanto os milhares que hoje fotografam os pingüins da Antártida, acompanham a migração em grupo de Belize ou dorme nas habitações comunitárias dos nativos de Bornéu.

É importante dizer que o ecoturismo é concebido sob três pilares: a sustentabilidade, a conservação e o fortalecimento da comunidade (VIEIRA; NASCIMENTO, 2003). Esses pilares, se colocados em prática, criam uma situação em que todos saem ganhando, ou seja, o meio ambiente preservado, o empresário lucrando, o turista tendo o lazer como esperava e a melhoria do bem-estar das comunidades receptoras.

A prática do ecoturismo está ligada às motivações de viagens para destinos que sejam áreas naturais pouco modificadas, com o objetivo específico de desfrutar e contemplar as belas paisagens com animais e plantas, além das manifestações culturais e das tradições das comunidades locais.

Essa modalidade de turismo que alia a atividade econômica à natureza contribui como uma nova fonte de renda, empregos, oportunidades. E se bem planejada, poderá proporcionar o crescimento socioeconômico às comunidades receptoras, já que tem, ao centro das atrações turísticas, a natureza, que deve ser preservada para que o turismo continue existindo. Parte dos recursos econômicos gerados ali com o ecoturismo poderão ser aplicados na conservação e, assim, contribuir para a sustentabilidade.

Esse segmento é, portanto, uma importante alternativa para aquelas populações que vivem no meio rural, onde ainda há um elevado grau de conservação. Promove atividades para que os turistas experimentem o ambiente natural cultural das populações receptoras, sem degradação. É um segmento de turismo que carece de conscientização ambiental por parte do ofertante (população local) e do demandante (turistas).

Para uma melhor compreensão, apresentamos a seguir um quadro resumo elaborado com base em Machado (2005), que traz as principais diferenças entre os seguintes tipos de turismo: ecoturismo, turismo de aventura, turismo ecocientífico, turismo ambiental e o turismo rural.

QUADRO 3.3 Comparativo de tipos de turismo praticado em espaço rural

	Ecoturismo	Turismo de Natureza	Turismo Ecocientífico	Turismo Ambiental	Turismo de Aventura	Turismo Rural
Palavra-chave	Conservação	Lazer ao ar livre	Pesquisa	Educação Ambiental	Risco controlado	Atividade agropecuária
Ocorrência	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais preservadas ou degradadas	Áreas naturais	Área rural
Operação	Diretamente relacionadas com manutenção do ambiente	Despreocupação quanto a processos mais diretos de manutenção do ambiente	Diretamente relacionada à atividade científica	Diretamente relacionada à atividade educativa	Relacionada a atividades esportivas de natureza	Relacionada às atividades turísticas no meio rural onde há atividade agropecuária
Cuidados	Extremos	Simple	Extremos	Extremos	Básicos	Básicos
Conhecimento do local	Profundo	Superficial	Científico	Profundo	Apenas para a prática de modalidade esportiva	Superficial
Objetivos	Conhecimento amplo do ambiente natural e cultural	Relaxamento e prazer no ambiente natural	Conhecimento técnico do ambiente	Conhecimento do ambiente e das modificações nele ocorridas	Atividade física na natureza	Lazer no meio rural
Grupos	Reduzidos	Médios e grandes	Muito reduzido	Médios e grandes	Reduzidos	Reduzidos e médios
Envolvimento local	Sempre	Não necessariamente	Não necessariamente	Não necessariamente	Ocorre quando necessário para o suporte da atividade	Ocorre diretamente com os proprietários
Agentes de turismo	Envolvimento direto com os projetos ambientais	Sem envolvimento com os projetos ambientais	Nem sempre necessários	Envolvimento com educação ambiental	Capacitados para a modalidade	Atividade é geralmente exercida pelos proprietários
Envolvimento cultural	Diretamente identificado	Sem projetos culturais obrigatórios	Nem sempre necessários	Não necessariamente	Geralmente não ocorre	Diretamente identificado
Público	Preocupados com as questões ambientais	Desejosos de contato com a natureza	Técnicos, professores, estudantes	Professores, estudiosos, alunos e interessados	Ávidos por atividades físicas no meio natural	Ávidos por atividades de lazer no meio rural e recepção mais pessoal
Programas	Dentro dos conceitos de mínimo impacto	Possíveis de realizar no espaço natural	Quando ocorrem, apenas relaxamento	Relacionando ações e consequências no ambiente	Sempre ligados a práticas esportivas de risco controlado	Sempre ligados às práticas campeiras

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no texto de Machado (2005).

Por fim, a representação comparativa vem somar-se a esses esforços para elaborar um quadro de referências teóricas e conceituais que tenham ligação com este estudo.

3.6 Principais impactos causados pela atividade do turismo

Como já foi dito anteriormente, desde a década de 1960, era tido como a “indústria sem chaminés”, por se acreditar que essa atividade é pouco ou nada degradante, mas Coriolano (2006, p.36) afirma que:

A presença do turismo ou do ecoturismo no meio natural causa impactos nos ecossistemas devido, principalmente, à necessidade de implementação de serviços, equipamentos, alojamentos. A ocupação turística na natureza provoca uma série de desequilíbrios na bioecologia da região.

Ainda a mesma autora, citando Salva, trabalha a mesma questão numa ótica mais ampla:

A turistificação das paisagens ou o processo de mudança de um lugar para adequá-la à função turística, na maioria das vezes, não consegue sincronizar o ritmo e o volume da exploração dos recursos com a capacidade que o meio oferece de suportar esta exploração. (SALVA, 1996 apud CORIOLANO, 2006, p. 36).

Essa visão de “indústria sem chaminés” vem, no entanto, mudando, e, nos dias de hoje, é confirmado que o turismo é uma atividade econômica e, como qualquer outra que prioriza o lucro, também degrada o meio ambiente e, em determinados casos, gera a exclusão social e a pobreza para a comunidade nativa.

A dita ideia da “indústria sem chaminés” já é algo superado. A discussão circunda outras vertentes questionadoras como: o que pode ser feito para amenizar os impactos que o turismo ocasiona aos ecossistemas? Como e onde atuar para evitar possíveis impactos? Quais

ações, programas ou políticas podem amenizar tais impactos? Essa tese da “indústria sem chaminés” é romântica, imatura, utópica e ilusória.

Petrocchi (2004, p. 21) sintetiza essa ideia errônea de “indústria sem chaminés”, afirmando que o “[...] turista interage com o destino visitado, afetando-o de alguma forma”.

Silva (2006) salienta que o turismo é elitista e excludente, já que quem usufrui dele é somente quem pode comprá-lo, possuí-lo e tê-lo. Muitas vezes nem mesmo a população da localidade pratica o turismo por não ter condições de “comprá-lo”, e foi assim que se criou a mercantilização do território e dos recursos naturais voltados para o turismo.

Por outro lado, o turismo depende da qualidade ambiental (mar, sol, rio, gruta, montanha, selva), cultural (arquitetura, gastronomia, música, museus, costumes, tradições) e até mesmo social da comunidade receptora e também pode impactar de forma positiva, desde que explorado de forma organizada, planejada e consciente. Essa atividade já provou que é capaz de gerar benefícios para todos os atores envolvidos, podendo ser uma das ferramentas para o desenvolvimento de localidades com potencial, como é o caso do município de Bonito.

A continuidade ou não do turismo não depende, portanto, apenas do turista, mas sim de todos os agentes e atores envolvidos: “ [...] a comunidade precisa ter consciência de que a preservação ambiental – em sua forma mais ampla – é instrumento de prosperidade por meio do lucro com o turismo”. (PETROCCHI, 2004, p. 21).

O produto turístico diferencia-se dos produtos gerados na indústria e no comércio, à medida que apresenta características próprias, sendo um composto de bens e serviços. Segundo Beni (2001, p.170):

[...] produto turístico total, em seu sentido macroeconômico, e constituído de um conjunto de subprodutos, tais como transporte, hotelaria, restaurantes, filmes, livros, diversões, souvenirs, seguro e outros. Em sentido microeconômico, cada um deles pode receber a denominação de produto turístico.

Beni amplia essa visão afirmando que os bens e serviços formam o produto turístico de uma localidade, mas as “matérias-primas”, que realmente atraem o turista são os recursos

naturais, culturais e os atrativos da localidade. O turista quer conhecer as crenças, a cultura, a história, os costumes, a gastronomia, entre outros⁵⁴.

Para “consumir” o produto turístico, o turista causa, de certa forma, algum impacto. Esses impactos são resultantes de um processo de interação entre os turistas, a comunidade e os meios receptores. Esta seção aborda os principais impactos causados pela atividade turística.

Partindo dessa perspectiva e complementando o que Beni apresentou, Neri (2007, p. 67-68) aponta que:

O consumidor de um destino turístico demanda do produtor e das respectivas localidades os mais diferentes tipos de capital (natural ou ambiental, cultural, humano, físico, social). [...] A combinação desses diferentes tipos de capital da origem àquilo que Neri e Soares (2006) denominaram capital turístico. Um turista, por exemplo, quando toma a decisão a respeito de um destino, avalia a presença de diferentes capitais na localidade: humano (bom atendimento pessoal, fácil comunicação – idiomas, hospitalidade, ambiente salubre), cultural (música, arte, costumes, religião etc), social (policimento, segurança), econômico (preço, câmbio, juros e crédito), infra-estrutura (transporte, água potável, esgoto) e, no caso brasileiro, principalmente o natural) praias, paisagens, flora, fauna). Outro ponto importante é que tanto o consumo desses bens quanto a produção causam impactos nesses ativos, podendo proporcionar o acúmulo ou a depreciação dos estoques de capitais mencionados. Em geral, o consumo turístico traz ganhos sociais às localidades, uma vez que são inúmeros os impactos no mercado de trabalho, na geração de renda e redução da pobreza. Entretanto, o consumo turístico também gera impactos negativos. Em particular, o consumo de atrativos naturais, sem a devida consciência ecológica, gera externalidades negativas, ou seja, custos ambientais que o consumo ou produção privada impõe a toda a sociedade que pode ser o principal atrativo turístico de uma localidade – o resultado seria o esvaziamento e conseqüentemente a redução do consumo turístico; o crescimento desordenado nos locais turísticos; problemas de infra-estrutura; favelização.

⁵⁴ Beni (2001) cita Pierre Defert, que diferencia o turismo por meio da oferta original, ou seja, o que chamamos de “matéria-prima”. Classificou-o em quatro grupos. O primeiro é chamado de Hidromo, que corresponde aos atrativos formados a partir de elementos hídricos e pelágicos sob todas as suas formas e aspectos. Inclui-se neste grupo o turismo que tem por base o gelo, a neve e as águas minerais e termais. O segundo grupo é o Fitomo, que são os atrativos relacionados à flora e às superfícies naturais recobertas de vegetação. O terceiro grupo é o Litomo, que diz respeito aos atrativos provenientes de processos geológicos de vulcanismo, tectonismo, processos sedimentares ou erosivos, como, por exemplo, montanhas, picos, vulcões, cordilheiras, covernas, cânions, cachoeiras, lagos, mares, golfos. O último grupo é o Antropomo, que é composto por atrativos que tenham ligação com a atividade humana, antiga e moderna, como valores criados pelo homem. Citam-se história, religião, cerimônias, tradições, folclore, cultura, lugares destinados a peregrinação e outros. Esses elementos são a matéria-prima do turismo, que depois é “lapidada”, recebendo uma agregação de valor, que vem na forma de serviços e bens, valorizando-o e transformando-o em um produto turístico, um bem econômico. Antes disso, era um “bem livre”, que estava disponível na natureza, e agora, encaixa-se como bem econômico – que tem as características de ser escasso, transferível e útil – e justamente por isso passa a ter mais valor. Vale lembrar que essa “agregação” de valor traz impactos negativos para o meio ambiente e a comunidade receptora.

O economista Marcelo Neri apresenta isso em forma esquemática:

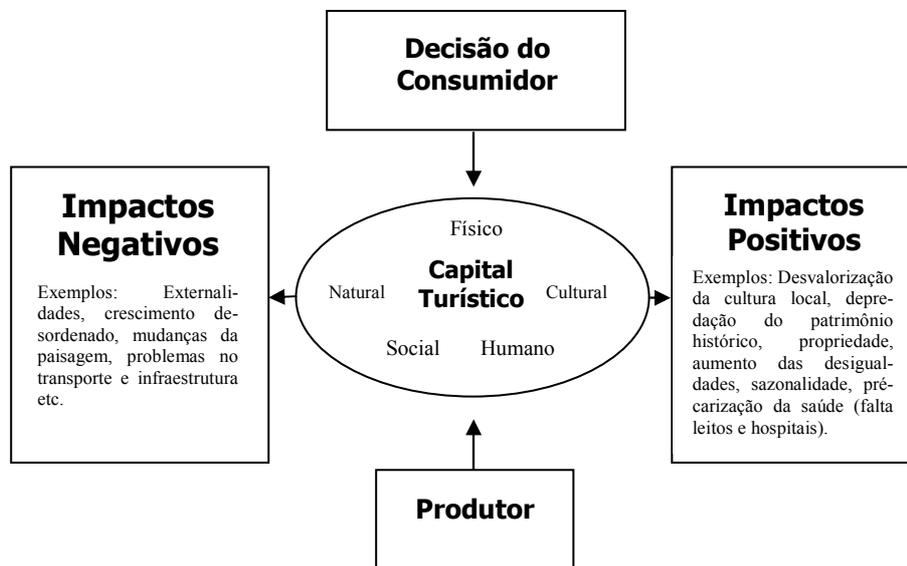


FIGURA 3.2 Esquema do mercado de turismo e seus impactos
 Fonte: Neri (2007, p. 69).

Toda alteração, positiva ou negativa, expressiva ou inexpressiva, sobre os meios naturais, sociais, culturais e econômicos, pode ser considerada como impacto. “Os impactos do turismo estão relacionados às alterações eventuais, ou previstas sobre a localidade turística, através de ação de diversas variáveis de natureza, intensidade, direção e magnitude diferentes, que se comportam de forma interativa”. (SILVEIRA, 2003, p.73).

Apesar disso, há pessoas (e aqui se incluem autoridades) que ainda entendem que a atividade turística possa ser a panaceia para todos os problemas existentes numa determinada localidade. Idealizam o turismo como a “janela de oportunidades” e como uma forma de inclusão de toda a comunidade. Afinal de contas, hoje o turismo movimenta cifras consideráveis, gera milhões de empregos, é responsável pelo surgimento de milhões de empresas, rompe fronteiras, transforma o modo de vida de pessoas, incluindo localidades no roteiro turístico mundial, e é visto como uma atividade econômica limpa, menos poluente e menos degradante.

Essa visão, que podemos considerar como “irreal” e distorcida, também passa a ser justificada por normalmente ser isso que encontramos na grande mídia, que apresenta somente

o lado positivo do turismo. Mostrar só o lado positivo é uma questão de *marketing*, de propaganda para roteiros, empresas, agências de turismo e localidades que sobrevivem dessa atividade. Apresentar o lado negativo não seria economicamente prudente e não levaria nenhum turista a lugar nenhum; só depreciaria a atividade e a localidade.

Neri apresenta a seguinte representação desses dois “lados”:

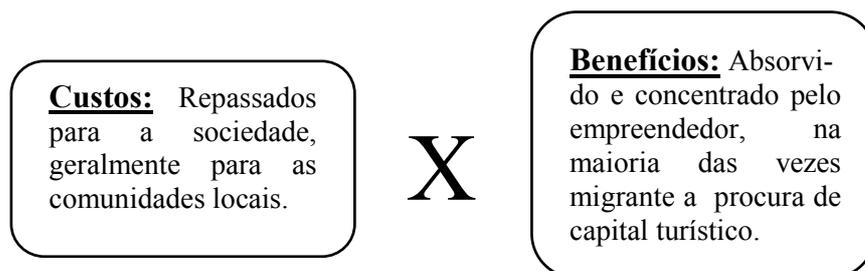


FIGURA 3.3 Desequilíbrio na atividade turística

Fonte: Neri (2007, p.69).

As manifestações, propagandas e discursos oficiais que tratam do turismo são recheadas de ilusões e alusões aos impactos positivos, como, por exemplo, o desenvolvimento econômico que o turismo pode proporcionar e a proteção dos patrimônios culturais e naturais das localidades onde ele está presente. Há, no entanto, um esquecimento em relação à necessidade de planejamento, monitoramento e controle dos espaços onde o turismo se desenvolve. Para que isso ocorra, são necessários investimentos por parte do poder público e da iniciativa privada. Vale lembrar que a velocidade e a intensidade de um *boom* de demanda por um destino podem ser iguais à sua decadência.

Como impacto positivo, Ruschmann (1999) aponta que a atividade turística tem condições de criar empregos e renda em localidades em que a economia se encontrava debilitada, já que o turismo ativa vários setores da economia e mexe diretamente com a localidade.

Como já afirmamos, essa atividade econômica, como qualquer outra, também causa danos ao meio ambiente e às populações nativas. Agora resta analisar que dano é esse e sua intensidade.

Devemos investigar e conhecer os impactos do turismo sobre o econômico, o social, o ambiental e o cultural das comunidades em que é praticado, ou seja, conhecer as interferências no meio em que se reproduz. Como já foi explicitado, onde ele se desenvolve,

ele traz a reboque uma série de outras empresas que geram recursos, empregos e impostos. O turismo tem um efeito multiplicador, pois traz mais renda, mais riquezas, novas empresas e o aumento no número de postos de trabalho. Essa conta muitas vezes aparece somente com os números positivos, mas deve ser feita com cuidados, sempre respeitando a capacidade de carga do local, dos atrativos turísticos, para, assim, evitar a degradação ambiental e a massificação da atividade, prejudicando as ofertantes e demandantes.

Para que haja a prática do turismo, deve haver adequações nas vias de acesso, nas acomodações, na infraestrutura, e isso causa mudanças físicas, ambientais, culturais e até sociais na localidade.

Corá (2003) aponta que os impactos provocados pela atividade turística não devem ser examinados de forma isolada, mas sim em conjunto, pois um impacto tem influência sobre outro, havendo uma interdependência entre os eles.

O texto de Lage e Milone (1999) consolida essa ideia: todo o processo produtivo gera impactos para a sociedade, mesmo que movimente cifras consideráveis, mesmo que proporcione um notável leque de oportunidades, como é o caso do turismo. Nota-se que o turismo produz, no mínimo, serviços e esses também causam impactos. Os autores complementam, ainda, que o turismo pode desenvolver-se e ocasionar riscos de descaracterização das singularidades, das particularidades da população local, o que poderíamos considerar como impactos culturais.

Vários estudos mostram o lado positivo e o negativo da atividade do turismo, dentre os quais destacamos a tese de doutorado de Casimiro Filho (2002, p. 24):

[...] a atividade turística poderá promover melhoria nas condições de vida da população residente na região onde se encontram os atrativos turísticos. Isso ocorrerá tendo em vista que, para desenvolver o turismo em uma região, torna-se necessário implantar uma boa infra-estrutura básica como: saneamento, transportes, comunicação, estradas e segurança, dentre outros. Assim, essa infra-estrutura, uma vez montada, em alguns casos, também poderá ser utilizada pela população onde se encontra os recursos turísticos. Vale ressaltar que a atividade turística também poderá trazer alguns impactos negativos, como a diminuição na qualidade física do meio ambiente, bem como na qualidade da atividade. Além disso, também poderá desencadear nos núcleos receptores aumento dos preços dos bens e serviços comercializados nesses locais, o que provocará maior impacto se estes forem também consumidos pela população local, bem como valorização excessiva das terras, que serão utilizadas na instalação dos empreendimentos imobiliários. Porém, esses impactos poderão ser minimizados através de um planejamento adequado da atividade turística⁵⁵.

⁵⁵ O mesmo autor, citando Ferraz (1992), diz que: “[...] o planejamento turístico pode ser entendido como ação intervencionista, que, por instrumentos legais próprios, visa ordenar o patrimônio turístico, os investimentos setoriais, a qualidade dos serviços e o incremento do consumo”. (CASIMIRO FILHO, 2002, p. 24).

Dessa maneira, um dos impactos positivos mais visíveis que o turismo pode trazer para a comunidade local é a melhoria na infraestrutura da localidade, como o sistema de comunicação, saneamento básico, abastecimento de água e energia, sistema viário, serviços bancários, serviços médicos, entre outros. Isso ocorre em razão de o turista demandar melhorias na infraestrutura da localidade.

Ainda nessa perspectiva, Corá (2006) também apresenta, como principais impactos econômicos positivos resultantes da atividade turística, o aumento da renda da comunidade receptora, a expectativa e estímulo de investimento e geração de novos empregos e, por fim, a redistribuição de renda. Por outro lado, traz, como negativos, a pressão inflacionária, a grande dependência financeira da localidade com relação ao turismo, a elevação dos custos sociais e ambientais e a priorização dos investimentos apenas para o setor de turismo.

Para procurar entender esses impactos, valemo-nos da principal razão, que é a entrada de capital na região, o que eleva o poder de compra dos consumidores. Isso fica evidente, já que haverá impactos positivos e negativos. Os positivos são aceitos e contribuem diretamente para a localidade ao passo que os negativos, como é o caso da pressão inflacionária, trazem problemas para a população residente, pois eleva o custo de vida e até mesmo o custo de produção de atividades instaladas ali. Isso ocorre onde há turismo ativo, pois normalmente os preços são elevados em comparação a outras localidades; aqui, *in situ* os preços dos combustíveis, das bebidas, dos aluguéis, dos serviços em geral, entre outros.

Passa a existir a dependência financeira da localidade com relação à atividade do turismo, tornando-a vulnerável às oscilações do mercado turístico. Se acaso houver algum problema que ocasione a queda de seu fluxo turístico, haverá um desaquecimento na sua economia, pois, se houver uma queda brusca no número de turistas, haverá uma queda na entrada de capital e isso interferirá em todos os outros setores, já que todos passaram a depender do turismo. Sem contar que, no turismo, existe a sazonalidade, ora de baixa temporada, ora de alta temporada, e isso reflete diretamente no comportamento da economia e no mercado de trabalho. Na alta temporada, há uma elevação por demanda de trabalhadores que, em parte, são contratados de forma temporária, mas na baixa temporada ficam desempregados. Cabe afirmar que essa população é obrigada a se sustentar da renda auferida durante as épocas do ano que há trabalho, ou então complementar a renda com os trabalhos eventuais e informais, os chamados “bicos”. O turismo também gera, no entanto,

subempregos, que muitas vezes estão ligados às atividades domésticas e ao comércio local. Essas ocupações informais não garantem os direitos trabalhistas, como carteira assinada, férias, 13º Salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros. Abaixo, apresentam-se exemplos dessas ocupações informais em Jericoacoara (CE), Mandacaru⁵⁶ – distrito de Barrerinhas (MA) – região dos Lençóis Maranhenses – e Tiradentes (MG).



FIGURA 3.4 Mulheres de pescadores de Jericoacoara (CE) produzindo e comercializando peças em crochê

Fonte: Acervo do próprio autor. (2008)



FIGURA 3.5 Lojinha de artesanato de Mandacaru – Vila de pescadores que pertence a Barrerinhas (MA)

Fonte: Acervo do próprio autor. (2010)



FIGURA 3.6 Condutores de charrete em Tiradentes (MG) – uma ocupação dos moradores locais

Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 3.7 Artesanato em papel machê e ferro - principal fonte de renda de Vitoriano Veloso (Distrito de Prados – MG.) – Rota da Estrada Real

Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

⁵⁶ Como mais uma forma de ilustrar a importância dessas ocupações informais para os moradores desses pequenos povoados ou cidades, citamos o distrito Mandacaru (pertencente ao município de Barrerinhas (MA) – região dos Lençóis Maranhenses), que antigamente era apenas uma vila de pescadores e hoje recebe turistas de todas as partes do mundo. Esse vilarejo tem como atração um farol de 54 metros de altura que, além de orientar a navegação pelo rio Preguiças, oferece ao turista vista panorâmica de toda a região dos lençóis, com visão de rios, lagos e matas. Adentrando pela vila de pescadores, os turistas deparam com várias lojinhas rústicas que oferecem artesanato, como bolsas, bijuterias e peças de decoração, em sua maioria feitas de palha do buriti (palmeira da região). Outro fato que chama a atenção é que há algumas crianças de aproximadamente 4 ou 5 anos de idade que pedem aos turistas se querem ouvir a “música do Mandacaru”, que na verdade é a música chamada “O xote das meninas”, de composição de Luiz Gonzaga e Zé Dantas. “Mandacaru/ Quando fulora na seca/ É o siná que a chuva chegaz/ No sertão/ Toda menina/que enjôa/ Da boneca/ É siná que o amor/ Já chegou no coração...”. Essa atitude é mais uma forma de complementar a renda das famílias que, no caso de Mandacaru, é um povoado bastante carente.

Além do que já foi apresentado, o turismo ocasiona outro impacto no mercado de trabalho local, já que é um grande empregador de mulheres, e isso é explicado em razão de o ramo hoteleiro preferir as mulheres para executar as tarefas nos hotéis e pousadas. Isso cria um desequilíbrio no processo de contratação. Também há uma preferência por pessoas mais jovens, o que não absorve outras faixas etárias das localidades onde ele é ativo.

O quadro a seguir complementa o que apresentamos até o momento sobre os principais benefícios e custos econômicos do turismo.

QUADRO 3.4 Principais benefícios e custos econômicos do turismo

Benefícios	Custos
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de empregos • Injeção de renda na economia local pelo efeito multiplicador • Auxílio para a manutenção da viabilidade dos negócios locais • Reforma e reestruturação da economia em cidades e metrópoles onde outras atividades industriais estão em declínio • Estímulo a investimentos internos e industriais 	<ul style="list-style-type: none"> • Muitos empregos são mal remunerados e/ou sazonais • Custos de ocasião, ex.: dinheiro investido em turismo que não poderá ser usado posteriormente para outras finalidades • Congestionamento • A necessidade de investir em infra-estrutura dispendiosa que pode ser usada apenas em parte do ano • Excessiva dependência do turismo, tornando a economia local vulnerável a mudanças no mercado de turismo

Fonte: Swarbrooke (2000, p.95).

Outro impacto negativo que é bem claro diz respeito à elevação dos custos ambientais e sociais de uma localidade a partir da prática do turismo. Também se nota que os investimentos, tanto os do setor público quanto os do privado, são priorizados para estimular a atividade turística. Muitas vezes, a população residente tem outras prioridades e necessidades para os investimentos públicos (que não sejam apenas uma forma de estimular a atividade turística), entretanto não são viabilizadas. Por exemplo, necessitam de uma creche, de um posto de saúde, mas a prioridade para o turismo é reformar a fonte da praça central.

Vale lembrar que, no momento em que o turismo traz rendimentos mais elevados do que as demais atividades tradicionais, há uma tendência de abandono das demais atividades e uma concentração nas atividades referentes ao turismo, o que pode desempregar parte da população e até ocasionar o êxodo rural, o inchaço e ocupação irregular das áreas urbanas. Essa população que deixa as atividades tradicionais e migra para o turismo nem sempre obtém êxito, e isso vem ocasionar problemas sociais, como o desemprego, o favelamento, o

alcoolismo, o tráfico de drogas e, em piores situações, a exclusão social. Nesse caso, há uma urbanização desordenada que acaba deteriorando a qualidade de vida dos moradores.

Normalmente, quando há desenvolvimento do turismo, há um impacto na demografia local, aumentando a densidade populacional e criando uma maior seletividade no mercado de trabalho. (SILVEIRA, 2003).

As localidades turísticas, quando passam a ocupar um espaço na mídia, sendo alvo de matérias e reportagens que mostram somente o lado bom, transmitem a imagem de serem o “oásis” e, assim, passam a atrair um número de migrantes maior do que comportam (migração desordenada). Essas pessoas, em sua maioria, chegam sem qualquer qualificação profissional, oriundas de regiões menos desenvolvidas, em busca de emprego e de renda. Não tendo condições de se manterem de forma digna, iniciam o processo de favelamento, ocupando áreas irregulares, morando de forma precária em barracos sem infraestrutura. A condição de pobreza é tamanha que acabam degradando o meio ambiente, inicialmente, com o desmatamento e retirada da vegetação nativa para dar lugar aos barracos; depois, despejando o esgoto a céu aberto e dispendo o lixo de forma inadequada.

Mesmo existindo impactos positivos e havendo um discurso político e midiático em favor dessa atividade, declarando que há geração de empregos, renda, tributos, mas divisas para as populações receptoras, há, no entanto, uma tentativa de encobrir os impactos negativos.

Para a população local, já residente, há outros impactos, que são mencionados por Corá (2003, p. 53):

[...] a população local é freqüentemente afastada do seu território de moradia e atividade de origem. Isso acontece das mais diversas formas, seja fisicamente, vendendo sua terra e deslocando-se para outro lugar, seja participando informalmente e marginalmente da economia, seja menosprezando os próprios valores culturais e submetendo-se aos novos, trazidos pelos turistas.

O turismo também pode impactar positiva ou negativamente a arquitetura local. A atividade turística pode fornecer condições para a restauração de imóveis, a conservação do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural, pois isso pode contribuir para o turismo local, sendo referências que passam a servir como pontos de interesse turístico. Vale lembrar, como exemplo, as cidades históricas de Minas Gerais. Por outro lado, há localidades que optam por

trocar os prédios antigos por modernos, desvalorizando a arquitetura e a memória da localidade; é o que se chama de “contaminação arquitetônica”.

O turismo está intimamente ligado aos meios de hospedagem, e estes se utilizam de recursos naturais, como água e energia, e também geram lixo e esgoto que impactam o meio ambiente.

Pois bem, além desses já apresentados, o turismo pode trazer a uma localidade outros impactos negativos, como o aumento da prostituição (há casos até mesmo de prostituição infantil) e o aumento da criminalidade, como roubos, assaltos e tráfico de drogas. O Brasil passa por um momento delicado de sua história com relação ao aumento vertiginoso de acidentes de trânsito. Destaca-se que, nas localidades onde o turismo passa a estar ativo, essa elevação é maior ainda, já que há sobrecarga do tráfego.

Para exemplificar, Silva (2006a) apresenta os impactos do turismo na comunidade de Lavras Novas (pequena localidade pertencente a Ouro Preto – MG), que, nos finais de semana e feriados, recebe um elevado número de turistas, cuja presença muda o ritmo da localidade, interferindo nos costumes, hábitos, cultura e modo de vida de seus habitantes. Ressalta, ainda, que o turismo vem degradando o meio ambiente e descaracterizando o conjunto de edificações que possuem um padrão arquitetônico, além do elevado consumo de entorpecentes⁵⁷.

Complementando, Silva traz dados de uma pesquisa realizada por Almassy Júnior (2004), que registrou a opinião dos moradores de Lavras Novas; o turismo trouxe má influência sobre a população mais jovem da comunidade, com o aumento do consumo de álcool e entorpecentes, brigas e imitação dos hábitos de consumo dos turistas. Vale complementar com a visão de Ruchmann (1999), para quem, em localidades turísticas, há o “efeito demonstração”: a presença maciça de turistas acaba estimulando hábitos de consumo que eram desconhecidos, ou até mesmo inacessíveis para a comunidade receptora. Há mudanças na moralidade dessas comunidades, como, por exemplo, o aumento da criminalidade, do consumo de drogas e da prostituição.

Ainda com relação à ligação turista e moradores, Ruchmann (1999), citado por Silva (2006a), valeu-se do exemplo de um estudo elaborado por Doxey, em Barbados e Niagara Falls, em que foram identificadas cinco fases da desilusão de uma comunidade receptora com

⁵⁷ Silva (2006a) utiliza-se do Dicionário Aurélio para definir entorpecentes como: “Substância que produz estado agradável de embriaguez, e a que o organismo se habitua, vindo a tolerar doses grandes, mas que provoca necessidade do seu uso, acarretando progressivas perturbações físicas e morais”.

o turismo, ou seja, o impacto social que este ocasione nessa comunidade. A primeira fase é a euforia, pois as pessoas estão entusiasmadas com o desenvolvimento da atividade e isso vem na forma de oportunidades, empregos e lucros. A segunda fase é a apatia: a comunidade receptora vê o turista como uma máquina de produzir dinheiro, ou seja, dinheiro de forma fácil. A terceira fase é irritação, que provém da saturação da estrutura da localidade, ou seja, não atende às exigências da demanda turística e, dessa forma, acaba prejudicando a todos, inclusive os moradores da localidade. O antagonismo é a quarta fase e expressa-se quando os moradores já não disfarçam que estão irritados com os turistas, pois muitos dos males que ali existem resultaram ou foram ampliados com a vinda do turismo, como a criminalidade, o aumento de preços, entre outros. A última fase é a do conformismo ou da reação. A população receptora pode conscientizar-se de que a busca incansável pelo turista ocasionou várias mudanças em seu ecossistema e nem se tentou impedi-las, o que o descaracterizou, tornando-o um fator “complicador” para a atração do turista da fase inicial (fase da euforia). Ou, então, se a destinação for grande para absorvê-lo, o turismo de massa continuará a crescer, com ou sem o “crivo” da população local. (SILVA, 2006a).

A população das localidades turísticas sonha ascender economicamente por meio do turismo, mas, por outro lado, esse mercado é especializado, o que não inclui a grande parcela dos habitantes. E o “sonho” vira “pesadelo”. O turismo, se mal planejado, marginaliza e expropria a cultura local, os hábitos e até mesmo o modo de vida dos habitantes. É o turismo que dita o rumo e o ritmo da localidade.

Ferreti (2003) traz outros impactos negativos, mas classifica-os como impactos sobre os meios físicos. Cita os congestionamentos em povoados remotos e sítios históricos, a poluição e degradação nos cursos d’água (poluição hídrica), a destruição de trilhas e da vegetação frágil que existe no local, os distúrbios e danos à vida selvagem e a disseminação da desordem (isso quanto à organização do espaço). Isso ocorre em períodos de alta temporada, uma vez que as localidades recebem muitos turistas. Há casos de localidades que, na alta temporada, recebem um número elevado de turistas e isso causa uma sobrecarga no sistema viário, no sistema de saneamento básico, nos serviços de coleta de lixo, entre outros problemas. Nessas localidades, em períodos de alta temporada, há falta de água, já que a rede hidráulica não comporta essa sobrecarga.

O turismo, se mal planejado, pode intervir negativamente no plano estético-paisagístico. Isso pode ocorrer a partir da construção de pousadas, de hotéis, de restaurantes, de residências secundárias em encostas de morro, em áreas de mata ciliar, em áreas de

preservação permanente. O turismo não planejado e não regulado pode ocasionar sérios danos e consequências para o meio físico das localidades, como até mesmo o fim do turismo local, já que nenhum turista quer ir a uma localidade onde os atrativos, a cidade e o meio ambiente estejam deteriorados em razão da própria prática indevida do turismo.

Diferentemente da dinâmica econômica e social, o turismo pode ocasionar impactos culturais⁵⁸ graves, como a descaracterização cultural da população local. Essa população nativa deixa de preservar as tradições culturais e até mesmo seu *modus vivendi*. Pode haver uma vulgarização das manifestações locais. Ruschmann (1999) ressalta que é impossível desconsiderar a cultura de um povo como uma das mais importantes motivações das atividades turísticas.

Mariani (2003, p.46-47) argumenta de forma esclarecedora sobre os impactos que não são vistos a “olho nu”:

[...] o desenvolvimento do turismo, além de impactos nos meios físico e biótico, também causou impactos nas atividades produtivas e na cultura da população fixa, de modo que foi observada uma transformação nos hábitos de consumo, despertada por novas aspirações até então desconhecidas, consequências da presença do turista e da instalação de lojas com produtos de circulação nacional e internacional, [...] gerou modificações nos valores culturais em relação ao trabalho, ao consumo, educação, religião, costumes, explicitando que não houve exaltação dos verdadeiros valores culturais que constituiria em uma forma de resistência à depredação e determinaria a preservação da identidade local, impedindo, desta maneira, o processo de aculturação, que costuma ocorrer em larga escala, em área de desenvolvimento do turismo.

Ao lado do desenvolvimento do turismo, há pressões modernizantes que vêm da circulação mundial de ideias, moda, tecnologias, referenciais culturais que estão inseridos no destino turístico. A comunidade passa a ofertar e demandar roupar de grife, equipamentos de marcas globais entre outros. Os valores da comunidade são alterados.

⁵⁸ Vale citar fatores que podem contribuir para a descaracterização e até esquecimento da cultura local: “Na década de 1960 começa a globalização cultural-comunicacional: a) os padrões de consumo e o estilo de vida americano são difundidos mundialmente pelas televisões nacionais e pelo cinema; b) as notícias são veiculadas instantaneamente através dos telegornais que utilizam a tecnologia de satélites; c) a Terra é vista e transmitida como uma unidade desde o espaço exterior e desde a Lua. Na década de 1980, esta globalização intensifica-se: barateamento e informatização dos sistemas de comunicações; emergência e rápida disseminação dos sistemas de comunicações; emergência e rápida disseminação de novas tecnologias (*fax*, correio eletrônico, televisão mundial – CNN); expansão massiva do transporte aéreo” (FERREIRA; VIOLA, 1996, p.12). Atualmente, essa difusão da informação pela da televisão e pela internet ainda é maior. Como exemplo, citamos o caso dos atentados terroristas às torres do *World Trade Center* que ocorreram em 11 de setembro de 2001, e o das Olimpíadas de Pequim de 2008, quando o mundo todo pôde acompanhar ao vivo esses acontecimentos. Com relação ao acultramento, isso também ocorre, já que a cultura dos países desenvolvidos pode ser difundida e comercializada, influenciando diretamente nossas vidas.

A cultura local passa a dar lugar ao que o turista deseja, contudo cabe lembrar que os aspectos culturais podem ser utilizados como produtos ou atrações turísticas, pois os turistas, na maioria das vezes, procuram conhecer a cultura local e até mesmo realizar o intercâmbio e troca de informações. Para que isso ocorra deve haver, no entanto, o fortalecimento das bases culturais, o resgate das raízes históricas, tradições, costumes locais, o que valoriza a cultura e a autoestima dos moradores da localidade receptora.

Corá (2003) apresenta, em seu estudo, que o turismo pode trazer um efeito duplo sobre a cultura de uma localidade. Essa atividade traz capital para a localidade e parte dessa receita pode ser revertida para beneficiar a cultura local, vindo a beneficiar o turista como receptor e conhecedor dessa cultura preservada. Por outro lado, pode distorcer a cultura tradicional, priorizando somente atender o fluxo de turistas e obter lucro. Isso ocorre quando o artesanato local ou a música tradicional são substituídos por imitações, reproduções e falsificações.

O que importa é que o turismo pode ser positivo quando se explora a arte, o artesanato, a música, a gastronomia local e regional, o folclore, as festas típicas, as manifestações religiosas, as lendas, os costumes, as formas artesanais de produção, a agricultura tradicional, as histórias de vida da população nativa, a memória local, dentre outros valores intrínsecos que ficam esquecidos ou são distorcidos.

Swarbrooke (2000) menciona que o turismo pode trazer impactos até mesmo sobre a religião e esses podem ser benéficos ou negativos. Se houver um crescimento do respeito pela religião da comunidade local por parte dos turistas, haverá impactos positivos. Pode, no entanto, haver perda da espiritualidade em localidades religiosas, já que a atividade do turismo pode dominá-la, deixando a espiritualidade e religiosidade em segundo plano. Na verdade, já existe o turismo religioso, que é responsável pelo deslocamento de milhões de pessoas. Os casos das cidades de Aparecida (SP) e Congonhas (MG) retratam bem isso que Swarbrooke apontou. Nessas localidades, os turistas respeitaram a religião e contribuíram para seu crescimento, tanto é que atualmente esses municípios recebem muitos turistas durante o ano.



FIGURA 3.8 Basílica de Aparecida (SP) – Um dos principais pontos de turismo religioso do Brasil
Fonte: Acervo do próprio autor. (2007)



FIGURA 3.9 Igreja do Bom Jesus do Matosinho da cidade de Congonhas (MG)
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

Em muitos casos, no entanto, a atividade turística importa culturas, costumes e o “modismo”. Deixa as preciosidades culturais da localidade perderem-se no tempo e valoriza e absorve o que é “de fora”. Isso ocorre para atrair e agradar ao turista. Esse processo de aculturação da população local, na maioria das vezes, e nem se percebe, tamanha sua sutileza. Não há percepção da população local com relação a isso, pois há quem pense que o local, o tradicional e os costumes são sinônimos de atraso, de antiquado, e o que é válido é o novo, o moderno, o “importado”. Isso consiste em impacto negativo sobre a cultura local.

Com relação a isso, Ignarra (2002, p.122) comenta:

Existe um comportamento psicossocial em que as comunidades mais tradicionais, ao terem contatos com povos de países desenvolvidos, procuram imita-los. O jovem da cidade pequena do interior, ao se deparar com muitos jovens turistas vindos das cidades grandes, tem a tendência de procurar imitar suas roupas, suas músicas, seus hábitos, enfim.

As localidades e suas populações nativas, quando passam a receber turistas, começam a ter contato com outras culturas, o que leva a uma alteração de valores culturais tradicionais, trazendo danos para a cultura local.

Com relação à gastronomia local, a comida habitual e as bebidas tradicionais, em muitos casos o turismo faz que mudem. Os restaurantes das localidades turísticas, para atenderem alto fluxo, esquecem os pratos tradicionais e passam a dar lugar aos pratos-padrão, ou até mesmo aos lanches com aspecto de globalizados (*fast food, hamburguer, hot dog*), acompanhados de refrigerantes e cervejas, ou seja, o que é encontrado nos grandes centros. Se bem trabalhado e planejado, o turismo pode, entretanto, resgatar e preservar as comidas e

bebidas típicas, pois pode tornar-se mais um produto turístico, um ponto diferenciador da localidade. O turista quer experimentar a cultura local, os “sabores da terra”; agora resta à localidade preparar-se para ofertá-lo.

No caso do Estado de Mato Grosso do Sul a gastronomia típica local e regional sofre um gargalo, sendo uma área ainda mal planejada e subdesenvolvida. Para justificar essa afirmação citamos aqui o prato que ficou em 1º lugar na primeira edição do Salão de Turismo de Mato Grosso do Sul, no ano de 2007, foi a “tilápia no provolone”, prato vindo da cidade de Três Lagoas, representando a região da Costa Leste de estado. Lembra-se que a tilápia é um peixe nativo da África. Já o provolone é um queijo semiduro originário da Itália. O prato foi escolhido para representar o Estado no Salão Nacional do Turismo de São Paulo. Pergunta: O que o referido prato tem haver com o Mato Grosso do Sul?

Em outros estados e localidades a realidade gastronômica tem forte ligação com sua população e com o turismo. Melhor dizendo, o turista quer ir à Bahia e experimentar o acarajé e outros quitutes; visitar Aracajú (Sergipe) e experimentar algum prato composto por caranguejo (na avenida chamada de “Passarela do Caranguejo”); conhecer Goiás e comer o empadão goiano; viajar para o Maranhão e saborear o arroz-de-cuxá; passear em Minas Gerais degustando o pão de queijo com um cafezinho, ir até o Rio Grande do Sul e comer um belo churrasco após ter provado um delicioso vinho e, como sobremesa, um pedaço de cuca. Isso ocorre em virtude de o turismo atuar junto aos desejos, motivações, expectativas e necessidades do “ser humano turista”.



FIGURA 3.10 Turistas apreciando um tradicional churrasco gaúcho em Canela (RS)
Fonte: Acervo do próprio autor. (2007)



FIGURA 3.11 Gaúchos preparando a cuca para ser vendida aos turistas em Gramado (RS)
Fonte: Acervo do próprio autor. (2007)

Caminda Cavaco (1996) comenta a necessidade da interação do turista com a cultura local que, de certa forma, é uma fuga da realidade estressante: “[...] o contato com a natureza e a cultura local funciona como fuga para os turistas, pois seu maior desejo é justamente sair da realidade estressante da vida cotidiana dos grandes centros urbanos motivados por opção de lazer”.

Quando analisamos o impacto do turismo no artesanato local, temos que examinar como o fluxo turístico tem afetado sua produção e comercialização. Um aumento considerável no fluxo de turistas pode ampliar a demanda por peças de artesanato local, e normalmente o artesanato típico é algo mais elaborado, com maior necessidade de tempo para a sua criação, dificultando o atendimento à pressão de demanda. Assim, esse artesanato poderá ser descaracterizado, já que, para atender aos turistas, terá que ser produzido de outra maneira. Em muitos casos, o artesão local passa a produzir peças-padrão dando preferência às que são mais vendidas. Há casos em que o artesão busca modelos de peças que são vendidas em qualquer outro lugar, que têm aceitação do turista, mas que não têm nenhuma ligação com o turismo local. Diante disso, o artesanato deixa de ser uma arte, uma característica da localidade para se tornar puramente um negócio. Há regiões em que o artesanato local já ficou esquecido e deu lugar até mesmo às peças “*Made in China*”.

O turismo pode impactar as festas típicas, uma vez que pode descaracterizá-las. As festas típicas, se não respeitadas, podem sofrer alterações e perder as tradições, as simbologias, os costumes, para terem como foco principal somente o lado comercial, ou seja, formas de atração de turistas. Isso se torna mais um apelo à venda.

Com relação aos impactos ambientais, as atividades turísticas podem exercer influências benéficas e maléficas sobre o meio ambiente. De forma positiva, pode haver impactos, desde que haja um planejamento, um controle, uma normatização e investimentos que vão ao encontro da valorização ambiental. Como exemplo, podemos citar a criação de planos e programas para a conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e de monumentos históricos. (SILVEIRA, 2003).

Conforme Boud-Bovy (1997), citado por CRUZ (2003, p. 29), a atividade turística sempre exerce tanto influências benéficas quanto maléficas sobre o ambiente, o que afeta os recursos de forma contraditória:

1. Ele degrada irreversivelmente as maiores atrações que o justificam e o atraíram, erodindo recursos naturais, quebrando a unidade e a escala da paisagem tradicional e suas construções características, poluindo praias, destruindo florestas, degradação que pode ser limitada mediante um planejamento correto, embora nem todos os efeitos negativos sobre o meio tradicional possam ser evitados; 2. Ele protege o meio uma vez que estimula o interesse da população e autoridades locais para a apropriação do valor do ambiente e introduz medidas compreensíveis para sua proteção, gerenciamento e melhoria, financiados pelos rendimentos oriundos do próprio turismo.

Já com relação aos impactos negativos sobre o meio ambiente, vejamos o quadro a seguir, que foi elaborado por Pires (2001), citado por Ferreti (2003). É uma exemplificação prática e concreta do que pode ocorrer com o meio ambiente a partir do turismo. O autor analisa o ar, as formações rochosas, minerais e fósseis, os solos e vegetação, os recursos hídricos, a vida selvagem e a paisagem.

QUADRO 3.5 Efeitos práticos e concretos do turismo sobre o meio ambiente

Ar	A partir dos deslocamentos dos turistas no ambiente, a combustão e a liberação de gases contribuirão para degradar a qualidade química do ar e, também, seu aspecto visual.
Rochas, minerais e fósseis	Esses elementos são explorados; na maioria das vezes, são matéria-prima para artesanatos.
Solos e vegetação	A retirada da vegetação, quer seja para trilhas, aberturas de estradas ou implementação da infraestrutura turística, contribui para a compactação, erosão e perda da fertilidade do solo. Muitas vezes, as consequências são irreversíveis, em função da perda desses elementos, afetando, inclusive, o usufruto turístico.
Recursos hídricos	Os impactos podem ocorrer direta ou indiretamente. Diretamente, por meio do uso recreativo; indiretamente, pela retirada da vegetação (o que afetará também o solo) e a não implantação de um sistema de tratamento de efluentes na implantação da infraestrutura turística.
Vida selvagem	A própria presença humana perturbará a fauna nativa, podendo ser agravada por ações predatórias, sejam premeditadas ou não.
Paisagem	A paisagem assume a maioria dos impactos provocados. Caso qualquer elemento da paisagem seja afetado, imediatamente haverá uma reação em cadeia, afetando o todo.

Fonte: Pires (2001 apud FERRETI, 2003, p. 51).

Ainda o texto de Ferreti (2003, p.24) lembra que “[...] introduzir espécies de vegetais em ambientes diferentes (plantas exóticas) constitui mais um aspecto significativo da interferência [...]”. Nesse caso, citamos mais um exemplo. No turismo, há casos em que os empresários criam ambientes (mudando a paisagem) por meio da arborização e do

ajardinamento, e isso pode ocasionar vários impactos negativos ao meio ambiente, já que não se sabe como essa planta exótica pode afetá-lo.

Outro autor que apresenta contribuições consideráveis para esse ponto é John Swarbrooke (2000), que estabelece seis aspectos dos impactos e suas consequências potenciais. O quadro que segue demonstra como alguns desses pontos podem sofrer consequências potenciais, entretanto vale destacar que algumas delas já foram tratadas neste estudo.

QUADRO 3.6 Principais impactos do turismo sobre o meio ambiente

Aspectos do impacto	Consequências potenciais
Formas urbanas	<ul style="list-style-type: none"> • Transformação das características da área construída devido à expansão urbana ou da continuação de seu desenvolvimento • Transformação do uso da região residencial, comercial ou industrial (ex.: transformação de casas residenciais em hotéis, pensões etc) • Transformação da estrutura urbana (ex.: rodovias, vias pavimentadas, objetos das ruas) • Surgimento de contrastes entre a urbanização de áreas para a população turística e para a população local
Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Excesso de infraestrutura (ex.: rodovias, estradas de ferro, estacionamento, rede de eletricidade, sistemas de comunicação, depósito para lixo, edifícios, fornecimento de água) • Preparação de nova infraestrutura ou melhoria das existentes • Administração ambiental para adaptação de áreas para uso dos turistas (ex.: muros de arrimo contra o mar, recuperação do solo)
Impacto visual	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento da área construída • Novos estilos arquitetônicos • Lixo • Embelezamento
Restauração	<ul style="list-style-type: none"> • Novo uso de edifícios em desuso • Restauração e preservação de edifícios e lugares históricos • Restauração de edifícios abandonados para uso residencial
Erosão	<ul style="list-style-type: none"> • Danos em imóveis causados pelo trânsito de veículos ou de pedestres (inclusive efeitos causados pela trepidação)
Poluição	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição do ar causada pelos turistas e pelo tráfego de turistas • Poluição do ar não originada por turistas ocasionando danos aos bens móveis e imóveis

Fonte: Hunter e Green (1996 apud SWARBROOKE, 2000, p. 83).

A bibliografia específica apresenta como um dos grandes impactos negativos do turismo sobre o meio ambiente o ingresso dos turistas em matas e em áreas naturais. Para evitar isso, passou-se a utilizar trilhas, com o intuito de viabilizar a passagem e o trânsito dos turistas por essas áreas. Em Bonito (nosso campo de estudo), há uma infinidade dessas trilhas

e, diante disso, entendemos ser relevante abordar esses temas ainda nesta seção, pois estão relacionados diretamente com os impactos causados pelo turismo. O turismo dessa localidade está intimamente ligado à necessidade de transitar pela mata, que, na maioria das vezes, é a mata ciliar, já que o turista que vai a Bonito quer ver os rios de águas transparentes, os vários cardumes, as cachoeiras de águas tão límpidas e tomar um banho nelas, além de praticar a flutuação. Fazendo uma analogia simples: o turista que vai a Paris quer ver a Torre Eiffel e quem vai a Bonito quer ver as águas transparentes.

Vale lembrar que até mesmo para criar as trilhas já há impactos ambientais negativos nas áreas onde será praticada a atividade do turismo, porém elas vêm para cumprir um importante papel com relação à prática do turismo, em especial o turismo que envolve o contato com a natureza. Como já dissemos, as trilhas têm a função de facilitar a circulação dos turistas e seu acesso aos atrativos. Sem elas, os impactos negativos seriam potencializados, já que o turista poderia circular em meio à natureza de forma desordenada, causando uma série de danos à área por onde circula.

Nesse contexto, Menezes (2004, p. 115) afirma que as trilhas “[...] têm o propósito de suprir as necessidades recreativas dos visitantes, ao mesmo tempo em que visa minimizar e facilitar o controle dos impactos decorrentes da presença humana na área”. Nas atividades que envolvem o turismo ecológico ou ecoturismo, há necessidade de existência de trilhas, contudo, para sua implantação adequada, o autor destaca que deve haver planejamento e um estudo que envolva o zoneamento e um Plano de Manejo⁵⁹. Só assim podem ser minimizados os possíveis impactos ambientais e sociais das trilhas.

Os impactos causados pelas trilhas dos atrativos turísticos dependem de uma série de fatores, como a quantidade de visitação (número de turistas), o relevo, o tipo de solo, de vegetação e de recursos hídricos, entre outros. O comportamento do turista também impacta diretamente as trilhas turísticas. Para exemplificar o que está comentado aqui: se o turista utilizar a trilha descartando o lixo ao longo do percurso, essa trilha terá um grande impacto negativo sobre o meio onde está inserida. Veja o quadro a seguir:

⁵⁹ Plano de manejo é: “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. [...] O zoneamento é uma etapa do Plano de Manejo elaborado através de estudos biológicos, físicos, sociais, econômicos, geográficos dentre outros, que visa facilitar o gerenciamento e o monitoramento das práticas e usos da unidade de conservação. [...] zoneamento é a ‘definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz’”. (MENEZES, 2004, p.115).

QUADRO 3.7 Impactos em trilhas e os seus efeitos ecológicos e sociais

TIPO DE IMPACTO	EFEITO	EFEITO
	Ecológico	Social
Erosão de solo	Perda de solo e nutrientes, sedimentação e turbidez de água, alteração do padrão de drenagem. É o tipo de impacto mais permanente.	Maior dificuldade de viagem (caminhada), degradação de qualidade visual, aumento de risco de acidentes.
Exposição de raízes	Danificação de raízes, redução na saúde de árvores, intolerância a períodos de seca.	Degradação de qualidade visual, aumento de risco de acidentes.
Formação de trilhas secundárias	Perda de vegetação, exposição de solo.	Degradação de qualidade visual.
Solo úmido	Mais suscetível a ficar barrento e a impermeabilização.	Maior dificuldade de viagem, degradação de qualidade visual
Água corrente	Maior intensidade de erosão.	Maior dificuldade de viagem.
Alargamento de trilha	Perda da vegetação, exposição do solo.	Degradação de qualidade visual.
Trilha criadas por visitantes	Perda de vegetação, fragmentação de habitat de vida animal.	Evidência de impacto humano, degradação de qualidade visual.
Lixo	Poluição, contaminação e doenças em animais silvestres.	Evidência de impacto humano, degradação de qualidade visual.

Fonte: Borges (2002, apud MENEZES, 2004, p.116).

Diante desse cenário, Menezes (2004) destaca que, mesmo depois de instaladas e em funcionamento, deve haver uma atenção para com as trilhas e os turistas. Nas trilhas, é necessário que haja formas de drenagem, formas de ultrapassar corpos d'água e alagados, sistemas de prevenção de erosão, sinalização adequada, equipamentos de segurança e monitoramento constante, que consistem em uma maneira de acompanhamento periódico dos níveis de mudanças que podem ocorrer com a utilização das trilhas.

No turismo, pode haver um planejamento e controle dos impactos ambientais. O controle pode ser feito por meio de leis e normas que, na maioria das vezes, vêm a ser implementadas em razão da pressão popular ou mesmo de denúncias.

Já no caso do controle e monitoramento do uso das trilhas, há um instrumento chamado “capacidade de carga”⁶⁰. A ideia da capacidade de carga hoje é bem aceita e, para que isso ocorra, é necessário o planejamento das trilhas e do uso dos atrativos naturais. Mas o que seria a capacidade de carga?

⁶⁰ Com base no texto de Ruschmann (1999), a capacidade de carga pode ser entendida como o número máximo de visitantes (por dia, mês ou ano) que uma área, trilha ou mesmo atrativo pode suportar antes que ocorram alterações no meio físico e social. No caso de Bonito, há um controle diário de turistas por atrativo, e esse controle é feito a partir do *voucher* único, que será abordado no último capítulo.

Segundo Dias (2003, p.81),

[...] a capacidade de carga é o número de turistas que podem ser acomodados e atendidos em uma destinação turística sem provocar alterações significativas nos meios físicos e social e na expectativa dos visitantes. É o limite além do qual pode ocorrer o abarrotamento, a saturação e o crescimento dos impactos físicos.

Essa definição é bastante significativa por englobar tanto os “meios físico e social”, tanto a população local quanto a dos turistas, já que ambos podem sofrer com um excesso de demanda. Ainda no texto de Dias encontramos outra definição que vem nessa direção e vale ser destacada: a capacidade de carga é: “[...] o nível de presença turística que cria impactos na comunidade anfitriã que são aceitáveis para ambos, os turistas e a comunidade receptora”. (COOPER *et al*, 1992 apud DIAS, 2003, p. 81).

Com relação à classificação da capacidade de carga, Pagani *et al* (1999), citados por Giatti (2004, p.161), destacam:

A capacidade de carga, ou suporte, em trilhas pode ser classificada em: a) capacidade de carga ecológica – referente à quantidade de uso limitado a evitar danos à fauna, flora e solo; b) capacidade de carga física – podendo incluir largura, altitude e declividade como limitação em razão do uso determinado e, c) capacidade de suporte perceptiva – está condicionada ao atendimento das expectativas do usuário e do propósito da visita.

Há, entretanto, vários fatores que devem ser destacados antes de determinar a capacidade de carga. Primeiramente, é preciso analisar os principais impactos ambientais que serão ocasionados com a instalação e uso de trilhas em ambientes naturais. Giatti (2004, p. 161-162) cita alguns desses impactos:

[...] compactação do solo e promoção de erosões, destruição da vegetação e impactos à fauna. Uma possibilidade de prejuízo à fauna é a fragmentação de áreas florestais, isolando espécies de animais, acarretando interferência em suas rotas de deslocamento, promovendo alterações populacionais, destruição de habitat, destruição de abrigos, entre outros.

Atualmente, sabe-se que é necessário evitar o excesso de demanda, já que pode ocasionar graves problemas aos atrativos e conseqüentemente ao meio ambiente, à paisagem turística e à própria existência do turismo na localidade.

Ruschmann (1999, p.115) concorda com a necessidade de controle da capacidade de carga em razão de que:

A natureza constitui o único fator do produto turístico que não pode ser ampliado, apesar de, geralmente, ser a base de sua existência, de sua atratividade e de seu destaque de mercado. O desenvolvimento rápido e descontrolado do turismo em localidades com recursos naturais de excepcional beleza, muitas vezes únicos, provoca excesso da demanda e superdimensionamento da oferta, que descaracterizam a paisagem e fazem a destinação perder as características que deram origem à atratividade.

É difícil e até delicado, no entanto, operacionalizar a decisão correta da capacidade de carga nas vias de acesso (trilhas), já que o cálculo é realizado com base em diversos fatores, como a especificidade da fauna, o regime de chuvas e até fatores subjetivos, como a conduta dos visitantes. (RUSCHMANN, 1999).

Para encerrar este capítulo, deixamos uma observação de Cruz (2003, p. 30), que ressalta que os impactos de turismo devem ser analisados com cautela e focados em estudos de caso:

[...] tem, reconhecidamente, uma capacidade avassaladora de transformar os lugares (natureza e cultura), mas, a priori, isso não é bom ou ruim. Somente as análises de caso podem revelar como, quando e onde o turismo impactou positivamente ou negativamente o patrimônio natural ou cultural de um lugar. E, quando se tratar de impactos socioeconômicos e culturais, é preciso ter ciência de que todo julgamento será permeado por ideologias e que, portanto, aquilo que for considerado negativo por determinado autor poderá ser visto como positivo por outro.

Aqui vale lembrar a introdução deste capítulo, em que apontamos seu objetivo principal: apresentar um quadro de referências teóricas e conceituais do fenômeno do turismo, ou seja, entender de forma geral o turismo, uma vez que ele é parte integrante e fundamental desta tese. Neste capítulo, foi visto que a atividade do turismo está estreitamente vinculada à econômica, já que tem, com esta, uma relação de dependência. Nos períodos em que a economia se desenvolvia, impulsionava a atividade turística. Tivemos também os avanços

tecnológicos, que foram fundamentais para garantir a ampliação da atividade turística em todo o mundo, encurtando distâncias, ampliando a comunicação e até mesmo permitindo o surgimento do turismo de massa.

Mais recentemente, surgiu o turismo alternativo, que vem sendo praticado em áreas rurais. Juntamente com ele, surgiram vários tipos de turismo que priorizam a oferta e demanda dos serviços e produtos turísticos com o mínimo de impacto ambiental. Isso veio a reboque das inúmeras preocupações ambientais, dos movimentos ambientalistas da década de 1960 e da necessidade do homem de estar em contato com a natureza em razão do elevado grau de urbanização, que discutimos no capítulo anterior. No caso do Brasil, o turismo alternativo ganhou força nas décadas de 1980 e 1990. Atualmente, vem sendo amplamente procurado pelos turistas, e o ecoturismo é uma das modalidades que mais crescem no Brasil e no mundo.

As modalidades do turismo alternativo priorizam a conservação ambiental, o baixo impacto na natureza e nas populações nativas, mas, como qualquer atividade econômica, podem ocasionar sérios impactos à cultura, à economia, ao meio ambiente, ao espaço e até mesmo à área social da localidade onde está ativo.

Neste contexto, o próximo capítulo se encarregará de apresentar o município de Bonito e informações sobre o turismo que é praticado ali.

CAPÍTULO 4

BONITO: DESVENDANDO O TURISMO NO REINO DAS ÁGUAS CRISTALINAS

*Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência.
Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia
pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.*

Mahatma Gandhi

Este capítulo é dedicado ao desvendamento dos detalhes, das singularidades, das características físicas, sociais e econômicas do município de Bonito, tendo como “pano de fundo” a atividade turística local. Além disso, traz um breve histórico da gênese e da evolução dessa atividade no Estado e em Bonito e, na última seção, aponta os principais impactos que a atividade do turismo pode ocasionar nas comunidades receptoras.

Justifica-se a elaboração deste capítulo pois, a partir dele, haverá plena condição de entendimento dos encontros e desencontros da atividade turística com a sustentabilidade no município de Bonito, ou seja, é preciso, sim, desenvolver uma apresentação do “foco local”, do município que abriga este estudo.

Enfim, este quarto capítulo prevê diagnosticar e caracterizar o município de Bonito, que é um dos municípios de pequeno porte que compõem o Estado de Mato Grosso do Sul. Bonito é hoje um forte polo de turismo, em especial, de ecoturismo, vindo a atrair um grande número de turistas e admiradores da exuberante natureza que o município possui. É conhecido mundialmente pelas grutas, cachoeiras, trilhas e suas águas límpidas, “recheadas” de muitos peixes e vida aquática, que podem ser vistos e admirados a “olho nu”. É uma região de beleza cênica.

Desde a década de 1990, o município vem-se firmando com o turismo e ganhando vários prêmios como o principal polo de ecoturismo do Brasil.

Este capítulo foi elaborado por meio de um levantamento detalhado de informações documentais, dados oficiais, observação direta e entrevistas formais e informais, com pessoas

e atores envolvidos com o turismo local. Como complementação, o capítulo conta com o auxílio de fotos, tabelas, gráficos e mapas.

Divide-se este capítulo em seis seções: Mato Grosso do Sul no contexto turístico; Aspectos gerais do município de Bonito; Caracterização do nicho urbano; Aspectos econômicos de Bonito; Panorama histórico do turismo em Bonito; e, O turismo de Bonito e os principais atrativos.

4.1. Mato Grosso do Sul no contexto turístico

Mato Grosso do Sul é uma das 27 unidades federativas do Brasil e compõe a Região Centro-Oeste do país. O Estado faz divisa com os estados de Minas Gerais e São Paulo (a leste), Paraná (ao sul), Mato Grosso e Goiás (ao norte), além de ter parte de suas fronteiras com os países do Paraguai e da Bolívia.

Não é um Estado banhado pelo mar, ou seja, não possui faixa litorânea, o que não lhe garante condições de abrigar o turismo do “sol e praia”, no entanto contém outras especificidades que o colocam como um Estado potencialmente turístico. É nele que está localizada grande parte do Pantanal (aproximadamente 65% do complexo pantanal), a Serra da Bodoquena⁶¹, além de vários rios piscosos e centros de compras nas fronteiras do Paraguai e da Bolívia.

Mariani e Sório (2008) assim se manifestaram sobre o potencial do Estado:

⁶¹ Nessa região, existe o Parque Nacional da Serra da Bodoquena que “[...] foi criado em 21 de setembro de 2000. Sua área possui um imenso patrimônio ambiental, ainda em boas condições de preservação, abrigando a maior extensão de florestas naturais do estado de Mato Grosso do Sul. O Parque é formado por duas áreas distintas bem próximas uma da outra, somando 76.481 ha. A área Norte, com 27.797 ha, engloba parte da Bacia do Rio Salobra, e a Sul, com 48.684 ha, parte da Bacia do Rio Perdido. Sua área de influência abrange os municípios de Bonito, Bodoquena, Porto Murtinho e Jardim, localizados no sudoeste do Estado [...]. O Parque é caracterizado por um maciço rochoso elevado com altitudes que variam de 450 a 650 metros onde se encontra um dos últimos remanescentes da floresta estacional semi-residual. Nas áreas elevadas, cobertas por uma vegetação, ainda em boa condição de conservação, infiltram as águas pluviais que abastecem os rios que cortam a Serra da Bodoquena. A manutenção das condições ambientais desta parte da serra se tornou indispensável não apenas do ponto de vista ecológico, mas também social, econômico e político, ainda mais que entre as 87 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no bioma Cerrado e no Pantanal, a Serra da Bodoquena foi considerada de elevada importância, devido à riqueza de espécies e as espécies endêmicas”. (LACERDA, 2005, p.11-12).

O Mato Grosso do Sul apresenta diversas características que o tornam destino turístico de interesse crescente, entre elas: grande quantidade e diversidade de atrativos naturais; expressivo número de empreendimentos que exploram o turismo; existência de projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); localização estratégica da região e; a proximidade com São Paulo, o principal centro emissor. [...] Também o Sul do país que tem importância na emissão de turismo para MS.

Segundo dados do IBGE, o território do Estado conta com 357.124,96 Km² de área total, o que equivale a aproximadamente 18% do território da Região Centro-Oeste e 4,2% do território nacional (sua área territorial é pouco maior que a da Alemanha). O Estado possui 78 municípios e 164 distritos, estando subdividido em quatro mesorregiões geográficas e onze microrregiões geográficas. Mato Grosso do Sul está, ainda, dividido em duas grandes bacias hidrográficas, a do Rio Paraná e a do Rio Paraguai. De acordo com estimativas do IBGE, no ano de 2008, o Estado possuía 2.336.058 habitantes.

Há anos, o Estado vem ganhando destaque, nacional e internacionalmente, pela sua grande produção de gado de corte, pois já teve em suas terras o maior rebanho de corte do Brasil, fornecendo carne para várias regiões do mundo. De acordo com Mariani e Sório (2008), atualmente Mato Grosso do Sul é detentor do terceiro maior rebanho bovino do Brasil.

Além da pecuária, nos dias atuais é um importante produtor de soja e recentemente tem recebido fortes investimentos para a inserção de cana-de-açúcar, visando à produção de açúcar e álcool, e para o plantio das árvores de eucalipto, visando à produção de celulose, papel, carvão, entre outros produtos.

Essa predominância do setor agropecuário do Estado de Mato Grosso do Sul sempre existiu. A colonização inicial foi feita por migrantes gaúchos, que trouxeram a tradição de explorar a terra. O setor secundário da economia ainda é frágil, não só em Mato Grosso do Sul, mas sim em todo Centro-Oeste do Brasil.

Com a atividade agropecuária de Mato Grosso do Sul era intensiva em capital (pecuária, soja, cana-de-açúcar e eucalipto), então dispensou mão de obra, ocasionando o processo de êxodo rural e, conseqüentemente, o inchaço de algumas cidades. A área urbana não estava preparada para receber esse volume de pessoas que deixaram o campo, o que gerou problemas como favelização, altos índices de violência, desemprego, prostituição infantil, entre outros. Lunas, em sua dissertação de mestrado, toca nesse ponto:

O quadro da formação econômica do Estado pode ter suas razões históricas na formulação das políticas que dirigiam as prioridades de seu desenvolvimento econômico. No Mato Grosso do Sul a história da luta divisória, da região sul contra a região norte do então, Estado de Mato Grosso, encontrou acolhida no Regime Militar, sob o governo Geisel. Em 1977, ancorado na concepção geopolítica do general Golbery do Couto e Silva, que advogava a ocupação de “espaços vazios” no Norte e Centro-Oeste para dinamizar o desenvolvimento, o então presidente Ernesto Geisel assinou o decreto que criou o Estado de Mato Grosso do Sul, a partir da divisão do Estado de Mato Grosso. O MS experimentou então, um rápido processo de crescimento demográfico e econômico, resultantes da penetração do capital e migrantes dos estados vizinhos, beneficiando-se da dinâmica das regiões Sul e Sudeste. [...] Merece destaque o movimento observado na década de 1980, que foi marcada por um êxodo rural preocupante, com um conseqüente inchaço das cidades de Campo Grande e Dourados, dois centros urbanos com maior crescimento do Estado, gerando problemas sociais e os primeiros sinais de favelização. Ao mesmo tempo, se firmava uma concentração fundiária, impulsionada pela exploração da pecuária extensiva, principalmente de gado nelore. (LUNAS, 2000, p.15-16).

À luz do trecho acima, vislumbram-se as singularidades que o Estado possui, e uma delas é a concentração de terras para a prática da pecuária extensiva. Outra, que era muito marcante em décadas passadas, mas não é lembrada por Lunas, é a violência, pois o Estado era conhecido por possuir uma “justiça própria” na base do poder econômico e político, aliado ao revólver, à força e à intimidação por “capangas”. Felizmente essa fama de Estado possuidor de uma “justiça própria” vem se apagando ao longo da história⁶².

Diagnosticando particularidades da natureza, o Estado possui inúmeras preciosidades, entre as quais sua cobertura vegetal nativa. Segundo Dechandt (2007, p. 67), Mato Grosso do Sul tem a “[...] maior extensão de florestas naturais preservadas que compreendem os ecossistemas da floresta estacional decidual e semidecidual nas escarpas do planalto, e de cerrado, no planalto”. Essa manutenção de partes da vegetação nativa garante a fauna rica que ali existe. Como já foi dito, o Estado concentra grande parte do Pantanal, que é um

⁶² Alves (2003) além de apresentar as potencialidades turísticas do Estado de Mato Grosso do Sul, destacou alguns problemas e carências relacionadas diretamente com o turismo estadual. Essa análise data do início desta década, pois seu estudo foi concluído no ano de 2003. Alguns desses problemas diziam respeito à falta de profissionalização do turismo, ausência de infraestrutura, entre outros. O que merece destaque, no entanto, e foi lembrado pelo autor, foram os problemas de caráter social, como o tráfico de drogas e a violência urbana, que eram retratados de forma constante pela mídia estadual e nacional, gerando uma imagem negativa do Estado como um todo, e, em consequência, a falta de confiança por parte do setor privado, inibindo investimentos e afastando turistas em potencial. Na esteira do pensamento de Alves, (ressalta-se que seu estudo é relativamente novo), o que contribui com essa sequência de matérias jornalísticas que depreciam a imagem do Estado é a sua localização geográfica, uma vez que faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia, o que facilita o tráfico de drogas, armas, contrabando e descaminho. Há também municípios que apresentam um elevado número de homicídios. Recentemente, a imagem negativa do Estado vem sendo produzida na mídia, em decorrência de o trânsito de Campo Grande ser considerado um dos mais violentos do país.

ecossistema peculiar, frágil, complexo, de grande beleza cênica, que abriga várias espécies de pássaros, peixes e mamíferos.

Em virtude dessas singularidades naturais, o Estado tem um potencial enorme na área do turismo, mais precisamente no que se refere ao turismo de natureza, no ecoturismo, ao turismo de aventura e ao turismo de pesca. Quando se fala em praticar o turismo no Estado de Mato Grosso do Sul, de imediato já vêm à mente de todos o Pantanal, a Serra da Bodoquena, Bonito e algumas das muitas pescarias que são praticadas nos rios que nascem no Estado ou passam por ele.

Justamente por possuir essas características, buscou-se desenvolver seu turismo de outra forma específica. Mariani (2000), em sua tese de doutoramento, apresentou a evolução histórica do turismo na área onde é hoje Mato Grosso do Sul, já que, até o final do ano de 1978, este compunha o Estado de Mato Grosso⁶³. Para o pesquisador, o turismo no Estado remonta ao ano de 1972, quando se instalou, nas proximidades de Albuquerque⁶⁴, um tipo de lazer que já foi intitulado de “pesca esportiva”.

Esse espaço teve suas instalações ampliadas e serviu de base para a construção do primeiro hotel pesqueiro do Estado, que se chamou de “Pesqueiro do Severino” e, posteriormente, “Paraíso dos Dourados”, já fazendo menção a uma espécie de peixes encontrada na região. No ano de 1978, as instalações já estavam com a capacidade triplicada. Esse aumento no movimento de turistas só foi possível com a contribuição de reportagens e matérias que divulgaram a região entre 1974 e 1975. A imprensa foi responsável por impulsionar o turismo de pesca na região, em particular a pesca esportiva, cujos principais frequentadores ou praticantes eram profissionais liberais, empresários e alguns estrangeiros. (MARIANI, 2000).

Nos anos de 1975 e 1976, a então Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), por intermédio do Centro Pedagógico de Corumbá, propôs-se desenvolver um “turismo educativo” na região e apresentou uma proposta denominada “Corumbá-MT, no Contexto

⁶³ O Estado de Mato Grosso do Sul surgiu como nova unidade da federação por meio da Lei Complementar número 31. A partir de 1º de janeiro de 1979 o Estado de Mato Grosso do Sul passou a existir de fato e de direito. Segundo Alves (2003, p.154): “O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 1979. Tinha como objetivo principal tornar-se um Estado moderno e com crescimento econômico acelerado, dadas as potencialidades da nova fronteira econômica da região Centro-Oeste e de suas vocações naturais identificadas naquele momento. A partir da década de 1980, com a vinda de migrantes do sul e de empresários paulistas, este objetivo começou a ser alcançado por meio do substancial incremento nas lavouras de arroz, milho, soja e pecuária, atividades econômicas mais tradicionais na região.”

⁶⁴ O Distrito de Albuquerque localiza-se a 60 km da sede do município de Corumbá, na margem direita do rio Paraguai, no pantanal sul-mato-grossense. Atualmente tem uma população de 500 pessoas aproximadamente.

Turístico”. (MARIANI, 2000). Esse programa propiciou uma parceria entre a então UEMT e o poder executivo municipal, que, juntos, elaboraram um projeto que viria a ser o “Centro Municipal de Promoção e Desenvolvimento do Turismo”, cujos objetivos básicos eram promover e desenvolver o turismo no município de Corumbá e, como o próprio pesquisador Mariani (2000), “[...] beneficiar a economia da Fazenda Municipal e Estadual”.

A partir desse contexto, pode-se afirmar que as ações do poder público e da iniciativa privada confluíam para a implementação do turismo, mais precisamente do turismo voltado para a prática da pesca esportiva.

A região do Pantanal, via Corumbá, tentava firmar-se como um polo de pesca esportiva e, segundo Mariani (2000, p.140): “Nestes primeiros momentos, houve conciliação dos interesses educativos e científicos com os interesses dos setores público e privado, com o princípio fundamental, que era o do desenvolvimento da região em crise”.

O turismo de pesca viria em boa hora, em um momento em que a região sofria uma retração econômica, aliás, como todo o país vinha sofrendo, já que a economia nacional fora abalada fortemente com a primeira crise do petróleo (em 1973) e com o fim do período do “Milagre Brasileiro” (1968-1973). Essa região sofreu ainda mais com esse abalo, pois era pouco desenvolvida economicamente e o Estado de Mato Grosso, assim como toda a região Centro Oeste do Brasil, vinha compondo o projeto do governo militar de expansão da fronteira agrícola, que necessitava diretamente de investimentos e incentivos públicos para sua consolidação.

No ano de 1976, ocorreu em Porto Alegre (RS) o Congresso Nacional do Turismo, em que se apresentou o programa que vinha sendo desenvolvido em Corumbá – “turismo educativo”. O resultado da participação de corumbaenses nesse congresso foi promissor, já que fizeram convite para o senhor Moura Lacerda, empresário e docente de cursos superiores de turismo em São Paulo e Santos, para uma visita a Corumbá. (MARIANI, 2000). Nesse período, havia poucos cursos superiores de turismo no Brasil e, conseqüentemente, poucos técnicos, especialistas e consultores para a área.

Essa visita de Moura Lacerda a Corumbá definiu as primeiras ações para potencializar o turismo regional. Buscou-se ordenar, organizar e estruturar a oferta de turismo existente na região, com a criação de um programa para definir o produto que havia ali e que seria vendido ao turista. (MARIANI, 2000).

Nesse momento, a comunidade corumbaense decidiu convidar a imprensa especializada para conhecer e divulgar as potencialidades turísticas da região em âmbito nacional. Houve a elaboração de vários artigos e matérias em revistas e jornais de circulação nacional, que apresentaram informações turísticas do Pantanal e de Corumbá, mas, também, as limitações do local com relação à infraestrutura turística. (MARIANI, 2000).

Mariani, citando a tese de doutoramento de Garms (1993)⁶⁵, aponta que as primeiras empresas locais de turismo e o primeiro programa para a região surgiram em 1977. O programa era chamado de “Safári à brasileira: pesca esportiva e caça fotográfica no Pantanal” e incluía o transporte dos grupos, via aérea, de São Paulo até Corumbá e respectivo retorno.

Aqui cabe lembrar a questão do deslocamento até Corumbá, uma vez que a BR-262 ainda se encontrava sem asfalto, e sua pavimentação era condição *sine qua non* para o desenvolvimento do turismo na região. Nesse aspecto, o Estado de Mato Grosso (e, posteriormente, Mato Grosso do Sul) saiu na desvantagem em razão da precariedade na infraestrutura viária. Era um Estado com grande extensão territorial, mas possuía poucas vias de acesso pavimentadas. Já outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, estavam com sua malha viária mais estruturada, além de possuírem vários aeroportos.

No ano de 1978, Corumbá completou 200 anos, e os festejos do bicentenário foram importantes para divulgar a região para o Brasil.

Adentrando os anos de 1980, o turismo que envolvia Corumbá, agora pertencendo ao recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul, e o Pantanal sul-mato-grossense evoluiu consideravelmente no que tange à infraestrutura básica e turística da região. Houve uma ampliação no número de hotéis e leitos, restaurantes, bem como o surgimento de hotéis fazenda, hotéis pesqueiros e barcos hotel. (MARIANI, 2000).

Outro ponto-chave foi que a rodovia BR-262 recebeu o tão sonhado asfalto chegando até Corumbá, o que facilitou o tráfego de turistas na região. Ainda na década de 1980 houve outro fato marcante para o turismo sul-mato-grossense:

⁶⁵ É necessário lembrar que a tese de doutoramento do professor Dr. Arnando Garms concluída em 1993, foi pioneira na área de estudos do turismo na bacia do Alto Paraguai. Vários autores citados neste estudo utilizaram a tese do professor Garms.

Em 1989, com o lançamento da novela Pantanal⁶⁶, na televisão, nova onda de euforia pela região se expandiu pelo Brasil. O mito produzido, num cenário previamente escolhido e preparado, foi projetado nas telas para o interior das residências, gerando, ao mesmo tempo, a vontade de conhecer e viver o que esta sendo mostrado. (MARIANI, 2000, p.143).

Garms (2004) traz um ponto de vista bastante crítico, porém real, sobre esse fetichismo que há sobre o turismo no Pantanal, evidenciando o poder do interesse econômico, em detrimento da preocupação com os impactos negativos sobre o local:

A venda do produto Pantanal procura criar e incutir junto aos consumidores através das propagandas, marketing, novelas, reportagens jornalísticas, as imagens fantasiosas, que são sempre solicitadas, mas que dificilmente são mostradas, resumindo-se, quase sempre, apenas na descoberta de alguns clichês vendidos. A realidade deste espaço ocorre ao nível das aparências que resultam dos mitos criados. Há discrepância entre a aparência e o real, mas que assim se apresenta para atender outros setores do econômico e que reflete tanto no social quanto no natural deste espaço, produzindo impactos ambientais, que ocorrem sempre, mas nunca ou dificilmente são mostrados. [...] O papel da mídia, do marketing, da indústria cultural, das empresas de turismo é levar os visitantes que o consomem ou que são induzidos a consumi-lo, e sentirem a necessidade de reconhecer e saber sobre este espaço, não racionalmente, mas dentro de uma ordem do vivido, do experimentado. (GARMS, 2004).

De fato, os anos de 1970 e 1980 ficaram marcados por ações que reforçavam a vocação do turismo em Mato Grosso do Sul, especialmente no que diz respeito ao turismo de pesca e, em parte, ao ecoturismo, que ainda estava em um estado embrionário.

Também deve ser levado em conta, no entanto, que, nesses anos, o Brasil passou por condições econômicas desfavoráveis, contando inicialmente com dois choques de petróleo, um período de estagnação e hiperinflação, altos índices de desemprego, vários planos econômicos que tinham como base congelamento de preços e salários, que juntos se tornaram um amálgama que freou o crescimento do turismo no Brasil e, pois, em Mato Grosso do Sul.

Já a partir da metade da década de 1990, com a estabilização econômica, fruto do Plano Real, o poder aquisitivo da população aumentou, proporcionando melhores condições para a prática do turismo. Nossa moeda (o Real) passou, entretanto, por momentos de valorização em relação ao dólar, o que favoreceu as compras de produtos importados e as viagens para o exterior. As regiões que eram áreas de fronteira com o Paraguai e a Bolívia fortaleceram-se, desenvolvendo seu turismo de compras. No caso de Mato Grosso do Sul, destaque para Corumbá e Ponta Porã que são consideradas importantes zonas de comércio.

⁶⁶ Essa novela foi exibida novamente pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) em horário nobre durante o ano de 2008.

Outro detalhe foi que o Brasil passou a ser um destino caro para os turistas internacionais, em razão do câmbio, deixando, assim, de recebê-los.

[...] a partir do fim de 1990, paradoxalmente, desenvolvia-se na região nova forma de turismo: o turismo das compras. Este que até então era voltado para o artesanato local e boliviano, expandiu-se, dando origem a um comércio informal, acoplado ao turismo, ou investido como uma das opções oferecidas pelo turismo. Esta nova opção, que apresentou uma gama variada de produtos, principalmente de origem asiática, deslocou grande número de pessoas, que procuravam reunir-se em grupos nas suas localidades de origens, para realizar a viagem que permitia transpor as barreiras da legislação alfandegária sob o manto do turismo. (MARIANI, 2000, p.144).

De lá para cá, o turismo no Estado continuou evoluindo e ganhando novos destinos, tipos, atrativos e passeios turísticos. O relatório elaborado pela Fundação Cândido Rondon, em parceria com a FAPEC e o SEBRAE/MS, no ano de 2006 – “Proposta de Elaboração de Estudo da Cadeia Produtiva do Turismo em Mato Grosso do Sul” – destacou os principais atrativos do Estado e seus vínculos com a natureza.

[...] pelo menos 40% dos atrativos do Estado são naturais e ecológicos; 16% estão distribuídos na categoria histórico-culturais; 28% estão na categoria folclore; 6% estão em realizações técnicas e científicas e 10% encontram-se na categoria eventos programados. (SEPLANCT, 2003 apud FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON *et al*, 2006, p.4).

Nesse cenário, Mato Grosso do Sul tinha como meta trazer turistas estrangeiros para o Estado, pois os dados comprovam que cerca de 65% dos turistas ainda eram locais, 21% vinham de outros estados e somente 14% eram estrangeiros. (MOURA, 2006a).

De acordo com a Fundação Cândido Rondon *et al* (2006), citando Silveira (2006), Mato Grosso do Sul recebeu, no ano de 2005, 519.752 turistas, o que representou um aumento de 23% em relação a 2004, quando havia recebido 419 mil. A permanência do turista no Estado foi de 2,71 dias e este gastou em média R\$ 90,00, o que totalizou uma renda de R\$127 milhões. Já no caso do Brasil, o gasto médio foi de US\$ 81,27, o que comprova o baixo desembolso individual do turista que visita Mato Grosso do Sul⁶⁷.

⁶⁷ Para efeito de comparação e criar uma série histórica, “[...] Mato Grosso do Sul recebeu no ano de 2000 cerca de 121.600 visitantes. No ano de 2001 este número caiu para 108.328 turistas. Do continente africano o país mais visitou em 2001 foi Angola, com 297 pessoas; da América do Norte, os Estados Unidos com 4.167 visitantes; da América do Sul, o Paraguai com 25.703 pessoas; da Ásia, a China com 386 turistas; da Europa o maior número de visitantes vem da Alemanha com 3.648 e do Oriente Médio, Israel com 144 turistas”. (ALVES, 2003, p.159).

O principal portão de entrada de turistas estrangeiros no ano de 2004 foi São Paulo, registrando 2.180.711 turistas, enquanto Mato Grosso do Sul registrou 554.434 turistas para o mesmo período. (FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON *et al*, 2006).

O Estado tem essa característica de receber turistas para a pesca, para a observação de animais, para o turismo de aventura, além dos ecoturistas que querem conhecer a rica fauna e flora do Estado, mas oferece também o turismo de compras na região da fronteira, em especial Ponta Porã (MS) que faz fronteira com Pedro Juan Caballero (Paraguai), e Corumbá, com Puerto Suarez (Bolívia).

Já o turismo de negócios e parte do turismo de eventos estão concentrados em Campo Grande (Capital do Estado). A outra parcela do turismo de eventos fica com o município de Bonito, que já possui um centro de convenções e um número considerável de leitos. Dourados (segunda cidade mais populosa do Estado) também possui um centro de convenções que abriga parcela menor dos eventos realizados no Estado.

Outro produto turístico que o Estado de Mato Grosso do Sul passou a explorar a partir de maio de 2009 foi o lendário Trem do Pantanal⁶⁸, que, depois de 16 anos desativado, voltou à ativa trazendo novas perspectivas para o turismo rural de Mato Grosso do Sul. Sua reativação ainda está em fase de implantação: com capacidade para transportar 228 passageiros seu primeiro trecho percorre 230 quilômetros: sai de Campo Grande, passa por Aquidauana e chega a Miranda. A perspectiva é que a viagem siga até a cidade de Corumbá.

Corumbá⁶⁹, além de estar na região da fronteira com a Bolívia, o que lhe proporciona uma facilidade para o turismo de compras, abriga também o turismo de pesca, pois está localizada às margens do rio Paraguai, que é amplamente explorado pelos pescadores. O turismo de pesca encontra-se bem estruturado naquele município, que passou a ser conhecido como “porta de entrada” para o Pantanal. Corumbá também é lembrada pelo seu carnaval de rua, que é um dos maiores do Centro-Oeste. Ainda com relação à pesca, pode-se lembrar de Três Lagoas, que está às margens dos rios Sucuriu e Paraná e na divisa com o Estado de São Paulo, e Coxim, município do norte do Estado, que já foi considerado um importante polo de

⁶⁸ A viagem oficial de inauguração ocorreu no dia 8 de maio de 2009 e contou com a presença dos presidentes do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, e do Paraguai, Fernando Lugo. As comitivas presidenciais percorreram um trecho de 40 quilômetros.

⁶⁹ Como atrativos e pontos turísticos, os municípios de Corumbá e Ladário, que fazem fronteira com a Bolívia, possuem o Casario do Porto Geral, o Forte de Coimbra (construído em 1776), a Igreja matriz Nossa Senhora da Candelária (construída em 1872), as Minas do Morro de Urucum, os passeios de barco, o safári fotográfico na região do Pantanal, entre outros. “No entanto, um dos desafios que esta região enfrenta, particularmente a cidade de Corumbá, é com o ‘turismo sexual’. [...] este problema atinge crianças e adolescentes [...]”. (ALVES, 2003, p.157).

turismo de pesca, entretanto vive o declínio desse período de grande movimentação de pescadores, em razão de os rios Coxim e Taquari⁷⁰ estarem agonizando em decorrência do assoreamento.

O “carro chefe” que move a divulgação do turismo do Estado de Mato Grosso do Sul ainda são, no entanto, as belezas naturais, e Bonito vem sendo o portal e o cartão postal dessas belezas. (As próximas seções deste capítulo trarão mais detalhes sobre o município de Bonito como destino turístico).

O município está localizado longe dos grandes centros urbanos do Brasil, mas, em razão de sua beleza cênica, aparece como região de maior expressão do Estado de Mato Grosso do Sul.

Na campanha que o Estado de Mato Grosso do Sul desenvolveu para ser uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014⁷¹, as imagens de Bonito foram amplamente usadas como o ponto central do material publicitário, o que mostra a força que esse pequeno município tem com relação ao turismo de Mato Grosso do Sul. Outro ponto que evidencia a importância de Bonito como polo turístico para Mato Grosso do Sul são os “portais de entrada” do Estado.

Para exemplificar essa afirmação, ao adentrar no Estado via Castilho (SP) – passando pela Usina Hidrelétrica de Jupiá –, chegando a Mato Grosso do Sul por Três Lagoas (MS) –, depara-se, logo nos primeiros metros, um “portal de entrada” que apresenta informações sobre as distâncias das principais cidades do Mato Grosso do Sul, e Bonito está em destaque nesse portal. Isso também vale para outras vias de entrada no Estado de Mato Grosso do Sul, como: Selvíria (via Ilha Solteira-SP) e Aparecida do Taboado (via Rubinéia-SP). Isso também ocorre para quem vem por outras vias, conforme mostram as figuras a seguir:

⁷⁰ Têm sido cada vez comuns as matérias jornalísticas que apontam para o grave problema ambiental, social e econômico que ocorre no rio Taquari. Esse agoniza com o processo de assoreamento e tira o sustento de muitas famílias que viviam da pesca. O principal motivo é o desmatamento das margens do rio. Em uma visita à cidade de Coxim no ano de 2008, constatamos que os antigos moradores do município falam com saudades (em conversas informais) do “antigo rio Taquari”. Relatam que o rio trazia muitos pescadores para a cidade, e estes acabavam alugando barcos, consumindo alimentos, bebidas, apetrechos para as pescarias, iscas e gelo para acondicionar os peixes ali pescados e “agora” o movimento caiu consideravelmente em razão de o rio não ser piscoso como era antigamente. Estudos feitos por várias entidades governamentais e não governamentais constataram que o processo de assoreamento continua ocorrendo e que o rio recebe em média 30 toneladas de sedimentos por dia.

⁷¹ A capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, entrou na disputa por ser uma das sedes da Copa do Mundo. Disputou com Cuiabá (Capital do Mato Grosso), que foi a cidade escolhida.



FIGURA 4.1 Portal de entrada em MS, em Três Lagoas, próximo à Usina de Jupiá.
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.2 Informativo de distância do Portal de entrada de MS, em Três Lagoas.
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.3 Portal de entrada em MS, em Aparecida do Taboado, próximo à Ponte Rodo Ferroviária.
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.4 Portal de entrada em MS, em Selvíria, próximo à Usina Hidroelétrica de Ilha Solteira.
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

Para finalizar esta etapa da tese, é importante destacar as principais festas regionais que ocorrem em Mato Grosso do Sul. Há o Festival de Inverno de Bonito; a Festa da Guavira, também em Bonito; a Festa do São João, em Corumbá, e o Carnaval de rua, também em Corumbá.

Com relação às festas populares ligadas à gastronomia no Estado de Mato Grosso do Sul, temos: a Festa da Linguça, em Maracaju; a Festa do Porco no Rolete, na cidade de São Gabriel do Oeste, e as Festas do Peixe, em Porto Murtinho e em Coxim. Há, ainda, iniciativas incipientes de festivais gastronômicos nos municípios de Ponta Porã e Sidrolândia. (MARIANI; SÓRIO, 2008).

Dando sequência ao nosso estudo, na próxima seção conheceremos Bonito, o “reino das águas cristalinas”.

4.2 Aspectos gerais do município de Bonito

A região onde é atualmente o município de Bonito inicialmente foi habitada por índios da tribo Kadiwéu⁷²; depois, por famílias vindas de São Paulo e Minas Gerais e, posteriormente, pelos gaúchos.

Já a colonização do local onde está localizada a sede do município só veio a ocorrer no século XIX, mais precisamente no ano de 1869 quando se iniciou a construção das primeiras edificações, nas terras da Fazenda Rincão de Bonito, de propriedade do Senhor Luis da Costa Leite Falcão.

O distrito de Bonito foi criado em 1911, pela Lei nº 983 de 11/11/1911. (BEHN, 2001). A oficialização da fundação do Distrito de Bonito ocorreu somente no ano de 1927, estando vinculado ao município de Miranda. Bonito foi anexado ao Território Federal de Ponta Porã, criado em 1943, e devolvido ao Estado de Mato Grosso pela Constituição Federal de 1946, passando à categoria de município somente no ano de 1948, por meio da Lei nº 145, de 2 de outubro de 1948. (DIAS, 1998; VARGAS, 1998; MARIANI, 2001; ALMEIDA, 2005). Como forma de ilustração, apresenta-se abaixo uma foto, da década de 1950, do local onde é hoje o centro de Bonito.

⁷² “A marcante presença indígena permitiu o desenvolvimento de uma cultura que hoje se manifesta através das técnicas e conhecimentos herdados pela população, traduzidos na sabedoria dos “yuyos” (ervas medicinais); na bela tecelagem em fibras vegetais ou em lã de carneiro; no trançado de palmas verticais que abrem as moradias dos peões; na cestaria; na bizarra cerâmica ou; nas próprias marcas de gado na região, ainda hoje caçadas em símbolos Kadiwéus; no amor aos animais”. (REA, 2004, p.25).

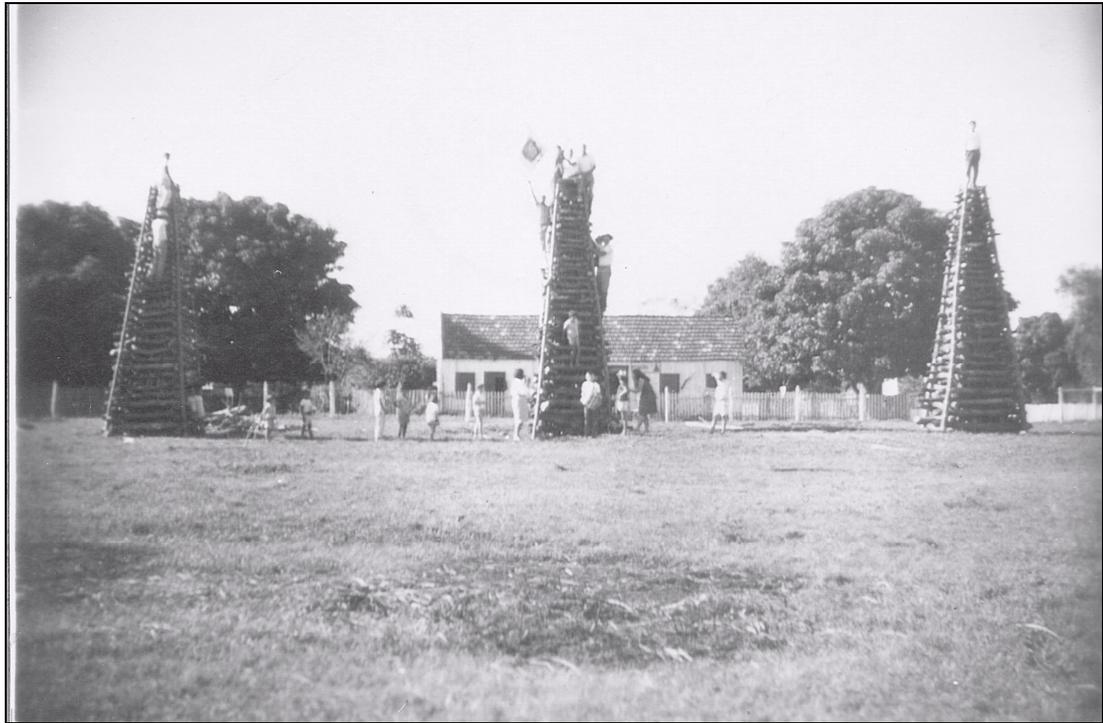


FIGURA 4.5 Área central de Bonito na década de 1950 – Local da praça central

Fonte: Obtida com antigos moradores de Bonito.

A foto acima ilustra a grandiosidade da Festa de São Pedro. Observem que são fogueiras sendo montadas para as festividades. No último capítulo, iremos tratar dessa festa.

Bonito é um dos municípios que compõem o Estado de Mato Grosso do Sul e está localizado no sudoeste do Estado, na microrregião geográfica denominada Bodoquena (M. R. G. 09). Possui uma área territorial de 4.934 km², o que corresponde a 1,40% da área total do Estado de Mato Grosso do Sul. (MARIANI, 2001).

Compõe parte da Serra da Bodoquena, que, na verdade, é um planalto que possui a escarpa voltada para o Pantanal. Esse planalto estende-se por 300 km (sentido norte-sul), pelos municípios de Bonito, Jardim e Porto Murtinho, o que mostra que o mesmo chega até as proximidades da fronteira com o Paraguai.

O município de Bonito tem como municípios limítrofes: ao norte, Bodoquena; ao sul, Jardim; a leste, Nioaque; a oeste, Porto Murtinho; a noroeste, Anastácio e Bodoquena; a sudoeste, Porto Murtinho e Guia Lopes da Laguna (conforme figura 5.5).

Sua extensão é de aproximadamente 200 km por 30 km e as coordenadas geográficas são: latitude sul 21°07'16" e longitude oeste 56°28'55" W. A altitude média da sede do município é de 315 metros acima do nível do mar. (VIEIRA, 2003).

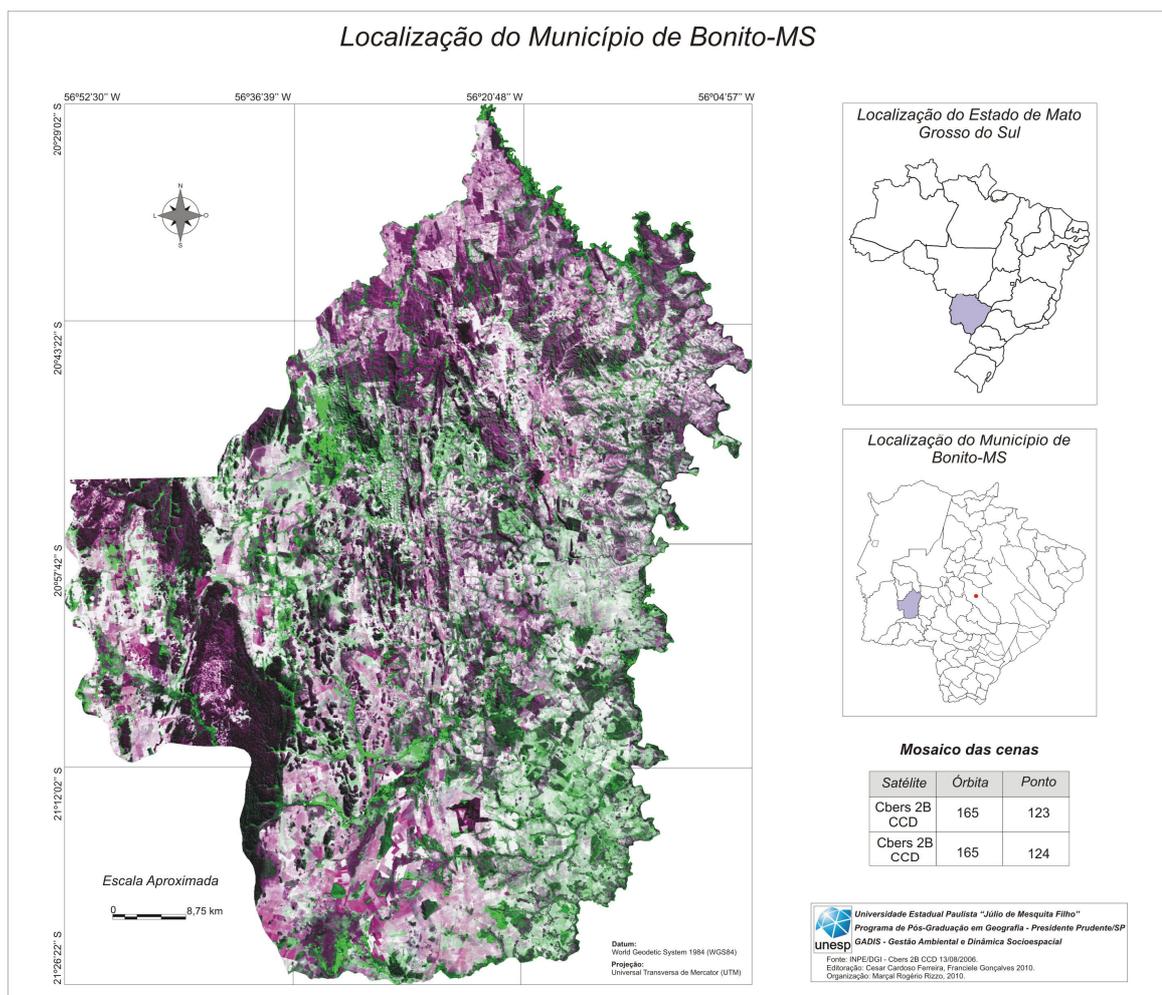


FIGURA 4.6 Localização geográfica do município de Bonito

Com relação aos habitantes de Bonito, o IBGE estimou que, em 2009, o município contava com uma população total de 17.856 habitantes, conforme tabela abaixo. A densidade populacional para 2007, segundo as estimativas, era de 3,62 habitantes por quilômetro quadrado. O último censo demográfico, realizado no ano de 2000, informou que Bonito possuía 4.635 domicílios, sendo 74,35% na área urbana e 25,63% na zona rural, comprovando que Bonito segue a tendência do Brasil, ao êxodo rural.

TABELA 4.1 Bonito: população total e por situação de domicílio – 1950-2009

	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2009
Total	4.360	5.842	7.913	11.014	15.543	15.252	16.956	17.856
Urbana	483	878	1.563	5.110	10.322	11.164	12.928	---
Rural	3.877	4.949	6.350	5.904	5.221	4.088	4.028	---

Fonte: Fundação IBGE – Censo Demográfico (1950, 1960, 1970, 1980,1991 e 2000) e Contagem Populacional de 1996. Para o ano de 2009 dados do SEMAC/MS.

A população de Bonito, no período de 1950 a 1980, era predominantemente rural. Já no início de década de 1990 ocorreu uma inversão de posição, passando a população urbana a representar 66,40% da população do município, com 10.322 habitantes na zona urbana e 5.221 habitantes (33,60% do total) na zona rural.

TABELA 4.2 Bonito: população total e por situação de domicílio – (Em %)

	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Total	100	100	100	100	100	100	100
Urbana	11,07	15,02	19,75	46,40	66,40	73,20	76,24
Rural	88,93	84,98	80,25	53,60	33,60	26,80	23,76

Fonte: Fundação IBGE – Censo Demográfico (1950, 1960, 1970, 1980,1991 e 2000) e Contagem Populacional de 1996.

Constata-se um baixo crescimento no período mais recente, quando comparado aos anteriores, em especial aos períodos anteriores ao Censo Demográfico de 1991, conforme elucidada a tabela a seguir:

TABELA 4.3 Bonito: variação da população total – 1950-2008 – (Em %)

Varição (Ano)	%
1950-1960	33,99
1960-1970	35,45
1970-1980	39,19
1980-1991	41,12
1991-1996	-1,87
1996-2000	11,17
2000-2009	5,30

Fonte: Dados da Fundação IBGE – adaptado pelo autor

Nos aspectos biofísicos, Bonito está inserida na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, pertencendo às sub-bacias do Miranda e do Aquidauana. Seus principais cursos d'água que nascem no município e cortam-no são os rios Miranda, Formoso, Prata, do Peixe, Perdido e Sucuri. Já os principais córregos são: Olaria, Taquaral, Anhumas, Bonito, Coqueiro, Mutum e Restinga.

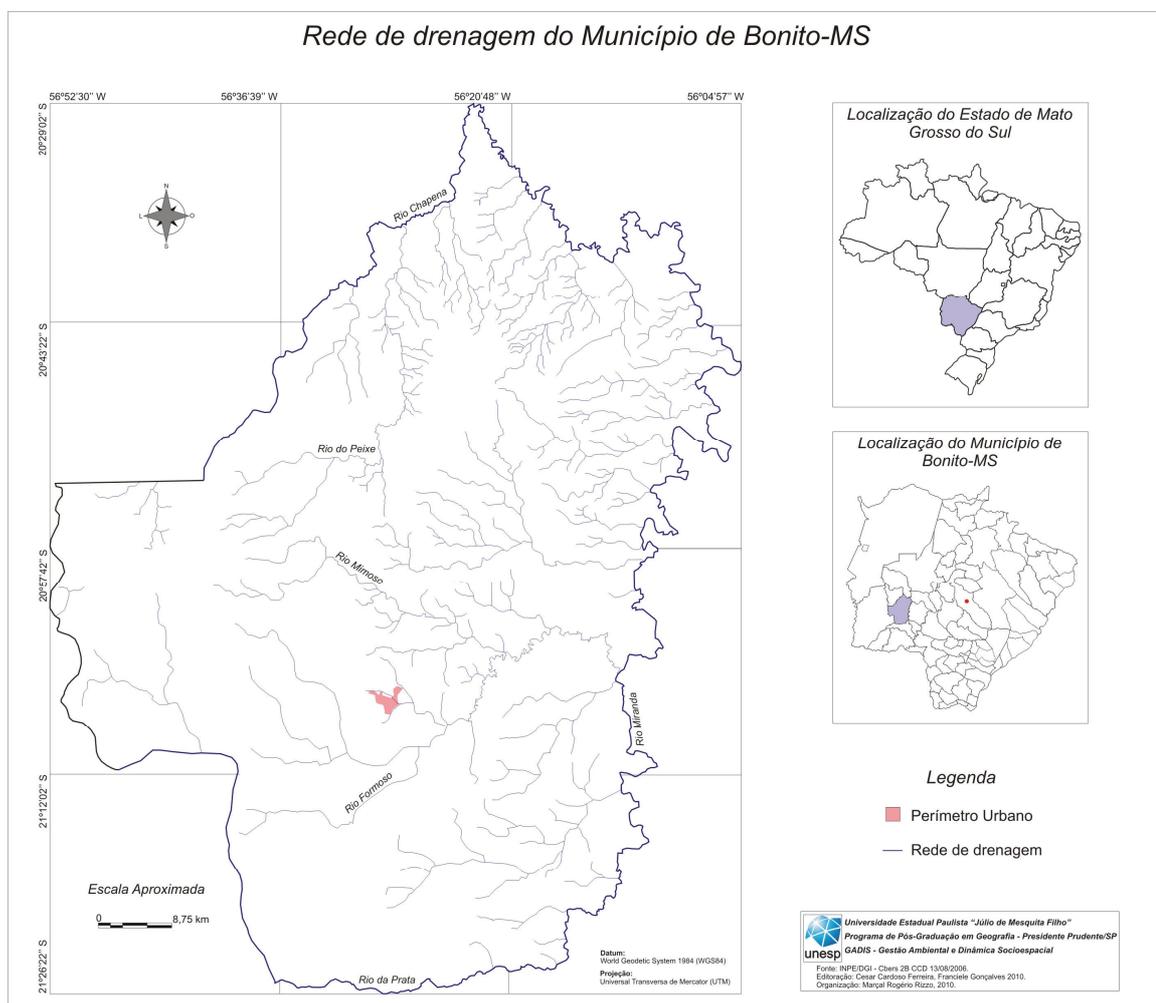


FIGURA 4.7 Principais rios e córregos do município de Bonito

Nesses rios e córregos, não é permitida a prática de piscicultura, pesca, navegação com botes a motor e irrigação, porém, de acordo com Candia (2007), citando Pereira *et al* (2004), a

demanda de água no município é de 42,9 L/s para a zona urbana, 4,4 L/s para a rural, 69,0 L/s para a irrigação, 184,6 L/s para dessedantação de animais, totalizando, assim, 300,9 L/s.

Dando sequencia à caracterização do município, seu sistema hidrográfico possui uma particularidade que se associa às rochas calcárias, o que proporciona a existência de rios subterrâneos, sumidouros e ressurgências.

Boggianni (1999) ressalta que sua estrutura geológica é formada de rochas carbonáticas muito puras, possibilitando que as águas sejam infiltradas e ressurjam na planície abaixo, em olhos d'água que se transformam em rios límpidos e transparentes, tendo em seu percurso belas cachoeiras, passagens naturais de tufas calcárias⁷³ e grutas de rara beleza. Em outras palavras, seu relevo caracteriza-se pela formação composta de rochas calcárias, o que é usualmente chamado de cárstico:

[...] com 200 km de extensão por 30 km de largura, deve-se, fundamentalmente, à estrutura geológica composta por rochas carbonáticas muito puras, por meio das quais as “águas infiltradas ressurgem na planície abaixo, formando olhos d'água e rios límpidos e transparentes”. (BOGGIANI, 1999 apud BARBOSA; ZAMBONI, 2000, p.14).

Como já exposto, o calcário que se encontra nas águas da região é que torna as águas dos rios e córregos cristalinas, pois contribui para a precipitação das partículas que estão em suspensão, levando-as para o fundo dos leitos.

Isso proporciona que a imagem ou o *marketing* do turismo em Bonito utilize como pontos centrais as águas cristalinas e os cardumes, em especial de piraputangas.

Boggianni (1994), citado por Silva (2001), destacou que a formação geológica e geomorfológica desse município é de rochas do pré-cambriano, Grupo Cuabá e Grupo Corumbá, do período carbonífero, Grupo Itararé, do período pleistoceno, formação Xaraés e Aluviões do holoceno. Há minerais, como cobre, chumbo, urânio e calcário dolomítico, na área do município.

Por sua vez, Coelho (2005, p. 16) afirma que a formação geológica da região:

⁷³ Segundo Silva (2001, p.2) citando Dias et al. (1999): “As tufas calcárias constituem depósitos de carbonato de água doce ainda em formação, com crescimento associado à atividade de algas e musgos. Um dos fatores que influenciam no crescimento das tufas calcárias refere-se a temperatura da água, além da presença de magnésio, fosfato e outros compostos orgânicos, que mesmo em baixas concentrações, podem inibir a precipitação do carbonato”.

[...] teve início há mais de um bilhão de anos, quando existia um antigo mar com formas primitivas de vida, entre as quais alguns tipos de algas que proporcionaram a formação de sedimentos calcários. Ao longo do tempo, estes minerais depositaram-se no fundo do mar e transformaram-se na rocha dura e cinza que observamos nas paredes das cavernas, cuja idade estimada é de 650 milhões de anos.

Segundo Coelho (2005), esse tipo de formação gera interesse arqueológico e espeleológico, pelo município e região, marcada pela presença de grutas e cavernas para serem exploradas e estudadas.

Já o clima da região é o tropical úmido, com moderada deficiência de águas no inverno. As temperaturas variam pouco, e a temperatura média do mês mais frio é maior que 15° e menor que 20°. As águas dos rios da região da Bodoquena são consideradas frias e, normalmente, os turistas optam pelos banhos rápidos. A duração do período seco é de 3 a 4 meses, e as precipitações variam entre 1.200 a 1.700 mm anuais, ou entre 1200 a 1300, segundo Candia (2007). O clima pode ser considerado clima de savana (Aw), de acordo com a classificação de Koppen. (SILVA, 2001).

As regiões fitoecológicas são região da Savana (Cerrado), região da Floresta Estacional Semidecidual (Tropical Subcaducifólia) e região da Floresta Estacional Decidual (Tropical Caducifólia). Todas essas regiões fitoecológicas estão presentes na bacia estudada.

Com relação ao relevo do município de Bonito, ele se encontra na Serra da Bodoquena e na Depressão Periférica do Miranda. A Bodoquena tem como característica básica formas litológicas calcárias com altimetrias entre 300 e 600 metros; a Depressão Periférica do Miranda caracteriza-se por uma superfície mais baixa, que tem variação entre 100 e 300 metros de altitude, com terrenos areníticos. (FLORES *et al*, 2005).

Segundo Silva (2001), o relevo do município possui cotas altimétricas que vão de 150 metros até 700 metros, pois há patamares topográficos. Assim, divide-se o município em duas regiões distintas, uma a leste, onde se encontram as menores altitudes, que apresentam uma média de 300 metros, e a outra a oeste, onde patamares estreitos fazem variar rapidamente a altitude até atingir um platô, tendo média de 600 metros. Nessa região ainda ocorrem áreas com altitude superiores, aproximadas a 700 metros.

A própria Serra da Bodoquena apresenta características significativas, já que é caracterizada por formas litológicas calcárias e altimetrias entre 300 e 600 metros e a

Depressão Periférica do Miranda, que se define por uma superfície mais baixa, entre 100 e 300 metros de altitude, com terrenos areníticos.

Diante dessa informação, a topografia da região é diversificada, apresentando-se plana no baixo curso e foz do rio Formoso e ondulada nas proximidades da sede urbana de Bonito, do córrego São João e no curso do rio Mimoso. Já os tipos de solo mais encontrados são: podzólico vermelho-escuro, cambissolo, brunizém avermelhado, rendzina, glei húmico, regossolo e latossolo vermelho-escuro. (CANDIA, 2007).

Com relação à flora, a região de Bonito, além de possuir o Cerrado⁷⁴, conta também com outros tipos de vegetação, como as que estão nos topos de morros.

Nos solos calcários e afloramentos rochosos, há a predominância de Floresta Estacional Decidual (chamada de mata seca), cuja característica é a perda das folhas da maioria das plantas na época de estiagem. Já nos ambientes restantes aparece a Floresta Estacional Semidecidual, composta por vegetação que perde apenas parte da folhagem nesse período. Há também manchas de campos limpos nas áreas mais elevadas da serra.

De acordo com Mariani (2000, p.55), os solos do município “[...] no geral, são textura argilosa e de média a alta fertilidade natural, havendo grande ocorrência de solos rasos e afloramentos rochosos”.

Essa região sofreu o desmatamento com as ações antrópicas para a extração de madeira e assim deu lugar às pastagens, plantações, lavouras e à extração mineral, especialmente do calcário. Vale ressaltar que essa degradação da vegetação teve seu apogeu nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

Ainda existem a presença das matas ciliares consistentes, que se desenvolvem ao longo das margens dos rios ou córregos, também denominadas de “matas-galeria”. Nessas matas, não há queda das folhas na estação da seca, o que dá condições de ampliar a umidade do ar em seu interior. (COELHO, 2005).

Complementando, as matas ciliares são sistemas vegetais essenciais para o equilíbrio ambiental. Elas controlam a erosão nas margens dos cursos d’água, evitando o assoreamento dos mananciais, ou seja, não permitem que os sedimentos carregados das partes altas cheguem com sua total intensidade aos cursos de água (córregos e rios), além de minimizarem os

⁷⁴ É caracterizado por árvores de pequeno porte, isoladas ou agrupadas sobre um tapete de gramíneas. As árvores são de casca grossa e rugosa. Suas raízes são profundas. Esse tipo de vegetação é predominante na região central do Brasil.

efeitos das enchentes. Já suas raízes servem como fixadoras do solo das margens, protegendo-o contra os processos erosivos intensos. Essas matas mantêm a quantidade e a qualidade das águas, pois filtram os possíveis resíduos de produtos químicos, como agrotóxicos e fertilizantes (filtro natural), além de auxiliarem na proteção da fauna local.

As espécies de plantas mais encontradas na região de Bonito são bem variadas⁷⁵. Por sua vez, a fauna de Bonito e região também é rica em diversidade, tanto é que até o momento há, como espécies conhecidas, 340 aves, 60 mamíferos e 50 peixes⁷⁶.

As principais vias de acesso a Bonito são rodovias federais e estaduais: a rodovia BR-267, a BR-163, a BR-060 e a MS-339.

A sede do município encontra-se, da capital do Estado (Campo Grande), via Sidrolândia, a aproximadamente 300 km, e, via Aquidauna, um pouco mais distante, ou seja, 320 km (sem contar que não há pavimentação no trecho completo).

⁷⁵ Aroeira (nome científico: *Myracrodruon urundeuva*); Peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron*); Cipó imbé (*Philodendron imbe*); Bocaiúva (*Acrocomia aculeata*); Bacuri (*Scheelea phalerata*); Paratudo (*Tabebuia aurea*); Piúva (*Tabebuia imetiginosa*); Embiruçu (*Pseudobombax tomentosum*); Caraguatá (*Bromelia balansae*); Jatobá-mirim (*Guibourtia hymenifolia*); Jatobá do cerrado (*Hymenaea stigonocarpa*); Canafistula (*Peltophorum dubium*); Jacatiá (*Jacatia spinosa*); Pequi (*Carycar brasiliense*); Embaúba (*Cecropia pachystachya*); Cumbaru (*Dipteryx alata*); Cedro (*Cedrela fissilis*); Angico-vermelho (*Anadenanthera macrocarpa*); Ximbuva (*Enterolobium contortisiliquum*); Ingá (*Inga marginata*); Figueira-mata-pau (*Fucus dendrocida*); Guavira (*Ampomesia pubescens*); Rabo de bigio (*Polypodium decumanum*); Jenipapo (*Genipa americana*); Chico magro (*Guazuma ulmifolia*); Manduvi (*Sterculia striata*); Macrófitas aquáticas entre outras plantas. (COELHO, 2005).

⁷⁶ Dentre as principais espécies estão os répteis, o jaboti (*Geochelone carbonária*); jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*); sucuri (*Eunectes murinus*); calango (*Ameiva ameiva*) e teiú (*Tupinambis merianae*). Entre as aves: ema (*Rhea americana*); marreca-cabocla (*Dendrocygna autumnalis*); mutum-de-penacho (*Crax fasciolata*); socó-boi (*Tigrisoma lineatum*); curicaca (*Theristicus caudatus*); urubu-de-cabeça-vermelha (*Cathartes aura*); gavião-fumaça (*Heterospizias meridionalis*); carcará (*Carcara plancus*); seriema (*Cariama cristata*); cafezinho (*Jacana jacana*); quero-quero (*Vanellus chilensis*); fogo apagou (*Columbina squammta*); arara-vermelha (*Ara chioropterus*); anu-branco (*Guira guira*); coruja-buraqueira (*Athene cunicularia*); surucuá-de-barriga-vermelha (*Trogon curucui*); martim-pescador-verde (*Amazon kingfisher*); udu-de-coroa-azul (*Momotus momota*); ariramba (*Galbula ruficauda*); tucano-toco (*Ramphastos toco*); pica-pau-de-topete-vermelho (*Campephilus melanoleucos*); joão-de-barro (*Furnarius rufus*); bem-te-vi (*Pitangus sulphratus*); gralha-cancã (*Cyanocorax chrysops*); japacanim (*Donacobius atricapilla*); sanhaço-azul (*Thraupis sayaca*) e joão-pinto (*Iterus jamacaii*). Com relação aos mamíferos temos, o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*); tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*); morcego (*Chiroptera*); macaco-prego (*Cebus apella*); lobinho (*Cerdocyon thous*); quati (*Nasua nasua*); ariranha (*Pteronura brasiliensis*); jaguatirica (*Leopardus pardalis*); anta (*Tapirus terrestris*); queixada (*Tayassu pecari*); veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*); cotia (*Dasyprocta azarae*) entre outros. Os peixes encontrados com maior facilidade são: piraputanga (*Brycon hilarii*); mato-grosso (*Hyphessobrycon eques*); dourado (*Salminus brasiliensis*); pacu (*Piaractus mesopotamicus*); corumbatá (*Prochilodus lineatus*); canivete (*Leporinus striatus*); piavuçu (*Leporinus macrocephalus*); cachara (*pseudoplattostoma fasciatum*); cascudo (*Loricariidae*); joaninha (*Crenicichia lepidota*), entre outros. (COELHO, 2005).

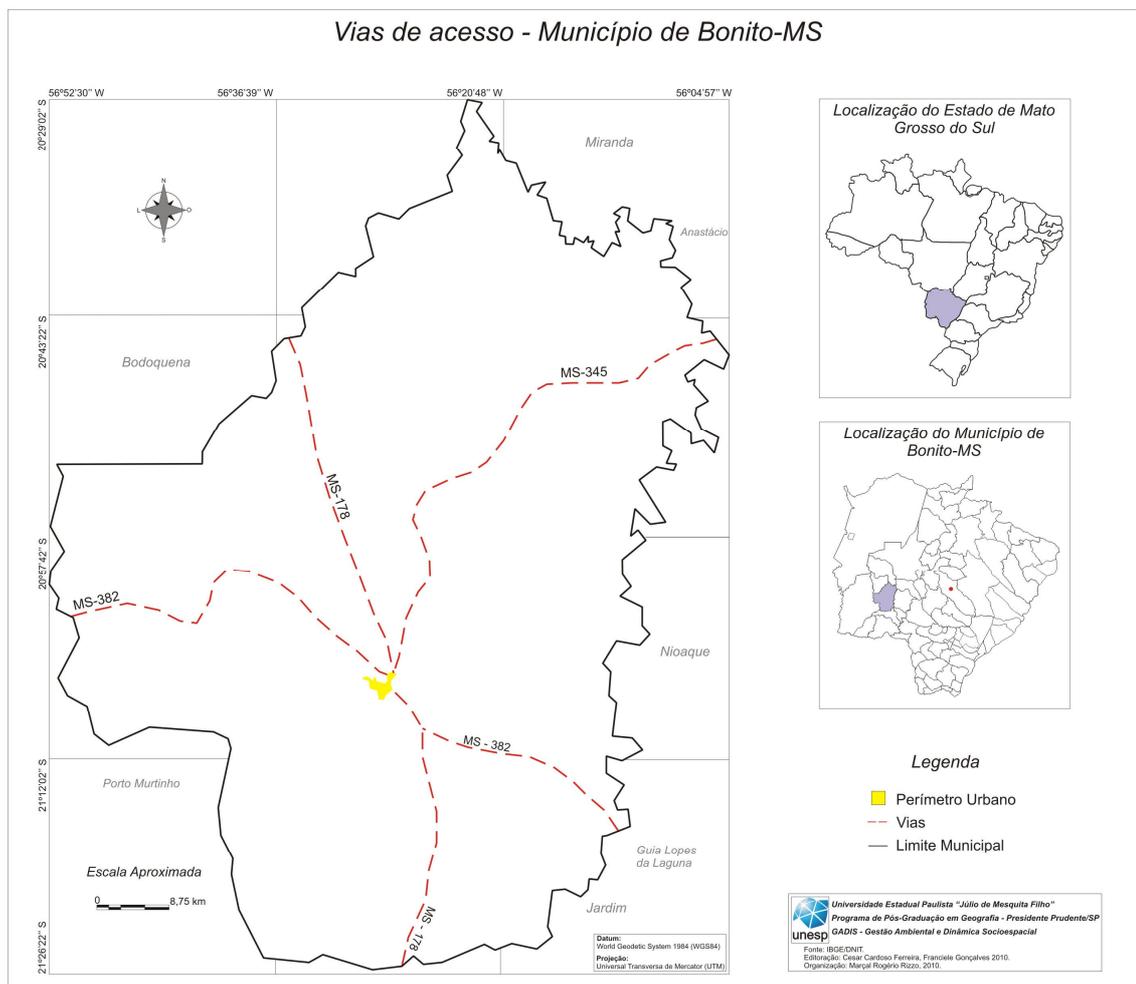


FIGURA 4.8 Principais vias de acesso ao município de Bonito

Detalhando melhor a estrutura viária, as rodovias que dão acesso a Bonito são todas de pista única, com condições razoáveis de tráfego, interligando a cidade a Campo Grande e a outros municípios do Estado e demais estados. Há a BR-267 – via de entrada em Mato Grosso do Sul por Bataguassu (opção para quem vem da região Sudeste); a BR-163 – via de entrada em Mato Grosso do Sul passando pelo município de Mundo Novo (opção para quem vem da região Sul); a MS-339 que liga Bonito à região do Pantanal; a BR-060; e a BR-262 – via que liga a região da Serra da Bodoquena a Campo Grande. Ressalta-se que essas rodovias são pavimentadas, contudo há uma carência de área de acostamento, sinalização e indicação de quilometragem.

Observa-se que há informações de orientação nas proximidades de Campo Grande (conforme mostram as figuras a seguir) e, chegando a Bonito, há portais de orientação que

destacam a informação “Bonito – Capital do Ecoturismo” (conforme figura 4.12), o que evidencia a busca pelo turismo como mais uma fonte de renda. Vejamos:



FIGURA 4.9 Trecho da rodovia próximo a Nioaque
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.10 Placa de orientação no trevo de acesso em Campo Grande
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.11 Placa de orientação no trevo de acesso em Campo Grande
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.12 Portal de orientação no trevo de saída de Guia Lopes da Laguna – 65 km antes de Bonito
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

Outro ponto que merece ser destacado neste estudo é que, durante as várias idas a Bonito, foi encontrado, nas rodovias, um elevado número de animais atropelados e mortos. Esse problema não é, no entanto, exclusivo das vias que levam até Bonito e nem mesmo das estradas e rodovias de Mato Grosso do Sul, mas sim de todas as vias do Brasil. Calcula-se que somente nas rodovias de Mato Grosso do Sul são atropelados mais de 8 mil animais por ano.

Além da morte de milhares de animais silvestres, há de se mencionarem os riscos a que estão sujeitos aqueles que transitam por essas rodovias. Há poucas placas informativas mostrando a gravidade do problema aos motoristas. As figuras abaixo trazem uma pequena

amostra do que se encontrou ao longo das rodovias de Mato Grosso do Sul em direção a Bonito.



FIGURA 4.13 Lagarto Teiú morto nas proximidades do município de Campo Grande (MS)

Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.14 Anta adulta morta nas proximidades de uma ponte no município de Nioaque (MS)

Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.15 Tamanduá morto nas margens rodovia no município de Bonito

Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.16 Tamanduá-bandeira morto no acostamento próximo a Nioaque (MS)

Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

O núcleo urbano do município está localizado a 350 km de Corumbá (MS) e de Ponta Porã (MS); a 210 de Porto Murtinho (MS); a 198 km de Aquidauana (MS); a 125 km de Miranda (MS); a 75 km de Bodoquena (MS) e a 60 de Guia Lopes da Laguna (MS). Bonito está distante 1170 km de São Paulo (SP); 1599 km do Rio de Janeiro (RJ); 1464 km de Brasília (DF); 1787 km de Belo Horizonte (MG); 2898 km de Salvador (BA); 1047 km de Curitiba (PR); 1454 km de Florianópolis; 1754 km de Porto Alegre (RS) e 3331 km de Manaus (AM). (ATRATUR, s/d).

Como já afirmado neste estudo, chegar a Bonito no período anterior ao final da década de 1990 era considerado um problema, posto que havia um trecho de 20 km da rodovia MS-

382 (entre Guia Lopes da Laguna e Bonito) sem pavimentação, com porteiras de arame, mata-burros, entre outros obstáculos que eram um fator complicador para o aumento do fluxo de turistas e viabilização do turismo. O asfaltamento desse trecho foi concluído no ano de 1999 e comemorado por todos os atores do *trade* do turismo de Bonito.

Outra informação interessante é que o turista que deseja conhecer Bonito e o Pantanal irá deparar com apenas 130 km que separam os dois destinos, dos quais 67 km estão asfaltados. Além de ser bela, hoje Bonito é uma das principais portas de entrada para o Pantanal sul-mato-grossense.

Com relação às várias vias internas de acesso aos atrativos turísticos e passeios, são todas em estrada de terra (sem pavimentação), porém estão cascalhadas e, em muitos pontos, foi colocado entulho de materiais de construção civil, o que exige cuidados ao trafegar por elas. A distância entre cidade e os atrativos turísticos, bem como as condições das vias (estando sem pavimentação) são um problema, já que, em época de chuvas, isso passa a ser um empecilho para o turista chegar ao atrativo.

A frota de veículos do município para o ano de 2007 era de 4606 veículos (1654 automóveis, 1451 motocicletas, 609 caminhonetes, 197 caminhões e 40 ônibus). Isso equivalia a 1 veículo para cada 3,75 habitantes. Campo Grande (capital do Estado) possuía, no mesmo ano, 1 veículo para cada 2,40 habitantes.

Em Bonito, não há empresas que locam automóveis, como ocorre em outros polos turísticos, contudo o município, embora considerado pequeno, possui cinco postos de abastecimento de combustíveis.

Como parte de uma série de reivindicações do *trade* turístico, inaugurado em 2 de abril de 2004, o Aeroporto Internacional de Bonito conta com uma pista de pouso e decolagem de 2 mil metros de comprimento por 30 metros de largura. Essa pista tem capacidade para receber aviões de linhas comerciais e rota nacional. Atualmente, a única empresa que opera regularmente é a Trip Linhas Aéreas S/A., que tem voos durante as tardes das quintas-feiras e dos domingos (Campo Grande – Bonito e Bonito – Campo Grande). Entre os anos de 2004 e 2005, havia 12 voos semanais, sendo cinco dias por semana, operados pela Trip Linhas Aéreas S/A e General Serviços Aérea Ltda (GENSA) que, possivelmente deixaram de operar por falta de passageiros. Posteriormente, havia dois voos semanais aos sábados (voo *charter* da TAM – fretado pela CVC), que deixaram de operar no aeroporto por falta de homologação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). O aeroporto ainda não

tem condições de operar durante o período noturno e não possui terminal de embarque e desembarque de passageiros, como há em outros aeroportos de médio porte.



FIGURA 4.17 Vista da recepção do Aeroporto Internacional de Bonito
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

A cidade possui uma estação rodoviária bem estruturada, que pode receber um aumento considerável de novas linhas regulares de ônibus de passageiros. Possui três plataformas de embarque e desembarque, uma sala de espera, uma lanchonete, banheiros, uma agência de passagens e uma sala de vendas de passagens da Empresa Cruzeiro do Sul, única empresa que opera com linhas comerciais para Bonito, tendo linhas para: Bela Vista (MS), Jardim (MS), Guia Lopes da Laguna (MS), Campo Grande (MS), Dourados (MS), Aquidauana (MS), Anastácio (MS), Corumbá (MS), Maracaju (MS), Miranda (MS) e Bodoquena (MS). O turista que pretende viajar de ônibus para Bonito terá que fazer baldeações na Capital (Campo Grande) ou em Dourados.

Para hospedar-se em Bonito, o turista tem muitas opções. Hoje são aproximadamente 68 estabelecimentos⁷⁷, dispendo de 1327 apartamentos e 4319 leitos. A diária de hospedagem

⁷⁷ No momento da pesquisa de Lunas (2000), havia 57 estabelecimentos que ofertavam 731 apartamentos e 2914 leitos.

mais barata gira em torno de R\$ 80,00 por casal (com café da manhã em período de alta temporada) e a mais cara está em torno de R\$ 700,00 (com café da manhã e jantar em período de alta temporada).

TABELA 4.4 Meios de hospedagem em Bonito, segundo categorias – Ano de 2008

Categoria	Quantidade	Apartamentos	Leitos
Resort	1	100	319
Luxo	2	153	420
Superior	7	156	530
Turística	10	218	780
Turística Econômica	23	380	1.250
Hotéis Econômicos e Pousadas	25	320	1.020
TOTAL	68	1.327	4.319

Fonte: Bonito Convention & Visitors Bureau.

De acordo com Arnaldo Leite⁷⁸, quem vai até Bonito também encontra uma grande oferta de leitos em residências. “Nos períodos de alta temporada, os moradores ofertam suas casas como leitos [...] as pessoas deixam as casas e vão para fazendas e sítios próximos a Bonito para garantir uma renda extra”. Calcula-se que exista em torno de 1 mil leitos em residências ofertados para os turistas quando há uma elevada procura para hospedar-se em Bonito, como, por exemplo, no período do carnaval.

Em Bonito, também há duas áreas de *camping* com uma infraestrutura dotada de banheiros e energia elétrica.

Para praticar o turismo em Bonito, é obrigatória a aquisição do *voucher* único, que pode ser adquirido em uma das 27 agências⁷⁹ que estão atuando no município, das quais 13 atuam dentro de hotéis.

Um ponto que deve ser melhorado no *trade* do turismo de Bonito diz respeito ao setor de restaurantes, já que não há nenhuma churrascaria e restaurante com padrão internacional. Hoje, o mais divulgado em Bonito nessa área são os pratos à base de jacaré e peixes. Nota-se

⁷⁸ Entrevista realizada com Arnaldo Leite em 14 de setembro de 2009. O entrevistado atuou como consultor do SEBRAE para a área do turismo em Bonito no período de 1992 até 2005.

⁷⁹ Lunas (2000) aponta que, em 1996, em Bonito, havia 16 agências em operação. Já em 1997, 21 agências. No ano de 1998, 26 agências e, por fim, em 1999, esse número estava em 28 agências atuando no *trade* turístico de Bonito.

que há poucas opções e nem sempre agradam aos turistas. Há uma forte informalização nessa área, pois na área urbana encontram-se diversos ambulantes vendendo bombons, sorvetes, além dos vários carrinhos de lanches e as churrasqueiras móveis ofertando espetinhos. Esse movimento é visto em todo o país, já que a economia formal não absorve toda a população economicamente ativa.

O município possui uma agência do Banco do Brasil, uma do Bradesco, uma do Sicredi, além dos serviços de uma lotérica que pode atender aos correntistas da Caixa Econômica Federal.

Na área da comunicação, Bonito possui duas rádios FM, quatro canais de televisão aberta, além dos mais de 30 canais que são retransmitidos em antena parabólica (Banda K) e a TV por assinatura. No momento da realização desta pesquisa, não havia nenhum jornal escrito; o mais próximo era um produzido no município de Jardim e que também circula em Bonito.

No município, há uma agência da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), que executa todos os serviços postais básicos.

Já com relação ao setor de educação, o município conta com 18 escolas, sendo 12 municipais, 2 estaduais e 4 particulares. Há também uma Instituição de Ensino Superior particular e um câmpus recém-criado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) ofertando 2 cursos de graduação (Administração e Turismo). Existem ainda instituições particulares que oferecem cursos superiores via *internet* (a distância).

Na área da saúde, há seis unidades ambulatoriais, sendo cinco públicas e uma unidade filantrópica. O hospital do município possui um pronto socorro com condições de realizar procedimentos médicos menos complexos, como pequenas cirurgias. Para os casos de maior complexidade, o paciente é encaminhado a Campo Grande e outras localidades mais preparadas.

Ainda nessa área, notou-se que a cidade não está preparada para receber casos de emergência; falta a sinalização adequada que indique o caminho e o local do pronto socorro. Já a população local pode utilizar-se do Centro de Saúde ou dos postos descentralizados da saúde da família. Há também oito farmácias e uma delas está sempre em regime de plantão 24 horas.

Com relação à saúde bucal, em Bonito há consultórios odontológicos particulares e um Centro Odontológico mantido pela Prefeitura Municipal, que atende toda a população, inclusive no período noturno.

Um dos problemas que mais afligem a população mundial é a elevação dos índices de criminalidade, o que não é diferente do restante do Brasil. Basta assistirmos a qualquer noticiário de qualquer canal de televisão e veremos que boa parcela de seu tempo de duração é destinada a relatar fatos de violência em todo o Brasil. Segundo a Associação dos Delegados de Polícia de Mato Grosso do Sul (ADEPOL/MS), Bonito tem o menor índice de criminalidade do Estado, o que lhe garante mais um atributo positivo para ofertar o turismo. (informações contidas no sítio eletrônico do COMTUR em 20/10/2008). O município conta com uma delegacia de polícia civil, um batalhão da polícia militar e com a guarda municipal, que tem a função de zelar pelo patrimônio público.

Outro problema que tem ligação direta com a violência e a dignidade humana é o turismo sexual. Há turistas que vêm a Bonito à procura desses serviços, mas os próprios atores do *trade* turístico, a sociedade civil bonitense e as autoridades afirmam que isso não ocorre em Bonito na atualidade. Todos se mantêm atentos para não ocorrer, pois mancharia a imagem positiva da localidade ecoturística, que levou anos para ser construída.

As tabelas referentes à evolução da população de Bonito mostram que parte de seus habitantes deixou o campo e veio para a cidade, o que criou uma necessidade de condições mínimas para sobreviver, como, por exemplo, o abastecimento de água, realizado pela Empresa Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. (SANESUL) por meio da captação de água de poços subterrâneos. Hoje, o município conta com 4 poços para atender a 99% de toda a população⁸⁰.

Com relação ao fornecimento de energia elétrica, a empresa que presta esse serviço é a Empresa Energética do Mato Grosso do Sul (ENERSUL). O município é atendido por uma subestação localizada em Bonito, interligada ao sistema da ENERSUL.

A tabela mostra que o número total de clientes do município de Bonito nos últimos 19 anos (1990 até 2008) mais que dobrou, especialmente os clientes residenciais, comerciais e rurais. Houve uma manutenção no número dos clientes industriais, ou seja, 26 clientes industriais.

⁸⁰ Durante a realização tese por várias vezes entramos em contato com a SANESUL visando obter maiores informações sobre o número de ligações de água em Bonito, porém não fomos atendidos pela referida empresa.

TABELA 4.5 Número de Clientes da ENERSUL em Bonito – 1990-2008

Ano	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Outros	Total
1990	1.855	285	26	79	38	2.283
1991	2.002	287	23	116	41	2.469
1992	2.106	299	28	152	40	2.625
1993	2.241	292	24	146	39	2.742
1994	2.314	306	23	176	42	2.861
1995	2.513	315	20	209	45	3.102
1996	2.568	350	20	235	48	3.221
1997	2.726	376	18	251	54	3.425
1998	3.034	402	21	254	60	3.771
1999	3.265	434	21	377	66	4.163
2000	3.452	494	19	402	70	4.437
2001	3.644	554	18	479	63	4.758
2002	3.909	611	20	523	72	5.135
2003	4.026	650	17	580	78	5.351
2004	4.310	687	12	671	86	5.766
2005	4.392	700	13	932	88	6.125
2006	4.501	692	14	973	87	6.267
2007	4.692	702	16	1.022	88	6.520
2008	4.917	717	26	1.047	93	6.800

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da ENERSUL

A próxima tabela já reflete os números do consumo em Quilowatt-hora (kWh) por tipo de cliente e mostra um crescimento surpreendente do consumo de energia elétrica no município de Bonito, o que certamente possui forte ligação com o desenvolvimento do turismo. No período de 1990 a 2008, o consumo de energia no município cresceu aproximadamente 300%, o que equivale a um crescimento médio de 15,80% ao ano. Até mesmo a área industrial, que teve uma diminuição no número de clientes, elevou seu nível de consumo, conforme consta na tabela abaixo, contudo o que mais chama a atenção na tabela de consumo é a área comercial, onde justamente estão concentrados os setores de comércio e de serviços da cidade de Bonito, que teve um crescimento aproximado de 380%.

TABELA 4.6 Consumo de Energia Elétrica em Bonito – 1990-2008 – Em kWh

Ano	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Outros	Total
1990	2.739.114	1.613.118	632.497	331.634	911.703	6.228.066
1991	3.110.670	1.691.960	587.288	545.774	987.404	6.923.096
1992	3.120.415	1.680.441	1.079.232	704.458	905.535	7.490.081
1993	3.288.717	1.726.100	1.005.873	678.489	1.239.797	7.938.976
1994	3.665.659	2.160.912	1.197.518	797.915	1.484.920	9.306.924
1995	4.203.619	2.415.085	764.104	1.041.954	1.343.124	9.767.886
1996	4.504.381	2.735.063	1.006.670	1.565.496	1.628.914	11.440.524
1997	5.012.522	3.214.979	1.485.610	1.473.524	1.686.135	12.872.770
1998	5.341.844	3.742.799	1.039.573	1.605.962	1.735.311	13.465.489
1999	6.134.938	4.462.256	1.054.017	2.182.874	1.815.944	15.650.029
2000	6.748.497	5.114.485	1.447.136	2.521.061	2.125.313	17.956.492
2001	6.175.332	5.164.898	1.707.837	2.679.431	2.019.505	17.747.003
2002	6.164.400	5.755.231	2.030.179	3.044.338	1.983.899	18.978.047
2003	6.423.701	6.207.094	2.788.412	3.306.410	2.254.944	20.980.561
2004	6.858.997	6.713.514	2.341.002	3.564.110	2.143.018	21.620.641
2005	7.017.516	7.070.528	864.217	4.089.181	2.295.608	21.337.050
2006	7.345.853	7.333.278	1.008.670	4.521.813	2.323.297	22.532.911
2007	7.006.905	6.927.722	1.334.305	4.540.066	2.801.101	22.610.099
2008	7.568.850	7.454.789	1.687.472	4.110.002	2.809.711	23.630.824

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da ENERSUL

Com relação à coleta de resíduos sólidos gerados pelos bonitenses e turistas, é realizada pela Prefeitura Municipal de Bonito. Isso se aplica também aos atrativos turísticos que se encontram na zona rural, contudo vale esclarecer que os proprietários dos atrativos devem trazer os resíduos sólidos recicláveis (excluem-se os resíduos orgânicos) até pontos já determinados para que a coleta e destinação sejam realizadas.



FIGURA 4.18 Ponto de coleta do lixo reciclável da Zona Rural de Bonito
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

Após coletados, os resíduos sólidos são encaminhados e dispostos em um aterro controlado que está localizado na Estrada Bonito-Ilha do Padre, no Km-1. Em dias normais, o município gera 20 toneladas de lixo, mas, em feriados prolongados, pode até dobrar essa quantidade, como é o caso do período do Carnaval. O programa de coleta seletiva em Bonito é falho; necessita de ajustes e de otimização. A Prefeitura Municipal coleta o material reciclável e leva para uma Unidade de Processamento de Lixo (UPL) para ser separado, prensado e destinado à venda. Nessa UPL, trabalham em média 15 pessoas por dia (fazem parte de uma cooperativa), que chegam a garantir uma renda de até R\$ 700,00 mensais.

Já os resíduos de serviços de saúde são dispostos em valas sépticas. (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2006). A questão da destinação e do tratamento do lixo em Mato Grosso do Sul, de forma geral, ainda é um grave problema ambiental, levando-se em consideração que isso está ocorrendo em um município que se preocupa com o meio ambiente.

Como efeito de comparação da evolução da coleta de lixo em Bonito, Silva (2001, p. 20) afirmava que: “a coleta de lixo é realizada diariamente na região central e duas vezes por semana nos outros núcleos e sua destinação é feita em uma área a céu aberto”. Esse estudo foi

realizado em 2001, ano em que a coleta seletiva estava sendo implantada. Daquele ano até hoje, muito se alterou na coleta e disposição do lixo.

Constata-se que o lixo em Bonito é um grave problema ambiental e que deve ser objeto de política pública para um município que busca cada vez ter sua imagem ligada ao turismo sustentável. Daí a importância de observar que o turista deixa seus “restos indesejáveis” para compor o passivo ambiental do município. Reconhece-se que os resíduos sólidos de Bonito e sua disposição – da forma como se encontrava durante a pesquisa – é mais um ponto de desencontro entre o turismo e a sustentabilidade. O tema mereceria um estudo técnico-científico detalhado para se ter a real dimensão do problema.

Neste capítulo, optou-se por trazer dados socioeconômicos do município de Bonito e iniciou-se com uma análise do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)⁸¹, na forma de comparação do IFDM dos anos de 2000 e 2005.

Esse índice foi dado na forma de um *ranking*, em que Bonito apareceu na colocação nacional e estadual. Também se apresentou o 1º colocado no Brasil, o 1º colocado no Estado de Mato Grosso do Sul, e foi feita uma comparação com os municípios que compõem a Microrregião Geográfica (MRG) Bodoquena (Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia

⁸¹ Explica-se o Índice FIRJAN da seguinte forma: “No Mapa de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro foi proposta a ação 97, para medir e acompanhar o desenvolvimento humano, econômico e social do interior do Estado. Pela inexistência de índices anuais e municipais, foi desenvolvida uma metodologia criando o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal-IFDM, fruto de longa pesquisa do corpo técnico do Sistema Firjan e de consultas a especialistas externos e a diversos órgãos de gestão pública. O IFDM distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional. O IFDM possibilita o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social dos municípios, apresentando uma série anual, de cálculo simplificado e com base em dados oficiais. Uma das vantagens do IFDM é que permite ainda orientar ações públicas e acompanhar seus impactos sobre o desenvolvimento dos municípios – não obstante a possibilidade de agregação por Estados. O IFDM considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano, a saber, Emprego&Renda, Educação e Saúde. A leitura dos resultados – por áreas de desenvolvimento ou do índice final – é bastante simples, variando entre 0 e 1, sendo quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento da localidade. O indicador IFDM-Emprego&Renda acompanha a movimentação e as características do mercado formal de trabalho, cujos dados são disponibilizados pelo Ministério do Trabalho. As variáveis acompanhadas por este indicador são: Taxa de Geração de Emprego formal sobre o Estoque de Empregados e sua Média trienal; Saldo Anual Absoluto de Geração de Empregos; Taxa Real de Crescimento do Salário Médio Mensal e sua Média Trienal; e, Valor Corrente do Salário Médio Mensal. O indicador IFDM-Educação capta tanto a oferta quanto a qualidade da educação do ensino fundamental e pré-escola, conforme competência constitucional dos municípios. As variáveis acompanhadas por este indicador são: Taxa de Atendimento no Ensino Infantil; Taxa de Distorção Idade-série; Percentual de Docentes com Curso Superior; Número Médio Diário de Horas-Aula; Taxa de Abandono Escolar; e, Resultado Médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Por sua vez, o indicador IFDM-Saúde visa avaliar a qualidade do Sistema de Saúde Municipal referente à Atenção Básica. As variáveis acompanhadas por este indicador são: Quantidade de Consultas Pré-Natal; Taxa de Óbitos Mal-Definidos; e, Taxa de Óbitos Infantis por Causas Evitáveis”. Sítio eletrônico da FIRJAN: <http://ifdm.firjan.org.br>.

Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque), ou seja, municípios com uma proximidade física e com economias de características similares (ver tabela a seguir).

No ano de 2000, o primeiro colocado no Brasil no ranking foi o município paulista de Matão, que pontuou com 0,8697 (quanto mais próximo de 1, melhor a situação do município). No caso do Estado de Mato Grosso do Sul, o município mais bem colocado foi São Gabriel do Oeste, que pontuou com 0,7319, ficando em 165º no Brasil e 1º colocado em Mato Grosso do Sul. Já no caso de Bonito, a pontuação foi 0,5015, ficando na posição de 3093º no Brasil e 66º no Estado de Mato Grosso do Sul. Ao analisar mais detalhadamente essa colocação, nota-se que Bonito ficou bem atrás dos demais municípios (66º colocação num total de 78 municípios) do Estado, especialmente em razão do índice que pondera Emprego & Renda e Educação.

Com relação aos municípios que compõem a MRG Bodoquena, Bonito ficou mais bem colocado que os municípios de Nioaque e Guia Lopes da Laguna e atrás de Bodoquena, Jardim, Bela Vista e Caracol, conforme mostrado na tabela abaixo:

TABELA 4.7 *Ranking índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Ano 2000*

<i>Ranking</i> IFDM Nacional	<i>Ranking</i> IFDM Estadual	Município	IFDM	Emprego & renda	Educação	Saúde
1º	1º SP	Matão	0,8697	0,7721	0,9164	0,9207
165º	1º MS	S.G. do Oeste	0,7319	0,6496	0,7117	0,8345
1239º	9º MS	Bodoquena	0,6274	0,5719	0,5695	0,7404
1936º	27º MS	Jardim	0,5836	0,4493	0,6267	0,6749
2378º	41º MS	Bela Vista	0,5542	0,3094	0,5120	0,8413
2616º	53º MS	Caracol	0,5379	0,3954	0,5391	0,6794
3093º	66º MS	Bonito	0,5015	0,3596	0,4873	0,6576
3139º	67º MS	Nioaque	0,4975	0,3713	0,4534	0,6678
3271º	69º MS	Guia L. L.	0,4883	0,2518	0,5494	0,6637

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do sítio eletrônico da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Para o ano de 2005, a primeira colocação no Brasil continuou sendo de um município paulista, mas agora foi Indaiatuba, com o IFDM em 0,9368. No caso de Mato Grosso do Sul, a capital do Estado, Campo Grande, assumiu a 1ª colocação, pontuando em 0,8280 (1ª colocação no Estado e 130ª no Brasil).

No tocante aos municípios que compõem a MRG Bodoquena, Bonito ficou em colocação inferior à dos municípios de Jardim, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Bodoquena e Bela Vista. Em suma, ficou à frente apenas de Nioaque. Bonito ficou na 3067ª colocação no Brasil e 66ª em Mato Grosso do Sul, conforme tabela abaixo:

TABELA 4.8 *Ranking índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Ano 2005*

Ranking IFDM Nacional	Ranking IFDM Estadual	Município	IFDM	Emprego & renda	Educação	Saúde
1º	1º SP	Indaiatuba	0,9368	0,9361	0,9425	0,9319
130º	1º MS	C. Grande	0,8280	0,8737	0,7252	0,8852
1517º	16º MS	Jardim	0,6732	0,5579	0,6737	0,7879
1971º	29º MS	Caracol	0,6446	0,4810	0,7028	0,7501
2108º	33º MS	Guia L. L.	0,6362	0,5367	0,6412	0,7308
2135º	34º MS	Bodoquena	0,6349	0,4167	0,6699	0,8181
2165º	35º MS	Bela Vista	0,6330	0,4134	0,6195	0,8661
3067º	66º MS	Bonito	0,5751	0,4685	0,5844	0,6723
3211º	69º MS	Nioaque	0,5651	0,9361	0,9425	0,9319

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do sítio eletrônico da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)

Comparando os dois períodos, nota-se que:

- Colocação no Ranking Nacional em 2000: 3093º lugar (IFDM 0,5015)
- Colocação no Ranking Nacional em 2005: 3067º lugar (IFDM 0,5751)
- Colocação no Ranking Estadual em 2000: 66º lugar
- Colocação no Ranking Estadual em 2005: 66º lugar
- Índice referente ao Emprego & Renda em 2000: 0,3596

- Índice referente ao Emprego & Renda em 2005: 0,4686
- Índice referente a Educação em 2000: 0,4873
- Índice referente a Educação em 2005: 0,5844
- Índice referente a Saúde em 2000: 0,6576
- Índice referente a Saúde em 2005: 0,6723

Constata-se que o IFDM do município de Bonito elevou-se nas três áreas (emprego & renda, educação e saúde), o que fez que a colocação do município no ranking nacional melhorasse, deixando o 3093º lugar, em 2000, para o 3067º lugar, em 2005. A colocação no ranking Estadual continuou, no entanto, a mesma: 66º lugar entre os 78 municípios de Mato Grosso do Sul.

Outra base de dados consultada neste estudo é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁸², elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), rede global de desenvolvimento da ONU, que está presente em 166 países. O objetivo central do PNUD é o combate à pobreza.

Para um entendimento mais apurado do IDH-M, elaborou-se um *ranking* estadual para a versão do IDH-M 2000, e Bonito encontrava-se na 18ª colocação. Ao analisar-se a tabela que segue, evidencia-se que a 1ª colocação ficou com Chapadão do Sul e a 2ª com a capital do Estado (Campo Grande). Entre os municípios que compõem a MRG Bodoquena, Bonito encontra-se bem classificado, estando atrás apenas do município de Jardim.

⁸² “O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios as dimensões são as mesmas – educação, longevidade e renda -, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. [...] O IDHM de cada município é fruto da média aritmética simples desses três sub-índices: somam-se os valores e divide-se o resultado por três (IDHM-E + IDHM-L + IDHM-R / 3)”. Sítio eletrônico: www.pnud.org.br/atlas/PR/Calculo_IDH.doc.

TABELA 4.9 *Ranking do IDH-M de municípios selecionados de MS – Ano 2000*

Ranking IDH-M 2000 Estadual	Município	IDH-M 1991	IDH-M 2000
1°	Chapadão do Sul	0.752	0,826
2°	Campo Grande	0,770	0,814
13°	Jardim	0.708	0,773
18°	Bonito	0.675	0,767
27°	Guia Lopes da Laguna	0.656	0,755
28°	Bela Vista	0.709	0,755
49°	Caracol	0.659	0,725
59°	Nioaque	0.637	0,715
69°	Bodoquena	0.634	0,707

Fonte: Elaborado pelo autor com base no sítio eletrônico do PNUD.

Analisou-se também a evolução do IDH-M da versão de 1991 para a versão de 2000 e observou-se que ocorreu uma melhoria significativa, saindo de 0,675 para 0,767, pois, quanto mais próximo de 1, melhor é a situação do município.

Por fim, ressalta-se que a localização geográfica e seus aspectos naturais, particularmente os recursos hídricos, fazem que Bonito seja conhecida e referendada em vários textos como “Paraíso das Águas”, “Reino da Águas Claras” e “Reino das Águas Cristalinas”. Tais características constituem-se em um fator preponderante para inserir o turismo como atividade econômica, em especial o ecoturismo, em que se busca explorar as paisagens naturais oferecendo aos turistas um contato direto com um ambiente diferenciado.

Com relação a isso, Santos (1997, p.186) afirma que “[...] podemos admitir que a história do meio geográfico pode ser grosseiramente dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional”. Nessa perspectiva, a etapa inicial está intimamente ligada à formação de Bonito, uma vez que é pelo meio natural que o município vem traçando a sua história e construindo sua economia.

Esse meio natural já foi, no entanto, alterado, transformado, preparado para o turismo, e isso se verifica nos atrativos. Para o turista, o belo tem que ser viabilizado; tem-se que ter acesso a ele, além de segurança e conforto.

4.3 Caracterização do nicho urbano

O turista que chega a Bonito encontra uma boa infraestrutura de atendimento das necessidades básicas de sua estada. Em se tratando de organização dos espaços públicos, comércio e serviços da cidade, há como afirmar que tudo ocorre na Avenida Pilad de Rehue (principal avenida da cidade), que tem basicamente tudo de que o turista precisa para uma boa estada em Bonito. Nela há bares, restaurantes, sorveterias, pastelaria, padaria, lojas de artesanato, roupas, calçados, objetos de decoração, mercados, agências de bancos, lotérica, agências de turismo, farmácias, bancas de revistas e jornais, posto de combustível, pousadas, hotéis, telefones públicos, entre outros comércios e serviços. Nota-se que a infraestrutura turística confunde-se com a urbana, e a área central passa por constantes mudanças em virtude do turismo.

De acordo com alguns comerciantes antigos dessa avenida, a chegada do turismo a Bonito foi a principal responsável por tantas mudanças, não só na avenida, mas também em outras áreas da cidade. Afirma um comerciante que, sem o turismo, Bonito não estaria da forma como está: “Hoje Bonito recebe turistas todos os meses do ano, uns mais outros menos. Vem muitos estrangeiros pra cá, isso leva o nome de Bonito para o mundo todo. Para receber esse povo e os brasileiros a cidade teve que se reestruturar com hotéis, pousadas, restaurantes [...]”.

Outro comerciante bonitense e também antigo morador diz que viu e viveu a mudança na cidade e que agora, com o turismo, Bonito ficou mais bonita e receptiva: “Tem que se preparar pra receber bem o turista senão ele não volta! A cidade tem que estar limpa e arrumada e com isso surgiu muitas oportunidades para quem quis aproveitar”. Lembra ainda que “[...] antes o que tinha de emprego era nas fazendas para trabalhar com o gado ou com a lavoura, agora tem na cidade e nos locais turísticos”.

Transitando pela área urbana de Bonito, verifica-se que a maioria dos prédios destinados ao comércio e serviços já sofreu reestruturações e reformas. Muitos dos salões comerciais do centro da cidade eram antigas casas, que foram remodeladas para abrigar a demanda turística. Há pouca preservação dos prédios antigos, mesmo porque Bonito é considerada uma cidade nova.

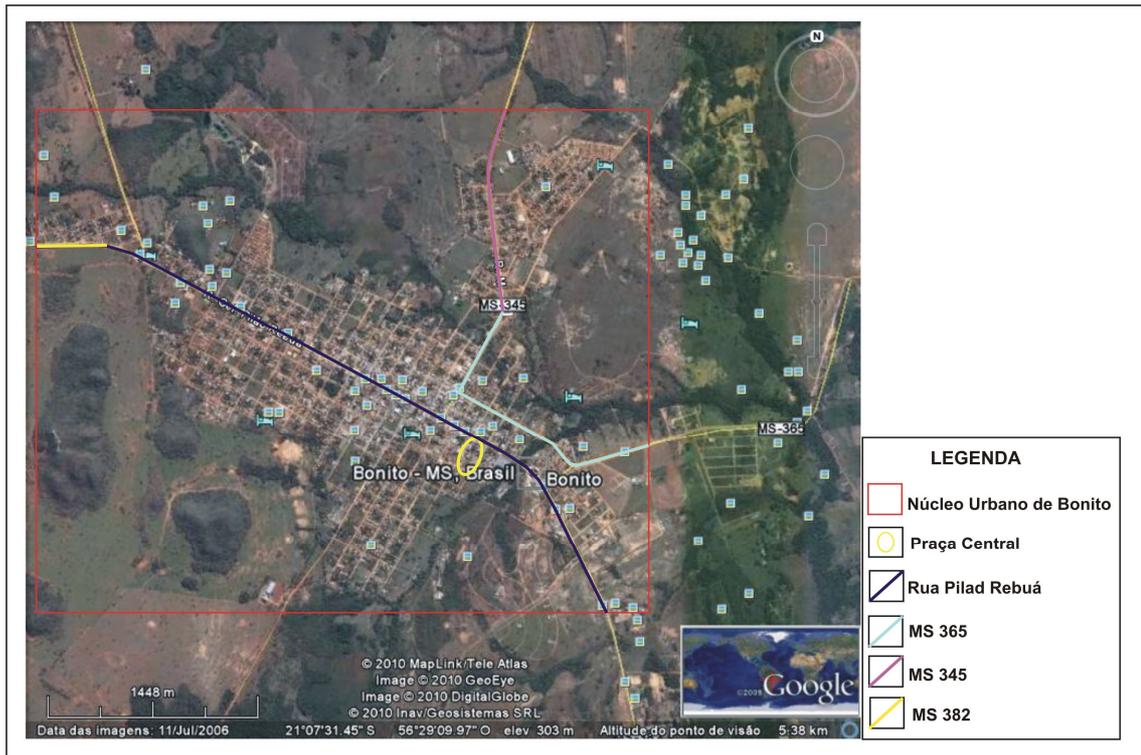


FIGURA 4.19 Imagem de satélite do município de Bonito

Fonte: <http://earth.google.com/>

As fachadas comerciais receberam um *layout* diferenciado, chamativo, e, em muitos casos, com palavras de origem estrangeira e até mesmo em língua indígena, em razão de se acreditar ser de fácil *marketing* e divulgação.

Parte da área urbana de Bonito tem-se organizado para se tornar cada vez mais uma cidade turística, voltada para a oferta e demanda de bens, serviços e paisagens. É um processo de reorganização – reterritorialização e desterritorialização – da pecuária e lavoura para o turismo. Nota-se que é uma lógica totalmente diferente da cidade industrial ou da cidade pecuária ou mesmo agroindustrial. Isso se torna evidente nas falas dos atores e moradores, e nas figuras que estão inseridas nesta tese.

Essa mudança urbana em virtude do turismo elevou o preço dos aluguéis, conforme destacou um dos comerciantes: “Veja o meu salão é pequeno, mas pago caro pelo aluguel. Todo imóvel nessa avenida tem seu aluguel caro”.

Com relação aos prédios residenciais, a maioria é feita de alvenaria, contudo ainda há casas feitas de madeira em áreas próximas do centro comercial da cidade. Nota-se, também, um número elevado de terrenos baldios e ruas sem pavimentação, guias de sarjeta, calçadas e galerias de águas fluviais. Os moradores que possuem casas em ruas sem pavimentação reclamaram que, no período da seca (estiagem), sofrem por causa da poeira, que ocasiona problemas de saúde; por outro lado, no período das chuvas, sofrem com o barro. Um deles disse: “Bonito é muito famoso para o turismo, é boa para o turista, mas a população local sofre com a falta de infra-estrutura. Uma cidade igual essa deveria dar melhores condições os próprios bonitenses”. Em Bonito, ainda há muitas ruas sem infra-estrutura e pavimentação.

Contraditoriamente ao que é vendável em Bonito, que são as belas paisagens, há boa parcela do núcleo urbano que apresenta paisagens não agradáveis aos olhos de quem reside ali ou é visitante, como pode ser visto nas figuras a seguir. Cabe destacar que as ruas centrais procuram eliminar essa triste paisagem, marcada pela pobreza, miséria e falta de infra-estrutura, geradas pelas contradições do modelo de desenvolvimento, que, por sua vez, não é exclusivo de Bonito, mas caracteriza o Brasil como um todo.



FIGURA 4.20 Rua da cidade de Bonito – Falta galeria de águas fluviais, pavimentação, guias de sarjeta e calçadas
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.21 Rua da cidade de Bonito somente com cascalho
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

No que diz respeito à acessibilidade e ao trânsito de pedestres, nota-se que isso só ocorre de forma natural – locais adequados para o pedestre transitar – nas áreas centrais da

cidade, pois existe uma carência de calçadas em boa parte da área urbana de Bonito. É comum encontrar pedestres transitando no local destinado aos veículos.

As casas de madeira, as ruas de terra, a falta de infraestrutura urbana, em boa parte da cidade, contrastam diretamente com algumas quadras da avenida Pilad de Rebue, que, desde o ano de 2008, vem sofrendo um processo de modernização e reestruturação, com o alargamento das calçadas, a inserção de bancos para o descanso de pedestres, a instalação de lixeiras devidamente preparadas para a coleta seletiva, a colocação de lombadas nas ruas, com a função de redutor de velocidade dos veículos e facilitador para o tráfego de pedestres, por estarem no mesmo nível das calçadas. Em contrapartida a isso, houve o estreitamento da rua e diminuição no número de vagas de estacionamento. Assim, essas mudanças fazem de Bonito uma cidade com várias paisagens urbanas.



FIGURA 4.22 Trecho da avenida Cel. Pilad Rebue sem revitalização
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.23 Parte da avenida Cel. Pilad Rebue já revitalizada
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.24 Telefone público na calçada da avenida Cel. Pilad Rebue
Fonte: acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 4.25 Calçada ampla na com floreiras, lixeiras e bancos na avenida Cel. Pilad Rebue
Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

Bonito possui apenas duas praças públicas; uma delas foi recém-inaugurada e está localizada em meio aos bairros da cidade. Já a principal praça da cidade foi reformada e reinaugurada no dia 1º de agosto de 2007 e tem como ponto central uma fonte contendo o monumento de duas piraputangas de 8 metros de altura (em argamassa), elaborado pelo artista plástico Cleir. É muito comum deparar com turistas tirando fotos nesse monumento para ter como lembrança a imagem da bela praça.

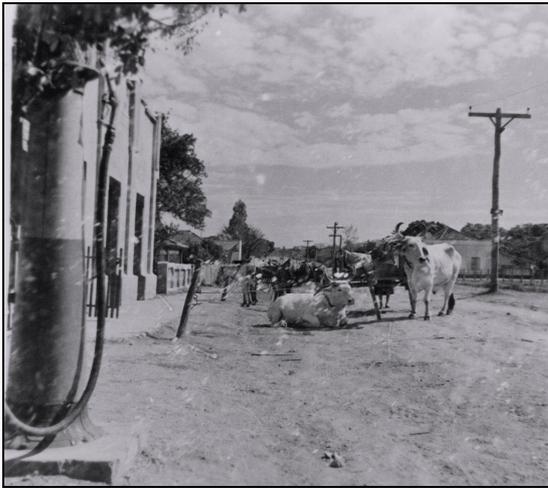


FIGURA 4.26 Avenida Cel. Pilad Rebue na década de 1960

Fonte: Obtida com antigos moradores de Bonito.



FIGURA 4.27 Avenida Cel. Pilad Rebue em 2010 (mesmo local da foto ao lado)

Fonte: Acervo do próprio autor. (2010).



FIGURA 4.28 Área onde é a praça central de Bonito na avenida Cel. Pilad Rebue

Fonte: Obtida com antigos moradores de Bonito.



FIGURA 4.29 Área onde é a praça central de Bonito na avenida Cel. Pilad Rebue em 2010 (mesmo local da foto ao lado)

Fonte: Acervo do próprio autor. (2010).



FIGURA 4.30 Praça Central de Bonito – monumentos das duas Piraputangas

Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

Enfim, nos últimos anos, a paisagem do município de Bonito sofreu transformações consideráveis, em prol da atividade do turismo. Isso fica bem visível, já que antes os estabelecimentos comerciais eram voltados para atender à comunidade local e regional, girando em torno da agropecuária: hoje suas principais vias urbanas são tomadas por pousadas, hotéis, restaurantes, agências de turismo e lojas voltadas para o amplo atendimento ao turista.

Essa transformação territorial ocorreu em virtude da redefinição da atividade econômica vivida no município, que antes era pautada na pecuária e hoje tem o turismo no desenvolvimento.

Luchiari (1999), em sua tese, intitula esse movimento de “urbanização turística”, já que prepararam o município para a nova atividade econômica. “As cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque elas são organizadas não para a produção, como foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens”. (LUCHIARI, 1999, p. 118).

Enfim, o nicho urbano de Bonito deixou de voltar-se inteiramente para a agropecuária e passou a ligar-se ao turismo. Continuou, entretanto, marcado pelas contradições do capitalismo, “constituído” por aqueles que consomem, produzem e acumulam riqueza.

4.4 Aspectos econômicos de Bonito

Bonito, desde a sua elevação ao grau de município, tem sua base econômica ancorada na agropecuária. Nos últimos anos, vem buscando ampliar o vínculo do município com a atividade econômica do turismo, entretanto continua com sua economia alicerçada na agropecuária e segue no sentido do setor de comércio e serviços (conforme dados que serão apresentados adiante).

A estrutura fundiária, de acordo com o Censo Agropecuário (1995-96) realizado pelo IBGE, encontra-se pautada em médias e grandes propriedades, como a maioria dos demais municípios de Mato Grosso do Sul, tendo a seguinte estrutura: propriedades com menos de 10 ha., 46 unidades; de 10 a menos de 100 ha., 226 unidades; de 100 a menos de 1000 ha., 337 unidades; de 1000 a menos de 10000 ha. 122; de 10000 a mais ha., 3 unidades. No censo, consta ainda que há três unidades sem declaração.

Em 1990, Bonito contava com uma área agricultável de aproximadamente 32.813 ha., que eram destinados às lavouras temporárias e permanentes, contudo essa área reduziu-se para 14.664 ha., ou seja, uma redução de 55,31%. (CANDIA, 2007). Isso pode ser entendido em razão de a região estar cada vez mais voltada para a pecuária e não para a agricultura, como vem ocorrendo em outras regiões do Estado (casos de Dourados, São Gabriel do Oeste e Chapadão do Sul).

Analisando os dados da SEMAC/MS, tanto para a área colhida quanto para a produção, percebe-se que, em Bonito, as culturas que prevalecem são a da soja, a do milho e da mandioca. A cana-de-açúcar também aparece, com a maior variação de 2006 para 2007, elevando-se de 1800 toneladas para 3150 toneladas, ou seja, um aumento considerável.

Na pecuária, constata-se que, de 1986 para 2006, houve um aumento de aproximadamente 60%, já que o rebanho bovino saltou de 239.120 cabeças, em 1986, para 383.477 cabeças, em 2006. Para o Estado de Mato Grosso do Sul, a pecuária é de fundamental importância, o que não exclui Bonito desse quadro. A pecuária é praticada de forma extensiva, tendo o gado nelore como a principal raça criada. Atualmente, as pastagens são semeadas, em especial a forrageira da brachiaria ou braquiária (nativa da África).

A braquiária, considerada uma espécie invasora em diversos ecossistemas, inclusive no Cerrado, espalha-se com facilidade, é de difícil extermínio e toma o lugar de espécies

nativas, porém vem sendo o principal “capim” nas pastagens do Brasil, e sua inclusão também é tida como um dos principais responsáveis pelos avanços da pecuária do Brasil nas últimas décadas.

Dias (1998, p. 33) apresentou, no entanto, a seguinte informação a respeito dos números da pecuária bovina para o período de 1986 a 1995:

[...] contradizem o exposto a respeito do avanço das áreas de pastagens, constatou-se que importante parte do gado criado dentro do espaço de Bonito, na verdade pertence ao município de Porto Murtinho, que são conduzidos até Bonito para a engorda e no momento da contabilização aparecem como pertencentes a este último.

Não se pode deixar de ressaltar, todavia, que o crescimento de 60% do rebanho bovino, de 1986 para 2006, é considerável, ainda mais que o Estado passou por uma série de turbulências na pecuária com a febre aftosa, especialmente na região sul do Estado, que é próxima a Bonito.

TABELA 4.10 Variação do rebanho bovino do município de Bonito – 1986-2006

Ano	Número de Cabeças	Variação em %
1986	239.120	----
1987	242.341	1,35
1988	244.000	0,68
1989	249.230	2,14
1990	345.760	38,73
1991	344.726	-0,30
1992	321.824	-6,64
1993	318.191	-1,13
1994	289.265	-9,09
1995	278.345	-3,78
2001	344.042	23,60
2002	350.923	2,0
2003	393.033	12,0
2004	388.935	-1,04
2005	382.330	-1,70
2006	383.477	1,00

Fonte: Dias (1998) para o período de 1986 a 1995 e SEMAC/MS para os demais anos.

A pecuária que é praticada em Bonito é a de forma extensiva, que necessita de grandes áreas de pastagens e é voltada para a produção de carne, ou seja, pecuária de corte (cria, recria e engorda).

Outros rebanhos vêm sendo marcados por uma pequena variação positiva ao longo dos anos como é o caso dos caprinos, suínos, equinos e ovinos. (SEMAC, 2009).

Entrementes, Bonito nem sempre ficou ligada somente à pecuária. Lobo e Moretti (2008), citando Vargas (2001), apontaram que Bonito, na década de 1970, esperava um desenvolvimento econômico baseado na cultura do café, pois recebeu nesse período incentivos políticos e financeiros, sobretudo por parte do Instituto Brasileiro do Café (IBC), mas a expectativa foi frustrada: as lavouras não apresentaram a produtividade esperada.

Flores *et al* (2005) destacaram que Bonito possui um subsolo rico, tendo uma jazida de 51 milhões de metros cúbicos de mármore. Há também outros minérios, como do calcário e calcita, além de pedras que podem ser utilizadas na construção civil, e argila, para olaria e cerâmica. Em Bonito, há empresas de extrativismo mineral voltadas especialmente para a extração de mármore e calcário.

Mariani (2000) apresenta dados mais detalhados sobre as reservas minerais do município de Bonito. As reservas de mármore estavam na ordem de 50.508.718 metros cúbicos; as de calcário, na ordem de 1.413.057.015 metros cúbicos (dados do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – 1994).

Luna (2000), por sua vez, complementa o que foi exposto mencionando um estudo estatístico elaborado pelo próprio autor junto ao DNPM, que constatou a existência de diversos processos solicitando autorização para mineração na localidade. Vários minerais podem ser explorados em Bonito, como: calcário, mármore, calcita, grafita, cobre, granito, quartzo e há também interesse em analisar os potenciais para a extração de ouro, diamante e água mineral.

Ainda a respeito da mineração no município de Bonito e região, Lobo e Moretti (2008, p. 51) trazem informações sobre seu histórico:

Nos anos oitenta, a Serra da Bodoquena voltou a ocupar o espaço das expectativas de desenvolvimento econômico no Estado de Mato Grosso do Sul. Essa fase foi fomentada pelos estudos de potencial para mineração, feitos pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM –, no final da década anterior. A construção da Fábrica de Cimento Eldorado da Camargo Corrêa, em Bodoquena, contribuiu para o fortalecimento desse panorama, gerando grande expectativa de aumento no número de empregos no município. Entretanto, a fragilidade ambiental

era cada vez mais ressaltada, por meio dos Estudos de Impactos Ambientais – EIAs – para a concessão de lavras minerárias, e pela pressão de grupos ambientalistas e da população local.

O município de Bonito viveu momentos de esperança econômica em torno da mineração, que perdurou praticamente por toda a década de 1980. Isso ocorreu especialmente em virtude dos estudos e pesquisas que haviam sido desenvolvidos pelo governo do Estado, que revelaram uma riqueza existente no subsolo, mas que continuam inexploradas até os dias atuais. (CAMARGO; JÓIA, 2004). Vale lembrar que a mineração é uma atividade muito impactante ao meio ambiente e não seria prudente haver um estímulo para iniciar uma exploração de recursos naturais que pudesse comprometer o turismo no “paraíso da águas”.

Essa ideia de um grande desenvolvimento a partir da mineração perdeu força rapidamente, e isso é explicado por Boggiani (2001) quando se refere ao ano de 1993, momento em que foi protocolado, na Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), um EIA-RIMA voltado para a mineração de calcário nas proximidades do rio Perdido (20 km a oeste de Bonito). O estudo foi arquivado e a população posicionou-se contrária à instalação do empreendimento. Havia aqui um parâmetro comparativo com a instalação da Fábrica de Cimento Eldorado, do grupo Camargo Correa, no município de Bodoquena, que acumulou um desenvolvimento inferior ao esperado, diferentemente de desenvolvimento de Bonito a partir da atividade turística.

Por outro lado, a agropecuária vivia um momento de crise, o que reforçou a garantia de um espaço para o turismo como uma alternativa de desenvolvimento econômico local. Assim, passou a existir a necessidade de se pensar o licenciamento ambiental para atrativos turísticos em Bonito. No Brasil, isso ainda era incipiente. A SEMA, nesse período, pensava o licenciamento ambiental para a mineração; aliás, no Brasil existia um bom modelo a ser seguido, que era o de Minas Gerais, diferentemente do que ocorria com o setor do turismo.

Como já dito, uma singularidade que há em Bonito é o fato de o município estar situado em uma região cárstica, que apresenta a ocorrência de cursos d’água subterrâneos, rios cristalinos, sendo considerado um ambiente frágil em relação às atividades antrópicas. As atividades econômicas da região (a agricultura, a pecuária, a mineração) contrastam com a fragilidade ambiental e são geradoras em potencial de graves impactos, no entanto surge o turismo que se bem planejado, é menos impactante que as demais atividades.

O *boom* dessa atividade econômica ocorreu, no entanto, somente na década de 1990. Diante desse contexto, pode-se afirmar que Bonito foi precursor do turismo na Serra da Bodoquena. A atividade do ecoturismo em Bonito tende a legitimar-se especialmente em razão de pertencer a um segmento de mercado que está-se tornando cada vez mais demandado, o que o torna mais rentável. Vários estudos revelam que o ecoturismo tem apresentado um crescimento vertiginoso em todo o mundo, e Bonito pode enquadrar-se nessa tendência. Além disso, o turismo demandou a construção de infraestrutura como, por exemplo, de hotéis, restaurantes, equipamentos que adequaram as fazendas para turismo, o que impulsionou o setor da construção civil.

Como este estudo também busca trazer variáveis que possam contribuir para o diagnóstico econômico do município de Bonito, apresenta-se, a seguir, a variação do Produto Interno Bruto (PIB) no período de 2002 a 2006.

A tabela apresenta o PIB de Bonito em valores correntes de 2002 a 2006. Na análise, constata-se que o PIB de Bonito variou de forma positiva, saindo da casa dos 91 milhões, no ano de 2002, e chegando à casa dos 140 milhões, em 2006. Houve também um aumento considerável do PIB *per capita*, pois, em 2002, o valor era de R\$ 5.281 e, em 2006, alcançou R\$ 7.803. A mesma tabela apresenta a posição de Bonito no *ranking* do PIB municipal do Estado de Mato Grosso do Sul. Bonito, nesse período, oscilou entre o 34º e o 37º lugar, porém, sob a ótica do período total, o município ganhou uma colocação, deixando a 35ª colocação, no ano de 2002, para ocupar a 34ª em 2006.

TABELA 4.11 PIB Municipal a preço de mercado em valores correntes – 2002-2006

ANO	RANKING DO PIB/MS.	VALOR DO PIB	PIB PER CAPTA
2002	35º	91.685.570	5.281
2003	35º	115.701.722	6.604
2004	37º	125.209.399	7.082
2005	36º	127.518.926	7.148
2006	34º	140.454.718	7.803

Fonte: IBGE – Adaptado pelo autor

A próxima tabela traz informações complementares, mostrando o peso do PIB de Bonito e dos demais municípios que compõem a MRG Bodoquena. Constata-se que o peso

total do PIB da MRG Bodoquena, em relação ao PIB do Estado, aumentou ao longo do período, no entanto ainda é pequeno: apenas 3,19% do total do Estado. Já o PIB de Bonito vivenciou uma pequena queda, de 0,61% (ano de 2002) para 0,58%, no ano de 2006, se analisado dentro da proporção que representa para o Estado. Ressalta-se que Bonito possui uma visibilidade muito grande no Estado, mas sua economia ainda é ínfima, sendo de apenas 0,58% de toda a riqueza gerada em Mato Grosso do Sul. Isso é justificado pelo fato de o município ser pouco industrializado, estando ancorado na agropecuária, e de sua área territorial representar 1,40% do total do Mato Grosso do Sul.

TABELA 4.12 Participação do PIB Municipal no PIB do Estado – 2002-2006 (Em %)

	2002	2003	2004	2005	2006
MRG BODOQUENA	3,15	3,03	3,12	3,14	3,19
Bela Vista	0,64	0,61	0,62	0,62	0,64
Bodoquena	0,34	0,32	0,37	0,35	0,36
Bonito	0,61	0,60	0,59	0,59	0,58
Caracol	0,19	0,18	0,19	0,21	0,20
Guia Lopes da Laguna	0,27	0,32	0,27	0,28	0,30
Jardim	0,65	0,59	0,62	0,66	0,65
Nioaque	0,45	0,41	0,45	0,44	0,47

Fonte: IBGE – Adaptado pelo autor

Seguindo no mesmo sentido, vale entender o que ocorreu com o PIB de Bonito dentro da MRG Bodoquena, ou seja, como se comportou diante dos demais municípios que possuem proximidade física e similaridades econômicas.

A variação seguiu no mesmo sentido da tabela acima: Bonito perdeu participação em relação à MRG Bodoquena. Em 2002, o PIB de Bonito significava 19,23% do total do PIB da MRG Bodoquena e, em 2006, esse percentual caiu para 18,10%. Além de Bonito, os municípios de Bela Vista e Jardim também perderam participação na composição total do PIB da MRG Bodoquena, mas Bonito foi o município que mais perdeu.

TABELA 4.13 Participação do PIB Municipal no PIB do MRG Bodoquena – 2002-2006 (Em %)

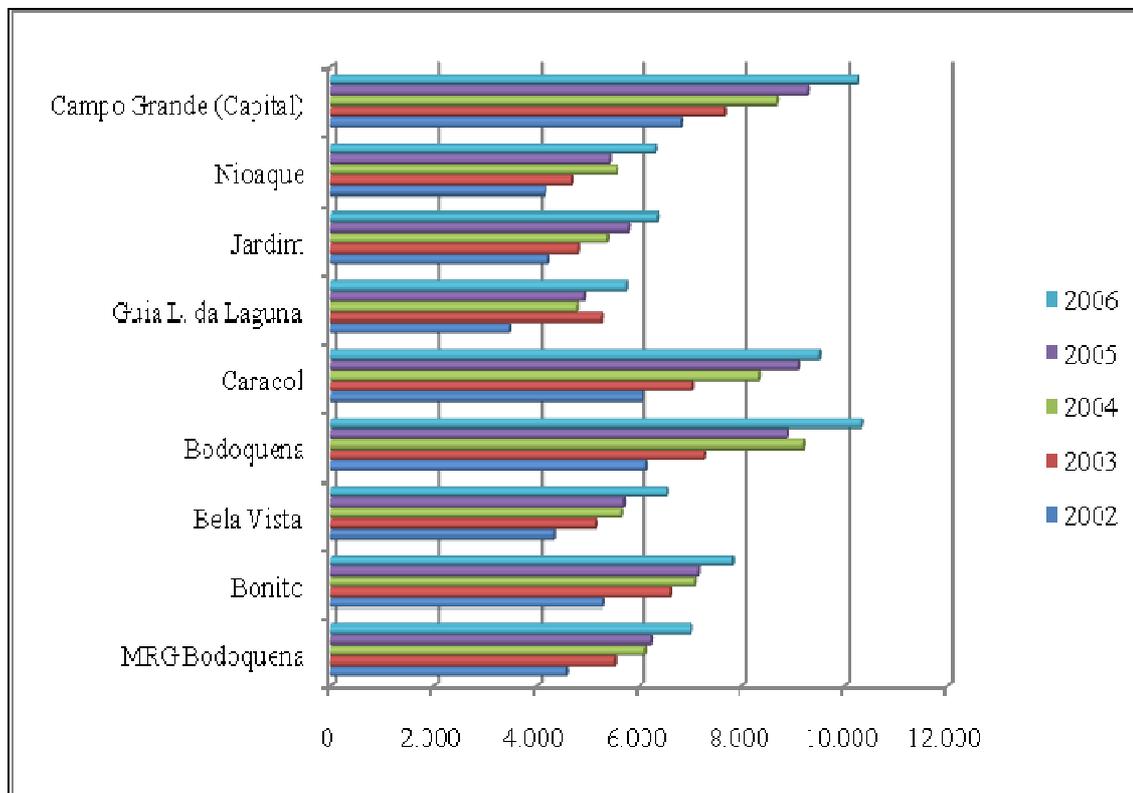
	2002	2003	2004	2005	2006
MRG BODOQUENA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Bela Vista	20,46	20,15	19,86	19,61	19,97
Bodoquena	10,85	10,50	11,86	11,12	11,38
Bonito	19,23	19,80	19,03	18,75	18,10
Caracol	6,07	5,85	6,23	6,69	6,22
Guia Lopes da Laguna	8,47	10,72	8,81	8,91	9,29
Jardim	20,78	19,58	19,74	20,91	20,38
Nioaque	14,15	13,40	14,47	14,01	14,66

Fonte: IBGE – Adaptado pelo autor

Já o gráfico que segue mostra um comparativo do PIB *per capita* municipal da MRG Bodoquena e da capital do Estado – Campo Grande. Verifica-se, inicialmente, que houve um aumento em todos os municípios, quando se analisa o ano de 2002 em comparação ao de 2006, contudo há municípios que tiveram quedas em seus PIBs *per capita* ao longo da trajetória, mas depois recuperaram-se e tiveram resultados positivos ao ano de 2006.

Aqui se ressalta um comparativo do PIB *per capita* de Campo Grande, Capital do Estado – o primeiro município do ranking dos PIBs/MS –, com os demais municípios e constata-se que o PIB *per capita* do município de Bodoquena é maior (R\$ 10.331) que o de Campo Grande (R\$ 10.244), enquanto o de Bonito encontra-se em R\$ 7.803 para o ano de 2006. O menor PIB *per capita* dos municípios que compõem a MRG Bodoquena é o de Guia Lopes da Laguna que é de R\$ 5.743. Cabe afirmar, contudo, que o PIB *per capita* não traz uma situação real para os munícipes, pois há municípios que têm essa variável econômica elevada, mas concentrada na mão de poucos. Vale analisar o histórico do PIB *per capita* de cada município, observando-se que a tendência está no sentido de crescimento.

GRÁFICO 4.1 Comparativo do PIB *per capita* Municipal da MRG Bodoquena e de Campo Grande (Capital) – 2002-2006. (Em R\$)



Fonte: IBGE – Adaptado pelo autor

Para encerrar essa análise do PIB Municipal de Bonito, vale apresentar as mudanças setoriais que ocorreram nos últimos anos. A primeira parte da tabela evidencia que o setor terciário (comércio e serviços) vem ganhando espaço na economia local, já que, no ano de 2002, era responsável por 55,06% do total do PIB local e, no ano de 2006, passou a representar 61,81%. O industrial também teve uma elevação, mas em menor proporção. Por conseguinte, se esses dois setores ganharam espaço, algum setor perdeu; e foi o setor da agropecuária, que, de 37,42 %, caiu para 29,94%. Já com relação ao conjunto da MGR Bodoquena e com a média do Estado de Mato Grosso do Sul, o movimento foi exatamente o mesmo que o do município de Bonito, entretanto em níveis diferentes, conforme ilustra a tabela a seguir.

TABELA 4.14 Valor adicionado bruto do PIB Municipal de Bonito, MRG Bodoquena e a média do MS por setor de atividade e preços correntes – 2002-2006 (Em %)

Bonito	Agropecuária	Indústria	Com. e Serv.	Total
2002	37,42	7,52	55,06	100,00
2003	38,93	6,32	54,75	100,00
2004	37,98	8,39	53,63	100,00
2005	32,93	7,45	59,62	100,00
2006	29,94	8,26	61,81	100,00
MRG Bodoquena	Agropecuária	Indústria	Com. e Serv.	Total
2002	32,41	11,57	56,02	100,00
2003	35,27	10,14	54,60	100,00
2004	32,50	13,47	54,03	100,00
2005	29,22	10,64	60,14	100,00
2006	25,76	13,51	60,73	100,00
Média no Estado MS	Agropecuária	Indústria	Com. e Serv.	Total
2002	22,31	16,71	60,99	100,00
2003	24,72	15,70	59,58	100,00
2004	20,93	19,21	59,86	100,00
2005	15,45	17,24	67,31	100,00
2006	14,52	18,51	66,97	100,00

Fonte: IBGE – Adaptado pelo autor

Os dados apresentados revelam a importância do setor de comércio e serviços para o município, ou seja, o setor terciário, que é justamente onde se encontra o turismo.

Vários pesquisadores apresentam dados sobre a importância do turismo para a geração de empregos no município, como é o caso de Sampaio (2004): “Dos 18 mil habitantes, mais de 4 mil estão envolvidos direta ou indiretamente com a atividade turística, um índice de quase 25%, excelente até mesmo para os padrões europeus de cidades com o mesmo porte”.

4.5 Panorama histórico do turismo em Bonito

Atualmente, quem vai conhecer o município de Bonito encontra uma boa infraestrutura e muitos atrativos turísticos preparados para receber os visitantes. Em razão disso, Bonito vem sendo considerado um dos principais polos de ecoturismo do Brasil, contudo vale enfatizar que nem sempre foi assim.

Até a década de 1970, o município tinha os atuais atrativos turísticos quase exclusivamente utilizados como espaços de lazer pelos próprios moradores do município e apenas nos finais de semana e feriados. Esses locais de beleza inquestionável eram pouco conhecidos por pessoas de outras localidades. Não havia exploração econômica do espaço geográfico e muito menos sua divulgação como um local propício para a prática do ecoturismo e a exploração econômica.

Maria Leopoldina de Almeida Campos⁸³, presidente da Associação Bonitense de Agências de Ecoturismo (ABAETUR), informou, durante a entrevista, que esteve em uma feira de turismo em São Paulo e foi surpreendida com a fala de uma senhora que lhes convidou: “Em 1961, eu e meu marido fomos conhecer Bonito, a Gruta do Lago Azul, durante nossa lua de mel”.

Essa informação comprova que a Gruta do Lago Azul é o ponto inicial, o ponto que divulgou o turismo de Bonito para o mundo. Por sinal, continua sendo o ponto mais famoso e mais visitado em Bonito: “A Gruta fez o turismo nascer e mantém ele até hoje. Ela é o carro chefe do turismo de Bonito”. (MARIA LEOPOLDINA DE ALMEIDA CAMPOS).

Almeida Campos afirma que tudo se iniciou em torno da Gruta do Lago Azul e, a partir daí, os outros atrativos surgiram.

Já Antonio Carlos Silveira Soares (conhecido popularmente por Tó)⁸⁴, bonitense, proprietário de um restaurante tradicional de Bonito, conta que, na década de 1970, houve um prefeito em Bonito chamado João Alves de Arruda que, à época, recebia muitos parentes de

⁸³ Entrevista realizada com Maria Leopoldina de Almeida Campos em 28 de setembro de 2009. A entrevistada fez o primeiro Curso de Formação de Guias que ocorreu em Bonito no ano de 1993. Atualmente, além de guia de turismo, é proprietária de uma Agência de Turismo e presidente da Associação Bonitense de Agências de Ecoturismo (ABAETUR).

⁸⁴ Entrevista realizada com Antonio Carlos Silveira Soares (popular Tó) em 8 de outubro de 2009. Tó atua no ramo de restaurante, mas já foi proprietário de agência de turismo e hotel em Bonito. É formado em Direito, mas não atua na área. É o idealizador do *Voucher Único* e do Festival da Guavira.

Campo Grande, que aproveitavam a estada para conhecer as belezas naturais de Bonito. Também existiam muitos fazendeiros de Campo Grande que possuíam terras em Bonito e, no período de férias, traziam os filhos e amigos para conhecer Bonito.

No texto de Vieira (2003, p. 39), Antonio Carlos Silveira Soares refere-se a João Alves de Arruda como portador de uma visão de turismo para Bonito: ele já pensava em abrir o balneário municipal ao público. Lembra também do padre Roosevelt, que foi prefeito em Bonito no período de 1976 a 1982, como uma das pessoas que deu um grande impulso ao turismo de Bonito: “[...] o início foi com o trabalho do padre que começou a fazer uma divulgação e arrendando o balneário municipal, que passou por uma reforma”.

Os locais eram visitados pelos amantes da pesca, inclusive a pesca de arpão, e por banhistas que gostavam de rios e de cachoeiras. Esses momentos de lazer ocorriam em espaços particulares, mediante a anuência dos proprietários. (MARIANI, 2000; BARBOSA; ZAMBONI, 2000; LOBO; MORETTI, 2008).

Nesse período, os locais que recebiam mais visitantes eram a Gruta do Lago Azul e a Ilha do Padre.

Parentes e amigos dos habitantes de Bonito, em épocas de férias, vinham de outras localidades para visitar as belezas naturais de Bonito. Essa prática foi tornando-se cada vez mais comum e a divulgação informal (pelo boca a boca) foi apresentando Bonito para pessoas que viviam longe dali. “Em meados dos anos 70, foi realizada a primeira obra pública de infra-estrutura para o lazer, conhecido por Balneário Ilha do Padre [...]”. (MARIANI, 2000, p.144-145).

Houve o período em que os aventureiros descobriram Bonito e, a partir de então, passaram a frequentar o município. Excursões foram poucas que passaram pelo município nesse período, já que chegar até Bonito era muito difícil, pois as estradas tinham condições precárias. “Os primeiros turistas que me recordo isso na década de 1970 eram de São Paulo e eram estudantes de medicina. Vieram pensando em se aventurar”. Complementa dizendo que “[...] eram cinco jovens que acamparam na área onde é o Balneário Municipal hoje”. (ANTONIO CARLOS SILVEIRA SOARES).

Colaborando com a construção histórica do turismo em Bonito, Hélio Sena Madureira⁸⁵, que foi o primeiro Secretário Municipal de Turismo de Bonito (de 1979 a 1981), expõe que, no período mencionado, a demanda turística era pequena e “[...] era mais na época de final de ano que chegava na faixa de 100 a 200 pessoas, isso na minha época, que foi até junho de 1981 quando eu sai [...]”.

Afirma também que o perfil de quem frequentava Bonito era o “aventureiro” e acrescenta a importância da Gruta para o desenvolvimento do turismo local:

Pouca gente sabe, por exemplo, que a primeira revista da EMBRATUR teve na capa da revista a Gruta do Lago Azul de Bonito, isso em 1975. Houve casos em que a Gruta do Lago Azul falou mais alto que Bonito, o pessoal vinha pra ver a gruta e não pra conhecer Bonito. A gruta era o carro chefe, era o cartão postal de Bonito. [...] Na época só tinha 4 pontos turísticos, era a Gruta do Lago Azul, a Gruta de Nossa Senhora Aparecida, a Ilha do Padre e o Balneário Municipal que na época era particular do seu José de Monteiro Oliveira.

Por outro lado, descreve o espectro futurista do prefeito da época (Padre Roosevelt), que o trouxe de São Paulo para atuar no desenvolvimento do turismo de Bonito, o que, para o período, foi uma inovação:

[...] tinha uma visão mundial, ele era uma pessoa mais viajada. Era mais esclarecido e trouxe isso pra Bonito. Trouxe calçada, arrumou a praça, trouxe esgoto, telefone, energia elétrica. [...] Houve uma revolução na época da gestão dele. Foi ele que teve essa visão de embelezar Bonito e trazer gente pra visitar aqui, porque ele achava que isso aqui é uma coisa impar no mundo, ele achava que viriam pessoas de toda parte do mundo visitar por ser uma coisa única.

Ainda Hélio Sena Madureira relembra que, oficialmente, a Prefeitura Municipal de Bonito não possuía um orçamento específico para criar a Secretaria Municipal de Turismo. À época, só havia 4 secretarias municipais, que eram a de administração, de saúde, de educação e de obras. Todos os outros setores que existiam eram subordinados a alguma dessas secretarias. “Eu era chefe do setor de turismo e subordinado à secretaria de Administração, só que na realidade eu era Secretário de Turismo de Bonito”.

O entrevistado confirmou informações que retratam as dificuldades da época:

⁸⁵ Entrevista realizada com Hélio Sena Madureira em 2 de outubro de 2009. Mudou-se de São Paulo (Capital) para Bonito para ser o primeiro Secretário Municipal de Turismo (de 1979 a 1981). No período em que desempenhou a função, já era formado em Turismo. O prefeito da época era o padre Roosevelt.

Primeiro que a cidade não tinha asfalto. O lugar mais próximo pra se chegar via asfalto era Aquidauana a 127 quilômetros. Tinha que passar por uma estrada toda cheia de cascalho que possuía umas 30 e poucas pontes. Outro fator é que Bonito estava em final de linha, não tinha ligação com outra cidade turística, então o turismo pra vir pra cá, não teria como passar pra outro lugar depois.

De acordo com Mariani (2000), até meados dos anos de 1980 as visitas ao município de Bonito e seus atrativos continuaram a ocorrer de forma amadora e sem aumento expressivo na demanda. Continuou não havendo nenhuma preocupação com a exploração econômica do turismo e não existia infraestrutura para a recepção de turistas.

Somente no ano de 1983 a Prefeitura Municipal de Bonito editou um *folder* em que apresentava a vocação turística do município. Essa foi a primeira divulgação oficial e planejada do potencial turístico de Bonito para um público que não vivia nas proximidades do município.

Antonio Carlos Silveira Soares comenta que Bonito foi ganhando fama na região e começou a receber visitantes de toda a região e do estado, como de Aquidauana e Campo Grande. Vinham estudantes de escolas de vários locais do Estado e ficavam alojados nas próprias escolas de Bonito:

Nos anos de 1980 começou a vim alunos de escolas de São Paulo (Capital). Vinham para o Pantanal e visitavam Bonito. Nas primeiras vezes tinham que ficar hospedadas em Aquidauana, pois Bonito não atendia⁸⁶. Depois começaram a ficar num hotel de Bonito.

O estudo desenvolvido por Boggiani (2001) apresenta detalhes históricos importantes para entender como ocorreu o desenvolvimento do turismo em Bonito:

Em meados da década de 1980, foi realizado o projeto “Grutas de Bonito – Diretrizes para um manejo turístico” [...] durante o qual foram realizados levantamentos do potencial espeleológico da região, com estudo e mapeamento de dezoito cavernas entre elas a descoberta e exploração pioneira do Abismo Anhumas. Para as cavernas com potencial turístico, principalmente as grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, tombadas pelo Patrimônio Natural e cujos terrenos de localização foram adquiridos pelo governo estadual, foram apresentados projetos de infra-estrutura para a visitação já com marcante preocupação ambiental. (BOGGIANI, 2001, p.152-153).

⁸⁶ “O primeiro hotel de Bonito, voltado para atender ao público turístico foi aberto pelo Sr. Jason Monteiro Braga, como o nome de Bonanza [...]. O primeiro restaurante voltado para o turismo foi aberto em 31 de dezembro do 1983 como o nome de Tapera [...]”. (VIEIRA, 2003, p. 88).

Ao analisar a bibliografia que trata do turismo em Bonito, nota-se que existia um encantamento e curiosidade em relação às grutas da região. O planejamento para a exploração do turismo na Gruta do Lago Azul com o mínimo de impacto ficou atrelado à construção de uma escadaria interna, utilizando blocos de rochas encaixadas e rejuntadas com argamassa e sem corrimão para não intervir na paisagem turística. Nesse momento, já surgiu a ideia da aplicação da educação ambiental, para evitar danos ao patrimônio natural de Bonito, e da criação de um conselho municipal de defesa do meio ambiente. (BOGGIANI, 2001).

No período citado, as visitas a Bonito eram esporádicas. Resumiam-se à Gruta do Lago Azul, à Gruta Nossa Senhora Aparecida e a Ilha do Padre (antes conhecida como Ilha de Santa Cruz), próximas à Cachoeira do Hormíneo. Ampliando esse “incipiente roteiro”, também passaram a receber visitas o Aquário Natural, o Rio do Peixe e o Rio Sucuri.

Na sequência, iniciaram-se os passeios de bote inflável e os passeios por fazendas que possuíam cachoeiras, com destaque para o rio Formoso. Essa atividade surgiu da iniciativa de empresários que vieram para a região explorar uma atividade que já era desenvolvida no rio Paraibuna, no Estado do Rio de Janeiro. Esse empreendimento nasceu com características de atividade turística propriamente dita e juntamente com ele veio a primeira agência de turismo de Bonito, chamada Happakany, a qual era a responsável por organizar as visitas à Baía Bonita, que viria a ser rebatizada de Aquário Natural, à Gruta do Lago Azul e à de Nossa Senhora Aparecida. (BOGGIANI, 2001).

Um dos guias de turismo entrevistados informou-nos que os moradores de Bonito estavam acostumados às belezas cênicas de Bonito e não acreditavam que o turismo local fosse desenvolver-se. Isso propiciou uma lacuna que foi preenchida pelos investidores de fora. Disse ainda que “[...] tem pessoas que hoje estão inseridas no turismo, mas diziam que ninguém iria vir até Bonito para ver um buraco cheio de peixes com água limpa”.

Por volta do ano de 1986, os donos das fazendas onde havia os rios mais procurados viram uma nova oportunidade de negócio para suas terras e diversificaram suas receitas, passando a cobrar ingresso por visitante. (MARIANI, 2000). Vislumbrando um negócio promissor, proprietários iniciaram a construção da infraestrutura turística, como trilhas, escadas, *decks*, para facilitar o acesso aos rios. Aqui, já é notado o início do ordenamento do espaço para atender às demandas turísticas. (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2007). É fato que o espaço destinado somente à agropecuária iria, a partir desse momento, consorciar-se com o turismo.

No ano de 1986, o Poder Público desapropriou uma parte da Fazenda Trevo, por meio do Decreto Municipal 076/85, aprovado em 14-04-1986, para construir o Balneário Municipal, inaugurado em 1988. (CAMARGO; JOIA, 2004).

Boggiani (2001) salienta que a desapropriação ocorreu atendendo a interesses da comunidade local, quando fora descartada a possibilidade da mineração como redenção econômica de Bonito.

O poder público buscava alternativas por acreditar que esse empreendimento público viria a ser um ponto de atração de turistas.

Essa área onde se encontra o Balneário Municipal atualmente já era visitada desde a década de 1970. Era uma propriedade particular, porém o proprietário permitia sua utilização para banhos. Não havia nenhuma infraestrutura. (ANTONIO CARLOS SILVEIRA SOARES).

No final da década de 1980 e início de 1990, surgiram as primeiras operadoras de turismo comercializando o destino. Antonio Carlos Silveira Soares lembra que, no ano de 1989, durante a semana conhecida por “Semana do Saco Cheio”, período em que as escolas e algumas universidades liberam seus alunos para um “descanso” de uma semana, a cidade de Bonito recebeu turismo como jamais havia recebido. Os turistas chegaram querendo conhecer as maravilhas naturais que Bonito possuía.

Nesta seção, ainda procuramos construir um histórico de fatos e ações que fizeram a diferença para o turismo de Bonito, ou melhor, contribuíram para o seu desenvolvimento. Dando sequência a isso, temos:

- 1991 – visita de grupos de espeleomergulhadores composto por três brasileiros e um francês, durante o período de 15 de junho a 14 de julho, explorando trechos submersos das cavernas de Bonito;
- 1992 – Expedição Bonito’92 – realizada no período de 03 a 30 de setembro por um grupo composto por dois mergulhadores brasileiros e três franceses, além de numerosa equipe de apoio; essa expedição obteve excelentes resultados e foi largamente divulgada pela mídia. [...]
- 1993 – Acontece a cerimônia de encerramento do primeiro curso para guias de turismo em Bonito, em 03/04/93. (VARGAS, 1998, p.124-125).

Complementando as informações acima, de autoria de Icléia Vargas, essa equipe franco-brasileira que explorou cavernas em 1991 foi organizada pela Sociedade Brasileira de Espeleologia, tendo geólogos e mergulhadores responsáveis por levantar as medidas da Gruta do Lago Azul. Utilizaram, à época, equipamentos sofisticados, incluindo um robô-submarino,

que era operado por controle remoto. Com o apoio desse material conseguiram penetrar 180 metros e descobrir informações importantes para Bonito.

O curso de guias, com término em 1993, foi patrocinado pelo SEBRAE e pela prefeitura de Bonito, sob a coordenação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Esse foi o marco da profissionalização do turismo local e também o começo do processo de conscientização e educação ambiental dos turistas e da comunidade bonitense. (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2007).

Ainda no ano de 1993, Bonito foi destaque na *Folha de São Paulo* (Caderno Turismo), edição de 18/11, em que houve uma ampla matéria, de autoria de Paulo César Boggiani. Esse jornal tem circulação nacional e, diante disso, Bonito começaria a mostrar seu potencial turístico. (VARGAS, 1998).

No mesmo ano, a televisão fez um documentário sobre a Gruta do Lago Azul, e posteriormente outros documentários sobre a região, o que causou um aumento no fluxo de turistas para Bonito e região. (CAMARGO, 2004; MARIANI, 2000).

As reportagens foram responsáveis pelo impulso no turismo de Bonito, pois foram realizadas pelos programas Globo Repórter (exibido às sextas-feiras) e Fantástico (aos domingos), na Rede Globo de Televisão, ambos em horário nobre, ou seja: milhões de telespectadores passaram a conhecer Bonito.

Com essa divulgação e o aumento no número de turistas, surgiram os primeiros hotéis destinados ao turismo, pois os que existiam no município antes disso atendiam os pecuaristas, viajantes e pessoas que ficavam impossibilitadas de voltar para suas origens nos períodos de chuvas, já que havia um trecho sem pavimentação ligando Bonito a Guia Lopes da Laguna, o qual, em algumas oportunidades, ficava intransitável para os carros menores.

A divulgação continuou, mas agora sob outro reluzente espectro. No ano de 1994, um jornal de abrangência nacional deu destaque para Bonito. Desta vez, foi *O Estado de São Paulo*, que, na edição de 23/08/1994, denunciou o problema do crescimento desordenado, o qual poria a natureza de Bonito em risco. No artigo intitulado “Crescimento ameaça natureza em Bonito”, Rebeca Kritsch e Nilo Nogueira alertaram que a falta de saneamento básico e mais o turismo predatório ameaçavam as belezas naturais de Bonito. (VARGAS, 1998). Os “ecos” da RIO-92 continuavam soando alto e, por isso, tamanha repercussão.

A partir daí, iniciaram-se as primeiras ações para disciplinar e normatizar os passeios em rios e grutas do município de Bonito.

Mariani (2000) ressalta que foi nesse momento que realmente nasceram as primeiras experiências com as visitas limitadas, ou seja, obedecendo a um número máximo de visitantes (capacidade de carga). Não foram todos os atrativos que aceitaram de imediato a ideia de capacidade de carga. Na verdade, a capacidade de carga é um engodo no processo de licenciamento ambiental de atrativos turísticos.

No ano de 1994, realizou-se o Seminário Estratégico de Turismo com lideranças, sob a coordenação do SEBRAE/MS. A intenção foi descobrir e criar lideranças para contribuir para a efetivação da vocação turística do município.

Em 1995, foi implantada a Secretaria Municipal de Turismo, com o objetivo de coordenar e implementar ações de desenvolvimento do turismo local. (CAMARGO; JOIA, 2004).

Um documento da Fundação Cândido Rondon (2007) expõe que, nesse ano, iniciou-se um processo de organização do sistema de turismo em Bonito, a partir de um levantamento do potencial turístico da região, da geração de empregos e do grau de envolvimento da comunidade, considerado como importante fator de sucesso.

O plano foi realizado em fases distintas. A primeira contou com a participação ativa da EMBRATUR, por meio de oficinas que visou à conscientização da população sobre a importância da implementação planejada para o desenvolvimento do turismo, conforme a metodologia do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT. (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2007, p. 120).

A outra fase da organização do turismo em Bonito iniciou-se com a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), por meio da Lei Municipal Nº 695, de 21/06/1995. O COMTUR foi constituído com a participação de representantes de entidades ligadas ao turismo local e tinha a função de definir políticas e normas básicas de funcionamento do setor, além da elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Turismo, que era a terceira fase da implementação do PNMT. (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2007).

Com o crescente número de visitantes e de agências, vários problemas passaram a ocorrer com frequência, como, por exemplo, o excesso de turistas num único atrativo e outros vazios. O que pareceu ser viável na busca de soluções foi a criação de uma forma de

unificação do sistema, pela padronização, para total controle do que estaria ocorrendo com os atrativos do *trade* turístico.

Em decorrência do acima exposto, em 1996 entrou em vigor o *Voucher* Único, que tem sido o principal instrumento para viabilizar o ordenamento da atividade turística no município. Por meio desse instrumento conseguiu-se controlar o encaminhamento dos visitantes, contribuir para uma arrecadação mais justa do ISS dos envolvidos e fornecer uma estatística confiável e mais precisa em relação ao número de visitantes de cada atrativo (FLORES *et al*, 2005, p. 24). O *Voucher* Único foi instituído pelo recém-criado COMTUR, no ano de 1995, por meio da resolução normativa Nº 009.

Salienta-se que a Prefeitura Municipal, a essa época, aplicava uma forma de cobrança baseada em estimativa e não sobre a efetiva movimentação de turistas, o que passou a ocasionar uma desconfiança do *trade* turístico, pois os impostos estavam sendo cobrados em demasia e não sobre o número real de visitantes. (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2007).

Nesse mesmo ano, intensificaram-se as discussões envolvendo a capacidade de carga de todos os atrativos, o que em breve viria a ser reconhecido como um exemplo positivo de busca pela sustentabilidade do turismo de Bonito e até mesmo utilizado como *marketing*. As discussões passaram por momentos críticos, pois tudo era novidade ainda, e os proprietários dos atrativos realizaram altos investimentos em suas propriedades para receber os turistas, motivo pelo qual alguns não aceitaram a limitação no número de visitantes.

Ainda cabe lembrar que, dentro do PNMT, iniciado em 1995, Bonito foi escolhido como um dos municípios relevantes em potencial turístico e a sua experiência de gestão do turismo sempre foi apontada como exitosa, servindo de exemplo para outros municípios. Contudo, somente o curso de formação de guias é que teve relevância dentro do PNMT:

- 1997 – É apresentado pela SEMADES o projeto de implantação do Centro de Capacitação e Planejamento em Ecoturismo em áreas Silvestres no Município de Bonito, cuja meta é a construção de um centro de treinamento, com alojamento, guarita e um posto da Polícia Florestal;
- 1997 – em abril deste tem início uma nova edição do Curso para formação de Guias especializadas com atrativos turísticos, promovido pelo Departamento de Turismo do Município, com apoio do SEBRAE, SENAC e Universidade Católica Dom Bosco. (VARGAS, 1998, p.125).

A década de 1990 foi essencial para a criação do sistema turístico de Bonito, pois foram realizadas muitas das ações responsáveis por tornar Bonito um centro de referência em ecoturismo. Nessa década, também se iniciou a maioria dos atuais atrativos, ou seja, dos atrativos com viabilidade econômica, dentro das normas do COMTUR e da legislação ambiental vigente. Citam-se aqui: Ilha do Padre (1990), Passeio de bote no rio Formoso (1991), Fazenda Segredo (1992), Cachoeira do Mimoso e Lagoa Misteriosa (1994), Aquário Natural Baía Bonita, Cachoeiras do Rio do Peixe, Nascente do Rio Sucuri e Rio da Prata (1995), Cachoeira do Aquidabam (1996), Cachoeiras do Hormino, Gruta do Mimoso e Projeto Vivo (1997), Abismo Anhumas, Buraco das Abelhas e Monte Cristo Parque (1998), Balneário Tarumã e Passeio Hípico, Bonito Aventura, Ceita Core, Serra Aventura, Mergulho na Nascente do rio Formoso e Parque das Cachoeiras (1999). (LUNAS, 2000).

Já os anos 2000, se comparados à década anterior, foram mais tímidos, o que é plenamente explicável, pois foi no ano de 1990 que houve toda a estruturação do sistema turístico e a solução da maioria dos impasses e dos interesses individuais.

Como principais destaques para os anos 2000, citam-se as modificações que ocorreram no sistema de *Voucher Único*, que passou a ser impresso pela Prefeitura Municipal, sendo distribuído e controlado por uma Central do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Central do ISSQN – que também distribui e controla as notas fiscais de empresas do município. (FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON, 2007).

Em 2002, a Prefeitura Municipal aprovou o Plano Diretor, para organizar o uso e a ocupação do solo. A implementação deste ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a supervisão com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), cujo objetivo era preservar o patrimônio natural de Bonito. A maior ligação do Plano Diretor com o turismo era, no entanto, o Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, no qual se firmavam as bases do turismo local.

Um fato negativo para o turismo de Bonito foi a questão das epidemias que ocorreram no Estado de Mato Grosso do Sul. Vários entrevistados mencionam essa questão como sendo uma ameaça grave para o turismo de Bonito.

O representante 5 de associação do *trade* informou que, no ano de 2007, o turismo de Bonito perdeu muito como a epidemia de dengue e com os casos de febre amarela que houve no Estado, especialmente em Campo Grande. Destacou que:

Campo Grande era vista como a Capital Nacional da Dengue e infelizmente era a porta de entrada para o turistas que vinham a Bonito. A imagem de Bonito ficou arranhada em virtude disso. Os turistas tinham medo de passar por Campo Grande e com isso tivemos muitos cancelamentos de reservas de hotéis e pacotes de viagem. (REPRESENTANTE 5 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

O guia de turismo 6 vai além com essa polêmica, culpando as autoridades de Campo Grande por serem deixado chegarem a um ponto trágico os casos de dengue: “Nós perdemos turistas por culpa das autoridades de Campo Grande que ficaram parados para o problema da dengue. Eles não fazem o que é função deles e repercutiu mal no meu bolso”. Afirma que os turistas diziam que, antes de conhecer Bonito, acreditavam que só houvesse mato e bichos.

Outro ponto que influenciou negativamente na demanda turística de Bonito e que foi exposto pelo representante 5 de associação do *trade* (a que ele chama de “problemas extra Bonito”) foi a crise aérea que houve no Brasil nos últimos anos. “Nós perdemos turista de longe com esse caos aéreo”.

Outro problema lembrado foi a valorização da moeda nacional (Real) em relação ao dólar, o que facilitava a saída de brasileiros para o exterior e deixava Bonito e outros destinos nacionais caros para os turistas estrangeiros e para os próprios brasileiros. O início do Plano Real foi dramático com relação à valorização cambial.

Como ponto “positivo” para a demanda turística, o guia de turismo 6 ressaltou as ocorrências climáticas (chuvas, enchentes e desmoronamento) que ocorreram em 2008 no Estado de Santa Catarina, redirecionando muitos turistas para Bonito.

Houve também várias ações de melhoria na infraestrutura da cidade, como a reformulação da Praça Central, a reestruturação da principal via da cidade (Avenida Coronel Pilad Rehue), a melhoria do aeroporto, entre outras.

Recentemente, foi inaugurado um Centro de Convenções, que tem contribuído para trazer divisas para o município. Esse investimento é de capital privado. Eventos que antes não tinham um local apropriado para serem realizados passaram a contar com esse espaço. De forma geral, a hotelaria, os restaurantes e os próprios atrativos ganharam mais um aliado na divulgação do turismo de Bonito.

Outro fato relevante que ocorreu em Bonito na década de 2000 foi a definição de uma padronização na forma de cobrança dos preços dos atrativos e dos meios de hospedagem. No *trade* turístico de Bonito, com exceção dos balneários, os demais atrativos, passeios e meios de hospedagem determinaram, por meio do COMTUR, valores diferenciados para a alta e a

baixa temporada⁸⁷. Serve também como um instrumento para diminuir a sazonalidade e cobrar um preço mais vantajoso em momentos em que o mercado aponta para o aumento da demanda.

O *marketing* e divulgação institucional foram feitos com maior intensidade; investiu-se muito nessa área para ampliar o número de visitantes e tornar Bonito mais conhecida. Várias ações foram feitas para diminuir a sazonalidade do turismo, como, por exemplo, a criação do Festival de Inverno e do Festival da Guavira.

Muitas ações conjuntas ocorreram, como, por exemplo, cursos e consultorias técnicas patrocinados pelo SEBRAE, outros cursos de guias, entre outros.

Enfim, do final da década de 1980 até os dias atuais, Bonito deixou de ser única e exclusivamente uma localidade ancorada na economia bovina para se tornar o principal polo ecoturístico do Brasil.

Nesses anos, ocorreram várias políticas públicas que descentralizaram a tomada de decisão. Bonito soube aproveitar esse momento, e as ações de cunho mais organizacional vieram ao encontro da coletividade, fazendo desse destino turístico um modelo de gestão, com inovações, sob alguns aspectos, em especial unir o turismo à conservação da natureza.

4.6 O turismo de Bonito e os principais atrativos

O turismo de Bonito apresenta uma taxa de crescimento considerável, decorrente das atividades de recreação, associadas, predominantemente, aos recursos hídricos existentes no município. Os estudos que retratam o histórico do turismo local mostram que tudo começou de forma amadora, com poucos atrativos. A tese de doutoramento de Silva (2002) já trazia 29 atrativos. Atualmente esse número é maior e diversificado, conforme ficará exposto na tabela de tarifário no item que trata dos guias de turismo (contido no último capítulo da tese).

⁸⁷ Segundo o COMTUR, o calendário de alta temporada de Bonito para o ano de 2009 é o seguinte: janeiro: de 01 a 31; fevereiro: de 20 a 24; abril: de 18 a 21; julho: de 11 a 26; setembro: de 5 a 7; outubro: de 10 a 17; novembro: 31 de out. a 2 nov.; dezembro: de 19 a 31. Essas datas foram definidas pelo COMTUR e repassadas aos atrativos, passeios e meios de hospedagem. Todos seguem à risca essa nova forma de cobrança diferenciada de preços.

Hoje é tido como um dos principais destinos de ecoturismo do Brasil, tendo seu nome projetado nacional e internacionalmente como um destino voltado para o encontro com a natureza bela.

De acordo com Regiane Salvadori (Diretora de Turismo da Prefeitura Municipal de Bonito)⁸⁸, o município recebeu, no ano de 2008, pela sétima vez consecutiva, o prêmio de “Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil”. O prêmio estava na sua oitava edição e Bonito venceu em sete delas. Foi instituído pela revista *Viagem e Turismo*, da Editora Abril, em 2001. A partir de 2002, Bonito venceu todas as edições.

O desenvolvimento turístico de Bonito conduziu a um processo de reestruturação do espaço, o que transformou a natureza em uma mercadoria, com a necessidade da produção de meios de acesso, formas de estada, alimentação, serviços turísticos, entre outros.

Vislumbrando essa nova oportunidade de negócio, Bonito recebeu investidores de diversos setores que possuíam ligação direta e indireta com a atividade econômica do turismo, o que proporcionou a diversificação de sua economia, garantindo, assim, um *plus* do que a agropecuária proporcionava. Essa notória evolução de investimentos, de crescimento da cidade, de empregos gerados com o turismo, empregos gerados nas atividades ligadas a ele e da aparição na mídia, foram os propulsores dessa diversificação econômica.

Por outro lado, vale reafirmar o que Vargas (1998) deixa claro em seu texto: o turismo de Bonito nasceu interligado com as preocupações ambientalistas, pois as peculiaridades naturais do local não poderiam ser expostas aos turistas sem preocupações com os possíveis impactos.

Quando se faz uma análise da evolução histórica do turismo de Bonito a partir dos atrativos do município, percebe-se que, ao longo dos anos, ocorreu uma grande evolução, tanto no que se refere ao número de atrativos quanto à sua diversidade. Essa evolução acompanhou-se de regras, normas e da própria legislação ambiental e também da consonância entre os atores envolvidos.

De todos os atrativos que existem em Bonito, somente o Balneário Municipal e a Gruta do Lago Azul são de propriedade do setor público; os demais se localizam em áreas privadas, dos quais uma boa parcela são Reservas Particulares de Proteção Natural (RPPNs).

⁸⁸ Entrevista realizada com Regiane Salvadori (Diretora de Turismo da Prefeitura Municipal de Bonito) em 20 de fevereiro de 2009.

Hoje o município possui vários atrativos que também são chamados pelas agências e guias de turismo de “passeios”.

No próximo capítulo, abordaremos mais detalhes do turismo existente no município de Bonito, em especial o turismo e seus encontros e desencontros com a sustentabilidade.

CAPÍTULO 5

OS ENCONTROS E DESENCONTROS DO TURISMO COM A SUSTENTABILIDADE EM BONITO

Depende de nós [...] Que acredita ou tem esperança; Quem faz tudo pra um mundo melhor [...]; Que os ventos cantem nos galhos; Que as folhas bebam orvalhos [...]; Depende de nós; Se este mundo ainda tem jeito; Apesar do que o homem tem feito; Se a vida sobreviverá.

Ivan Lins e Vitor Martins

Incertezas, angústias, medos, esperanças, entre outros sentimentos. Vivemos, nos dias atuais, uma mistura de anseios que rodeiam a humanidade quando o assunto é o meio ambiente. Surgem inúmeros questionamentos que nem sempre pressupõem respostas exatas, que poderiam ser o alívio para todos. A crise ambiental é um assunto polêmico e controverso, que envolve muitos interesses, sejam esses políticos ou econômicos.

Nosso estudo procurou, no entanto, integrar a ideia do “pensar globalmente e agir localmente” no que tange aos encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade. Para isso, o foco dos capítulos anteriores orientou-se para o entendimento da crise ambiental, do desenvolvimento sustentável, da educação ambiental, do fenômeno do turismo e seus impactos e, por fim, para as especificidades do turismo no município de Bonito.

Nessa realidade tão complexa que o mundo vive e que apresenta sucessivas e profundas transformações sociais, econômicas, políticas, territoriais e ambientais, que, nem sempre de caráter positivo, produzem progressos técnico-científicos que, em muitos momentos, acabam ocasionando a degradação da vida humana e dos valores coletivos e individuais. Em Bonito, isso não é diferente. O advento do turismo trouxe grandes transformações e impactos. Diante disso, neste capítulo, estamos com os olhos voltados para a relação da população residente com o turismo e para as iniciativas, ações, práticas e políticas que vêm ocorrendo no município. Tratamos, aqui, de apontar os pontos de encontro e

desencontro do turismo com a sustentabilidade em Bonito, ou seja, estamos saindo do “pensar o global” para entender o “agir local.”

Para o desenvolvimento deste capítulo, utilizamo-nos de pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas com atores envolvidos com o turismo e aplicação de questionário junto à população local.

5.1 A relação do cidadão de Bonito com o turismo local

Para tratarmos os pontos de encontro e desencontro do turismo com a sustentabilidade em Bonito, não poderíamos deixar de analisar a relação entre o cidadão residente em Bonito e o turismo. De forma geral, buscamos respostas para vários questionamentos. Dos pontos investigados, tomamos por base questões como: O cidadão de Bonito foi incorporado nesse novo mercado de trabalho criado a partir do turismo? Quais são as percepções do cidadão de Bonito sobre os impactos que o turismo trouxe? O cidadão de Bonito pratica turismo, conhece e frequenta os atrativos turísticos localizados em Bonito?

Para responder a essas e outras questões, foram realizadas entrevistas, a partir de um roteiro de perguntas abertas, com algumas autoridades do município, representantes das principais associações do *trade*, representantes das ONGs mais atuantes, guias de turismo, conselheiros tutelares, consultores do SEBRAE, empresários pioneiros do turismo, entre outros. Outra fonte de informação que nos auxiliou foram os dados obtidos a partir de questionário aplicado a 200 moradores de Bonito, com perguntas abertas e fechadas. Esse questionário foi aplicado proporcionalmente ao número de moradias por região (são 6 regiões em toda a área urbana), e as moradias foram selecionadas aleatoriamente.

Para se conhecer a dinâmica da inclusão da mão de obra local no mercado de trabalho do turismo de Bonito, as falas dos entrevistados foram decisivas, apresentando pontos de vista e experiências vividas. Iniciamos pela busca do que o turismo significou para a população local no que tange a ser incorporado ou não no mercado de trabalho.

Estreamos pela fala do guia de turismo 9, para que a atividade turística de Bonito tem sérios problemas relacionados à qualificação de mão de obra, especialmente do cidadão que

reside em Bonito há muito tempo: “A maioria das pessoas que moram aqui há mais tempo não se qualificaram como o mercado turístico necessita.” Para ele, esse é o grande abismo que separa a oferta e a demanda de mão de obra em Bonito. Esse é um dos problemas pontuais que merece destaque, pois aparece na fala de vários entrevistados. O guia de turismo 9 aponta como exemplo a carência de guias de turismo, recepcionistas, garçons ou motoristas que saibam ao menos se comunicar em inglês. Complementa que “[...] há muitos moradores de Bonito que não enxergam o turismo como fonte de renda. Ainda estão com os olhos voltados para a pecuária e a lavoura. Trabalho no turismo há, mas tem que ser qualificado.” (GUIA DE TURISMO 9).

O guia de turismo 4 manifesta-se no mesmo sentido, fazendo um diagnóstico da mudança parcial que vem ocorrendo com o fluxo turístico. Atualmente Bonito vem recebendo um fluxo considerável de turistas estrangeiros, mas há dificuldades de comunicação com os trabalhadores do *trade*, inclusive os próprios guias de turismo:

[...] quando vem um grupo de estrangeiros temos que correr atrás de interpretes. Muitas vezes tem que vir de Campo Grande. As pessoas que gostam de morar e trabalhar em Bonito deveriam se qualificar para isso. É mais uma oportunidade que o turismo trouxe para a cidade. Hoje Bonito recebe turistas de várias partes do mundo. Isso vem aumentando ano a ano [...]. (GUIA DE TURISMO 4).

Como já descrito, a pesquisa encontrou outras visões sobre a incorporação do cidadão de Bonito no mercado de trabalho gerado pela atividade do turismo. Uma visão interessante é a da autoridade 2, que se ancora no discurso do setor de turismo como o grande empregador da mão de obra local. O que distingue seu posicionamento é o fato de que, em um primeiro momento, esse turismo promoveu uma exclusão social. Para ele, houve um processo histórico iniciado em 1993 e consolidado em 1996: “Naquela época o turismo trouxe exclusão social em razão do turista que vinha à Bonito ter um alto poder aquisitivo demandando uma mão de obra qualificada. Nisso a população local ainda não estava preparada para atendê-lo.” A solução viável encontrada foi importar mão de obra, excluindo, assim, as pessoas residentes em Bonito, que não atendiam aos requisitos mínimos de que os turistas necessitavam.

Num segundo momento (pós-1996), ocorreu a incorporação dessa mão de obra local nos “negócios do turismo.” Tiveram que ser investidos recursos públicos, em parceria com o SEBRAE e outras entidades, para capacitar a população local:

[...] só com a qualificação poderíamos colher os benefícios diretos da atividade turística, e claro, mudar o panorama local deixando a exclusão e indo para a inclusão. Atualmente a atividade turística gera 4500 empregos formais. É a atividade que mais emprega. Hoje 60% das ocupações formais e informais vem do turismo, mas no processo histórico a população, especialmente de baixa renda era marginalizada. O turismo trouxe uma rede de ocupações indiretas muito grande. Vou citar meu exemplo: eu tenho uma diarista na minha residência, onde a remuneração dela vem da minha renda, que tem ligação com o turismo. Já o marido dela é funcionário de uma pousada, assim o turismo acaba tendo uma série de ramificações. Quando preciso de uma pessoa para carpir o lote da minha casa, parte da renda dele vem do turismo, porque dependo do turismo para ter salário e renda. Por sinal em Bonito muita gente depende do turismo para sobreviver. (AUTORIDADE 2).

Na visão da autoridade 2, atualmente o turismo é o motor da economia de Bonito, gerando empregos diretos e indiretos e trazendo renda para o município. Só a agropecuária não seria capaz de distribuir renda por meio de empregos, como o turismo vem fazendo.

De certa forma, Vargas (1998, p. 117) apontava para esse movimento de exclusão de uma parcela da população a que se refere a autoridade 2:

O processo histórico do ecoturismo em Bonito constitui-se uma organização que ganhou configuração do capital, pois este soube utilizar os meios e as condições existentes e convertê-los, paulatinamente, à valorização. Ora, a reprodução do capital só se dá mediante à subordinação de setores e fatores locais à sua dinâmica. Ou, se dá mediante a exclusão de setores populacionais locais. Portanto, a falta de interação/absorção do cidadão de Bonito, apresenta-se como uma forte contradição, inerente ao fenômeno do ecoturismo em Bonito.

O argumento maior para a exclusão dessa parcela que foi ficando à margem do desenvolvimento turístico de Bonito tem sido, no entanto, a falta de qualificação. Vislumbram-se também falas que remetem à falta de empenho da própria população na busca de um “lugar ao sol.”

A visão de que a qualificação e capacitação da mão de obra local poderia ser um “divisor de águas” para incorporar o cidadão de Bonito no mercado de trabalho do turismo foi comungada pela maioria dos entrevistados, especialmente pelos consultores do SEBRAE, que destacaram a mudança da atividade da agropecuária para a atividade turística, que gerou necessidade de qualificação, já que há uma forte disparidade entre as atividades agropecuárias e o turismo.

Hoje o turismo é tão importante para Bonito que, na opinião da Autoridade 1, Bonito sem o turismo seria mais um pequeno vilarejo do interior do Brasil, sem emprego e renda para a maioria da população local:

Para se ter uma ideia do que é o turismo para Bonito, o orçamento do município é de 31 milhões 592 mil reais por ano. Somente no mês de janeiro de 2009 os turistas deixaram em Bonito 35 milhões de reais. Dinheiro esse altamente socializado, ficando parte dele para o atrativo, para o taxista, para a rede gastronômica, para os guias de turismo, na casa de suco, no posto de gasolina. Na rede do turismo tem muito emprego direto e indireto, gerado para a população de Bonito. Só no Festival de Inverno no mês de julho de 2009 durante 5 dias os turistas deixaram em Bonito de 6 a 7 milhões de reais. Bonito hoje está na contra mão da história. Quando se estava falando em crise nós tivemos um incremento na atividade turística de 60% a 70%. [...] hoje o turismo tem empregado muito mais do que empregava antes. A população local tem sido incorporada no mercado de trabalho. [...] Para se ter uma ideia até a fila na Secretaria Municipal de Assistência Social diminui no período de alta temporada. [...] A população tendo o que fazer, onde tirar sua renda não procura a Assistência Social. Isso ocorre na alta temporada. (AUGUSTO MARIANO)⁸⁹.

Assim, constatou-se quase um consenso entre os entrevistados. O que é amplamente dito é que o turismo local trouxe mais oportunidades de emprego e renda do que a agropecuária. Vale contextualizar que a pecuária praticada em Bonito e na maior parte do território do Estado de Mato Grosso do Sul é a extensiva de corte, que gera poucos postos de trabalho e, em geral, remunera mal os demandantes destes.

A partir de um ponto da fala do empresário pioneiro 3 do setor de turismo, verifica-se que a mão de obra do cidadão de Bonito tem sido incorporada e valorizada dentro do trade turístico. O entrevistado justifica partindo do seu próprio exemplo, uma vez que seu estabelecimento conta com vários funcionários que são residentes em Bonito e até mesmo bonitenses. Para que isso se viabilizasse, qualificou sua mão de obra nas atividades relacionadas ao turismo no dia a dia, mas também encaminhou-os para a participação em cursos. A propósito, acredita que o turismo trouxe para Bonito não somente o aumento no número de vagas de emprego, mas também a elevação da qualidade dos postos de trabalho:

Antes do incremento do turismo a perspectiva de emprego da juventude local era trabalhar em fazendas. Trabalhavam de peão ou de ajudante geral. Esse era o futuro das pessoas de Bonito. Hoje o turismo trouxe outra perspectiva ao mercado de trabalho. Exigiu uma melhor qualificação e os empregou em atividades diferentes. O turismo é mais exigente neste aspecto. (EMPRESÁRIO PIONEIRO 3 DO SETOR DE TURISMO).

De acordo com as falas dos entrevistados, o grande gargalo para a empregabilidade do cidadão residente em Bonito é a falta de qualificação da mão de obra local.

⁸⁹ Entrevista realizada com Augusto Mariano em 05 de outubro de 2009. É formado em Medicina Veterinária, mas atualmente não atua na área. É Secretário Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito. Já proferiu dezenas de palestras apresentando o *case* do turismo de Bonito por todo o Brasil e mesmo no exterior.

Seguindo nessa linha de pensamento, o representante 2 de associação do trade alerta que a mão de obra local é valorizada porque é difícil trazer pessoas de fora, porém não é qualificada, e, para ser aproveitada, tem que aprender funções e tarefas de que o turismo necessita. Fazer cursos é outra necessidade, mas observa que essa questão ainda precisa ser melhorada em Bonito: “Há bonitenses que não tem interesse em fazer cursos, mesmo que for de graça, aliás, não se manifestam nem mesmo para conhecer a gruta ou outro atrativo.” (REPRESENTANTE 2 DE ASSOCIAÇÃO DO TRADE).

O que se nota como pesquisador é que ainda falta um empenho maior da comunidade com relação a uma inclinação coletiva para o turismo. Talvez uma retomada das raízes locais, explorando as competências dos bonitenses, como, por exemplo, tocar berrante, fazer doces caseiros, entre outras atividades, visando ao desenvolvimento de novos produtos e serviços que possam incorporar mais pessoas no turismo.

Em conversas informais com moradores antigos de Bonito, o que prevalece são as reclamações com relação a não se sentirem valorizados dentro do *trade*. Na realidade o turismo paga baixos salários, e em se tratando de Bonito, a maioria dos empreendimentos são familiares.

O guia de turismo 6 comentou que Bonito, como município que busca ser sustentável, deixa muito a desejar, especialmente em razão da miséria e pobreza que existem ali, nas periferias e mesmo em áreas rurais: “O turismo não conseguiu abranger toda a comunidade. Tem muita gente afastada do turismo, vivendo isolada desse mundo de passeios, de turistas, do emprego e da renda que o setor tem proporcionado.” (GUIA DE TURISMO 6).

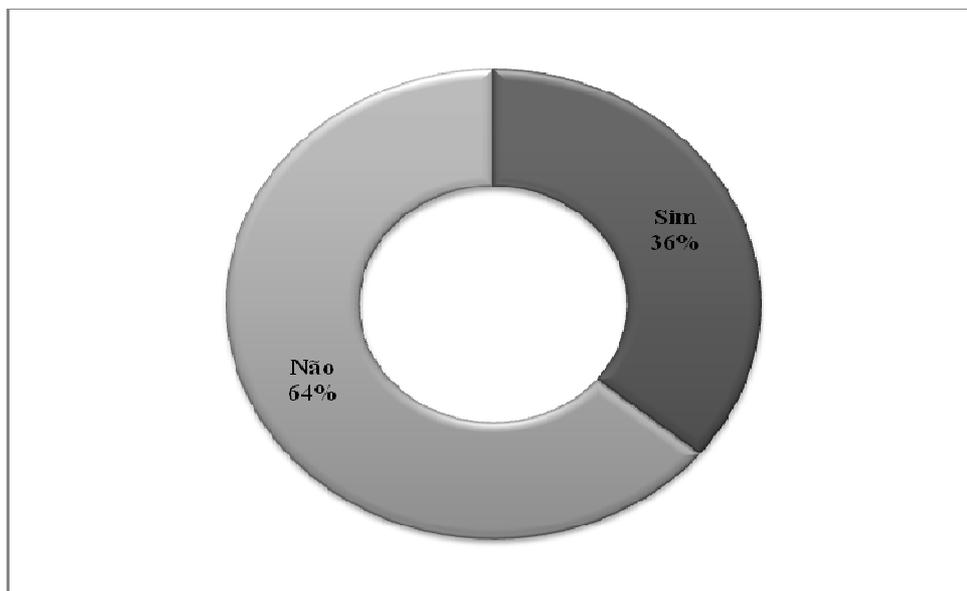
Lembrou o entrevistado que tem muitos amigos que foram estudar fora e voltaram para trabalhar ou abrir um negócio em Bonito, mas sem o turismo isso não seria possível: “Antes Bonito mandava seus jovens embora, hoje recebe gente de Bonito que foi estudar e pessoas de outros locais, graças ao turismo.” (GUIA DE TURISMO 6).

A propósito, contrariando a opinião da maioria absoluta dos entrevistados, o representante 5 das ONGs de Bonito enfatizou que grande parcela dos empreendedores vieram de fora e, quando necessário, trouxeram mão de obra externa. Não se encontravam pessoas qualificadas para o turismo, e parte da comunidade sobrevive graças aos programas assistenciais do Governo Federal. “O turismo não incorporou o desqualificado. Há poucas ocupações que podem empregar quem não tem qualificação. Infelizmente esse é o grande mal do turismo.” (REPRESENTANTE 5 DAS ONGS DE BONITO).

Um aspecto importante a ser lembrado é que os cursos universitários de Turismo em sua maioria sofrem um processo de baixa demanda, e essa queda considerável possivelmente demonstre a realidade da não valorização do profissional turismólogo. No segmento do turismo, há um grande número de profissionais atuando mesmo não sendo turismólogos.

Visando a uma contribuição complementar às falas dos entrevistados, aplicou-se um questionário junto à população local. Uma das questões que se julgou significativa foi: O(a) senhor (a) possui algum familiar trabalhando na área do turismo em Bonito? O gráfico abaixo representa os resultados:

GRÁFICO 5.1 Entrevistados com familiares trabalhando ou não na área do turismo (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

De acordo com os resultados da pesquisa, 36% da amostra possuíam algum dos familiares empregado diretamente na área do turismo e 64%, não.

Pode-se afirmar que o resultado foi significativo, uma vez que 36% é um bom percentual para familiares incorporados diretamente no turismo local. Ressalta-se ainda que o turismo gera muitos postos de trabalho indiretos, como restaurantes, lanchonetes, lojas de *souvenirs*, entre outros.

Além do contexto geral, a pesquisa buscou entender esse dado por região pesquisada. Verificou-se que os percentuais são bastante próximos, não havendo grandes distorções do panorama geral, conforme se visualiza na tabela a seguir:

TABELA 5.1 Familiares trabalhando na área do turismo - Por região de Bonito (Em %)

	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitações	1.190	825	150	771	248	447
% das habit.	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Sim	38%	33%	38%	33%	36%	35%
Não	62%	67%	62%	67%	64%	65%

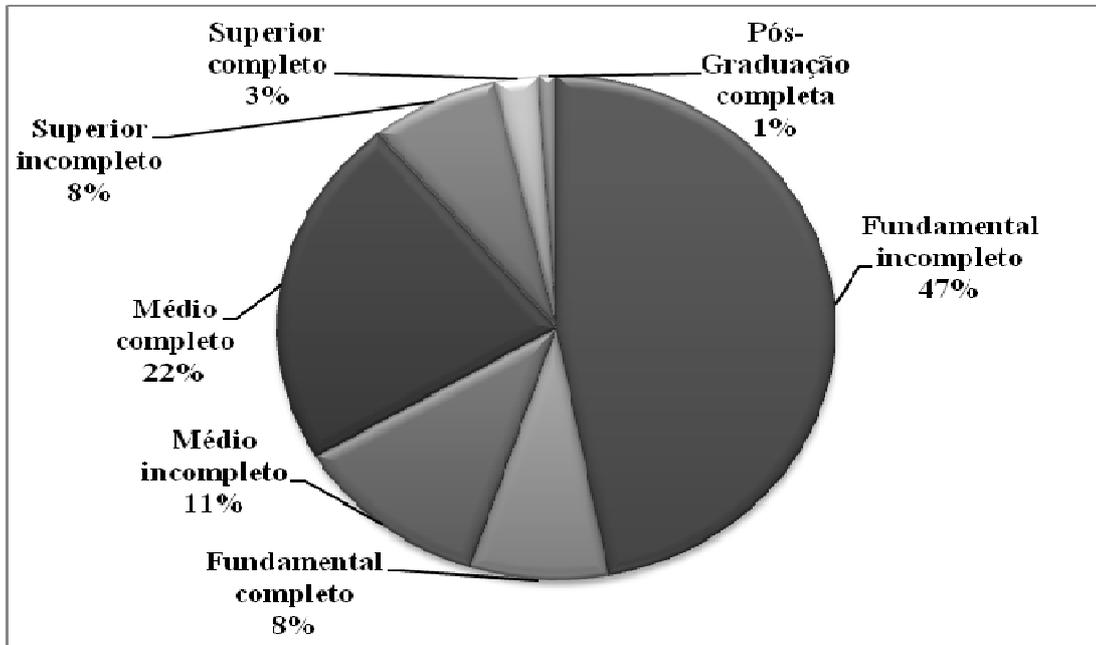
Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Os percentuais identificados nas respostas à questão sobre o nível de escolaridade da população comprovaram o que vários entrevistados afirmaram: há uma grande dificuldade de incluir uma parcela da população local no mercado de trabalho em razão da baixa escolaridade e, conseqüentemente, da baixa qualificação. Comprovou-se que 47% da amostra têm o ensino fundamental incompleto, 8% ensino fundamental completo, 11% ensino médio incompleto, 22% ensino médio completo, 8% estavam cursando a universidade e apenas 3% concluíram o ensino superior. No que concerne à pós-graduação, somente 1% dos entrevistados eram pós-graduados.

Esse alto percentual de pessoas com ensino fundamental incompleto (47%) vem ao encontro do gargalo estrutural da baixa qualificação da mão de obra local: há uma limitação para a inclusão de parte da população no mercado de trabalho que tem ligação com o turismo.

Vale ressaltar que muitos dos pesquisados da amostra eram pessoas que sustentavam suas famílias, mesmo diante da baixa escolaridade e qualificação.

GRÁFICO 5.2 Nível de escolaridade dos pesquisados em Bonito (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Já entre as regiões pesquisadas da cidade, observou-se a existência de uma variação, embora se mantenha a tendência para a maioria dessa amostra pesquisada, enquadrada até o ensino fundamental. Isso é bem visível nas regiões da Vila Donária, Vila Machado e Rincão Bonito, onde o ensino fundamental incompleto superou a metade ou mais do percentual da amostra. Já a área central, a região da Vila América e a região do Recreio apresentaram os melhores resultados da pesquisa, porém ainda sendo considerado o nível de escolaridade, conforme se pode observar, com maiores detalhes, na tabela que segue:

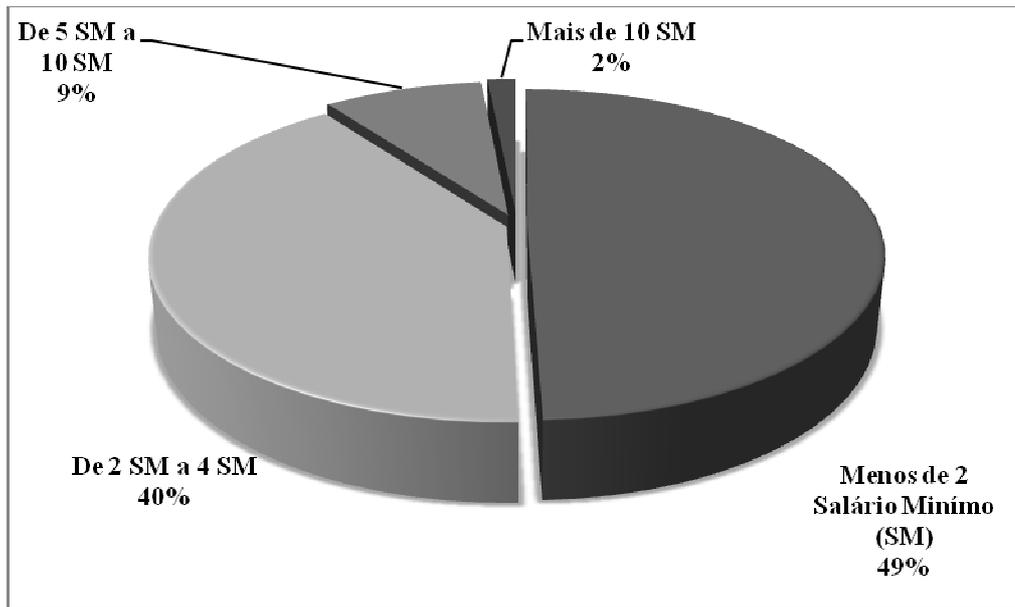
TABELA 5.2 Escolaridade dos entrevistados em Bonito - Por região de Bonito (Em %)

	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitações	1.190	825	150	771	248	447
% das habitações	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Fund. incomp.	32%	50%	87%	79%	14%	33%
Fund. comp.	9%	7%	-	7%	22%	4%
Médio incompleto	9%	17%	-	7%	7%	21%
Médio completo	35%	11%	-	7%	36%	38%
Superior incomp.	8%	13%	-	-	14%	4%
Superior comp.	4%	2%	13%	-	7%	-
Pós-grad. incomp.	-	-	-	-	-	-
Pós-grad. Completa	3%	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Considerando que é necessário aprofundar a análise sobre a incorporação ou não do residente de Bonito no mercado de trabalho, julgamos relevante conhecer o nível de renda familiar. Foi solicitado a cada pessoa consultada que informasse a renda familiar, convertida em salários mínimos (SM). Entre os que responderam, fica constatado que 49% da amostra possuíam uma renda familiar inferior a 2 salários mínimos. Outros 40% eram possuidores de uma renda familiar na faixa de 2 a 4 salários mínimos. Na faixa que vai de 5 a 10 salários mínimos de renda familiar, 9% da amostra pesquisada e, por fim, apenas 2% recebem mais de 10 salários mínimos. Importa destacar que a questão da renda é muito complexa e é causa de problemas para as proporções da população que ganham menos. Em Bonito, 89% da amostra pesquisada possuía uma renda familiar inferior a 4 SM, conforme ilustra o gráfico:

GRÁFICO 5.3 Renda familiar dos residentes em Bonito (Em SM)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Novas visões e opiniões surgem, frutos do trabalho de campo. Vindo ao encontro desses números, houve entrevistados que ressaltaram que o turismo paga salários baixos, entretanto não só em Bonito, mas em grande parte dos destinos. Comparado com outros setores, nota-se que muitos trabalhadores do turismo trabalham todos os dias da semana, especialmente nos períodos de alta temporada, contudo esse debate pode servir de objeto de estudo para futuras teses ou dissertações.

Ainda sobre a temática renda familiar, agora analisada por região, apurou-se que, na área central e na região do Recreio, apresenta-se um quadro melhor. Deve-se considerar, nesse caso, o entrelaçamento entre variáveis pesquisadas, pois há um melhor nível educacional nessas regiões (conforme já apresentado anteriormente) e a área central comporta pessoas com melhor poder aquisitivo. Já nas regiões da Vila Donária, Vila Machado e Rincão Bonito, ao contrário, a maioria da amostra pesquisada apresenta uma renda inferior a 2 salários mínimos, conforme tabela a seguir:

TABELA 5.3 Renda familiar dos entrevistados em Bonito - Por região de Bonito (Em SM)

	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitações	1.190	825	150	771	248	447
% das hab.	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Menos de 2 SM	21%	65%	75%	79%	14%	54%
De 2 a 4 SM	59%	31%	25%	21%	64%	42%
De 5 a 10 SM	18%	4%	-	-	22%	-
Mais de 10 SM	2%	-	-	-	-	4%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Um dos representantes de associação do trade entrevistados afirma, categoricamente, ser impossível pagar bons salários em Bonito, pois a maioria dos estabelecimentos é de economia familiar, e isso não permite que exista um plano de cargo e carreira e aumento de salários. “Se o cidadão de Bonito entrar para trabalhar em uma pousada para ser atendente, dificilmente ele deixará de ser atendente para ser gerente. O gerente normalmente é o dono ou o filho do dono. Aqui a grande maioria dos estabelecimentos é de pequeno porte e familiar.” (REPRESENTANTE 5 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

Já a fala do guia de turismo 10 aponta que um dos problemas maiores com relação à renda de quem trabalha no turismo é a sazonalidade: “Em meses de alta temporada todos ganham bem. Cria-se bastante empregos, mas nos períodos de baixa gasta-se o que se ganhou.” Ressalta que até o comércio local vive muito bem nos períodos de alta temporada: “Aqui percebemos que o comércio tem um movimento muito bom nos meses de alta. Nos meses de baixa só se mantém, tiram as despesas esperando o outro período de alta.” (GUIA DE TURISMO 10).

Com isso, compõe-se um quadro investigativo da ligação da renda do turismo com o movimento do comércio local. A fala do representante 6 da associação do *trade* deixa pistas para entendermos essa questão:

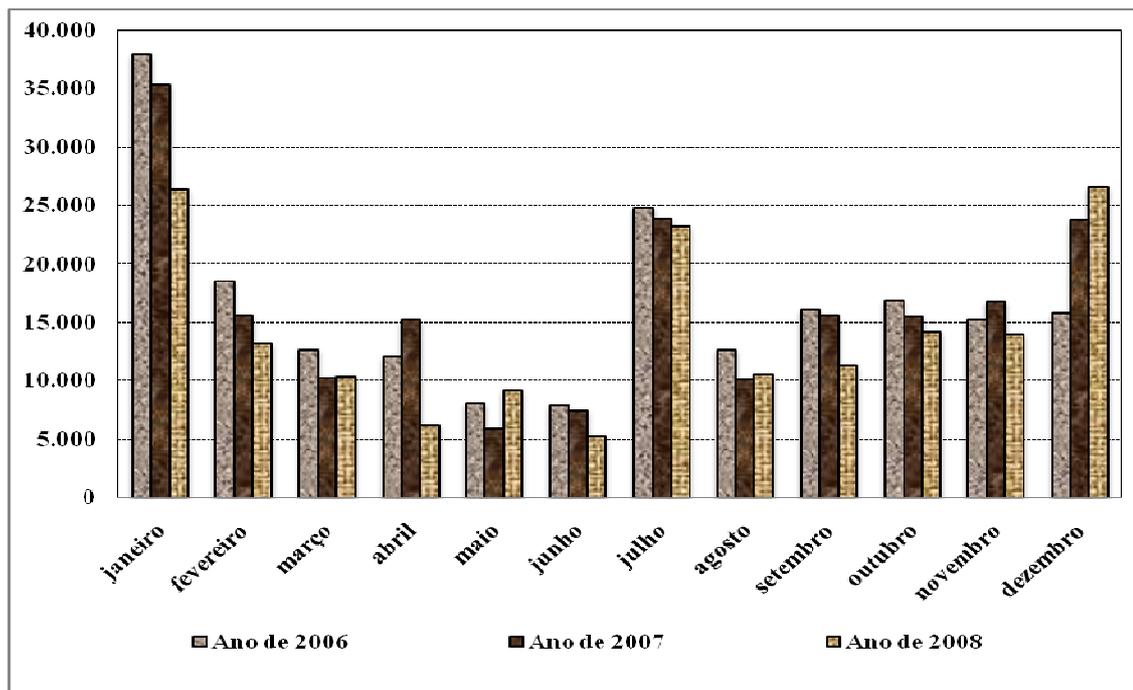
Nos períodos de baixa temporada há um aumento de inadimplência no comércio local, devido a ocorrência de muitos trabalhos temporários que tem na alta temporada. A pessoa vem ao comércio faz as compras com os compromissos mensais, e quando encerra a alta temporada ela perde o serviço. Aqueles compromissos financeiros não podem ser pagos e acaba prorrogando a dívida até chegar a próxima temporada para poder pagar. O comerciante sente a queda do movimento nas lojas. A roda começa a girar mais lentamente. Mesmo aquelas

peças que tem dinheiro ficam com medo de gastar, pois sabem que na baixa temporada não vão ganhar como na alta. (REPRESENTANTE 6 DE ASSOCIAÇÃO DO TRADE).

Convém lembrar que muitos dos entrevistados enfatizaram o problema da sazonalidade. Isso é visto no caso dos guias de turismo que retratam as dificuldades de conviver com as diferenças mensais de renda. Isso será pormenorizado e detalhado no item que trata da obrigatoriedade do acompanhamento dos guias de turismo nos passeios de Bonito.

Procurou-se complementar a investigação com a elaboração de gráficos retratando a demanda mensal de visitantes em Bonito, para os anos de 2006, 2007 e 2008.

GRÁFICO 5.4 Demanda mensal de visitantes em Bonito – De 2006 a 2008



Fonte: Organizado pelo autor a partir dos dados do COMTUR de Bonito.

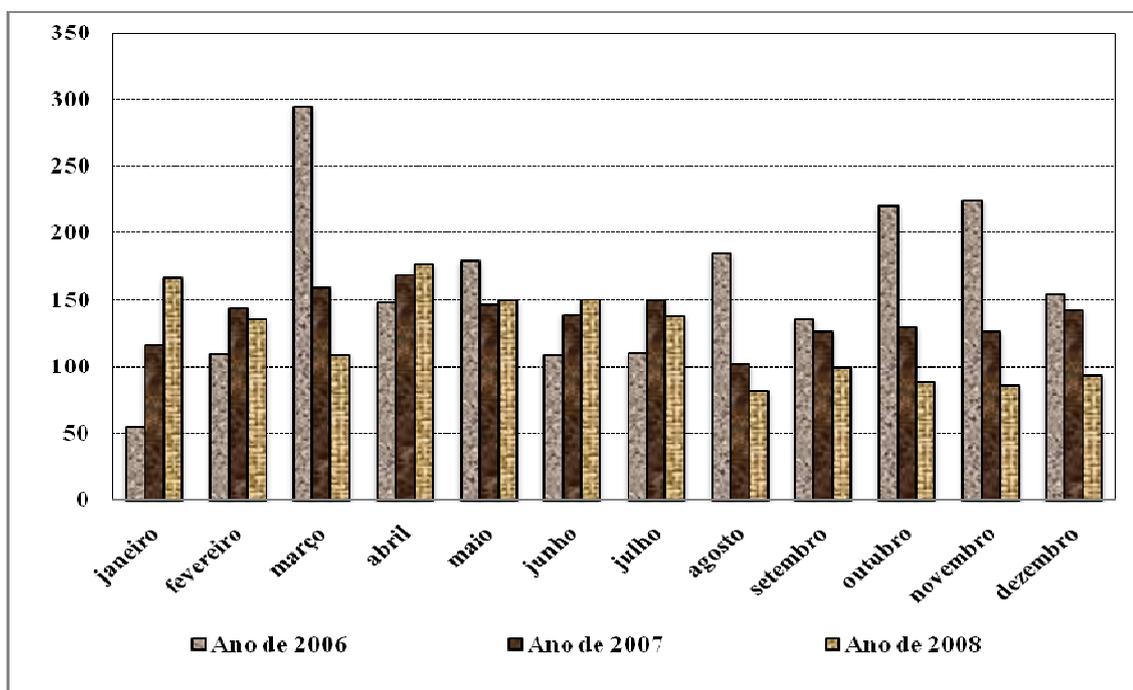
Observa-se que houve um fluxo semelhante ano a ano (mas não idêntico), o que pode ser explicado por problemas externos a Bonito, como, por exemplo, a epidemia por dengue que Campo Grande passou, amedrontando muitos turistas ao destino Bonito (como já descrito no capítulo anterior). Importa, no entanto, atentar para os meses de janeiro, julho e dezembro,

que apresentaram o maior volume de visitantes, sendo considerados como ótimos períodos para empregos e renda.

Outro dado que oferece subsídios para o entendimento da sazonalidade da renda e a ligação com a movimentação do comércio local é o número mensal de inclusões no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), que é realizado na Associação Comercial e Empresarial de Bonito (ACEB). O cadastro forneceu dados que representam o real contexto da importância da renda do turismo para a economia local, já que a inclusão no SPC significa inadimplência, ou seja, incapacidade de pagamento.

Verificou-se que, para os meses de alta temporada, a inclusão nesse cadastro foi baixa, provando que estava havendo uma injeção de recursos financeiros no município, o que propiciou a queda na inadimplência, a elevação dos pagamentos dos compromissos financeiros assumidos e o aumento de compras com pagamento à vista. Observe-se o gráfico a seguir:

GRÁFICO 5.5 Número mensal de inclusões no SPC – De 2006 a 2008

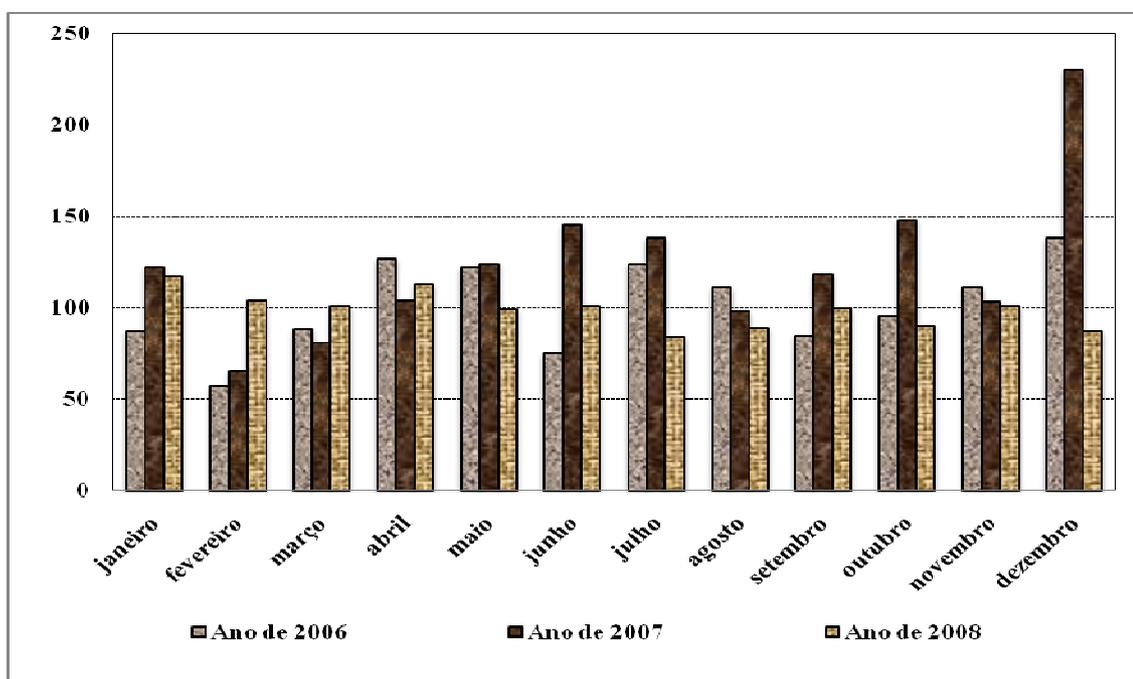


Fonte: Organizado pelo autor a partir dos dados da ACEB.

Nesse cenário que envolve dados do SPC, também se avaliaram os dados referentes às exclusões do SPC, ou seja, número mensal de pessoas que apresentavam algum compromisso

financeiro não cumprido (inadimplentes), tendo seus nomes negativados nesse cadastro do SPC e que, por meio da regularização, mediante a obtenção de renda e pagamento da dívida, tiveram seus nomes retirados do cadastro (entende-se esse processo como “exclusão do SPC”). O que se verificou, após avaliação mensal dos dados, foi a ocorrência de “picos mensais” no número de exclusões no mês de dezembro nos anos de 2006 e 2007. Já no ano de 2008, esse movimento ocorreu no mês de janeiro. Observem-se os registros do gráfico:

GRÁFICO 5.6 Número mensal de exclusões no SPC – De 2006 a 2008



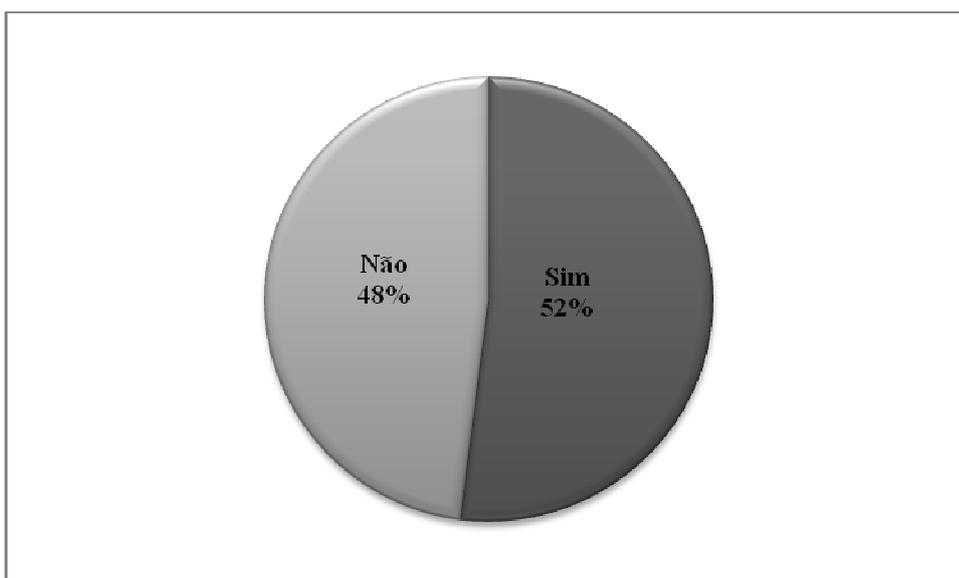
Fonte: Organizado pelo autor a partir dos dados da ACEB.

Trazendo os dados das inclusões e exclusões mensais do SPC para esse debate, nota-se que os meses de “pico” (dezembro e janeiro), juntamente com o mês de julho, são os meses em que Bonito recebeu mais visitantes, ou seja, são períodos de alta temporada. Isso corrobora as falas dos entrevistados que enfatizam a importância da renda do turismo para a economia local. Os dados supracitados comprovam a fala do Secretário Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, Augusto Mariano, que afirma categoricamente que a atividade do turismo gera renda e traz divisas para o município.

Na pesquisa de campo, perguntou-se a cada cidadão consultado qual sua percepção sobre possíveis vantagens ou impactos positivos que o turismo trouxe para si próprio, para sua família ou para o bairro onde reside.

Dos 211 questionários aplicados, o resultado obtido foi: 52% da amostra total responderam que sim, ou seja, o turismo trouxe algum impacto positivo, e 48% responderam que não. Considerado o fato de Bonito ser um dos principais destinos turísticos de Mato Grosso do Sul, esse percentual positivo poderia ter sido melhor. Essa é uma questão que requer posterior averiguação em outros estudos.

GRÁFICO 5.7 Percepção da população sobre impacto positivo do turismo (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Ao compararmos as regiões da cidade, os resultados são mais alarmantes e divergentes do contexto geral. Observe-se a tabela a seguir:

TABELA 5.4 Percepção do impacto positivo do turismo local - Por região de Bonito (Em %)

	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitações	1.190	825	150	771	248	447
% das hab.	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Sim	65%	37%	62%	45%	64%	46%
Não	35%	63%	38%	55%	36%	54%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Averiguou-se que, nas regiões da Vila Donária, Rincão Bonito e Vila América, a população demonstrou uma percepção menos favorável que nas demais regiões quanto ao fato de o turismo trazer vantagens ou impactos positivos. Observou-se que, na Vila Donária, esse percentual negativo é bastante elevado: cerca de 63% da amostra daquela região. De acordo com as respostas, podem-se constatar as seguintes evidências:

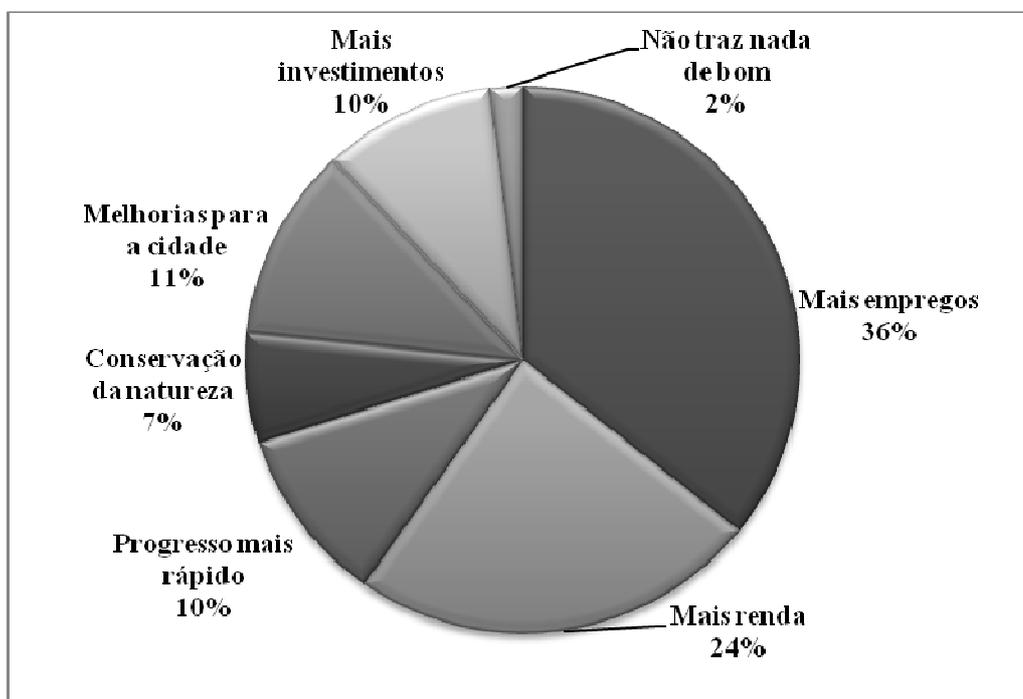
- O fato de essa percepção positiva sobre o turismo ter trazido alguma vantagem ou impacto positivo ser maior na área central da cidade é algo natural, pois é ali que ocorrem as principais melhorias urbanas;
- A área central é favorecida por esse percentual positivo em razão de grande parte do comércio e dos serviços estar localizada nessa área;
- Ainda a área central de Bonito conta com aproximadamente 32% do total das habitações pesquisadas. Esse percentual elevado traz distorções no contexto geral, pois as percepções da população dessa região com relação ao turismo são bem diferentes do restante da cidade;
- As áreas mais distantes do centro sofrem o “abandono” das autoridades, já que boa parte delas não conta com asfalto, guias de sarjeta, galerias de águas fluviais, entre outras obras de infraestrutura. Isso ficou explicitado no item da tese que tratou do nicho urbano. Cabe informar que, durante o período da realização da tese (de 2006 a 2010), ocorreram avanços visíveis no que tange ao aumento de número de ruas asfaltadas, no entanto ainda há muito a ser feito para a melhoria da infraestrutura urbana;
- Parte da população que tem menor renda, baixa escolaridade e menor qualificação está concentrada nas áreas periféricas. Esse é um movimento que ocorre em todos os municípios brasileiros, e Bonito não viria a ser exceção a essa regra de empurrar a população

para as áreas periféricas. Outro movimento que existe é a especulação imobiliária, que torna os imóveis com melhor localização mais valorizados, e muitos moradores antigos acabaram cedendo a essa especulação.

É pertinente destacar que, durante o período de doutoramento (de 2006 a 2010), observaram-se muitas mudanças, especialmente com relação à pavimentação asfáltica.

Já a questão pertinente aos impactos positivos que o turismo trouxe para Bonito, o que mais foi lembrado nos questionários foi o aumento no número de empregos e na renda. Juntos somam 50% das respostas da amostra. Com 11%, apresentam-se as melhorias para a cidade e, empatados com 10%, mais investimentos e progresso mais rápido. A resposta “conservação da natureza” apresentou somente 7%, evidenciando, assim, que os aspectos econômicos e sociais superam os ambientais. Para 2% da amostra, o turismo não traz nada de bom. Observemos o gráfico:

GRÁFICO 5.8 Tipos de impactos positivos que o turismo trouxe para Bonito (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Procurando aprofundar a reflexão sobre o tema e seguindo a mesma sistemática adotada até o momento, a de analisar os resultados da pesquisa nas várias regiões da cidade,

observou-se a grande diferença entre elas. O destaque é para a Vila Machado, que apresentou o melhor percentual da amostragem no que tange aos itens “conservação da natureza”, “melhorias para a cidade” e “o turismo não traz nada de bom.” Dentre todas as regiões, a Rincão Bonito apontou o emprego como o principal impacto positivo do turismo, com o elevado percentual de 49% da amostra. Num prisma comparativo, “mais empregos” e “mais renda” são os principais impactos positivos que a população observa dentro do município. De modo geral, esse dado é relevante, pois, embora parte dessa população não tenha sido incorporada no mercado de trabalho do turismo, percebe que o turismo é um importante gerador de empregos e renda. Isso não ocorreu, no entanto, com relação à conservação ambiental, pouco lembrada no contexto geral e na análise por região, conforme se verifica na tabela que segue:

TABELA 5.5 Tipos de impactos positivos trazidos pelo turismo - Por região de Bonito (Em %)

	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitações	1.190	825	150	771	248	447
% das habitações	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Mais empregos	27%	34%	40%	49%	24%	43%
Mais renda	25%	21%	-	20%	28%	30%
Progresso rápido	11%	10%	-	5%	18%	12%
Conserv. Natureza	10%	6%	20%	2%	3%	-
Melhoria cidade	11%	18%	20%	16%	15%	3%
Mais investimento	15%	6%	10%	6%	12%	-
Não traz nada	1%	4%	10%	2%	-	-

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Para chegar a formas mais precisas sobre o assunto, percorremos as falas dos entrevistados, em que se manifestam as mais variadas visões sobre os impactos positivos que o turismo trouxe para Bonito. Selecionamos, contudo, pontos que merecem ser remetidos ao debate. Visamos não ser repetitivos para não cairmos na retórica vazia que existe em muitos textos que tratam desse tema, razão pela qual descartamos as visões similares.

Nessa perspectiva, a geração de empregos, renda, ou divisas para o município apareceu em todas as falas (sem exceção) como sendo o principal impacto positivo, de modo que os aspectos econômicos e sociais superaram os demais impactos.

O representante 1 das ONGs, por exemplo, afirmou que o turismo criou oportunidades de trabalho e emprego, porém destacou que as mulheres foram as grandes favorecidas. Partindo dessa visão, realmente é positivo, uma vez que a pecuária e a agricultura excluíam a mulher, por se tratar de ocupações que exigem grande esforço físico. Já no turismo há ocupações mais leves, em sua maioria destinadas ao gênero feminino, como, por exemplo, as funções de camareira, recepcionista e cozinheira.

Outro impacto positivo que o turismo trouxe para os moradores de Bonito foi a oportunidade de melhorar a qualificação, uma vez que houve oferta de cursos em várias áreas. O turismo também movimentou os setores do comércio e dos serviços da cidade.

Ainda na visão do representante 1 das ONGs, o impacto positivo incidiu sobre a cidade como um todo: Bonito recebeu recursos que, se não fosse um polo turístico, não receberia, como é o caso dos investimentos realizados na área do saneamento básico. Assim, houve uma valorização do local de residência e uma melhoria na autoestima do morador de Bonito.

De acordo com o representante 6 de associações do *trade*, as mudanças que ocorreram em Bonito foram grandes, e atualmente continuam existindo de forma gradual: “Isso tudo só foi possível porque veio muito recurso para Bonito. A cidade tem melhorado. Veja a praça, a rua principal, a rodoviária [...] só conseguimos isso porque somos um município turístico.” Citou também a pavimentação da rodovia que liga Bonito a Guia Lopes da Laguna e o aeroporto municipal.

Bonito vem sendo reorganizada para ser uma cidade turística, ou seja, para o consumo de bens e serviços que estejam relacionados com a atividade turística.

Na visão do consultor 1 do SEBRAE, o turismo proporcionou uma maior projeção do município. Hoje, Bonito é destaque em todo o Brasil, o que tem facilitado aos gestores públicos a busca de recursos para o município, como foi o caso do saneamento básico. Lembrou que, depois que Bonito foi matéria na Rede Globo de Televisão, ficou conhecido em todo o país. Atualmente, município é convidado para apresentar seu modelo de gestão do turismo em todo o país.

A declaração do representante 6 de associação do *trade* vem complementar a fala do consultor 1 do SEBRAE, para quem a projeção de Bonito, vem favorecendo o município: “O turismo trouxe oportunidades. Proporcionou empregos, recursos e até um campus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que já nasceu com dois cursos.”

Outra opinião que não poderia ficar de fora deste estudo foi a do representante 2 das ONGS, que afirmou que a vinda do turismo para Bonito auxiliou na melhoria das condições para a busca da conservação ambiental, evitando denúncias que poderiam depreciar a imagem de lugar que se pretende em harmonia com o meio ambiente. Defendeu a ideia de que o turismo trouxe para o município pessoas que fiscalizam constantemente se as ações ambientais estão em conformidade com as leis. Citou o exemplo dos guias de turismo, do Promotor Público, das ONGs e do próprio turista, que, vendo algo de errado, podem denunciar de imediato. O turismo chamou a atenção para os possíveis impactos, o que conduziu o MP a atuar mais fortemente. Os TACs ampliaram as áreas de conservação e preservação, especialmente áreas de mata ciliar. Se não houvesse o turismo, estaria tudo mais degradado.

Vários entrevistados que residem em Bonito há muitos anos contaram que, antes de o turismo ser viabilizado, nas décadas de 1970 e 1980, era comum utilizar as águas cristalinas dos rios para a pulverização das lavouras. Houve casos em que os agricultores estacionavam os tratores com os tanques de pulverização às margens dos rios para serem lavados, ocasionando, assim, a mortandade de peixes e a contaminação das águas dos rios.

Além disso, em consonância com o representante 2 das ONGS, o empresário pioneiro 2 do turismo advertiu que antes existia uma agricultura itinerante em Bonito: a maioria dos plantadores de lavouras eram arrendatários de terra e exploravam o solo sem preocupação alguma. A partir do turismo, multiplicaram-se denúncias de problemas ambientais, e, assim, muitas das fazendas foram obrigadas a rever a forma de exploração da terra: “Hoje tem fazenda de turismo, que tem agricultura e pecuária. O turismo está presente e obrigou a agricultura a pecuária e implantarem processos de conservação de solo.” Já com relação ao uso de agrotóxico afirmou que: “[...] muita coisa mudou. Diminuíram o uso e os agrotóxicos. Hoje há maior fiscalização e muitos são biodegradáveis. Há gente saindo da agricultura convencional e partindo para agroecologia.” (EMPRESÁRIO PIONEIRO 2 DO TURISMO).

Segundo o guia de turismo 12, o desenvolvimento turístico trouxe uma grande vantagem: tirar Bonito do isolamento. Apontou que a localização da cidade não é boa, já que

não está próxima de grandes centros. Com o turismo, ocorreram muitas mudanças, como a criação de eventos culturais, como o Festival de Inverno: “Nesse quesito estamos na frente de muitos outros municípios de Mato Grosso do Sul.” Quanto à “fiscalização” dos impactos negativos ao meio ambiente, destacou o entrevistado que:

Antes quando víamos alguma coisa que não estivesse dentro das normalidades, não ligávamos, até achávamos normal. Por exemplo, deixar lixo ou entulhos nas calçadas. Agora tem muita gente de fora, que chegou com o turismo e que tem um nível crítico elevado. Então se alguém estiver fazendo algo errado chama atenção, chama a polícia, denuncia para o promotor ou toma outras medidas que forem necessárias. Nisso o turismo ajudou muito. (GUIA DE TURISMO 12).

Enfatizou também que a forma como o turismo foi organizado fez que todos os atores sociais envolvidos no trade se organizassem em associações e que fossem defender seus direitos e interesses por meio do debate, estimulado pelo COMTUR, pela Câmara Municipal e até pela Prefeitura Municipal: “Sozinho não sou nada. mas, se tiver na associação meu grito é ouvido.” (GUIA DE TURISMO 12).

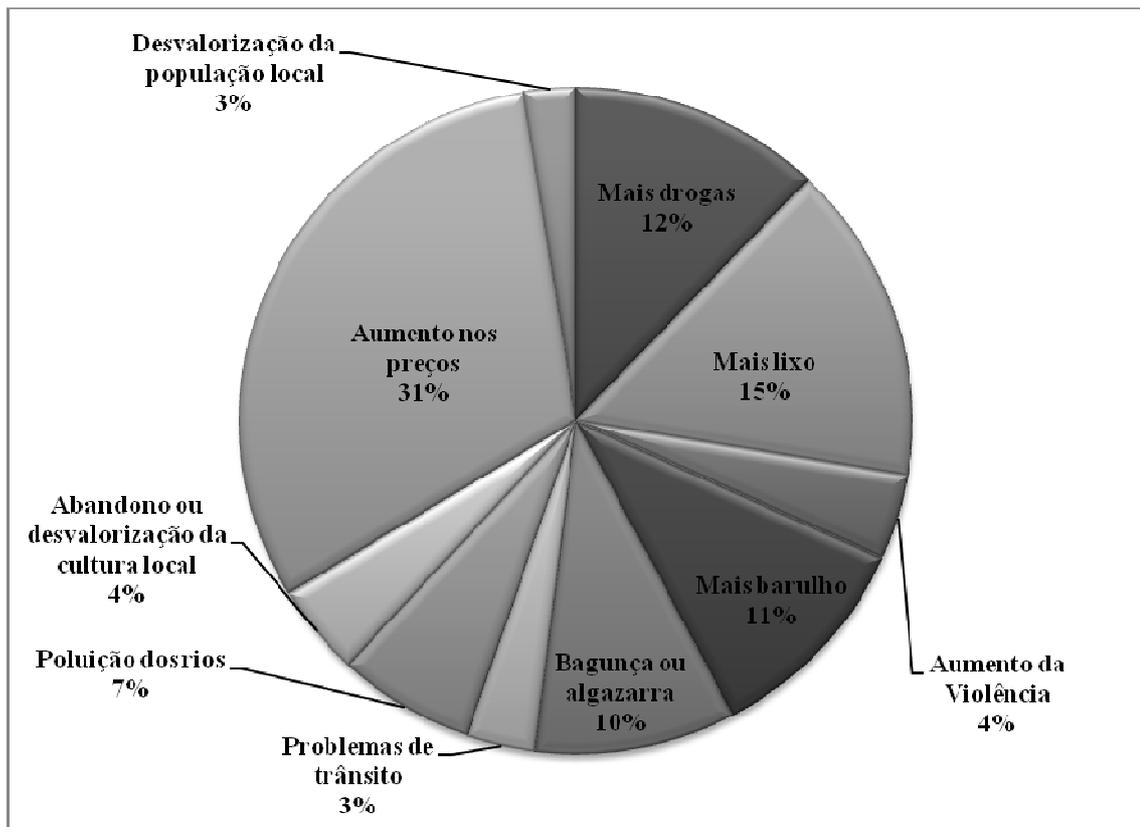
O consultor 2 do SEBRAE informou que a viabilização do turismo propiciou um ambiente favorável para o surgimento de um elevado número de micro e pequenas empresas legalizadas.

Enfim, os dados da pesquisa e as falas dos entrevistados demonstraram que a sociedade bonitense percebeu que o turismo trouxe impactos positivos. O que é preciso deixar claro é que não se trata de um modismo efêmero; um discurso governamental ou político que foi plantado, posto que as visões e percepções da população são bastante distintas daquelas apresentadas pelos atores diretamente inseridos no processo, ou seja, os nossos entrevistados. Explica-se: apesar do reconhecimento, por parte dos dois conjuntos de sujeitos pesquisados, dos impactos positivos do turismo, há, nos discursos, aspectos dissonantes, seja explícita, seja implicitamente.

Tornou-se necessário conhecer o “outro lado da moeda”, ou seja, foi preciso avançar para além dos impactos positivos provocados pelo turismo. Assim, foram ponderados da mesma maneira os impactos negativos, malefícios ou danos que o turismo também veio a causar ao município e a seus moradores. Esses dados contribuem para o entendimento dos desencontros do turismo com a sustentabilidade.

A percepção do residente com relação aos impactos negativos ou malefícios que têm relação direta com o desenvolvimento do turismo foi o outro ponto analisado. Os números demonstram que 31% da amostra pesquisada estão insatisfeitos com a elevação no nível de preços: com o desenvolvimento do turismo, os comerciantes praticaram aumentos nos preços dos produtos e serviços. Já 15% elegeram o aumento no volume de lixo como um dos malefícios do turismo, 12% referiram-se ao aumento das drogas, 11% ao aumento do barulho, ou seja, da poluição sonora, dentro do perímetro urbano, 10% afirmaram que o turismo trouxe mais bagunça e algazarra para a cidade; 7% da amostra escolheram a poluição dos rios; 4%, o aumento da violência; 3%, os problemas relacionados ao trânsito e, por fim, 3%, a desvalorização da população local. Vejamos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 5.9 Tipos de impactos negativos que o turismo trouxe para Bonito (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Por outro lado, na análise por região pesquisada, há casos em que o percentual da amostra está bem superior ao das demais regiões, como, por exemplo, a Vila Machado, com um percentual bem superior para drogas, atingindo 23%. As regiões do Rincão Bonito, Recreio e Vila América detectaram o lixo como um dos maiores malefícios. Mais bagunça e algazarra ficou bem registrada nas áreas da Vila Donária e Vila Machado. A poluição dos rios atingiu um percentual considerável somente na área do Recreio. O motivo dessa variância não foi investigado, merecendo um aprofundamento em outros estudos. Vejamos a tabela que segue:

TABELA 5.6 Tipos de impactos negativos trazidos pelo turismo - Por região de Bonito (Em %)

	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitações	1.190	825	150	771	248	447
% das habitações	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Mais drogas	12%	13%	23%	12%	7%	14%
Mais lixo	13%	11%	8%	22%	21%	24%
Violência	3%	3%	-	6%	3%	10%
Mais barulho	9%	16%	-	8%	7%	10%
Mais bagunça e algazarra	8%	17%	15%	6%	-	7%
Problemas de trânsito	3%	5%	8%	4%	-	-
Poluição dos rios	9%	4%	-	5%	14%	4%
Abandono ou desv. da cultura local	6%	1%	8%	7%	-	-
Elevação preços	34%	26%	38%	30%	41%	31%
Dev. pop. Local	3%	4%	-	-	7%	-

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Voltando para os dados gerais que se referem aos impactos negativos representados no gráfico acima e buscando estabelecer uma relação direta com as falas dos entrevistados, nota-se que há opiniões que devem ser expostas.

A indicação de aumento nos preços também apareceu na fala de alguns dos entrevistados, no entanto vale o registro de que esse impacto negativo é visível ao frequentamos alguns estabelecimentos da cidade. Há produtos, como, por exemplo, os combustíveis, que têm seus preços superiores aos da maioria das demais cidades do estado. Isso se justifica pela “lei da oferta e da demanda”: onde há mais demanda que oferta e não há

concorrência, os preços elevam-se. Com o aumento no número de turistas, que são consumidores, elevou-se o preço dos produtos e serviços.

Outro impacto negativo lembrado foi a especulação imobiliária. O empresário pioneiro 2 do setor de turismo informou que vem acompanhando, há anos, o movimento de aumento dos preços dos terrenos em Bonito. Segundo ele, muitos nativos ou moradores mais antigos que residiam na área onde está localizado o comércio venderam seus imóveis achando que haviam feito ótimos negócios: “Hoje há terrenos na Pilad Rebue que valem 400 mil reais. Os mais antigos já não moram mais nessas áreas nobres. Os investidores chegam com muito dinheiro e compram mesmo esses terrenos [...]” Muitas dessas áreas foram adquiridas por investidores para montarem hotéis, pousadas, restaurantes, lojas e outros estabelecimentos. Esse movimento de valorização e especulação imobiliária é visto em municípios que se tornaram destinos turísticos.

Já o guia de turismo 12 alegou que, além da especulação imobiliária, houve um aumento nos valores dos aluguéis. Por outro lado, há a prevalência de uma renda familiar inferior a 4 SM, como já foi visto. Dessa forma, há um movimento que vem na contramão da renda, ou seja, aumento dos preços dos produtos e serviços e aumento no valor dos aluguéis. Se esse movimento perdurar, quem perderá mais será a população de menor renda, pois esse aumento dos preços e dos aluguéis prejudica em maior proporção as pessoas assalariadas que ganham menos.

Nessa linha de pensamento, o representante 2 de associação do *trade* acredita que o turismo, da forma como foi constituído, inibe outros investimentos em outras áreas, além de que a comunidade ficou “refém” dos empregos que são criados pelo próprio turismo: “Se o cidadão não tem perfil para trabalhar no turismo ele não tem onde trabalhar, a não ser que arrume alguma colocação em fazendas da região.” (REPRESENTANTE 2 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

Outra observação que emergiu nas entrevistas e que pode ser entendida como um impacto é que o grande volume dos recursos que vêm para Bonito tem como destino prioritário obras voltadas para o turismo, como é o caso da revitalização da praça central, revitalização da Pilad Rebue, rodoviária, aeroporto, entre outras. A crítica se dá justamente pelo fato de haver todo um direcionamento para a área do turismo, mas sem a preocupação com a qualidade de vida do cidadão bonitense. Muitos dos entrevistados e a própria população apontaram que faltam investimentos em infraestrutura, saúde, educação, incentivos ao

pequeno produtor rural, locais voltados para esportes e lazer, incentivos à agroindústria, investimentos voltados para a adequação da destinação do lixo, entre outros setores. Quem chega a Bonito presencia uma boa infraestrutura, mas somente na região central. A periferia de Bonito não é combatível com o nome da cidade.

De forma com se configura hoje, Bonito é totalmente dependente do turismo. Caso haja algum problema que possa constituir-se em uma ameaça, como a mudança cambial (valorização ao Real), o município sofrerá sérios danos em sua economia. Assim, o que o representante 2 de associação do *trade* alega faz sentido. Bonito hoje tem sua economia e seus empregos ancorados no turismo. Essa dependência que foi criada pode ser entendida como um impacto negativo, já que causa vinculação obrigatória ao setor.

Com relação ao aumento do barulho (poluição sonora), bagunça e algazarra, que apareceu com porcentagens consideráveis na pesquisa junto à comunidade local, também foi lembrado por alguns entrevistados, que o associaram, sobretudo, períodos específicos, como no carnaval e em alguns feriados. O que tem sido mais comum em Bonito é deparar com carros transitando pelas ruas da cidade com o volume do som elevado.

Outro impacto mencionado nas entrevistas e que diz respeito a esses períodos de elevado fluxo de turistas é a sobrecarga nos balneários. A autoridade 3 destacou que: “Há momentos que o turismo traz excesso de visitantes nos balneários e muita gente, causa muito impacto.” (AUTORIDADE 3).

Pode ocorrer também outro impacto envolvendo o meio ambiente e que tem aderência com a gastronomia. Se houver demanda elevada por carnes exóticas, como é o caso do jacaré e de outros animais, pode iniciar-se um “comércio ilegal” de carnes de caça. A autoridade 3 informou que, nesse ponto, a fiscalização deve estar sempre presente. Vários entrevistados orquestraram o coro dos insatisfeitos com os impactos negativos no âmbito da gastronomia e da cultura local. Mais à frente, abordamos essas questões, entre elas o consumo de carnes exóticas, especialmente de jacaré, eleito como prato típico de Bonito.

Segundo a autoridade 2, um dos maiores impactos que o turismo traz para uma cidade como Bonito é o aumento no volume de lixo, mas isso é contornável. Depende exclusivamente de um conjunto de ações, boa vontade política, investimento e políticas públicas voltadas para a área ambiental.

Vale realçar que os 4% da amostra que elegeram o aumento da violência como um dos malefícios trazidos com o turismo podem ser vistos como um percentual baixo⁹⁰ para o momento que o Brasil e o próprio Estado de Mato Grosso do Sul atravessam na área da segurança pública. Aliás, globalmente a violência urbana vem aumentando. O caso de Bonito é explicado pelas informações divulgadas pela Associação dos Delegados de Polícia de Mato Grosso do Sul (ADEPOL/MS): Bonito tem o menor índice de criminalidade do Estado (conforme apresentado no capítulo anterior).

Por conseguinte, o mesmo não ocorreu com relação ao aumento das drogas, que apresentou um percentual com significância maior, 12% da amostra, o que já coloca Bonito numa posição menos cômoda.

Buscando explorar mais informações sobre os impactos negativos do turismo relacionados a violência e drogas, a autoridade 4 esclareceu que:

O uso de drogas acontece como em todo lugar, a questão da droga é questão que a gente não pode colocar só no turismo ou no turista. Infelizmente é uma questão enraizada na nossa sociedade. [...] já pegamos turista estrangeiro consumindo drogas. São casos isolados [...] eu posso afirmar com 100% de certeza que é o principal fator de crime na nossa cidade é o consumo de bebida alcoólica [...] só do turista, mas, também da população local. Isso se dá principalmente ao fator climático. Bonito é uma cidade que em 10 a 11 meses do ano sendo muito quente. Isso estimula o consumo de bebida. Temos também ocorrências de consumo de bebida alcoólica por menor. Agora estamos conseguindo segurar isso através de uma portaria expedida pelo poder judiciário, na vara da infância e da juventude no sentido de um toque de não recolher, mas no sentido de proteger visando estipular alguns horários e algumas localizações que o menor pode ou não pode ir. Sem sombra de dúvidas que o principal fator de crime em Bonito é em consequência do álcool. [...] Bonito é muito boa de viver, de morar e muito boa de visitar. (AUTORIDADE 4).

A mesma autoridade entende que o turismo contribui com a cidade e seus moradores e não trouxe malefícios como drogas e violência.

⁹⁰ Para efeito de comparação, apresentamos os resultados da pesquisa “Brasil Ponto a Ponto” realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essa pesquisa está inserida na campanha “Brasil Ponto a Ponto”, cujo objetivo é “[...] estimular o debate em todo o país sobre o que precisa ser mudado no Brasil para melhorar a vida das pessoas.” Desse debate, será definido o tema do próximo Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional do PNUD. A campanha “Brasil Ponto a Ponto” esteve aberta para participação da população por meio da *internet* até 15 de abril de 2009. Para o Brasil, o *ranking* das prioridades configurou-se da seguinte forma: educação: 21%; política pública: 14%; violência: 13%; valores: 11%; emprego: 9%; meio ambiente: 6%; corrupção: 6%; saúde: 5%; desigualdade: 4%; Judiciário: 4%; infraestrutura: 2%; impostos: 2%; juventude: 1% e pobreza: 1%. Para o Estado de Mato Grosso do Sul, os resultados foram os seguintes: educação: 19%; política pública: 12,5%; violência: 13%; valores: 6,2%; emprego: 10,8%; meio ambiente: 8,9%; corrupção: 5,5%; saúde: 6,7%; desigualdade: 3,6%; judiciário: 2,9%; infraestrutura: 3,4%; impostos: 2,8%; juventude 1,1% e pobreza 0,6%. (PNUD, 2010). Sítio eletrônico: www.brasilpontoaponto.org.br.

Com relação à violência praticada por “menores”, à pressão das drogas sobre eles e à influência que o turista exerce sobre os jovens, buscamos informações junto ao Conselho Tutelar de Bonito. De acordo com o quadro apresentado pelo conselheiro tutelar 1, o ponto mais crítico é a influência que os turistas exercem sobre a comunidade local, particularmente os mais jovens, que são mais vulneráveis. Observem a fala do conselheiro tutelar 1:

Os jovens de Bonito sofrem muita influencia dos turistas. A família sofre muito com eles, porque eles acham que pra eles não precisam existir limites. Ele mora numa cidade de clima muito quente, onde todos os dias nas calçadas estão passando pessoas diferentes. Eles não ficam em casa. Eles vão pra escola e não querem entrar, ele acha que é melhor ele ficar no barzinho, na praça, curtindo do que ir pra sala de aula. [...] Eles querem curtir. Querem andar na moda [...] Onde tem fluxo de pessoas eles vê coisas diferentes. Os turistas estão curtindo porque estão de férias ou de folga, mas eles não. Querem ser iguais os turistas [...].

O Conselheiro Tutelar 2 complementou:

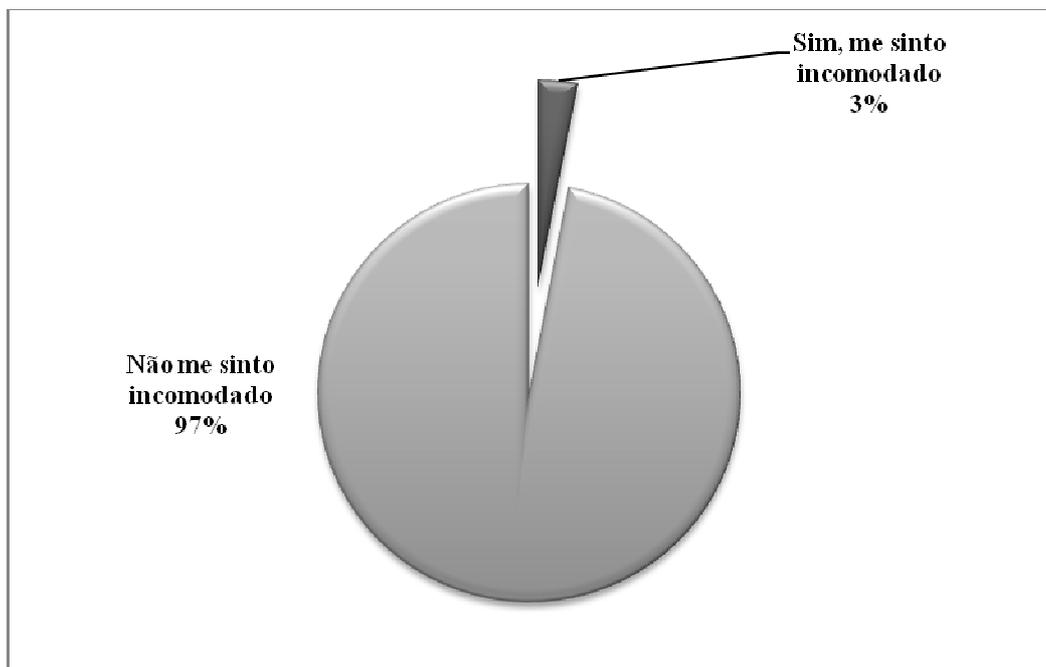
[...] as nossas crianças se sentem no mesmo direito de usar as mesmas roupas, os mesmos costumes dos turistas. Passou a acontecer pequenos furtos como de camisetas, bermudas, filmadoras, celulares, câmeras digitais, binóculos esse tipo de coisa. [...] isso não acontece muito, mas sempre tem alguma ocorrência relacionada a isso. Eles querem ter o que o turista tem.

Com relação às drogas, o conselheiro tutelar 1 confirma a existência de casos relacionados ao uso de crianças e adolescentes. Destacou a impossibilidade de provar que o turismo seja o grande responsável por isso, embora acredite que o turismo facilitou o contato dos moradores de Bonito com as drogas. Ressaltou que “[...] hoje em dia mundialmente falando, em todo lugar que você vai tem drogas e usuários de droga.” (CONSELHEIRO TUTELAR 1).

É impreterível assegurar que há vários impactos negativos do turismo sobre a cultura local de Bonito, mas isso deve ser mais bem detalhado, o que faremos no próximo item.

Outra pergunta feita aos moradores foi a seguinte: O (a) senhor (a) se sente incomodado com a presença dos turistas em Bonito? 97% disseram que não e 3% disseram que sim.

GRÁFICO 5.10 Os turistas incomodam os moradores de Bonito (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

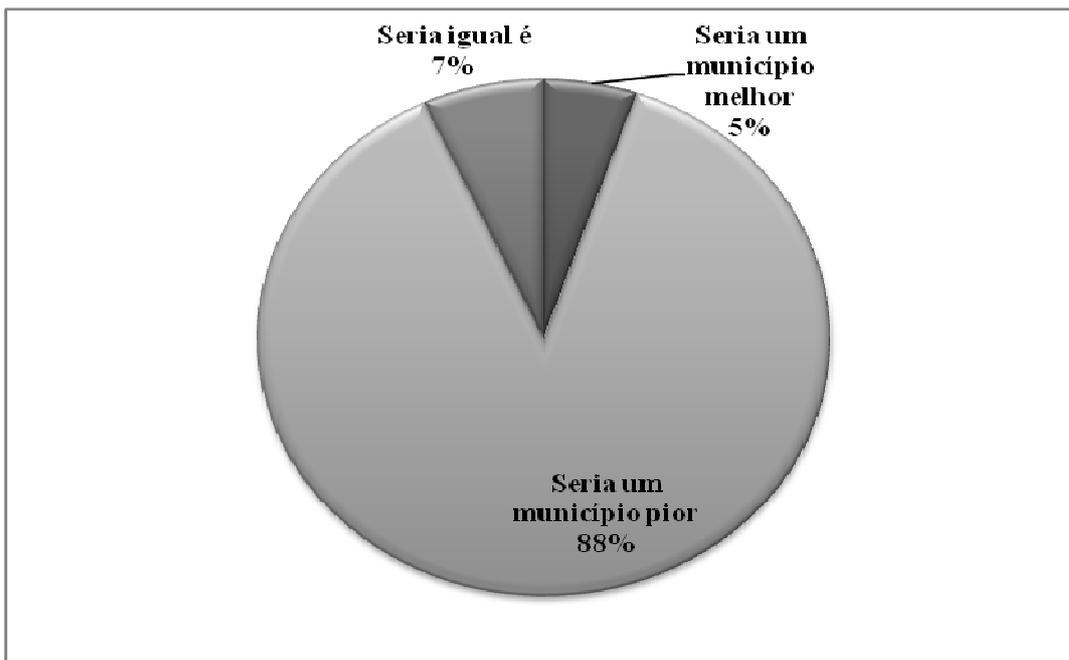
Pode parecer controversa essa resposta, já que a população apontou que o turismo trouxe impactos, como aumento do barulho, bagunça e algazarra, no entanto a questão foi aberta, permitindo a identificação de representações e anseios com relação à presença dos turistas na cidade. Dentre as respostas encontradas, destacam-se: “Eles fazem bem pra cidade, trazem dinheiro.” “A cidade é mais alegre com eles aqui.” “Quanto mais turistas melhor.” “Eles têm que vim pra cá, movimentam a cidade.” “O turista traz cultura nova pro bonitense.” “Com a presença deles aqui, nós temos dinheiro.”

Para se ter ideia, os 3% que se sentem incomodados com os turistas em Bonito alegaram: “Turista da época do carnaval, não queremos. São sem educação.” “Os turistas com pouco poder aquisitivo fazem mais bagunça.” “Tem turista que não respeita o bonitense.” “Turista tira a nossa paz com esse som alto no carro.” A partir da análise do conteúdo das respostas, observa-se, de forma geral, que a questão de trazer renda para a cidade é o que predomina. Fica comprovado que o período em que a população de Bonito se sente mais incomodada é o carnaval, quando há altos índices de consumo de bebidas alcoólicas, carros com som em alto volume e impedindo o tráfego normal ou até mesmo pessoas urinando nas ruas. Isso foi dito até pelos moradores que não se sentem incomodados pelos turistas.

Nessa questão, não há distorções de região para região. As respostas são bem uniformes. Esses 3% da amostra que se dizem incomodados com os turistas apareceram distribuídos nas regiões Central, Vila Donária, Rincão Bonito e Vila América. Nas regiões do Recreio e Vila Machado, não houve nenhum morador que se dissesse incomodado com os turistas.

Como já mencionado, este trabalho teve por proposta analisar a percepção dos moradores e suscitar suas expectativas. Ao serem questionados sobre se não houvesse o turismo local, o município seria pior, melhor ou igual, as respostas foram as seguintes: 88% acham que seria pior, 7% acreditam que seria igual e, na expectativa de 5%, que seria melhor.

GRÁFICO 5.11 Se não tivesse desenvolvido o turismo em Bonito, o município estaria como?



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Essa percepção da população sobre o turismo local vai ao encontro da opinião de Augusto Mariano (Secretário Municipal de Turismo, Indústria e Comércio), que defende a ideia de que Bonito sem o turismo seria mais um pequeno vilarejo do interior do Brasil, sem emprego e renda para a maioria da população local. Constata-se que, mesmo diante das dificuldades de empregabilidade de uma grande parcela da população, na área do turismo

existem os empregos indiretos, sem contar a renda que vem do turismo e fomenta a economia da cidade.

Ao trazermos a análise dos dados por região, os resultados são diferentes do contexto geral. Observemos a tabela a seguir:

TABELA 5.7 Percepção da população com relação ao desenvolvimento do turismo e da cidade – Por região de Bonito (Em %)

	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitacões	1.190	825	150	771	248	447
% das hab.	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Seria melhor	7%	6%	-	3%	-	-
Seria pior	79%	79%	50%	83%	64%	62%
Seria igual	14%	15%	50%	14%	36%	38%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Vários pontos mereceram destaque, mas o principal deles foi a elevada percepção de que Bonito seria exatamente igual (não mudaria nada se não houvesse o desenvolvimento do turismo) para as regiões da Vila Machado, Recreio e Vila América. Isso mostra que o turismo tem impactado de forma diferente as várias regiões da cidade. Esses dados devem representar um alerta para as autoridades locais.

Quanto à existência de outra maneira de se relacionar com o turismo, ou seja, praticando-o, a pesquisa permitiu analisar a relação dos residentes de Bonito com o turismo visto desse prisma.

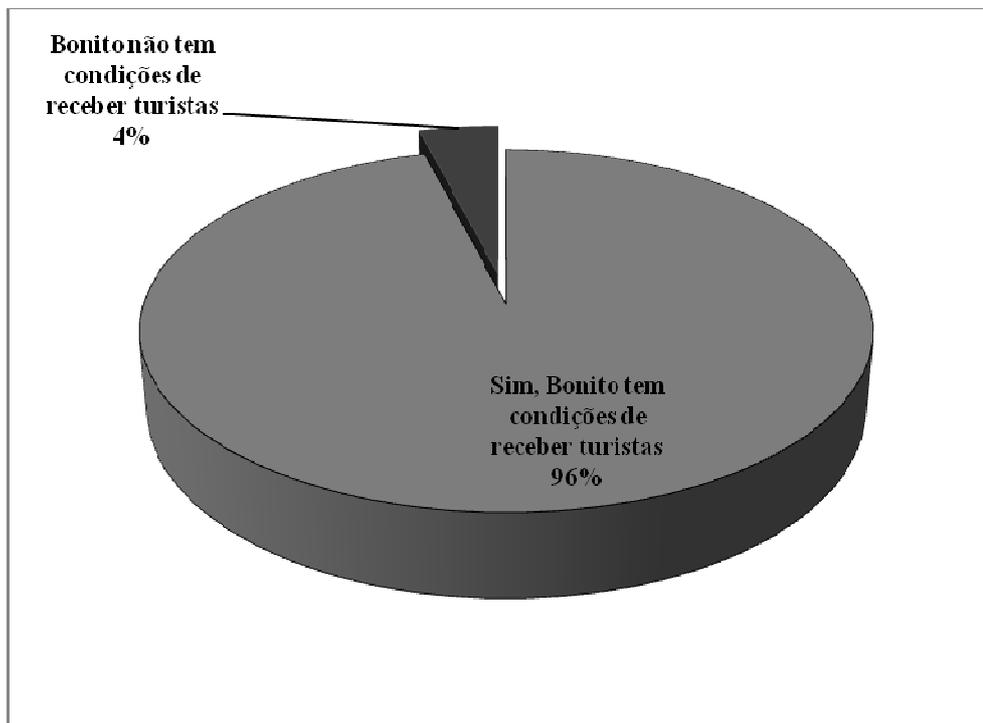
O eixo inicial dessa forma de relação buscou investigar o que a população entendia por turismo. A pergunta foi feita de forma aberta, permitindo, assim, que os moradores respondessem “o que é turismo”, sem estarem sendo influenciados por alguma resposta já pré-elaborada. Num panorama geral, 88% das pessoas responderam que turismo é fonte de renda, de dinheiro, de emprego, ou algo similar. Apresentaram diferentes respostas, mas todas imprimindo um caráter economicista no turismo.

Os demais, em linhas gerais, entendem o turismo como: “Uma forma de descanso.” “Maneira de conhecer coisas diferentes.” “Momento de lazer das pessoas.” “Aprender e conhecer novas culturas.” “Deslocamento de pessoas de outras localidades para conhecer novos lugares.” “Conhecer e buscar novas sensações fora de casa.” “Fazer visitas alegres.” “Maneira de vender as belezas naturais para quem quer desfrutar delas.” “Forma de divulgar o que a nossa cidade tem de melhor.” “Diversão, lazer e entretenimento nos momentos de folga.” A conclusão a que se pode chegar a partir desse questionamento é que, em Bonito, o que prevalece é o caráter economicista. A população demonstrou conceber o fenômeno do turismo como um negócio que gera empregos, renda e divisas para a localidade.

Outra questão apresentada aos moradores de Bonito foi a seguinte: O(a) senhor (a) considera que Bonito tem condições de receber turistas? 96% da amostra responderam que sim e 4% , que não. A questão também foi elaborada de forma aberta e, dentre as respostas negativas, houve críticas à conservação das estradas, à falta de infraestrutura urbana, a deficiências na qualidade do atendimento de hotéis, pousadas, restaurantes, bares e lojas, à carência de pessoas políglotas e até mesmo à falta de apoio do governo estadual ao turismo de Bonito. A alegação de que Bonito não está preparada para receber turistas em razão de não possuir um aeroporto evidencia a falta de informação que alguns moradores apresentam sobre a cidade. No momento da pesquisa, Bonito já possuía um aeroporto com voos regulares duas vezes por semana.

Por outro lado, a maioria das respostas afirmativas (que a cidade está preparada para receber os turistas) citou a rede hoteleira como o principal ponto forte. Também foram mencionados os restaurantes, bares, passeios, rios, a tranquilidade, o sossego, entre outros. Outras respostas que afirmam que Bonito está preparada sugeriram faltar algo, como corpo de bombeiros, asfalto, iluminação pública, calçadas, qualificação da mão de obra, entre outros. Ainda houve respostas dizendo que os preços praticados em Bonito, tanto em hospedagem quanto nos passeios, são muito altos se comparados aos de outros locais do Brasil.

GRÁFICO 5.12 Bonito está preparada para receber o turista? (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Na comparação entre as regiões da cidade, houve resultados interessantes a serem considerados, conforme se pode visualizar na tabela a seguir:

TABELA 5.8 Percepção da população local sobre Bonito estar preparada para receber o turista – Por região de Bonito (Em %)

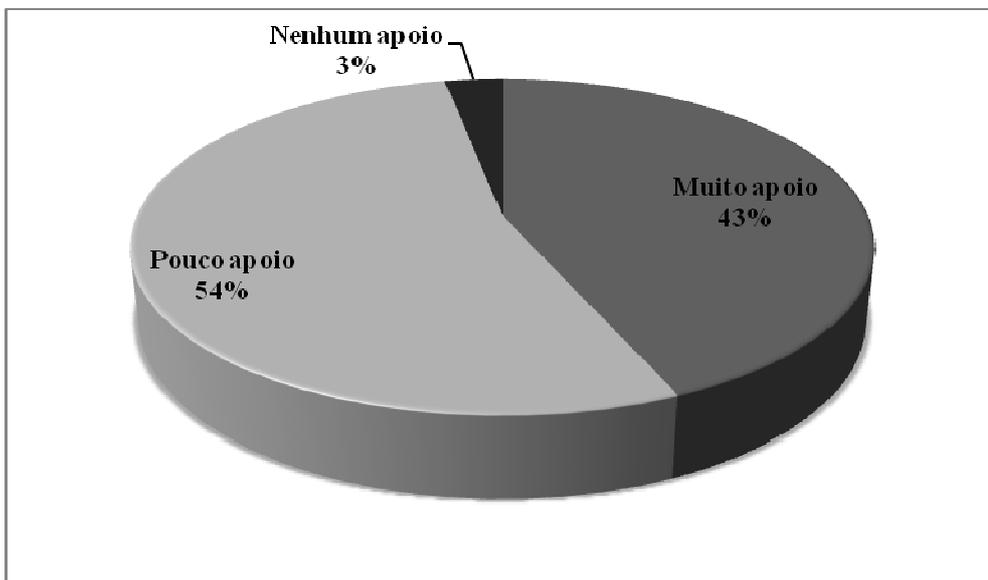
	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitacões	1.190	825	150	771	248	447
% das hab.	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Sim	96%	91%	100%	93%	100%	100%
Não	4%	9%	-	7%	-	-

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

A região da Vila Donária apresentou a maior porcentagem negativa, com 9%, seguida da região do Rincão Bonito, com 7%, e a região central, com 4%. As outras três regiões apresentam 100% de sim: a população acredita que a cidade está preparada para receber os turistas.

O gráfico a seguir indicou a percepção da população local a respeito do apoio ao turismo de Bonito. Foi considerado, para a questão, o conjunto total de possíveis apoios, seja dos governos, seja de instituições, ministérios, secretarias, entre outros. Após a tabulação, constatou-se que 54% da amostra entenderam que o turismo de Bonito contava com pouco apoio, 43% consideraram que houve muito apoio e 3%, nenhum apoio.

GRÁFICO 5.13 O turismo de Bonito tem apoio do poder público?



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Saindo da esfera total da pesquisa e indo para as regiões pesquisadas, os números são discrepantes de região para região. Conferiu-se que, nas regiões da Vila Donária, Vila Machado e Rincão Bonito, houve os melhores percentuais para “muito apoio” ao turismo de Bonito. Esse percentual indicativo de “muito apoio” obteve uma queda considerável nas regiões do Recreio e Vila América, apresentando 36% e 38%, respectivamente. O dado mais surpreendente foi que, justamente na região central, o turismo de Bonito foi considerado com “pouco apoio.” Esse dado causou surpresa por ser na área central que estava ocorrendo um projeto de revitalização urbana, mais precisamente na principal rua da cidade. Essas obras diziam respeito à busca de melhorias para o turismo local, mas, pelos resultados da pesquisa, a população da área central não entendia dessa forma.

Muitas das entrevistas informais realizadas na área central ficaram marcadas por um teor de críticas, por parte dos comerciantes e moradores, a esse projeto de revitalização, pois se diziam prejudicados pelo estreitamento da rua, diminuição no número de vagas para estacionamento e mudança no ajardinamento e arborização. Ainda é bom lembrar que há muitas áreas da cidade que não possuem asfalto, guias de sarjeta e calçadas.

TABELA 5.9 Percepção da população com relação ao desenvolvimento do turismo e da cidade – Por região de Bonito (Em %)

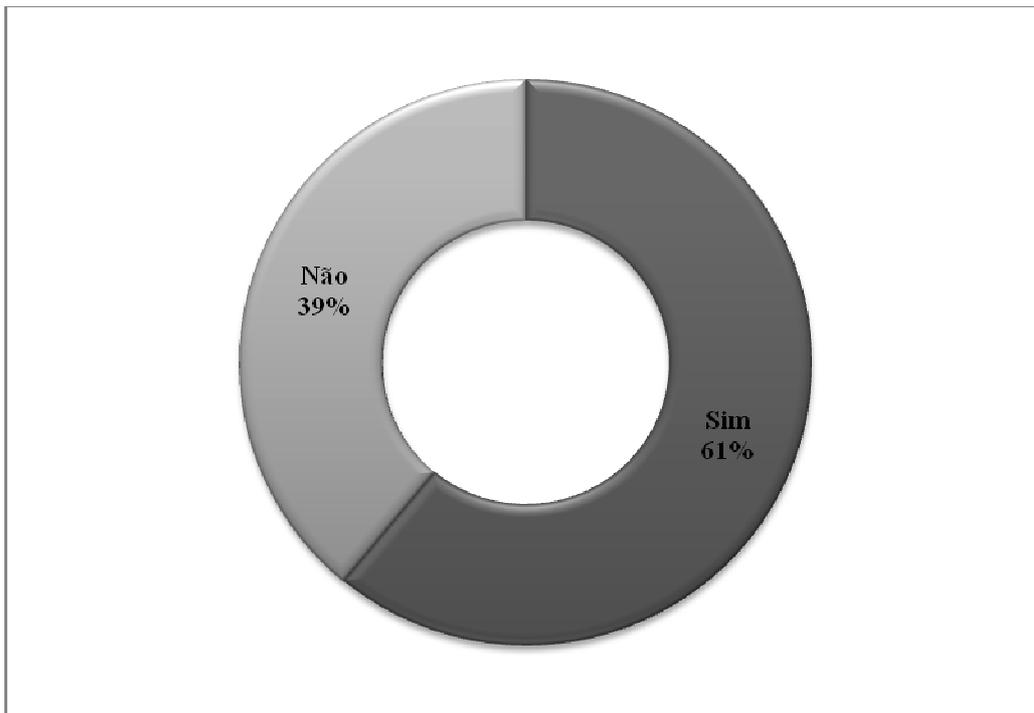
	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitações	1.190	825	150	771	248	447
% das hab.	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Muito apoio	35%	55%	50%	50%	36%	38%
Pouco apoio	65%	41%	37%	48%	64%	54%
Nenhum apoio	-	4%	13%	2%	-	8%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Nessa etapa da pesquisa, investigou-se, ainda, a relação dos moradores de Bonito com o turismo enquanto turistas. Vale relembrar que, até o final da década de 1980 e início dos anos de 1990, os moradores de Bonito praticavam o turismo de forma gratuita. Por laços de parentesco ou amizade, iam até as fazendas, sítios e balneários para desfrutar de momentos de descanso e lazer, no entanto o turismo de Bonito ganhou um novo rumo e iniciou um processo de cobrança de “ingressos” para o desfrute dessas visitas, banhos e contemplações. O que era algo simples, comum e gratuito passou a ter um caráter de negócio, de fonte de renda para os proprietários desses locais.

Diante desse novo contexto, nessa etapa da pesquisa perguntou-se para a população local se era favorável à comercialização dos recursos naturais em Bonito. Os resultados obtidos foram: 61% da amostra eram favoráveis à comercialização desses recursos e 39% contrários.

GRÁFICO 5.14 É favorável a comercialização dos recursos naturais? (Em %)



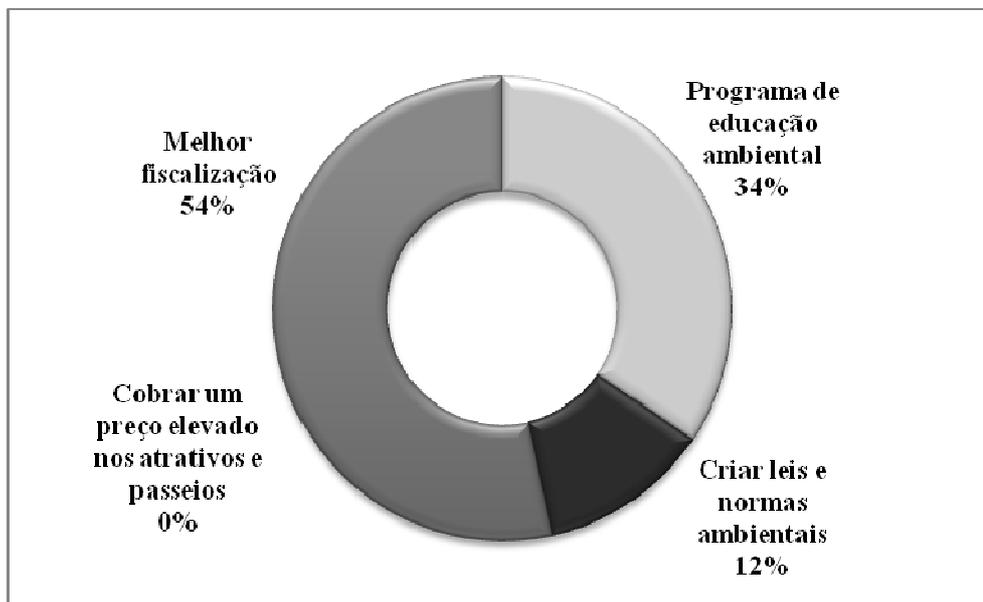
Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

A análise por região demonstra que, com exceção da área central de Bonito, todas as demais foram favoráveis à comercialização dos recursos naturais. Dos moradores residentes na área central, 61% são contrários e 39%, favoráveis, o que os diferenciou do restante da cidade.

Por outro lado, quando instados a responder se era importante a conservação ambiental em Bonito, 100% responderam que sim, indicando que o discurso é diferente da prática. Querem explorar e manter conservado, contudo, dependendo da forma, intensidade e do que será explorado, impossibilita-se qualquer forma de conservação. A implementação de qualquer forma de exploração trará danos ao meio ambiente.

Nessa linha de pensamento, foram questionados sobre qual seria a forma mais adequada de conservar o meio ambiente e 54% recomendaram melhor fiscalização, 34% sugeriram o desenvolvimento de um programa de educação ambiental, 12% apontaram a criação de leis e normas ambientais. A opção “cobrar um preço elevado nos atrativos e passeios” não foi escolhida, mostrando que a visão da população local não traz simetria entre preços elevados e conservação ambiental.

GRÁFICO 5.15 Formas de conservar o meio ambiente em Bonito (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Mesmo sendo um município de pequeno porte, houve questões que apresentaram grandes diferenças nas respostas entre as regiões estudadas, e essa foi mais uma delas. Ficou demonstrado, por meio da tabela a seguir, que a “criação de leis e normas ambientais” foi a resposta que apresentou menor significância entre as regiões, porém demonstrou uma grande variação: de 5 a 24%. O “desenvolvimento de um programa de educação ambiental” foi, na maioria das regiões, o segundo mais escolhido, com exceção das regiões da Vila Donária e Recreio, porém apresentou variâncias significativas: de 25 a 64%. Por fim, a opção “melhor fiscalização” apareceu como a alternativa mais escolhida em 4 das 6 regiões estudadas, mas com grandes variações: de 22 a 67%.

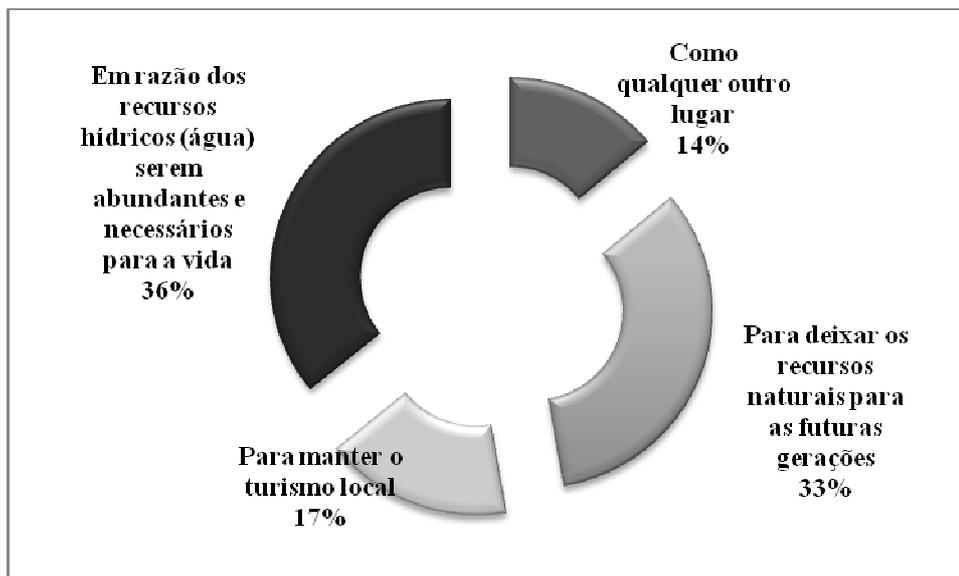
TABELA 5.10 Percepção da população com relação a conservação ambiental – Por região (Em %)

	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitações	1.190	825	150	771	248	447
% das hab.	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Programa EA	39%	28%	37%	28%	64%	25%
Cobrar um preço elevado nos atrat.	-	-	-	-	-	-
Criação de mais leis normas ambientais	5%	13%	13%	24%	14%	8%
Melhor fiscalização	56%	27%	50%	48%	22%	67%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Quando questionados sobre as razões para a conservação ambiental em Bonito, 36% da amostra relacionaram a conservação ambiental aos recursos hídricos, que ali se apresentam em abundância. Tanto é verdade que muitos nomearam Bonito como “paraíso das águas.” Outro aspecto que garantiu esse maior percentual de escolha é que a água é essencial à vida. Já 33% apontaram que a conservação deveria estar voltada para deixar os recursos naturais para as futuras gerações, que, de certa forma, tem aderência com o princípio do desenvolvimento sustentável. Até o artigo 225 da Constituição Federal estipula que o uso ambiental deve ocorrer de maneira ecologicamente equilibrada, visando à sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Do restante, 17% apoiaram sua opinião no pressuposto de que a conservação estaria relacionada com a manutenção do turismo, isto é, apresentaram uma ótica de negócio; por fim, 14% entenderam que Bonito deveria ser conservada como qualquer outro lugar. Em que pese essa resposta, é justamente o “pensar global e agir local.” É a manifestação de uma percepção planetária e coletiva, já que o meio ambiente não é individual. Vejamos a tabela a seguir:

GRÁFICO 5.16 Razões para manter o meio ambiente de Bonito conservado (Em %)

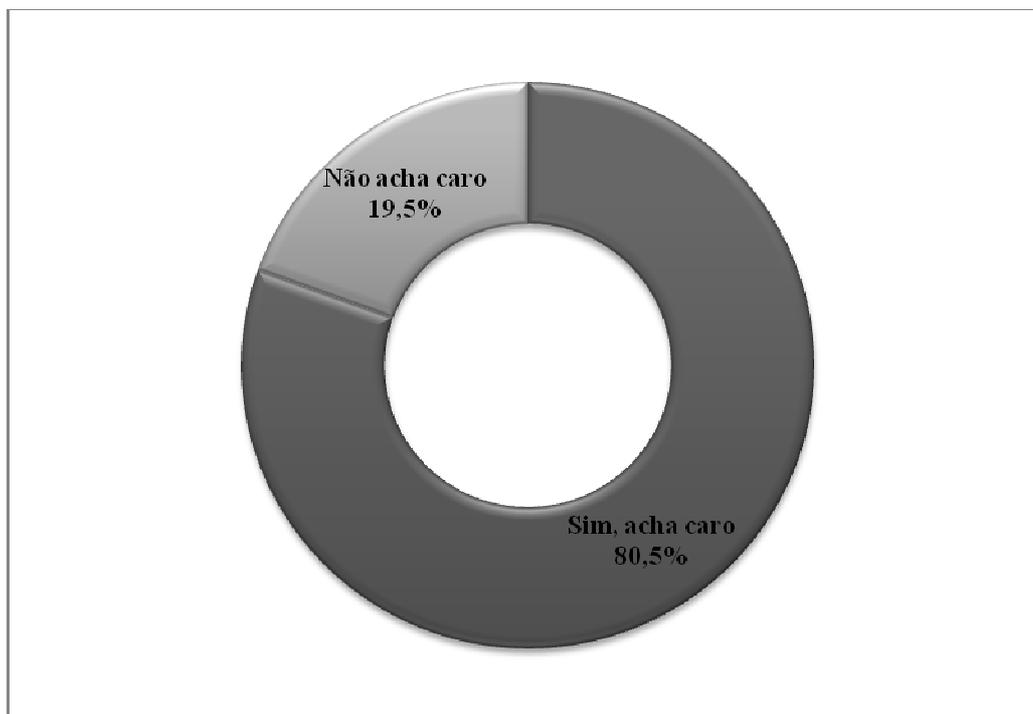


Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Em relação aos preços praticados pelo *trade* (entendem-se preços dos atrativos ou passeios), a maioria da amostra consultada considerou os preços altos (80,5%) e 19,5% consideraram que não o são⁹¹.

⁹¹ No item que trata da obrigatoriedade do acompanhamento dos guias de turismo, há uma tabela que mostra os preços dos atrativos ou passeios de Bonito.

GRÁFICO 5.17 Visão da população residente sobre os preços do turismo em Bonito



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Buscando maior eficácia na pesquisa, observa-se que os resultados, quando analisados por região, mantiveram diferenças consideráveis. A região da Vila Machado foi a menos sensível aos preços praticados em Bonito, pois 62% acham que os preços praticados são altos. Já na região da Vila Donária, 89% da amostra pesquisada compreendem que os preços são altos.

TABELA 5.11 A percepção da população local com relação aos preços do turismo em Bonito – Dados por região (Em %)

	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitacões	1.190	825	150	771	248	447
% das hab.	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Sim	74%	89%	62%	79%	86%	87%
Não	26%	11%	38%	21%	14%	13%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Essa questão de os preços praticados em Bonito serem altos ou não sempre foi bastante polêmica, já aparecendo em outros trabalhos acadêmicos e contribuindo para fortalecer o debate neste estudo.

Durante a realização da pesquisa bibliográfica, verificou-se, em várias matérias de jornais, revistas e mesmo em trechos de teses e dissertações, estudos sobre o fato de ser cara ou não a prática do turismo em Bonito. Existem até comparações de preços com outros destinos turísticos.

O trabalho de mestrado de Vargas, realizado em 1998, apresenta considerações sobre uma matéria da revista *Os Caminhos da Terra*, edição de maio de 1997 (ano 6, edição 61) na seção “Verdes Viagens”:

[...] artigo da revista especializada em roteiros de viagens, mais especificamente, viagens de aventura, que apresenta algumas sugestões nacionais e internacionais. Dos doze roteiros 7 nacionais e 5 internacionais – o custo de um pacote para Bonito constando de passagens aéreas, traslados, hospedagem, guias, passeios e equipamentos, era, em maio/97, R\$ 1.190,00; enquanto que, o roteiro de uma semana em Cuzco, no Peru, incluindo outras cidades de origem Inca, com direito a participar da famosa Festa do Sol, custava, na mesma época, US\$ 1.370,00. O pacote para Bonito é o mais caro entre os nacionais. (VARGAS, 1998, p.108).

A tese de doutoramento de Mariani, realizada no ano de 2000, contém pesquisa utilizando uma amostra de 68 turistas que visitaram Bonito, e um dos pontos investigados foi o preço praticado pelos atrativos turísticos. Mariani (2000, p. 94) aponta que: “[...] já era de se esperar uma quantidade de turistas insatisfeitos, o que se confirmou. Somando as respostas que consideram regular e ruim, chega-se a um total de 72% de insatisfação.”

Em outra parte da mesma tese, o pesquisador justifica, entretanto, o preço dos atrativos:

Os atrativos turísticos são considerados caros, pois os investimentos são altos, principalmente em relação aos equipamentos de flutuação, como as roupas de neoprene, as máscaras, os snorkels e a construção de trilhas. O alto preço se justifica também pela seleção da clientela e pelo Conselho Municipal de Turismo ter congregado todo segmento do turismo do município, optando por preços altos como uma forma de conservação dos recursos naturais. (MARIANI, 2000, p.95).

O pesquisador também apresenta sua opinião sobre os preços dos atrativos:

O turismo no município de Bonito é considerado caro e concordamos que os preços devam ser elevados, pois não se trata de um espaço geográfico onde a atividade turística deva ser otimizada para o turismo social. O sistema turístico funciona da seguinte forma: o dono do atrativo (em geral um fazendeiro ou empresário) organiza e estrutura seu balneário. Isto significa pesados investimentos para construir passarelas de madeiras que evitam danificar a floresta, para limpar poços, para a montagem de infra-estrutura (restaurantes, lanchonetes etc.) e a criação de, pela menos, uma atração espetacular e radical. Calcula-se que o retorno só começa a aparecer em, pelo menos, dez anos. O dono do atrativo fica com 60% a 70% do ingresso de cada visitante. As agências de turismo investem em publicidade e programam as excursões, ficando com 20% dos ingressos. Os guias ficam com 10% e a prefeitura recebe 4,5% em forma de Imposto Sobre Serviço – ISS. (MARIANI, 2000, p. 95).

Sempre se faz necessário buscar respostas para polêmicas que envolvem o tema em estudo, e Mariani, no trecho anterior, em parte justifica o elevado preço da prática do turismo em Bonito: além de ser uma barreira contra a degradação, os investimentos nos atrativos foram altos, porque o atrativo turístico

[...] passa a existir a partir do momento que são fornecidas as condições necessárias para que seja conhecido. Estas condições necessárias podem ser entendidas como acesso, serviços de alojamento, restaurantes, transportes, dentre outros. [...] O atrativo turístico deve ser utilizado de maneira racional e sustentável, as intervenções realizadas devem estar de acordo com a legislação ambiental e cultural vigentes, conciliando os interesses de proprietários, turistas e da comunidade local. (FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON, 2006, p.25).

Seguindo essa corrente de pensamento sobre os preços praticados em Bonito, o consultor 3 do SEBRAE afirma que o preço é um fator limitador no número de visitantes, o que acaba contribuindo para a conservação. Lembrou ainda que, se comparados aos preços internacionais, como, por exemplo, ao turismo da Costa Rica, e convertidos em dólares, são preços justos e compatíveis, entretanto, se comparados à renda do trabalhador brasileiro, acabam não sendo baratos. O entrevistado também salientou que o turismo de Bonito não pode ser comparado ao turismo de massa, aquele do sol e praia: “O próprio ambiente em Bonito não comporta esse tipo de turismo.” Normalmente quem vai até Bonito vai com a família, mais de uma pessoa, e passa a ter gastos com comida, bebida e estadia, encarecendo a ida ao “reino das águas cristalinas.”

A tendência de comparar os preços praticados em Bonito com outros destinos é irreversível; todo turismo o faz. Na opinião do representante 2 de associação do *trade*, esse é o maior erro. Segundo ele, engana-se quem achar que o turismo de Bonito é igual a um turismo de sol e praia. Defendeu a posição de que os preços são justos e argumentou:

O preço aqui é justo [...] o turismo aqui é uma pratica limitada. Além do *voucher* há vários fatores limitantes, como os climáticos que economicamente interferem no desempenho do seu negócio. Temos o fator da sazonalidade. Aqui estamos longe de grandes centros. [...] são diversos fatores que fazem que não se possa ter um preço muito barato. Para ter um atrativo funcionando tem que ter um monitoramento ambiental e de 4 em 4 anos a sua licença vence. Não é barato, tem taxas para se pagar e hoje em dia se você tem uma infraestrutura muito boa, gasta-se com segurança, treinamento. [...] se você sair para outros destinos como o nordeste e aluga um bugue o valor é alto. Se for andar de scuna o passeio é de R\$ 60,00 ou R\$ 70,00. Você vai na praia e não paga nada. Aqui tudo que você vai fazer é pago, mas te oferecem uma estrutura diferenciada. Tem que ser cobrado para manter a qualidade e melhorá-la ainda mais. (REPRESENTANTE 2 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

Percebe-se, nas falas dos entrevistados, uma certa coerência constituída por discursos alicerçados no argumento de que os preços dependem das várias limitações:

Digamos que justo, por ter preços do mais barato para o mais caro. Tem opções. Hoje você tem uma refeição R\$ 10,00 e pratos de R\$ 60,00. Temos pousadas de R\$ 25,00 com café da manha ou um hotel 4 estrelas. Os passeios vão de R\$ 20,00 até R\$ 300,00. Temos tudo para todos os gostos. Manter a estrutura, a sazonalidade e as limitações não é tarefa fácil. Outro ponto que gosto de lembrar quando falam que Bonito é caro é que os valores dos passeios são divididos em quatro partes. Não são iguais mais vai um pouco vai para prefeitura, um pouco para os guias de turismo, um pouco para as agências de turismo e o restante para os donos dos atrativos. Na praia o que é cobrado não é dividido assim. (GUIA DE TURISMO 5).

Assim, buscando seguir uma simetria nas falas, destaca-se o ponto de vista da autoridade 2, que não vê lógica em fazer comparações entre Bonito e destinos de “sol e praia”, já que Bonito apresenta pontos que justificam os preços praticados, porém ele próprio argumenta por meio de comparações. Para ele, os preços praticados nos passeios de Bonito são justos:

Considero os preços dos atrativos justos até mesmo baratos, face a complexidade do cenário. Se formos comparar o nosso turismo que é de natureza onde tem capacidade de carga, monitoramento ambiental, os grupos são pequenos gerando a sensação de exclusividade da visitação, com outros destinos como Bonito, eu diria que Bonito tem seus preços da média para baixo. Agora não dá para ser comparado com

destinos de praia, ai já é turismo de massa, não tem lógica. Seria comparar um Fusca com uma Ferrari, são dois carros totalmente diferentes. Como diz um amigo caro é ir no cinema em Campo Grande. Lá uma pessoa gasta R\$ 30,00 para assistir duas horas de um filme. Vindo à Bonito você paga R\$ 25,00 para ir na Gruta do Lago Azul, ou R\$ 50,00 para fazer o passeio de bote podendo ficar o restante do dia na Ilha do Padre. Veja que caro é o cinema. (AUTORIDADE 2).

De maneira geral, o que foi encontrado nas falas dos entrevistados foi uma defesa argumentativa que tenta mostrar que os preços praticados em Bonito não são caros. Até mesmo os guias de turismo, que disseram que o ponto de que os turistas mais reclamam são justamente os preços, orquestraram o coro dizendo que não são caros e sim justos.

As reclamações sobre os elevados preços não são um fato isolado, conforme aparece na fala do guia de turismo 12:

Os turistas reclamam dos preços. Lá fora somos tachados como um turismo caro, mas hoje temos argumentos para ser referência nesse turismo caro. [...] temos que conservar nossas belezas e os preços e a capacidade de carga ajudam nisso. Ninguém vai abrir um atrativo para fazer caridade. Eles são uma empresa. Tem custos [...]. Tem períodos de baixa que pagam para trabalhar e tem uma legislação para respeitar. Muitos turistas não entendem isso. Quem vem a Bonito tem que entender.

Essa visão não é, todavia, unânime. Três dos guias de turismo entrevistados acreditam que os preços são justos, mas poderiam ser mais baixos, especialmente nos períodos de baixa temporada, para, assim, atraírem mais turistas para Bonito. Essa é uma visão empresarial, pois querem mais turistas para diminuir a sazonalidade e melhorar sua renda.

Além dos preços praticados pelo *trade* de Bonito, há outros pontos que são emblemáticos. Eis uma questão que merece resposta: o cidadão que reside em Bonito tem a oportunidade de visitar os atrativos locais?

A esse respeito, importa mencionar que “foi-se o tempo” em que amigos e parentes permitiam a entrada de seus conhecidos em suas fazendas para aproveitar as belezas locais. Hoje, o tempo é o de um mundo capitalista. Bonito ganhou ares de negócio, entrou para o “mundo *business*.” Esse ponto, embora se configure como um chamativo para um destino como Bonito, produz o grande paradoxo de residir em Bonito e não conhecer as suas belezas, especialmente em razão dos preços, que não são acessíveis para a maioria de sua população. Basta rever as informações contidas neste estudo a respeito da renda do residente.

Para compreender a dimensão dessa questão, faz-se necessário tecer uma análise das falas dos entrevistados, que, por unanimidade, apresentaram uma única resposta, embora expressa de forma diferente. Em suma, o que pôde ser sintetizado foi que, de alguns anos para cá, os proprietários de atrativos turísticos passaram a permitir que os cidadãos de Bonito, nos períodos de baixa temporada, visitassem e usufríssem quaisquer atrativos. Para isso, basta procurar qualquer agência de turismo local que esta providencia a cortesia e o agendamento da visita dentro da capacidade de carga.

Quanto ao Balneário Municipal, desde sua criação em 1998, os moradores de Bonito sempre tiveram o direito de ingressar nesse atrativo gratuitamente. Até o ano de 2001, o reconhecimento do visitante bonitense foi feito visualmente (o recepcionista conhecia os moradores). Esse sistema mostrou-se falho e, entre 2001 e 2005, passou-se a utilizar uma “carteira de isento”, mas muitas pessoas não aderiram à confecção do documento. De 2005 até hoje, tem sido utilizada a carteira de isento (para quem já havia tirado), cidadão bonitense (apresentação do título de eleitor do município), trabalhador de Bonito (apresentação da carteira de trabalho) e o bonitense nato (carteira de identidade).

Já na Gruta do Lago Azul, a cortesia é fornecida pela Secretaria Municipal de Turismo.

Adicionalmente, em alguns casos, o único custo que cidadão de Bonito terá para visitar o atrativo (nas mesmas condições que o turista) será o valor destinado ao pagamento do guia de turismo e do almoço (apenas nos passeios inclui-se refeição). A maioria dos guias de turismo garante, todavia, que não cobra essa taxa quando se trata de pessoas que residem em Bonito.

Partindo dessa premissa, é necessário deixar claro que essa concordância dos proprietários dos atrativos turísticos em permitir que os moradores de Bonito frequentem os atrativos gratuitamente não corresponde a uma política pública voltada para o lazer do cidadão, mas sim a um acordo tácito, que ocorre nos momentos de baixa temporada, ou seja, períodos em que há capacidade de carga ociosa. Já para o público adolescente, o representante 2 de associação do *trade* contou que existe uma disciplina nas escolas, voltada para os alunos do oitavo e nono anos, que trabalha noções de turismo e inclui visitas a atrativos locais.

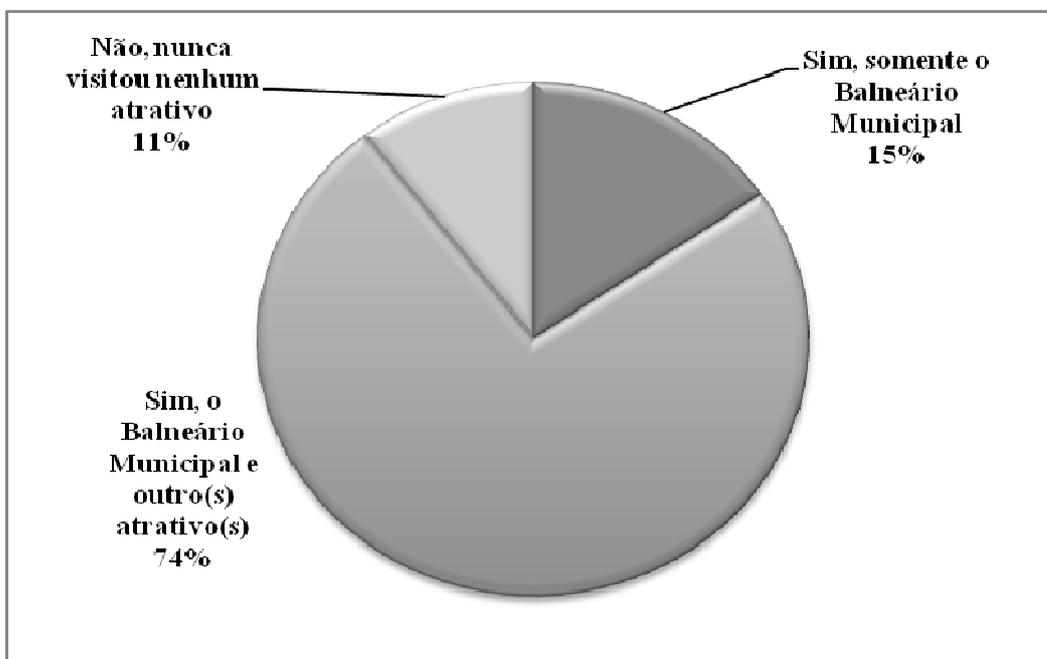
Ao centrar-se na análise dos dados da pesquisa, constata-se que 15% da amostra conhecem somente o Balneário Municipal, 74% conhecem o Balneário Municipal e mais algum atrativo e 11% nunca visitaram nenhum atrativo turístico. A questão permitia a

justificativa da resposta e, entre os que nunca visitaram nenhum atrativo, os motivos alegados eram a falta de interesse, a falta de vontade de sair de casa, o fato de não gostarem desse tipo de passeio e o de não possuírem um transporte próprio para chegar aos atrativos.

Durante a leitura de teses, dissertações e artigos sobre Bonito, encontramos vários autores que apresentavam a informação de que uma boa parcela da população não conhecia os atrativos ali existentes. Dentre eles, Icléia Vargas contribui nesse sentido declarando que a população local não conhecia as belezas naturais de Bonito. Por sua vez, Luciana Ferreira da Silva (2001), em sua pesquisa de mestrado, detalhava que 33,9% dos residentes em Bonito e visitantes do Balneário Municipal frequentavam somente o próprio Balneário, ou seja, nenhum outro atrativo.

Nosso levantamento junto à comunidade local refletiu um avanço, evidenciando que a maioria da amostra visitou o Balneário Municipal e outro atrativo. Vejamos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 5.18 Visitação a população local nos atrativos turísticos de Bonito (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Na análise por região, os resultados foram os seguintes: nas regiões da Vila Donária, Vila Machado e Rincão Bonito, os percentuais de pessoas que não visitaram nenhum atrativo estão acima do percentual geral, que foi de 11%, conforme contido no gráfico. Essas regiões

apresentaram 13% e 14% de pessoas que alegaram não conhecer nenhum atrativo turístico, nem mesmo o Balneário Municipal. Já nas demais regiões, esses percentuais são menores, conforme mostra a tabela que segue.

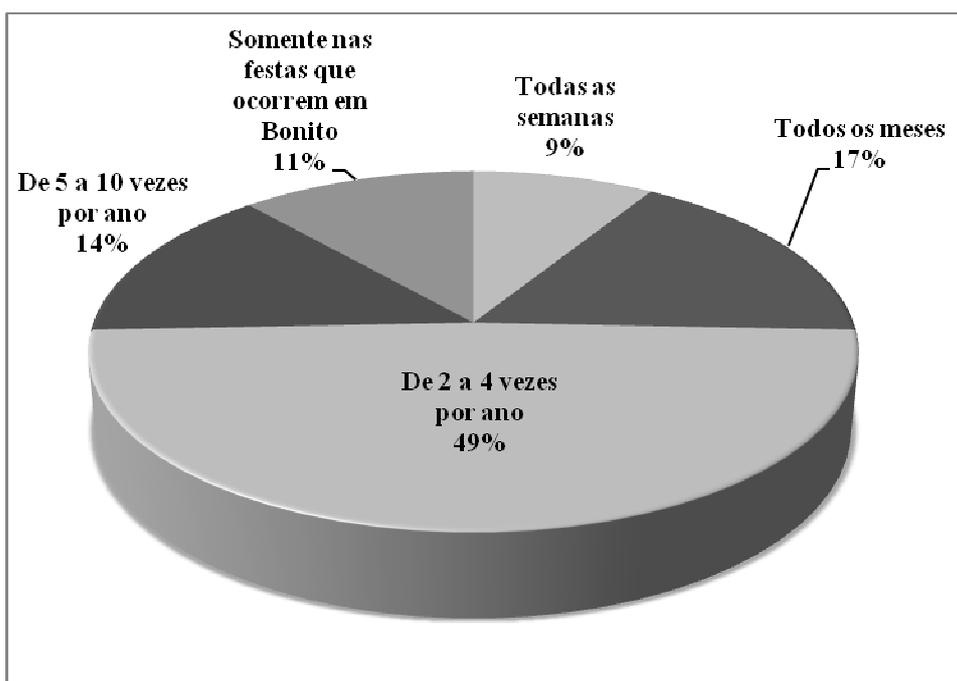
TABELA 5.12 Visitação da população local nos atrativos turísticos de Bonito – Por região (Em %)

	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitações	1.190	825	150	771	248	447
% das hab.	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Sim, somente o Balneário Municip.	5%	15%	37%	22%	21%	29%
Sim, Balneário Mun e mais atrativos	86%	72%	50%	64%	79%	67%
Não, nenhum atrativo	9%	13%	13%	14%	-	4%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Por fim, visando, ainda, complementar esta investigação, buscou-se conhecer a frequência com que o residente do Bonito visita os atrativos turísticos locais.

GRÁFICO 5.19 Frequência da visitação nos atrativos turísticos de Bonito (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Apesar de seu potencial turístico, com muitos atrativos e passeios, e da gratuidade para os moradores de Bonito, 49% vão visitar os atrativos de 2 a 4 vezes por ano. Já 17% da amostra afirmaram que frequentam algum dos atrativos todos os meses. Uma parcela de 11% assegurou que só frequenta os atrativos nas festas que ocorrem em Bonito e apenas 9% o fazem todas as semanas.

TABELA 5.13 Frequência na visitação da população local nos atrativos turísticos de Bonito – Por região (Em %)

	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitações	1.190	825	150	771	248	447
% das hab.	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Todas as semanas	13%	-	-	5%	7%	10%
Todos os meses	11%	18%	25%	13%	29%	20%
De 2 a 4 vezes/ano	55%	46%	50%	49%	36%	50%
De 5 a 10 vezes/ano	19%	18%	12%	10%	21%	5%
Somente nas festas	2%	18%	13%	23%	7%	15%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Com base na tabela, nota-se que o maior percentual da amostra para todas as regiões se dá na frequência de 2 a 4 vezes por ano. A opção “todas as semanas” foi baixa para todas as regiões. Já a opção “todos os meses” apresentou um percentual melhor para as regiões da Vila Machado e do Recreio. De forma geral, a população que reside na área central foi a que apresentou maior frequência aos atrativos de Bonito, com 13% da amostra frequentando os atrativos todas as semanas.

5.2 Os (des)encontros com a cultura, o artesanato, a gastronomia e as festividades locais

O turismo traz consigo a instalação de hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes, bares, agências de turismo, lojas de *souvenirs*, entre outros estabelecimentos de comércio e serviços que tenham correlação com a atividade turística.

Nunca é demais ressaltar que essa ramificação de negócios é algo reluzente, já que gera impactos positivos para a comunidade local. Por meio desses vários negócios é que se criam muitos postos de trabalho e formas de geração de renda.

Em Bonito isso não é diferente. A partir do momento em que ocorreu o “descobrimento” das potencialidades do turismo, houve um processo contínuo de instalação e implantação de negócios para atender ao turista, entretanto controvérsias existem, pois também podem causar problemas, ou seja, o turismo pode impactar negativamente sobre a comunidade local. Vários pesquisadores que tiveram o turismo de Bonito como objeto de seus estudos apontaram problemas, como deficiências com relação ao artesanato local. Particularmente, chamaríamos isso de lacunas. Dizemos “lacuna” em razão de acreditarmos que possa ser preenchida de maneira correta e ampliar, assim, a geração de empregos e renda no município.

Vargas realizou um estudo em 1998 e trouxe à tona várias deficiências identificadas à época. Para a pesquisadora, “[...] o artesanato que vem proliferando nas lojas de Bonito tem muita semelhança com o artesanato que se adquire em Porto Seguro, ou em Camboriú-SC, ou em São Tomé da Letras-MG, ou em qualquer lugar turístico.” (VARGAS, 1998, p.119).

Comenta também que não havia nenhuma preocupação com o desenvolvimento de um artesanato que divulgasse a região, que apresentasse características da cultura local e regional, mas apenas a revenda de peças de artesanato vindas de muitos lugares do Brasil.

Acrescenta que a cultura local perdia sua singularidade, não havendo benefícios para as comunidades locais, pois nada era produzido ali; servia apenas de revenda. Quem ganhava com isso eram os “estranhos”, que chegaram depois e trouxeram novos conhecimentos; nesse caso, o de comprar peças de artesanato e revendê-las. Destacou também que: “Em contraponto à riqueza da cultura local de Bonito, com exceção da cerâmica dos índios Kadiwéu, muito pouco é explorado pelo comércio turístico.” (VARGAS, 1998, p.116).

Complementa, ainda, que, em Bonito, já estava presente o “[...] fenômeno da globalização massificando tudo, pois tudo transforma-se em mercadoria.” (VARGAS, 1998, p.119).

A tese de doutoramento de Magdalena Fernandes da Silva, defendida em 2002, traz algumas observações úteis para o momento, pois já apontava uma padronização das mercadorias existentes nas lojas de artesanato e *souvenirs* de Bonito, apesar de serem de origem local. Destaca a autora que, na região (município de Porto Murtinho), existe a tribo indígena Kadiwéu, que produz uma cerâmica colorida, de boa qualidade e bem vendida nas lojas, constituindo-se em exceção entre as tantas peças que estavam à venda:

Exceção é a cerâmica indígena, em especial a kadiwéu [...], que atrai a atenção por seu colorido e qualidade, e cujas peças são comercializadas em grande número. Entretanto, é importante destacar a diferença de preço entre o que é recebido pelos indígenas, e o preço cobrado pelas lojas, que chega a ser superior em até dez vezes. De maneira geral, nenhuma informação é dada ao cobrador sobre a cultura indígena. (SILVA, 2002, p.150).

Fundamentalmente, o que foi descrito por Vargas e por Silva, no final da década de 1990 e início dos anos de 2000, respectivamente, também ocorre nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 – anos para os quais voltamos nossas atenções, no que tange às lojas de artesanato de Bonito, para a realização deste estudo, embora em proporções diferentes.

Constatamos que ainda há grande enfoque na venda de peças de artesanato que vêm de fora. Isso pode ser entendido como a continuidade do processo da massificação, da padronização que vem sendo imposta pelo consumo globalizado, já levantado por Vargas e Silva. As características e especificidades locais vão se perdendo no tempo, sendo tragadas pelo modismo, pelo *marketing* e pela propaganda. A preocupação em divulgar a cultura local por meio do artesanato não existe. As prioridades são a revenda e o lucro rápido.

A convergência com o modismo é tamanha que houve momentos em que se encontravam, nas lojas de Bonito, muitas peças de artesanato com características indianas. Isso foi fruto da exibição de uma novela da Rede Globo de Televisão, que retratava a cultura indiana e implantava uma “ditadura” dessa cultura. Havia roupas, artesanato e outros produtos com características indianas. No momento final da pesquisa de campo (final do ano de 2009), notava-se ainda, uma predominância do artesanato vindo de várias partes do mundo, desde Bali, e até pedrarias de Minas Gerais.

Por outro lado, as peças que são produzidas em Bonito – por artesãos locais – ainda são poucas, contudo, do período investigado por Vargas (1998) e Silva (2002) e da gênese da comercialização de artesanato, houve uma evolução, mesmo que pequena. Ainda não causa o envolvimento dos cidadãos, mas, se comparada com o início, há um progresso.

Observemos a fala do proprietário da primeira loja de artesanato de Bonito:

Eu abri a primeira loja de artesanato em Bonito, isso em 1986. Ainda não tinha turismo em Bonito. [...] Na época tinha só tinha a Ilha do Padre e a Gruta. [...] Abri e chamei todo mundo que sabia pintar, entalhar, fazer qualquer coisa de artesanato. A loja chamava Bonarte, “Bom” de Bonito e “Arte” para lembra algo relacionado a arte. [...] Agora acho que o artesanato por aqui está caminhando muito bem, já melhorou muito e tem muito pra melhorar. [...] Na época que abri a loja consegui trazer o artesanato Kadiwéu e estão ai até hoje. Eu ia lá na aldeia com meu carro, trazia essa cerâmica dos Kadiwéus, que ficou conhecida por muita gente. Incentivava o pessoal a fazer entalhe a para ser vendida na loja. [...] eu criei lá na minha lojinha adesivos com dizeres, “Bonito é isso, Bonito é aquilo” e comecei a vender lá. O povo me chamava de doido. Fiquei com a loja uns 9 anos e de lá pra cá melhorou muito o artesanato de Bonito. (EMPRESÁRIO PIONEIRO 2 DO SETOR DE TURISMO).

Como o próprio entrevistado afirmou, se antes era chamado de doido, hoje o artesanato tornou-se um excelente negócio, contudo a maioria das peças vem de fora. Ancorado nas falas dos entrevistados, este estudo constatou que a maioria das autoridades, guias de turismo, representantes de associações do *trade*, empresários e consultores do SEBRAE visualizam o artesanato original de Bonito, ou seja, elaborado no próprio município, como algo fraco e deficiente.

Há, também, uma percepção coletiva quanto à existência de uma “lacuna” e a convicção de que há muito a crescer e a desenvolver-se. Outra informação que aparece na fala de muitos dos entrevistados é que Bonito ainda está desprovida de uma identidade local, pois ali há uma mistura de culturas.

Uma opinião interessante é a do guia de turismo 8. Na visão dele, o artesanato de Bonito não se desenvolveu por falta de organização dos próprios artesãos e da lentidão desse processo:

Temos que lembrar que até poucos anos atrás Bonito era só plantação e pasto. Não podemos cobrar uma mudança brusca da população local. Isso vai acontecer devagar. Agora viram que o artesanato pode ser uma fonte de renda e irão se organizar. Já vejo uma melhora nisso. [...] Outro avanço é que já existe uma associação de artesões. Antes tudo que era vendido vinha de fora. Hoje já temos produtos feitos aqui em Bonito. [...] Antes tínhamos poucas lojas de artesanato, hoje temos muitas. (GUIA DE TURISMO 8).

Há, assim, várias lojas, mas uma delas tem um diferencial, pois comercializa somente o artesanato local. Isso prova que existem alguns artesãos e ONGs locais que produzem peças de artesanato. Muitas dessas peças têm um apelo à venda que converge com o discurso ambientalista, já que são resultantes de materiais recicláveis e reaproveitáveis. Um exemplo disso é o artesanato tipo cestaria, que antes era elaborado em bambu, palha ou taboa pelas pessoas da região. Atualmente, a forma de elaborar continua a mesma, mas aposta-se em outra matéria-prima: no reaproveitamento de embalagens de plástico.

O artesanato indígena da região continua sendo exposto e vendido, porém nada além disso. Não há nenhuma divulgação e valorização das culturas Kadiwéu e Terena. São apenas expostos e vistos como mais um belo produto e vendável. Da região próxima a Bonito, destaca-se o artesanato à base de osso, produzido na cidade de Jardim (principal polo de artesanato em osso do Mato Grosso do Sul).

Por mais que defendamos a ocorrência de uma evolução nesse setor, há graves falhas, que são destacadas no próprio *trade* e em estudos já realizados sobre Bonito.

Mas não é fácil conciliar o lado econômico, o lado do lucro e a valorização da cultura local. Vários entrevistados observaram que um dos impedimentos para um desenvolvimento maior do artesanato local é a falta de identidade própria. De acordo com a autoridade 1:

O artesanato de Bonito deixa a desejar pelo fato de que não conseguimos ainda ter a identidade própria de Bonito. Nós não encontramos ainda a nossa cara. Estamos pensando em fazer um levantamento dessa identidade cultural. [...] nós conseguimos hoje ter vários artesões na região, inclusive tem um bgrupo que está exportando. [...] Durante o Festival da Guavira, que é uma festa exclusivamente nossa, que acontece normalmente no final de novembro, já tivemos 53 expositores, que são artesões de Bonito. (AUTORIDADE 1).

Nesse sentido, o consultor 3 do SEBRAE destacou que, em Bonito, começou a se desenvolver um artesanato que tinha por base a fruta da guavira (bordados em tecido, pinturas e ilustrações da fruta), um produto típico da região. Isso passou a existir a partir da criação do 1º Festival da Guavira, no ano de 2002.

Apesar dessas falas, nas lojas de artesanato de Bonito não foram encontradas peças que tivessem a guavira como “fonte de inspiração.” É mais comum encontrar peças vindas de Bali do que as que representem a guavira.

Sem alterar o rumo da discussão, essa visão de não conseguir apresentar uma “cara própria” apareceu em várias entrevistas. Muitos destacaram que, em outros locais turísticos em que se explora a cultura local por meio do artesanato, da culinária, da dança, entre outros, existe essa “cara própria”, o que facilita a divulgação da cultura, mas isso não ocorre em Bonito.

Ademais, a autoridade 3 eleva essa dificuldade de se encontrar uma identidade própria para o Estado de Mato Grosso do Sul:

Aqui em Mato Grosso do Sul há uma miscigenação de raças. [...] temos as culturas indígena, pantaneira, gaúcha, mineira, paulista e até a oriental. No meu entender a cultura do Mato Grosso do Sul apresenta uma mistura de traços da cultura pantaneira, indígena e paraguaia que muitas vezes fica oculta. O elemento cultural do Mato Grosso do Sul não está incluso ainda no turismo de Bonito. Acredito que isso virá a ocorrer. Ainda temos que amadurecer.

Entre o conjunto, há opiniões divergentes. Na percepção do representante 3 das ONGs, o artesanato de Bonito tem tudo para se desenvolver, em razão, justamente, dessa mistura de raças e culturas que ali existe:

Temos que perguntar e descobrir: qual é a cultura do bonitense? Em Bonito passou muita história que deve ser escavada. [...] aqui é pouco explorado o lado do peão, das comitivas, da estrada boiadeira que passa por Bonito. Esse resgate mereceria atenção. Temos o arroz carreteiro feito no meio do mato, a broaca, aquela mala de couro que o burro carregava. Essa coisa de comitiva com ponteiro, peões de culatra, cozinheiro e berrante. O turista não conhece isso. Também temos a coisa do índio que é quase escondida, até parece que vergonha de ter índio perto de Bonito. Aqui tivemos a Guerra do Paraguai. Isso tudo poderia ser divulgado por meio do artesanato, da culinária e até mesmo da história. Temos outras histórias interessantes como a do Senhozinho e do Selvino Jacques. (REPRESENTANTE 3 DAS ONGS).

Essa visão do resgate do passado, do mundo rural, buscando a valorização da cultura local, faz sentido, já que a história de Bonito, até a década de 1980, tinha suas raízes ligadas à agropecuária.

Sobre esse assunto, a tese de doutoramento de Mariani, defendida em 2000, já ressaltava um ponto:

Existe, por parte do poder público, um projeto de criação artificial de uma “cultura típica” para a região, pela criação de oficinas de artesanato e outras manifestações da cultura popular, numa tentativa de resgatar a cultura “caipira”, entendida como atrasada e inadequada ao consumo. (MARIANI, 2000, p.179).

O que vale destacar é a existência de projetos de oficinas sendo desenvolvidos pelo SEBRAE, que buscam o desenvolvimento do artesanato local. Mas com que “característica”? A decisão por essa “procura” ou “criação” da uma cultura típica de Bonito também tem sua continuidade, da mesma forma que a negação da cultura caipira, ainda vista como um retrocesso. Assim, já se flagra que há muitos pontos ainda abertos, desde a pesquisa apresentada por Mariani em 2000.

Essa questão da retomada do lado caipira foi enfatizada pelos entrevistados, dentre eles os guias de turismo, que têm um contato mais direto com os turistas. Esses profissionais alegaram que muitos turistas que visitam Bonito perguntam sobre pontos da vida na fazenda. Para delinear isso, destacam-se algumas falas: “Dizem que querem ver uma boiada igual a que apareceu na novela.” “Gostariam de andar de charrete ou de carro de boi.” “Tem turista que quer comprar um berrante e uma rede de couro igual a que viu no passeio.” “Já teve turista que pediu pra comer arroz carreteiro feito na beira da estrada.” “Um turista queria saber como se toca um berrante.”

Mesmo diante desse quadro, há um discurso voltado para o moderno. Outros já se voltam para a ideia de que o melhor negócio para Bonito é atrair o turista estrangeiro. Agora o consenso se dá em torno da preocupação constante sobre como atrair mais turistas e não sobre o que é realmente característico ou típico da região. O que é viável é aquilo que atrai turistas, mas há “vergonha” de voltar-se para o lado caipira. Isso é explicado em razão de muitos dos donos do capital do *trade* terem vindo de fora e não terem conhecido Bonito antes do *boom* turístico.

Essa opinião de atrair turistas estrangeiros vem ao encontro do foi exposto no capítulo anterior com base no texto de Moura (2006a), para quem Mato Grosso do Sul tem como meta trazer turistas estrangeiros para o Estado. O autor apresenta dados que comprovam que cerca de 65% dos turistas ainda são locais, 21% vêm de outros estados e somente 14% são estrangeiros.

Essas raízes não precisam, no entanto, ser procuradas; elas são vistas “a olhos nus.” Quando viajamos por Mato Grosso do Sul, percebemos ser um estado de raízes rurais. De Campo Grande a Bonito, encontramos, às margens da rodovia, placas indicativas de “Clube do Laço” e, posteriormente, os próprios recintos de Clube do Laço. Isso por si só já evidencia a importância dos eventos rurais para a cultura regional. Os clubes do laço de Guia Lopes da Laguna e de Sidrolândia estão localizados às margens da rodovia de acesso a Bonito.

Além disso, outra alteração cultural foi mencionada na tese de Mariani (2000) e está relacionada às festas religiosas que ocorriam em Bonito e que após o advento do turismo, foram esquecidas: a população da cidade passou a preparar-se para receber os turistas e não para participar dos festejos. A festa de São Pedro era tida com uma das principais festas da cidade e região, mas hoje perdeu força.

De acordo com o empresário pioneiro 1 do turismo, “a Festa de São Pedro perdeu espaço por agora ter um elevado número de evangélicos, tanto é que tem um Festival Gospel aqui em Bonito.”

Na realidade, houve uma falta de sensibilidade das autoridades locais e religiosas por deixarem a Festa de São Pedro esgotar-se ao longo do tempo, porém essa festividade já representou muito para a sociedade bonitense e regional.

Há, ainda, outras falas que explicam essa mudança cultural. O representante 3 de associação do *trade*, que nasceu em Bonito e vivenciou o período das grandes festas de São Pedro, revela que:

A festa de São Pedro era uma festa tradicional. São Pedro é o padroeiro da cidade e está era uma festa muito grande. Iniciava com a busca de prendas pelas fazendas e todo mundo já esperava a festa. A maioria do povo morava nas fazendas e eram católicos. A festa tinha muita aceitação. [...] Hoje a festa perdeu força em virtude do aumento no número de evangélicos. Bonito tem muito evangélico hoje. Antes não tinha. Outra coisa é que em Bonito tem muita gente que veio de fora e não tinha a tradição pela festa, sem contar que hoje tem pouca gente morando nas fazendas então não tem mais aquela coisa de buscar as prendas e esperar a festa. Nessa festa havia uma fogueira enorme que já mostrava o tamanho da festa. A comunidade que fazia a fogueira então tinha uma interação entre as famílias. Hoje todo mundo está preocupado em trabalhar, em ganhar a vida e o turismo funciona sete dias por semana então não sobrou tempo pra muita gente.

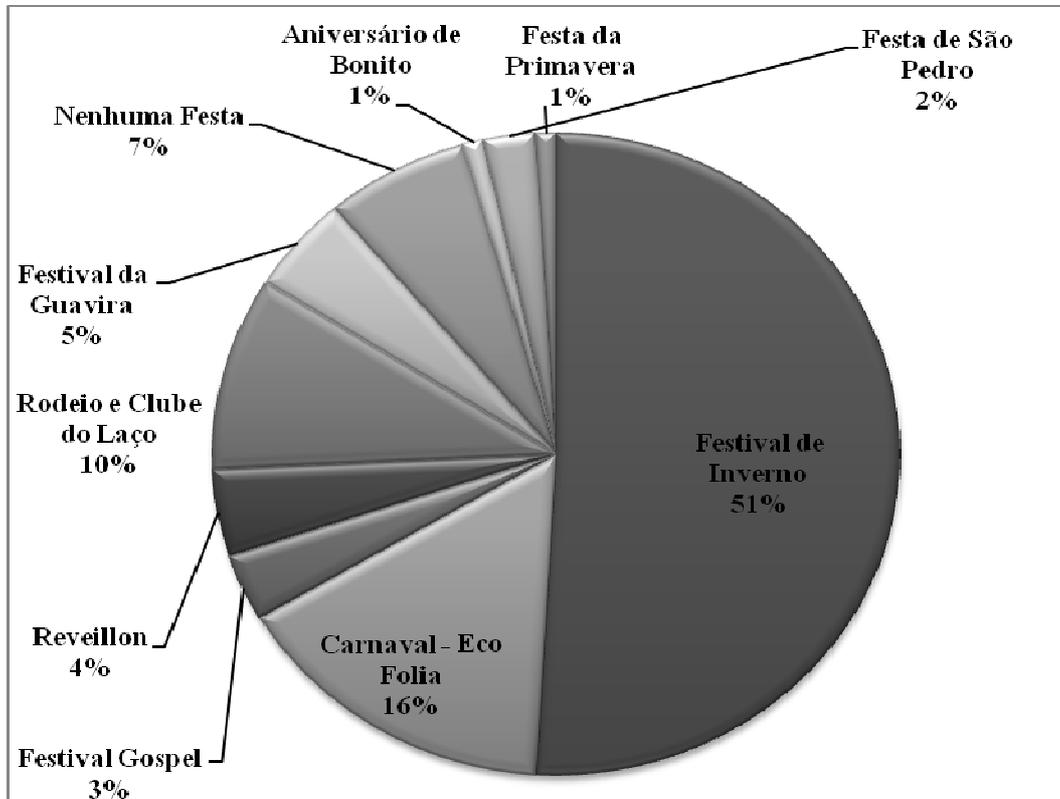
Por fim, tanto Mariani (2000) como a fala do representante 3 de associação do *trade* expõem que houve uma mudança cultural em Bonito, que nesse caso se revela na popularidade e preferências pelas festas que ocorrem no município.

Pela pesquisa realizada junto aos moradores de Bonito, averiguou-se que a festa de maior popularidade é o Festival de Inverno, sendo lembrado por 51% da amostra. A questão foi feita de forma aberta e não de múltipla escolha. Esse festival, no ano de 2010, estará em sua 10ª edição. Normalmente ocorre no final do mês de julho e início de agosto, sendo criado com o intuito de atrair turistas de todo o estado para conhecer Bonito. É organizado pelo governo estadual e traz artistas de renome nacional.

A segunda festa mais lembrada pelos moradores de Bonito foi o carnaval, conhecido por “Eco Folia.” Essa festa foi escolhida por 16% da amostra e atrai o público jovem do estado, especialmente da capital Campo Grande e de Dourados. É uma festa promovida pela Prefeitura Municipal de Bonito, no entanto, para uma boa parcela da população, a Eco Folia significa bagunça, algazarra e um consumo elevado de bebidas de alcoólicas. Em conversas informais com moradores de Bonito, a Eco Folia passou a ser uma forma de espantar possíveis turistas, já que, para eles, o carnaval traz para a cidade muitos jovens que priorizam o consumo de álcool, de drogas e música em alto volume. Informam ainda que os campo-grandenses e douradenses que frequentam Bonito no carnaval não praticam o turismo de natureza, já que vêm à cidade para beber e bagunçar, espantando, assim, as famílias que querem ver as belezas naturais e descansar.

O Rodeio e o Clube do Laço tiveram seu destaque, já que 10% da amostra preferem essas festas, o que lhes confere o 3º lugar na preferência.

GRÁFICO 5.20 Preferência da população local pelas festas realizadas em Bonito (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Dentre o restante da amostra, 5% preferem o Festival da Guavira⁹², que, no ano de 2009, entrou para o calendário cívico oficial do Estado de Mato Grosso do Sul. Esse festival foi criado para a população de Bonito. Tem sido realizado na Praça de Liberdade (principal praça de Bonito) e conta com a apresentação de várias atrações locais e regionais, como grupos de teatro, de dança, músicos e bandas. A festa tem barracas de artesanato e de comidas típicas, além de concurso para premiação da maior guavira, do melhor bolo de guavira, doces e licores. Ocorre no mês de novembro, época da colheita da guavira.

O idealizador desse festival foi o senhor Antônio Carlos Silveira Soares (conhecido por Tó – proprietário do Restaurante Tapera), que já sonhava com essa festa há muito tempo. Chegou até a mandar uma carta para o prefeito da época, porém não obteve êxito, mesmo a ideia sendo interessante.

No ano de 2002, o Festival da Guavira veio a tornar-se uma realidade. Soares, o popular Tó, encontrou apoio na Prefeitura, durante a gestão de Geraldo Marques, no COMTUR, que tinha como presidente, à época, Maria Leopoldina de Almeida Campos (conhecida por Mariazinha), e na Secretaria Municipal de Turismo, com Valdemir Garcia Martins, titular à época, que assim se pronunciou:

A ideia não é minha. É uma ideia que vinha sendo discutida há muito tempo por pessoas que queriam isso. O Tó foi a pessoa tinha a ideia e que vinha brigando por isso e quando fui Secretário Municipal de Turismo dei o ponta pé inicial. Há muito tempo queriam implementar esse festival com o propósito de valorizar a cultura regional e resguardar o que ainda sobrava de áreas de guavira na nossa região. (VALDEMIR GARCIA MARTINS).

⁹² Festas tendo frutas da região como tema central já vêm sendo adotadas em vários municípios do Brasil e mesmo do mundo. Como exemplos, podemos citar o Festival da Jabuticaba, de Sabará (MG), onde os visitantes encontram derivados da fruta, como geleias, bombons, licores e doces. Nesse município, até o comércio participa do festival, apresentando pratos especiais produzidos com a fruta como acompanhamento. A partir do ano de 2007, o Festival da Jabuticaba foi registrado como Patrimônio Imaterial do município e o morador de Sabará que tem jabuticabeiras plantadas em seu imóvel recebe desconto no valor do IPTU. O município de Valinhos (SP) realizou, no ano de 2009, a 60ª Festa do Figo e a 15ª Expogoiaba e, a cada ano, essas festas vêm ganhando proporções maiores, sinal de que esse tipo de festa agrada aos turistas. Essas festas contam com o agroturismo: levam o turista para conhecer as plantações de figo e goiaba. Nas últimas edições, realizaram a chamada “queima do alho”, que é a valorização da cultura da Comitiva de Tropeiros. Valinhos é um dos municípios do Circuito das Frutas, uma região do Estado de São Paulo que compreende dez municípios circunvizinhos: Atibaia (Festa da Uva), Indaiatuba, Itatiba (Festa do Caqui), Itupeva (Expo Uva), Jarinu (Festa da Ameixa), Jundiá (Festa da Uva e Festa do Morango), Louveira (Festa do Morango e Expo Legumes), Morungaba (Festa do Maracujá), Valinhos (Festa do Figo e Goiaba) e Vinhedo (Festa da Uva). Na cidade gaúcha de Caxias do Sul, desde o ano de 1931, realiza-se a Festa Nacional da Uva, que movimentava milhares de reais todos os anos, atraindo turistas de muitas localidades. Outro exemplo positivo desse tipo de festividade ocorre no Canadá, que é o Festival de *Blueberry* (*Blueberry Festival*), mundialmente conhecido atraindo turistas de vários países. O *blueberry*, fruta nativa daquela região, é o ponto central do festival, que é realizado em 10 dias no mês de agosto de todos os anos. O evento vem sendo comemorado desde 1983.

A concepção inicial era criar uma festa voltada para a população de Bonito. Ainda como o próprio Tó enfatiza, “[...] a guavira tem uma força histórica grande no nosso estado. Tínhamos muitos pés de guavira. De Campo Grande para o sul do estado tinha muita guavira no meio das pastagens.” A festa deveria resgatar a cultura e hábitos da localidade:

A guavira é do povo. Na época de guavira todo mundo ia apanhar guavira nas fazendas. As pessoas entram nas fazendas e pega a fruta. Lá não tem divisão de classes. Lá o fazendeiro apanha a guavira ao lado do empregado e disputa quem pega mais guavira. Isso é cultural e é muito forte. Mas infelizmente com o desmatamento a guavira perdeu espaço. (ANTÔNIO CARLOS SILVEIRA SOARES).

Outro ponto que o idealizador faz questão de enfatizar é que o festival veio para integrar a comunidade local e proteger as áreas de guavira, pois os fazendeiros da região estavam desmatando para plantar pastos e lavouras. “A guavira tem uma particularidade. Ela vai muito bem em áreas de solo ruim, impróprios para a lavoura e pastos, então protegê-la é barato.” (ANTÔNIO CARLOS SILVEIRA SOARES).

Fazendo uma avaliação desse ponto, o representante 3 de associação do *trade* destaca: “A ideia de Tó deu certo. Hoje há áreas no município que estão sendo preservadas com a guavira. Já tem fazendeiros vendo que é interessante manter a guavira de pé.”

De certa forma, o festival serviu para conscientizar as pessoas da importância de manter a guavira na região. Até palestras nas escolas foram ministradas visando mostrar a importância da guavira para o meio ambiente e para a cultura local.

Segundo o idealizador, nas primeiras edições do festival também houve cursos de culinária para a população da cidade, estimulando a criação de pratos, doces, geleias, licores, bebidas, sucos e sorvetes à base de guavira. Ainda de acordo com Soares “a guavira pode ser fonte de renda para muitas famílias de Bonito”, e, com o desenvolvimento desse festival poderia haver um incentivo ao associativismo e cooperativismo e assim fixar o homem no campo. A guavira poderia ser mais uma alternativa para nossos proprietários rurais, especialmente os pequenos. Volta a lembrar que essa fruta se desenvolve em terras fracas, que estariam perdidas nos sítios e fazendas.

Hoje, quem for a Bonito em qualquer época do ano poderá saborear sorvete de guavira, bombons recheados com a fruta e cachaça com guavira. O festival fez que a fruta, que estava se perdendo, ganhasse notoriedade.

O festival foi concebido com a meta de priorizar as apresentações e shows com artistas da região, contribuindo, assim, para o resgate ou manutenção das raízes culturais. O artesanato também deveria estar engajado ao festival.

Dando sequência aos dados da pesquisa, 4% da amostra elencaram o Réveillon, que em Bonito é bem procurado. Dos demais, 3% revelaram que a festa preferida é o Festival Gospel, que já superou a Festa de São Pedro, apresentando apenas 2% da amostra. Ao analisar esses dados, é impossível fazer vistas grossas ao fato de que essa festa, tida, antigamente, como a festa mais popular do município, perdeu espaço e popularidade. Ocorre que há um conjunto de fatores que a levaram a essa circunstância. Esse ponto mereceria um estudo mais aprofundado.

Já a Festa da Primavera apresentou 1% da amostra e as festividades de aniversário da cidade, 1%. Além disso, o restante, ou seja, 7% optaram por nenhuma festa.

Como já foi descrito, o turismo é composto de um conjunto de fatores que atraem o turista, e a gastronomia pode ser trabalhada para ser mais desses fatores. Nesse viés, e assim como o artesanato, Vargas (1998), quando elaborou sua dissertação de mestrado, já se referia à gastronomia local como um dos pontos fracos da cultura de Bonito. O fato é que seu texto afirma que o prato principal que deveria ser adotado como típico seria à base de peixes de água doce, especialmente dos peixes vindos dos rios do Pantanal.

Na ocasião em que a autora realizou seu estudo, constatou que esse tipo de prato era caro e escasso, o que o tornava inviável para a época, de modo que era mais barato saborear um prato que tinha como base os peixes do mar do que os de água doce. Já vislumbrava, assim, o choque cultural que Bonito tinha com relação à gastronomia.

Seguindo o mesmo direcionamento e concordando com Vargas, Alves (2003) ressalta que a gastronomia popular de Bonito deveria estar intimamente ligada a pratos de excelente sabor, à base de peixes, como o jaú, o dourado, o pacu com farofa, a lasanha de pintado e, para beber, lembra da pinga com coquinho cabeçudo, entre outras bebidas às quais eram agregadas frutas, sucos e licores regionais, o que complementava a atratividade do turismo em Bonito.

Já a partir das visitas ao município nos anos de 2006, 2007 e 2008, quando se realizaram entrevistas informais, pudemos verificar que o “carro chefe” nos principais restaurantes era à base de peixe de água doce. O preço era elevado e os pratos traziam temperos diferenciados, como o urucum.

Dando sequência à investigação, em pleno ano de 2009, verificamos que o prato típico eleito para representar Bonito é feito à base de carne de jacaré, que não é típico da região de Bonito, mas sim do Pantanal.

Essa preocupação em eleger esse prato como típico tem mais ligação com o *marketing*, já que é exótico, do que com as características do local e de seu povo. A sustentabilidade cultural vem sendo esquecida.

Na visão da maioria dos entrevistados, entretanto, a gastronomia local melhorou muito nos últimos anos. Há opiniões divergentes sobre a adoção da carne de jacaré como prato típico. Constatam-se visões bastante polêmicas sobre o assunto.

No que toca à gastronomia de Bonito, a autoridade 1 assim se manifesta: “Nossa gastronomia tem uma ótima qualidade e preços excelentes.” O entrevistado explica como se deu a primeira etapa da escolha da carne do jacaré como o prato típico da cidade:

A escolha do jacaré como prato típico não foi feita no “chutômetro.” Ela contou com uma pesquisa realizada durante o Festival de Inverno junto aos turistas. Foi perguntado o que eles gostariam de comer? A resposta principal foi peixe, mas, o peixe em Bonito vale mais vivo dentro da água, do que morto no prato. Além disso, o peixe que se come em Bonito vem de fora. A segunda escolha foi carne de jacaré, então como nenhum outro município tinha a carne de jacaré como prato típico, escolhemos a carne de jacaré por ser um diferencial. Mas é um jacaré de cativeiro. A ideia é ser preservacionista. (AUTORIDADE 1).

Por conseguinte, a segunda etapa, de acordo com o representante 6 de associação do *trade*, ocorreu por meio de votação entre os membros do COMTUR de Bonito. A escolha decorreu, especialmente, do fato de ser uma carne exótica e saudável, o que chama a atenção do turista. Destaca ainda que:

Havia várias opiniões. Dentre elas até mesmo a indicação da piraputanga, mas em Bonito não é permitido pescar nos rios locais, então, se escolhêssemos iríamos ser contrários a preservação. Se colocássemos o peixe como prato típico alimentaríamos a intenção das pessoas que pescam sem visão ética e de futuro. Já o jacaré é nosso. É do Mato Grosso do Sul, é uma coisa exótica, que chama atenção de todos. [...] Hoje temos uma cooperativa que nos atende. Ela tem todo um processo para manter uma carne com qualidade e uma carne legalizada. É uma cooperativa de Cáceres, Mato Grosso. [...] Há um decreto municipal que mostra que adotamos a carne de jacaré. (REPRESENTANTE 6 DE ASSOCIAÇÃO DO TRADE).

Depois de escolhido no COMTUR, houve um decreto do prefeito chancelando a escolha do prato de jacaré como prato típico de Bonito.

A defesa dessa carne como prato típico se dá de várias formas, entre elas o *blog* da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) – Regional Bonito, que faz uma campanha em favor da carne de jacaré, afirmando que é o grande diferencial na gastronomia de Bonito:

A carne de Jacaré é o grande diferencial hoje na gastronomia de Bonito. Seja frito, ao molho de urucum ou simplesmente isca na manteiga, você irá se surpreender com a suavidade do seu sabor. A carne de jacaré apresenta baixo teor calórico e baixa taxa de gordura, além de ser livre de gordura trans, sem colesterol e sem carboidratos. À vista grossa, essa regalia pode parecer sem graça e sem gosto, mas saiba que é uma das carnes mais saborosas do mercado alimentício, a melhor parte é a cauda que contém menos calorias. A principal característica da carne de jacaré é seu alto valor protéico, que em relação às outras carnes é bem mais nutritiva. Os mais entendidos do assunto dizem que a carne de jacaré criado em cativeiro difere do selvagem, sendo esta mais forte. Na dieta alimentar destes animais não são utilizados aditivos químicos e nenhum tipo de medicação, tornando-se desta forma uma carne 100% natural e mais apetitosa⁹³.

Como se pode constatar, vários fatores podem ser enumerados para explicar as vantagens de consumir essa carne, especialmente com relação ao teor calórico, taxa de gordura e valor calórico.

Não se ignora, no entanto, um ponto emblemático que merece destaque: essa carne não pode ser produto proveniente de caça, ou seja, carne ilegal. O representante 6 de associação do *trade* destaca que, mesmo havendo essa preocupação com a “legalidade” e com a qualidade da carne de jacaré, ou seja, adquirir somente o produto proveniente de criadouros legalizados – que são fiscalizados pelo IBAMA –, em meio aos empresários do ramo de restaurantes existe a possibilidade de haver algum mal intencionado querendo levar vantagens, que burla a lei e adquire carne de caça para ser servida em seu estabelecimento visando obter maiores lucros.

Pois bem. Recentemente, ocorreu uma apreensão de carnes exóticas em Bonito. A Polícia Militar Ambiental (PMA) apreendeu 578 quilos de carnes de animais silvestres. Isso ocorreu no dia 5 de junho de 2009 (Dia Internacional do Meio Ambiente). Foram apreendidos 297 quilos de carne de capivara, 213 quilos de carne de jacaré, 46 quilos de carne de queixada e 22 quilos de cateto. (CASTRO, 2009). Há fortes indícios de que essa carne iria ser comercializada em restaurantes de Bonito.

⁹³ Informações obtidas no *blog*: http://abrasebonito.blogspot.com/2009_10_01_archive.html

O representante 2 de associação do *trade* expressa essa preocupação com a questão de o jacaré ser um animal silvestre:

[...] se pensar na questão cultural ficou um pouco de lado. Os turistas ficam curiosos para comer a carne, sabemos que hoje tem muitos criadores legalizados, mas, fico mais preocupado com outros animais exóticos que são oferecidos do que com o próprio jacaré, mas sabemos que pode ser carne de caça. Talvez o arroz a carreteiro não foi eleito porque falam que não é uma coisa de Bonito, é mais das comitivas. Mas, o jacaré também não é de Bonito, ele é do pantanal. Se for pensar por esse lado boi a gente tem aqui há muito tempo. (REPRESENTANTE 2 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

A fala do consultor 2 do SEBRAE trata da ligação da escolha do prato com sua demanda. Em outras palavras, esclarece que se buscou escolher um prato que tivesse uma grande demanda e não que fosse verdadeiramente típico: “Trabalham a carne de jacaré como prato típico devido a grande demanda dos turistas por este prato. Já tem até fornecedor local que compra de uma cooperativa de Cáceres no MT totalmente legalizado.”

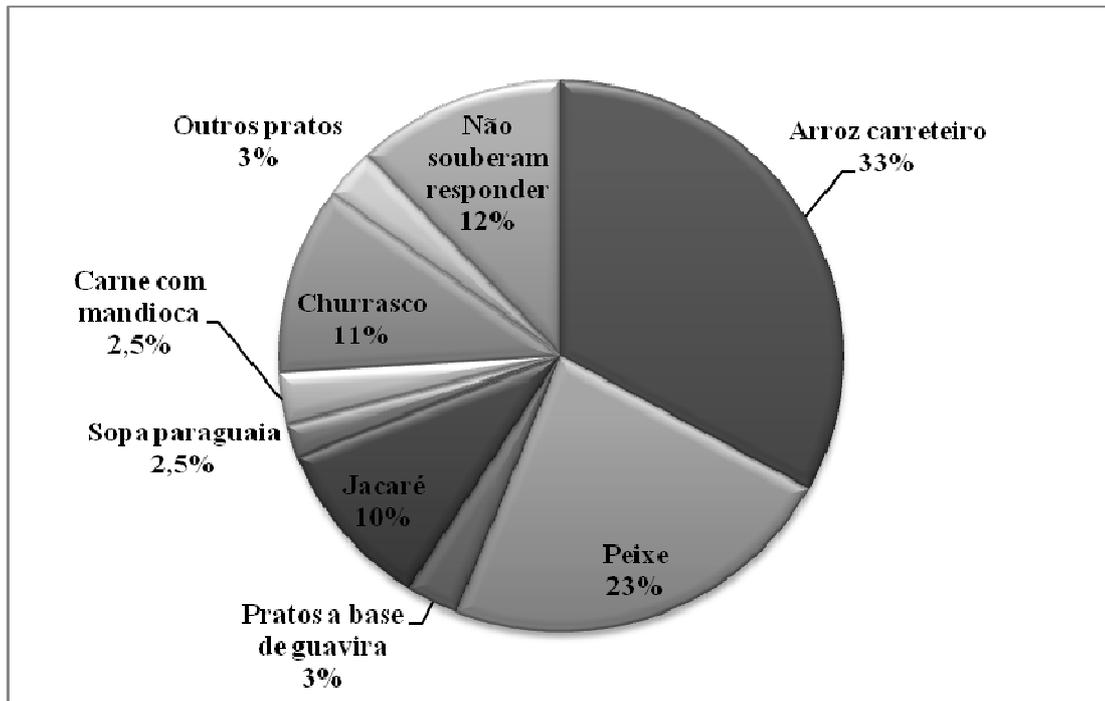
Apenas a título de esclarecimento, todas as falas que amparam a escolha do jacaré como prato típico de Bonito já inserem, em suas respostas, de forma imediata, que a carne é legalizada. Não há a defesa de que o jacaré seja uma carne típica de Bonito.

Sem entrar no mérito sobre a escolha da carne de jacaré como o prato típico, há posições divergentes. Só para ilustrar, apresentamos a posição do guia de turismo 2, que defende a ideia de que o jacaré não foi uma boa escolha: “[...] o jacaré não é um animal que tem ligação com a população local. O boi tem mais ligação. Por aqui passavam grandes boiadas e temos um grande rebanho bovino.” Embora não se encontre vontade política e empresarial de resgatar a cultura rural, o guia acredita que o churrasco pantaneiro seria um ótimo prato típico para Bonito, pois há um ritual por trás de sua preparação. Sugere que “[...] o turista ficaria encantado em ver a preparação de um churrasco genuinamente pantaneiro.” Parte da premissa de que a carne de jacaré tem um alto preço para os padrões de renda da população brasileira. Constatamos que o valor do prato à base de jacaré varia de R\$ 40,00 a R\$ 90,00 (prato para duas pessoas). Existe essa variação dependendo do restaurante, do prato e dos acompanhamentos.

Outro dado interessante que apareceu na fala de dois dos entrevistados foi relacionar a carne de jacaré a um prato exótico e não a um típico. Explicam que um prato, para ser típico, tem que ser mais abrangente culturalmente. Um deles declara que a maior parcela da população não sabe que o jacaré foi escolhido como prato típico de Bonito.

O que nos chama atenção também são os resultados da pesquisa realizada junto à população local, por meio de uma questão aberta que perguntava qual prato deveria ser escolhido como prato típico de Bonito, cujos resultados se visualizam no gráfico a seguir:

GRÁFICO 5.21 Prato típico que a população local escolheria (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

De acordo com os resultados apurados, 33% da amostra escolheriam o arroz carreteiro, ou seja, um terço dos entrevistados elegeria o arroz carreteiro como prato típico de Bonito. Pratos à base de peixe, por sua vez, foram citados por 23% da amostra. Já o churrasco obteve um percentual de 11%. O jacaré, que foi escolhido como o prato típico de Bonito, apareceu somente entre 10% dos entrevistados, percentual baixo por já ter sido eleito como o prato típico. Pratos à base de guavira e outros pratos corresponderam a 3% das escolhas e, por fim, a carne com mandioca e a sopa paraguaia obtiveram 2,5% da amostra. Ainda tivemos 12% das pessoas consultadas que não souberam responder.

Esses dados mostram que há um descompasso, uma discrepância entre o prato que foi escolhido como típico e a população local.

Na sequência do estudo, no que se refere à análise dos dados por região da cidade, ficou evidente que, dentre os pratos escolhidos, o arroz carreteiro apareceu, em todas as regiões, em primeiro lugar. Já o jacaré foi citado apenas nas regiões Central e Vila Donária, com 19% e 16%, respectivamente. Nas demais regiões, o jacaré não foi nem mesmo lembrado.

TABELA 5.14 Prato típico que a população local escolheria - Por região (Em %)

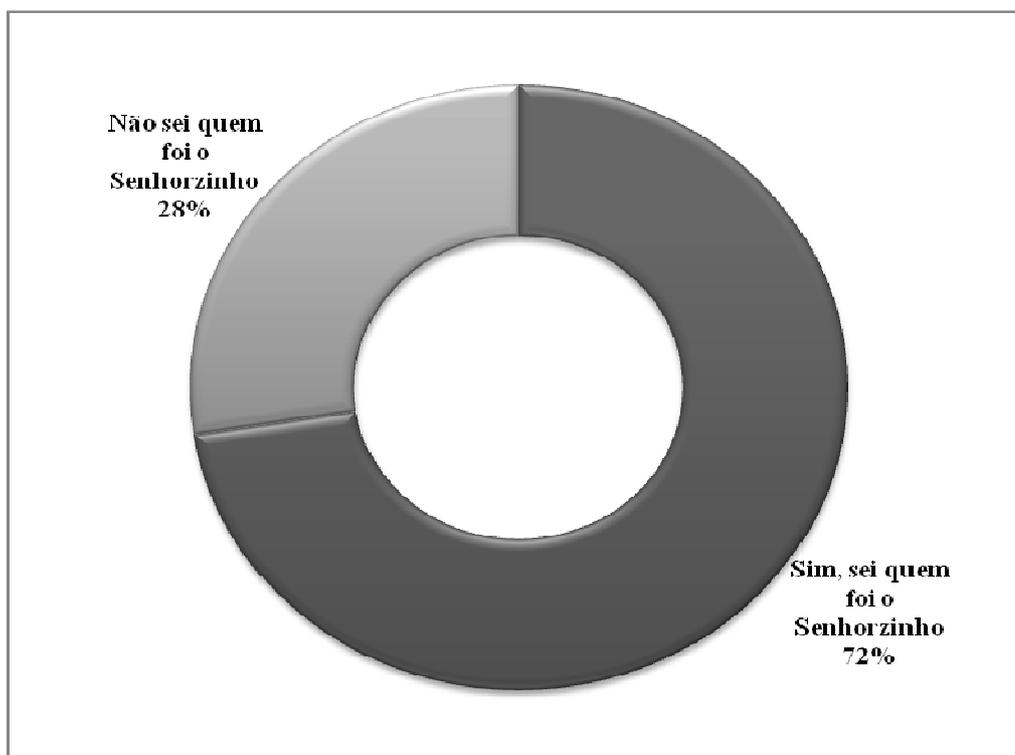
	Área Central	Vila Donária	Vila Machado	Rincão Bonito	Recreio	Vila América
Habitacões	1.190	825	150	771	248	447
% das hab.	32,77	22,23	4,13	21,23	6,83	12,31
Arroz carreteiro	32%	25%	25%	36%	44%	36%
Peixe	16%	20%	25%	22%	38%	20%
Churrasco	20%	14%	-	8%	6%	-
Jacaré	19%	16%	-	-	-	-
Prato c/ guavira	3%	2%	-	8%	-	-
Carne c/ mandioca	2%	7%	-	8%	-	4%
Sopa paraguaia	1%	-	-	-	-	-
Outros pratos	3%	-	12%	4%	6%	4%
Não responderam	4%	16%	38%	14%	6%	36%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Ao longo de toda a pesquisa, encontramos várias pessoas residentes em Bonito que citaram a história lendária do Senhorzinho⁹⁴. Muitos desses acreditam que a história dessa figura mística deveria ser valorizada, já que faz parte da cultura dos bonitenses.

⁹⁴ “Senhorzinho apareceu em Bonito em meados da década de 1940 [...]. Se comunicava apenas através de sinais que fazia para o alto, predizendo o que ia acontecer no futuro[...]. Senhorzinho foi perseguido porque provocou a ira das autoridades locais, pelo grande número de seguidores que conseguia arrebanhar e arrebatar. Além disso, os comerciantes de medicamentos ficavam furiosos com as curas atribuídas ao Divino Mestre e à distribuição gratuita de medicamentos que fazia. Os farmacêuticos também cobravam uma atitude mais enérgica das autoridades. Como consequência, o profeta foi capturado pela Guarda Territorial, que desfilou com ele preso, montado em um cavalo, em uma praça pública. Posteriormente o beato foi enviado para o quartel de Ponta Porã, de onde parece que após ter sido solto, nunca ninguém teve mais notícia dele.” (BEHR, 2001, p.72-73). Senhorzinho é tido como um milagreiro, um curandeiro, um benzedor e até nos dias atuais acreditam no poder de suas curas.

GRÁFICO 5.22 A notoriedade do Senhorzinho entre os residentes de Bonito (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Constata-se, assim, que, em Bonito, o Senhorzinho é uma figura lendária e mística, bem engajada na cultura local, no entanto o turista que vai a Bonito não tem a oportunidade de conhecer a história do Senhorzinho, já que não há uma valorização desse aspecto da cultura local voltada para o turismo.

5.3 Raízes e ações ditas e tidas como ambientalistas em Bonito: as polêmicas e os debates

Numa abordagem sobre o contexto do surgimento do ambientalismo em Bonito, Vargas (1998) afirma que surgiu juntamente com o turismo, nos anos de 1990.

Vargas destaca que o turismo e o ambientalismo em Bonito “têm data de nascimento”, pois o que antes não era explorado passou a ser. Como são belezas naturais sensíveis, trouxeram a reboque o ambientalismo em um momento em que o mundo e o Brasil defendiam o desenvolvimento sustentável, que, neste caso, deveria ocorrer em consonância com a atividade do turismo, ou seja, a viabilização do turismo no município sem a degradação.

Vale situar que, nesse período que Vargas abordou, a oligarquia rural vivia um período de crise econômica e não comungavam com os preceitos do desenvolvimento sustentável. Pode-se abandonar essa “visão romântica” de que a oligarquia rural como classe desejava discutir e implantar os princípios do desenvolvimento sustentável. Prova disso é que, em pleno ano de 2010, vivemos a polêmica da flexibilização e criação de um novo código florestal que, por pressão dos ruralistas, resultou em um abrandamento da lei.

Como foi visto no primeiro capítulo, o movimento ambientalista no mundo tem sua gênese na década de 1960 e seu crescimento nas décadas posteriores; em Bonito, isso ocorreu de forma diversa. Existem lacunas e pontos de imprecisão para afirmar que o ambientalismo nasceu no momento em que o turismo teve seu *boom*.

Estudando os fatos tidos como de ambientalismo em Bonito, nada é encontrado anterior a meados dos anos de 1980. Trata-se, pois, de uma lógica histórica, já que, nas décadas de 1970 e 1980, a exploração da terra em Bonito e região dava-se por meio da pecuária aprimorada e da agricultura, que Vargas classificou como sendo moderna pelas características típicas da época.

Nesse período, o Brasil vivia um impulso desenvolvimentista, sem contar que o Estado de Mato Grosso do Sul estava inserido na área da expansão da fronteira agrícola. Nesse conjunto de políticas governamentais que caminhavam no sentido do desenvolvimentismo, havia uma série de inconseqüências e irresponsabilidades para com a sociedade e o meio ambiente de forma geral. Poderíamos afirmar que os fins justificavam os meios.

Os anos de 1990 foram, no entanto, o momento em que surgiu e despontou o turismo em Bonito como uma nova dinâmica de desenvolvimento capitalista. Ele veio para renovar e diversificar a economia do município. Em Bonito, havia uma vocação turística ainda inexplorada, voltada diretamente para as inúmeras belezas naturais ali existentes.

Nesse período, o Estado de Mato Grosso do Sul discutia e implantava o processo de licenciamento ambiental para empreendimentos turísticos. No turismo estadual, o licenciamento ambiental era algo inédito. Como agravante, praticamente todos os

empreendimentos turísticos encontravam-se em áreas e proteção permanente (APP). A grande questão da época foi: Como licenciar sem travar a atividade do turismo?

Diante do exposto, Vargas ressalta que essa nova atividade econômica surgiu em meio a uma onda ambientalista que havia tomado conta do mundo e do Brasil. Basta o destaque da RIO-92, que ocorreu em território brasileiro no ano de 1992 como já foi tratado nesse capítulo.

Aprofundando essa afirmação, Mariani (2000, p. 146) esclarece:

A realização, no Brasil, da ECO-92 e a evidência da questão criaram, nesta época, um cenário favorável à institucionalização de procedimentos disciplinadores. Remontam a este período as primeiras experiências com vistas à fixação de limites para o número de visitantes em alguns passeios.

Bonito passou a ser um destino turístico, mas sem lançar mão das atividades agropecuárias. Como dito há pouco, é mais uma atividade econômica que surgiu no município. Na visão de Vargas (1998, p.20): “O turismo, por sua vez, surge devidamente acompanhado pela preocupação com a conservação ambiental, visando a atender aos preceitos de um desenvolvimento sustentável.”

Outra afirmação significativa da mesma autora é que: “Em Bonito, o homem transforma a natureza e através de sua atividade constrói as condições, não para novas transformações, mas para o acesso e o uso da natureza não transformada.” (VARGAS, 1998, p. 20).

A partir desse período, Bonito adotou o turismo como estratégia de diversificação e revitalização do espaço rural, e essa teia passaria a ser ampliada também no espaço urbano, com a instalação de restaurantes, meios de hospedagens e outros serviços de apoio ao turista. O turismo garantiria a ampliação da importância do mundo rural, que antes servia apenas para atender às necessidades de produção de alimentos, em especial da carne bovina, mas passaria a ser referência no que diz respeito ao ecoturismo no Brasil, em virtude de sua bela natureza, que deveria ser preservada.

O foco aqui dado é que essa onda de preocupação ambiental que o país atravessava em virtude da RIO-92 foi fundamental para que a atividade econômica do turismo em Bonito surgisse com limites, até porque a região possui algumas singularidades que necessitam de

limites. De acordo com Vargas (1998, p.35) o turismo despontou dentro de uma viabilidade econômica guiada pelos ideais do desenvolvimento sustentável:

Assim, essa nova visão de mundo também é estabelecida em Bonito: a natureza, ou parte dela, precisa ser conservada. Entretanto, a reprodução do capital sem a descaracterização profunda dessa natureza, só se viabiliza através do turismo. Essa atividade econômica surge como uma possibilidade real de circulação do capital na região e é vista como pouco agressora ao meio ambiente. Para corroborar essa nova postura, surge, através de imposição legal, a Educação Ambiental como uma disciplina obrigatória na rede de ensino local.

Notadamente, é inegável que Vargas realizou seu estudo num período e ambiente em que o município de Bonito estava “repleto” de discussões e debates em torno do turismo. Os temas eram variados, indo desde a viabilização econômica da atividade do turismo até possíveis soluções para preservar e proteger a rica e delicada natureza que o município possuía.

Paralelamente, no tocante à implementação do turismo no município, surgiu a preocupação com as deficiências na infraestrutura, que, de início, eram entendidas de várias formas, conforme o interesse de cada um. Na década de 1990, havia um trecho de 20 km da rodovia MS-382, ou seja, parte do trecho que liga a cidade de Guia Lopes da Laguna a Bonito, que não era pavimentado; os políticos e gestores do turismo defendiam a conclusão da pavimentação, já que a falta de asfalto era uma barreira, um entrave, para o desenvolvimento do turismo local. Até as operadoras de turismo tinham dificuldades para locar ônibus para transportar os turistas até Bonito. A falta de pavimentação era um obstáculo, desestimulando a ida do turista.

Contrariamente a isso, vinha a ótica dos ambientalistas, para quem a falta do asfalto era um ponto positivo naquele momento, sendo uma forma de proteger o meio ambiente contra a “invasão” de turistas. Defendiam que devia haver uma maneira de limitar o fluxo de turistas, já que o município não estava devidamente preparado para receber o turismo, não possuindo capacidade de suporte. A falta do asfalto contribuiria para a preparação do município para a atividade do turismo.

Concomitantemente, Vargas ainda aborda outras preocupações que passaram a existir a partir do *boom* do turismo em Bonito. A primeira delas diz respeito ao tipo de turista que o município iria receber. O asfalto seria um facilitador para atrair o turismo da 3ª Idade⁹⁵, mas

⁹⁵ “Turismo da 3ª Idade é denominação dada a turistas da faixa etária superior a 50-60 anos, geralmente aposentadas, portanto com maior tempo livre. Viajam preferencialmente em grupos (excursões) e valorizam

também poderia ampliar o número de “farofeiros”⁹⁶ no município. A segunda preocupação residiu no debate em torno da necessidade de construção de um aeroporto para atrair turistas com um bom poder aquisitivo. A terceira vinculava-se à construção de um pórtico equipado com serviços de informações, apoio ao turista e cobrança de pedágio, o que também seria um fator de inibição à vinda do “farofeiro” ao município.

Vargas traz a opinião de vários entrevistados sem identificação e um desses opinou sobre a instalação desse possível pórtico dizendo que:

Esse posto deve custar mais de 100 mil reais. Mas ele é importante para a gente poder administrar melhor o farofeiro. [...] o turista de baixo poder aquisitivo é bem vindo na cidade, só precisamos fazer ele se comportar adequadamente. Aqui ele se comportando mais ou menos como um ecoturista, porque ninguém aqui é ecoturista, em Bonito vem pouquíssimo ecoturista, então a gente pega e faz o turista se portar como um ecoturista. Então nesse Centro de Recepção ele receberia orientação. [...] ele (o turista) pode só pagar o pedágio e seguir, mas como isso vai ser uma obra bonita, e a gente vai estar entregando material, eu acho que o pessoal pára para se informar, para ir ao banheiro, vai ter lugar para vender pequenos artesanatos, máquinas de refrigerante. (VARGAS, 1998, p.105).

Além disso, Vargas ressalta que esse pórtico teria funções importantes, como: “[...] adestramento/educação ambiental do turista, além da arrecadação de fundos – através do pedágio.” (VARGAS, 1998, p.105).

Entretanto, o trecho acima (opinião do entrevistado), em nenhum momento trata da parada do turista como uma forma de educá-lo ambientalmente; antes deixa claro que o turista só iria parar se quisesse; do contrário, bastaria pagar o pedágio. Outro detalhe que nos permite discordar da autora refere-se à arrecadação de fundos como sendo algo primordial, porém não há citação sobre a destinação desse fundo que seria arrecadado com o pedágio, ou seja, cita simplesmente que haveria o pedágio.

Afirmar que essas ideias, discursos, debates estavam ligados diretamente com a preocupação ambiental não condiz com o teor do texto. Levando-se em consideração o que está sendo tratado no texto de Vargas, o que realmente fica claro e prevaleceu foi um falso discurso ambiental, atravessado de interesses econômicos.

muito o local visitado. Também são exigentes e necessitam maior atenção e segurança nos passeios devido ao comprometimento da habilidade física.” (VARGAS, 1998, p.104). Vindo para a atualidade, até o momento em que este estudo foi concluído, ou seja, em agosto de 2010, o turismo da 3ª Idade encontrava-se num processo embrionário. A defesa para seu aprimoramento continuava existindo, porém sem ações efetivas.

⁹⁶ “Farofeiro, popularmente, significa o turista de menor poder aquisitivo que acessa os locais de passeio mais baratos, durante os finais de semana, feriados ou férias. A principal característica desse tipo de turista é levar consigo tudo o que vai consumir durante a viagem.” (VARGAS, 1998, p.104).

Além disso, o estudo da autora mostra muito bem, em suas entrelinhas, o conflito que havia no discurso da preservação, da conservação, enquanto as ações estavam voltadas prioritariamente para o mercado turístico, que, naquele momento, revelava tendências à elitização. Isso foi bem visível na ideia de inibir a vinda do “farofeiro” ao município. Há um trecho no texto que aponta a existência de um guia que se utilizava de uma camiseta com os seguintes dizeres: “Bonito não é para farofeiro, Bonito é para quem tem dinheiro.” (VARGAS, 1998, p. 108). Vestimenta no mínimo deselegante, para um local turístico, mas retratava a real preocupação com a elitização por parte dos atores envolvidos com o turismo em Bonito.

Já em outro trecho há um discurso bem pautado em torno de que Bonito é um “santuário ecológico”, composto de belezas naturais sensíveis e, para que perdurem “para o resto da vida”, o turismo deve ser ecológico e muito bem controlado, com limites. “Não podemos [...] facilitar e, amanhã ou depois, isso aqui transformar-se num ‘elefante branco’.” (VARGAS, 1998, p.109).

Um dos empresários pioneiros do setor do turismo afirmou, durante a entrevista, que essa questão do portal foi discutida, porém não é que não quisessem os “farofeiros” em Bonito, pois sua vinda era certa:

[...] agora o que não podia acontecer é justamente aquela barbaridade que aconteceu no Balneário Municipal [...] muita gente com suas caixas de isopor cheias de bebidas, igual ao carnaval. O pessoal abarrotava aquele balneário, traziam até parabólica. Enchiam de barracas. Agora imaginem mais de cinco mil pessoas dentro do balneário. O mal cheiro de urina predominava. Não é que não queríamos farofeiros. A alternativa era começar a cobrar. Pra ter uma idéia tinha garrafas quebradas dentro do rio onde pessoas cortavam o pé. Briga de bêbados toda hora. Pra diminuir essa barbaridade a solução foi cortar e colocar regras pra melhorar. (EMPRESÁRIO PIONEIRO 4 DO SETOR DO TURISMO).

Em outras palavras: o turismo em Bonito nasceu como um negócio e precisava de um meio ambiente conservado.

Além disso, Behr (2001) cita a figura do Sérgio Ferreira Gonzales (Sérgio da Gruta⁹⁷ – primeiro guia de turismo de Bonito) como um ambientalista que, desde o início da década de

⁹⁷ Entrevista realizada com Sérgio Ferreira Gonzales em 2 de outubro de 2009. Conhecido popularmente por “Sérgio da Gruta”, foi o criador do brasão de Bonito e o primeiro guia de turismo do município. “Ele ajudou muito também na realização dos primeiros passeios dos grupos de descida de bote no Rio Mimoso, em 1986, além de acompanhar várias equipes de pesquisa, gravações para programas de televisão em cavernas da região e mergulho. Contribuiu para a abertura de trilha da cachoeira do Aquidaban, em 1984, sugerindo a muitos

1980, veio desenvolvendo ações em defesa do meio ambiente e tombamento das grutas da região e do Pantanal. Muitas pessoas, à época, consideravam-no “um louco”, pois, nesse período, poucos tinham coragem de defender o meio ambiente. Sérgio, juntamente com o movimento ambientalista, conseguiu o apoio da Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul para o tombamento das grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida.

Sérgio da Gruta contou que, no ano de 1983, a *Revista Veja* fez uma matéria em que ele era o ponto central. O título foi “O defensor solitário do rio Formoso.” À época, isso repercutiu fortemente e trouxe a Bonito outros jornalistas que queriam conhecer sua luta em defesa do meio ambiente. Naquele período, o desmatamento acontecia para dar lugar às lavouras e pastagens, sem os devidos cuidados. Não possuíam curvas de nível e caixas de retenção. As matas ciliares vinham sendo destruídas. A partir desse quadro degradante, Sérgio da Gruta buscou a defesa ambiental e afirmou ser o primeiro ambientalista de Bonito. Iniciou sua luta defendendo o rio Formoso. As lavouras da época utilizavam muitos agrotóxicos e havia produtores rurais que lavavam e abasteciam os tanques de pulverização nos rios cristalinos da região. O resultado disso foi a matança e contaminação de peixes e animais.

Constata-se que essas investidas em defesa do meio ambiente criaram um clima favorável para que, em 1986, fosse criado, em Bonito, o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), que foi o primeiro conselho de meio ambiente do Centro-Oeste.

De acordo com Pellin *et al* (2004), os relatos de ex-conselheiros do COMDEMA evidenciam que a sua atuação no município passou por fases em que foi mais atuante e comprometido com a defesa ambiental e outras em que aparentou ser passível e submisso. Isso decorreu especialmente de interesses particulares de alguns membros e intervenções político-partidárias.

Sérgio da Gruta comentou que a criação do COMDEMA veio para contribuir para a defesa ambiental de Bonito e região. Para a época, foi um grande avanço:

A ideia foi criar um conselho que buscasse a preservação dos rios. Esse conselho tinha que fazer frente a mineração. Na região de Bonito tinha até garimpo de ouro. O calcário também era explorado desordenadamente. Havia ideia de explorar o mármore e isso tudo poderia degradar a natureza. Um conselho viria pra ajudar a defesa da natureza.

O empresário pioneiro 2 do setor de turismo, que é morador antigo de Bonito, contribuiu para a criação do COMDEMA. O motivo individual de sua participação nesse processo de defesa do meio ambiente foi o fato de não concordar com a degradação que vinha ocorrendo na década de 1980: “Eu não me conformava em ver um rio lindo estar sendo envenenado ou assoreado. Ai surgiu a oportunidade de contribuir , então ajudei a criar o COMDEMA, que foi muito importante para a época.” Outra informação importante a ser exposta foi que “[...] nós nunca imaginávamos que Bonito iria virar o que virou no turismo. Pensamos em defender o meio ambiente pra permanecer puro, limpo para nossos filhos e netos ver.” (EMPRESÁRIO PIONEIRO 2 DO SETOR DE TURISMO).

De forma geral, essas ações ambientais acorreram em um período anterior à RIO-92. Como o próprio Sérgio da Gruta disse: “Bonito era exemplo para muitos outros municípios [...] Nossa luta aqui foi anterior a 1992.” Essa informação contrariou o que foi afirmado por Vargas. A autora afirmou que as ações de defesa ambiental e a gênese do movimento ambientalista só ocorreram em Bonito na década de 1990. A autora desconsiderou o surgimento do COMDEMA e a luta individual do Sérgio da Gruta.

Assim, para compreender o processo de formação de um pensamento ambientalista em Bonito, Vargas (1998) traz em seu texto outros fatos que foram de grande relevância para a defesa do meio ambiente no território de Bonito na década de 1990:

- 1992 – durante o verão, ao ser detectada contaminação das águas do rio Formoso, o Balneário Municipal é interditado para banho. A medida causa grande repercussão e, em vista disso, é organizada uma Mesa Redonda, em 19/12/92, na cidade de Bonito, para discutir a qualidade das águas do rio Formoso, participaram autoridades locais, representantes de entidades civis. É elaborado um documento com propostas de ação para o controle ambiental da bacia do rio Formoso. O evento também foi noticiado em veículos de comunicação de alcance estadual;
- 1993 – o geólogo Paulo César Boggiani realiza uma perícia solicitada pela Promotoria de Justiça de Bonito, objetivando um levantamento sobre as intervenções que vinham sendo realizadas pelas obras de pavimentação da rodovia MS-382 (Bonito – Guia Lopes da Laguna). O documento apresentado apontou inúmeros problemas, entre eles, a ausência de estudos do solo e dos recursos hidrológicos da região. O fato também foi bastante divulgado pela mídia. Até o momento (1998) a ligação não foi concluída, mas, em agosto de 1997, o Governador do Estado e sua comitiva estiveram no local para anunciar a retomada dessa e de outras obras. É certo que a ligação asfáltica um dia se concretizará, assim como outras obras anunciadas, independente das manifestações contrárias, pois essa é a orientação do movimento do capital;
- 1993 – É aprovada a Lei Municipal no. 636, em 01/04/93, que institui na Rede Municipal de Ensino a Disciplina que trata do Meio Ambiente – a Educação Ambiental;
- 1993 – Acontece a cerimônia de encerramento do primeiro curso para guias de turismo em Bonito, em 03/04/93;
- 1993 – o geólogo Paulo César

Boggiani, em 02/05/92, apresenta um relatório de constatação de intervenção na Gruta Nossa Sra. Aparecida, coverna interdita para a visitação pública; • 1994 - A CODEMS (Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul), órgão estadual que abriga o setor de turismo, apresenta um projeto de implantação de uma escadaria na Gruta do Lago Azul que é repudiado veementemente pela comunidade ambientalista representadas por diversas ONGs de Mato Grosso do Sul. • 1994 – [...] Através do artigo intitulada “Crescimento ameaça natureza em Bonito”, Rebeca Kristsch e Nilo Nogueira alertam para a falta de saneamento básico que, aliada ao turismo predatório, vem ameaçando as belezas naturais de Bonito. • 1997 – em abril deste ano tem início uma nova edição do Curso para Formação de Guias especializados em atrativos turísticos, promovido pelo Departamento de Turismo do Município, com o apoio do SEBRAE, SENAC e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). (VARGAS, 1998, p. 124-125).

A autora afirma que muitos desses fatos ocorreram por influência do clima de consternação gerado pela RIO-92.

Outros acontecimentos a que Vargas se refere são dignos de destaque, pois ocorreram em 1994 e 1997, quando havia a contradição entre o *boom* turístico em Bonito com a luta pela preservação:

Em 1994, KRISCH e NOGUEIRA, através de um artigo intitulado “Crescimento ameaça natureza em Bonito”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo, alertavam quanto à falta de saneamento básico e ao turismo predatório que, juntos, estariam ameaçando a integridade do lugar. Este artigo destaca que “a maioria das atrações fica em propriedades particulares” onde “a regra é: mais lucro em menos tempo.” Outra questão apontada é quanto à falta de zelo pelos turistas: “o descaso na maioria dos passeios é completo, tanto com o ambiente quanto com o turista” [...]. Em 1997, durante o período de Carnaval, a cidade teve sua população dobrada, obrigando seus líderes políticos a apelarem através da imprensa de circulação estadual, para que as pessoas que não tivessem reservas de hospedagem não fossem, pois a cidade não comportava mais visitantes. (VARGAS, 1998, p.114).

Já Mariani (2000) complementa apresentando outros acontecimentos de grande importância para o meio ambiente de Bonito:

- 1996 – Foi formada a primeira versão do Programa Pantanal, com ações relacionadas ao saneamento básico e ecoturismo para o município de Bonito;
- 1997 – A primeira versão do Programa Pantanal foi modificada e as ações relacionadas ao saneamento básico e ecoturismo, para o município de Bonito, permaneceu;
- 1998 – Foram editados os resultados do Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP) e o Programa Pantanal teve a missão de análise, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (MARIANI, 2000, p. 150-151).

Há aspectos jurídicos institucionais no município de Bonito que passaram a funcionar como instrumentos que contemplam a preservação do meio ambiente local, criando uma consonância com a atividade do turismo. Primeiramente, vale lembrar da Lei Orgânica do município, que estabelece os princípios e diretrizes básicos para o controle e gerenciamento dos recursos naturais. Há também outras leis municipais que têm como foco específico o turismo dentro da sustentabilidade. Cita-se a Lei nº. 689/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade do acompanhamento do guia local nos passeios turísticos do município, com exceção do Balneário Municipal. Outra lei é a de nº. 694/95, que dispõe sobre a proibição do uso de embarcações motorizadas nos rios do município de Bonito⁹⁸. Tem-se também o exemplo da Lei nº. 516/90, que regulamenta a utilização pública do Balneário Municipal, e a Lei nº. 755/97, que estipula o preço de R\$ 5,00 por ingresso do Balneário Municipal, e isenta os moradores do município do pagamento. Por fim, a Lei nº. 695/95 criou o Conselho Municipal do Turismo (COMTUR), que é um órgão deliberativo e consultivo que visa criar condições para o desenvolvimento do turismo em Bonito. (SILVA, 2001). Esse arcabouço jurídico institucionaliza a exploração do meio ambiente como produto turístico e estabelece-lhe limites.

Em suma, vale realçar que, no mundo e no Brasil, houve a mudança de foco quanto aos problemas ambientais *versus* a preservação, já que, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, essa busca preservacionista esteve mais ligada à criação de leis e normas. Nas décadas de 1990 e nos anos 2000, destacamos, no entanto, o papel das conferências, como a RIO-92, a RIO+5 e a RIO+10.

Há, porém, uma crescente ideia de aplicação de instrumentos econômicos para a preservação ambiental, o que vem provar que o uso da percepção econômica pode dar mais resultados do que as leis e normas. No caso de Bonito, é bem evidente que o econômico tende a sobressair-se com relação ao social e ao ambiental, porém, sem meio ambiente preservado, em Bonito não há atividade econômica do turismo. Observa-se, entretanto, que a ideia central do movimento ambientalista nasceu de uma articulação da sociedade civil, congregando lideranças sociais, ambientais e até mesmo empresariais, movidas pela necessidade e desejo de se unirem para colocar o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável como eixo central nas ações da sociedade e nas políticas públicas.

⁹⁸ Passeios de barcos motorizados e similares ocasionam alterações morfológicas (nas margens, pela construção de acessos, e no leito, pela navegação intensiva com equipamentos inapropriados), contaminação da água por óleos e lubrificantes e alteração na biota de impactos diretos e indiretos. (MEDINA JÚNIOR, 2007).

Vale ressaltar, ainda, que o movimento está sendo organizado, sofrendo pressões, alterações, aperfeiçoamento e momentos de retrocesso ao longo de sua existência.

Outros mecanismos, ações, instituições e programas que envolvem a defesa do meio ambiente serão apresentados a seguir.

5.4 A Promotoria de Justiça de Bonito⁹⁹

Os ministérios públicos estaduais, desde a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), vêm cumprindo um importante papel no Brasil, em especial no que tange a conservação e preservação ambiental.

Compulsando-se a CF/1988, depreende-se que seu art. 129 (seção referente à organização dos poderes) estabelece as funções institucionais do Ministério Público (MP), dentre elas: “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.” (art.129, inciso III da CF/1988).

Pode-se complementar o entendimento das funções institucionais do MP com relação à ação civil pública por meio da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, que é anterior à CF/88 e “disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.”

O Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet (2009, p.9) diz:

⁹⁹ Este item da tese foi elaborado com base na entrevista realizada em 28 de setembro de 2009, com o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet, que está desempenhando a função em Bonito desde 2002. Loubet possui Especialização em Direito Ambiental, pela Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal (UNIDERP), e em Direito Tributário, pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET). É Diretor para a América Latina da Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA) e membro da Rede Latino-Americana do Ministério Público Ambiental. Vale informar que basta uma busca rápida pela *internet* para encontrarmos várias matérias sobre a atuação desse jovem Promotor de Justiça. Loubet virou referência na Justiça Ambiental do país, pois fez cumprir leis que existiam no papel, contudo não eram executadas. Além das várias matérias que trazem a atuação de Loubet à frente da Promotoria de Bonito, há um livro que retrata a história de dez pessoas que lutam em prol do meio ambiente, e Loubet é uma dessas pessoas.

Um dos grandes problemas na América Latina para a proteção do meio ambiente é a baixa implementação da lei ambiental, já que em muitos países há um bom arcabouço jurídico para preservação e punição de danos ambientais e dos poluidores, mas não se consegue uma ampliação efetiva destes diplomas legislativos. Em razão disso, a atuação dos membros do Ministério Público torna-se essencial, já que é a eles incumbida a defesa da sociedade, mediante a fiscalização da lei.

Nas entrevistas, em matérias de jornais e revistas, pode-se notar que, em Bonito, há um diferencial positivo na atuação dos promotores de justiça com relação a questões que envolvam o meio ambiente daquele município. Muitas das ações que são executadas ali se tornam bons exemplos e modelo para os demais municípios do Brasil e até mesmo para outros países.

Poderíamos aqui apresentar várias falas dos entrevistados enobrecendo o papel da Promotoria no município, mas vamos nos deter inicialmente em um resgate histórico.

Um dos entrevistados que colaborou para a realização desta tese, em especial deste item, é empresário do setor de turismo no município de Bonito. Foi um dos pioneiros que vivenciaram o processo transitório da agropecuária (vista como fonte de renda e emprego) para a diversificação de sua economia a partir da inserção do turismo no final da década de 1980 e início de 1990.

Destacou, durante sua entrevista, que o papel da Promotoria de Bonito na conservação dos recursos naturais tem sido importantíssimo: “Quando foi preciso o Promotor Público esteve presente defendendo a natureza.” (EMPRESÁRIO PIONEIRO 1 DO SETOR DO TURISMO).

O mesmo entrevistado afirma isso resgatando um fato ocorrido no início da década de 1990 (momento em o turismo se firmava como uma alternativa econômica). Ressaltou que os fazendeiros de Bonito pensavam em criar boi, plantar lavouras e nada de turismo, no entanto bastava uma chuva para turvar as águas do rio Sucuri. Esse acontecimento provava que existia algum problema às margens do rio, então a alternativa mais prudente foi procurar o Promotor de Justiça da época, que fez uma visita *in loco* e constatou que a enxurrada ia direto para o rio, levando sedimentos e iniciando um processo erosivo no solo e de assoreamento no rio. “Em algumas propriedades não existia a cultura da curva de nível, das caixas de contenção e a mata ciliar era estreita, possuindo apenas 14 passos de largura estando bem degradada. Havia trechos que as plantações estavam quase dentro do rio.” (EMPRESÁRIO PIONEIRO 1 DO SETOR DO TURISMO).

Diante da constatação da inviabilidade de utilização do rio para o turismo, o Promotor imediatamente tomou medidas para solucionar o problema.

O atual Promotor de Justiça de Bonito, Luciano Furtado Loubet, destacou que a Promotoria busca amenizar os impactos negativos causados pelo homem ao meio ambiente, seja o turismo, seja a pecuária ou a agricultura. No caso específico de Bonito, os cuidados estão voltados, em especial, para os recursos hídricos, solos, fauna e flora, além de ações que visam atender às questões sociais do município.

Citou que a legislação ambiental vem sendo aplicada, como, por exemplo, a obrigatoriedade de licenciamento ambiental para os todos os empreendimentos, além do respeito à capacidade de carga de cada um dos atrativos. Quando há algum impacto indesejado (no caso desrespeitando as leis ambientais), busca tomar as providências de forma rápida e enérgica.

Enfatizou que a subunidade da Polícia Militar Ambiental (PMA) de Bonito é bastante atuante e parceira da Promotoria. Destacou, ainda, que a maior parte das denúncias de crimes ambientais ocorridos em Bonito vem da PMA, ou seja, são as denúncias espontâneas. Existem também as denúncias induzidas, que chegam até a Promotoria por meio dos projetos que são realizados no município. Já por parte dos turistas, ainda não houve denúncias feitas ao Promotor por motivo de crimes ou danos ambientais, mas sim por mau atendimento (Direito do Consumidor).

Bonito apresenta características próprias que fazem do município um “centro das atenções.” Assim como o empresário pioneiro na área do turismo¹⁰⁰ que foi entrevistado e citado anteriormente, o próprio Promotor de Justiça afirma que “[...] toda ação feita em Bonito tem forte repercussão nacional. Bonito é hoje um ponto de referência no Brasil.” Comenta também que, em Bonito, o que vem sendo feito é procurar pôr em prática a legislação ambiental. Algumas dessas ações executadas em âmbito local tornaram-se referência nacional e modelo para o MP Estadual.

Um desses projetos bem sucedidos é o “Formoso Vivo”, que vem sendo desenvolvido em parceria com entidades ambientais locais e ONGs. O objetivo desse projeto é promover a recuperação ambiental, ou seja, adequação ambiental das propriedades rurais, como as áreas

¹⁰⁰ “O Promotor de Justiça de Bonito conta com um apoio importante e muito forte que é a mídia. Em Bonito tudo que é feito contra meio ambiente vira manchete e passa na televisão. Bonito tem um nome muito forte no Brasil. O que é feito de bom vira exemplo. Toda mídia quer mostrar Bonito.”

de preservação permanentes (APPs), matas ciliares, reserva legal e um plano de conservação de solo que vise eliminar o processo erosivo.

O Rio Formoso foi escolhido por ser o principal rio turístico do município. O projeto ampliou-se para a Bacia do Rio Formoso, que hoje conta com 6 rios e 120 propriedades rurais. Essas propriedades que estão fora das adequações ambientais foram convocadas para assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)¹⁰¹, ou seja, foram obrigadas a assumir o compromisso de adequações sob as penas da lei.

Na visão do representante 1 das ONGs de Bonito, a melhor solução para quase todos os problemas ambientais existentes nas margens de rios, córregos e nascentes é a aplicação dos TACs para todos os produtores rurais, os quais respeitam a Promotoria de Justiça. As ONGs sozinhas não conseguem fazer muito, mas, tendo o apoio da Promotoria, muita coisa é feita. Esses problemas ambientais que envolvem uma bacia hidrográfica são resolvidos em sua totalidade por meio de TACs.

Uma crítica feita aos TACs diz respeito ao fato de os prazos firmados serem pouco factíveis, dificultando o auxílio das ONGs. Como enfatiza o representante 1 das ONGs:

[...] os recursos hídricos dependem de uma visão mais ampla, como a limpeza das margens de córregos, conservação de estradas, normatização do uso da água, conservação das matas ciliares entre outras ações [...]. Com prazos apertados não há como cumprir. (REPRESENTANTE 1 DAS ONGS).

Há, entretanto casos em que a Promotoria não consegue solucionar o problema por meio de TAC. Diante disso, ingressa-se na justiça por meio de ação civil pública. (LUCIANO FURTADO LOUBET).

Uma parte do “Formoso Vivo” foi a aquisição de um trator com recursos oriundos de compensações ambientais que vão para o Fundo Municipal de Meio Ambiente. Esse trator faz curvas de nível, o que evita o processo erosivo e assoreamento de nascentes, córregos e rios da Bacia do Rio Formoso. A ideia do uso desse trator é viabilizar os custos para os

¹⁰¹ "O termo de ajustamento de conduta (TAC), também denominado de Compromisso de Ajustamento de Conduta ou de Compromisso de Ajustamento às Exigências Legais (CACEL), 'é um instrumento legal destinado a colher do causador do dano ao meio ambiente, entre outros interesses difusos e coletivos, um título executivo de obrigação de fazer e não fazer, mediante o qual, o responsável pelo dano assume o dever de adequar a sua conduta às exigências legais, sob pena de sanções fixadas no próprio termo'." (DE MIO, 2006, p. 94).

proprietários rurais, já que pagam somente o óleo diesel, a estada e a alimentação do operador.

Destacamos que, em Bonito, os recursos obtidos a partir das indenizações por danos ambientais são destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente e podem ser empregados nos projetos ambientais e no auxílio em material e equipamentos da PMA, entre outras destinações.

O maior desafio do “Formoso Vivo” é uma questão pontual, que diz respeito a uma área de brejo de aproximadamente 3.000 ha. que vem readequando-se aos problemas ambientais existentes e passíveis de ocorrer: “Temos que fazer com que os proprietários respeitem essa área ela é importante para os rios e córregos.” (LUCIANO FURTADO LOUBET).

Como já mencionado, esse projeto tornou-se referência nacional, sendo escolhido para uma campanha nacional de uma entidade do MP e divulgado na Rede Globo de Televisão.

Atualmente, transformou-se em um programa dentro do MP estadual, intitulado SOS Rios. A inspiração veio do Projeto Rio Formoso de Bonito. Esse programa tem aproximadamente 1.200 propriedades cadastradas e em cadastramento para fazer o que foi feito na Bacia do Rio Formoso.

Desse programa SOS Rios, surgem os programas prioritários do MP estadual e atualmente a prioridade é o rio Miranda, desde sua nascente, localizada em Ponta Porã, até sua foz, em Corumbá. É feito um levantamento e os promotores de justiça buscam os ajustes necessários para a recuperação das matas ciliares. Há casos de cercamento das áreas para que a vegetação se regenere, ou seja, para que ressurgja a vegetação natural. Em outros casos, é preciso executar o plantio de árvores nativas: “Nosso trabalho é tirar a lei do papel e colocá-la em prática”, enfatiza Luciano Loubet.

O Projeto Rio Miranda realizou um levantamento de todas as propriedades que margeiam esse rio (da nascente até a foz) e envolveu todas as promotorias dos municípios por onde o rio passa, para realizarem os TACs necessários. A Promotoria de Bonito ficou responsável por 180 propriedades.

Como Bonito é um polo turístico, todo empreendimento (atrativos turísticos) necessita do licenciamento ambiental. Em 2006, houve uma campanha por parte da Promotoria para que isso ocorresse. Foi ajuizada uma Ação Civil Pública visando ao fechamento dos

empreendimentos que não possuíssem essa licença. O resultado da atuação da Promotoria foi que 50% dos atrativos não estavam regulamentados, incluindo-se até mesmo a Gruta do Lago Azul (atrativo mais visitado). O licenciamento ambiental é responsável por regulamentar a capacidade de carga e as condições das instalações e pela minimização dos possíveis danos que possam vir a ocorrer.

Já com relação aos atrativos turísticos que estão instalados em APPs, Loubet informou que essas instalações são antigas e não se conseguiu aplicar as leis “ao pé da letra.” Foi observada a importância das respectivas instalações dos atrativos para tomar as decisões. Trouxe, como exemplo, os balneários¹⁰² existentes em Bonito, mostrando a dificuldade de conciliar a lei que está expressa no papel, sua aplicação prática e o desejo da população:

Esses balneários não são considerados ecoturismo, [...] mas sim turismo de massa. A legislação prevê somente a existência de trilhas e decks. Contudo deveria prever outras alternativas com base em estudos e laudos técnicos. A lei é clara, prevê trilhas e decks, mas para o turismo de massa isso é inviável. Agora, como essas construções eram antigas e já possuíam licença para o funcionamento a alternativa encontrada pela Promotoria foi fazer TACs para as compensações ambientais e algumas adequações. Os empreendimentos fizeram estudos ambientais e apresentaram aos órgãos competentes, só assim pôde decidir se era mais viável permanecer como estavam ou ser retirados das APPs. (LUCIANO FURTADO LOUBET).

Explicou a regra adotada para construções que são consideradas irremovíveis, como os muros de arrimo, restaurantes e outras construções de alvenaria, que ficariam como estão mediante alguma indenização ambiental.

Nesse mesmo sentido, o representante 2 das ONGs de Bonito fez coro ao que foi explicado pelo Promotor de Justiça, dizendo que há construções que, se forem retiradas das APPs, causarão um dano maior do que se permanecerem como estão, porém quem tem o poder de decisão para determinar o que deve ser demolido ou não é o órgão ambiental responsável pelas licenças.

Loubet comenta que, em junho de 2009, os Promotores de Justiça que atuam na área ambiental fecharam um entendimento coletivo dentro do MP estadual com relação à construção em APPs: ficou decidido respeitar o direito adquirido, ou seja, quem contruiu anteriormente à legislação vigente permanece como está e quem está irregular, sem

¹⁰² Outro impacto que há nos balneários é o excesso de alimentação que é dado para os peixes. Loubet trata disso dizendo: “O Balneário Municipal sofre o impacto de alimentarem os peixes em excesso. Isso ocasiona impactos negativos para as piraputangas e outros peixes, mas com o número elevado de visitantes existe uma dificuldade de controle.” (LUCIANO FURTADO LOUBET)

licenciamento, deverá demolir as construções. Isso já vem sendo aplicado na área que engloba o projeto Miranda. A lei é antiga, pois o Código Florestal é de 1965, mas a última alteração data do ano de 1989.

A atuação da Promotoria também está voltada para os problemas ambientais urbanos. Com relação ao esgoto, o Promotor ressalta que era o principal problema ambiental urbano de Bonito, mas hoje conta com 100% do esgoto coletado e tratado. Isso ocorreu graças a uma parceria entre a Petrobras e a Sanesul, que liberaram recursos para fazer de Bonito a única cidade de Mato Grosso do Sul a ter 100% do esgoto coletado e tratado.

A gravidade desse problema ambiental apareceu em vários estudos e até mesmo em matérias de jornais, revistas, dissertações e teses. Um exemplo foi a matéria já citada do jornal *Estado de São Paulo* (edição de 23 de agosto de 1994), que denunciou o problema do crescimento desordenado, o qual poria a natureza de Bonito em risco. O artigo de Rebeca Kritsch e Nilo Nogueira alertou sobre a falta de saneamento básico de Bonito. (VARGAS, 1998).

Já o trabalho de doutoramento de Mariani (2000) informa que a cidade de Bonito (vista como o Paraíso das Águas) contaminava seus recursos hídricos com o esgoto, pois apenas 50% das casas eram ligadas à rede de esgoto e, na periferia, havia fossas e esgoto a céu aberto nas proximidades de córregos. Mariani complementa dizendo: “a meta a ser alcançada é de 100% de rede de esgoto até 2004, com o Programa Pantanal” (MARIANI, 2000, p.173).

A dissertação de mestrado de Luciana Ferreira da Silva (2001, p.20) informava que:

[...] 95% da população é servida pela rede de abastecimento de água e cerca de 80%, pela rede de esgoto sanitário. Os dejetos lançados nos córregos de Bonito, Restinga e Marambaia, integrantes da Bacia do Formoso, passaram a ser tratados na estação recém-implantada que terá capacidade para atender toda a sede municipal.

Já a tese de doutoramento de Magdalena Fernandes da Silva, apresentada em 2002, trouxe dados com base no Índice de Qualidade da Água (IQA) e avaliava se a qualidade da água era adequada ou não aos usos pretendidos, constatando que, no biênio 1997-1998, a qualidade do córrego de Bonito era ótima e boa, porém ficava comprometida ao adentrar o perímetro urbano, onde recebia afluentes domésticos.

A pesquisadora lembra ainda que a poluição das águas superficiais poderia afetar as espécies aquáticas e semiaquáticas. Complementa afirmando que: “[...] ausência de sistemas adequados de coleta e tratamento de esgoto, podem também afetar as águas subterrâneas, pelos riscos de contaminação do lençol freático, devido às características geológicas e geomorfológicas das região.” (SILVA, 2002, p.146).

Vargas (1998) também trata dessa questão, apontando que, no ano de 1992, o problema de contaminação das águas do Rio Formoso já existia. O Balneário Municipal foi interditado para banho, o que causou grande repercussão na cidade de Bonito. Foi realizada uma mesa-redonda com autoridades locais e representantes de entidades civis para elaboração de propostas de ação em prol da Bacia do Rio Formoso. Esse problema foi, à época, noticiado em veículos de comunicação de alcance estadual.

O descrito pelos pesquisadores evidencia que o problema do saneamento básico de Bonito era algo muito grave para um destino que tentava firmar-se como exemplo de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente.

Vargas (1998) enfatiza ainda que os principais problemas ambientais urbanos apontados pelos entrevistados da época eram o esgoto e o lixo.

As informações contidas nesses estudos vêm ao encontro da afirmação feita pelo Promotor de Justiça: o esgoto “era o principal problema ambiental urbano de Bonito.” A meta era ter solucionado esse problema anteriormente, mas o ano de 2008 ficou marcado com a inauguração de uma moderna Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

Por outro lado, o caso dos resíduos sólidos (lixo) continua sem uma solução adequada e permanente. Há um inquérito civil aberto que investiga a situação do aterro controlado, que, segundo o próprio Promotor entrevistado, não se encontra nas condições ideais, que seria a implantação de um aterro sanitário. “Já a coleta seletiva deveria ser otimizada. Houve uma redução no volume total de lixo em razão de uma campanha de consumo consciente¹⁰³, mas ainda tem que ser melhorado.” (LUCIANO FURTADO LOUBET).

¹⁰³ Essa informação foi apresentada pela Autoridade 2, dizendo que, em 2005, a produção média diária de lixo na área urbana do município, durante a baixa temporada, já descontando os recicláveis, era de 18 toneladas. Na alta temporada, havia casos em que a geração de lixo era mais do que o dobro, já que Bonito chega a receber mais de 16 mil visitantes. O tipo de lixo produzido pelos visitantes é diferente do que o do cidadão de Bonito. Descartam mais embalagens e resíduos que o residente, e isso ocorre em qualquer lugar do mundo. “De 2005 para 2008 com todo o trabalho de consumo consciente de coleta seletiva, que foi feito não só nas escolas, pois não acredito em educação ambiental só nas escolas, nós conseguimos reduzir de 18 toneladas dia para 16, esse número é importantíssimo, uma redução real de 2 toneladas dia, implica 60 toneladas mês, 720 toneladas ano a menos de lixo que foi gerado.”

O problema do lixo não é novo, no entanto a solução parece ser difícil e cara, pois o correto é a construção de um aterro sanitário e a otimização da coleta seletiva.

Estudos anteriores já evidenciavam que o lixo de Bonito encontrava-se disposto de forma inadequada, em contato com o solo, sem nenhuma proteção, o que ocasionava a produção de chorume e a queima permanente, contaminando, assim, o solo, o ar e a água. (SILVA, 2002).

Silva (2001, p. 20) também apresentou informação sobre o lixo: “A coleta de lixo é realizada diariamente na região central e duas vezes por semana nos outros núcleos e sua destinação final é feita em uma área a céu aberto.”

Mariani (2000), por sua vez, explana que o lixo era despejado a céu aberto, mas a prefeitura havia construído uma usina de compostagem e reciclagem de resíduos. Destaca que: “As margens de alguns córregos encontram-se bem degradadas, devido à retirada de mata ciliar, despejo de esgoto a céu aberto, lixo e entulhos.” (MARIANI, 2000, p.174).

É importante citar, entretanto, que, se comparada a relatos contidos em estudos anteriores, a situação dos resíduos sólidos de Bonito obteve uma melhora, mas, como é dito pelo próprio Promotor, “[...] não se encontra nas condições ideais [...],” tanto que há um inquérito civil aberto, buscando diagnosticar o problema e vislumbrar soluções.

Outra frente de atuação da Promotoria de Justiça de Bonito é a área socioambiental, que contribui diretamente com a ONG Instituto Família Legal, que prioriza atender as crianças que se encontram em situação de risco social. A atuação do Instituto Família Legal e dos projetos desenvolvidos está detalhada em um dos itens deste capítulo. Outra parceira da Promotoria de Bonito é a ONG Fundação Neotrópica do Brasil, que é a agente executora do projeto “Formoso Vivo.”

Por fim, Loubet destacou que a Promotoria de Bonito também atuou para melhorar as condições de segurança para os turistas nos atrativos de Bonito voltados para o turismo de aventura. Essa ação teve como idealizador o senhor Thalys Souza (Promotor de Justiça que atua na área do Direito do Consumidor), que desenvolveu um trabalho junto ao Corpo de Bombeiros para que fizesse laudos de todos os atrativos turísticos do município, e quase todos já assinaram TAC para se adequarem à meta de melhorar as condições de segurança dos turistas. (LUCIANO FURTADO LOUBET).

Lembrou que, no Brasil, até pouco tempo, não havia normas técnicas adequadas para a prática do turismo. Hoje há um projeto pioneiro intitulado “Aventura Segura”, envolvendo o Ministério do Turismo e o SEBRAE Nacional, em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), que, juntos, priorizam a prática do turismo com a devida segurança. Bonito é um dos polos que participam desse projeto.

Buscou-se, aqui, trazer à tona reflexões sobre as ações da Promotoria de Justiça de Bonito a respeito da sustentabilidade e suas dimensões. Em face dos fundamentos básicos de cada pilar da sustentabilidade, na dimensão ambiental/ecológica a Promotoria Pública vem realizando um ótimo trabalho, como ficou evidenciado, indo ao encontro dessa dimensão. Já com relação às sustentabilidades econômica e social, há um ponto de encontro indireto: o turismo de Bonito caracteriza-se pela necessidade de um meio ambiente preservado e conservado, e a Promotoria fez ações nesta área.

5.5 As principais ONGs de Bonito e sua contribuição

Desde o surgimento da economia como ciência, a partir de Adam Smith, há divergências e correntes que debatem a participação e o papel do Estado nas economias e conseqüentemente qual a intensidade das políticas públicas que realmente são necessárias para mover a sociedade. Em outras palavras, o Estado tem que ser responsável por quais funções?

Hoje, ao analisarmos os manuais de economia e de gestão pública, deparamos com a ideia já consolidada de que há três funções básicas do setor público (Estado): a alocativa, a distributiva e a estabilizadora.

Como o que prevaleceu foi o capitalismo, a linha mestra seria: o setor privado e as famílias inseridos em um mercado pagam seus impostos, taxas e contribuições para que o setor público, por sua vez, atue de forma necessária, eficaz e eficiente.

Não foi, no entanto, isso que ocorreu. Após o fim do *Welfare State* (meados da década de 1970), o Estado passou a sofrer um processo de falência, em razão das muitas demandas e do processo de burocratização excessiva, que o tornou ineficaz e ineficiente. Houve também a

instalação dos conflitos de interesses no interior do setor público, que passou a sofrer pressões das classes dominantes.

Esses fatos abriram um vácuo para a desconfiança e desesperança no Estado mais presente e, assim, surgiu o Terceiro Setor, que é a sociedade civil organizando-se na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou outras entidades sem fins lucrativos.

Essas organizações, de finalidade pública, passaram a atuar em diversas áreas, tais como: meio ambiente, combate à pobreza, assistência social, saúde, educação, reciclagem, desenvolvimento sustentável, entre outras.

No capítulo inicial deste estudo, que tratou do movimento ambientalista no mundo e no Brasil, constatou-se a presença fundamental de várias ONGs contribuindo para a defesa ambiental.

Vargas (1998), citando Rodrigues (1994), afirma que a proliferação das ONGs nada mais é do que a existência de uma saudável desconfiança em relação aos poderes do Estado, em uma sociedade que está disposta a assumir as tarefas que acreditava serem exclusivas do setor público. No Brasil, as ONGs ambientalistas tiveram seu ápice de aceitação pública durante a RIO-92.

No caso do município de Bonito, a presença dessas organizações é mais recente do que vimos com relação ao movimento ambientalista. Vargas (1998) comenta que, no final da década de 1990, a participação das ONGs em Bonito era ainda incipiente, mas já detectava a presença de algumas delas, cujas lutas se davam em defesa dos rios de Bonito que vinham sendo poluídos, de saneamento básico para a cidade e da preservação do bioma Pantanal.

Meneguzzo (2008) aponta, em seu estudo, a existência de mais de 100 organizações do terceiro setor registradas em cartório no município de Bonito. Essa informação causou-nos estranheza e, durante a pesquisa de campo, verificamos que as referidas organizações correspondem a várias entidades representativas ou de classe, como é o caso das várias que existem no *trade*: a Associação dos Guias de Turismo de Bonito (AGTB), A Associação Bonitense de Hotéis (ABH), entre outras. Não são ONGs que atuam junto à sociedade conforme o estudo deixa a entender.

Atualmente, há quatro ONGs em Bonito que são muito atuantes: Fundação Neotrópica do Brasil, Brazil Bonito, Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB) e Instituto Família Legal. Essas ONGs atuam especialmente em defesa do meio ambiente, porém há

ações fortes na área social, geração de renda e amparo às crianças e adolescentes, conforme veremos a seguir.

5.5.1 Brazil Bonito¹⁰⁴

Essa ONG foi fundada em 16 de setembro de 2002. Surgiu da iniciativa de 3 mulheres que, à época, residiam em Bonito e decidiram criar uma oficina de artesanato. A meta era capacitar as mulheres bonitenses e residentes menos favorecidas e sem qualificação para serem absorvidas no *trade* turístico. A proposta inicial era produzir peças de artesanato a partir do reaproveitamento ou reciclagem de materiais descartados. Essas peças seriam vendidas aos turistas.

A oficina de artesanato tornou-se uma ONG em 2002, que passou a chamar Brazil Bonito, que teve a letra “z” inserida em seu nome por motivos numerológicos, que significa “nos trazer fartura”¹⁰⁵.

De 2002 para o presente período (2010), a ONG cresceu, ganhou representatividade e respeito em Bonito. É uma entidade de utilidade pública municipal que mantém cadeira suplente no Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) e junto ao projeto GEF Rio Formoso, que vem sendo desenvolvido oficialmente em Bonito desde o ano de 2005.

A Brazil Bonito, por meio do artesanato, cria e desenvolve alguns produtos, como almofadas, bolsas, toalhas, blocos de anotação e cestaria plástica, que são vendidos em algumas lojas de Bonito e por meio da própria loja virtual no sítio eletrônico da ONG.

José Ronald Rosa Júnior destaca que a principal luta e projeto da ONG é a busca por mudanças nos hábitos das pessoas com relação aos resíduos sólidos. Afirma que é importante

¹⁰⁴ Esse item da tese foi elaborado com base na entrevista realizada com José Ronald Rosa Júnior que é o Gerente da Brasil Bonito. É formado em Medicina Veterinária pela Universidade de São Paulo e especialista em animais silvestres. Participou do primeiro projeto de ecoturismo do Pantanal, intitulado Projeto Caiman. Morou no Pantanal desde 1987 e, em 2005, mudou-se para Bonito e começou a atuar na Brazil Bonito. Entrevista realizada em 28 de setembro de 2009.

¹⁰⁵ Informação obtida no sítio eletrônico da ONG: www.brazilbonito.org.br. Acesso em: 28 de outubro de 2009.

contribuir para otimizar a coleta seletiva e, assim, evitar problemas com o lixo, como o mau cheiro e a transmissão de doenças. Foi enfático em dizer que a separação correta do lixo pode melhorar as condições de trabalho para os catadores e evitar a perda de valor do material que está no lixo e pode ser reciclado: “Devemos diminuir a quantidade de lixo que geramos e o lixo que é reciclável deve sair das casas separado e limpo é o que Brazil Bonito busca mostrar para o cidadão.” (JOSÉ RONALD ROSA JÚNIOR).

Rosa Júnior comenta que, apesar de todo esforço da Brazil Bonito, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, há muito que ser melhorado no lixo de Bonito. Muito material que poderia ser reciclado e reaproveitado tem ido para a vala onde é enterrado.

A comunidade é a principal parceira desse projeto, pois separa e doa materiais recicláveis para a ONG. Estes serão reaproveitados e transformados em produtos que são vendidos, em sua maioria, para os turistas. O material doado que sobra na sede da ONG vai para a associação de catadores, que o reaproveita de outra forma.

Para a mudança de consciência e de atitude da população, a Brazil Bonito tem trabalhado ativamente com a educação ambiental¹⁰⁶. Vem educando as crianças, na busca do efeito multiplicador em seus lares, já que são “agentes modificadores.” Para isso, a cidade de Bonito tem algumas facilidades, como o fato de ser de pequeno porte, que favorece a atuação da ONG. Conta com o apoio do poder público local por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, que garante transporte escolar para a realização das visitas de campo do projeto de educação ambiental que é desenvolvido nas escolas de Bonito.

Como já mencionado por José Ronald Rosa Júnior, a situação do lixo em Bonito não é a ideal, contudo o trabalho da ONG tem contribuído para a redução do volume de resíduos sólidos. Trabalha-se essa ideia desde a geração dos resíduos até a destinação no aterro controlado, centralizando o conceito de que se deve gerar o menor volume possível de lixo e o que é gerado deve ser reaproveitado, reutilizado ou reciclado. Já o descarte que foi inevitável deve ser destinado da melhor forma possível.

¹⁰⁶ Mariani (2000) destaca que as ações de educação ambiental antes eram realizadas pela prefeitura municipal. “Em relação às ações de educação ambiental, a prefeitura municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, promove palestras e cursos para professores e alunos, com o intuito de esclarecer a importância da conservação/preservação dos recursos naturais à população docente e discente, de modo que estas possam ser multiplicadoras da tomada de consciência.” (MARIANI, 2000, p.174). Já Vargas (1998) destaca que foi aprovada a Lei Municipal nº 636, de 1º de abril de 1993, instituindo, na Rede Municipal de Ensino, a disciplina que trata do Meio Ambiente, ou seja, a EA. Atualmente a Brazil Bonito colabora com a sociedade de Bonito prestando esse importante papel de mudança de consciência dos moradores, por meio do programa de EA que é aplicado nas escolas.

O projeto de educação ambiental da Brazil Bonito é realizado nas escolas de Bonito, tanto nas instituições públicas como nas particulares, exclusivamente nas salas dos quintos anos do ensino fundamental. Tem como princípio básico rever as ações do dia a dia no que tange à geração e destinação do lixo. Desenvolve trabalhos em oficinas de reciclagem de papel, visando a ações de reaproveitamento, eliminando-se, assim, parcela de material que pode ser reciclado, mas que antes seguia direto para o lixo. Reconhece-se a importância da conscientização da população em separar o lixo seco (material reciclável) do lixo orgânico (material que não pode ser reciclado).

Ainda sobre o projeto de educação ambiental, ele é realizado a partir do planejamento das aulas, que é feito em conjunto com as professoras e professores dos quintos anos do ensino fundamental e dos monitores da ONG, já que o conteúdo deve atender e complementar as necessidades curriculares. Após essa etapa de planejamento, os monitores ambientais vão até as escolas e, por meio de tópicos, ministram o conteúdo teórico na própria sala de aula.

Nessa fase, os alunos aprendem a confeccionar papel reciclado, pois a ONG conta com uma pequena unidade móvel de produção de papel que é levada até as escolas.

A etapa final das aulas do projeto de educação ambiental é feita sob a forma de visita de campo, por meio da qual os alunos vão conhecer *in loco* uma das nascentes que formam o Rio Formoso, o viveiro de mudas, o aterro controlado, a Unidade de Processamento de Lixo (UPL), a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Por fim, fazem a “coroação” da visita no Balneário Municipal plantando uma árvore como símbolo e marco do projeto para as respectivas turmas.

Essa etapa que envolve a visita tem como objetivo central apresentar aos alunos a importância das matas ciliares para os rios, córregos e nascentes, bem como o destino final do lixo que é gerado nas residências e comércio, de modo que cada aluno e familiares possam refletir sobre como contribuir para amenizar o problema. Enfatiza-se a importância do trabalho dos catadores de material reciclável, a necessidade da coleta seletiva e a importância do encadeamento de todas as variáveis apresentadas na visita de campo para a constituição de um ambiente saudável.

Além disso, José Ronald Rosa Júnior destacou que, durante a aula teórica, ou seja, a aula inicial dada em sala, é feito um convite para que todos os alunos participem de uma “gincana ambiental” entre as turmas. A aula teórica e a visita de campo tornam-se um jogo de

perguntas a que os alunos devem responder para participar da gincana, que tem como premiação “ser turista durante um final de semana em um dos passeios de Bonito.”

Outro ponto em que a ONG tem atuado é na busca da redução no uso de sacolas plásticas, conscientizando sobre a necessidade de trocá-las por sacolas de lona. Essa sacola retornável é um dos produtos que a ONG criou para ser vendido aos turistas.

Traduzindo isso em números, durante o ano de 2009 os monitores da Brazil Bonito visitaram 20 salas de 5º ano do ensino fundamental, aproximadamente 500 alunos. Esse projeto vem consolidando o nome da ONG e fazendo dela um ponto de referência em educação ambiental em Mato Grosso do Sul, que ainda é carente nessa área.

A Brazil Bonito tem sua sede em um antigo armazém e bar, que está localizado na região central de Bonito para assim comportar projetos, oficinas, auditório e um depósito. Um desses projetos é de geração de renda: uma estamparia em *silk-screen* e costura artesanal, em que se reaproveitam tecidos e cujo patrocinador é um banco comercial. Possui uma composteira-escola, que permite demonstrar aos visitantes e aos próprios membros da ONG que é fácil produzir composto orgânico em casa. Esse prédio é cedido pela proprietária, que foi uma das fundadoras do projeto inicial que se transformou na Brazil Bonito.

Outro projeto voltado para a geração de renda é o “Flor de Lata”, que comercializa peças de artesanato confeccionadas a partir de folhas de lata. A matéria prima é o descarte da imprensa escrita, tendo como colaborador um jornal do município de Dourados, que doa seu descarte para ser transformado em peças de artesanato. A iniciativa surgiu do artista Manão Dias, que desenvolve núcleos de artesanato em Campo Grande, Dourados e, no momento, está se estabelecendo em Bonito. Antes, essas folhas de lata eram jogadas no lixo; hoje são transformadas em artesanato.

Segundo José Ronald Rosa Júnior, “[...] a sede da ONG está ali para atender a população de Bonito, porém é pouco utilizada[...]” Possui biblioteca, rede de *internet*, acervo digital, oficina e núcleo teatral. A população utiliza pouco essa estrutura. Conta também com a parceria do Ministério do Meio Ambiente, tendo em sua sede a “Sala Verde”, que é um acervo bibliográfico sobre o meio ambiente que vem sendo consultado por professores, universitários e alunos da rede escolar.

A ONG desenvolve, ainda, um projeto de cinema chamado “Cinema Livre”, que, a cada 15 dias, exhibe um filme totalmente gratuito na sede da Associação Comercial e Empresarial de Bonito (ACEB).

A equipe da Brazil Bonito é formada por nove pessoas, sendo seis monitores ambientais selecionados na própria rede escolar de Bonito. Todos os integrantes da ONG possuem carteira assinada e recebem um salário mínimo. A maioria são jovens e, quando chegam à fase de exame vestibular, deixam a ONG e dão lugar para outros jovens da rede escolar de Bonito. Toda a estrutura, recursos humanos e financeiros são mantidos por patrocinadores e por meio da venda dos produtos criados pela própria ONG.

O trabalho realizado pela Brazil Bonito vem ao encontro da sustentabilidade ambiental ou ecológica, pois contribui com o meio ambiente, diminuindo os resíduos sólidos e educando, por meio dos projetos de educação ambiental desenvolvidos nas escolas de Bonito. Em suma, quando a ONG se volta para o grave problema dos resíduos sólidos, busca educar e conscientizar ambientalmente as pessoas, vindo ao encontro do uso efetivo dos recursos existentes nos vários ecossistemas, mas priorizando a mínima deterioração ambiental. Desse modo, também auxilia na sustentabilidade social, já que habilita as pessoas de Bonito a complementarem sua renda e assim terem ascensão social, ou seja, a melhoria na distribuição de renda e a redução das diferenças sociais.

Com relação à sustentabilidade econômica, o artesanato que é feito pela ONG e pelas pessoas que adquiriram habilidades a partir do trabalho da ONG gera renda e traz recursos financeiros para as famílias e para o município, contribuindo diretamente para a ampliação da renda total do município. Melhorando a qualidade de vida da população, conservando a natureza para que o turismo continue existindo, a Brazil Bonito acaba contribuindo para que haja um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

O esforço agora é melhorar a sustentabilidade cultural do município, já que ainda está esquecida e aos poucos sendo apagada. O turismo por si só pode aculturar as localidades e isso deve ser evitado. O *trade* turístico e o setor público ainda não souberam preservar, valorizar e aproveitar o que Bonito possui de cultura. Mato Grosso do Sul é uma miscigenação de culturas, e Bonito não é diferente, o que torna necessário o resgate dessas várias culturas e sua preservação.

5.5.2 Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB)¹⁰⁷

O IASB surgiu no ano de 1999, a partir de um grupo de pessoas de vários segmentos, preocupadas com a situação ambiental de um importante rio para a região. Eduardo Folley Coelho comenta que o “[...] rio nesse período turvava com qualquer chuva então algo deveria ser feito para protegê-lo.” Depois de várias conversas, o grupo reuniu-se buscando soluções para os problemas diagnosticados.

O fruto dessa reunião foi a criação da “Associação Amigos do Mimoso.” De acordo com Liliane Lacerda, inicialmente as ações realizadas foram voltadas para sensibilização e mobilização dos moradores ribeirinhos do Rio Mimoso.

Como destaque, Liliane Lacerda lembra que apenas no ano de 2002 essa associação passou a ter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou seja, foi legalizada e formalizada como uma ONG ambiental. O propósito continuou o mesmo: atuar em defesa e proteção do Rio Mimoso, realizando atividades práticas de mutirão de limpeza no rio, nos córregos afluentes e rodovias, incentivando e promovendo a coleta seletiva de lixo nas propriedades rurais, doando tambores de lixos e implantando placas de orientação nas principais estradas.

Por meio do desenvolvimento dessas ações, a Associação Amigos do Mimoso deparou com situações de degradação em diversos outros cursos d’água da região e sentiu a necessidade de ampliar sua base de atuação. Além disso, nesse período estava clara a carência de ações em prol da conservação dos recursos naturais de Bonito, como também o repasse de informações à população sobre as demais riquezas naturais que o município possui.

Dessa forma, em 2004 a Associação Amigos do Mimoso tornou-se Instituto das Águas da Serra da Bodoquena, mais conhecido pela comunidade local por sua sigla: IASB. De acordo com Eduardo Folley Coelho, foi feita uma adequação na razão social da ONG e

¹⁰⁷ Para escrevermos sobre o IASB, entrevistamos no dia 8 de outubro de 2009, Eduardo Folley Coelho, que é fundador, Presidente do IASB e proprietário dos atrativos turísticos: Rio da Prata, Estância Mimosa e Lagoa Misteriosa (nesse momento está em fase de licenciamento ambiental). É formado em Engenharia Civil e especialista em Marketing. Para complementar esse item, entrevistamos Liliane Lacerda, Coordenadora do IASB, que atua na instituição há 4 anos. Formada em Biologia e especialista em Turismo e Meio Ambiente, trabalhou na Fundação Neotrópica do Brasil entre maio de 2004 e outubro de 2005. Mora em Bonito desde maio de 2004. Essa entrevista ocorreu em 27 de outubro de 2009.

ampliou-se o raio de atuação: não mais apenas o Rio Mimoso, mas todos os rios da Serra da Bodoquena.

A partir de então, o IASB fez parcerias com órgãos públicos municipais e estaduais para recuperar estradas que estavam provocando o assoreamento de rios e a erosão do solo. Incentivou e apoiou atividades de redução de processos erosivos em pastagens e lavouras, promovendo a construção de curvas de nível e caixas de retenção de águas pluviais, reduzindo, assim, a quantidade de sedimentos que iriam para os rios.

Após levantar os principais problemas que afetam as microbacias da região, a partir de 2004 o IASB realizou diversos projetos buscando amenizar a situação encontrada. A partir daí, começou a ser traçada sua linha de atuação, que vem sendo seguida até os dias atuais: promover a recuperação de áreas degradadas, especialmente as matas ciliares, e a educação ambiental, entre outros objetivos. Liliane Lacerda salienta que os projetos desenvolvidos pela instituição têm envolvido esses temas por acreditar-se na importância da manutenção das matas nativas e dos recursos hídricos e na capacidade de mudança de consciência ou atitude do ser humano.

Afirma ainda que os projetos desenvolvidos proporcionaram ao IASB o seu reconhecimento pela comunidade local e pelos órgãos públicos ambientais, cuja participação foi efetiva em todas as atividades promovidas pela ONG.

Eduardo Folley Coelho complementa ressaltando que o IASB não trabalha na linha denunciante. A ONG busca entender o problema e solucioná-lo: “Há os conflitos de interesses, mas a ideia é minimizá-los.” Para isso, são realizados eventos que apresentam a necessidade de mudança de atitude, para viver em harmonia com o meio ambiente. Eduardo Folley Coelho ressalta também que o IASB desenvolveu um planejamento estratégico, visando direcionar e aperfeiçoar suas ações e recursos.

Durante seu período de existência, o IASB tem participado de forma atuante no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso do Sul (CERH), no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bonito (COMDEMA) e no Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Miranda (CBH/Miranda). Está cadastrado no Cadastro Nacional das Entidades Ambientais (CNEA) e participa ativamente da Rede Pantanal e da Rede de ONGS da Mata Atlântica (RMA), onde atualmente ocupa, em seu segundo mandato consecutivo (2007-2009 e 2009-2011), a coordenação nacional da Rede.

Em maio de 2004, recebeu o título de Utilidade Pública Municipal permanente e, em agosto de 2006, o de Utilidade Pública Estadual, que é renovado anualmente.

Desde 2005, promove, em parceria com o Sindicato Rural Patronal de Bonito, a Reunião Técnica com Costela Assada (RETECA), levando informações ambientais para os produtores rurais da região. Dentre os temas abordados, estão adequação ambiental das propriedades rurais, recuperação de matas ciliares e desenvolvimento sustentável com alternativas de produção menos impactantes.

Com o objetivo de mobilizar a comunidade, o IASB realiza há dois anos a Caminhada Ecológica, visando à distribuição de sementes e mudas nativas, bem como ao repasse de informações sobre a conservação da natureza e plantio de mudas. Com a mesma intenção, promoveu quatro pedágios ecológicos, divulgando os trabalhos da instituição e pedindo mais atenção para o lixo descartado nas vias públicas e, conseqüentemente, nos córregos urbanos de Bonito.

Os dados apresentados por Liliane Lacerda mostram que o trabalho do IASB vem sendo exposto na mídia, o que, para ela, é parte do reconhecimento do trabalho desenvolvido pela ONG na área ambiental:

Por seu trabalho na área ambiental, foi convidado pelo Canal Rural, da RBS e, pelo Programa Terra da Gente, da EPTV a participar de reportagens sobre a preocupação e importância em relação à recuperação florestal. Também participou do Programa Pátria das Águas, da TV Educativa de São Paulo. Em 2007 foi citado na Revista Aguapé, com tiragem de 3.000 exemplares por seu trabalho de Educação Ambiental com as escolas de Bonito. Atualmente foi citado na Revista Rede pela Mata, uma publicação da RMA com tiragem de 5.000 exemplares, pelo seu trabalho de recuperação de matas ciliares desenvolvido no rio Mimoso, em Bonito/MS. Elaborou duas cartilhas voltadas para incentivar a conservação da natureza pelas produtores rurais. A primeira intitulada 'Projeto Matas Ciliares: cuidando das águas e matas do rio Mimoso', lançada em fevereiro de 2009 e a segunda, 'Sistemas Agroflorestais: uma alternativa de manter a floresta em pé'. Ao todo foram impressas 1.000 unidades de cada uma. (LILIANE LACERDA).

Desde sua criação, o IASB conta com a parceria constante da comunidade e de órgãos públicos locais. Merecem destaque o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que possui um escritório no Parque Nacional da Serra da Bodoquena, a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) – Escritório de Bonito, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o Sindicato Rural Patronal de Bonito. Há parcerias também com as ONGS, empresários locais, Associação dos Atrativos

Turísticos de Bonito e Região (ATRATUR), Associação dos Proprietários de RPPN's de Mato Grosso do Sul (REPAMS), entre outros.

Eduardo Coelho informou que a última parceria que o IASB fez foi com a SOS Florestas, que é uma ONG criada recentemente com o objetivo de manter as florestas “de pé”, e o IASB ficará responsável pelas matas da Serra da Bodoquena.

Ao longo de sua existência, o IASB realizou vários projetos e ações pontuais. Liliane Lacerda apresentou, durante a entrevista, algumas dessas ações e projetos e salientou que os recursos para sua execução foram próprios.

A primeira delas foi a ação de educação ambiental junto à população local sobre a importância dos recursos hídricos e da vegetação ciliar existente ao longo de microbacias. O objetivo foi envolver, sensibilizar e mobilizar a comunidade a respeito da grave situação de conservação em que se encontram as microbacias da região, em decorrência da falta de orientação e de comprometimento dos ribeirinhos e proprietários rurais. As atividades consistiram no esclarecimento sobre a importância de se conservarem os recursos naturais e no fornecimento de orientações para boas práticas ambientais. Na ocasião, foi realizado um levantamento socioambiental com os proprietários rurais e foram doados sacos de lixo e mudas de espécie nativas. Também foram distribuídos tambores de lixo nos principais postos de combustíveis da cidade para que os moradores da zona rural pudessem depositar seu lixo. Nesta ação, foram mobilizadas cerca de 400 pessoas de diversos segmentos da sociedade, com a parceria da Polícia Militar Ambiental, da Patrulha Florestinha e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Outra ação foi a recomposição de matas ciliares, por meio da formação, distribuição e plantio de mudas de espécies nativas, visando à conservação das áreas de preservação permanente.

Como já foi explicitado, as ações do IASB sempre tiveram como foco a região da Serra da Bodoquena. Há aproximadamente seis anos, por meio de orientação para proteção das APP e a instituição de reservas legais, vêm sendo realizados trabalhos de recomposição de matas ciliares, por meio da formação, plantio e distribuição de mudas de espécies nativas, visando à conservação das áreas degradadas. Para isso, o IASB já doou cerca de três mil mudas para serem plantadas em áreas de elevado estado de degradação. Os principais parceiros dessa ação foram a Prefeitura Municipal de Bonito, a Polícia Militar Ambiental, a Patrulha Florestinha e vários empresários do setor turístico.

Liliane Lacerda lembra também do “Sobrevoos em micro bacias localizadas na Serra da Bodoquena” para avaliar a ocupação do solo e a conservação das matas ciliares. O IASB realizou três sobrevoos ao longo das bacias e microbacias localizadas na região da Serra da Bodoquena, com o objetivo de conhecer e caracterizar a ocupação do solo e o estado de conservação de seus rios e nascentes.

Durante esse trabalho, foi possível identificar pontualmente alguns dos problemas responsáveis pela degradação dos recursos hídricos dessa região, como desmatamento de morros e vegetação ciliar, processos erosivos provenientes do uso inadequado do solo, estradas e áreas de pastagem mal conservadas, construções dentro de áreas de preservação permanente, entre outros. Por meio dos sobrevoos também se pôde constatar, no entanto, a existência de proprietários rurais e empresários do setor turístico preocupados com a integridade ambiental das microbacias da região da Serra da Bodoquena e que cumprem a legislação vigente, adotando práticas que visam à conservação de suas matas e dos solos presentes ao longo desses rios. Seu parceiro nessa ação foi o IBAMA – Escritório do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

O IASB realizou o projeto “Córregos Urbanos” que visou à realização de um levantamento socioeconômico junto à comunidade ribeirinha, aliado às ações de educação ambiental, tendo como objetivo coletar dados e informações sobre as condições do córrego Restinga e, a partir do diagnóstico, apontar ações futuras que amenizem os problemas ambientais existentes. Os parceiros nesse projeto foram o IBAMA – Escritório do Parque Nacional da Serra da Bodoquena –, a Promotoria de Justiça, a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, as instituições de ensino da rede pública e particular, as associações do *trade* turístico de Bonito e empresários.

Dando sequência à apresentação das ações e projetos desenvolvidos pelo IASB, Lacerda destaca que os projetos a seguir tiveram apoio financeiro de outras instituições e não recursos próprios.

O “Programa de Implementação e Melhoria do Viveiro de Essências Florestais da Região da Serra da Bodoquena” foi feito por demanda induzida do COMDEMA. Teve como objetivo implementar e melhorar as instalações e o funcionamento existente no viveiro florestal de Bonito, otimizando a produção de mudas vegetais nativas, atendendo às demandas municipais e regionais, contemplando a recuperação das matas ciliares e áreas degradadas existentes ao longo das microbacias hidrográficas da região da Serra da Bodoquena. Foi um

convênio firmado entre a Prefeitura de Bonito, o COMDEMA e o IASB, sendo finalizado em dezembro de 2004. Os parceiros foram a Prefeitura Municipal de Bonito, IBAMA – Escritório do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Instituto de Desenvolvimento Agrário Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (IDATERRA) – atual AGRAER – e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Já o “Programa de Educação Ambiental Bonito para Sempre” visou, em sua fase I, sensibilizar os alunos das escolas públicas e particulares das oitavas séries do ensino fundamental quanto às problemáticas ambientais existentes no município de Bonito/MS, além de estabelecer uma interação entre educadores e educandos no que se refere à sensibilização necessária a uma práxis educativa ambiental, contribuindo, assim, para a formação de um cidadão mais comprometido com a conservação da natureza. Os recursos foram doados pela Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito, provenientes de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Foi finalizado em dezembro de 2005. Os parceiros desse programa foram a Promotoria de Justiça, a Prefeitura Municipal, o IBAMA – Escritório do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e a Polícia Militar Ambiental.

Em sua fase II, o programa teve como finalidade dar continuidade ao processo de sensibilização e mobilização da população local a respeito das questões ambientais, particularmente sobre o manejo adequado do lixo, os cuidados necessários para evitar o desperdício de água, bem como a importância das matas ciliares. Para tanto, continuaram sendo envolvidos, nas atividades estabelecidas, os alunos das oitavas séries, professores e moradores locais, buscando estimulá-los a entender, transformar e melhorar o meio ao seu redor em busca de uma melhor qualidade de vida. Os recursos continuaram sendo provenientes da Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito, por meio de TACs e de empresários locais. A Prefeitura Municipal de Bonito auxiliou com apoio logístico (equipamentos e transporte). Os parceiros envolvidos nessa fase II foram: Prefeitura Municipal, Promotoria de Justiça, COMTUR, IBAMA – Escritório do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, empresários e associações pertencentes ao *trade* turístico.

A fase III do mesmo projeto de educação ambiental buscou formar cidadãos ambientalmente conscientes. O público-alvo continuou sendo os alunos das escolas públicas e particulares de Bonito. Pretende-se que o projeto seja desenvolvido anualmente, trabalhando temas como lixo, matas ciliares, recursos hídricos e mudanças climáticas. Houve também as oficinas com os professores. O projeto promoveu oficinas com alunos, visita de campo, concursos, mutirão de limpeza e plantio de mudas nas matas ciliares dos córregos urbanos de

Bonito. Os parceiros são o IBAMA – Escritório do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Sindicato Rural, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Turismo, AGRAER, empresários locais, escolas e a própria comunidade. O apoio financeiro veio do Centro de Apoio Socio Ambiental (CASA), COMDEMA e do Projeto GEF Rio Formoso.

Outra ação bem sucedida do IASB foi o “Projeto Demonstrativo de Recuperação de Matas Ciliares no Rio Mimoso”, que vai ao encontro do objetivo para o qual a ONG foi criada. Esse projeto teve em vista a promoção de ações de recuperação de matas ciliares em propriedades às margens do rio Mimoso, dentro do município de Bonito, buscando alternativas de recuperação mais viáveis economicamente para os produtores rurais e conservando, assim, os remanescentes de Mata Atlântica do município. Foram abrangidas cerca de duas mil pessoas, sendo envolvidas nos cursos, dias de campo, palestras e reuniões previstos no projeto. Para divulgação dos resultados, foram confeccionadas mil cartilhas, em que o produtor rural teve condições de conhecer os custos e as técnicas de recuperação ambiental utilizadas no projeto. Os parceiros foram o IBAMA – Escritório do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Sindicato Rural Patronal, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e IDATERRA. Já o apoio financeiro proveio da Petrobras, por intermédio do Programa Petrobras Ambiental.

O projeto “Sistemas Agroflorestais como alternativa de recuperação de matas ciliares e geração de renda em pequenas propriedades no rio Mimoso” foi criado para complementar o projeto anterior. Também visou conservar os remanescentes de Mata Atlântica localizados nas matas ciliares e implantar os sistemas agroflorestais para diversificar a renda e a alimentação dos envolvidos, como também apresentar-lhes alternativas de produção menos impactantes e evitar a abertura de novas áreas para plantio como o projeto anterior. Também abrangeu cerca de duas mil pessoas. Os parceiros para a realização desse projeto foram: o ICMBio – Escritório do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o Sindicato Rural Patronal, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, AGRAER e Projeto GEF Rio Formoso. O apoio financeiro veio por meio do Programa PDA Mata Atlântica.

Recentemente, o IASB aprovou o projeto “1ª Feira Ambiental e Social de Bonito: Conhecer para Preservar!”. O objetivo do projeto é ampliar o conhecimento da comunidade local acerca das questões ambientais que abrangem o município de Bonito, buscando sensibilizá-la e envolvê-la na adoção de ações práticas para a conservação dos recursos naturais e para a melhoria da sua qualidade de vida. O projeto iniciou sua execução nos meses

de fevereiro e abril de 2010. O apoio financeiro veio do Centro de Apoio Sócio Ambiental (CASA).

Para encerrar a apresentação do trabalho desenvolvido pelo IASB, temos o “Programa Plante Bonito”, que é um programa pioneiro de recuperação das matas nativas da Serra da Bodoquena. As mudas utilizadas nas áreas participantes são patrocinadas por empresas de diversos ramos, como também por pessoas físicas e escolas. Por meio desse apoio e patrocínio, o programa atua junto às áreas desmatadas, especialmente matas ciliares, reflorestando e assim conservando os recursos hídricos e, conseqüentemente, mantendo todas as formas de vida que dele dependem. Esse programa está em fase de implantação.

Eduardo Folley Coelho acredita que este será o grande projeto do IASB, uma vez que é um projeto de neutralização de carbono por meio do plantio de árvores nativas: “O IASB desenvolveu uma planilha que calcula como neutralizar um evento, uma agência de viagem, um escritório e o que for necessário.” Essa planilha foi criada por uma engenheira florestal que o IASB contratou. Coelho lembra ainda que “o turista pode ir até Bonito e neutralizar sua viagem. Basta calcular a quantidade de carbono que ele emitiu e compensar através de árvores nativas.” O IASB encarrega-se de calcular o carbono emitido e realiza o plantio das mudas. As pessoas ou empresas entram no projeto patrocinando as mudas e o plantio das árvores. É a questão do “carbono zero” que vem sendo amplamente divulgada na mídia.

Com relação à estrutura e aos recursos humanos do IASB, é bem “enxuto”, até mesmo em razão de trabalhar em sistema de parceria com outras instituições.

Segundo Liliane Lacerda, atualmente a instituição conta com o apoio de 42 associados de diversos ramos: proprietários rurais, empresários do turismo, autoridades, comerciantes, ambientalistas, guias de turismo, entre outros. A contribuição mínima é de R\$ 30 mensais, o que ajuda a manter o IASB.

Após a explanação do que é o IASB, seu histórico e o que ele vem fazendo pela área ambiental de Bonito, podemos afirmar que suas ações, programas e projetos vêm ao encontro da sustentabilidade ambiental/ecológica¹⁰⁸, já que atua na conservação e preservação do meio ambiente. De forma indireta, contribui com a sustentabilidade econômica, uma vez que, estando o ambiente sadio, limpo, conservado, o município continuará atraindo turistas e sendo um importante polo de turismo de natureza.

¹⁰⁸ Neste capítulo, tomaram-se por base as cinco dimensões descritas por Sachs (*apud* MONTIBELLER FILHO, 2004) e Oliveira (2009). Cabe lembrar que essas dimensões já foram apresentadas no capítulo 2 desta tese.

Com relação à sustentabilidade social, há ações pontuais que são relevantes, mas precisam ser otimizadas, como é o caso dos sistemas agroflorestais que podem manter o homem no campo, sendo mais uma fonte de renda da propriedade e, conseqüentemente, diminuindo o êxodo rural.

5.5.3 Fundação Neotrópica do Brasil¹⁰⁹

A Fundação Neotrópica do Brasil foi criada na cidade de Campo Grande no ano de 1993. Seus fundadores eram pessoas que trabalhavam na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e amigos que atuavam na área ambiental. No momento da criação, mostravam-se descontentes com o governo estadual da época, no que dizia respeito à conservação e proteção dos recursos naturais do Estado de Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, decidiram criar a Fundação, que tem como missão “promover e praticar a conservação da natureza.” Já a vocação é “dedicar à conservação da natureza.” A visão é “ser uma instituição estruturada e forte para cumprir sua missão influenciando outras instituições e a sociedade”¹¹⁰. A ONG surgiu tendo como foco principal a proteção, conservação e preservação dos biomas cerrado e pantanal.

Aqui vale a observação de que, no ano de 1992, sediamos a RIO-92, e as discussões sobre a área ambiental estavam acirradas.

Atualmente a ONG está associada à Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação e integra o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda e a Plataforma de Diálogo entre o Segundo e Terceiro Setores: Pantanal/Pólo Minero-Industrial de Corumbá (MS).

No início, alguns dos integrantes da ONG tinham vínculo com a região da Serra da Bodoquena, o que propiciou uma atuação forte. Para Eleri Paulino, “o maior troféu da Neotrópica desde seu surgimento foi a liderança no processo de criação do Parque Nacional

¹⁰⁹ Este item foi elaborado a partir da entrevista com o engenheiro florestal Eleri Rafael Muniz Paulino, que é o Superintendente Executivo da Fundação Neotrópica. Entrevista realizada em 30 de outubro de 2009.

¹¹⁰ Informações extraídas do sítio eletrônico do sítio eletrônico: www.funcaoneotropica.org.br. Acesso em: 08 nov 2009.

da Serra da Bodoquena¹¹¹ que no ano de 2000 se concretizou.” Esse parque é formado pela maior extensão de florestas no Estado de Mato Grosso do Sul, totalizando uma área de 76.481 hectares. A Neotrópica foi a ONG que liderou esse processo em Mato Grosso do Sul, mas contou com apoio de outras ONGs. Essa luta durou 10 anos. O processo ocorreu de forma tensa, já que muitos proprietários de terra não tinham interesse em que a área se tornasse uma unidade de conservação de proteção integral.

O decreto de criação da primeira unidade de conservação do Estado de Mato Grosso do Sul foi assinado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Parte da luta para a criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena está descrita no texto de Behr (2001).

Após a criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, a Neotrópica continuou apoiando projetos que viessem ao encontro da preservação e conservação da Serra da Bodoquena. Apoiou a base de estudos, o plano de manejo, a criação de um conselho que ainda não foi efetivado e sempre contemplou a Unidade de Conservação em seus projetos.

Um dos projetos que esteve voltado para a Bodoquena ocorreu a partir de 2002. Intitulado “Ecodesenvolvimento no Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena”, teve como objetivo a execução de atividades que minimizassem os impactos ambientais no entorno da Unidade de Conservação, ou seja, que reduzissem as ameaças externas ao parque. Para isso ocorrer, projetou-se o fortalecimento das políticas públicas de conservação da natureza, contribuindo, assim, para ampliar a qualidade de vida da comunidade local. Esse projeto abrangeu áreas dos municípios de Bonito, Bodoquena, Jardim e Porto Murtinho.

Com relação aos grandes proprietários, foi fomentada a conservação de áreas protegidas (APP, mata ciliar, reserva legal, RPPN). Para as pequenas propriedades rurais, a Neotrópica apoiou o desenvolvimento de técnicas da agroecologia, agrofloresta, apicultura, conservação de solo e água, implantação e manejo de pomares e horta orgânica. Houve a distribuição de mudas e *kits* para a implantação de hortas e pomares.

¹¹¹ No livro de Miguel Von Behr, há o seguinte questionamento seguido da resposta: “O que é um Parque Nacional? Proteger as espécies da fauna e flora de uma região ou país. Isto, segundo ambientalistas do mundo todo, só pode ser feito de forma efetiva por meio da preservação de porções significativas de seus ambientes naturais. Tendo como ponto de partida essa linha de pensamento, no mundo todo, inclusive no Brasil, foram criadas as unidades de conservação que abrangendo amostras dos diversos ambientes e ecossistemas desses países, tem como objetivo sua preservação e/ou conservação, constituindo-se num instrumento de proteção da biodiversidade da Nação. Os parques nacionais, uma das modalidades de unidades de conservação no Brasil, são áreas especialmente criadas para preservar a fauna e a flora, inclusive os grupos e/ou espécies ameaçados de extinção, para proteger os recursos hídricos – rios, lagos, cachoeiras, nascentes e também para conservar formações geológicas. Os parques – além de impulsionar o turismo – também têm a função de proporcionar meios para a educação ambiental, pesquisa e lazer.” (BEHR, 2001, p.128).

Já com o *trade* turístico, foram desenvolvidos três cursos: manejo e interpretação de trilhas, uso público em áreas protegidas e educação e interpretação ambiental em áreas protegidas. A meta foi capacitar e sensibilizar técnicos, empresários do turismo e proprietários rurais para a prática do ecoturismo.

Outro ponto desse projeto foi a “Fiscalização Educativa”, que se resumiu em integrar os órgãos ambientais fiscalizadores, auxiliando-os na diminuição das deficiências de cada um e na criação de uma forma única de trabalho ou o mais próxima possível do ideal. Foi feito um trabalho para que os representantes dos órgãos ambientais fossem juntos para o campo e, assim, construíssem um processo de uniformidade no trabalho em defesa do meio ambiente.

Eleri Paulino fez questão de ressaltar que, nesse projeto, havia incentivo e apoio à pesquisa científica. A ideia foi trazer pesquisadores das universidades da região para realizar estudos na região da Serra da Bodoquena. O projeto de ecodesenvolvimento foi realizado com recursos do MMA/PROBIO/CNPq/GEF/BIRD.

Em 2003, a sede da ONG transferiu-se de Campo Grande para Bonito e, no ano de 2004, ocorreu a contratação do primeiro técnico.

A Neotrópica desenvolveu outro projeto (“Frutificando e Pé-da-Serra”) junto a dois assentamentos rurais (Santa Lúcia e Guaicurus) localizados no município de Bonito. O primeiro está distante 36 quilômetros do núcleo urbano e o segundo, 60 quilômetros.

Nesse projeto, a ONG incentivou e capacitou os assentados à prática da agroecologia e dos sistemas agroflorestais. Esse modelo apresentado aos assentados é menos agressivo à natureza e promoveu a melhoria da qualidade de vida por meio da valorização da mulher como agente fundamental na formação dos valores comunitários, com o fomento do associativismo e do cooperativismo.

Em outras palavras, a concepção do projeto teve por objetivo desenvolver, junto aos assentados, uma nova forma de produção, deixando a agricultura convencional e ingressando na agricultura agroecológica. Uma parcela considerável dos assentados iniciou a produção nesse novo sistema.

Os assentados que implantaram as técnicas ensinadas pela Neotrópica plantaram, em seus lotes, árvores frutíferas, nativas ou exóticas e, assim, poderão colher frutas e extrair madeira e lenha. Também contaram com noções de educação ambiental e educação sanitária.

Parte do que era produzido era consumido pelos próprios assentados e outra parte, a excedente, era descartada. Os assentamentos eram distantes das cidades, que seriam o mercado consumidor em potencial. É difícil estocar *in natura* frutas, legumes e verduras. Então surgiu a dúvida: o que fazer com esse excedente? Diante disso, no ano de 2004 surgiu o projeto “Pé-da-Serra”, que foi o início da industrialização, no próprio assentamento, desse excedente de produção. Dessa forma, conseguiram aumentar o espaço de seus produtos no mercado turístico da região. (Esse projeto será mais detalhado no próximo item desta tese).

Outro projeto que vem sendo desenvolvido pela Neotrópica é o “Formoso Vivo”, basicamente de adequação à legislação ambiental vigente, envolvendo as áreas de APP, mata ciliar e reserva legal das propriedades rurais que se encontram às margens dos rios da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso. O projeto também trabalha com a conservação do solo para prevenir a formação de erosões e a degradação. No sítio eletrônico da ONG, há a informação de que esse projeto “é uma das maiores ações já realizadas em prol da conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, em Bonito.”

A Neotrópica auxilia a Promotoria Pública de Bonito. É o aporte técnico orientando os proprietários rurais na busca de soluções ambientais. Os proprietários rurais assinam os TAC junto à Promotoria e contam com o apoio técnico da Neotrópica para executar os ajustes necessários. Eleri Paulino ressalta que, desde 2003, os proprietários rurais contam com esse auxílio técnico sem nenhum custo. A Neotrópica sempre priorizou o apoio técnico para viabilizar ações de conservação.

A ONG está engajada em um grande projeto, chamado “Corredor de Biodiversidade”, que tem como parceira e financiadora a ONG Conservação Internacional, cujo objetivo principal é ligar o Cerrado ao Pantanal: “A meta final do projeto é redesenhar a paisagem com a criação de corredores de biodiversidade, visando essa união do Cerrado ao Pantanal.” (ELERI RAFAEL MUNIZ PAULINO).

A Neotrópica ficou responsável pelo “Corredor Bodoquena-Miranda”, que é o corredor ao Sul, que engloba Bonito, Miranda, Jardim, Porto Murtinho, Bodoquena e Nioaque, totalizando assim 6 municípios.

No projeto global, além do Corredor Bodoquena-Miranda, há mais dois corredores: O Emas-Taquari e o Cuiabá-São Lourenço.

O projeto mais recente, que ocorreu em 2009, é o “Guia ECOnciente”, que está voltado para os guias de turismo e monitores de atrativos turísticos, buscando desenvolver a

consciência ecológica por meio do ecoturismo. O projeto ficou centrado na mudança de atitude dos turistas a partir do trabalho do guia de turismo e monitores: “O turista não deve ficar levando apenas fotos de lembrança, mas também a ideia da necessidade de conservar o local.” (ELERI RAFAEL MUNIZ PAULINO).

Esse projeto está sendo executado como um incentivo para que os guias de turismo e monitores façam a ligação entre o turismo e a importância da conservação da fauna e da flora; em Bonito, não há turismo sem conservação. Esse projeto ocorreu em formato de curso teórico e prático, com aproximadamente 100 horas. Foi realizado pela Fundação Neotrópica do Brasil, com o apoio financeiro da Fundação Citi.

Há outros projetos que a ONG desenvolve fora do município de Bonito, com a ajuda de voluntários, como, por exemplo, o “Papagaio Verdadeiro”, que visa conservar a espécie do papagaio *Amazona aestiva* e o seu *habitat*, já que as pessoas mantêm a ideia errônea de querer mantê-los aprisionados nas residências.

Os recursos para a realização dos projetos vêm basicamente do setor público, de outras ONGs e também do setor privado. A ONG já recebeu recursos do MMA, do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Bonito. Os projetos com financiamento público foram realizados de acordo com editais de que a Neotrópica participou.

Já do setor privado a ONG conta com apoio financeiro de empresas de Bonito e de uma mineradora do Estado de Mato Grosso do Sul. Há parcerias que ocorrem com outras ONGs que auxiliam financeiramente a Neotrópica, como a Fundação o Boticário, a Conservação Internacional e a Fundação Avina.

Assim, a Neotrópica garante ao *trade* e ao próprio município de Bonito um forte apoio à conservação e à recuperação do que foi degradado no passado. O *trade* do turismo tem que cuidar do meio ambiente, pois o turismo depende dele, e todos estão cada vez mais atentos a essas questões: “Se turvar a água de um rio, a sociedade vai querer descobrir os culpados e o pessoal do turismo corre atrás para ver quem são os responsáveis, pois não aceitam ser prejudicados com a degradação.” (ELERI RAFAEL MUNIZ PAULINO).

Lembra também o entrevistado que existe uma forte fiscalização em Bonito: “A fiscalização é feita por grande parte da sociedade. Se acontece algum dano ambiental denunciam para a Polícia Ambiental e para o Promotoria de Justiça que é muito atuante.” (ELERI RAFAEL MUNIZ PAULINO).

Atualmente a equipe da ONG conta com três funcionários regulares e três voluntários, mas, conforme surgem os projetos, ela contrata profissionais para atender à demanda.

A missão, a vocação e a visão da Fundação Neotrópica do Brasil vão ao encontro da sustentabilidade ambiental/ecológica, pois priorizam a conservação e preservação do meio ambiente e seus recursos. Suas ações vão em busca da defesa ambiental, mas garantem também complementação de renda e fixação do homem ao campo, o que de certa forma perpassa a sustentabilidade econômica e social.

5.5.4 Instituto Família Legal¹¹²

O início da história do Instituto Família Legal é datado no ano de 2003. Essa ONG surgiu do desmembramento das atividades da Fundação de Proteção à Criança e ao Adolescente Vida Bonito, que é uma entidade privada, sem fins lucrativos, fundada no ano de 2003 em Bonito. Pode-se dizer que a Fundação Vida Bonito foi o embrião para o nascimento do Instituto Família Legal.

A “Vida Bonito” surgiu por iniciativa do Promotor de Justiça Dr. Luciano Furtado Loubet, que, à época, era o responsável pela Promotoria da Infância e Adolescência de Bonito e constatou a necessidade de se criar um projeto em defesa das crianças, pois recebia muitas denúncias de violência contra estas. O Promotor de Justiça acionava o Conselho Tutelar, que não possuía meios adequados para atender às crianças. Não existia um lugar específico e preparado para receber crianças que estavam em risco social.

Diante desse quadro crônico, o Promotor uniu forças e criou a “Fundação Vida Bonito”, que tem atendido as crianças que não possuem família ou cujas famílias tenham sido destituídas do poder familiar.

Passado o tempo, sentiu-se a necessidade de criar um projeto em paralelo, voltado para as crianças que tem família ou responsável, mas que também vivem em risco social. Assim,

¹¹² Elaboramos este item com base na entrevista realizada com Valquiria Mendes Malaquias, Diretora Executiva do Instituto Família Legal. É formada em Turismo e especialista em Gestão Ambiental. Entrevista realizada em 29 de setembro de 2009.

foi criado o Programa Família Legal, com o objetivo de dar atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social, encaminhados por instituições de Bonito e pelo Conselho Tutelar.

O Programa Família Legal teve uma boa aceitação e funcionou até dezembro de 2007, ocasião em que a Fundação Vida Bonito foi desmembrada, ficando responsável apenas pela “Casa da Criança”, ou seja, pelas crianças e adolescentes separados das famílias por ordem judicial, em fase de adoção – o que é conhecido popularmente como “Casa Abrigo.”

O programa “Família Legal” tornou-se uma organização independente, constituída legalmente, ficando denominada como Instituto Família Legal. Essa ONG nasceu com um novo conselho diretor e novo estatuto, nova missão e função, diferenciando-se da Fundação Vida Bonito, porém mantendo o registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e os títulos de Utilidade Pública Municipal e de Utilidade Pública Estadual. Em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, o Instituto Família Legal tem como missão “proteger os direitos e interesses de crianças e adolescentes em situação de risco social na região de Bonito (MS)”¹¹³.

O Instituto Família Legal atende as crianças em seu contraturno escolar, ou seja, se a criança estuda no período da manhã, frequenta o Instituto no período da tarde e vice-versa.

De acordo com Valquiria Mendes Malaquias, no período em que foi realizada a entrevista, o Instituto atendia 90 crianças, mas a demanda era maior. Segundo ela, a maioria das crianças são encaminhadas para a ONG em decorrência de denúncias à Promotoria Pública e ao Conselho Tutelar. Seus pais passam a ser monitorados, o que obriga a criança a participar das atividades oferecidas pela ONG e ir à escola.

O Projeto Família Legal auxilia as crianças com atividades lúdicas, esportivas e educativas, como teatro, dança, leitura literária, natação, capoeira, xadrez, italiano, inglês, iniciação digital, reciclagem de papel, educação ambiental, reforço escolar, entre outras.

Essas atividades ocorrem por meio de convênios, parcerias e ajuda de voluntários que auxiliam em sua execução. Um exemplo são as aulas de natação, que só ocorrem mediante o convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), que cede a piscina uma vez por semana para a realização das aulas.

¹¹³ Informação contida no sítio eletrônico: www.familialegal.org.br

As crianças que participam do Projeto Família Legal têm seu desempenho escolar acompanhado no que diz respeito a notas, frequência e comportamento, de modo que uma atividade pode complementar a outra. O Instituto Família Legal tem como meta auxiliar as crianças em sua vida escolar.

Já as mães ou responsáveis pelas crianças podem participar de projetos, como por exemplo, o “Projeto Fibra Viva”, que foi criado em meados de 2007, com o objetivo de gerar renda para 50 jovens e mulheres carentes de Bonito. A forma encontrada para atender a esse objetivo é confeccionar blocos de papel, caixas, sacolas, bolsas, luvas de forno, pegadores de panela, pequenas bolsas de viagem, enfeites de parede, entre outras peças que são feitas a partir da reciclagem e reaproveitamento de materiais que antes eram descartados, como papéis e tecidos. Utilizam uma técnica apurada de produção que busca retratar a fauna local, contudo, por desinteresse da própria população, apenas 17 mulheres participam do projeto. A Diretora Executiva lembra que, infelizmente, existem pessoas acomodadas com os programas de renda mínima do Governo Federal e, assim, perdem a oportunidade de qualificação.

Esse projeto surgiu com um apoio financeiro expressivo da Petrobras. Ele capacita mulheres e jovens para a produção e comercialização de artesanatos provenientes de materiais descartados.

Além de colaborar com a geração de renda, o projeto destaca-se na área ambiental, já que utiliza matérias-primas que antes eram lixo e agora se tornam peças de artesanato. Há vários apoiadores desse projeto, dentre os quais destacamos uma empresa de confecção de jeans localizada em Apucarana (PR), que fornece retalhos de tecido jeans de diversas qualidades e tonalidades.

Três atrativos de Bonito (Rio Sucuri, Recanto Ecológico Rio da Prata e Aquário Natural de Bonito) fornecem as roupas de "neoprene", que, quando não estão mais em condições de ser usadas pelos turistas para a prática de flutuação, são desmontadas e utilizadas na confecção de bolsas e de outros produtos. A Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) – Regional de Mato Grosso do Sul – fez uma parceria para fornecer os malotes em desuso, que eram incinerados e agora são reaproveitados para a produção de bolsas e utensílios para cozinha. A população de Bonito doa papéis usados e caixinhas de leite descartadas, que se tornarão bloquinhos de papel.

Outro projeto que auxilia as famílias na geração de renda é o “Mãos do Cerrado”, que trabalha o mesmo conceito de reaproveitar produtos que eram descartados. Neste caso, são os

materiais plásticos que, nas mãos das artesãs, se tornam produtos de cestaria. Antes feitos com fibras e bambu, hoje são confeccionados com plásticos trançados. Esse projeto foi criado em 2004 e atende a dez mulheres que garantem melhoria da renda familiar.

O Instituto conta com uma sede localizada na entrada da cidade de Bonito, onde funciona uma oficina com 12 máquinas de costura e todo apoio necessário para a confecção dos objetos de artesanato. No local, há uma loja para comercializar os próprios produtos. Na cidade de Bonito, há vários pontos de venda em que se podem encontrar os produtos confeccionados pela ONG, além da loja virtual contida no sítio eletrônico do Instituto.

Há também uma oficina de papel, onde são confeccionados os blocos de anotação. Muitos desses blocos são confeccionados por adolescentes que têm problemas de comportamento nas escolas, e a produção de bloquinhos de papel é mais um ponto de apoio para a reeducação.

Valquiria Mendes Malaquias destaca a importância desses projetos de geração de renda: “Há casos de mães que tinham uma renda de R\$ 100,00 por mês e agora ganham R\$1.000,00. O impacto positivo nessa família é muito grande.” Todo produto possui uma etiqueta especificando a ONG, o projeto, os parceiros e o nome da artesã que confeccionou a peça. Isso garante transparência ao trabalho da ONG, bem como valorização dos parceiros apoiadores e da artesã.

Esses projetos de geração de renda contam com uma vantagem, que é estarem inseridos em um município turístico que tem demanda por um artesanato diferenciado, produzido dentro de um projeto social.

Extrapolando essa ideia de geração de renda, o Instituto mantém um projeto desde agosto de 2006, intitulado “Escola Novo Olhar”, que é desenvolvido em parceria com o Ministério Público, a Secretaria Estadual de Educação (Escola Luiz da Costa Falcão) e a Secretaria Municipal de Educação. Atua junto aos alunos, pais e professores, buscando reduzir a evasão escolar, a repetência e as ocorrências de conflitos em comunidades escolares.

Valquiria Mendes Malaquias ressalta que todos os projetos são importantes, já que atuam junto às famílias e não somente junto às crianças, no entanto, para existirem, são necessários recursos, como já foi mencionado, de modo que as parcerias e voluntários são essenciais para a continuidade dos projetos e da própria ONG. “O Instituto conta atualmente com 15 pessoas, sendo seis voluntárias. Temos parceria com o Governo do Estado de Mato

Grosso do Sul que nos fornece quatro professores e o restante se remunera a partir dos projetos.”

Com relação aos recursos financeiros, há um repasse de R\$ 2.000,00 por mês, que vem do Governo do Estado para pagar energia elétrica, água, bem como a comida para as crianças e o salário da pessoa responsável pelo preparo da alimentação. Diante disso, nota-se a necessidade das parcerias e dos voluntários.

As perspectivas para o Instituto são boas, pois a ideia da Diretora Executiva é trazer os turistas para a sede da ONG, de modo que possam ver o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, terão contato com outro universo que existe em Bonito e que vai muito além da pureza de suas águas. Ela afirma que é importante mostrar para o turista esse outro universo:

Bonito tem uma visibilidade nacional. Quando você coloca que existe uma parcela da população que está a margem da sociedade, de um município que é turístico como todo mundo enxerga, que existe pobreza, que existe uma população extremamente carente, você choca o turista [...]. O turista que sair da Pilad Rehue e das duas ruas laterais verá que Bonito é um município pobre, carente de políticas públicas e infra-estrutura¹¹⁴.

De forma sintética, o Instituto Família Legal faz um trabalho que vai ao encontro da sustentabilidade social, ambiental e econômica, já que gera renda para as famílias carentes que possuíam baixo nível de qualificação, além de ampliar a movimentação econômica no município, pois capta recursos dos turistas e de outras pessoas com a venda das peças de artesanato. Além disso, e faz um trabalho de educação ambiental por meio da reutilização de matérias primas que eram descartes dos lares, comércio, fábricas, atrativos turísticos e da ECT.

Podemos afirmar que o pilar social está muito presente no trabalho desta ONG; aliás, compõe parte de sua missão, já que defende e protege as crianças em risco social, visando inseri-las na sociedade.

Com relação ao pilar que tem aderência direta com a sustentabilidade cultural, a ONG, durante o Festival da Guavira e o Festival de Inverno (nas últimas três edições), apresenta danças e números de percussão em tambores que retratam a importância do negro e do

¹¹⁴ No dia em que ocorreu a entrevista e a visita à sede do Instituto Família Legal, o clima estava frio e havia poucas crianças no Projeto Família Legal. Segundo Valkiria Malaquias, em dias de temperaturas mais baixas, parte das crianças assistidas pela ONG costuma faltar por não possuir agasalhos apropriados para suportar o frio.

indígena para a região de Bonito. A maioria dos alunos que fazem essas apresentações é descendente de negros e de índios.

O Instituto Família Legal presta um importante trabalho para os munícipes de Bonito, em especial junto às crianças e famílias carentes da cidade e, durante a pesquisa de campo, percebeu-se que possui um alto grau de respeitabilidade e de importância diante dos atores do *trade* turístico.

5.6 Projeto Pé da Serra¹¹⁵

De acordo com Eleri Paulino, o projeto Pé da Serra foi implantado inicialmente nos dois assentamentos, o Santa Lúcia e o Guaicurus, contudo, em razão de características próprias de cada assentamento. O primeiro obteve melhores resultados do que o outro, como, por exemplo, distância entre o assentamento e o núcleo urbano, os meios de acesso interno à cozinha comunitária (deslocamento das casas até a cozinha), faixa etária, lideranças internas, número de famílias assentadas, entre outros.

Segundo Lacerda (2005), o assentamento Guaicurus foi criado oficialmente no ano de 1986. Possui uma área de 2722 hectáres e, à época de sua criação, comportava 120 famílias, o que totalizava 500 pessoas. Está localizado a sudeste da porção norte do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. As terras onde se encontra o assentamento estão localizadas entre a área do parque e a terra indígena Kadiwéu.

De acordo com Paulo Sérgio Gimenes – Engenheiro Agrônomo da AGRAER de Mato Grosso do Sul –, o número atual de famílias assentadas no Guaicurus é 126. Grande parte dessas famílias é constituída por 4 pessoas.

¹¹⁵ Este item foi elaborado com base nas entrevistas com: Liliane Lacerda (IASB), em 27 de outubro de 2009, e com Eleri Rafael Muniz Paulino (Fundação Neotrópica do Brasil), em 30 de setembro de 2009. Outra entrevista foi realizada com a Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Santa Lúcia, Noêmia Nogueira dos Santos que ocorreu em 01 de outubro de 2009. Entrevistamos também, em 1º de outubro de 2009, Airtton Garcez, Coordenador Local do Projeto GEF Rio Formoso (projeto que atua para a conservação da biodiversidade da Bacia hidrográfica do Rio Formoso, por meio do manejo sustentável do solo e da água).

Um estudo da Fundação Neotrópica (2004) constatou que nessa área havia escassez de água, dificultando, assim, a prática da agricultura, de modo que apenas 1% de suas terras é cultivado com agricultura de subsistência e o restante é ocupado com pastagens.

Lacerda (2005), citando Milano (2002), esclarece que os lotes que compoem o Guaicurus tiveram boa rentabilidade até o ano de 1992, justamente quando ocorreu a abertura das áreas e os assentados aproveitavam a madeira existente, especialmente a aroeira, que alcançara bons preços no mercado.

Outra fonte de rentabilidade dos lotes configurou-se nesse período em que as terras foram abertas as lavouras de feijão, milho e algodão. Isso só ocorreu em virtude da maior produtividade, decorrente da fertilidade inicial do solo. No período posterior, as terras esgotaram-se e ocorreu a proibição da extração da aroeira, de que resultou a impossibilidade de saldar as dívidas de financiamentos contraídos por meio de linhas de crédito e, com isso, o assentamento entrou numa fase de decadência. (MILANO, 2002 *apud* LACERDA, 2005).

A retomada do desenvolvimento só ocorreu com a chegada da energia elétrica, da rede de distribuição de água e, para alguns assentados, com a possibilidade de renegociação das dívidas junto ao sistema bancário. A base econômica do assentamento era a pecuária, particularmente a leiteira. (MILANO, 2002 *apud* LACERDA, 2005).

A autora complementa que o assentamento, no início da década de 2000, buscou novas alternativas para a diversificação agrícola, como a avicultura caipira, a suinocultura, a apicultura e o extrativismo irregular de algumas madeiras de lei que existiam na reserva do assentamento. Essas ações clandestinas de extração de madeira de lei fez que duas reservas legais existentes no assentamento fossem bastante degradadas.

Já o assentamento Santa Lúcia foi criado em 1998. O Governo Federal, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desapropriou uma área de 1026 hectares de terra da fazenda Santa Lúcia, localizada em Bonito (MS). Nesse local, foram assentadas 37 famílias, o que totalizou, à época, 100 pessoas. A intenção do Governo Federal era aplicar um modelo de política de reforma agrária nacional. A área desse assentamento faz divisas com o lado leste da porção sul do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, em direção ao município do Porto Murtinho pela MS-178. (IDATERRA, 2001 *apud* LACERDA, 2005).

Paulo Sérgio Gimenes (AGRAER) informou que atualmente há 36 famílias residindo no assentamento Santa Lúcia. Assim como no Guaicurus, grande parte dessas famílias é composta por 4 pessoas.

Segundo Noêmia Nogueira dos Santos, a atual Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Santa Lúcia:

O assentamento Santa Lúcia é formado basicamente pelas famílias que estavam acampadas na reta da Bodoquena. Só assim surgiram as negociações com a fazenda e já faziam mais de dois anos que as pessoas estavam nas barracas, em 1998 entraram na fazenda. Só em 1999 legalizaram a situação do assentamento e criamos a associação.

Voltando ao texto de Milano (2002 *apud* LACERDA, 2005), obtém-se a informação de que os solos da região são aptos à prática agrícola desde que corrigida sua acidez. Atualmente os agricultores utilizam o sistema de cultivo conhecido por convencional, com técnicas de aração, gradagem pesada, gradagem niveladora e plantio, com o uso de trator ou tração animal.

Nesse assentamento, a pecuária também é praticada, especialmente a pecuária de leite, já que existiam pastagens formadas. Praticam também a suinocultura e a criação de galinha caipira. Os produtores que, à época, seguiram as orientações técnicas tinham uma produtividade satisfatória, tanto na pecuária quanto na agricultura. (MILANO, 2002 *apud* LACERDA, 2005).

Ainda segundo a mesma autora, nesse assentamento há duas APP, uma de 216 ha, e outra de 205 ha. Esta última era utilizada inadequadamente por alguns moradores como área de pastagem.

Após essa breve análise das áreas dos assentamentos, pode-se afirmar que o Projeto Pé da Serra veio para preencher uma lacuna socioeconômica ali existente. Por meio da produção de doces, compotas, geleias, melado de cana, açúcar mascavo, entre outros produtos, que são vendidos na Feira do Produtor e em pontos de venda, como lojas de artesanato, restaurantes e hotéis, pôde-se garantir melhoria na renda dos assentados.

O Projeto Pé da Serra, intitulado oficialmente “Qualificação e Diversificação da Produção de Alimentos pelas Mulheres dos Assentamentos Rurais do Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena”, foi executado pela Fundação Neotrópica do Brasil, tendo sua aprovação no mês de setembro de 2003 e iniciando as atividades em abril de 2004. O prazo para a execução era de 18 meses. (LACERDA, 2005).

Eleri Paulino, da Fundação Neotrópica do Brasil, assegurou, durante a entrevista, que esse projeto foi muito bem sucedido, tomando-se por base a atual situação dos assentados, que já conseguem andar sozinhos. Em outras palavras, bastou iniciar o projeto qualificando-os para as técnicas de produção, industrialização e comercialização que a rentabilidade dos assentados apresentou resultados altamente positivos. A Fundação Neotrópica foi agente fomentador inicial e veio a desvincular-se do projeto em 2006. A partir daí, os assentados, por meio da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Santa Lúcia, conseguiram fomentar novos projetos sem o apoio da Fundação Neotrópica, como havia ocorrido no início.

Vale lembrar que o projeto inicial surgiu em virtude da preocupação com a conservação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e da proximidade dos assentamentos rurais com essa Unidade de Conservação, ou seja os assentamentos encontram-se no entorno do parque. O apelo inicial do projeto decorreu de razões ambientais, já que é necessário proteger o entorno do parque.

Houve também a preocupação com a inserção das mulheres dos assentamentos no projeto, garantindo assim o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos, além da busca pela conservação ambiental.

De acordo com Lacerda (2005), o projeto foi executado em etapas. Realizou-se um diagnóstico das questões ambientais, sociais e econômicas por meio de visitas técnicas. A primeira etapa do projeto foi a assinatura do termo de adesão, onde constava a autorização para a implantação do projeto nas comunidades. Para que isso ocorresse de forma plena, foi necessária a realização de várias reuniões para apresentar e esclarecer a proposta de trabalho. Os moradores dos assentamentos que aderiram ao projeto tiveram que autorizar-lhe a execução.

Noêmia Nogueira dos Santos fez um esclarecimento interessante durante a pesquisa de campo. Afirmou, na entrevista, que, anteriormente ao projeto Pé da Serra, mais precisamente no ano de 2002, ocorrera um projeto embrionário – “Ecodesenvolvimento no Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena” –, que surgiu para diminuir os impactos ambientais no entorno da Unidade de Conservação. Diante disso, a concepção da agroecologia começou a ser implantada e, como complemento, surgiu o projeto Pé da Serra. Destacou que muitos dos lotes haviam recebido mudas de árvores frutíferas, que haviam sido plantadas, surgindo, assim, a ideia da agroindústria de geleias, doces compotas e picles. A maioria da matéria-prima utilizada pela agroindústria recém surgida era produzida ali mesmo no Santa Lúcia.

Quando necessitavam de um volume maior de matéria-prima, interagiam com produtores de outro assentamento, nesse caso o Guaicurus (o maior e o mais antigo da região).

Na concepção da entrevistada, o projeto não obteve êxito no Assentamento Guaicurus, que, embora produzisse muitas frutas, não desenvolveu a agroindústria, mesmo tendo os recursos e apoio técnico que o Santa Lúcia obteve.

Noêmia Nogueira Santos faz breve comentário a respeito do assunto:

Lá no Guaicurus as pessoas eram mais velhas e estavam acostumadas com um modelo de reforma agrária antigo. O novo prefeito retirou o meio de transporte dentro do assentamento e eles não tiveram iniciativa para poder continuar com a agroindústria. A comercialização deles também não é muito boa apesar de sua produção ser grande. Atualmente eles têm grande representação na feira e vendem seus produtos *in natura* e também para nossa agroindústria.

Continuando o projeto, a segunda etapa consistiu na adequação da estrutura das sedes dos assentamentos, transformando-as em cozinhas comunitárias. O projeto, para ser executado plenamente, necessitava de cozinhas que estivessem em conformidade com as normas básicas exigidas pela Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária. Nessa etapa, o projeto contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Bonito, que cedeu um arquiteto para planejar e executar as adequações necessárias. Essa etapa teve início em agosto de 2004 e término em setembro do mesmo ano. As cozinhas comunitárias foram divididas em três partes: pré-produção, produção e armazenamento. Foram equipadas com materiais básicos, como fogão, freezer, panelas, entre outros itens.

Já durante a terceira etapa, ocorreu a realização dos cursos e a implantação das hortas domésticas nos lotes dos assentados. Nesse momento, houve uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), por intermédio do Sindicato Rural de Bonito, e foi viabilizado o Curso de Conserva de Frutas e Hortaliças para o ano de 2004. Dando sequência à agenda de cursos, no ano de 2005 ocorreu o curso de produção caseira dos derivados de mandioca, entre outros. Os cursos qualificaram as mulheres dos assentamentos para processar produtos *in natura* de origem vegetal. Esses cursos serviram para treiná-las no processamento de alimentos e habilitá-las para utilizar as cozinhas comunitárias. “No curso de Conserva de Frutas e Hortaliças, oferecido em junho participaram 12 mulheres do Santa Lúcia [...] e 10 no Guaicurus.” (LACERDA, 2005, p.23). Já no Curso de Produção Caseira dos Derivados da Mandioca, que ocorreu em novembro de 2005, houve a participação de 15 mulheres do Santa Lúcia e 12 do Guaicurus. O projeto não contemplava, entretanto, a

aquisição dos equipamentos para a produção de farinha e polvilho; diante disso, nessa fase inicial não se desenvolveu a produção de derivados de mandioca.

Para iniciar a produção agroindustrial em uma escala maior, foi preciso implantar mais pomares e hortas domésticas em ambos os assentamentos, uma vez que não produziam toda a matéria-prima necessária para a agroindustrialização. Foram entregues apostilas, cujo tema central era a horta doméstica orgânica, e *kits* de sementes para iniciar o cultivo. Nessa etapa, os assentados contaram com o apoio técnico de um engenheiro agrônomo da Fundação Neotrópica do Brasil, que os auxiliou introduzindo o modelo agroecológico. (LACERDA, 2005).

Airton Garcez elucidou essa questão:

Quando os assentados entraram na fazenda algumas áreas já tinham até 20 anos de uso com uma agricultura tradicional, isso é, com intenso uso de produtos agroquímicos e mecanização pesada. Na época não se usava nem se falava em plantio direto. Devido a problemas financeiros o antigo fazendeiro não utilizou de adubo para a plantação nos últimos anos, portanto o solo da área estava completamente exaurido. Possuía baixa matéria orgânica, algumas áreas não produziam nem mandioca. Ai começou então a transição para a agroecologia. Foi um projeto que ocorreu no entorno do parque, adotando algumas práticas de agroecologia dentre elas: adubação verde, adubação orgânica, uso do quebra vento, devido ser um planalto e as várias tentativas para não usar mais venenos nas plantações. Tentou-se utilizar de técnicas agroecológicas para poder conviver com problemas como a baixa produtividade e o excesso de pragas. Por ter aumentado a matéria orgânica, parte do processo de recuperação de áreas degradadas, há lotes que atualmente melhoraram a qualidade do solo. [...] o resultado disso é que a agroecologia é hoje trabalhada por todos no assentamento, existindo muito interesse pelos assentados que procuram mais informações para poder trabalhar com agroecologia e abandonar a agricultura tradicional.

A quarta etapa resumiu-se na compra de embalagens e rótulos e na criação de material de divulgação dos produtos manipulados pelos assentados. Para iniciar a produção, estava enquadrada no projeto a aquisição de 3 mil potes de tamanhos variados (200ml, 360ml, 590ml e 810ml) e garrafas de 520ml. A compra dessas embalagens incentivou o início da produção agroindustrial dos assentamentos. Nessa etapa, foi criada uma marca única que pudesse abrigar todos os produtos do projeto e, segundo Lacerda (2005, p. 26):

Para a criação dessa marca, foram propostos vários nomes e a escolha foi através de eleição pela equipe da Fundação Neotrópica do Brasil. O nome escolhido para o projeto foi “Pé da Serra.” Considerou-se que com a escolha desse nome os produtos poderiam ser diferenciados pelos demais por representar sua regionalidade na marca, além de se tornarem competitivos também pelo seu processo de produção e suas características intrínsecas.

A Fundação Neotrópica do Brasil auxiliou na documentação para o cadastro na Vigilância Sanitária do município e, dessa forma, a marca “Pé da Serra” recebeu o carimbo da inspeção sanitária.

Na quinta etapa, os assentados organizaram a produção e o processamento dos alimentos. Foram estipuladas metas de produção e, juntamente com a Fundação Neotrópica, organizaram-se para atingi-las ou superá-las. Houve a necessidade da realização de várias reuniões para se efetivarem os ajustes no processo de produção. As mulheres que foram capacitadas iniciaram a produção de conservas doces e salgadas, já visando à comercialização. Uma das normas do projeto era que as cozinhas comunitárias e equipamentos fossem destinados somente para o beneficiamento dos produtos do próprio projeto e não para uso individualizado ou para outra finalidade, conforme esclarece Lacerda (2006, p. 30):

[...] foram realizadas reuniões com as mulheres interessadas em participar do projeto, nas quais decidiram normas básicas para utilização da cozinha, tais como: utilização de avental, toucas, higienização das mãos antes, durante e depois da manipulação e produção dos alimentos, dentre outras coisas necessárias para a padronização e qualidade dos produtos. Também foi decidido a escolha de uma coordenadora geral da cozinha para cada assentamento, onde esta foi incumbida de controlar os dias e a quantidade de produção, estoque de potes (embalagens), organização e limpeza das cozinhas, rotulagem e etiquetagem dos produtos, dentre outras atividades.

A etapa seguinte, ou seja, a sexta etapa, dizia respeito à comercialização, ou seja, à inserção dos produtos no mercado de Bonito. Os produtos “Pé da Serra” foram apresentados para a comunidade de Bonito e turistas no mês de novembro de 2004, ocasião em que ocorreu seu lançamento na Feira do Produtor de Bonito. A Fundação Neotrópica do Brasil auxiliou abrindo pontos de venda em estabelecimentos comerciais, como lojas de artesanato, hotéis, restaurantes, mercados, entre outras.

Já a sétima etapa correspondeu à avaliação dos produtos. Realizou-se uma análise da aceitação dos produtos no mercado, de que resultaram informações sobre produtos mais vendidos, quantidade total de vendas, total de pontos de vendas e outras. Essas informações favoreceram um diagnóstico quanto à viabilidade e continuidade do projeto.

Para a execução e sucesso desse projeto, houve parcerias importantes, e uma delas ocorreu com o Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (IDATERRA), atual AGRAER, que forneceu a assistência técnica de uma economista doméstica, com a função de manter a qualidade e padronização da higienização necessária e da própria produção.

Ressalta-se que havia a necessidade de profissionalização do grupo como um todo, todavia uma ação individual, como a falta de higienização ou padronização, podia colocar em risco a confiabilidade da marca em fase de nascimento.

Com a AGRAER (antiga IDATERRA), a parceria continua, o que é confirmado por Noêmia Santos em sua entrevista: “Desde que começou a ter a primeira agroindústria de doces, compotas e geléias no Santa Lúcia, as coisas começaram a se desenvolver, isso mais ou menos em 2003. Passaram a ter várias capacitações com a ajuda da AGRAER e da Neotrópica.”

Atualmente, o projeto Pé da Serra vem ocorrendo somente no assentamento Santa Lúcia. Vários fatores contribuíram para essa superação do Santa Lúcia em relação ao outro assentamento, como a qualidade da terra, o número de famílias, a distância em relação a Bonito, as próprias características dos assentados, a logística, entre outros.

Analisando os acontecimentos, pode-se afirmar que os assentados do Santa Lúcia aprenderam a lição e incorporaram a ideia do empreendedorismo. Posto isso, torna-se mais evidente, quando se analisa o processo, do início ao período atual, que ocorreu uma ampliação considerável da agroindústria instalada no assentamento.

Noêmia Santos, durante sua entrevista, trouxe-nos o diagnóstico atual e as perspectivas do projeto: todos os assentados do Santa Lúcia estão envolvidos com a agroindústria; uns atuam diretamente na produção e os demais na preparação e fornecimento da matéria prima.

Novos projetos vêm sendo criados, como é o caso da agroindústria de cana de açúcar, que já conta com 17 pessoas produzindo derivados da cana de açúcar, como a rapadura, o melado, o açúcar mascavo e o melado batido. Também se encontra em fase de instalação a agroindústria da mandioca, que poderá contribuir para a melhoria de renda dos assentados.

Grande parte desses produtos é vendida para os turistas que vão até Bonito, o que se constitui como mais um diferencial positivo para o projeto. Há hotéis e pousadas que consomem esses produtos, fornecendo-os aos hóspedes durante as refeições. Também existem

pontos de venda na cidade de Campo Grande (no Centro de Economia Solidária), em várias feiras e na Central do Cerrado em Brasília. Na área de doces e compotas, há nove mulheres trabalhando diretamente na produção que, em média, é de 380 potes/mês. Com relação às geleias, vários sabores são produzidos no assentamento, e a produção gira em torno de 600 potes/mês. Ainda há a produção de pimentas em conserva e picles.

Para a construção e instalação dessas agroindústrias, foram utilizados recursos do Território da Cidadania (Recursos do Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Agrário). Em valores, foram investidos mais ou menos R\$ 130 mil na agroindústria da mandioca e R\$ 58 mil na agroindústria da cana-de-açúcar (Recursos do Programa de Pequenos Projetos Eco-sociais).

Segundo Noêmia Santos, as perspectivas são boas, já que o assentamento pretende atender a merenda escolar: 15% da produção será direcionada à Prefeitura Municipal para esse fim. Isso será importante, pois é uma garantia de venda todo mês. “Atualmente a rapadura pequena, o melado e a garapa já estão garantidos para a merenda escolar de Bonito.” Cita ainda que, em breve, a farinha de mandioca também será comercializada para a merenda escolar.



FIGURA 5.1 Vista parcial da fachada do prédio do Projeto Pé da Serra

Fonte: Sítio eletrônico do GEF Rio Formoso. (2010)



FIGURA 5.2 Produtos Pé da Serra

Fonte: Sítio eletrônico do GEF Rio Formoso. (2010)

O principal parceiro do assentamento Santa Lúcia e do projeto Pé da Serra continua sendo a AGRAER, que é um dos agentes executores do Projeto de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso (GEF Rio Formoso), que vem possibilitando a recuperação de

áreas degradadas, por meio do reflorestamento e do estímulo aos assentados a desenvolver, de forma sustentável, técnicas do extrativismo, ou seja, valorizar a mata de pé.

Trata-se da aplicação do conceito de sistema agroflorestal, uma alternativa do uso da terra que busca proporcionar rendimento sustentável ao longo do tempo com produção de espécies anuais nos primeiros anos, seguidas de frutíferas, semiperenes e perenes e de espécies madeiráveis para o aumento da biodiversidade.

O Projeto GEF Rio Formoso levou os assentados para conhecer sistemas agroflorestais que já existem há sete anos em Dourados e Amambai. O projeto Pé da Serra depende de matérias-primas que podem ser desenvolvidas, em grande parte, nesses sistemas agroflorestais.

No assentamento Santa Lúcia, a renda líquida familiar dos assentados com a produção dos doces, compotas e outros produtos está em torno de um salário mínimo por mês. A renda ainda é considerada baixa, no entanto os assentados pretendem ampliá-la por meio do aperfeiçoamento, ampliação e diversificação dos produtos fornecidos pelo Pé da Serra.

Em face do exposto, constata-se que o projeto Pé da Serra apresenta forte convergência com a dimensão ambiental/ecológica, pois veio para qualificar os assentados para novas práticas de produção agrícola, como foi o caso do uso da agroecologia. A partir dele, os assentados puderam produzir sem o uso de agrotóxicos, priorizando o equilíbrio ambiental, diferentemente das formas tradicionais que eram aplicadas nos assentamentos.

A respeito das dimensões da sustentabilidade econômica e social, o projeto apresenta uma característica fundamental, que é a agregação de valor nos produtos *in natura*, que, em sua maioria, antes do projeto Pé da Serra, eram desperdiçados em razão das dificuldades de transporte, armazenagem e comercialização. Atualmente, os produtos “Pé da Serra” já geram a maior parcela da renda dos assentados e ocupa a maioria da mão de obra do assentamento Santa Lúcia. Também há uma busca pela diversificação da produção, entre doces, compotas, melão, açúcar mascavo e produtos provenientes da mandioca. Além disso, garante a fixação do homem ao campo, evitando o êxodo rural, contrariando, assim, a lógica do processo de ocupação do espaço no Brasil. É notável que o mercado turístico de Bonito é mais um fator que viabiliza o desenvolvimento do projeto.

Já a condição que traz um ponto de encontro do projeto Pé da Serra com a sustentabilidade espacial/geográfica é o fato de contribuir para a espacialização cidade/campo, ou seja, buscar um maior equilíbrio entre as duas áreas. A partir da viabilização do projeto,

ocorreu um desejo de superação, por parte dos assentados, que passaram a ter uma nova perspectiva de produção agroindustrial – mesmo que artesanal – e conseqüentemente aumento na renda, o que proporcionou a plena realização de seu potencial de empreendedorismo.

5.7 Obrigatoriedade do acompanhamento dos guias de turismo¹¹⁶

No capítulo que trata do histórico do turismo de Bonito, vimos que, na década de 1990, esse destino turístico esteve presente em muitos meios de comunicação e mídia, o que de certa forma contribuiu imensamente para a promoção e crescimento do turismo local. Esse aumento da demanda turística levou os proprietários de terras (fazendeiros em sua maioria) a se interessar pela exploração econômica de áreas com potencial turístico, embora nessa década o setor agropecuário sofresse uma grave crise.

A pressão da visitação turística e a fragilidade da natureza (uma das características dos atrativos turísticos de Bonito) criaram na sociedade a necessidade de rever a maneira de explorar o turismo sem degradar, pois era preciso torná-lo uma atividade econômica duradoura. Vários dos entrevistados neste estudo citaram o meio ambiente de Bonito como a “galinha dos ovos de ouro”, de modo que era preciso conservá-lo e preservá-lo. Essa expressão foi usada por vários entrevistados.

Ora, se havia uma elevação considerável na demanda turística, esse quadro evidenciou a necessidade de se ter um turismo controlado em razão da fragilidade do meio ambiente, e a maneira encontrada pela comunidade, autoridades e atores do *trade* que despontava foi organizar a visitação de forma racional.

Essa preocupação para evitar os possíveis danos que o turismo causaria às rochas sensíveis da região e veios d’água obrigou as lideranças da comunidade a pensar medidas

¹¹⁶ Este item foi elaborado com base nas entrevistas realizadas com 15 guias de turismo que atuam em Bonito. Mereceu uma atenção especial o guia Marcelo Gil da Silva, que nos auxiliou nos contatos para a realização das entrevistas com os demais guias de turismo e analisou em conjunto os principais pontos a serem abordados neste texto.

preventivas para ordenar a exploração turística, priorizando, assim, o não comprometimento das condições ambientais favoráveis ao turismo.

Em resumo, uma dessas medidas tem sido a limitação no número de visitantes, que obteve resultados positivos, já que o licenciamento e o monitoramento ambiental definem a capacidade de carga de cada atrativo turístico de Bonito (o próximo item desta tese detalhará o instrumento de controle de capacidade de suporte adotado em Bonito desde 1995).

Outra medida adotada foi a obrigatoriedade do acompanhamento de guias de turismo em todos os atrativos, com exceção dos balneários. Diante do exposto, como se caracteriza a profissão do guia de turismo?

O Guia de Turismo é uma das figuras que melhor representa a imagem coletiva sobre o turismo. A imagem do guia saindo com seu grupo de um ônibus de excursão é tão comum no imaginário das pessoas quanto a do turista de bermuda, camisa florida, chapéu e máquina fotográfica pendurada no pescoço. (CHIMENTI; TAVARES, 2007, p.17).

As mesmas autoras afirmam que: “Para muitos, o guia é a própria representação do que é o turismo.” A figura do guia de turismo é, praticamente, um ícone, em sua melhor forma, do profissional que o turista deseja.

Segundo Trigo, que é citado no texto da Fundação Candido Rondon (2006, p.22), o guia de turismo¹¹⁷ é um “[...] profissional polivalente que participa da parte final – a execução – do longo processo pelo qual passa o produto turístico.” O mesmo texto comenta ainda que guia de turismo “[...] é uma espécie de representante da agência ou operadora, muitas vezes se apresentando como ponto de apoio para os clientes” (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2006, p. 22).

Esse apoio que é dado pelo guia é uma obrigação das empresas turísticas que vendem pacotes e produtos turísticos, uma vez que os turistas circulam por lugares desconhecidos e com culturas diferentes e, portanto, devem contar com um auxílio para que a viagem seja algo prazeroso. O turismo tem que vender sonhos e não pesadelos.

¹¹⁷ A partir da massificação do fenômeno turismo, há um uso mais intenso de termos como “guia turístico”, que se refere ao roteiro impresso, com informações do destino e dos passeios de determinadas localidades. Já “guia de turismo” é o profissional que estamos apresentando nesta seção. Há uma confusão sobre esses termos.

Chimenti e Tavares (2007) apontam que o guia de turismo está inserido em um destino justamente para proporcionar serviços especializados ao turista. É o profissional que está apto a prestar informações ao turista sobre o local visitado, podendo assessorá-lo quando houver necessidade.

Ressalta-se que essas necessidades podem vir de várias formas, como informações culturais e históricas, sugestões gastronômicas, dicas de compras, hospedagem, traslado, entre outras. Os guias também devem estar preparados para os primeiros socorros, caso aconteçam acidentes com turistas.

Mesmo sendo importante para os destinos, Chimenti e Tavares (2007) lembram, no entanto, que essa profissão é pouco estudada em seu campo teórico, e a bibliografia específica disponível é escassa para estudantes e professores. O que existe são apostilas elaboradas pelos próprios docentes que ministram disciplinas na área do turismo.

O profissional, para ser considerado um guia de turismo, deve estar cadastrado na EMBRATUR, conforme determina a Lei nº. 8623, de 28 de janeiro de 2003, em seu artigo 1º:

Art. 1º: É considerado Guia de Turismo o profissional que devidamente cadastrado na EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, [...] exerça as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

A lei foi criada para regulamentar a profissão do guia de turismo, onde constam as atribuições profissionais (artigo 2º):

Art. 2º: Constituem atribuições do Guia de Turismo: I – acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais ou especializadas dentro do território nacional; II – acompanhar ao exterior pessoas ou grupos organizados no Brasil; III – promover e orientar despachos e liberação de passageiros e respectivas bagagens em terminais de embarques e desembarques aéreos, marítimos, fluviais, rodoviários e ferroviários; IV – ter acesso a todos os veículos de transporte, durante o embarque ou desembarque, para orientar as pessoas ou grupos sob sua responsabilidade, observadas as normas específicas do respectivo terminal. V – ter acesso gratuito a museus, galerias de arte, exposições, feiras, bibliotecas e pontos de interesse turístico, quando estiver conduzindo ou não pessoas ou grupos, observadas as normas de cada estabelecimento, desde que devidamente credenciado como Guia de Turismo; VI – portar, privativamente o crachá de Guia de Turismo emitido pela EMBRATUR. Parágrafo único: A forma e o horário dos acessos a que se referem as alíneas III, IV e V, deste artigo, serão sempre, objetivo de prévio acordo do Guia de Turismo com os responsáveis pelos empreendimentos, empresas e equipamentos.

O guia de turismo é o profissional que deve estar próximo do turista, zelando para que os serviços contratados sejam cumpridos.

Isso mostra que o guia de turismo deve ser um profissional qualificado pelo Curso de Formação Profissional de Guia de Turismo, cuja exigência está prevista na Lei nº. 8623, de 28 de janeiro de 2003, em seu artigo 5º, em que constam, ainda, os requisitos para o cadastramento e a classificação do guia de turismo:

Art. 5º: O cadastramento e a classificação do Guia de Turismo em uma ou mais das classes previstas neste Decreto estará condicionada à comprovação do atendimento aos seguintes requisitos: I – ser brasileiro ou estrangeiro residente no Brasil, habilitado para o exercício de atividade profissional no País; II – ser maior de dezoito anos, no caso de Guia de Turismo regional ou maior de 21 anos, para atuar como guia de excursão nacional ou internacional; III – ser eleitor e estar em dia com as obrigações eleitorais; IV – ser reservista e estar em dia com as obrigações militares no caso do requerente do sexo masculino menor de 45 anos; V – ter concluído o 2º grau; VI – ter concluído **Curso de Formação Profissional de Guia de Turismo** (grifo nosso) na classe para a qual estiver solicitando o cadastramento. Parágrafo 1º: As entidades responsáveis pelos cursos referidos no inciso VI deste artigo, deverão encaminhar ao início de sua realização, os respectivos planejamentos curriculares e planos de curso, para apreciação da EMBRATUR. Parágrafo 2º: Os certificados conferidos aos concluintes dos cursos mencionados no parágrafo anterior especificarão o conteúdo programático e a carga horária de cada módulo a classe em que o Guia de Turismo está sendo formado e a especialização em determinada área geográfica ou tipo de atrativo. Parágrafo 3º: Admitir-se-á para fins de comprovação do atendimento ao requisito no inciso VI deste artigo que o requerente: a) tenha se formado em curso superior de turismo e cursado a cadeira especializada na formação de Guia de Turismo ou b) tenha concluído o curso de formação profissional à distância e sido aprovado em Exame de Suplência Profissionalizante ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC ou c) comprove no prazo de 180 dias de vigência deste Decreto o efetivo exercício da profissão de no mínimo dois anos bem como aprovação em Exame de Suplência nos termos da alínea anterior. Art. 6º: A EMBRATUR fornecerá ao requerente, após o cumprimento das exigências o que se refere ao artigo anterior, o respectivo crachá de identificação profissional em modelo único, válido em todo o território nacional, contendo nome, filiação, número do cadastro e da cédula de identidade, fotografia, classe e âmbito de atuação prevista em seu curso de formação.

Outra exigência é que todo guia de turismo seja cadastrado obrigatoriamente no Ministério do Turismo. A identificação desse profissional deve ser feita por meio de crachá, em que conste a competência do guia, o número do cadastro e o prazo de validade da credencial, conforme Art. 6º da lei supracitada:

Art. 6º: A EMBRATUR fornecerá ao requerente, após o cumprimento das exigências o que se refere ao artigo anterior, o respectivo crachá de identificação profissional em modelo único, válido em todo o território nacional, contendo nome, filiação, número do cadastro e da cédula de identidade, fotografia, classe e âmbito de atuação prevista em seu curso de formação.

A profissão de guia de turismo na atividade turística é a única que possui reconhecimento e regulamentação da EMBRATUR. Como já mencionado, exige formação específica e pode ser praticada apenas por pessoas que tenham realizado cursos direcionados e possuam cadastro no Instituto. (CHIMENTI; TAVARES, 2007).

A EMBRATUR determina ainda quatro classes para a função de guia de turismo, também previstas na mencionada lei, em seu artigo 3º:

Art. 3º: O pedido de cadastramento como Guia de Turismo deverá ser apresentado pelo profissional interessado observadas as disposições deste decreto no órgão ou entidade delegada da EMBRATUR na unidade da Federação em que: I – O Guia de Turismo vá prestar serviços, caso pretenda o cadastramento nas classes de Guia Regional e/ou especializado em atrativos turísticos. II – O Guia de Turismo esteja residindo, caso pretenda o cadastramento das classes de Guia de Excursão Nacional e/ou Internacional. Art. 4º: Conforme a especialidade de sua formação profissional e das atividades desempenhadas, comprovadas perante a EMBRATUR, os guias de turismo serão cadastrados em uma ou mais das seguintes classes: I – Guia Regional – quando as atividades compreenderem a recepção, o traslado, o acompanhamento, a prestação de informações e assistência a turistas em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais de uma determinada unidade da federação para visita a seus atrativos turísticos; guia de excursão II – Guia de Excursão Nacional – quando suas atividades compreenderem o acompanhamento e a assistência a grupos de turistas durante todo o percurso da excursão de âmbito nacional ou realizada na América do Sul, adotando, em nome da agência de turismo responsável pelo roteiro, todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias a fiel execução do programa; III – Guia de Excursão Internacional - quando realizarem as atividades referidas no inciso II, deste artigo, para os demais países do mundo. IV – Guia Especializado em Atrativo Turístico - quando suas atividades compreenderem a prestação de informação técnico-especializadas sobre determinado tipo de atrativo natural ou cultural de interesse turístico na unidade da federação para qual o mesmo se submeteu a formação profissional específica.

De acordo com a Fundação Candido Rondon (2006), o guia de turismo deve ter conhecimentos técnicos, ser agradável com o grupo, ter boa aparência, noções de etiqueta e estar bem informado sobre assuntos variados, especialmente informações sobre a localidade turística onde atua: dados históricos, artísticos, geográficos e curiosidades em geral sobre a localidade que sempre são requisitadas por turistas. Em outras palavras, o guia de turismo deve ser um profissional bem informado.

Para Barbosa e Zamboni (2000), os guias de turismo têm uma função importante na cadeia produtiva, pois são responsáveis por prestar informações gerais sobre a localidade e os atrativos, bem como por cuidar da segurança dos grupos e auxiliar na conservação ambiental. Podem ser considerados importantes fiscais ambientais, à medida que informam, conscientizam e, em última instância, denunciam possíveis danos ao meio ambiente.

Isso garante aos atrativos uma visitação preventiva a danos ambientais. Por outro lado, a visita com o apoio dos guias de turismo torna-se segura e confortável para o turista. Boa parte dos atrativos de Bonito conta com trilhas planejadas, seguras e sinalizadas, mas o apoio de um profissional especializado evita possíveis problemas com os visitantes e ao meio ambiente, como a retirada de plantas e rochas, início de incêndios e acidentes.

Certamente, aqui cabe a observação de que, em Bonito, há atrativos que necessitam de monitores, como é o caso do rapel, do mergulho e do arvorismo. Essas atividades exigem a presença daqueles para garantir a segurança dos turistas. Além disso, para praticar o rapel é necessário um treinamento obrigatório, anterior à sua prática. Para o mergulho autônomo, é necessário possuir credencial. É obrigatório o preenchimento, pelo turista, de um termo de conhecimento de riscos, que esclarece, de forma contratual, seus direitos, deveres e riscos, a fim de garantir uma relação transparente entre as partes (turista e atrativo).

Voltando ao prisma de entendimento da importância dos guias de turismo para a sustentabilidade da atividade turística em Bonito, pode-se afirmar, com convicção, que são um forte aliado na conservação ambiental e conseqüentemente na atividade do turismo, razão por que foi instituída essa obrigatoriedade.

As figuras a seguir ilustram a afirmativa, já que, nas entradas da cidade de Bonito, há portais e placas com essa informação:



FIGURA 5.3 Portal de uma das entradas da Cidade de Bonito que apresenta a obrigatoriedade do acompanhamento do guia de turismo

Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)



FIGURA 5.4 Placa informativa do portal: “Turista Obrigatório Acompanhamento do Guia de Turismo”

Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

Ressalta-se que, nas entradas de alguns atrativos turísticos, os proprietários instalaram placas com os seguintes dizeres: “Entrada permitida com a presença de Guia de Turismo.”

Os guias garantem a interpretação das trilhas, maior segurança dos turistas e a ampliação do grau de qualidade dos passeios. Um dos representantes de associação do *trade* entrevistados citou a presença do guia como uma forma de agregar valor ao passeio, já que é qualificado e pode tirar dúvidas que venham a surgir durante o passeio. Valdemir G. Martins (Guia de Turismo em Bonito), em entrevista concedida para o documentário realizado pelo SEBRAE, Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA) e Governo Federal, realizado em setembro de 2006¹¹⁸, declara:

A gente conhece o ambiente que a gente trabalha. A gente é preparado para isso. As nossas informações, nós acreditamos que agregam valor ao atrativo dando segurança ao turista e ao atrativo. Por que a gente agrega valor? A gente desperta a curiosidade que está lá naquele ambiente para que ele perceba os tons, os sons, as cores que tem lá a sua disposição [...]. Por que o ambiente que ele está visitando e totalmente estranho para aquela pessoa [...]. Isso contribui bastante para que o turismo que está aqui passa a aguçar os seus sentidos. Eu costumo dizer que nós [Guias de Turismo] quando estamos numa trilha a gente é audição, o tato, o ofato e a visão da pessoa que está ali. A gente vai despertar o interesse dele para que ele aproveite melhor e consiga entender algumas coisas que ele está vendo e fazendo em Bonito.

¹¹⁸ Vivências Brasil. Aprendendo com o Turismo Nacional. Ecoturismo & Turismo de Aventura. Bonito. SEBRAE, BRAZTOA, Governo Federal. A pesquisa para elaboração do documentário foi realizada de 25 a 29 de setembro de 2006.

O professor Helio Hintze (2007), na introdução de seu livro, complementa a fala de Valdemir G. Martins:

O Guia de Turismo é o cicerone do turista, por meio dele é que este “vê” o Brasil. Se os olhos do turismo forem guiados com qualidade, verão o local de maneira positiva e guardarão sempre ótimas impressões e lembranças. E se não voltarem àquele local, certamente continuarão viajando e conhecendo outras localidades, culturas, costumes; em contrapartida, se forem mal guiados, os olhos do turista se entristecerão e perderão o brilho, não enxergando assim as belezas de nosso país. Isso vale tanto para turistas internacionais como para brasileiros que buscam conhecer um pouco mais do próprio país. A profissionalização do Guia de Turismo é fator primordial para qualidade. Esse profissional deve ser crítico; possuir olhar atento não só ao atendimento de seus turistas, mas ao orientá-los em questões culturais envolvidas em uma viagem, ajudando-os a compreender diferentes culturas, ver outras formas de pensar e sensibilizá-los para uma postura ética quanto à interpretação desses fatores.

A figura do profissional guia de turismo surgiu em Bonito de forma amadora: alguns moradores de Bonito acompanhavam os turistas que chegavam ao município. Isso ocorria até mesmo em razão de ser um número pequeno de turistas e de atrativos com permissão para visitação, conforme mostrou o histórico do turismo de Bonito.

A entrevista com Hélio Sena Madureira (Primeiro Secretário Municipal de Bonito) deixa isso bem claro:

O turista ia conhecer Bonito e a primeira estratégia da época foi preservar os pontos turísticos, porque todos eles eram de origem cárstica e calcária que é muito delicada, então a preocupação era preservar os pontos turísticos. [...] a tentativa foi cercá-los de tal maneira que o turista não fosse sozinho aos pontos. No começo eu era o guia, saia 2 ou 3 carros por semana, entrava na gruta fechada. Estava fechada na época com grade e cadeado. Eu levava o pessoal, mostrava e contava a história da gruta.

Comentou o entrevistado ainda que, nesse período, Sérgio Ferreira Gonzales, conhecido popularmente por “Sérgio da Gruta”, trabalhava como pintor de letreiros de parede e interessou-se pelas grutas e pedras da região, começando, assim, a colecioná-las, fazendo um mostruário de pedras na Secretaria de Turismo.

Hélio Sena Madureira, que era formado em Turismo e vindo da capital paulista para otimizar o turismo local, iniciou a preparação do Sérgio da Gruta para atuar como um guia de turismo profissional.

De acordo com Behr (2001), o Sérgio da Gruta, nascido em Aquidauana, chegou a Bonito em 1976 e, em 1977, já levava alguns turistas para conhecer a Gruta do Lago Azul, Ilha do Padre, Ponte do Ormínio e as cachoeiras Taíca e do Mimoso. Entende-se aqui que Sérgio passou a ser procurado, mas fazia o trabalho de guia de forma amadora e como um bico para ganhar uma renda extra.

Percebe-se, no entanto, que, em palavras do próprio Sérgio da Gruta, ele ingressou nessa função ao acaso, mas iniciou um importante processo para o polo turístico de Bonito:

Eu comecei fazer um trabalho, porque seu Homero Antunes que era o proprietário da área, ele era uma pessoa de idade, então eu passei a ajudar ele a levar as pessoas, porque ele tinha certa idade e com a demanda de pessoas vindo todos os dias, ele tinha outras atividades pra fazer, cuidar da chácara dele, então ele chamava a gente pra atender o pessoal lá. Pedia pra gente recomendar ao pessoal pra não tomar banho, não jogar lixo, não quebrar nada. Ai eu me interessei pelas grutas e comecei a procurar outras grutas na região, então não tinha somente duas gruta em Bonito, teria mais, ai eu comecei a descobrir. (SÉRGIO FERREIRA GONZALES).

Hélio Sena Madureira comenta como Sérgio da Gruta qualificou-se e garantiu uma nova realidade para o *trade* que nascia, já que abriu caminho para os demais guias e para a obrigatoriedade do acompanhamento desse profissional nos atrativos de Bonito:

Fui ensinando a ele o serviço de Guia de Turismo e no final da história apareceu um curso de Espeleologia em Campo Grande e as aulas práticas eram aqui. Foi quando o Sérgio fez o curso e pegou seu certificado. Daí pra frente ele tocou a parte de Guia de Turismo. Depois foram feitas outras atualizações com a ajuda do professor Paulo Boggiani que trouxe cursos de Guia com 360 horas de aula. Outra ação pra preservar foi que em cada entrada da cidade a gente colocou uma placa voltada para o turista que chegasse pra procurar o Guia. Desta data em diante é que começou controlar a exploração do turismo.

Essa preocupação em não deixar o turista sozinho manifestou-se, à época, justamente por terem ocorrido casos de pessoas que adentravam na gruta para dar tiros, mergulhar no lago e fazer piquenique. A preocupação era justa, pois, naquele momento, desejava-se que essas grutas e balneários não fossem degradadas até que se pensasse em uma solução e depois se pudesse exercer um controle maior. (HÉLIO SENA MADUREIRA).

Com isso, fica evidente que a obrigatoriedade do acompanhamento do guia de turismo é mais recente, mas a ideia de controlar e fiscalizar as ações dos turistas é antiga, desde o final da década de 1980.

Sobre o histórico da participação dos guias no *trade*, Antonio Carlos Silveira Soares ressalta que o próprio antigo dono das terras onde estava localizada a Gruta do Lago Azul, senhor Homero Antunes, fazia esse papel de “guia amador”, acompanhando os turistas até a Gruta. Outro cidadão que desempenhou a função de “guia amador” foi o senhor Magno Olavo. Soares destacou ainda que até ele chegou a exercer a função de guia de turismo de forma amadora, quando tinha entre 12 e 13 anos de idade.

Reconhece-se que o primeiro guia de turismo profissional a trabalhar em Bonito foi o Sérgio da Gruta. Ele também foi o primeiro a qualificar-se para desempenhar melhor a função. “O Sérgio foi contratado pelo Governo do Estado para cuidar da Gruta.” (EMPRESÁRIO PIONEIRO 1 DO SETOR DO TURISMO). Sua profissionalização só veio a consolidar-se, no entanto, a partir do primeiro Curso de Formação de Guia de Turismo, que ocorreu em 1993, com a parceria e o patrocínio da CODEMS (Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul), do SEBRAE/MS, da Prefeitura Municipal de Bonito e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). O curso teve como coordenador o geólogo e professor Paulo César Boggiani. (BEHR, 2001). Nesse primeiro curso, foram formados 26 guias de turismo¹¹⁹, em sua maioria bonitenses, ou residentes na cidade há vários anos.

Vargas (1998) corrobora a informação lembrando que, desde 1993, em face da grande demanda, foram oferecidos cursos para guias de turismo especializados em atrativos turísticos, com duração de 360 horas/aula.

Segundo a representante 3 de associação do *trade*, essa primeira turma de guias contribuiu para implementar o turismo da forma como é hoje. “Os guias estavam no campo, viam os problemas, muitas ações que melhoraram a gestão do turismo e a conservação do meio ambiente.”

¹¹⁹ Informações sobre os cursos de formação de guias de turismo em Bonito, como o número de formandos e guias na ativa foram obtidos com os guias de turismo Marcelo Gil da Silva e Herculano Fátimo Benites. Vários dos Guias de Turismo que foram entrevistados apontam que o curso de formação foi uma novidade para eles, já que nunca pensaram em ser guia de turismo. Veneza (2003, p. 37) cita o caso do Valdemir Martins, que, além de guia, ocupou o cargo de Secretário Municipal de Turismo no período de outubro de 2002 até dezembro de 2004. “Cheguei a Bonito há 10 anos. A ideia era abrir uma mercearia, mas acabei fazendo um curso de guia de turismo, promovido pelo Sebrae/MS, e não parei mais.”

Há fatos interessantes que envolvem a formação desses guias, especialmente no primeiro curso, pois tudo era novidade. Um desses fatos foi que havia inscritos fazendo o curso que relutavam em assistir às aulas teóricas, pois já queriam ir para a prática. (EMPRESÁRIO PIONEIRO 1 DO SETOR DO TURISMO).

Esse mesmo empresário afirmou que o primeiro curso de formação de guias de turismo só ocorreu em razão do apoio do Professor Paulo César Boggiani (à época era professor da UFMS – Campo Grande)¹²⁰, que desenvolvia estudos em Bonito. Aliás, o nome do professor Boggiani apareceu na fala de vários entrevistados, sendo considerado importante para o turismo local e a sustentabilidade.

No ano de 1995, na segunda edição do curso, foram formados 34 guias de turismo em Bonito.

A partir de 1995, foi instituída a obrigatoriedade do acompanhamento de guia de turismo nos passeios em Bonito. Há uma Lei Municipal (Lei nº 011/95) que determina que todos os guias de turismo atuantes em Bonito tenham certificação do Curso de Formação de Guia de Turismo.

Outra informação interessante, apresentada pela Fundação Candido Rondon (2006), é que a maioria dos guias de turismo não são bonitenses, mas há um acordo para que todos os guias residam em Bonito.

Em 1997, teve início uma nova edição do Curso de Formação de Guia de Turismo, com especialização em atrativos turísticos, promovida pelo Departamento de Turismo do Município, como apoio do SEBRAE/MS, SENAC e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). (MARIANI, 2000). Nessa edição, foram formados 35 guias de turismo.

No artigo de Barbosa e Zamboni (2000, p.21), ambos especializados em atrativos naturais, há um panorama dos três primeiros cursos de guia de turismo realizados em Bonito, que “[...] formaram 92 profissionais, dos quais 56 permanecem ativos na profissão; 26 não estão exercendo a atividade regularmente; e 11 a abandonaram de forma definitiva.”

¹²⁰ “Houve estudiosos que contribuíram bastante com a defesa do meio ambiente de Bonito. Um dos pioneiros que me lembro, e me lembro muito bem, foi o professor Paulo Boggiani que deu muitas dicas para organizar o município para receber os turistas. Ele começou a frequentar Bonito, aproximadamente em 1983. Também temos que lembrar que os turistas ensinam os empresários, pois criticam, observam, reclamam e fiscalizam. Há turistas que chegam aqui e viajaram pelo mundo todo e nos dão dicas, isso é importante.” (EMPRESÁRIO PIONEIRO 1 DO SETOR DO TURISMO).

Com relação à remuneração dos guias de turismo, as mesmas autoras constataram que, em 1999, era calculada entre 14% e 20% do valor da arrecadação dos atrativos estimando-se em R\$ 536 mil, o que equivale a uma remuneração média de R\$ 817,64 para cada um dos 55 guias de turismo que se encontravam em atividade.

A última edição de curso em Bonito foi no ano de 2000, formando mais 36 novos guias de turismo.

Ao todo, foram formados em Bonito 131 guias especializados em atrativos naturais. Desses, apenas 49 exercem a função atualmente. No quadro de guias de turismo de Bonito, há mais 17 que exercem a função, mas que fizeram o curso de formação fora do município (12 foram formados em Campo Grande e 5, em Jardim).

Ao todo, são 66 guias de turismo trabalhando em Bonito, número pequeno para os períodos de alta temporada. O principal motivo do desinteresse em trabalhar como guia de turismo é o fato de haver uma grande diferença de renda entre a alta e a baixa temporada.

Durante a coleta de informações por meio das entrevistas, encontramos várias faixas de renda, que variam de acordo com a produtividade de cada guia. Esses profissionais recebem sua renda com base nos percentuais de cada passeio e número de visitantes (sempre respeitando a capacidade de suporte).

Um dos guias de turismo entrevistados (aqui identificado como Guia de Turismo 6 – para mantê-lo no anonimato e garantir a coleta de informações sem constrangimento, uma vez que Bonito é um pequeno município e há uma forte relação entre os atores do *trade* –) contou-nos que tem uma renda mensal de R\$ 3.000,00 na alta temporada e R\$ 1.000,00 na baixa temporada.

O Guia de Turismo 9 afirma ter renda mensal de R\$ 3.000,00 na alta temporada e R\$ 1.500,00 na baixa temporada.

O Guia de Turismo 2 disse ter uma renda mensal de R\$ 2.600,00 na alta temporada e de R\$ 1.400,00 na baixa temporada, o que, em média, corresponderá a quatro salários mínimos.

Por fim, o Guia de Turismo 10 disse ter um ganho de até R\$ 5.000,00 no mês de alta temporada (de meados de dezembro a meados de janeiro) e R\$ 800,00 nos de baixa temporada. Isso explicita a enorme diferença entre os períodos de baixa e alta temporadas:

Em Bonito já tivemos mais de 100 Guias trabalhando, mas essa insegurança da baixa temporada não segura ninguém. Tem vários Guias que saíram para ser funcionários público. Tem Guia que prestou o concurso da Polícia Militar outros abriram seu próprio negócio como agências de turismo¹²¹. Há aqueles que vendem Natura e Avon para complementar renda [...]. (GUIA DE TURISMO 10).

Ingenuamente, pode-se pensar que os guias de turismo que atuam em Bonito estão satisfeitos com sua renda e ocupação, que lhes permite trabalhar em meio a paisagens exuberantes, prestando informações para turistas que têm certo grau de consciência ambiental. Nota-se, no entanto, que há um descontentamento por parte da classe com relação a vários pontos.

O primeiro deles é que a média geral da renda mensal dos 15 guias de turismo que foram entrevistados no *trade* é de aproximadamente R\$ 2.600,00 para a alta temporada e de aproximadamente R\$ 1.000,00 na baixa temporada: “O difícil de ser Guia em Bonito é a diferença de renda da alta para a baixa temporada.” (GUIA DE TURISMO 6).

Durante o período da realização da pesquisa de campo (final do mês de setembro e início do mês de outubro de 2009), os guias de turismo estavam mobilizados numa luta pelo aumento dos percentuais que são repassados pela Gruta do Lago Azul (que é gerenciada pela Prefeitura Municipal). Os guias alegaram que não tinham aumento do repasse desde o ano de 2003, recebendo apenas R\$ 4,00 por visitante. Disseram também que o valor do *voucher* tivera aumentos de R\$ 15,00 para R\$ 25,00 e, a partir de dezembro de 2009, para R\$ 36,00. Sendo o valor R\$ 25,00, os guias recebiam R\$ 4,00; sendo R\$ 36,00, passariam a receber R\$ 5,76 (observe mais detalhes na próxima tabela).

Outro problema é que um percentual do *voucher* deveria ser empregado na manutenção da Gruta como, por exemplo, as escadarias. Segundo eles, isso não vem ocorrendo, estando degradadas, escorregadias e sem segurança para os guias e turistas. Com essa reivindicação, os guias reuniram-se com os representantes da Prefeitura Municipal, vereadores e Promotoria de Justiça de Bonito.

¹²¹ Citam-se, como exemplos: Lourival da Silva Junior (o popular Juca da Ygarapé), que concluiu o primeiro Curso de Formação de Guias de Turismo e é proprietário da Agência Ygarapé Tour. Segundo o sítio eletrônico de sua agência, já está no mercado há mais de 15 anos e já atendeu a mais de 500 mil turistas. Outro exemplo de guia de turismo que se tornou empresária é Maria Leopoldina de Almeida Campos (conhecida em Bonito por Mariazinha), que é a proprietária da Agência Big Tour, fundada em 1994. Também concluiu o primeiro curso de guias em Bonito. É atualmente a presidente da Associação Bonitense de Agências de Ecoturismo (ABAETUR) e já foi presidente do COMTUR. Ambos continuam atuando como guias de turismo.

O Guia de Turismo 3 afirmou: “Nosso cartão postal está sendo degradado aos poucos e não está havendo a manutenção por parte da Prefeitura Municipal que tem dinheiro para isso, mas não tem investido.”

O Guia de Turismo 9 expõe que tem que aprender a viver com os ganhos altos e baixos: “Como a gente sabe que existe a baixa temporada temos que guardar os ganhos da alta para viver na baixa. [...] Depois do carnaval até julho os Guias de Bonito sofrem, por isso tem que ter poupança.” (GUIA DE TURISMO 9).

Já o Guia de Turismo 2 salientou que, para ele, um dos maiores problemas de ser guia de turismo é ter que trabalhar todos os dias da semana, em especial no final de semana, o que não permite um bom convívio com os familiares, pois os encontros familiares nos finais de semana.

Complementando outra reclamação feita por vários dos entrevistados, apresentou-se o fato de o guia de turismo ser um profissional autônomo, não tendo direito a férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e aposentadoria. Só terá garantia de aposentadoria aquele que recolher como autônomo para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). O profissional autônomo que trabalha em Bonito deve recolher a alíquota de 5% de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

A renda mensal de cada guia de turismo é uma parte do valor do *voucher* pago pelos turistas. A agência de turismo que vendeu o *voucher* para o turista é que faz o pagamento para os guias. Usualmente, os passeios realizados entre segunda-feira e domingo são pagos na segunda terça-feira do mês, e algumas empresas preferem pagar na terceira terça-feira do mês. Há, contudo, exceções, com pagamento nas quintas-feiras. Não há uma regra fixa, mas sim um acordo entre guias de turismo, agências e proprietários dos atrativos. Os valores variam entre 10 a 13% de cada passeio. (GUIA DE TURISMO 10).

Esses percentuais que vão para o guia que acompanha o turista no passeio são determinados pelos proprietários dos atrativos. Na realidade, há um acordo, pois o “contrato” tem que ser viável para os guias, para as agências e para os proprietários dos atrativos.

Vale lembrar que o poder de negociação não ocorre de forma equilibrada, já que quem tem mais poder é o proprietário do atrativo, pois é ele quem vai conceder o espaço para a prática do turismo. Sem os atrativos, não haveria turismo, no entanto, sem guias e agências, existiria de forma rudimentar e sem os devidos cuidados com o meio ambiente.

Resta reafirmar que a renda mensal de cada guia de turismo depende do número de turistas que são acompanhados nos passeios e do valor de cada atrativo (passeio).

A tabela a seguir mostra esses valores, detalhando quanto fica para o proprietário do atrativo, para a agência que vende o passeio e para o guia que acompanha o turista.

Há vários tipos de passeio como, por exemplo, os *Day Use* (ou seja, passar o dia no local); balneários; boia *cross*; arvorismo, *bike* (andar de bicicleta), quadriciclo, entre outros, que não necessitam do acompanhamento de guias e, pois, não há valores referentes ao pagamento destes.

Todos os passeios são, no entanto, comercializados pelas agências, as quais têm uma parte do valor dos atrativos direcionados a elas. Observemos a tabela a seguir:

TABELA 5.15 Tabela de valores dos atrativos turísticos de Bonito e a divisão entre guias, agências e proprietários dos atrativos (Ano de 2009)

Atrativo Turístico	Alta Temporada				Baixa Temporada			
	Atrativo	Guia	Agência	Total	Atrativo	Guia	Agência	Total
Aquário de Bonito	9,00	-	4,00	RS 13,00	9,00	-	4,00	RS 13,00
Aquário Natural - Day Use s/ almoço	87,50	12,50	25,00	RS 125,00	68,40	10,80	19,80	RS 99,00
Aquário Natural - Day Use CHD (criança)	80,20	11,80	23,00	RS 115,00	61,40	10,80	16,80	RS 89,00
Aquário Natural - meia visitação	50,00	10,00	19,00	RS 79,00	50,00	10,00	19,00	RS 79,00
Aquário Natural - meia visitação – CHD (criança)	39,00	10,00	16,00	RS 65,00	39,00	10,00	16,00	RS 65,00
Aquário Natural - Flutuação Nascente	44,00	8,00	17,00	RS 69,00	44,00	8,00	17,00	RS 69,00
Aquário Natural - Trilha dos Animais	19,00	4,00	6,00	RS 29,00	19,00	4,00	6,00	RS 29,00
Aquário Natural – almoço	16,00	-	0,00	RS 16,00	16,00	-	0,00	RS 16,00
Abismo Anhumas - rapel + flutuação	324,00	-	36,00	RS 360,00	324,00	-	36,00	RS 360,00
Abismo Anhumas - rapel (+mergulho)	321,00	-	39,00	RS 360,00	321,00	-	39,00	RS 360,00
Bike - Lobo Guará	49,40	5,00	13,60	RS 68,00	49,40	5,00	13,60	RS 68,00
Bonito Scuba (Mergulho no Abismo) a partir de fev. 2009	136,00	-	34,00	RS 170,00	136,00	-	34,00	RS 170,00
Balneário do Sol	15,00	1,00	4,00	RS 20,00	15,00	1,00	4,00	RS 20,00
Balneário Municipal	14,00	-	1,00	RS 15,00	9,00	-	1,00	RS 10,00
Barra do Sucuri	41,00	12,00	16,00	RS 69,00	32,00	10,00	13,00	RS 55,00
Bonito Aventura c/ almoço	29,50	6,50	13,50	RS 49,50	29,50	6,50	13,50	RS 49,50
Bonito Aventura c/ almoço – CHD (criança)	25,00	5,20	9,50	RS 39,70	25,00	5,20	9,50	RS 39,70
Bonito Aventura s/ almoço	20,50	7,00	12,00	RS 39,50	20,50	7,00	12,00	RS 39,50
Bonito Aventura s/ almoço – CHD (criança)	15,40	5,50	9,00	RS 29,90	15,40	5,50	9,00	RS 29,90
Boia Cross	32,00	-	8,00	RS 40,00	32,00	-	8,00	RS 40,00
Boia Cross - CHD (criança 06 a 11 anos)	28,00	-	7,00	RS 35,00	28,00	-	7,00	RS 35,00
Bote Natura	49,00	-	11,00	RS 60,00	39,00	-	11,00	RS 50,00
Bote Ibere	35,00	-	15,00	RS 50,00	35,00	-	15,00	RS 50,00
Boca da Onça - Trilha e Cachoeira + almoço	77,00	11,00	22,00	RS 110,00	77,00	11,00	22,00	RS 110,00
Boca da Onça - Rapel e Trilha com almoço	223,00	41,00	66,00	RS 330,00	208,00	41,00	66,00	RS 315,00
Boca da Onça – Rapel	164,00	41,00	55,00	RS 260,00	164,00	41,00	55,00	RS 260,00
Buraco das Araras	14,50	4,50	6,00	RS 25,00	12,00	3,50	4,50	RS 20,00
Circuito Arvorismo	54,40	-	13,60	RS 68,00	-	-	-	-
Ceita Corê – Almoço	59,00	11,00	18,00	RS 88,00	45,00	9,00	14,00	RS 68,00
Ceita Corê CHD (criança) – Almoço	43,00	10,00	17,00	RS 70,00	37,50	8,50	12,00	RS 58,00
Cabanas Arvorismo	60,00	-	15,00	RS 75,00	60,00	-	15,00	RS 75,00
Cabanas Arvorismo Noturno	68,00	-	17,00	RS 85,00	68,00	-	17,00	RS 85,00
Discovery Rio Formoso	106,00	15,00	27,00	RS 148,00	106,00	-	27,00	RS 133,00
Discovery Rio da Prata	132,00	20,00	28,00	RS 180,00	132,00	-	28,00	RS 160,00
Discovery Rio da Prata a partir de janeiro 2010	98,00	14,00	28,00	RS 140,00	79,80	12,20	23,00	RS 115,00
Estância Mimosa com refeição – 2009	50,10	9,10	14,80	RS 74,00	42,60	7,80	12,60	RS 63,00
Estância Mimosa CHD (criança) com refeição – 2009	40,90	7,10	12,00	RS 60,00	36,00	5,60	10,40	RS 52,00
Estância Mimosa - Casadinho (cachoeira+cavalgada+almoço)	70,10	9,10	19,80	RS 99,00	62,60	7,80	17,60	RS 88,00
Estância Mimosa - Casadinho – CHD (criança)	60,90	7,10	17,00	RS 85,00	56,00	5,60	15,40	RS 77,00
Estância Mimosa – Cavalgada	24,00	-	6,00	RS 30,00	24,00	-	6,00	RS 30,00
Estância Mimosa - Almoço a partir janeiro de 2010	55,10	10,50	16,40	RS 82,00	48,30	9,30	14,40	RS 72,00

Estância Mimosa CHD c/ Almoço a partir janeiro de 2010	45,60	8,00	13,40	R\$ 67,00	39,40	6,20	11,40	R\$ 57,00
Fazenda San Francisco - Day Use	88,00	-	22,00	R\$ 110,00	88,00	-	22,00	R\$ 110,00
Fazenda San Francisco – CHD (criança) a partir de 2009	-	-	-	R\$ 76,00	-	-	-	R\$ 76,00
Fazenda San Francisco - Day Use 2010	-	-	-	R\$ 130,00	-	-	-	R\$ 130,00
Fazenda San Francisco - CHD 2010	-	-	-	R\$ 89,00	-	-	-	R\$ 89,00
Gruta de São Miguel	16,00	4,00	5,00	R\$ 25,00	16,00	4,00	5,00	R\$ 25,00
Gruta do Lago Azul	16,00	4,00	5,00	R\$ 25,00	16,00	4,00	5,00	R\$ 25,00
Gruta do Lago Azul a partir de dezembro de 2009	23,04	5,76	7,20	R\$ 36,00	23,04	5,76	7,20	R\$ 36,00
Parque das Cachoeiras com refeição	58,00	10,00	17,00	R\$ 85,00	51,00	9,00	15,00	R\$ 75,00
Parque das Cachoeiras CHD (criança) com refeição	47,00	7,50	13,50	R\$ 68,00	40,50	6,00	11,50	R\$ 58,00
Parque das Cachoeiras sem refeição	44,00	10,00	13,00	R\$ 67,00	37,00	9,00	11,00	R\$ 57,00
Parque das cachoeiras CHD (criança) sem refeição	34,50	7,50	10,00	R\$ 52,00	28,00	6,00	8,00	R\$ 42,00
Parque Ecológico Rio Formoso Flutuação+Cavalgada	44,00	7,20	16,80	R\$ 68,00	44,00	7,20	16,80	R\$ 68,00
Parque Ecológico Rio Formoso Cavalgada	27,80	-	7,20	R\$ 35,00	27,80	-	7,20	R\$ 35,00
Parque Ecológico Rio Formoso Flutuação	21,20	7,20	9,60	R\$ 38,00	21,20	7,20	9,60	R\$ 38,00
Praia da Figueira	15,50	-	4,50	R\$ 20,00	15,50	-	4,50	R\$ 20,00
Praia da Figueira CHD (criança de 6 a 12 anos)	7,80	-	2,20	R\$ 10,00	7,80	-	2,20	R\$ 10,00
Praia da Figueira com passeio de barco	23,00	-	7,00	R\$ 30,00	23,00	-	7,00	R\$ 30,00
Praia da Figueira (CHD = 6 a 12 anos) com passeio de barco	15,50	-	4,50	R\$ 20,00	15,50	-	4,50	R\$ 20,00
Projeto Jiboia	12,00	-	3,00	R\$ 15,00	12,00	-	3,00	R\$ 15,00
Projeto Jiboia – CHD (criança)	8,00	-	2,00	R\$ 10,00	8,00	-	2,00	R\$ 10,00
Projeto Jiboia - a partir de dezembro de 2009	16,00	-	4,00	R\$ 20,00	16,00	-	4,00	R\$ 20,00
Projeto Jiboia CHD (criança) - a partir de dezembro de 2009	12,00	-	3,00	R\$ 15,00	12,00	-	3,00	R\$ 15,00
Rio Sucuri – Flutuação	73,30	12,30	21,40	R\$ 107,00	71,80	9,80	18,40	R\$ 100,00
Rio Sucuri - Flutuação CHD (criança)	60,70	10,50	17,80	R\$ 89,00	64,10	8,70	16,20	R\$ 89,00
Rio Sucuri – Almoço	16,00	-	2,00	R\$ 18,00	16,00	-	2,00	R\$ 18,00
Rio Sucuri - Cavalgada ou Bike	20,00	5,00	7,00	R\$ 32,00	20,00	5,00	7,00	R\$ 32,00
Rio Sucuri – Quadriciclo	72,00	-	18,00	R\$ 90,00	72,00	-	18,00	R\$ 90,00
Rio Sucuri - Quadriciclo CHD (criança)	40,00	-	10,00	R\$ 50,00	40,00	-	10,00	R\$ 50,00
Rio Sucuri - Flutuação com Cavalgada ou Bike	90,20	17,00	26,80	R\$ 134,00	64,90	13,50	19,60	R\$ 98,00
Rio Sucuri - Flutuação com Cavalgada ou Bike (CHD)	77,00	15,00	23,00	R\$ 115,00	73,00	15,00	22,00	R\$ 110,00
Rio Sucuri - Flutuação com Quadriciclo	135,70	12,30	37,00	R\$ 185,00	118,20	9,80	32,00	R\$ 160,00
Rio Sucuri - Flutuação com Quadriciclo (CHD - criança)	93,50	10,50	26,00	R\$ 130,00	80,90	8,70	224,00	R\$ 313,60
Rio da Prata c/ refeição	93,20	12,40	26,40	R\$ 132,00	74,60	10,20	21,20	R\$ 106,00
Rio da Prata – Cavalgada	24,00	-	6,00	R\$ 30,00	24,00	-	6,00	R\$ 30,00
Rio da Prata c/ almoço – a partir de 2010	98,00	14,00	28,00	R\$ 140,00	79,80	12,20	23,00	R\$ 115,00
Rio do Peixe	50,00	10,00	15,00	R\$ 75,00	45,00	8,00	14,00	R\$ 67,00
Rio do Peixe – a partir de dezembro de 2009	Não informado	Não informado	Não informado	R\$ 90,00	Não informado	Não informado	Não informado	R\$ 90,00
Ybira Pê	86,00	-	12,00	R\$ 98,00	86,00	-	12,00	R\$ 98,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações cedidas pela ATRATUR.

Embora já destacado, importa reiterar que, para ser guia de turismo em Bonito, exige-se um curso de formação com noções de geografia, história, geologia, manifestações culturais, primeiros socorros, entre outras (Lei Municipal nº 011/95). Outra exigência é que o cidadão que deseja ser guia de turismo esteja residindo em Bonito há no mínimo dois anos: “Apesar de a maioria dos guias serem de origem externa, existe um acordo tácito de que todos residam na cidade,” (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2007, p.126).

Isso garante uma reserva de mercado para o cidadão de Bonito, obrigando a criação de empregos de guia para o cidadão que reside na localidade. Na fala de um entrevistado, há um ponto interessante a ser analisado: “Não é que não aceitamos novos Guias aqui, aceitamos sim, mas não queremos Guias que apareçam somente na alta temporada.” (GUIA DE TURISMO 2).

Evidencia-se que há preocupação em não se aceitarem guias temporários, que só queiram exercer a função durante a alta temporada.

Já o Guia de Turismo 6 traz uma ótica mais empresarial em sua fala. Diz que, se a entrada de qualquer um for permitida, haverá guias que virão de fora para trabalhar na alta temporada. Na baixa, deixariam de atender os atrativos, o que colocaria em risco a continuidade dessa obrigatoriedade de acompanhamento. Até o controle de capacidade de carga, o *voucher* único e a própria existência do turismo de Bonito ficariam comprometidos. (GUIA DE TURISMO 6).

Além disso, a presença dos guias de turismo acompanhando os turistas nos atrativos é necessária para uma melhor conservação do meio ambiente. Destaca-se que, na opinião de todos os entrevistados (sem exceção), é importante e essencial a existência desses profissionais, cuja atuação é uma forma de “controle” e “monitoramento” dos turistas em meio ao ambiente natural. Apresentam-se a seguir algumas das visões sobre esse ponto.

Sérgio da Gruta viveu o período em que Bonito teve seu *boom* na demanda turística e explicou a preocupação da comunidade com a degradação ambiental:

Eles não tinham noção do tipo de turista que Bonito estava atraindo [...] a cidade começou a ter uma demanda de gente de todo lugar [...] e teve um período que havia muitas áreas que eram de graça, era publico e como era público não deveria cobrar pra entrar. Não havia valorização do trabalho do Guia de Turismo então os turistas achavam que tinha que chegar e invadir tudo. Não entendia que a função do Guia era orientar, falar do patrimônio natural e valorizar. Tinha que dar outra dimensão ao passeio e proibir o vandalismo. [...] as pessoas não tinham noção do que era um turismo ecológico, ai a prefeitura apoiava colégios, grupos de excursões

que vinha à Bonito, comida, começou a alugar, dava até petróleo para voltar. Eles depredavam tudo, e isso ocorria porque eram grupos grandes e não tinha controle de capacidade de carga. Os Guias é que tem ajudado a preservar Bonito. (SÉRGIO FERREIRA GONZALES).

O consultor 1 do SEBRAE comenta que a visitação, ao ser guiada por um profissional capacitado em conduzir grupos nesse ambiente frágil que é Bonito, dá condições de informar aos turistas os devidos cuidados que devem existir durante o passeio ou estada no local. Informações simples devem ser ressaltadas ao turista, como: “não jogue lixo na trilha, não faça algazarra para não assustar os animais silvestres, não faça movimentos bruscos nos rios para não causar impactos no meio ambiente aquático, entre outras situações.”

Já o consultor 2 do SEBRAE complementa afirmando que o guia contribui muito para a conservação do meio ambiente de Bonito, pois ele é um agente responsável por disseminar a cultura da conservação para o turista. Faz ainda a observação de que isso ainda não é plenamente satisfatório por faltarem profissionais nos atrativos, ou por faltar qualificação, pois já faz vários anos que não é oferecido o curso de formação de guias em Bonito. Apresenta uma possível solução, “[...] que seria ampliar o trabalho para monitores ambientais.”

A autoridade 1 afirma ver a funcionalidade do guia para a manutenção da cadeia produtiva do turismo de Bonito, porém dá maior ênfase ao modelo de gestão municipal que restringe e fiscaliza a instalação de novos empreendimentos turísticos no município de Bonito. Todo projeto deve ser encaminhado para o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA) e estar em conformidade com as leis municipais, estaduais e federais. Esclarece o entrevistado que:

Uma comissão composta por membros do COMDEMA faz uma visita *in loco* no empreendimento para só depois emitir um parecer (certidão de conformidade) que segue para o prefeito assinar ou não o documento que libera o empreendedor para procurar os órgãos ambientais licenciadores, sejam os estaduais ou os federais para providenciar o seu licenciamento. Nesse licenciamento já estará inserido a capacidade de carga que vai vir na licença de operação. Aí sim nos entramos com o *voucher* único e o acompanhamento de Guias. Nesse ponto o Guia é um fator preponderante no equilíbrio, na conservação e na preservação ambiental. Ele é um orientador é um fiscalizador. Ele é um amigo e um aliado da política que é implantada pelo município Bonito. (AUTORIDADE 1).

No entendimento do representante 1 de associação do *trade*, os guias de turismo “[...] são guardiões da Natureza, mas é necessário sempre o envolvimento dos atrativos, as empresas para a busca de um melhor resultado.” Desse ponto de vista, realmente se faz necessário um trabalho cooperado entre os guias e os atrativos.

Cita-se o exemplo de locais onde há sinalização trazendo regras ou avisos ambientais, como, por exemplo: “mantenha o silêncio”, “não grite”, “não fume na trilha”, “não retire frutas ou vegetação do local”, entre outros. Sabe-se, contudo, que, se o turista estiver desacompanhado, pode desrespeitar os avisos. Os guias de turismo de Bonito reforçam os avisos escritos nos atrativos por meio de conversas com os turistas durante os passeios.

Consultando os guias de turismo, que são considerados atores estratégicos para o *trade*, verificamos que 100% dos entrevistados acreditam que atuam como educadores e conscientizadores ambientais. Esclarecem, porém, que não é a totalidade dos turistas que respeita o meio ambiente.

O Guia de Turismo 9 confidencia que:

[...] o gosto e a vontade do turista não pode prevalecer, já que tem turista querendo fumar na trilha, escalar cachoeiras, deixar lixo na trilha, andar fora de onde é permitido, apanhar mudas de flores [...]. Nesses momentos temos que ser educadores e explicar os perigos e danos que pode causar ao meio ambiente e ao próprio grupo de turistas.

O Guia de Turismo 4, que é bonitense, conta que antigamente não se exigia a presença de Guias acompanhando os visitantes. Dessa forma, faziam até churrasco no interior da Gruta do Lago Azul. Outra ação predatória era a retirada de estalactites e estalagmites das grutas. Havia pessoas que levavam “pedaços” da gruta para serem colocados na sala da residência como se fossem enfeites ou troféus. Como já dito, ainda há casos de turistas que querem levar mudas de plantas para casa. “Nós, os guias que protegemos de verdade as possíveis depredações que os turistas podem fazer de forma inconsciente. Muitos acham que sua ação é só uma coisinha que não vai interferir em nada.”

Um dos guias assegurou que a Gruta Nossa Senhora da Aparecida está interdita em razão de depredação, de falta de estudos ambientais e de plano de manejo para a conservação. “Quando ela esteve aberta para a visitação não era obrigado acompanhamento de Guias como é hoje. Isso facilitou a depredação.” (GUIA DE TURISMO 14). No estudo de Lunas (2000),

encontra-se a informação de que essa gruta estava fechada há anos por causa da intensa depredação de estalactites e estalagmites.

O representante 3 das ONGs de Bonito garante que o guia de turismo é um dos maiores interessados na conservação do meio ambiente, pois “[...] é dali que ele tira seu ganha pão [...]. Se ele notar algum dano ambiental ele fala com o dono do atrativo e se nada for feito ele é o primeiro a denunciar para o Promotor de Justiça e Polícia Ambiental.”

Com relação aos problemas que já tiveram com os turistas durante os passeios, a maioria dos guias entrevistados contaram que o principal deles tem ligação com as muitas distorções das informações disponibilizadas nas agências e operadoras de turismo (de fora de Bonito):

Quando vendem os pacotes aos turistas não informam corretamente sobre as vestimentas adequadas, as atividades adequadas ao perfil de cada um, a localização errada [...]. Isso acaba repercutindo no Guia de Turismo que deve se sobressair para amenizar e contornar o mal estar gerado. [...] Os turistas ficam nervosos e nós temos que acalmá-los para que aproveitem os passeios [...].o guia de turismo ter que contornar a situação e transformar o passeio de todos outras integrante do grupo o mais maravilhoso possível. (GUIA DE TURISMO 6).

Um problema que há no *trade* turístico de Bonito é a falta de qualificação dos guias quanto à comunicação com turistas estrangeiros, pois apenas aproximadamente 10% dos guias que estão na ativa sabem outra língua. Alguns dos entrevistados dizem faltar tempo para essa qualificação, já que trabalham praticamente todos os dias e sempre chegam muito cansados. Outros já dizem que não sabem outra língua por desinteresse.

Os que sabem falar inglês dizem que sua renda melhorou após terem adquirido a qualificação para poderem comunicar-se com turistas estrangeiros.

Constantemente há, em Bonito, cursos de atualização para os guias de turismo, já que esse profissional deve estar sempre atualizado. Os cursos ocorrem em diversas áreas, seja na área ambiental, seja na área dos primeiros socorros, ou outras. No segundo semestre do ano de 2009, ocorreu um curso - “Guia EConsciente” -, que foi realizado pela Fundação Neotrópica do Brasil em parceria e com o apoio financeiro da Fundação Citi.

Os guias de turismo de Bonito estão organizados em uma entidade associativa intitulada Associação dos Guias de Turismo de Bonito (AGTB), fundada em 1994:

No aspecto de contribuição para a redução dos impactos ambientais, uma das entidades mais engajadas é a Associação dos Guias de Turismo de Bonito – AGTB. [...] é a entidade mais organizada em termos de participação e contribuição dos associados, mantendo uma motivação pelo agenciamento dos serviços dos guias. (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2007, p.126).

O guia de turismo 11 disse que: “Nossa logomarca retrata bem como é nosso trabalho. É um trabalho de formiguinha, mas sozinho não sou nada e em grupo conseguimos fazer muito. Temos que trabalhar de forma associativa.”

Esse mesmo guia também informou que a logomarca retrata o trabalho de conservação do meio ambiente, que também é um “trabalho de formiguinha”, pois são as pequenas ações que fazem a diferença, e o conjunto do trabalho de todos os guias contribui para a conservação do meio ambiente de Bonito.



FIGURA 5.5 Logomarca da AGTB
Fonte: Imagem cedida pela AGTB em 2009.

Segundo os guias entrevistados (sem exceção), a principal vantagem de ser associado à AGTB é a participação em plantões, em parceria com alguns atrativos, pois é uma garantia de renda:

O lado positivo de ser associado na AGTB são os plantões que funcionam da seguinte forma: você dá o seu nome para ser sorteado. Ai você fica em um determinado atrativo trabalhando o dia todo. No final do dia é dividido o valor de todos os *vouchers* que passaram por ai com os Guias que estavam no atrativo. O lado bom disso é que todo mundo trabalha e ganha igualmente. (GUIA DE TURISMO 9).

Os convênios para plantões que existiam até a data da pesquisa e cujos guias eram fornecidos pela AGTB eram com a Gruta do Lago Azul, Balneário Municipal, Aquário Natural, Parque das Cachoeiras, Ceita Corê e Gruta de São Miguel.

Outra vantagem é que, quando há algum curso de atualização, os guias associados à AGTB têm o valor do curso subsidiado.

Desde 2005, a sobrevivência financeira da AGTB é assegurada pela participação em um percentual da arrecadação da venda de ingressos do Balneário Municipal e também da anuidade de cada associado. (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON, 2007). A associação recebe R\$ 33,00 por dia, que são provenientes do Balneário Municipal. Em troca, a AGTB fornece um guia por dia. (GUIA DE TURISMO 10).

A AGTB faz um trabalho de designar guias de turismo (de forma gratuita) para acompanhar alunos de escolas. Até mesmo o cidadão de Bonito que queira conhecer algum atrativo turístico na baixa temporada tem a colaboração de boa parte dos guias, que os acompanham gratuitamente.

A mensalidade de cada associado é de R\$ 30,00. A AGTB também organiza uma festa mensal para os guias aniversariantes de cada mês, buscando uma maior união entre a classe. Vale informar que, para ser guia em Bonito, não é obrigatório ser associado à AGTB.

A AGTB possui um assento no COMTUR e normalmente as reivindicações estão relacionadas a melhores condições de trabalho para os guias, melhores condições de segurança para os turistas e divulgação do destino turístico para atração de turistas. Quando necessário, ou seja, quando não há atendimento das reivindicações junto ao COMTUR, a AGTB busca o apoio da Câmara Municipal de Bonito e da Promotoria de Justiça. (GUIA DE TURISMO 10).

As perspectivas da AGTB estão voltadas para a criação de uma cooperativa de guias, que conseguiria atender alguns pontos nevrálgicos que a associação não conseguiu atender, como, por exemplo, um plano de saúde voltado para os guias. Essa ideia está em fase de discussão e estudos.

Isso que foi exposto neste item do estudo leva à conclusão de que a atuação do guia de turismo em Bonito vem ao encontro da dimensão ambiental/ecológica, em virtude do trabalho de conscientização, fiscalização e educação ambiental executado junto aos turistas visando à não depredação do meio visitado.

Com relação às sustentabilidades econômica e social, há a geração de postos de trabalho e renda para os próprios guias, que obrigatoriamente devem residir em Bonito; dessa forma, investem seus ganhos no próprio município.

Na dimensão cultural, os próprios guias afirmam que, em Bonito, isso é pouco explorado, e o trabalho deles não consegue atingir essa dimensão como deveria. Alguns guias salientam que contam os “causos” ou histórias de Bonito para os turistas durante os passeios e são favoráveis a uma maior divulgação da cultura local e regional.

5.8 Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)

Como já descrito, a natureza de Bonito é frágil, e o aumento na demanda turística ocorrido no início da década de 1990 fez que as lideranças e a comunidade local se organizassem na busca de mecanismos eficientes para gerir o turismo local e os conflitos de interesses que passaram a existir no *trade*. Historicamente, toda atividade que envolve mercado (concorrência, oferta e demanda) gera conflitos, pois estes são inerentes ao sistema capitalista.

Nesse mesmo período, o Brasil vivia um clima de debates e discussões entre o poder público e a comunidade a respeito dos processos de municipalização, ou seja, o município assumir responsabilidades e funções, que, até então, eram tidas como pertencentes ao Estado e à União, dentre as quais estava a gestão e organização do turismo, que, em Bonito, convergia para essa intenção de organização coletiva.

Isso vinha da esfera federal para a esfera municipal. Desenvolvia-se, no Brasil, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Esse programa era um pacto entre União e Município, e este teria autonomia para desenvolver o turismo local de forma descentralizada, sistematizada, discutindo os rumos e as formas de desenvolvimento com a comunidade local, lideranças e atores do setor.

Mariani (2000), em sua tese de doutoramento, apresentou detalhes do PNMT, que contou com três etapas para a sua implantação. Uma dessas era a necessidade da criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que teria, como membros, representantes das entidades envolvidas no setor de turismo do próprio município, responsáveis pela elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo que já era a última fase do PNMT.

O COMTUR, além de ser uma etapa e exigência do PNMT, foi, também, de acordo com Jorge Tadeu de Barros Veneza (2003), uma das várias iniciativas que nasceram em Bonito. Segundo o autor, o COMTUR foi fruto do Seminário Estratégico de Turismo realizado em maio de 1994, tendo como agente apoiador o SEBRAE.

Para um melhor entendimento dessa afirmativa de Veneza (2003), contamos com a entrevista realizada com Arnaldo Leite (que era o consultor do SEBRAE-MS em Bonito desde 1992), que ratificou a informação explicando a atuação institucional do SEBRAE no desenvolvimento e organização do turismo local.

Segundo Leite, esse processo iniciou-se justamente no ano de 1992, quando a entidade partiu de um prisma que consistia em preparar e formar lideranças locais para que se apoderassem do processo e buscassem o desenvolvimento do turismo local. Além de formar lideranças, o SEBRAE buscava ampliar a capacidade gerencial dos envolvidos na cadeia produtiva do turismo de Bonito.

Cabe destacar que, nesse início de década de 1990, Bonito sofria uma metamorfose em sua economia local, que até então vivia sob o teto econômico da agropecuária e, nesse período, passou a conhecer a diversificação de sua economia com o aparecimento de turistas sedentos por conhecer as maravilhas naturais do município. Com isso, a cidade foi tomada por empreendedores (em sua maioria pequenos e vindos de fora) que necessitavam de capacitação. Outra singularidade é que o setor do turismo exigiu profissionais com qualificação distinta do setor da agropecuária, como camareiras, cozinheira, garçons, guias de turismo, entre outros.

A partir desse novo cenário e de acordo com a fala de Arnaldo Leite, “[...] o interesse da entidade era desenvolver as habilidades e o conhecimento das lideranças para que elas se apoderassem do processo, e assim continuassem a gestão municipal e a gestão dos negócios que havia no turismo de Bonito.”

Destacou o entrevistado que o foco do SEBRAE sempre foi na área empresarial, mas já se entendia que era necessária a sua ampliação, sendo importante passar o conhecimento do

processo da gestão do turismo como um todo, ou seja, formar lideranças capacitadas para gerir os negócios. Nisso se incluía o escopo da gestão municipal, ou seja, o governança municipal do turismo.

Com esse intuito, o SEBRAE vislumbrou, naquele momento (em 1992), o potencial turístico que havia no território de Mato Grosso do Sul. O município de Bonito (como já foi apresentado no capítulo que trata do histórico) vinha-se destacando como um forte destino, mas necessitava de melhor organização. Isso passou a ocorrer na primeira gestão do prefeito José Arthur Soares de Figueiredo.

Diante do quadro de possibilidades que surgiam em torno dessa nova atividade econômica local, o SEBRAE foi até o município de Bonito para entender a realidade do turismo da época e, assim, analisar o que poderia ser feito para melhorar a organização do setor como um todo.

Partindo de um horizonte mais amplo, Arnaldo Leite frisou que, no ano de 1992, ocorreu o início do Programa de Turismo desenvolvido pelo SEBRAE. Até aquele momento, o SEBRAE (nacional e estaduais) atuava em áreas correlatas à indústria e ao comércio; não atuava, portanto, no setor do turismo.

Esse primeiro Programa de Turismo do SEBRAE foi desenvolvido justamente no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme relata Leite: “Em janeiro de 1992 houve um acordo de cooperação entre EMBRATUR e SEBRAE-MS, no qual havia uma proposta de atuação em um programa de turismo do sistema SEBRAE-MS.” Esse programa abrangia todo o Estado capacitando agências, rede hoteleira e outras atividades correlatas. “Só com a capacitação o SEBRAE investiu 100 mil dólares, isso no Estado do MS. Grande parte desse recurso foi investido em Bonito.” (ARNALDO LEITE).

A iniciativa do SEBRAE que merece destaque, lembrada por Arnaldo Leite e descrita no texto Veneza (2003), foi o Seminário Estratégico de Turismo, realizado em 1994. Esse evento ficou marcado como o lançamento da ideia de criação do COMTUR. Nele, houve a participação de guias de turismo, empresários, técnicos e secretários municipais, totalizando 32 participantes, que identificaram os problemas e soluções para o desenvolvimento do turismo em Bonito.

Arnaldo Leite, que, à época, era o consultor local do SEBRAE e atuou na organização e realização do seminário, relembra:

Nesse seminário [...] foi elaborado um planejamento estratégico com a organização do SEBRAE, onde estiveram presentes as principais lideranças da época que atuavam no turismo [...]. Na parte da manhã foi utilizado a metodologia conhecida como método ZOOP¹²². Foi construído um painel com tarjetas identificando os principais problemas por área temática como infra-estrutura, saúde, educação entre outras. Já na parte da tarde foi elaborado outro painel que convergia com os problemas, pois trazia as possíveis soluções. Isso de acordo com a visão das pessoas que estavam ali presentes. Tudo foi feito por meio do critério participativo. No passo seguinte os participantes assumiram o compromisso, ou seja, o papel de protagonistas para dar encaminhamento para aquelas soluções que haviam sido sugeridas. Houve a busca de articulações com instituições públicas, privadas e atores buscando solucionar os problemas que foram levantados. Também ocorreu a busca de novos atores. Um exemplo disso foi que a partir dessa iniciativa de planejamento estratégico lideranças da Prefeitura Municipal de Bonito estiveram em Gramado e Canela (RS) buscando o modelo de estatuto do COMTUR. O estatuto de Gramado e Canela foi adaptado para a realidade de Bonito, para somente depois transformá-lo em Lei municipal. Assim, foi a criação do COMTUR [...]. (ARNALDO LEITE).

Vale citar que algumas das lideranças participantes do seminário tiveram o cuidado de criar um COMTUR com base em informações colhidas em outros conselhos já existentes.

Durante a elaboração deste estudo, buscamos relatos dessas lideranças que fizeram as visitas *in loco*, priorizando o aprendizado com as experiências bem sucedidas de outros COMTUR. Uma dessas lideranças da época, que também era empresário pioneiro do setor de turismo, quando questionado sobre sua ida até a região sul para conhecer o COMTUR de Gramado e Canela, relatou: “A viagem foi boa. [...], eu ia lá para o Rio Grande do Sul e disse ao prefeito que queria conhecer o funcionamento do COMTUR de lá. Passei também por São Joaquim, Santa Catarina que tinha o festival da maçã, pra ver se tirava alguma ideia de lá.” (EMPRESÁRIO PIONEIRO 2 DO SETOR DE TURISMO).

Essa fala confirma que as lideranças locais buscavam exemplos viáveis para serem aplicados ao turismo de Bonito, especialmente para constituir o COMTUR. Diz ainda:

Nós pegamos o que eles estavam fazendo lá. Fui até almoçar com o presidente do Conselho de Turismo de lá, que era um dono de uma galeria. Ai ele me contou várias coisas e disse você não deixa os políticos interferir lá. Eu peguei uma cópia do estatuto deles, assim como eu peguei uma copia do estatuto de Araxá, Minas Gerais e até de São Paulo. Aproveitei bem o que tinha de bom de cada um dos estatutos para tentar não errar. Uma das coisas que vi era que o Conselho de Turismo não podia ser composto de muitos membros para não ter problemas para se reunir. (EMPRESÁRIO PIONEIRO 2 DO SETOR DE TURISMO).

¹²² O método ZOPP é definido como o planejamento de projeto orientado por objetivo, que vem da sigla alemã ZOPP que significa: Z-Ziel (objetivo), O-orientierte (orientado), P-Projekt (projeto) e P-Planung (planejamento). Esse método permite que as partes envolvidas participem ativamente das decisões. Ele cria indicadores para o acompanhamento, avaliação e controle do projeto e da implementação.

Já com relação a não permitir que os políticos tomassem conta do COMTUR, isso realmente ocorreu em Bonito, sendo confirmado por outra liderança que participou do Seminário Estratégico e compôs a primeira diretoria do conselho. Para ele, o ponto forte da criação foi justamente não deixar os políticos dominarem o COMTUR:

Eu me lembro que na discussão da criação do COMTUR já houve nossa participação como empresário. Já conseguimos que o Poder Executivo ficasse como parte minoritária no Conselho. Foi um fato muito importante nesse processo evolutivo, onde o próprio executivo dispensou seu direito de controlar o turismo em Bonito, como acontece na maior parte dos municípios. Para que a própria iniciativa privada tomasse as rédeas desse rumo do crescimento do turismo em Bonito. Isso foi muito importante por que deu muita responsabilidade à iniciativa privada, na medida em que você tem o poder de decidir e, além disso, tem verbas pra implementar o que e decidido em conjunto. O que é diferente de participar de um Conselho Municipal de Turismo onde o executivo manda e você fica como mero espectador. (EMPRESÁRIO PIONEIRO 3 DO SETOR DE TURISMO).

Em 1995, iniciou-se a estruturação da atividade turística em Bonito, com a aprovação da Lei Municipal nº 695/95, que instituiu o COMTUR, então integrado por quatro representantes escolhidos pelo chefe do executivo municipal e por seis representantes dos segmentos ligados ao *trade* turístico local. Posteriormente, sua composição foi alterada para sete representantes:

O COMTUR tinha como principal objetivo fomentar o turismo de maneira organizada e sustentável no município, apoiando ações que visassem divulgar o Município de Bonito em outras regiões, dando apoio ao *trade* e à comunidade, seja na implantação de alguma atividade ou na parceria de projetos de cunho social. Embora o estatuto do COMTUR instituísse reuniões quinzenais, essas aconteciam semanalmente. Aos conselheiros, eram apresentadas propostas e solicitações de apoio às atividades ligadas ao turismo, que eram discutidas em sessões abertas ao público, votadas e registradas em ata. Os Conselheiros representavam as associações de classe, eram eleitos por voto direto e cumpriam mandato de dois anos. As seguintes associações estavam representadas no COMTUR: Associação Comercial, Associação de Bares e Restaurantes, Associação dos Transportes, Associação Bonitense de Hotelaria, Associação de Agências de Turismo, Associação de Guias de Turismo e Associação dos Atrativos Turísticos. Os representantes do Executivo Municipal eram: Vice-prefeito, Assessor Jurídico, Secretário de Turismo, Indústria e Comércio e Secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária. Um dos diferenciais de Bonito, que também se refletia no desenvolvimento da atividade turística do município, era o critério de escolha do secretário de turismo. O processo era feito por eleição e o secretário era escolhido pelo *trade* turístico, a partir de uma lista tríplex. Essa iniciativa procurava garantir a seriedade e o comprometimento de todos com os planos estabelecidos pela Secretaria de Turismo. (VENEZA, 2003, p. 38-39).

Outro ponto positivo foi que o COMTUR fez que todos os setores do *trade* se organizassem e, com isso, pudessem executar ações de forma associativista. Durante uma breve pesquisa no Cartório de Registro de Imóveis de Bonito, constatamos um elevado número de registros de estatutos de associações: praticamente todos os atores do *trade* estão organizados na forma de associações.

Um dos empresários que participou do processo de criação do COMTUR apontou os fatores determinantes e apoiadores para seu surgimento, o que chancela o que já apresentamos até o momento:

O COMTUR foi criado através de uma Lei Municipal, onde sua criação foi em função do processo de municipalização do Turismo. O executivo teve a iniciativa de criar a lei. Contudo tivemos o SEBRAE como um parceiro fantástico [...] foi o fermento pra que isso se desenvolvesse. A comunidade abraçou a causa e assim o COMTUR foi criado. (EMPRESÁRIO PIONEIRO 3 DO SETOR DE TURISMO).

Juntamente com o COMTUR, foi criado o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), que nasceu como algo inédito, pois os modelos de outros COMTUR e fundos de turismo só existiam a partir da dotação orçamentária das prefeituras.

Em Bonito, os recursos correspondem a um percentual proveniente das visitas à Gruta do Lago Azul. Isso surgiu como algo inovador, que tinha, nas decisões do COMTUR, o como, o quando e o onde seriam investidos os recursos. Para isso, o colegiado do COMTUR elaborava um plano anual já prevendo onde investir. Normalmente os investimentos eram voltados para a participação em feiras, publicidade e divulgação do destino turístico como um todo. O material e as ações de divulgação sempre estiveram voltados para o “destino Bonito” e não somente para este ou aquele atrativo ou passeio.

Vários dos entrevistados, em especial os representantes de associações que compõem o COMTUR, afirmaram que o Conselho de Bonito não nasceu como cópia de nenhum outro, mas sim como uma junção de pontos positivos que havia nos COMTUR que foram pesquisados e visitados para servirem de base.

O COMTUR bonitense apresentou, no entanto, características inovadoras, particularmente no que dizia respeito à gestão do FUMTUR e à criação de um clima de profissionalização de cada conjunto de atores do *trade*, os quais se organizaram em associações. As discussões deixaram de ocorrer no campo individual e passaram a ser praticadas em uma arena coletiva.

Basicamente, representantes de diversos segmentos da sociedade com uma ligação mais direta ao turismo e representantes do Poder Público reúnem-se nesse fórum coletivo para encontrar formas de promover o turismo de Bonito, assim como para opinar sobre o uso do FUMTUR.

Verifica-se que o COMTUR não é exatamente um controlador do turismo de Bonito. O turismo como atividade econômica é de livre iniciativa, e sua regulamentação é realizada pelas instituições e legislação vigente.

Em Bonito, o turismo já tinha uma organização, porém sem uma regulamentação estatal. Assim, foi criado o COMTUR em 1995, com o propósito de discutir políticas para o turismo, lembrando que isso ocorreu anos antes de haver uma política nacional para o turismo, que viria a constituir-se somente em 2002, com a criação do Ministério do Turismo.

A Lei mencionada (de criação do COMTUR), citada por Mariani (2000), apresentava a função e competências desse Conselho e foi reeditada pelas leis nº 914, de 16 de abril de 2002, e nº 1.040, de 23 de dezembro de 2004. No ano de 2005, ocorreu uma reedição, destinada a reorganizar o COMTUR e o FUMTUR, valendo destacar inicialmente seus artigos 1º e 2º:

Art. 1º. O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, criado com o objetivo de implementar a política municipal de turismo, junto a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, como órgão consultivo e de assessoramento será reorganizado através da presente Lei, elegendo a promoção e o incentivo turístico como fator de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental, nos termos do artigo 180 da Constituição Federal. Art. 2º. Ao Conselho Municipal de Turismo compete: I – formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de turismo; II – propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo; III – opinar, previamente, sobre Projetos de Leis que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações; IV – desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas ao Município, através da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio; V – estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infra-estrutura adequada à implantação do turismo; VI – estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do Município, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico; VII – programar e executar conjuntamente com a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio debates sobre temas de interesse turístico; VIII – manter conjuntamente a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio cadastro de informações turísticas de interesse do Município; IX – promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo; X – apoiar, em nome do Município, a realização de congressos, seminários e convenções de interesse para o implemento turístico; XI – propor convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de proceder intercâmbios de interesse

turístico; XII – propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas; XIII – examinar e emitir parecer sobre as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados; XIV – fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos de competência do FUMTUR; XV – opinar sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros, consignados no orçamento programa da secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio; XVI – elaborar o seu Regimento Interno. (LEI Nº 1.048, DE 23 DE MARÇO DE 2005).

Já com relação ao FUMTUR, a mesma lei, nos artigos 6º, 7º, e 8º, determina que:

Art. 6º. O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, tem natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Art. 7º. Constituirão receitas do FUMTUR: I – os preços de cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico e de negócios e o resultado de suas bilheterias quando não revertidos a título de cachês ou direitos; II – a venda de publicações turísticas editadas pelo COMTUR; III – a participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do município; IV – os créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados; V – as doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; VI – as contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas; VII – os recursos provenientes de convênios que sejam celebrados; VIII – o produto de operações de crédito, realizados pelo COMTUR, observada a legislação pertinente e destinadas a esse fim específico; IX – os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis; X – 10% portaria do Balneário; XI – a totalidade da arrecadação destinada ao Município no que pertine ao gerenciamento da Gruta Lago Azul; XII – outras rendas eventuais. Art. 8º. O Prefeito Municipal será o ordenador de despesas do FUMTUR, devendo proceder a movimentação financeira em conjunto com o Secretário Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. (LEI Nº 1.048, DE 23 DE MARÇO DE 2005).

Diante dessa reedição, constata-se que o COMTUR deixou de ser deliberativo para ser apenas consultivo. Esse ponto tem sido bastante polêmico: durante a realização da pesquisa de campo, verificou-se que vários representantes de associações, guias de turismo e empresários reclamaram da forma como os investimentos do FUMTUR¹²³ vêm sendo realizados e que o COMTUR perdeu o poder que tinha, tornando-se apenas consultivo.

¹²³ Essas reclamações e questionamentos a respeito das decisões de investimentos já são fruto da tese de Mariani (2000, p.126): “Existem reclamações de segmentos do *trade* quanto a algumas decisões de investimentos tomadas pelo Conselho, principalmente quando se discute a destinações de certas ações não essencialmente ligadas ao desenvolvimento do turismo ou pagamento de despesas que poderiam ser atribuídas diretamente à Prefeitura. Durante a pesquisa de campo encontramos uma fala bastante parecida com o texto supracitado que indaga os gastos do COMTUR. “O COMTUR gastou muito com o ‘trem da alegria’. Não podia pagar passagens aéreas e hospedagem para membros do Poder Executivo de Bonito. Eles deveriam ir viajar com diárias.” (EMPRESÁRIO PIONEIRO 4 DO SETOR DE TURISMO). Isso também foi dito por dois guias de turismo entrevistados, pois acreditam que é a Prefeitura de Bonito que deve pagar viagens para seus representantes.

Antes o COMTUR tinha de fato verba própria. Quem assinava os cheques era o presidente do COMTUR e o prefeito, mas as decisões eram tomadas dentro do COMTUR. Era tudo registrado em ata, fiscalizado pelo Tribunal de Contas, pois tinha o Fundo Municipal de Turismo. As despesas tinham que ser todas feitas de forma legal. [...] Quem determinava se iríamos fazer uma campanha de marketing, com quem, em qual Estado e porque, era o próprio COMTUR. Decidia se iria financiar um curso de Guia Turístico ou trazer um curso do SEBRAE era o COMTUR. Tudo ocorria de forma autônoma e não política. Eu acho que os prefeitos foram muito sábios na época por ter tirado de suas mãos uma série de responsabilidades que ficaram nas mãos do COMTUR. (EMPRESÁRIO PIONEIRO 3 DO SETOR DE TURISMO).

Esse mesmo empresário explicou que, se as decisões e as ações do COMTUR não obtivessem êxito, toda a responsabilidade seria do próprio COMTUR, no entanto, se fossem bem sucedidas, o político da época apareceria como parceiro e democrático, por ter permitido o trabalho do COMTUR.

Com as mudanças que ocorreram, o mesmo empresário afirma: “Eu não participaria de um Conselho como empresário e representante de uma associação onde as decisões são tomadas pelo executivo e onde eu não tenho mais poder nenhum pra dizer onde investir o dinheiro do fundo.” (EMPRESÁRIO PIONEIRO 3 DO SETOR DE TURISMO).

Para ele, o COMTUR perdeu o poder de pensar, de planejar e de investir. Só está existindo para atender às decisões do executivo, entretanto chama a atenção para um fato:

Na verdade para o prefeito aquele momento inicial e de desenvolvimento do COMTUR, foi politicamente perfeito, onde se desse errado foram as pessoas que fizeram errado e se desse certo ele iria colher os frutos. Hoje é justamente o contrario, porque se der errado foi ele, o político que errou, mas se der certo é apenas obrigação dele. (EMPRESÁRIO PIONEIRO 3 DO SETOR DE TURISMO).

O empresário pioneiro 4 do setor de turismo, que também já participou do COMTUR, tem uma visão contrária à mudança (de caráter deliberativo para consultivo): “Agora sendo consultivo tivemos um retrocesso para o COMTUR. Se o prefeito não tiver boa índole ele pode acabar com as ações do COMTUR.” Diz também que isso tira poder do COMTUR.

Na fala de vários entrevistados, aparece, no entanto, que o motivo principal da mudança dessa lei, foram gastos excessivos com viagens e problemas legais relacionados ao Tribunal de Contas do Estado, ou seja, envolvem o âmbito legal.

De outro ponto de vista, o representante 1 de associação do *trade* apresenta: “Pela nova legislação que trata da responsabilidade fiscal, o gestor é quem delibera. No caso, o Prefeito Municipal. A Lei nova a respeito do COMTUR apenas se adequou à realidade legal no Brasil.” Afirma que o COMTUR “não perdeu força, pois as decisões partem da sociedade civil organizada. O Poder Público é membro, mas não é maioria. A manipulação só é possível se não houver participação da sociedade.”

Já a respeito do FUMTUR, o representante 1 de associação do *trade* acrescenta que:

Os assuntos são colocados em pauta pelos membros. Os recursos financeiros provêm de parte do dinheiro da venda dos passeios Gruta do Lago Azul e Balneário Municipal Rio Formoso. São aplicados normalmente na promoção turística do Município, onde os conselheiros decidem por maioria simples. A decisão é levada ao Prefeito Municipal, o qual é o gestor. O mesmo somente não executa se há impedimento legal.

Como já mencionado, o tema é polêmico e controverso. Cita-se aqui outro ponto de vista, que é do representante 3 de associação do *trade*, para quem o COMTUR de Bonito tem sido modelo para outros polos turísticos do Brasil e que Bonito recebe missões de todas as regiões para conhecer a ações do Conselho:

O COMTUR de Bonito tem um ótimo funcionamento. Em muitas das reuniões que já participei por todo o Brasil, o COMTUR nosso é o único que funciona. Ele atende bem as necessidades do *trade*. Não 100 por cento, mas funciona muito bem. Antes ele era deliberativo, hoje só consultivo. Essa mudança ocorreu na gestão passada, que é desse prefeito que foi reeleito. Agora a gente vota, decide e encaminha para o prefeito, que faz se quiser. Até o Fundo Municipal de Turismo mudou. Ele serve para divulgar o pólo como um todo. É através dele que se faz a divulgação de Bonito. Hoje ele está nas mãos do prefeito e ela gasta como ele quiser. Aqui o COMTUR só funcionou bem e espero que continue funcionando porque tem dinheiro. (REPRESENTANTE 3 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

Houve muitos projetos desenvolvidos pelo COMTUR desde a sua criação. Vários dos representantes de associações do *trade* afirmaram que o processo de desenvolvimento do Conselho foi um grande aprendizado.

No início, havia carência de uma política voltada para o turismo. Isso conduziu a que se apoiassem vários projetos associados ao esporte, à cultura e ao lazer, como forma de

divulgação do nome de Bonito, além de muitas ações diretas de *marketing*, como a confecção de material promocional (folhetos, folders, elaboração do vídeo institucional).

A participação em eventos e feiras de turismo também faz parte das estratégias. Recentemente, busca-se participar de eventos que não estão ligados diretamente ao turismo, mas onde há público alvo para Bonito. (REPRESENTANTE 1 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

Já com relação às ações de defesa do meio ambiente, o COMTUR não atua diretamente nessa área. Em Bonito, existem, para esse fim, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), ONG e a Promotoria de Justiça.

Com relação às reclamações dos turistas, que podem ser feitas diretamente à empresa que prestou o serviço, ao COMTUR ou à Secretaria Municipal de Turismo (pessoalmente, por carta, correio eletrônico e até por telefone), dependendo de seu teor, são tratadas nas reuniões do COMTUR, uma vez que esse órgão ainda não possui ouvidoria. (REPRESENTANTE 1 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

As reclamações que dizem respeito ao *trade* como um todo normalmente são pauta das reuniões, pois o COMTUR é o fórum coletivo que deve defender a imagem do destino turístico: “Temas ligados com a degradação ambiental se discute no COMTUR. [...] Todos os envolvidos com o turismo quer manter a imagem de que Bonito respeita a natureza. Se alguém poluir destruirá essa toda boa imagem.” (REPRESENTANTE 4 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

A ideia de que o meio ambiente de Bonito seja a “galinha dos ovos de ouro” parece ser muito forte entre alguns membros do COMTUR, e, se algum dos segmentos não mantiver esse pensamento coletivo, os demais membros atuam lembrando-o e tomando as medidas necessárias. De certa forma, um acaba sendo fiscal do outro: “Quando é necessário puxar a orelha de alguém que esteja deteriorando nossa imagem que foi tão difícil de construir, nós puxamos sim. Até se for preciso ir até o Ministério Público eu vou.” (REPRESENTANTE 5 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

Durante a pesquisa de campo, alguns dos entrevistados afirmaram que o COMTUR tem uma forte ligação com a comunidade local, à medida que conta com representantes de vários segmentos e atores ligados ao turismo. Isso por si só já poderia justificar essa afirmação, no entanto a comunidade não comunga dessa opinião.

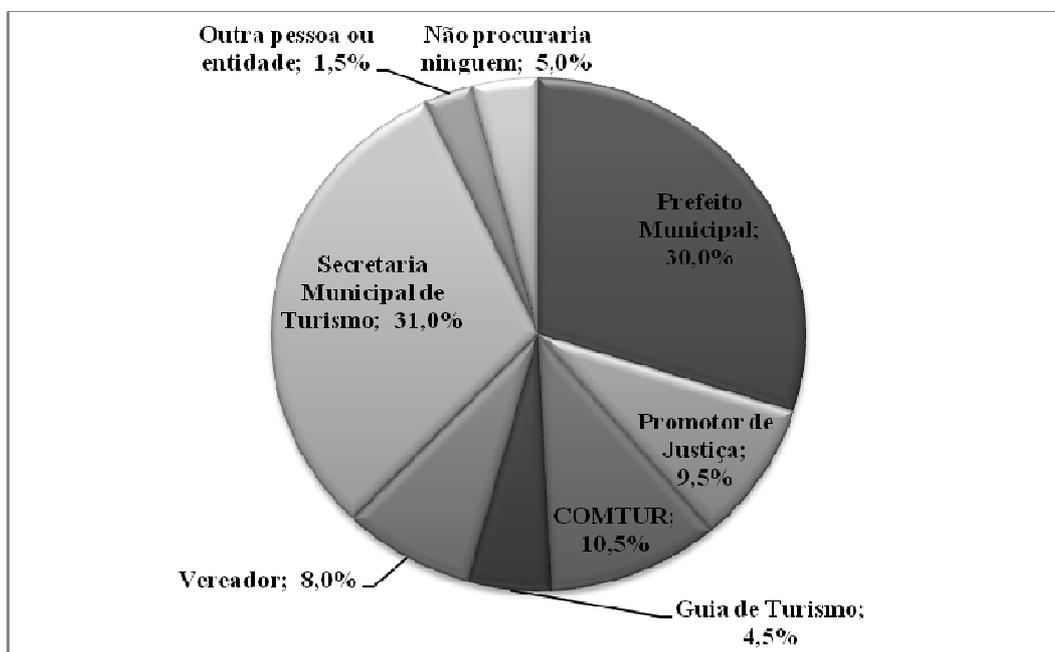
A pesquisa de campo, por meio de aplicação de um questionário junto a uma amostra de 200 pessoas em 6 regiões da cidade (abrangendo toda a área urbana), constatou que a população, ao ser questionada sobre a quem procurou ou procuraria para fazer uma reclamação, sugestão ou dar alguma ideia para a área do turismo, tem como principal instituição a Secretaria Municipal de Turismo, alcançando 31% da amostra pesquisada.

Em segundo lugar, aparecendo bem próximo da Secretaria Municipal de Turismo, vem o Prefeito Municipal, com 30%. De certa forma, isso é natural, já que é a Secretaria Municipal de Turismo que promove festas, festivais e outras ações relacionadas ao turismo. É também quem distribui as cortesias para atrativos, especialmente para os bonitenses. Até mesmo a mencionada lei que regula as funções do COMTUR determina que a instituição executora de todas as políticas de desenvolvimento do turismo em Bonito seja a Secretaria Municipal de Turismo.

Com relação ao Prefeito Municipal, segue a tendência de cidades de pequeno porte: é tido como a autoridade máxima e muitas vezes quase única, pois a população procura-o para inúmeras necessidades, sejam elas materiais ou não.

O COMTUR aparece em terceiro lugar, com 10,5%, praticamente um terço dos percentuais da Secretaria de Turismo e do Prefeito Municipal. Bem próximo ao COMTUR, tivemos o Promotor de Justiça, com 9,5% dos entrevistados. Ressalta-se que a Promotoria de Justiça tem forte atuação junto ao meio ambiente e a área social do município, o que acaba dando-lhe uma forte representatividade em Bonito. Os vereadores aparecem com 8% e os guias de turismo, com apenas 4,5%. Observemos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 5.23 Quem a população local procurou ou procuraria para fazer uma reclamação ou sugestão (Em %)



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor

Um dado significativo, que aparece ao analisar em separado os questionários por região da cidade, é que, na região central a Secretaria Municipal de Turismo aparece com praticamente o dobro do percentual do Prefeito Municipal, aproximadamente 38% contra 19,7%, e o COMTUR, com 7,8%.

Nas outras cinco regiões da cidade, o Prefeito Municipal aparece liderando em duas delas (Vila Donária e Vila América) e empatado com a Secretaria Municipal do Turismo na região do Rincão Bonito. Evidencia-se, assim, que o Prefeito Municipal tem forte preferência em regiões fora da área central de Bonito. Muitas dessas áreas não contam com asfalto, guias de sarjeta, galerias de águas pluviais e áreas de lazer ou esporte, como já mostramos no item do estudo que traz a caracterização do nicho urbano.

Constata-se que a figura do COMTUR, que aparece na média dos entrevistados em 4º lugar, não é tão representativo ou lembrado pela população de Bonito, ao contrário do que aparecia na fala de alguns entrevistados.

A mesma pesquisa apresenta que o comportamento da população de Bonito é pouco participativo com relação a apresentar sugestões ou ideias para aprimorar o setor do turismo no município.

Em outra questão, averiguamos que, das 200 pessoas entrevistadas, apenas 29, até o momento da pesquisa, haviam apresentado alguma sugestão ou ideia, ou seja, somente 14,5%. As demais, 171 pessoas consultadas (85,5% da amostra), nunca contribuíram com alguma ideia ou sugestão.

Seguindo por esse fio condutor, que nos leva à ligação da comunidade com as instituições locais, em especial o COMTUR, outra questão é se as autoridades do município ou representantes de entidades ouvem o cidadão com relação aos problemas que o turismo causa.

O consultor 3 do SEBRAE afirmou que:

A população de Bonito pode ser ouvida sim, há muitos membros da comunidade que estão representados pelas entidades, associações que existem no *trade* turístico como é o caso dos Guias de Turismo, agências, hotéis entre outros. O COMTUR é um ótimo canal de comunicação. As autoridades também as ouvem. Bonito é pequeno isso facilita o diálogo.

O consultor 1 do SEBRAE comunga da ideia de que o COMTUR seria o canal certo em razão de ter representantes de vários segmentos: “De forma geral a população não tem esta oportunidade, a não ser através dos empresários representados no COMTUR.”

A partir do questionário aplicado, constatou-se, porém, que 33% responderam que sim, que são ouvidos pelas autoridades ou representantes de entidades, e 67% disseram que não.

Quando tratamos dos dados por região da cidade, observou-se que, na região do Recreio e na Vila Machado, houve um empate: 50% disseram que sim e 50% disseram que não, evidenciando um resultado bem diferente do que ocorreu nas outras regiões pesquisadas. Para ilustrar essa afirmativa, na região Central 36% disseram que são ouvidas e 64% disseram que não. No Rincão Bonito, esse número é mais expressivo: 26% responderam que sim e 74%, que não.

De certa forma, esses números podem servir como um alerta para as autoridades e representantes de entidades, mas vale lembrar que a maioria da população afirmou, na questão anterior, que nunca procurou alguma instituição ou pessoa ligada ao turismo para contribuir ou participar com sugestão ou ideia.

Cabe ainda lembrar que as entidades-membros do COMTUR ramificam-se em diversos segmentos da sociedade, porém também depende do interesse das pessoas em participar da instância de governança de seu segmento. O COMTUR é composto por representantes da sociedade civil organizada. (REPRESENTANTE 1 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

Após algumas alterações em lei, a composição atual do COMTUR¹²⁴ é a seguinte:

- Associação Bonitense de Hotelaria (ABH);
- Associação de Guias de Turismo de Bonito (AGTB);
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- Associação Bonitense dos Proprietários das Agências de Ecoturismo (ABAETUR);
- Associação dos Proprietários de Atrativos Turísticos de Bonito e Região (ATRATUR);
- Associação Comercial e Empresarial de Bonito (ACEB);
- Cooperativa de Transportes de Bonito (COOPERBON);
- Sindicato Rural Patronal;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- Prefeitura Municipal de Bonito;
- Associação Brasileira de Bares Restaurantes e Similares (ABRASEL/Regional Bonito).

A respeito da organização do COMTUR, o artigo 4º. da lei nº 1.048, de 23 de março de 2005, determina que seja organizado por plenário, diretoria e comissões. A diretoria deve ser constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário. O § 2º. dispõe que: “O

¹²⁴ Mariani (2000) aponta a formação inicial do COMTUR que estava prevista na Lei Nº. 695 de 21 de junho de 1995. Neste item, já citamos essa formação a partir do texto de Veneza (2003).

Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário serão eleitos entre os seus Conselheiros na última reunião ordinária de cada exercício, através de voto nominal, secreto, para mandato de um ano, podendo ser reconduzidos.”

Já o § 3º. estabelece que “o detalhamento da organização do COMTUR será objeto do respectivo Regimento Interno, elaborado pelos seus conselheiros e aprovado por Decreto do Executivo Municipal.”

Atualmente, seu presidente é Cícero Ramos Peralta, representante da ABH. Desde sua criação, há um acordo para que todo presidente do COMTUR seja proveniente de algum dos segmentos da iniciativa privada. O mandato dos conselheiros tem duração de 2 anos.

Voltando para o objetivo central do estudo que é apresentar pontos de encontro e desencontro do turismo com a sustentabilidade, expõe-se que o COMTUR traz vários pontos favoráveis, mesmo que diante de tantas opiniões divergentes e polêmicas entre os atores envolvidos.

Inicialmente apontamos a convergência com a dimensão espacial/geográfica: o COMTUR vem pulverizar as forças internas do *trade*, uma vez que obrigou a organização, de forma associativa, dos vários atores, o que faz prevalecer o interesse coletivo de cada conjunto. Isso faz que se amplie a força de cada associação no interior do *trade* e que o conselheiro passe a falar em nome de um grupo e não de uma pessoa ou empresa. O COMTUR criou um equilíbrio de forças entre a iniciativa privada e o poder público. Após sua criação, obrigou ambos a sentar-se na mesa de negociação, já que não se podem tomar decisões unilaterais. O poder de mercado de certa forma fica neutralizado, em razão de as decisões terem de ser tomadas em grupo. Isso evidencia e propicia a reflexão de vários pontos de vista. Nesse aspecto, também poderia ser um canal de comunicação com a comunidade local, no entanto verifica-se que há um desinteresse por grande parte desta.

No pilar de sustentação da dimensão ambiental/ecológica, há um lado relevante a ser ressaltado, que é a existência de uma visão coletiva de conservação ambiental, já que é necessário conservar para a atração dos turistas. Um setor fiscaliza o outro, buscando a prevenção de problemas ambientais e políticos no interior do COMTUR.

Na dimensão cultural, conseguimos averiguar a realização de festas e eventos com forte potencial para a divulgação da cultura local e regional, como, por exemplo, o Festival da Guavira, a Festa do Peão, a culinária e o artesanato locais. É importante lembrar que essas

festas, a culinária e o artesanato não têm tido destaque em Bonito, como é verificado na maioria das falas dos entrevistados.

5.9 *Voucher* Único – Uma ferramenta de controle

Após a criação do COMTUR, a sociedade bonitense, motivada pela necessidade de mudanças na forma de explorar o turismo, continuou concebendo instrumentos para preservar e conservar o meio ambiente. Nesse cenário, houve a institucionalização do *voucher* único por parte do poder público municipal.

Em sua primeira reunião, o COMTUR determinou, por meio da Resolução Normativa nº 001, de 14 de novembro de 1995, a regulamentação do *voucher* único como principal instrumento de ordenamento e gestão das atividades turísticas em Bonito.

A adoção deste tem feito de Bonito um exemplo positivo de destino turístico que busca a conservação ambiental. Hoje, a visitação a qualquer atrativo só ocorre com a aquisição do *voucher* único, o que é comercializado somente pelas agências de turismo locais e emitido e controlado pela Prefeitura Municipal de Bonito. Mas o que viria a ser o *voucher* único?

João Francisco Leite Vieira (2003, p.17), em sua dissertação de mestrado, definiu o *voucher* como:

[...] na nomenclatura inglesa, dentro da atividade turística tem significado específico, estabelecidos em função de uso e serviço por ele atendido. [...] ‘Um documento fornecido pelo operador de viagem, que lista os serviços que você comprou e com os quais você ‘paga’ hotéis, tour’s ou aluguel de carros’. Ou ainda, singela especificação: ‘é um comprovante de pagamento’.

Para Veneza (2003), *voucher*, em inglês, significa ‘recibo’. O *voucher* é um documento que garante a remuneração de toda a cadeia turística. É um elo entre as partes, ou seja, ele liga os donos dos atrativos, as agências, os guias de turismo, a própria Prefeitura e o

turista. É o garantidor dos deveres e dos direitos das partes envolvidas com a atividade turística, seja ofertando, seja demandando.

Tanto é que Vieira (2003, p.18) complementa com a seguinte expressão para definir o *voucher*: “é um contrato de prestação de serviços futuros no ramo de turismo.” Ou seja, ele tem por objetivo a prestação de serviço direto ao turista, e a venda pode ser intermediada por uma operadora ou agência; cada membro pertencente à rede de prestação de serviços cumprirá o compromisso tácito.

Outra questão que merece ser respondida é: como surgiu o *voucher* único utilizado em Bonito até os dias atuais? Vários entrevistados citam o senhor Antônio Carlos Silveira Soares (conhecido por Tó – proprietário do Restaurante Tapera) como o idealizador do *voucher* único. Tal informação aparece no estudo desenvolvido por Vieira (2003).

Posto isso, para uma maior reflexão tornou-se necessário que esta investigação buscasse informações junto ao próprio Antônio Carlos Silveira Soares, por meio de entrevista. Ele conta que era proprietário de um restaurante, um hotel e uma agência de turismo e, à época, tinha um cliente de São Paulo (Capital) que enviava turistas para visitar Bonito utilizando *vouchers*. Esses eram ordens de serviços para sua agência executar e que seriam pagas depois da prestação desses serviços. Explica ainda:

Como eu tinha uma agência, um hotel e um restaurante começamos a utilizar um modelo de *voucher* para nosso uso interno. No período Bonito um momento de preocupação em explorar o turismo sem agredir o meio ambiente. Ai tive a ideia de criar um *voucher* para controlar todos os atrativos. Na época já vinha ocorrendo estudos voltados para a capacidade de carga¹²⁵, mas o controle seria difícil. Assim o *voucher* foi criado. Ele tem uma via que fica com o turista, uma via vai para o Guia de Turismo, uma via para a agência, outra para o dono do atrativo e por fim, uma para a Prefeitura Municipal. Com cinco controlando é difícil de “furar” esse controle. (ANTÔNIO CARLOS SILVEIRA SOARES).

Há uma versão complementar do que foi dito por Antônio Carlos Silveira Soares e que apareceu em algumas das entrevistas, além de estar contida na dissertação de Lunas (2000).

¹²⁵ De acordo com Antônio Carlos Silveira Soares, a capacidade de carga dos atrativos turísticos de Bonito era concebida, no início, a partir da ideia de que um turista não atrapalhasse o outro. “O conhecimento disso tudo foi empírico. Todos em Bonito foram aprendendo com o dia-a-dia.” O Guia de Turismo 10 diz que para ela, a capacidade de carga tem que ser vista por meio de um estudo mais apurado dos órgãos ambientais competentes, mas lembra que o guia deve obedecer à capacidade de carga com base no número de pessoas que ele pode controlar e fiscalizar no campo: “Não adianta o órgão ambiental afirmar que em tal ambiente pode ter 20 turistas se eu consigo controlar apenas 10.”

De acordo com Lunas e falas de alguns dos entrevistados, o surgimento do *voucher* único resultou de vários problemas de ordem financeira e falta de organização sistemática do *trade* de Bonito. Confira a versão de Lunas:

Os principais problemas da falta de sistematização recaem sobras as agências locais que, como fiéis depositárias de todos os valores advindos da arrecadação dos ingressos, tinham dificuldades de gerenciar seu fluxo de caixa, em virtude da necessidade de repassar valores a vários donos de atrativos sem uma regra fixa em termos de data ou prazo de recebimento. Uma outra razão encontrada pelos integrantes do sistema para organizar um processo único, foi a desconfiança do *trade* turístico de que os impostos municipais pagos sobre a movimentação do turismo local eram alto demais. O Imposto Sobre Serviço (ISS) era cobrado de forma estimativa pela prefeitura, o que era alvo de constantes reclamações. (LUNAS, 2000, p.43-44).

Nessa perspectiva, Antônio Carlos Silveira Soares também apresenta a importância do *voucher* para a questão arrecadatória, no entanto já ajuíza os recursos dessa arrecadação voltados para o setor do turismo local, o que pode trazer ganhos coletivos para Bonito: “[...] Outra ideia com a criação do *voucher* é que a Prefeitura pudesse arrecadar e que esses recursos pudessem amparar ao setor do turismo. Assim, todos passariam a acreditar na atividade do turismo. Com o *voucher* não dá pra sonegar [...].”

Ainda buscando um entendimento mais claro do *voucher* único, questiona-se qual(is) sua(s) função(ões) no *trade*? Pelo exposto, pode-se afirmar que o *voucher* único foi concebido como algo mais completo do que um instrumento de controle da capacidade de carga dos atrativos. De acordo com seu idealizador, ele foi concebido como um marco regulador da cobrança de impostos municipais e uma forma de normatizar o pagamento dos atores envolvidos no *trade*, já que permitiu a fixação de regras claras e únicas, previstas na Resolução Normativa nº. 001/95 do COMTUR:

Artigo 1º - criar o *Voucher* único padronizado, com discriminação dos atrativos naturais, para uso obrigatório dos turistas nos locais de visitação. Artigo 2º - Todas as agências de turismo do município ficam obrigadas a requisitar junta a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico, blocos de *Voucher* com a devida numeração, que serão fornecidos gratuitamente. Artigo 3º - Cabe às agências de turismo do município o preenchimento total do referido *Voucher* sem emendas, rasuras ou ressalvas, para maior precisão das informações sobre o fluxo de turistas no município. Artigo 4º - Ficam os proprietários das áreas e locais de visitação turística no município, obrigados a exigir o *Voucher* padronizado desta secretaria. Artigo 5º - Tornar obrigatória a prestação de contas semanal com a apresentação dos talonários de *Voucher* no departamento de tributo devido. [...] Artigo 7º - As agências de turismo responsáveis perante a prefeitura municipal pelo recolhimento de tributos devidos pelos proprietários dos atrativos turísticos e pelo guias, devendo descontar do pagamento daqueles o imposto devido. [...].

Nota-se que vários dos pontos que foram tratados neste texto até o momento estão previstos na Resolução Normativa do COMTUR. O que pode ser destacado é a prestação de contas, que deve ocorrer semanalmente entre os donos dos atrativos e dos guias de turismo, já com o devido desconto dos tributos: “[...] todas semanas, as quintas feiras, repassam os valores arrecadados à cada parceiro, aos proprietários, aos guias, e à prefeitura, o ISS devido por cada segmento parceiro.” (VIEIRA, 2003, p. 26). De fato, o lado econômico e financeiro tem um enorme peso na concepção e aceitação do *voucher* por todos os atores com ele envolvidos.

A Prefeitura Municipal de Bonito fornece o *voucher* para as agências de turismo locais, que, por sua vez, emitem o *voucher* preenchido adequadamente para cada turista especificando o dia, o horário, o respectivo atrativo que irá visitar, qual será o guia de turismo que acompanhará o grupo e o valor do passeio.

Além disso, em consonância com a ideia de conservação ambiental, o *voucher* único obedece a uma capacidade de carga¹²⁶ de cada atrativo. Não é permitida a emissão de *vouchers* que superem o número permitido para cada passeio ou horário. Exemplificando: se é permitido que se comercializem somente 16 pessoas por dia para realizar o passeio ao Abismo Anhumas, sendo 8 no período da manhã e 8 no período da tarde, não é permitido, em hipótese alguma, a emissão de um número superior a 16 *vouchers*.



FIGURA 5.6 Placa informativa sobre a capacidade de carga fixada em um dos atrativos de Bonito

Fonte: Acervo do próprio autor. (2009)

¹²⁶ Vários dos entrevistados para a elaboração desta tese utilizaram o termo “capacidade de suporte” em vez de “capacidade de carga.”

É bom entender que:

A prefeitura centralizava o controle de frequência, por passeio, mediante sistema informatizado que era acessado pelas agências via telefone. Antes de cada venda estas consultavam a Central de Reservas que autorizava a liberação da visita segundo o número de vagas diárias existentes para cada passeio. (VIEIRA, 2003, p. 26).

Com exceção da Gruta do Lago Azul, que possui um sistema de reserva informatizado (*on line*), os demais atrativos ou passeios continuam com suas reservas sendo feitas via fone.

Elucidando o *voucher* único utilizado em Bonito, pode ser entendido como um documento impresso em cinco vias com numeração sequencial. Constata-se que o guia de turismo usa sua via do *voucher* para receber, das agências, em um determinado dia, por serviços prestados. O dono do atrativo também se utiliza de sua via para o recebimento na data fixada pela permissão de utilização de seu espaço, serviços ou produto turístico. O turista só faz o passeio mediante a apresentação de sua via ao atrativo ou ao guia de turismo. As agências só vendem o que está dentro da capacidade de carga e utilizam-se de uma via do *voucher* para controlar seus recebimentos e pagamentos (direitos e obrigações).

É também um importante banco de dados que auxilia a tomada de decisão e a elaboração de planos de ação para os proprietários dos atrativos, a Secretaria Municipal de Turismo e o COMTUR.

Seu idealizador afirmou que Bonito necessitava de dados fidedignos para projetos e futuros investimentos, e o *voucher* permitiria isso. Com ele, podem-se criar séries históricas da demanda e análise de resultados: “Ninguém viria investir em Bonito sem ter dados, estatísticas da demanda turística.” (ANTÔNIO CARLOS SILVEIRA SOARES).

Isso tudo fez que atualmente o *trade* do Turismo de Bonito entenda o *voucher* único como o principal instrumento de ordenamento da atividade econômica do turismo. Ele é emitido e controlado pela Prefeitura Municipal.

Como já informado, em todo passeio realizado em Bonito a partir da resolução normativa nº. 009 do COMTUR, do ano de 1995, é obrigatória a utilização do *voucher* único.

Lunas (2000) aponta outro problema que foi resolvido a partir da utilização do *voucher* único: a padronização das informações envolvidas no processo. No documento, há informações sobre horário de saída e de chegada e, como em Bonito grande parte dos atrativos é fora da área urbana, isso permite ao turista um planejamento do tempo que levará para chegar ao atrativo, ou seja, tempo de ida do local de hospedagem até o atrativo.

De acordo com Lunas (2000, p. 45) o *voucher* também traz informações importantes que podem ser utilizadas de forma positiva, como a identificação do grupo e a reserva no passeio:

A identificação do grupo tem a utilidade de controlar a sua origem, ao mesmo tempo em que proporciona aos elementos de atendimento uma abordagem que elimina a impessoalidade do atendimento. Dessa forma, ao se dirigir ao líder do grupo o guia tem à mão uma informação rápida para melhorar o seu atendimento, além de proporcionar uma estatística sobre alguns grupos organizados pela denominação de operadores emissivas que se conveniam com as agências locais. A reserva no passeio tem se tornado cada vez mais necessária na medida em que interesse do turismo em geral por Bonito se avoluma. Alguns atrativos locais têm chegado facilmente aos seus limites de carga diária de turistas. Em função disso, as agências têm tentado se organizar para estabelecer um sistema de reservas com maior antecedência possível.

De acordo com o representante 3 de associação do *trade*, o principal mecanismo de controle é o *voucher* único, que auxilia a partilha, os direitos e os deveres dos guias, das agências, dos donos de atrativos, da Prefeitura e especialmente do turista: “Ele só vai ser atendido se tiver o *voucher* em mãos. Nós temos que nos resguardar. Se a natureza não estiver sendo cuidada, a nossa galinha dos ovos de ouro morrerá e nossa renda também.”

O mesmo representante explica que o *voucher* só dá condições de uma ordenação ou mesmo de uma fiscalização perfeita em razão de “[...] prender todos os envolvidos.” Observa ainda que os envolvidos se fiscalizam:

Para haver alguma fraude no número de visitantes, além da capacidade de carga que o atrativo permite alguém tem que estar fazendo o passeio sem o *voucher*. Teria que estar pagando por fora. Mas, para isso ocorrer terei que envolver a todos. Ao menos tem que haver um conchavo muito bem montado entre o Guia e o dono do atrativo. Mas há uma rotatividade de Guias. Há passeios que por dia passam vários Guias. Além do mais sempre temos que lembrar que tem outros turistas fazendo o passeio e podem perceber e achar estranho. Dei esse exemplo, mas vejo o *voucher* como um sistema perfeito de gestão da capacidade de carga. É muito difícil fraudá-lo. Não vou dizer impossível, mas quase impossível. Aqui ninguém quer queimar a boa imagem

e credibilidade que o *voucher* ganhou ao longo dos anos. Você acha que um dono de atrativo, um Guia ou mesmo uma agência gostariam de estar sendo matérias de televisão que denunciaria que não há respeito pelo instrumento do *voucher*. Essa imagem que conquistamos de sermos sérios com o meio ambiente demorou muito para ser construída. [...] Aqui um está de olho no outro. (REPRESENTANTE 3 DE ASSOCIAÇÃO DO *TRADE*).

Vários dos entrevistados apresentaram opiniões parecidas. Destaca-se a fala da autoridade 3, para quem:

O *voucher* único tira o poder do dono da área ou do atrativo, uma vez que quem não tem o *voucher* não faz a visita. Onde não há um controle tão acirrado e a não obrigatoriedade do acompanhamento dos Guias de Turismo é onde há potencial para ocorrer problemas, como tem sido o caso dos balneários. O número de visitantes permitidos nestes atrativos é maior e claro os problemas também tendem a ser maiores. Com o *voucher* fica mais difícil de burlar a lei e o controle, além de haver vários atores envolvidos como a Prefeitura Municipal, o dono do atrativo, a agência, o Guia de Turismo e o próprio turista. Ele funciona muito bem em épocas de alta temporada pois há um compromisso mutuo para não extrapolar a capacidade. (AUTORIDADE 3).

O representante 5 de associação do *trade* já traz outro ponto de vista interessante a respeito do *voucher*: “O *voucher* único controla o turismo e auxilia na busca da sustentabilidade. Para o município ele auxilia na arrecadação de impostos, evitando a sonegação do ISS.”

Para o mesmo representante, a principal ameaça ao turismo de Bonito é a extinção ou flexibilização do *voucher* único: “A massificação do turismo aqui acabaria como o que temos de mais precioso que é a natureza. Tem que existir um freio para conter a busca de lucro rápido e o *voucher* é o freio.”

Augusto Mariano afirma que o turismo de Bonito é planejado e controlado. Para isso, utilizam-se basicamente do *voucher* único, que funciona como um mensurador da capacidade de carga, como um documento estatístico e como um documento arrecadatário, além de auxiliar na elaboração do perfil dos turistas que visitam Bonito.

Entretanto, constatamos que essa questão da elaboração do perfil do turista é polêmica, já que alguns entrevistados afirmaram não haver essa preocupação em preencher o *voucher* de maneira correta, pois ele exige muitas informações. Garantem que, nos períodos de alta temporada, esse preenchimento correto torna-se inviável, já que as agências não querem

deixar o turista esperando por muito tempo. Veja modelo da guia do *voucher* único abaixo (via destinada ao proprietário do atrativo):

 Município de Bonito Secretaria de Administração de Finanças Central do ISSQN - Rua Santana do Paraíso, 837 Centro - Fone: (67) 3255-1826 - Bonito - MS		COMTUR BONITO - MS	VOUCHER ÚNICO	1ª VIA - ATRATIVO Data de Vencimento 29/06/2010
Big Tour Big Tour Viagens e Turismo Ltda Rua XV de Novembro, 862 - Centro CEP: 79290-000 - Fone: (67) 32551753 - Fax: (67) Insc. Mun.: 64794 - CNPJ: 86.830.684/0001-74			Número de Controle do Município 6.691 493695	
Endosso da Agência	Código do Atrativo	Nome do Passeio		Número de Reserva
Horário de Saída	Horário no Atrativo	Nome do Guia	Código do Hotel	Hotel
Identificação do Cliente			Cidade	UF
PAX	Valor Unitário R\$		Sub-Total R\$	
CHD	Valor Unitário R\$		Sub-Total R\$	
Free (Guia)	TOTAL 1 R\$			
Refeição	Valor Unitário R\$		Total R\$	
Free (Refeição Guia)	TOTAL 2 R\$			
Veículo (Tipo)	Placa		UF	
CNPJ / CPF	TOTAL 3 R\$			
Total (Passeio)	Total (Refeição)	TOTAL GERAL R\$		
Observações:				
Data do Passeio: _____ / _____ / _____			Assinatura do Responsável da Agência _____	

FIGURA 5.7 Cópia da 1ª via do voucher único de Bonito (via de controle para o atrativo turístico)
 Fonte: cedido pela agência de turismo Big Tour. (2010)

De certa forma, parte das informações acabam perdendo a credibilidade, no entanto certos números podem auxiliar o *trade*, pois permitem, por exemplo, analisar quantos turistas visitaram um determinado atrativo em um determinado dia, mês ou ano. Isso é fidedigno, já que o *voucher* foi comercializado.

Ainda falta, todavia, um entendimento mais amplo da necessidade das informações corretas para o *trade*. Seguramente, constata-se a falta de uma política mais transparente para a construção de um banco de dados preciso para o *trade* de Bonito. Aliás, não foi encontrada, na fala das autoridades e dos demais envolvidos, essa preocupação, que parece existir somente na concepção de seu idealizador. Percebe-se que não existe um planejamento coletivo e transparente a médio e longo prazos com a utilização dos dados do *voucher* único.

Analisando a ferramenta do *voucher* único utilizado pelo *trade* turístico de Bonito, constata-se que vem diretamente ao encontro da sustentabilidade ambiental/ecológica, pois é a principal forma de controle e normatização da exploração do turismo em Bonito. Por meio dessa ferramenta, pode-se controlar a capacidade de carga de cada atrativo e, assim, não permitir a exploração excessiva do meio ambiente.

Já com relação à sustentabilidade econômica, ele auxilia na partilha dos recursos destinados à visitação dos atrativos e passeios, indo a devida parte para cada ator envolvido no *trade* (prefeitura, proprietários dos atrativos, guias de turismo e agências). Além disso, evita a inadimplência e a concentração dos recursos na mão de um único ator. De certa forma, contribui para a “justiça tributária”, pois só se paga e se recebe o imposto devido, no caso, o ISSQN.

No pilar relacionado à sustentabilidade social, há, no entanto, uma forte ligação com a sustentabilidade econômica, já que depende da viabilidade econômica, ou seja, do sucesso do “negócio turismo”, e deve haver condições mínimas para a geração de emprego e renda. O uso do *voucher* cria uma interdependência dos atores e a necessidade da existência das agências e dos guias de turismo em Bonito.

No caso da sustentabilidade espacial/geográfica, o *voucher* único é uma ferramenta democrática, já que permite a qualquer empreendedor ou proprietário de terra com potencialidade para o turismo ingressar no sistema. Não há barreiras para o ingresso de novos atrativos ou passeios. Além disso, permite a desconcentração espacial de atividades, nesse caso relacionadas ao turismo.

CONCLUSÃO: ... O FIM DE NOSSA VIAGEM!

É preciso criar pessoas que se atrevam a sair das trilhas aprendidas, com coragem de explorar novos caminhos. Pois a ciência construiu-se pela ousadia dos que sonham, e o conhecimento é a aventura pelo desconhecido em busca da terra prometida.

Rubem Alves

Da mesma forma que dar início ao estudo, é um grande desafio concluí-lo, uma tarefa difícil, uma vez que esta longa jornada (viagem) investigativa foi norteada por debates, discussões, indagações, pesquisas e reflexões envolvendo o fenômeno do turismo, o meio ambiente e a sustentabilidade, temas que ganham cada vez mais importância na sociedade atual, de modo que acreditamos ter colaborado para o aprofundamento desses temas.

Temos ainda a clara convicção de que este trabalho não esgotou os temas aqui tratados, que são por demais complexos e atuais. Acredita-se, sim, que foi realizado em uma boa hora, já que, na fase atual, é essencial discutir temas que tenham correlação com o meio ambiente, bem como refletir sobre questões relevantes, mas ainda pouco exploradas no âmbito empírico e acadêmico e, assim, despertar o interesse de outros pesquisadores e estudiosos pela elaboração de novos e complementares estudos.

A visão de Guilherme (2007), de “pensar globalmente e agir localmente”, e a de Boff (1999, p.135), de “[...] que o homem deve cuidar do planeta (global) e ter cuidados especiais para o seu habit (local)”, por diversas vezes representam o que parece ser a solução mais prudente para a crise ambiental. Ocorre, todavia, que as ambições e os desejos do mundo capitalista parecem levar-nos às contradições do cotidiano, lócus em que o que vem prevalecendo é um fosso cada vez maior entre ricos e pobres. O consumo cada vez maior e insustentável parece ganhar ares de “ópio da felicidade” e, para haver consumo, é necessária a produção, pondo em risco os recursos naturais do planeta.

Assim, como o próprio título da tese explicita, propusemo-nos investigar e discutir os pontos de encontro e de desencontro do turismo com a sustentabilidade no município de Bonito (MS), um dos mais importantes polos turísticos do Brasil na atualidade.

É corriqueiro afirmar que o turismo é uma atividade sustentável, ou seja, que só produz impactos positivos, mas isso não é verdade. Atualmente vive-se num mundo cuja economia está cada vez mais assentada no setor de serviços, e, nesse universo, está o turismo. Atente-se que, ao turistificar Bonito, houve um outro significado de prover uma nova roupagem para um município que antes era tido como agropecuário e recentemente voltou-se para o turismo como uma forma de diversificar sua economia local. Isso vem em consonância com os desejos dos ofertantes dos serviços que envolvem o turismo e, também, com os passeios dos “consumidores do turismo”.

A relevância da prática do turismo tem sido ampliada pela sociedade atual, ao menos por uma parcela considerável da população. Essa atividade tem-se tornado uma necessidade, já que o *modus vivendi* do homem “pós-moderno” tem-se impulsionado a utilizá-la como “válvula de escape” para o estresse do cotidiano. Por outro lado, pode ser considerado um “bem de luxo”, por estar ligado à disponibilidade de renda da população, o que se configura como um fator limitante à atividade turística. Dessa forma, parcelas expressivas da população brasileira permanecem com acesso muito restrito ou mesmo sem acesso aos serviços oferecidos pelo setor.

Buscando entender o processo de turistificação do município de Bonito e seus impactos para a comunidade e território, a partir da análise de parte da bibliografia específica que foi estudada aqui e de informações coletadas nas entrevistas, constata-se que o município de Bonito, antes da implementação do turismo, era um município de pequeno porte cuja economia estava vinculada inteiramente à agropecuária e a mineração, que não respeitava os limites da natureza.

A partir da iniciativa do poder público municipal e de alguns proprietários rurais, o município desenvolveu, no entanto, sua vocação para o turismo, tornando-se atualmente um dos principais polos turísticos do Brasil.

Para uma maior compreensão do que foi discutido, é importante retomar as reflexões iniciais impressas na introdução, que nortearam a realização deste trabalho. De maneira prática, toda a investigação foi pautada da procura de respostas para os seguintes questionamentos: Quais são os principais pontos de encontro e de desencontro entre a atividade do turismo com a sustentabilidade no município de Bonito? Em que medida essas ações, instituições e programas são sustentáveis?

A busca por respostas envolveu um conhecimento prévio de alguns discursos teóricos sobre a crise ambiental, o meio ambiente, a sustentabilidade e o turismo, e isso foi realizado no primeiro, segundo e terceiro capítulos da tese. Como nossa investigação teve o município de Bonito como foco, o quarto capítulo veio como respaldo para apresentar e caracterizar o município e a atividade do turismo desenvolvida ali. Já o capítulo quinto tratou dos pontos de encontro e desencontro do turismo com a sustentabilidade, ou seja, é nele que estão as respostas propriamente ditas para os questionamentos iniciais.

Já com relação ao objetivo geral da pesquisa, buscamos analisar os principais pontos de encontro e desencontro entre o fenômeno do turismo e a sustentabilidade, que coincide com a pretensão de aprofundar a análise das ações, das práticas e das políticas que relacionem estreitamente a sustentabilidade e a atividade do turismo no município de Bonito.

Acima de tudo, nesta etapa final da tese também é necessário resgatar os objetivos específicos que serviram para detalhar nossa pesquisa e, ao mesmo tempo, configuram-se como “fio condutor” para sua elaboração: identificar a dimensão da preocupação com as questões da sustentabilidade no município de Bonito; analisar as principais ações, iniciativas, políticas, planos, programas, práticas e interesses que estabeleçam ligação entre o turismo e o desenvolvimento sustentável, tanto do setor público quanto da iniciativa privada e ONGs, e, por fim, apontar os encontros e desencontros (já existentes e em potencial) em decorrência da atividade do turismo no município de Bonito e propor algumas ações que tragam melhorias para a comunidade local e o meio ambiente.

Para se atingirem o objetivo geral e os específicos, foram desenvolvidas pesquisas bibliográfica e de campo. Assim, a execução do trabalho teve início com um levantamento de referencial bibliográfico/webbliográfico acerca da temática em discussão, com o intuito de fundamentar teoricamente o estudo desenvolvido. A pesquisa de campo dividiu-se em duas etapas: coleta de dados junto a uma amostra da população e entrevistas junto aos principais atores envolvidos com o turismo local.

Sobre o primeiro objetivo específico, evidenciou-se que, conforme as dimensões criadas por Sachs (ambiental/ecológica, social, econômica, espacial/geográfica e cultural), que aparecem nos textos de Montebeller Filho (2004) e de Oliveira (2009), no município de Bonito o que predomina é a preocupação com relação às questões que envolvem a sustentabilidade ecológica/ambiental e econômica. Isso se explica em partes no referencial teórico, já que a humanidade dos dias de hoje defronta-se com o desafio da crise ambiental,

ou seja, a necessidade de converter o planeta Terra em um espaço apto para a vida das próximas gerações, num cenário de busca incessante e intensificada pelo lucro. No caso do turismo, a natureza é vista como uma mercadoria que é demandada pelo turista.

No momento em que passou a receber um grande fluxo de turistas, isso no início da década de 1990, Bonito percebeu a necessidade de respeitar o frágil ambiente natural, por meio de práticas, ações, leis, programas e instrumentos para a recuperação e conservação ambiental da região, ao mesmo tempo em que manteria o turismo local como uma fonte de renda, empregos e impostos. Vale lembrar que o município foi marcado por significativas transformações, especialmente na área econômica.

Uma discussão que não pode deixar de ser posta é que os debates envolvendo a preocupação ambiental passaram a existir por temor da possível perda da capacidade de atração de turistas, ou seja, a preocupação com questões econômicas perpassariam a conservação ambiental e dela dependeriam. Vários entrevistados utilizaram-se de termos como “a natureza é a nossa patroa”, “a natureza e o meio ambiente são as nossas galinhas dos ovos de ouro”, “a natureza é o nosso ganha pão”, “a natureza põe comida lá em casa”, expondo, assim, que existe uma preocupação com a natureza e o meio ambiente em virtude de o turismo necessitar da natureza conservada. Em outras palavras, natureza conservada e limpa é um forte atrativo para os turistas. Fugindo dessa visão “romântica” e “ingênua”, pode-se afirmar que o turismo de natureza tem uma forte e íntima relação com a venda da paisagem.

Assim, o meio ambiente, a natureza e os próprios recursos naturais passaram a ser vistos como um negócio ou mesmo uma mercadoria. Isso é evidente a partir do resultado da pesquisa: 61% da amostra são favoráveis à comercialização dos recursos naturais, prevalecendo, portanto, a visão economicista e do mundo dos negócios.

Verificamos que, embora tenham ocorrido transformações econômicas, há uma parcela da população que não foi incorporada pela atividade do turismo. Assim, a sustentabilidade social ficou comprometida.

Após ter um contato mais próximo com os dados da pesquisa, pôde-se afirmar que o fator determinante para a não incorporação dessa mão de obra é justamente a falta de qualificação profissional. Isso fica evidente nos depoimentos dos entrevistados, que expõem a ineficácia do setor de turismo na ocupação da totalidade da mão de obra local. Destaca-se que também há uma certa acomodação por parte dessa população que está às margens da atividade do turismo. Se as ações voltadas à qualificação profissional tomarem proporções maiores, os

problemas referentes à exclusão dessa parcela não estarão totalmente sanados, já que falta o interesse de uma parte dos munícipes, conforme dito pela maioria dos entrevistados. De todo modo, aqui se evidenciou um dilema, pois o problema da qualificação da mão de obra local em Bonito permanece grave mesmo havendo vários cursos e oficinas. Vale ressaltar que, até poucos anos atrás, grande parte dessa população estava alocada como mão de obra das fazendas, que têm atividades diferentes daqueles que o setor de turismo demanda.

Falando de uma perspectiva social e considerando o que as pesquisas mostraram, o turismo em Bonito trouxe divisas e empregos, mas estes não foram distribuídos para a totalidade dos munícipes. Trata-se, na realidade, de enfatizar alguns dos aspectos mais críticos e problemáticos da expansão da atividade econômica do turismo, pois entende-se que é impossível incluir a totalidade da população economicamente ativa da localidade.

É oportuno lembrar que os resultados da mesma pesquisa junto à comunidade local mostram que 80,5% acham caros os preços praticados pelos atrativos de Bonito. Outro dado é que 11% da comunidade local nunca visitaram nenhum atrativo turístico de Bonito e 15% somente o Balneário Municipal. Nesses pontos, não há consenso, pois os guias de turismo, autoridades, proprietários de atrativos e representantes de associações deixam claro, em seus depoimentos, que existe a possibilidade de qualquer cidadão de Bonito visitar gratuitamente o atrativo que desejar nos períodos de baixa temporada. Não há um programa institucionalizado de visitação gratuita, mas há um acordo informal entre guias, agências de turismo local, poder público municipal e proprietários dos atrativos.

Antes de passar adiante, convém destacar que Bonito não apresentou boa colocação no ranking do índice FIRJAN (66º lugar para os anos de 2000 e de 2005 dentre os 77 municípios que existiam no estado). Para ambos os anos, Bonito foi superado pela maioria dos municípios que se encontram na mesma região, conforme foi explicado no capítulo 4 desta tese.

Já para o IDH-M do ano de 2000, Bonito apresentava uma colocação mais confortável (18º lugar no ranking estadual), estando à frente da maioria dos municípios que estão na sua proximidade (Guia Lopes da Laguna, Bela Vista, Caracol, Nioaque e Bodoquena). Só foi superado por Jardim (13º colocação no ranking estadual).

Ao contrário do que o senso comum sugere, a percepção da população local sobre os impactos positivos do turismo (para si próprio, família ou bairro onde reside) apresentou resultados alarmantes, já que apenas 52% dos pesquisados responderam que sim, ou seja, 48%

acreditam que o turismo de Bonito não contribuiu, em nenhum aspecto, para si próprio, sua família ou seu bairro. Muito tem que ser feito na busca da sustentabilidade social em Bonito.

Por conseguinte, quando se trata dos impactos positivos, os principais ressaltados pelos entrevistados dizem respeito a mais empregos (36%) e mais renda (24%), ratificando assim, o caráter economicista que tem sido conferido ao turismo local. Já com relação os impactos negativos, a pesquisa detectou que o turismo trouxe o aumento nos preços (31%); maior volume de lixo (15%); mais drogas (12%); mais barulho na cidade (11%) e mais bagunça ou algazarra (10%). Esses impactos negativos podem ser considerados pontos de desencontro entre o turismo e a sustentabilidade.

Ainda em se tratando de percepções da população local, 88% dos entrevistados acreditam que Bonito seria um município pior se o turismo local não se tivesse desenvolvido. Nota-se que a população acredita que o turismo trouxe mudanças, porém estas não foram universalizadas; a maior prova disso são o IDH-M e o índice FIRJAN.

Partindo para a sustentabilidade cultural, não faltam evidências para comprovar que em Bonito há um desencontro com essa dimensão, pois existe um ocultamento de rugosidades, valores, costumes e tradições locais e regionais.

Em face dessa afirmação, comprova-se, a partir dos resultados obtidos junto à comunidade local, especialmente no que se refere à culinária típica, que, recentemente, elegeu-se, em Bonito, de forma não democrática e não participativa, a carne de jacaré como prato típico, o que contraria o desejo da maioria da população local. Nesta pesquisa, somente 10% escolheram a carne de jacaré contra 12%, que escolheram churrasco, 23% que optaram por pratos à base de peixe e 33% pelo arroz carreteiro. O detalhe é que a escolha da carne de jacaré ocorreu de forma arbitrária, sem consulta à população local.

Já com relação às festas que ocorrem no município, a preferida da população é o Festival de Inverno, que não é uma festa tradicional, mas produzida para atrair turistas em um determinado período do ano. As demais festas que eram tradicionais estão sendo esquecidas, como é o caso da Festa de São Pedro. A cultura rural também tem sido ocultada. Nos depoimentos dos entrevistados, encontramos quem defenda a ideia de que a cultura rural seja caracterizada como algo atrasado e que realmente deve ser esquecido, já que se acredita que esse tipo de festa não traz turistas com alto poder aquisitivo.

Considerando os dados levantados na pesquisa, outro ponto de desencontro se dá na área do artesanato local, que também tem deixado a desejar. Ainda nesse prisma, nota-se um

esquecimento de personagens da cultura local, como é o caso do Senhorzinho, que é uma figura lendária e bem engajada, porém pouco divulgada, embora 72% da comunidade afirmem saber quem foi o Senhorzinho. Constata-se, assim, a não preocupação com a dimensão cultural da sustentabilidade.

Esses desencontros do artesanato local e da gastronomia local já apareciam no trabalho de Vargas (1998) e de Alves (2003).

De certa forma, sob tais circunstâncias, as políticas que foram implementadas em Bonito estão ligadas mais a um plano de hospitalidade, de atratividade do que à valorização das características e da cultura local.

A despeito da sustentabilidade econômica, observou-se que, quando se comparam os dados da movimentação econômica do comércio local – dados do SPC obtidos na ACEB –, há uma forte ligação com a sazonalidade do turismo local, já que, nos períodos de baixa temporada, há uma inclusão maior em SPC. De maneira inversa, nos períodos de alta temporada há uma maior exclusão no cadastro do SPC. Outro dado relevante vem das falas dos guias de turismo, que destacam haver uma queda considerável de sua renda nos períodos de baixa temporada. Pode-se estender essa queda no ingresso de recursos na baixa temporada para os hotéis, restaurantes e agências de turismo local. Isso mostra que a atividade do turismo traz renda, impostos e divisas para o município, que, de certa forma, são distribuídos para todo o município, e não somente para quem está empregado no turismo.

Outra particularidade identificada na pesquisa de campo, que está inserida na dimensão da sustentabilidade econômica e perpassa a sustentabilidade social, é o nível de renda familiar, que, para 49% dos entrevistados, era menor que 2 salários mínimos, ou seja, uma renda familiar considerada baixa, enquanto 40% contavam com uma renda de 2 a 4 salários mínimos. Isso é explicado porque a maioria dos empreendimentos (hotéis, pousadas, restaurantes, agências de turismo, entre outros) é familiar, o que impossibilita uma mobilidade profissional maior nesses empreendimentos. Os cargos de chefia e gerenciamento normalmente são ocupados por membros da família.

Outros objetivos específicos da pesquisa eram analisar as principais ações, iniciativas, políticas, planos, programas, práticas e interesses que estabelesem ligação entre o turismo e a sustentabilidade (do setor público; da iniciativa privada e Ongs), e apontar os encontros e desencontros já existentes e em potencial em decorrência da atividade do turismo no município de Bonito.

Considerada a pesquisa como um todo, a partir da reflexão acerca de elementos teóricos que foram apresentados nos capítulos iniciais deste trabalho, como forma de elucidar as possíveis convergências entre o referencial teórico e as evidências empíricas, pode-se constatar que, de uma forma geral, a atuação da Promotoria de Justiça de Bonito, as principais ONGs (Brazil Bonito, IASB, Fundação Neotrópica do Brasil e Instituto Família Legal), o Projeto Pé da Serra; a obrigatoriedade do acompanhamento dos guias de turismo, o COMTUR e o voucher único trazem pontos de encontro com a sustentabilidade.

Consideramos ainda propício este espaço das conclusões para expor algumas inquietações que surgiram ao longo da pesquisa. Um dos marcos teóricos da sustentabilidade é a divisão em dimensões, como apontado por autores como Sachs (2002 e 2004); Guilherme (2007); Hogan e Vieira (1992); Montibeller Filho (2004); Vargas (2002); Viola e Leis (1995), Mariani (2007), entre outros. Por outro lado, não podemos perder de vista que a sustentabilidade é questionada, já que apresenta contradições e dificuldades de viabilização de forma clara e em conjunto, nas várias dimensões que a compreendem. Nobre e Amazonas (2002), Rodrigues (1997) e Moura (2008) trazem à tona essas limitações. Nesse sentido, ao refletir-se sobre a sustentabilidade e o turismo, questionam-se os limites entre os princípios da sustentabilidade e sua aplicação na prática.

A despeito disso, vale expor que, no caso de Bonito, existem formas de sustentabilidade, mas não em um formato pleno e completo. As principais ações, iniciativas, políticas, planos, programas e práticas destacadas há pouco apresentam pontos de encontro do turismo com a sustentabilidade, contudo é importante frisar que, quando abordamos nesta conclusão os impactos negativos, as informações referentes à gastronomia, cultura, artesanato e festividades locais, estamos apresentando os pontos de desencontro do turismo com a sustentabilidade. Em linhas gerais, conforme se pôde perceber, é nessas áreas que estão localizados os pontos críticos que tangem a insustentabilidade do turismo em Bonito.

Em suma, pode-se, concluir pela aceitação da hipótese básica inicial: o fenômeno do turismo em Bonito, apesar de estar sendo tratado como uma mercadoria, é um caso bem sucedido de recuperação e conservação do meio ambiente, em especial das áreas que são utilizadas como atrativos turísticos. Isso ocorre por várias razões, dentre as quais: maior atuação do movimento ambientalista e das próprias ONGs instaladas no município, as questões que envolvem a educação ambiental, os instrumentos de controle como o voucher único e a obrigatoriedade dos guias de turismo nos passeios, a atuação do Poder Público Municipal e do Ministério Público e a própria legislação ambiental brasileira. Assim,

confirma-se nossa hipótese de que há mais pontos de encontro do que de desencontro com a sustentabilidade.

Como recomendações, sugere-se que o setor público, a iniciativa privada e atores envolvidos com o turismo efetuem as seguintes ações:

a) não percam o foco das ações, políticas, programas, iniciativas e planos visando à sustentabilidade em suas várias dimensões;

b) melhorem o canal de diálogo com a comunidade local dentro do COMTUR;

c) criem mecanismos para que haja uma gestão coletiva, participativa, descentralizada e integrada do turismo em Bonito;

d) elaborem um banco de dados municipal em parceria com as associações, instituições e universidade para a criação de uma série histórica de dados sobre a atividade do turismo em Bonito;

e) busquem o desenvolvimento de um programa municipal de resgate das manifestações culturais locais com garantia de recursos humanos, financeiros e técnicos;

f) organizem um programa de incentivo e valorização de produtos regionais, como é o caso das cerâmicas Terena, Kadiwéu, Pé da Serra e das ONGs locais, envolvendo pousadas, hotéis e atrativos turísticos locais;

g) criem um programa de educação continuada voltada para o público em geral, com conhecimentos básicos e práticos das áreas do turismo, gastronomia e línguas estrangeiras.

Ao concluir, é preciso destacar a necessidade de que outros pesquisadores iniciem outras jornadas investigativas, pois, assim como os estudos anteriores serviram de base para esta pesquisa, esperamos que esta tese venha renovar os conhecimentos sobre Bonito e temas correlatos. Essa continuidade é o que dá sentido a se fazer uma pesquisa. Assim, esperamos que mais pesquisadores venham somar seus esforços, informações, experiências e ideais na construção e ampliação de novos estudos, tais como:

I. pesquisas relacionadas aos números de empregos formais e informais, níveis salariais e de renda a partir da atividade do turismo de Bonito;

II. estudos que mostrem a importância econômica do turismo para as contas públicas municipais;

III. pesquisas que envolvam o empreendedorismo no setor de turismo e áreas correlatas em Bonito;

IV. estudos que visem à obtenção de bases cartográficas dos temas relacionados a economia, meio ambiente, hidrografia, vegetação, entre outros;

V. pesquisas voltadas para o planejamento do uso e ocupação do solo com o auxílio da “cartografia de detalhes”, por meio de mapas e imagens de satélite.

O convite foi feito. O turismo de Bonito está ali para ser visitado e estudado!

REFERÊNCIAS

ABRASEL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES.
Carne de Jacaré. Disponível em:
<http://abraseiltonito.blogspot.com/2009_10_01_archive.html>. Acesso em: 02 fev 2010.

ACEB. Associação Comercial e Empresarial de Bonito. **Inserção e exclusão do SPC.** Bonito. 2009.

ACSELRAD, H. (Org). **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 240 p.

ALVES, R. D. **Passos descompassos de educação profissional:** A experiência do turismo em Mato Grosso do Sul. 2003. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, UFMS, Campo Grande, MS.

AMÂNCIO, C. O. G. **Educação ambiental:** uma problematização crítica deste conceito. *In:* PAULA, M. G. *et al.* Introdução ao estudo de gestão ambiental. Apostila do curso de pós-graduação “*lato sensu*” (Especialização) de Gestão e Manejo Ambiental na Agroindústria. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

AMORIM, C. Aquecimento global é ameaça para os países pobres. **Estado de São Paulo.** São Paulo, 06 nov 2006.

_____. EUA atacam acordo para combater aquecimento. **Estado de São Paulo.** São Paulo, 16 dez 2007.

ANDRADE, J. V. **Turismo:** fundamentos e dimensões. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001. 216 p.

ANDRADE, D. A. C. **A (In)sustentabilidade do turismo no sertão da Paraíba:** O município de Coremas, “a terra das águas”, em análise. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba, PRODEMA, João Pessoa PB.

ARENDIT, E. J. **Introdução à economia do turismo.** Campinas, SP: Editora Alínea, 1999. 112 p.

ARID, F. M. Johannesburgo, 2002. **Diário da Região.** São José do Rio Preto, 29 out 2002.

ATRATUR. Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região. **Roteiros Turísticos - Bonito - Serra da Bodoquena**. s/d.

_____. **Tarifário dos atrativos de Bonito para o ano de 2009**. Bonito. 2009.

AULICINO, M. P. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. *In*: RODRIGUES, A. B. **Turismo e ambiente**: Reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec, 1997.

BADARÓ, R. A. L. **Direito do turismo**: história e legislação no Brasil e no exterior. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003. 231 p.

BAGGIO, A. J. **Ecoturismo**: Alternativa sustentável de valorização do patrimônio natural e cultural da terra indígena Mangueirinha, PR. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997. 160 p.

BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002. 104 p.

BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R. A. **Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito-MS**. Brasília: IPEA e CEPAL, 2000.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo de turismo**. Campinas: Papyrus, 1995. 163 p.

_____. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, out. 2003, vol. 9, nº. 20. p. 15-29.

BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 1991. 108 p.

BEHR, M. F. **Serra da Bodoquena**: história, cultura, natureza. Campo Grande: Free, 2001. 152 p.

BELTRÃO, O. **Turismo do século 21**. Osasco: Editora Novo Século, 2001. 129 p.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. rev. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001. 516 p.

BERG, E. V. D. **Estrutura e ecologia de comunidades e populações vegetais**. Lavras (MG): UFLA/FAEPE, 2001.

- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia. **Efeito estufa e a convenção sobre mudança do clima**. Brasília. Setembro de 1999. 38 p.
- BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão da terra. Petrópolis: Vozes, 1999. 199 p.
- BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo? *In*: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. (Org). **Qual paraíso?** Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos; Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2001. p.151-165.
- _____. Serra da Bodoquena: Parque Nacional ou APA? **Folha do Povo**. Campo Grande, 11 nov 1999.
- BONITO (Município). **Total de visitantes mensais para os anos de 2006, 2007 e 2008**. Bonito: Conselho Municipal de Turismo. 2009.
- BONITO CONVENTION & VISITORN BUREAU. **Hospedagem**. Disponível em: <<http://www.bcvb.com.br/eventos-hospedagem.htm>>. Acesso em: 02 abr 2009.
- BOULLÓN. R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru (SP): EDUSC, 2002.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE. **História no Brasil**. Disponível: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=464&idConteudo=944>>. Acesso: 30 jun 2008.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE TURISMO. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994. 48 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE TURISMO. **Plano Nacional de Turismo – Diretrizes, Metas e Programas (2003-2007)**. Brasília, 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE TURISMO. **Política Nacional de Turismo 2004-2007: Princípios, diretrizes, estratégias e programas**. Brasília: Ministério do Turismo e Esportes, 2004a.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo e Esportes, 2004b.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE TURISMO. **Turismo no Brasil 2007-2010**. Brasília: Ministério do Turismo e Esportes, 2007. 128 p.

- BRASIL. MINISTÉRIO DE TURISMO. **Segmentação do turismo – Marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 55 p.
- BRAUN, R. **Novos paradigmas ambientais. Desenvolvimento ao ponto sustentável**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 184 p.
- BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. *In*: CAVALCANTI, C. (org). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, 1994. p. 29-40.
- _____. Desestruturação e desenvolvimento. *In*: FERREIRA, L.C.; VIOLA, E. **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas.: Editora da UNICAMP, 1996. p.103-132.
- BUENO, F. P. **As relações entre ecoturismo e educação ambiental no pólo de ecoturismo da Ilha de Santa Catarina**. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí, Balneário de Camboriú, SC.
- BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. 199 p.
- CÂMARA, M. M. D. **Educação ambiental no curso superior de turismo**. 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- CAMARGO, E. I.; JÓIA, P. R. **O gerenciamento do turismo em Bonito, MS**. IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL. Corumbá: 23 a 26 nov. 2004. Disponível em: http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/asperctos/pdf/socio/320SC_Camargo_1_OKVisto.pdf. Acesso: 20 jan. 2009.
- CAMARGO, A. L. B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas, SP: Papyrus, 2003. 160 p. (Coleção Papyrus Educação)
- CANDIA, C. I. **A construção de um indicador de qualidade de água para gestão de bacia hidrográfica usando análise fatorial**. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Ambientais) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1999. 447 p.

- CARNIO, G. Uma década de sustentabilidade no Brasil. **Revista Idéia Socioambiental**. São Paulo, ano 3, n.11. mar 2008.
- CARREL, F. Everest, um negócio lucrativo. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, Ano 3, nº 25, agosto de 2009. p. 27.
- CARTA DA TERRA. **O texto da Carta da Terra**. Disponível em: < <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>>. Acesso em: 10 fev 2009.
- CASARA, A. C. **Sustentabilidade do mecanismo de desenvolvimento limpo**. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUCPR, Curitiba PR.
- CASIMIRO FILHO, F. **Contribuição do turismo à economia brasileira**. 2002. 220 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) Universidade de São Paulo, ESALQ, Piracicaba SP.
- CASTELLI, G. **Turismo e marketing: uma abordagem hoteleira**. Porto Alegre: Sulina, 1986. 237 p.
- CASTRO, N. (Coord). **A questão ambiental: o que todo empresário precisa saber**. Brasília DF: SEBRAE, 1996.
- CASTRO, N. **Apreendidos 578Kg de carne de animal silvestre em Bonito**. Disponível em: <<http://www.campogrande.news.com.br/canais/view/?canal=8&id=256055>>. Acesso em: 10 ago 2009.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Existe uma geografia do turismo. *In*: GASTAL, S. (Org). **Turismo investigação e crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2002. p.45-58. (Coleção turismo Contexto).
- CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. *In*: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques metodológicos**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-121.
- CETESP – COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Vila Socó – Cubatão**. Disponível: < <http://www.cetesb.sp.gov.br/Emergencia/riscos/acidentes/soco.asp>>. Acesso: 30 jun 2008.
- CHAO, C. H. N. **Universidade e educação ambiental**. 2005. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Programa de Pós-Graduação em Educação – Grupo de Estudos e Práticas Educativas em Movimento UFRN/PPGED/GPEM, Natal: RN.

CINTRA, L. A. As selecionadas pérolas regionais. **Carta Capital**. São Paulo, SP, ano XV, no. 544, p. 58-59, 06 mai 2009.

CITE - CONVENTION ON INTERNACIONAL TRADE IN ENDANGERED SPECIES OF FLORA AND FAUNA. **What is CITES?** Disponível em: < <http://www.cites.org/eng/disc/what.shtml>>. Acesso em: 10 nov 2008.

Clima de desconfiança. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 fev 2010. Editorial, p. A2.

COELHO, H. R. P. (Coord). **Guia de campo de Bonito**. Bonito MS: dos autores, 2005. 120 p.

COIMBRA, A. S. O tratamento da educação ambiental nas conferências ambientais e a questão da transversalidade. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande/RS: FURG, v.16, janeiro/junho de 2006.. p. 131-142.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991. 430 p.

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. **Prefeito de Bonito (MS) recebe magistrados europeus**. Disponível em: <<http://www.bonito-ms.com.br/index.php?id=52&p=noticia>>. Acesso em: 20 out 2008.

CONTI, J. B. Ecoturismo: paisagem e geografia. *In*: RODRIGUES, A. B. (Org). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003. p.59-69.

COOPER, C., *et. al.* **Turismo**: princípios e prática. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001. 559 p.

CORÁ, M. A. J. **Desenvolvimento local sustentável e turismo: O caso de Cumuruxatiba**. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP, São Paulo. SP.

CORIOLO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. *In*: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina**: cidade, campo e turismo. San Pablo: CLACSO, Diciembre, 2006.

_____. Bases conceituais do desenvolvimento e do ecoturismo. *In*: MACHADO, O. T. M. **Turismo e ambiente**: temas emergentes. Campinas: Editora Alínea, 2006a. p. 11-48.

COSTA, P. C. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph. 2002. 86p. (Coleção ABC do Turismo).

- CHIMENTI, S.; TAVARES, A. M. **Guia de turismo: o profissional e a profissão**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007. 256 p.
- CROSBY, A. **Dessarrollo turístico sostenible en el medio rural**. Madri: Centro Europeo de Formacion Ambiental y Turística, 1993. 265 p.
- CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. 176 p.
- CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. 125 p.
- DANTAS, A. A. A. **Poluição do ar**. Lavras (MG): UFLA/FAEPE, 2003.
- DANTAS, A. L. F. L. **Atividade turística e os caminhos sustentáveis: um estudo de caso no município de Rancho Queimado, SC**. 1999. 100 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. SC.
- DECHANDT, S. G. **Ecoturismo e seu desenvolvimento: Um estudo de caso comparado entre Chapada Diamantina – BA e Bonito – MS**. 2007. 136f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Salvador. BA.
- DE LA TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Economica, 1992.
- DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**. São Paulo: Editora Senac, 2003. 277 p.
- DE MIO, G. P. FERREIRA FILHO, E. CAMPOS, J. R. O inquérito civil e o termo de ajustamento de conduta para resolução de Conflitos ambientais. **Revista de Direito Ambiental**. Ano 10, nº 39, julho-setembro 2005, p. 92-101.
- DENKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998. 286 p.
- DIAS, J. **As potencialidades paisagísticas de uma região cárstica: o exemplo de Bonito, MS**. 1998. 183 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP.
- DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.
- DÍAZ, A. P. **Educação ambiental como projeto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 168 p.

- DIEGUES, A. C. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. *In*: FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas.: Editora da UNICAMP, 1996. p. 103-132.
- ESCOBAR, H. Riquíssimo em biodiversidade, Brasil ainda é pobre em turismo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 21 mai 2006. Caderno Vida&, p. A30.
- FELDMAN, F. A parte que nos cabe: consumo sustentável? *In*: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p.140-169.
- FENNELL, D. A. **Ecoturismo, uma introdução**. São Paulo: Contexto. 2002. 280 p.
- FERNANDES, I. P; COELHO, M. F. **Economia do turismo**: teoria e pratica. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002. 328 p.
- FERRARA, L. A. Os lugares improváveis. *In*: YÁZIGI, E. (Org). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p.65-82.
- FERREIRA, L. C. Limites ecossistêmicos: Dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. *In*: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas.: Editora da UNICAMP, 1992. p.13-35.
- FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 331 p.
- FERRETI, E. R. **Turismo e meio ambiente**. São Paulo: Roca, 2002. 170 p.
- FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <<http://ifdm.firjan.org.br/>>. Acesso em: 10 mar 2008.
- FLORES, J. J. B.; MAINCHEIN, J. C.; CUNHA, J. T. C.; FRANCISCO, J. **Turismo e desenvolvimento local em Bonito/MS**: uma análise dos aspectos eco-sociais através da comunidade estudantil. 2005. 64f. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Turismo e Meio Ambiente) Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS.
- FOGEL, R. W. **The fourth great awakening & the future of egalitarianism**. Chicago: The University of Chicago, 2000. p.176-235.
- FONTELES, J. O. **Turismo e impacto socioambiental**. São Paulo: Aleph. 2004. 218 p. (Série Turismo).

FORMENTI, L. Proposta do país para conter aquecimento não empolga. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 16 nov 2008.

FRANÇA, R. **O guardião da Atmosfera**. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.uol.com.br/noticia/ambiente/conteudo_229813.shtml>. Acesso em: 25 mar 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 148 p.

FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON. **Proposta de elaboração de estudo da cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso do Sul – Relatório Final**. Campo Grande: FCR, FAPEC, SEBRAE-MS 2006.

_____. **Diagnóstico ecosocioambiental de Bonito**. Campo Grande: FCR, 2007.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Reflexões quentes**. Disponível em: < http://www.agencia.fapesp.br/boletim_dentro.php?id=7076>. Acesso em: 10 mar 2008.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Escala histórica do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: < http://www.fbds.org.br/rubrique.php?id_rubrique=28>. Acesso em: 22 mar 2008.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. 4. ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2000. 218 p.

GARMS, A. **Pantanal: mito ou realidade**. IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL. Corumbá: 23 a 26 nov. 2004. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/palestras/ArmandoGarms.PDF> Acesso: 20 jan. 2009.

GIATTI, L. L. **Ecoturismo e impactos ambientais na região de Iporanga – Vale do Ribeira**. 2004. 210 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

GILES, T. R. **História da educação**. São Paulo: Editora Pedagógica Universal, 1987. 310p.

GONDIM, L. Internet afeta agências de viagens. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 mai 2007.

GRUN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas (SP): Editora Papyrus, 1996. 120p.

- GUERRA, L. D. *et al.* Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 8, nº 1, p. 09-25, mar. 2007.
- GUGENHEIM, F.; ADÁRIO, P. A lógica da floresta zero. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15 fev 2008.
- GUILHERME, M. L. **Sustentabilidade sob a ótica global e local**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007. 233 p.
- GWIN, P. Ondas de óleo. **National Geographic Brasil**, São Paulo, SP, n. 109, p. 21-21, abr. 2009.
- HANAI, F. Y. **Sistema de indicadores de sustentabilidade**: Uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado do Minas Gerais. 2009. 412 f. Tese (Doutorado em Ciências de Engenharia Ambiental) Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Universidade de São Paulo, USP, São Carlos: SP.
- HENRIQUES, R. *et al.* **Educação Ambiental**: aprendizes de sustentabilidade. Brasília, DF: Secad/MEC. março de 2007. 109 p.
- HINTZE H. **Guia de turismo** – Formação e perfil profissional. São Paulo: Editora Roca, 2009. 160 p.
- HOBSBAWN, E. **A era dos impérios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992. 632 p.
- HODDER, I. The interpretation of documents and material culture. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (editors). **The handbook of qualitative research**. 2nd ed. Thousand Oaks-California: Sage Publications, 2000.
- HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. 234 p.
- HUTCHISON, D. **Educação ecológica**: idéias sobre a consciência ambiental. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000. 176 p.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 10 abr 2009.

IDER – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ENERGIAS RENOVÁVEIS. **Um planeta com febre.** Disponível em: <<http://www.ider.org.br/oktiva.net/1365/nota/34491/>>. Acesso em: 10 mar 2008.

IED – INSTITUTO DE ECOTURISMO DO BRASIL. **Bienal de Canela.** São Paulo: Ruschell & Associados, 1995.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo.** 2. ed. São Paulo: Thomson-Pioneira, 2002. 208 p.

IRACHANDE, A. M. **O mercosul e a política ambiental:** Uma integração sem agenda verde. 2002. 209 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, DF.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000. 192 p.

LACERDA, L. **Agroindustrialização de alimentos nos assentamentos rurais do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e sua inserção no mercado turístico, Bonito/MS.** 2005. 45 f. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Turismo e Meio Ambiente) Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos globais do turismo. *In:* LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo:** teoria e prática. São Paulo: Editora Atlas, 2000. p.117-131.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4. ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2001. 494 p.

LEIS, H. R. **O labirinto:** ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo: Gaia, 1996. 173 p.

_____. **A modernidade insustentável.** As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo: CLAES/Coscoroba, 2004.

LEMOS, L. A. **Turismo:** Que negócio é esse? 3. ed. Campinas, SP.: Papirus, 2001. 143 p.

LIMA, J. J S. **Turismo sustentável, alternativa de desenvolvimento local e conservação ambiental.** 2003. 212 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

- LIMA, F. R. Turismo de aventura e mergulho: As necessidades de um nicho de mercado. *In: UVINHA, R. R. Turismo de aventura: reflexões e tendências*. São Paulo: Editora Aleph, 2005. p. 207–229.
- LIMA, G. F. C. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: Emergência, identidades, desafios**. 2005. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- LOBO, H. A. S.; MORETTI, E. C. Ecoturismo: as práticas da natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v.2, nº 1, p.43-71, mar. 2008.
- LOPES, C. L. J. **Gerenciamento de recursos hídricos e o processo de internalização da variável água nas indústrias**. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado Geociências) Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP.
- LOUBET, L. F. Rede latino-americana de Ministério Público Ambiental – criação, implementação e desafios. *In: STEIGLEDER, A. M.; LOUBET, L. F. (Org). O direito ambiental na América Latina e a atuação do Ministério Público*. Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental, 2009. p.9-14. (Tomo I – América Latina).
- LOUREIRO, C. F. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 150 p.
- LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo: Turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. 1999. Tese (Doutoramento em Geografia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual da Campinas, UNICAMP, Campinas, SP.
- LÜCK, G. M. G. **Ecopedagogia, egopedagogia e intelectopedagogia: pedagogia em ação**. 2002. 123 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- LUNAS, J. R. S. **Turismo sustentável**. Descrição e avaliação da gestão do turismo de Bonito – MS. 2000. 106 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília. DF.
- MARÇAL, M. P. V. **Educação ambiental e representações sociais de meio ambiental: uma análise da prática pedagógica no ensino fundamental em Patos de Minas – MG. (2003-2004)**. 2005. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, MG.
- MACHADO, A. **Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 2005. 232 p.

- MACHADO, V. F. A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92. **Anais do III Encontro da ANPPAS**. Brasília, maio de 2006.
- MACHADO, M. B. T. Turismo – um conceito sócioespacial. *In*: SEABRA, G. (Org). **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. p.65-79.
- MARCONDES, S. A. **Brasil**: amor à primeira vista. São Paulo: Peirópolis, 2005. 343p.
- MARCOVITCH, J. COP-15 não foi um sucesso, mas também não fracassou. **Valor Econômico**. São Paulo, 05 jan 2010.
- MARIANI, M. A. P. **Geografia e turismo no paraíso das águas**: O caso de Bonito. 2001. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo. SP.
- _____. **Turismo e meio ambiente no paraíso das águas**. Campo Grande - MS: Editora UCDB - Universidade Católica Dom Bosco, 2003. 63 p.
- _____. Geografia e turismo no paraíso das águas: o caso de Bonito-MS. *In*: PANOSSO NETTO, A.; MARQUES, H. R. (Org). **Reflexões em turismo** – Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS/Rondonópolis-MT:UCDB/CESUR, 2004. p. 79-94.
- _____. Planos municipais de turismo no Brasil. *In*: SEABRA, G. (Org). **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitário UFPB, 2007. p. 211-224.
- MARIANI, M. A. P.; SÓRIO, A. M. A produção de carne ovina em Mato Grosso do Sul e as potencialidades para o turismo e a gastronomia. *In*: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA, 2008, Rio Branco. **Anais**. Rio Branco: SOBER, 2008.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. **Dados Estatísticos dos Municípios de MS**. Disponível em: <<http://www.semec.ms.gov.br>> Acesso em: 10 jan 2009.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. **Contas Nacionais – Relatórios do PIB**. Disponível em: <<http://www.semec.ms.gov.br>> Acesso em: 03 jan 2009.
- MATOS FILHO, A. M. **Agricultura orgânica sob a perspectiva da sustentabilidade: uma análise da região de Florianópolis, SC, Brasil**. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) Universidade Federal de Santa Catarina, ESALQ, Piracicaba SP.

- MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos técnicas. Trad. Carlos Alberto Silveira N. Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L. **Os limites do crescimento**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. 103 p.
- MEDINA JÚNIOR, P. B. **Avaliação dos impactos da visitação pública no rio Formoso, Bonito, MS, Brasil: Subsídios à gestão ambiental do turismo em áreas naturais**. 2007. 96f. Tese (Doutorado em Ciências de Engenharia Ambiental) Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Universidade de São Paulo, USP, São Carlos: SP.
- MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 2002. 80 p. (Coleção Caminhos da Geografia).
- MENDONÇA, R. **Conservar e criar**: natureza, cultura e complexidade. São Paulo: Editora SENAC, 2005. 255 p.
- MENEGUZZO, V. **Avaliação de desempenho das organizações do terceiro setor no desenvolvimento turístico do município de Bonito – Mato Grosso do Sul**. 2008. 92f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. MS.
- MENEZES, L. C. **Uso sustentável da Serra de Itabaiana**: Preservação ou ecoturismo. 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.
- MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. Rev. and expanded. 1st ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.
- MESQUITA FILHO, A. **Ensaio sobre a filosofia da ciência**. Disponível em: <<http://ecientificocultural.com/ECC2/FilCien/cap03.htm>>. Acesso em: 23 jul 2008.
- MICHAEL, A. Rio de Janeiro concorre a título de melhor destino do mundo para gays. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 ago 2009. Caderno Cotidiano.
- MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.
- MING, L. **Turistas nas estrelas**. Veja. São Paulo, Ano 42, edição 2143, nº 50. 16 de dezembro de 2009. p. 186.
- MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000. 140 p.

- MOLINA, S. E.; ABITIA, S. R. **Planificación integral del turismo: Un enfoque para Latinoamérica**. México: Trillas, 1987. 104 p.
- MOLINA, S. **O pós-turismo**. São Paulo: Editora Aleph, 2003. 130 p.
- MONTEIRO, R. S. **Educação ambiental em Mato Grosso**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, Universidade Federal de Mato Grosso, 2002. 231 p. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisa, 9).
- MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2. ed. ver. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. 306 p.
- MORADILLO, E. F.; OKI, M. C. M. Educação ambiental na universidade: construindo possibilidades. **Revista Química Nova**, vol. 27, no. 2. 2004. p. 332-336.
- MOTA, K. C. N. **Marketing turístico**. São Paulo: Atlas, 2001. 219 p.
- MOURA, L. A. A. **Economia Ambiental – Gestão de custos e investimentos**. 3. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2006. 254p.
- MOURA, R. Trazer mais estrangeiros é meta em MS. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 mai 2006a.
- MOURA, A. K. C. **O mito do desenvolvimento sustentável da atividade turística: uma análise das teorias da sustentabilidade, das políticas públicas e do discurso oficial do turismo na Paraíba**. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba, PRODEMA, João Pessoa PB.
- MÜLLER, M. D. **Produção de madeira para geração de energia elétrica numa plantação clonal de eucalipto em Itamarandiba, MG**. 2005. 94 f. Tese (Doutorado: “*Doctor Science*”). Universidade Federal de Viçosa, UFV, Viçosa, MG.
- NALINI, R. Justiça: aliada eficaz da natureza. In: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p.286-305.
- NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. C. A. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008. 229 p.
- NERI, M. C (Coord). **Trata Brasil: Saneamento e saúde**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007. 150 p.

- NEVES, E. M. S. C. **A política ambiental e os municípios brasileiros**. 2006. 299 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ.
- NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. *In*: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ed. IBAMA, 2002. p. 21-106
- OCTÁVIO, P. Turismo, uma atitude. **Correio Braziliense**. Brasília, 04 set 2003. Primeiro Caderno.
- OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Editora Atlas, 2000. 175 p.
- OLIVEIRA, M. S. **Sistemas de gestão ambiental segundo o modelo ISO 14.001**. Lavras (MG): UFLA/FAEPE, 2003.
- OLIVEIRA, A. F. S. **A sustentabilidade da agricultura orgânica familiar dos produtores associados à APOI (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba-CE)**. 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza CE.
- OLIVEIRA, E. C. **O comitê de bacia e a gestão das águas no médio Paranapanema: Um estudo sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável**. 2009. 289 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Presidente Prudente, SP.
- OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003. 256 p.
- O turismo muito pouco explorado. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 04 fev 2007. Editorial, p. A2.
- PADUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 318 p.
- PEARCE, F. **O aquecimento global: causas e efeitos de um mundo mais quente**. São Paulo: Publifolha, 2002. (Série Mais Ciência).
- PELLEGRINI FILHO, A. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Editora Manole, 2000. 307 p.

PELICIONI, A. F. Trajetória do movimento ambientalista. *In*: PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M. A; BRUNA, G. C. **Curso de gestão ambiental**. Barueri (SP): Manole, 2004. p.431-457.

_____. Movimento ambientalista e educação ambiental. *In*: PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Andréa Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri (SP): Manole, 2005. p.353-379.

PELLIN, A.; SCHEFFLER, S. M. *et al.* A experiência do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bonito na gestão dos recursos do ICMS ecológico. **IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL**. Corumbá: 23 a 26 nov. 2004. Disponível em: http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/asperctos/pdf/socio/302SC-Pellin-1_OKVisto.pdf. Acesso: 25 jan. 2009.

PEÑAFIEL, F. M. M. **Ideologia do movimento ambientalista**: Um estudo de casos múltiplos em quatro organizações não governamentais de Florianópolis. 2005. 178 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC.

PEREIRA, L. F. R. **Aspectos conceituais da ecoeficiência no contexto do desenvolvimento sustentável**. 2005. 76 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistema de Gestão) Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, RJ.

PETROCCHI, M. **Marketing para destinos turísticos**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2004. 231 p.

PIMENTEL, C. E. Gestão ambiental para o turismo. *In*: MACHADO, O. T. M. **Turismo e ambiente**: temas emergentes. Campinas: Editora Alínea, 2006a. p. 49-74.

PINCERATO, F. **Educação ambiental como solução permanente**. Revista Com Ciência Ambiental. n° . 8, ano 2, fev. 2007. São Paulo: Editora Casa Latina, p. 18-19.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/idh/#> > Acesso em: 10 abr 2009.

_____. **Brasil ponto a ponto**. Disponível em: < <http://www.brasilpontoaponto.org.br> > Acesso em: 05 fev 2010.

PONTES, C. A. A. **Urbe Água Vida**: Ética da proteção aplicada ao estudo das implicações morais no acesso desigual à água potável. 2003. 100 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ.

- PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999. 127 p.
- PRADO, F. G. C. **Ecopedagogia planetária**. São Paulo: Cortez, 2000. 127 p.
- REA, R. S. **A atividade turística no município de Bonito - MS**: Algumas considerações. 2004. 51f. Monografia (Graduação em Bacharel em Turismo) Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS.
- REIS, L. B. *et al.* **Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável**. Barueri, SP: Manole, 2005. 415 p.
- RICUPERO, R. Uma injustiça do tamanho do mundo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 abr 2007.
- RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2005. 176 p.
- RIOS, A. V. V.; IRIGARAY, C. T. H. (Org). O direito e o desenvolvimento sustentável: **Curso de direito ambiental**. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005. 407 p.
- RIST, G. **The history of development: from Western origins to Global Faith**. New York: Zed Books. 1997. 320 p.
- RIZZO, M. R.; ROSAS, C. A. F. Ecoturismo – uma atividade que deve implementar o desenvolvimento sustentável. **Folha D'Oeste**. Jales, 13 ago 2005.
- RIZZO, M. R.; MENDES, L.; TISSOT, S. T.; SOUSA, F. C. **Projeto Pé de Serra: uma gestão em busca de um novo paradigma de agricultura alternativa sustentável e agroindústria em assentamentos rurais**. II EMAPEGS – ENCONTRO MINEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO SOCIAL. Viçosa-MG: 10 e 11 jun. 2010. Disponível em: <http://www.emapegs.ufv.br/docs/iimapegsufv.pdf>. Acesso: 10 jul. 2010.
- ROCHA, C. M. B. M.; ROSA, I. C. A. **Saúde e ambiente**. Lavras (MG): UFLA/FAEPE, 2000.
- RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia** – Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. 274 p.
- _____. **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001. 176 p. (Turismo Contexto).
- _____. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997. 207 p.

- RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus 1999. 199 p.
- SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151 p.
- _____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.
- SAMPAIO, C. A. C.; MANTOVANELI JÚNIOR, O.; PELLIN, V. Arranjo produtivo local como estratégia que promove o ecodesenvolvimento: Análises de experiências de Bonito (MS), Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba) (SC), e Santa Rosa de Lima (SC). *In: Anais do II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul, RS: outubro de 2004.
- SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2002. 649 p.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997. 308 p.
- SANTOS, R. R. R. **Análise dos vínculos entre os certificados verdes e o mecanismo de desenvolvimento limpo** – A perspectiva de aplicação de certificados verdes no Brasil. 2005. 121f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Rio de Janeiro, RJ.
- SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. 320 p.
- SCHARF, R. **Manual de negócios sustentáveis**. São Paulo: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira; Fundação Getúlio Vargas, Centros de Estudos em Sustentabilidade, 2004.
- SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. M.; BELINASSO, L. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 107 p.
- SEABRA, G. **Turismo sertanejo**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. 174 p.
- SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. **Linha do tempo das mudanças climáticas**. Disponível em: < http://www.ambiente.sp.gov.br/proclima/linha_tempo/linha_tempo.asp>. Acesso em: 23 jul 2008.
- SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2007. 310 p.

- SELLTIZ, C.; JOHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. ed. revisada. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. 687 p.
- SICHE, R. *et al.* Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. X, n. 2, p. 137-148, jul.-dez. 2007.
- SILVA, A. S. M. N. **Um olhar sobre a educação ambiental no ensino médio**: praticar a teoria, refletir a prática. 2003. 103 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- SILVA, F. P. S. Elementos de marketing e profissionalismo para o desenvolvimento sustentável do turismo. *In*: QUEIROZ, O. T. **Turismo e ambiente**: temas emergentes. Campinas: Alínea Editora, 2006. p.111-146.
- SILVA, J. A. S. **O Turismo**: uma atividade econômica?. Disponível em: <http://www.eumed.net/ce/2005/jass-tur.htm#_ftn1>. Acesso em: 09 mar 2009.
- SILVA, L. F. **Valoração econômica de áreas de recreação**: Instrumento de gestão para o Balneário Municipal de Bonito-MS. 2001. 83 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, DF.
- SILVA, M. F. **Impactos ambientais do ecoturismo**: O caso de Bonito-MS. 2002. 201 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Universidade Federal do Paraná, PR.
- SILVA, U. P. A. **Análise da importância da gestão participativa dos recursos hídricos no Ceará**: um estudo de caso. 2004. 246 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, CE.
- SILVA, V. J. **O planejamento de marketing integrado e os impactos socioculturais do turismo em pequenas comunidades**. 2006a. 102 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa, UFV, Viçosa. MG.
- SILVA JÚNIOR, I. C. A educação ambiental como meio para a concretização do desenvolvimento sustentável. **Direito Público**. Nº . 17 – Jul-Ago-Set/2007. 127-141p.
- SILVEIRA, A. D. **Avaliação de ações de empreendimentos ecoturísticos considerando a integração das dimensões do ecodesenvolvimento e do ecoturismo**. 2003. 237 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

- SIQUEIRA, M. E. S. A. **Turismo e favelas – Necessidades e possibilidades**: O caso da urbanização da favela do Dique Sambaiatuba, em São Vicente (Baixada Santista – São Paulo). 2007. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- SOUZA, H. A. S. *et al.* Gestão mercadológica estratégica do ecoturismo em RPPN: Rio Suciri – Bonito – MS. **XLVI Congresso da Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Rio Branco – Acre. 20 a 23 de julho de 2008.
- SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. Vol. 1. São Paulo: Editora Aleph. 2000. 140 p.
- TADA, C. K. Ida de brasileiros aos EUA cai 23% em 2001. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 set 2002. Caderno Turismo.
- THAME, A. C. M. **O Brasil e o aquecimento global**. Piracicaba, SP. 2008. 31 p.
- TOZONI-REIS, M. F. C. Pesquisa em educação ambiental na universidade. *In*: TALAMONI, Jandira L.B.; SAMPAIO, Aloísio Costa (org). **Educação ambiental**: da prática pedagógica à cidadania. São Paulo: Escrituras Editora, 2003. p.9-19.
- TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas, SP.: Papyrus, 2002. 242 p.
- TRIGO, L. G. G; PANOSSO NETTO, A. **Reflexões sobre um novo turismo**: política, ciência e sociedade. São Paulo: Editora Aleph, 2003. 112 p.
- TRIGO, L. G. G. *et al.* **Aprendiz de lazer e turismo**. São Paulo: IPSIS, 2007. 37 p.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Congresso Internacional UNESCO/PNUMA sobre la educacion y la Formacion Ambientale. *In*: **Educação Ambiental, Situação Espanhola e Estratégia Internacional**. Madrid: DGMA-MOPU, 1987.
- UVINHA, R. R. Tendências para o turismo de aventura no cenário nacional. *In*: UVINHA, R. R. **Turismo de aventura**: reflexões e tendências. São Paulo: Editora Aleph, 2005. p. 269–300.
- VALE, M. F. S. **Análise da percepção dos moradores da Serra da Jacobina em relação ao desenvolvimento do ecoturismo associado à educação ambiental**. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Biomonitoramento) Universidade Federal de Bahia, Salvador, BA.
- VALLE, M. Em 2001/02, turismo dos EUA perde US\$ 92,3 bilhões. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 set 2002. Caderno Turismo

VARGAS, I. A. **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável em Bonito-MS**: Elementos da análise para uma educação ambiental. 1998. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

_____. A gênese do turismo em Bonito. *In*: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. (Org). **Qual paraíso?** Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos: Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2001. p.127-149.

VARGAS, P. R. Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? *In*: BECKER, F. B. *et al.* (Org.). **O Insustentável discurso da Sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002, p. 212-241.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008. 220 p.

VENEZA, J. T. B. Ecoturismo em Bonito. *In*: VEIT, M. R. (Coord.). **Histórias de sucesso**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2003. p. 31-47.

VESPA, I. C. G. A Bíblia e o meio ambiente. **Diário da Região**. São José do Rio Preto, 02 jul 2002.

VIEIRA, L.V. L.; NASCIMENTO, R. A. Turismo sustentável no litoral sul de Sergipe: a percepção das comunidades visitantes. *In*: CORIOLANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 284-293.

VIEIRA, M. L.; OLIVEIRA, L. **Lazer, recreação e turismo**. *In*: Caderno de Geografia. Belo Horizonte: PUC Minas: FUMARC, Vol. 8, Nº 11, 1998. p. 60-68.

VIEIRA, J. F. L. **Voucher único um modelo de gestão da atividade turística em Bonito-MS**. 2003. 137f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. MS.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. *In*: HOGAN, D. J., VIEIRA, P. F (Org.). **Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. p. 73-102.

VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL. **Sociedade e ecoturismo**: na trilha do desenvolvimento sustentável: Como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica. São Paulo: Peirópolis, 2003. 144 p.

VITORINO, M. R.; FONTES, M. A. L. **Ecoturismo**. Lavras (MG): UFLA/FAEPE, 2001. 26p.

ZOUIAM, D. M.; BARBOSA, L. G. M. Turismo e desenvolvimento nacional. **Carta Capital**. São Paulo, SP, ano XV, no. 544, p. 51, 06 mai 2009.

ZUCARATO, A. G. **Certificação do turismo sustentável para meios de hospedagem**. Um estudo sobre o caminho do ouro de Paraty-RJ. 2006. 159f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo. SP.

WAHAB, S. E. A. **Introdução à administração do turismo**. São Paulo: Editora Pioneiras, 1991. 244 p.

WAINBERG, J. A. Comunicação intercultural e turismo: a diferença que separa o espírito e atrai o olhar. *In*: GASTAL, S. et al (Org.). **Turismo investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 45-58. (Turismo Contexto).

WERTHEIN, J. Futuro do Planeta está na água. **Diário da Região**. São José do Rio Preto, 19 jul 2003.

YOUELL, R. **Turismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002. 382 p. (Turismo Contexto).



ANEXO A - ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTAS

- 1-) Nome
- 2-) Há quanto tempo está presente no trade de Bonito?
- 3-) Entidade/Ong ou associação que representa ou participa?
- 4-) Histórico e ações entidade/Ong ou associação?
- 5-) Quais são os principais projetos e instrumentos de apoio para a recuperação e conservação do meio ambiente?
- 6-) O voucher único tem um bom funcionamento? Explique os pontos fortes e fracos desse instrumento.
- 7-) O sistema de obrigatoriedade dos passeios serem realizados com guias de turismo contribui para a conservação ambiental? É satisfatória sua contribuição?
Salário de um guia de turismo na alta e baixa temporada?
- 8-) Fale sobre a atuação do Ministério Público no município de Bonito.
- 9-) Fale sobre a atuação e ações da Ongs de Bonito.
- 10-) Fale sobre a atuação do COMTUR. Quem faz parte do COMTUR? Como é a ligação do COMTUR com seus participantes e com a comunidade?
- 11-) Fale sobre a cultura de Bonito? Há projetos de apoio a cultura local? Quais?
- 12-) Quais são as principais manifestações culturais de Bonito (festa, música, lenda, dança)?
- 13-) Fale sobre a gastronomia local. Qual é o principal prato típico de Bonito? Como se deu a escolha desse prato?
- 14-) Fale sobre o artesanato local e regional.
- 15-) Qual é o principal artesanato de Bonito e região?
- 16-) Há alguma associação, cooperativa de artesãos em Bonito? O que produzem?
- 17-) E o artesanato dos índios Kadiwéu como vem sendo valorizado no *trade* turístico de Bonito?
- 18-) O cidadão de Bonito conhece os atrativos de Bonito? Há algum programa pra isso? Há algum custo?
- 19-) Quais os principais impactos que o turismo trouxe para Bonito?
- 20-) Pode-se afirmar que o turismo de Bonito é sustentável? Por que?
- 21-) Com relação aos preços dos atrativos em Bonito. O senhor os considera caro, barato ou justo? Explique
- 22-) Os elevados preços contribui com a sustentabilidade? Por que?
- 23-) Fale sobre a mão de obra local é valorizada no *trade* de Bonito? É qualificada? Quais os principais entraves que o bonitense encontra para trabalhar no *trade* do turismo?
- 24-) Há algum programa de Educação Ambiental voltado para o bonitense? E para o turista?

ANEXO B – FICHA DE COLETA DE DADOS JUNTO À COMUNIDADE

Bom dia/Boa tarde, meu nome é sou aluno(a) do curso de turismo da UFMS e estou realizando uma pesquisa sobre o turismo em Bonito. O Sr. (a) poderia colaborar respondendo algumas questões.

Data: ____/____/2009.

1-) Endereço: _____ No. _____.

2-) Faixa etária: () de 16 a 30 anos () de 31 a 49 anos () mais de 50 anos

3-) Escolaridade: Fundamental () completo () incompleto
Médio () completo () incompleto
Superior () completo () incompleto
Pós-Graduação () completo () incompleto

4-) Qual sua ocupação atualmente: _____.

5-) Renda Familiar: () menos de 2 Sal. Mínimos () de 2 a 4 SM () de 5 a 10 SM () mais de 10 SM

6-) Nasceu em Bonito: () sim () não Há quanto tempo mora aqui: _____.

7-) O que é turismo para o Sr.(a): _____.
() não soube responder ou se recusou.

8-) O Sra. Considera que Bonito tem condições de receber turistas? () sim () não

Por quê _____.
() não soube responder ou se recusou.

9-) O turismo em Bonito tem apoio? () muito apoio () pouco apoio () nenhum apoio

10-) Em sua opinião o que atrai os turistas para Bonito _____.
() não soube responder ou se recusou.

11-) O Sr.(a) já visitou alguns dos pontos turísticos de Bonito? () sim Qual(is): _____

_____.
() Não Por quê? _____.

12-) SE SIM: Quantas vezes por ano pratica o turismo em Bonito?
() toda semana () todos os meses () de 2 a 4 vezes por ano () de 5 a 10 vezes por ano
() somente nas festas que ocorrem em Bonito

13-) Já fez alguma sugestão ou deu alguma idéia para aprimorar o turismo? () sim () não

14-) O cidadão é ouvido pelas autoridades com relação aos problemas que o turismo causa? () sim () não

15-) Em sua opinião, que tipo de malefícios/problemas os turistas trouxeram para Bonito?
() mais drogas () mais lixo () violência () barulho () bagunça
() problemas de trânsito () poluição dos rios () abandono da cultura local () aumento nos preços
() desvalorização da população local () desvalorização da cultura local

16-) Quem o senhor procurou ou procuraria para fazer uma reclamação ou sugestão na área do turismo?
() Prefeito () Promotor () COMTUR () Guia de Turismo () Vereador
() Secretaria de Turismo () outro - quem: _____.

17-) Em sua opinião, que tipo de benefício o turismo trouxe para Bonito?
() mais empregos () mais renda () progresso mais rápido () conservação da natureza
() melhorias para a cidade () mais investimentos () não traz nada de bom

18-) Tem algum familiar que trabalha com o turismo em Bonito? () sim () não

19-) O Sr.(a) se sente incomodado com a presença dos turistas em Bonito? () sim () não Por quê?

() não soube responder ou se recusou.

20-) SE SIM: Em qual período que os turistas mais incomodam? _____.

21-) Das festas que são realizadas em Bonito, qual o Sr.(a) acha melhor? _____.

Por quê? _____.

() não soube responder ou se recusou.

22-) O Sr.(a) sabe quem foi o “senhozinho”? () sim () não

23-) Qual é o prato que deveria ser escolhido como prato típico de Bonito? _____.

~
24-) É importante a conservação ambiental em Bonito? () sim () não

25-) SE SIM:

() Deve ser conservado como qualquer outro lugar

() Deve ser conservado para deixar os recursos naturais para as gerações futuras

() Deve ser conservado para manter o turismo local

() Deve ser conservado em razão dos recursos hídricos (água) serem abundantes e necessários para a vida

26-) Qual é a melhor forma de conservar o meio ambiente?

() programa de Educação Ambiental

() cobrar um elevado preço nos atrativos e passeios

() criar mais leis e normas ambientais

() melhor fiscalização

27-) Sr.(a) é favorável a comercialização dos recursos naturais em Bonito? () sim () não

Por que: _____.

() não soube responder ou se recusou.

28-) Sr.(a) acha caro o turismo em Bonito? () sim () não

29-) O turismo trouxe alguma vantagem para o Sr.(a), para a Família ou mesmo para o Bairro onde mora?

() sim () não

SE SIM: Principal vantagem: _____.

30-) Se não tivesse desenvolvido o turismo em Bonito, o município estaria como?

() seria um município melhor () seria um município pior () seria exatamente igual, não mudaria nada.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)